CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

Fundado em 24 de Fevereiro de 1955 pelo Ministro do Ultramar
M. M. Sarmento Rodrigues

COMISSÃO EXECUTIVA:

António da Silva Rego — (Presidente)
Alexandre Marques Lobato — (Secretário)
Joaquim Alberto Iria Júnior — (Vogal Nato)

VOGAIS:

Alberto Carlos Germano da Silva Correia
Alexandre Marques Lobato
António Alberto Banha de Andrade
António Brásio
António Joaquim Dias Diniz
António Marques Esparteiro
António da Silva Rego
Armando de Freitas Zuzarte Cortesão
Artur Basílio de Sá
Artur César Ferreira Reis
Avelino Teixeira da Mota
Bernhard Josef Wenzel
Caetano de Carvalho Montês
Carlos de Azevedo
Charles-Martial de Witte
Charles Ralph Boxer
Damião António Peres
Domingos Maurício Gomes dos Santos
Elaine Sanceau
Eric Axelson
Ferdinand Braudel
Florentino Pérez-Embid
Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida de Eça
Francis Rogers
Francisco de Assis de Oliveira Martins
Francisco Fernandes Lopes
Francisco Leite Faria
Francisco Morales Padrón
Francisco Paulo Mendes da Luz
Francisco Xavier Gomes Catão
Frederic Mauro
Georg Schurhammer
Georges Menscart
Hugh Tracey
Humberto dos Santos Leitão
Israel Salvador Révah
Jaime Walter
Jean Aubin
Jerónimo de Alcântara Guerreiro
João Afonso Corte-Real
João Martins da Silva Marques
Joaquim Alberto Iria Júnior
Joel Justino Baptista Serrão
Jorge Rodrigues Faro
José António Gonçalves de Melo
José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos
José Gonçalo Santa Rita
José Maria Braga
José Wicki
Júlio F. Guillen
Júlio Gonçalves
J. F. Sanchez Cantón
Klaas Ratelband
K. Matsuda
Leo Magnino
Léon Bourbon
Lewis Hanke
Louis Jadin
Luciano Ribeiro
Luís Ferrand de Almeida
Luís de Matos
Luís Mendonça de Albuquerque
Luís de Pina
Luís Silveira
Manuel Heleno Júnior
Manuel Hidalgo Nieto
Manuel Lopes de Almeida
Manuel Nunes Dias
Manuel dos Santos Estevens
Manuel Teixeira
Marcel Bataillon
Marcelo José das Neves Alves Caetano
Mário Augusto Costa
Mário Correia Teles de Albuquerque
Mário Hernandez-Sanchez Barba
Mathias Kiemen
Panduronga Sinai Sacarama Pissurlencar
Ralph Delgado
Raymond Mauny
Robert Ricard
Serafim Leite
Th. Monod
Virginia Robert Rau
Vitorino Magalhães Godinho
W. G. L. Randles

Nuno Gonsalvis

Os escritos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

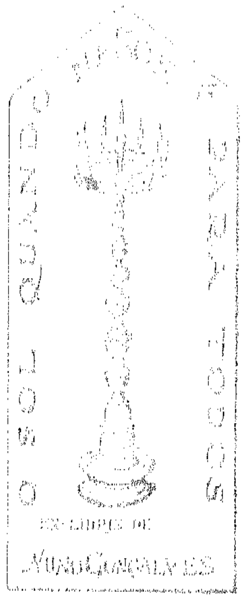
CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS
PORTUGAL

STVDIA

REVISTA SEMESTRAL

7

JANEIRO – 1961
LISBOA



CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

PORTUGAL

Revista Semestral — STVDIA — N.º 7 (Jan. 1961)

Índice

I — ARTIGOS:

1. A grande expedição missionária dos Mártires do Brasil. Por *Serafim Leite* 7
2. O governo de Sousa Coutinho em Angola. Por *Ralph Delgado* 49
3. The Portuguese in Malaca during the Dutch period. By *W. H. C. Smith* 87
4. Elementos de estudo acerca da possível contribuição portuguesa para a organização do Museu Histórico de Malaca. Por *Alberto Iria* 107

II — DOCUMENTÁRIO:

Uma Geografia Quinhentista. Por *Luciano Ribeiro* 151

III — NOTAS & COMENTÁRIOS

1. Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Estocolmo 319
2. Congresso Internacional de História dos Descobrimentos ... 320
3. XXV Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências 327

IV — REVISTA DE REVISTAS 329

V — BIBLIOGRAFIA

BRÁSIO, Padre António (C. S. Sp.) — *Monumenta Missionária Africana, Africa Ocidental, (1631-1642)* (págs. 343); AXELSON, Eric — *Portuguese in South-East Africa 1600-*

-1700 (págs. 351); COOLHAAS, Dr. W. Ph. — *Generale Missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie.* I vol. 1610-1638. (págs. 354).

VI — DR. JAIME CORTESÃO. Por *Joel Serrão* 357

VII — ACTIVIDADE DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS — 1960 371

A grande expedição missionária dos Mártires do Brasil

Por *SERAFIM LEITE*

I

«Catálogo dos que forão este anno para o Brasil. Anno 1570»

Depois de extraordinário esforço de organização e de esperanças, o Provincial do Brasil, Inácio de Azevedo, partiu enfim de Lisboa para a Baía, à frente duma grande expedição missionária. De Belém, a bordo da nau «Santiago» escreveu a 2 de Junho de 1570 uma carta em que dizia ao Padre Geral: «a lista dos que vamos se envia a V. Paternidade com esta» (1); e conserva-se, no Arquivo Romano S. I., o Catálogo dos que forão este anno para o Brasil. Anno 1570» (2). A letra, parecida com a de um documento mais antigo de Azevedo, dava alguma probabilidade de o «Catálogo» também lhe pertencer; e, como era documento coevo e básico neste assunto, com a nota de provável, o publicámos na *História* II (1938) 256/257.

Voltando agora a estudar em pormenor, um por um (monogràficamente) os documentos deste período, verificamos que não se confirma aquela probabilidade. Questão secundária, mas que sempre é útil deslindar. A letra do «Catálogo», embora se pareça com outra anterior de Azevedo, todavia na carta coeva

(1) SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil* II (Lisboa — Rio de Janeiro 1938) 252.

(2) ARSI, *Bras. 5-I*, f. 9r.

de 2 de Junho manifesta diferenças que as não identificam; e a mesma carta fala «dos que vamos» (presente) enquanto o «Catálogo» trata «dos que forão» e abrange mais nomes. Além dos que iam agora com o Provincial do Brasil, insere os três que o mesmo Provincial tinha enviado do Porto em Novembro de 1569 (P. Afonso Gonçalves, Irmãos João Martins e António López); e ainda na mesma página e letra, duas listas de Padres e Irmãos que partiram antes a fundar o Colégio do Funchal na Ilha da Madeira e o de Angra nos Açores (3). Não pertencendo as Ilhas à Província do Brasil, não competia ao seu Provincial (Azevedo) dar estas informações; competia ao Provincial de quem dependiam, que era o de Portugal. A este, quer dizer, à Cúria Provincial de Lisboa (S. Roque), pertence, pois, o documento.

Data? Não antes de sair a armada do Governador D. Luís de Vasconcelos, na qual se incorporara a expedição missionária (5 de Junho) (4); nem depois de constar o martírio dos primeiros 40 (15 de Julho), e de terem voltado da Ilha da Madeira a Lisboa alguns dos inscritos no «Catálogo» que não prosseguiram avante por desistência pessoal, conselho do Superior ou doença. Não antes de 5 de Junho, pelo verbo «forão»; não depois das desistências, porque os nomes dos que desistiram ainda aparecem no «Catálogo» como se tivessem ido.

Neste documento se mencionam explícita ou implicitamente, todos os mártires que de facto embarcaram para o Brasil, excepto dois, um de nome João Fernandes, outro Simão Lopes. O Ir. João Fernandes declara-se, mas eram dois homónimos e a omissão de um tem fácil explicação na identidade do nome. A omissão de Simão Lopes ou é simples lapso do escrevente ou significa não ser ele ainda da Companhia ao sair de Lisboa e que ia para entrar no Brasil. Neste caso, não se esperou pelo termo da viagem, sendo admitido até à Ilha da Madeira. Já se nomeia entre os Irmãos mártires na lista de Miguel Aragonés, datada da mesma Ilha, a 19 de Agosto de 1570. Também omite o nome de Pero Fernandes («outro carpinteiro»),

(3) *Relaçam*, in *Memorial* 188-189.

(4) LEITE, *História* I 565.

por ainda não ser da Companhia ao partir a armada de Lisboa, como nem João Adauto, que da Companhia só teve o desejo e o baptismo do sangue.

Ora, na carta de Belém, 2 de Junho, escreve Azevedo: «Eu estou numa nau com 46 Irmãos, noutra nau estão 23, e noutra um Padre com dous Irmãos, por causa de acompanhar muita gente, homens, mulheres e órfãos, que El-Rei envia para povoar a terra» (5). Portanto, $46 + 23 + 3 = 72$; metendo-se ele, 73 ao todo, que é o número exacto que se verá adiante na lista geral, não contando Azevedo. Com ele, 74. É claro que Azevedo não podia referir-se aos que em Lisboa não eram Irmãos da Companhia, João Adauto, Pero Fernandes e talvez Simão Lopes. Para a conta se apresentar assim quase materialmente certa, estes novos nomes deviam substituir outros que tivessem desistido em Belém nos três dias que ainda aí ficou a armada; e destas desistências de Lisboa já haveria conhecimento na Casa de S. Roque, pois não os menciona o organizador do «Catálogo». O que tudo confirma a data do documento, para depois de 5 de Junho, antes todavia de se conhecerem os que desistiram na Madeira, cujos nomes ainda se deparam nele, um dos quais, Alonso de Valderas (n.º 36).

O «Catálogo dos que forão este anno para o Brasil, anno 1570» não inclui a Inácio de Azevedo. A razão é que ele já tinha ido em 1566, e viera a Portugal e a Roma dar conta da sua missão de Visitador, e, mais ainda, com o fim declarado de angariar e conduzir agora toda esta gente.

Inácio de Azevedo, natural do Porto (arredores), nascido por 1526, de ilustríssima família, antigo Vice-Provincial de Portugal e Reitor dos Colégios de Coimbra, Lisboa e Braga, foi o primeiro a quem os calvinistas mataram no dia 15 de Julho de 1570, e o primeiro, ia a dizer único, de quem se escreveu a vida. Nome por consequência assás divulgado. Não assim os seus companheiros, objecto formal deste estudo. Já os mencionámos todos na *História da Companhia de Jesus no Brasil* II 256-263 («testemunho do sangue»). Mas os que entraram na Companhia antes de 1561 (alguns Padres e Irmãos), ao respon-

(5) *Ib.* II 252.

der ao Exame instituído nesse ano pelo Comissário Jerónimo Nadal (ARSI, FG, *ms. 77)*, prestaram preciosas informações autobiográficas não utilizadas até agora.

Antes de entrar nas notícias particulares de cada um deles, recorda-se em geral que nos dois grandes séculos da actividade missionária da Companhia de Jesus, esta expedição de 1570 foi a maior que saíu a barra do Tejo para os diversos continentes aonde chegava o influxo do Padroado Português. O seu destino constitui a página mais ampla da história trágico-marítima das missões na era moderna, página que em linguagem cristã leva o nome de martirológio. Surpreendido e atacado, no mar das Canárias, por hereges calvinistas, um primeiro grupo, a 15 de Julho de 1570, e depois outro, a 13 de Setembro de 1571, foram mortos quase todos os Padres e Irmãos que iam a caminho do Brasil e constam deste «Catálogo». O facto encheu de pesar o mundo católico, e ao mesmo tempo de consolação, porque nos anais da Igreja perder a vida pela Fé é ornamento e glória. O nome de martírio foi logo pronunciado. E em breve se introduziu a causa canónica de beatificação do P. Inácio de Azevedo e seus 39 companheiros (primeiro grupo) e do P. Pero Dias e seus 11 companheiros (segundo grupo). Ao todo 52 mártires. Com o andar do tempo, desuniram-se as causas, sendo beatificados os primeiros 40, reconhecendo-se o seu culto público a 11 de Maio de 1854 (6). São os BB. Inácio de Azevedo e 39 Companheiros, também conhecidos por «40 Mártires do Brasil». Festa a 15 de Julho.

II

Dados biográficos dos companheiros de Inácio de Azevedo, mártires e não mártires, que constam deste Catálogo de 1570

Colocam-se todos, aqui pela mesma ordem do «Catálogo», já divulgado em fotogravura, como dissemos, e dá-se-lhes numeração seguida. Os 40, hoje nos altares, Bem-aventurados ou Beatos, levam a indicação correspondente (B.), os que foram

(6) *Ib.* II 265; *Monumenta Brasiliae* IV (Roma 1960) 74*.

objecto de causa canónica, chamados Veneráveis, a de (V.). e, para imediata distinção gráfica de todos, os Beatos vão em versaletes, os Veneráveis em itálico, os não mártires em redondo.

1. P. DIOGO DE ANDRADE (B.). Natural de Pedrógão Grande, nas margens do Zêzere (distrito de Leiria), onde nasceu por 1531. Filho de João Nunes e Ana de Andrade, irmã do escritor Miguel Leitão de Andrade. Estudou três anos, vivia com a mãe, zelando a sua fazenda, e com uma irmã («também me dizem que tenho dous irmãos bastardos»). Ouvia missa todos os dias a que raro faltava. Moveu-se a entrar na Companhia pela virtude que conheceu nos religiosos dela e para os ajudar a «converter almas à Fé de Cristo». Entrou em Coimbra a 7 de Julho de 1558, ocupou-se nos habituais ofícios humildes de casa (cozinha, forno, refeitório, rouparia, portaria e enfermaria), foi sotoministro no Colégio de Coimbra e no de Lisboa (S. Antão).

Fez a peregrinação de Santiago de Compostela. Estudou algum latim, e em 1567 ouvia Casos de Consciência (Teologia Moral) para se ordenar de sacerdote, o que se realizou já depois de destinado ao Brasil. Tinha 38 ou 39 anos e boa saúde. Professo de três votos solenes. A bordo da nau «Santiago» exercia o ofício de Ministro e foi um dos que animaram à peleja os marinheiros da nau. Ferido na cabeça, e a punhaladas, e lançado vivo ao mar (15. VII. 70).

Na portada da *Miscelanea do Sitio de Nossa Senhora da Lus de Pedrogão Grande,* de Miguel Leitão de Andrade, entre as duas colunas do lado direito, que sustentam o pórtico do ante-rosto, vê-se o retrato do Mártir com esta inscrição: *p.e Dl.o d'And.re primoirmão do A. e padrinho deste sitio: padeceo no Brasil ano 1570* (ERNESTO SOARES, *Dic. de Iconografia Portuguesa* I [Lisboa 1947] 109 [n.o 176]; Bibl. Nac. de Lisboa, Reserv. 92V; ARSI, *Lus. 43,* f. 81v 240v 312v 324r 350v; FG, *ms. 77-I,* f. 380r-380v [autógrafo]; *Relaçam,* in *Memorial* 231 251 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 117; LEITE, *História* II 256; COSTA 325).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

2. *P. Pero Dias (V.).* Natural da vila de Arruda dos Vinhos (Lisboa), onde nasceu por 1526 (tinha 35 anos em 1561). Parece que a família se transferiu para Lisboa sendo ele menino, pois aí viviam, casados, dois irmãos seus; e Pero Dias estudou latim, aprendeu cirurgia e trabalhou numa loja de panos. A 28 de Março de 1548 entrou na Companhia de Jesus em Coimbra recebido pelo P. Mestre Simão Rodrigues. Como cirurgião, que era, serviu o ofício de enfermeiro, fez os votos ao concluir o primeiro ano (fim de Março de 1549), e ainda nesse mesmo ano acompanhou a Roma o P. Mestre Simão, e aí se demorou «passante de ano e meio». S. Inácio chamava-o «pomba sem fel» (7). Em Roma foi «sacristão, sotoministro e confessor». Portanto, já Padre. Quando se ordenou? Polanco refere que Simão Rodrigues levou consigo a Roma, como «procuradores», os *Padres* Ambrósio Pires e Pero Dias (8). Padres? Se ele o não era já, ordenou-se em Roma.

Pero Dias voltou a Portugal em 1551, com o mesmo P. Simão Rodrigues. Esteve primeiro em Coimbra a estudar Casos de Consciência (Teologia Moral), e a seguir viveu «cinco ou seis anos» em Sanfins (do Minho), ocupado em confessar e fazer práticas e, sobretudo, a tratar dos complicados negócios e pleitos, que acarretou à Companhia a união, ao Colégio de Coimbra, desse antigo Mosteiro de Sanfins, com as suas numerosas vigairarias.

Em 1555 esteve em Lisboa, destinado à Missão do Congo, deixando de ir, por sobrevir notícias de que a missão estava então perturbada e incapaz de prosperar. Voltou a Sanfins, passou ainda por Évora, e em 1558 residia de novo em Coimbra, de cujo Colégio ficou procurador largos anos, assim como também mestre de Casos de Consciência, em que alcançou notável reputação pelo seu espírito claro na exposição das questões, em particular as relacionadas com assuntos económicos, que requeriam conscienciosa solução moral; e, já depois de destinado ao Brasil, ainda foi mestre de Casos, em Val do Rosal, dos Irmãos que se preparavam para o sacerdócio, que eram sete. Tinha

(7) FRANCO, *Synopsis* 25, § 5.

(8) POLANCO, *Chronicon* II 194.

feito profissão de 3 votos na capela do Colégio de Coimbra, recebida pelo P. Gonçalo Álvares, a 25 de Abril de 1565 (9); e, tratando-se em 1567 de enviar à Índia o mesmo P. Gonçalo Álvares, por Visitador, escreveu S. Francisco de Borja que lhe daria por companheiro «al P. Pero Díaz, cuya prudencia y experiencia de las cosas de la Compañía le ayudará mucho para el consejo que abrá de tomar» (10), porque era pessoa de quem dizia o mesmo Geral, «yo tengo confiança y antigua experiencia de su virtud» (11). Não obstante, também desta vez Pero Dias não seguiu para as missões ultramarinas. Embarcaria três anos mais tarde para a do Brasil, por o desejar vivamente o P. Inácio de Azevedo, consentirem os Superiores, e Pero Dias o querer mais do que ninguém. Mas estava-lhe reservada a missão do céu.

A tomar conta dalguns missionários, coube-lhe ir na nau do Governador do Brasil, D. Luís Fernandes de Vasconcelos, na qual dizia missa e pregava; e, depois do martírio de Inácio de Azevedo e dos seus 39 companheiros (15.VII.1570), Pero Dias, que ficara na Ilha da Madeira, como Superior dos restantes, com eles seguiu viagem, chegando a avistar a terra do Brasil. Contudo, os ventos e temporais, impediram a armada de dobrar o Cabo de S. Agostinho, e ela desgarrou para as Antilhas, indo parte à Ilha de S. Domingos (Haiti), parte a Cuba. Os Padres e Irmãos tornaram-se a reunir na Ilha Terceira (Açores); e, fazendo-se na volta do mar, por altura das Canárias, a nau do Governador foi investida e tomada pelos hereges (quatro naus francesas e uma inglesa). Pero Dias, morto às estocadas, foi lançado ao mar (13.IX.71).

Da nutrida correspondência deste benemérito Padre e Mártir (incluindo duas Quadrimestres) toca ao Brasil a carta de 17 de Agosto de 1570, escrita na Madeira, publicada e traduzida em muitas línguas, em que narra o martírio de Azevedo e seus companheiros; e é o mais antigo documento desse, a que Pero Dias chamou «ditoso sucesso», desejando-o para si igual (*Lus.*

(9) ARSI, *Lus. 1*, f. 79r.

(10) *S. F. Borgia* IV 527.

(11) *Ib.* IV 534.

43, f. 7r 237r; FG, *ms. 77-IV*, ff.282r-283v [autógrafo]); *Relaçam* 200, 207, 220; *Carta de S. Antão*, in *Memorial* 269-272 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 126-128 139; LEITE, *História* II 256; VIII (Biobibliografia) 197; *Ditoso sucesso do Padre Inácio de Azevedo Provincial do Brasil e dos que iam em sua companhia* [carta inédita do P. Pero Dias, da Ilha da Madeira, 17 de Agosto de 1570], in *Brotéria* 43 [Lisboa 1946] 193-200).

3. *P. Francisco de Castro (V.)*. Natural de Montemolín (Estremadura espanhola), onde nasceu por 1534. Filho de Francisco de Castro e Teresa Rodrigues. Estudou três anos e meio latim, uns princípios de grego, e dois anos e meio de Artes, quer junto à sua terra natal, quer em Osuna e Salamanca, donde passou a Portugal para entrar na Companhia. A 23 de Abril de 1560, chegou à Casa de Pedroso (Carvalhos, arredores do Porto), onde o P. Francisco de Borja, então aí, o examinou e recebeu. De Pedroso passou a Coimbra, em cujo noviciado deu entrada a 29 de Agosto do mesmo ano. Ocupou-se nos habituais ofícios de casa, em Coimbra, Évora e Porto; e sendo ainda noviço escreveu, por sua mão, que se sentia «deseoso de martirio por Jesú Christo». O Ir. Francisco de Castro, «andaluz» (diz-se aqui), era mestre da 8.ª classe no Colégio de Coimbra em 1567 [12]; e, já Padre, aparece a 1 de Janeiro de 1569, entre os ouvintes de Teologia no mesmo Colégio: «P. Francisco de Castro, castellano» [13].

Destinado ao Brasil, esteve em Val do Rosal; e antes do embarque em Lisboa, o P. Inácio de Azevedo, na distribuição dos Padres e Irmãos pelos navios da Armada, nomeou o P. Francisco de Castro para ir com dois Irmãos na nau dos Órfãos (a quem tinham morrido os pais na peste grande). Mais tarde, depois da dispersão das Antilhas, reuniram-se nos Açores os Padres e Irmãos, que restavam, e foram todos na nau do Governador, onde o colheu o martírio, que dez anos antes desejara.

Morto às estocadas e lançado ao mar (13.IX.71). (FG, *ms. 77-II*, f.81r-82r [autógrafo]; *Relaçam* 213; *Carta de S. Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 256).

4. P. Afonso Gonçalves. Natural de Moura (Alentejo), onde nasceu por 1542. Entrou na Companhia em 1561, com 19 anos de idade. Embarcou no Porto a 9 ou 10 de Novembro de 1569 (docs. de 8 de Novembro de 1569 e 21 de Janeiro de 1570). Em Pernambuco era confessor e Mestre de Meninos em 1574, e aí foi procurador e Ministro muitos anos, assim como também foi Ministro no Colégio da Baía. Depois de 38 anos de bom trabalho no Brasil, faleceu, em lugar não bem determinado, em Agosto de 1608 (*Bras. 5-I*, ff.12v 24v 32r; Bibl. Vitt. Em., f. ges. 3492/1363, n.º 6; LEITE, *História* II 256).

5. *Ir. Gaspar de Góis (V.)*. Estudante. Natural de Portel, onde nasceu por 1546. Filho de João Vagueiro e Maria Álvares, e irmão do P. Manuel de Góis, famoso autor do *Cursus Conimbricensis*. Entrou na Companhia em Évora, com 16 anos de idade, a 19 de Julho de 1562. Já tinha concluído o Curso de Artes e estudava Teologia, quando pretendeu com fervor a Missão do Brasil. Em Val do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar; e na nau do Governador ensinava a doutrina «e pregava nela com grande auditório». Morto à espada e lançado ao mar (13.IX.71). (*Lus. 43*, ff.262v 272v 312r 316r 333r; *Relaçam* 207 220; *Carta de S. Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 256).

6. *Ir. Afonso Fernandes (V.)*. Estudante. Natural de Viana do Alentejo, onde nasceu por 1548. Filho de Custódio Gonçalves e Bertolesa Cansada. Antes de entrar, e ainda na Companhia, usou algum tempo o sobrenome de Cansado (da mãe), adoptando depois o de Fernandes, provàvelmente outro apelido de família. Entrou na Companhia em Évora, a 22 de Janeiro de 1567, com 19 anos de idade. Quando pediu a missão do Brasil já era teólogo. De vivo engenho e talento, concluíra o Curso de Artes com brilhantismo e ia destinado a ensinar Filosofia no Brasil. Em Val do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar, e na nau de Pero Dias era sotoministro.

[12] ARSI, *Lus. 43*, f. 312v.

[13] *Lus. 43*, f. 346r.

Foi vivo ao mar (14.IX.71). (*Lus. 43,* ff.317r 333v 402r; *Relaçam* 207; *Carta de S. Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Évora* 255; LEITE, *História* II 257; COSTA 336).

7. Ir. Bento de Castro (B.). Estudante. Natural da Vila de Chacim, Trás-os-Montes, onde nasceu por 1543. Filho de Jorge de Castro e Isabel Brás. Família fidalga e abastada. Teve um irmão que em 1561 andava nos estudos e quatro irmãs, uma das quais já viúva nesse ano. Bento foi estudar a Bragança e daí passou a Lisboa, onde entrou na Companhia em S. Roque (Lisboa) a 2 de Agosto de 1561, indo dos 17 para os 18 anos. Ocupou-se em ofícios de casa, como era de uso entre irmãos escolares. Estudava em Coimbra o 2.º ano de Artes (Filosofia) em 1569 quando lhe deram a notícia de que estava destinado ao Brasil. Recebeu-a com suma alegria, de acordo com os seus desejos expressos em 1561 de ir às Missões (Índia) «a morrer pola fé de Crysto». Embora ainda não fosse Padre, exercia na nau Santiago o cargo de Mestre de Noviços. Também fazia a doutrina à gente da mesma nau. Foi o primeiro a ser ferido com pelouros e punhaladas, e lançado ao mar ainda vivo (15.VII.70). (*Lus. 43,* ff.27r 206v 271r 346r; *Lus. 64,* f.19v; FG, *ms.77-I,* f.276r-277r [autógrafo]; *Relaçam* 215-216 225 235 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 106; *Imagem de Lisboa* 301; LEITE, *História* II 257; COSTA 349).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

8. *Ir. Pero Dias (V.).* Estudante. Natural de Souto, antigamente no termo de Vouzela, onde nasceu por 1542. Filho de Álvaro Pires e Maria Gonçalves. Com 18 anos de idade entrou na Companhia em Évora, a 30 de Novembro de 1560. Tinha inclinação para letras, mas faria o que lhe mandassem ainda que fosse «guardar carneiros» (palavras suas). Estudava Filosofia, quando em Janeiro de 1570 passou para Val do Rosal, com destino ao Brasil. Lançado vivo ao mar (14.IX.71). (ARSI, *Lus. 43,* ff.263r 402v; FG, *ms. 77-IV,* f.281r [autógrafo]; *Carta de S. Antão* 283; *Litt. Quadr.* VI 980; FRANCO, *Imagem de Évora* 255; LEITE, *História* II 257).

9. *Ir. João Álvares (V.).* Estudante. Natural de Estreito, termo de Oleiros, antigo Priorado do Crato, hoje no Distrito de Castelo Branco, onde nasceu por 1548. Filho de João Álvares e Mécia Luís. Entrou na Companhia em Coimbra a 1 de Novembro de 1564, com 19 anos de idade. Unia talento e humildade. Levando um prémio na aula de grego, «costumava dizer que poderoso é Deos pera de hum cavallo fazer grandes cousas». Em Val do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar de sacerdote. Foi vivo ao mar (14.IX.71). (*Relaçam* 207; *Carta de S. Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 257).

10. Ir. Belchior Cordeiro. Estudante. Natural de Guimarães onde nasceu por 1538. Entrou na Companhia a 13 de Dezembro de 1561, no ano seguinte residia em Coimbra com 24 anos de idade, e o P. Miguel de Torres o achava apto para a virtude (*Lus. 43,* f.180r). Estudava Casos de Consciência em Val do Rosal para se ordenar. Mas, desta vez, não passou de Lisboa ou da Madeira. Fez a profissão solene de três votos em S. Roque, a 13 de Janeiro de 1572 [14] e logo a seguir embarcou para o Brasil com o Provincial Inácio Tolosa, que ao chegar à Baía o nomeou Mestre de Noviços, enquanto estudava Teologia [15], e o fez em 1574 Reitor de Pernambuco (Olinda), cargo de que o mesmo Provincial o tirou em 1576. O P. Belchior Cordeiro, em vez de seguir com o Provincial para a Baía, procurou o apoio de pessoas influentes de Olinda, onde ficou, requerendo um instrumento público «de sua vida e costumes» (11 de Janeiro de 1577). Depois tomou o caminho da Europa em data incerta. Achava-se recolhido — diz ele — na «Ermida de Nuestra Señora de Salvación», perto de Sevilha, a 15 de Julho de 1585, donde o Padre Geral mandou que voltasse à Companhia em Portugal [16]. Cordeiro preferia ir para os «Padres de Sancto Aloio». Mas era professo e eles não tinham profissão (*Lus. 69,* f. 209r). Afinal, voltou para a Companhia em

[14] *Lus. 1,* f. 107r-107v.
[15] *Bras. 5-I,* f. 10r.
[16] *Epp. NN. 1,* f. 202r.

Lisboa, não tardando a queixar-se das penitências. Na verdade, perdera o espírito da Companhia. A 6 de Agosto de 1588, advertindo-o de tantos anos que vivera ausente da Companhia com pouca segurança de consciência, o P. Geral escreveu que, se quisesse, podia passar a outra Ordem Religiosa, mas que desse edificação [17]. Teria 50 anos de idade. Nos Catálogos do Brasil aparece entre os saídos da Companhia (LEITE, *História* I 461-463 550-551 565; *Novas Cartas Jesuíticas* 186-195; *Relaçam* 207).

11. *Ir. André Pais (V.)*. Estudante. Natural da cidade do Porto, onde nasceu por 1549. Com 20 anos de idade foi a Braga para o P. Inácio de Azevedo o receber na Companhia. Antes de entrar viu um quadro de Nossa Senhora com o Menino nos braços. O Menino tinha na mão uma cruz e com outra mão a mostrava. Tomou para si a indicação. Já devia de saber latim, porque em Val do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar. Depois do martírio de Azevedo, André Pais «escreveo ao Reyno» com sentimento de não estar com ele «para também dar a vida por Christo». Deu-a no ano seguinte. «Bem apessoado, mui vivo e graciozo». Foi vivo ao mar (14.IX.71). (*Relaçam* 207; *Carta de S. Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 137; LEITE, *História* II 257).

12. Ir. Baltasar de Almeida. Parece ter ficado nos Açores, pois em 1572 aparece um Ir. Baltasar de Almeida no Colégio de Angra, como porteiro, de 25 anos de idade, recebido para indiferente em 1560, com regular disposição e boas forças (*Lus. 43*, f.439v). O Catálogo de 1574 dá-lhe 28 anos «pouco mais ou menos». Sabia ler e escrever (*Ib.* f.474r; FG, *ms.77-I*, f.227r-227v).

13. Ir. Bastião Afonso. Não foi avante, nem há pormenores.

14. Ir. António Soares (B.). Estudante. Natural da Vila de Trancoso. Filho de Vicente Gonçalves e Leonor Soares. Entrou na Companhia em Évora a 5 de Junho de 1565 [18]. Ocupava-se nos ofícios comuns de casa durante a permanência dos Irmãos em Val do Rosal. Tardando a nau do Porto, e estando Azevedo já prestes a embarcar, o Ir. António Soares, indo a Belém, voltou a correr a S. Roque trazendo a boa nova de que a nau «Santiago», há muito esperada, entrara enfim no Tejo. Ela, vinda do Porto, chegou a Lisboa a 8 de Maio de 1570 com oito da Companhia. Nela foi depois o Ir. António Soares como sotoministro; e na peleja, por ser de idade para isso, curava os feridos e animava os combatentes. Crivado de punhaladas, foi lançado meio vivo ao mar (15.VII.70). (Carta de Miguel Aragonés, *Varia Hist.* III, f.630r.; *Relaçam* 189 212 231 266; FRANCO, *Imagem de Évora* 222 235-236; LEITE, *História* II 257).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

15. Ir. Manuel Álvares (B.). Coadjutor. Natural de Estremoz, onde nasceu por 1536 (diz ele em 1561 que neste ano andava nos 24 ou 25 de idade). Filho de Jerónimo Álvares e Joana Lopes. Entrou na Companhia de Jesus em Évora a 12 de Fevereiro de 1559. Conta ele próprio que entrou «por movimento de Deus. Estando arando, me veio desejo de ser peregrino, pedir por Deus, e não ter nada; e, vendo as maldades do mundo, me veio desejo de entrar em uma religião, qualquer que fosse; e, vindo donde estava para entrar em S. Francisco, um cónego Gomes Pires me dirigiu à Companhia. Recebeu-me o P. Dom Leão». No mundo «era trabalhador e guardava gado»; no Colégio de Évora tinha o ofício de comprador e a «prima tonsura». Não sabia ler mas aprendeu, e pediu a missão do Brasil para onde seguia em 1570, quando a nau Santiago foi atacada pelos calvinistas franceses. Não se entregou a nau sem peleja. Manuel Álvares do castelo da popa, «com tão fortes e tão altas vozes, que sobrepujavam sobre o estrondo das armas», animava os Portugueses a que não se deixassem vencer por «estes demónios» e pelejassem com ardor, porque pela fé pelejavam. Lançado vivo ao mar (15.VII.70). (FG, *ms. 77-II*,

---

[17] *Lus. 32*, f. 4r.

[18] *Lus. 43*, f. 333v.

f.18r-18v; FRANCO, *Imagem de Évora* 236-237; *Imagem de Coimbra* II 108 119; LEITE, *História* II 257; VIII 12; *Monumenta Brasiliae* IV [Roma 1960] 340-343).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

16. Ir. Bastião Álvares. Coadjutor. Havia outro, do mesmo nome, estudante (*Lus. 43*, f.274v). Trata-se do Coadjutor. Este entrou na Companhia a 30 de Setembro de 1561, e estava em Évora em 1569 (*Lus. 43*, ff. 332v 354r).

Não foi avante.

17. Ir. António Leão. Coadjutor. Natural do Mosteiro de Pombeiro (Braga), onde nasceu por 1545. Entrou na Companhia a 6 de Outubro de 1567 ([19]). Depois de ter arribado às Antilhas e voltado aos Açores, caíu doente, e aí ficou, chegando mais tarde ao Brasil em 1573, onde perseverou e trabalhou com zelo. Faleceu em São Paulo de Piratininga a 21 de Junho de 1605, com 60 anos de idade e 39 de Companhia (LEITE, *História* II 258).

18. Ir. Francisco Álvares (B.). Coadjutor. Natural da Covilhã, onde nasceu por 1539. Filho de António Afonso e Brites Álvares. Vinte anos depois de Nóbrega, no mesmo dia da Apresentação de Nossa Senhora, do ano de 1564 (21 de Novembro), Francisco Álvares, com 25 anos de idade, entrou na Companhia em Évora ([20]), embora o catálogo de Janeiro de 1565 diga que há um mês que está em casa ([21]). Tinha o ofício de tecelão e cardador. Foi vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 189 266; FRANCO, *Imagem de Évora* 235; LEITE, *História* II 258).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

— Este mártir tem a imagem na igreja de Santa Marinha da sua terra natal, e era festejado pelos cardadores da Covilhã com grandes festas de igreja e de arraial. Também deram o seu nome a uma rua (Rua de S. Francisco Álvares) e o letreiro, em azulejo, recorda o martírio, com uma palma tombada e um padrão com o nome «Brasil» projectado na Cruz de Cristo.

([19]) *Lus. 43*, f. 333v.
([20]) *Lus. 43*, f. 333r.
([21]) *Lus. 43*, f. 263v.

19. Ir. Domingos Fernandes (B.). Coadjutor. Natural da Vila de Borba, no Alentejo. (A *Relaçam* traz Vila Viçosa, mas Franco diz que consultou todos os catálogos e não achou esta segunda Vila. Aliás são povoações próximas uma da outra, e Vila Viçosa mais conhecida que Borba; talvez por isso a nomeasse a *Relaçam*). Nasceu por 1551. Filho de Bento Fernandes e Maria Cortês. Entrou na Companhia em Évora a 25 de Setembro de 1567, com 16 anos de idade (*Lus. 43*, f.330v-331r). Ferido a punhaladas e lançado meio vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 189 225 266; FRANCO, *Imagem de Évora* 235; LEITE, *História* II 258).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

20. *Ir. Fernão de Álvares (V.).* Coadjutor. Natural da cidade de Viseu, onde nasceu por 1534. Filho de João Fernandes e Catarina Anes. Entrou na Companhia no Colégio de Coimbra a 28 de Maio de 1560, com 26 anos de idade e nesse mesmo Colégio era refeitoreiro em 1566 ([22]). Lançado vivo ao mar (14.IX.71). (*Carta de S. Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 258).

21. Ir. João de Oliveira. Estudante. Natural de Carvalhais, Bispado de Coimbra. Diz-se no começo de 1569, que tinha 23 anos de idade, que estudara em Braga a 3.ª classe e entrara na Companhia a 23 de Junho de 1568 ([23]). No mesmo fólio (326v) assinala-se a morte doutro Ir. João de Oliveira, que no mesmo Colégio de Coimbra estudava Filosofia ([24]). Trata-se, pois do Ir. João de Oliveira entrado em 1568 (noviço), que ou não chegou a sair do Tejo ou voltou da Madeira, porque em 1571 estava na Casa de S. Roque ([25]), e em 1572, em Coimbra, doente ([26]).

([22]) *Lus. 43*, f. 273v.
([23]) *Lus. 43*, f. 326r.
([24]) *Lus. 43*, f. 324v.
([25]) *Lus. 43*, fl. 410r.
([26]) *Lus. 43*, f. 449v.

22. Ir. João Fernandes (B.). Estudante. Natural de Braga, onde nasceu por 1547. Filho de João Fernandes e Ana Jorge. Entrou em Coimbra a 5 de Junho de 1569, com 22 anos de idade. Foi ao mar vivo (15.VII.70). (*Relaçam* 251 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; *Imagem de Évora* 239; LEITE, *História* II 258).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

— Com o nome de João Fernandes o Catálogo traz só um, mas eram dois homónimos, este e o seguinte.

23. Ir. João Fernandes (B.). Estudante. Natural de Lisboa, onde nasceu por 1551. Filho de André Fernandes e Helena Torres. Entrou na Companhia em Coimbra a 5 de Abril de 1568, com 17 anos de idade. Era estudante da 5.ª classe, dotado de regular habilidade para letras ([27]). Já tinha feito os votos do biénio. Foi vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 189 194 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; *Imagem de Évora* 239; LEITE, *História* II 258).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

24. Ir. António Correia (B.). Estudante. Natural do Porto, onde nasceu por 1553. Filho de João Gonçalves e Violante Correia. Entrou na Companhia em Coimbra a 1 de Junho de 1569, com 16 anos de idade. Franco transcreve uma carta do seu pai a contar como se criou, gosto que tinha pelos estudos, como queria ser religioso e entrou na Companhia. Maltratado pelos hereges com os punhos de uma adaga e lançado vivo ao mar (15.VII.70). Ao abrir-se o Processo do Porto (1628) eram muitos os seus devotos (Arch. della Postulazione, *Azevedo 31,* Processo do Porto f. 8r; *Relaçam* 241 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 116; LEITE, *História* II 258).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

25. Ir. Francisco de Magalhães (B.). Estudante. Natural da Vila de Alcácer do Sal, onde nasceu por 1549. Filho de Sebastião de Magalhães e Isabel Luís. Estudava em Évora quando entrou na Companhia a 27 de Dezembro de 1568, com 19 anos

([27]) *Lus. 43,* f. 326r.

de idade ([28]). Noviço do apostólico P. Baltasar Barreira. Cantava admiràvelmente. A sua voz de tenor enchia Val do Rosal nas festas de recreação e piedade. Dedicado colaborador de Inácio de Azevedo, fazia aos marinheiros a lição diária do «Flos Sanctorum». «Ah! Irmãos, Deos vos perdoe isto que fazeis» — disse aos hereges que o lançavam vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 203 216-217 220 251 266; FRANCO, *Imagem de Évora* 233; LEITE, *História* II 259; COSTA 388).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

26. Ir. Diogo Pinto. Coadjutor. Natural de Montemor-o-Novo. Entrou em Évora a 27 de Dezembro de 1568, de idade de 21 anos, para Coadjutor temporal, e ainda era noviço no começo de 1570 ([29]). Já não estava nas naus dos mártires, nem consta dos Catálogos seguintes. Havia outro Diogo Pinto na Companhia, mas estudante, transmontano, e mais antigo (*Lus. 43,* ff.414r 466r).

27. Ir. Marcos Caldeira (B.). Recebido para Estudante ou Coadjutor. Natural da Vila da Feira, Distrito de Aveiro, onde nasceu por 1547. Filho de Pedro Martins e Isabel Caldeira. Entrou na Companhia em Évora a 2 de Outubro de 1569, com 22 anos de idade ([30]). Noviço do P. Cristóvão de Gouveia, futuro Visitador do Brasil. Entrou na Companhia como indiferente, isto é, para ser estudante ou coadjutor, conforme revelassem depois as suas aptidões. Foi vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Évora* 233-234; LEITE, *História* II 259).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

28. Ir. Amaro Vaz (B.). Coadjutor. Natural do antigo concelho de Bemfazer (de que procede o de Marco de Canavezes) Distrito do Porto, onde nasceu por 1553. Filho de Francisco Pires e Maria Vaz. Entrou na Companhia na cidade do Porto

([28]) *Lus. 43,* f. 354v.
([29]) *Lus. 43,* ff. 354v 402v.
([30]) *Lus. 43,* f. 403r.

à 1 de Novembro de 1569, com 16 anos de idade. Seguiu logo para Coimbra e daí para Val do Rosal. Apunhalado e atirado, ainda vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 117; LEITE, *História* II 259).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

29. Ir. João Martins. Coadjutor. Tinha ido para o Brasil com o P. Afonso Gonçalves em Novembro de 1569. Chegou a Pernambuco, onde ainda residia em 1574, cujo catálogo diz que «entrou no ano de 67 sendo de 25 anos», e que é «de Montemor». Segundo esta indicação teria nascido por 1542. O seu nome não consta dos catálogos seguintes. Consta, em Janeiro de 1584, outro de igual nome, com quem se não identifica por ter nascido por 1537 em Tões, Armamar, Lamego. Quanto a Montemor, os Catálogos costumam especificar Montemor-o-Novo ou Montemor-o-Velho, e aqui só dizem Montemor. Poderia ser tradução de Montemaggiore, dado que veio de Roma com o P. Inácio de Azevedo; e neste caso ele chamar-se-ia Martini (*Bras. 5-I*, ff.12v 23r; LEITE, *História* II 259).

30. Ir. António López. Noviço, natural de Pamplona (Navarra). Esteve em Coimbra com os mais Irmãos vindos de Espanha, até Outubro de 1569 (carta do Ir. Miguel Aragonés, Ilha da Madeira, 19 de Agosto de 1570, *Varia Historia* III, f.630r). Pelos fins de Novembro embarcou no Porto, com o P. Afonso Gonçalves para o Brasil. Não perseverou (*S. F. Borgia* V 155 nota 3; COSTA 314).

31. *Ir. Miguel Aragonés (V.)*. Estudante. Natural de Guisona (Catalunha), onde nasceu em 1543. Entrou na Companhia em Barcelona a 28 de Agosto de 1567, passando a seguir para Valência. Baptizara-se a 18 de Junho de 1543, e quando entrou na Companhia já tinha o Curso de Artes e dois anos de Teologia. Concedido para o Brasil quando Inácio de Azevedo passou por Valência em 1569. Em Val do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar. Ferido às estocadas a 13 de Setembro de 1571 e lançado ao mar ainda vivo nesse mesmo dia ou no seguinte. (Madrid, Archivo Histórico Nacional, *cód. 684*, f.493r [Noviciado de Valencia]; *Relaçam* 207; *Carta de S. Antão* 272

274 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 139; JUAN SADERRA, *Memorias históricas del Siervo de Dios H. Miguel Aragonés S. J.*, Barcelona 1915; LEITE, *História* II 259; COSTA 313).

32. Ir. João Maiorga (B.). Coadjutor. Natural de Saint Jean Pied de Port, povoação gasconha, que depois do Tratado de 1659, pertence à França, mas que ao tempo de João Maiorga, era de Espanha, fronteira de Navarra. Nasceu por 1533. Viveu alguns anos na capital do Reino de Aragão, donde entrou na Companhia em 1568 com 35 anos de idade. Foi um dos concedidos para o Brasil quando Inácio de Azevedo passou por Valência, e ele o aceitou por ser pintor de profissão, arte que tão útil seria no Brasil. Maiorga deixou alguns quadros em Saragoça, e exerceu a sua arte em Val do Rosal e na Ilha da Madeira. Em Val do Rosal fazia tinta de grã, que havia muita naquelas matas, e, enquanto ele pintava, outros aprendiam. Aí fez duas ou três imagens da Senhora de S. Lucas. Foi um dos designados para animar os combatentes. Ao mar, vivo (15.VII.70). (*Relaçam* 199 205 223 231 238 239; ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 301; GUZMÁN, *Historia de las Misiones* 168; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 260; COSTA 314).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

33. Ir. Alonso de Baena (B.). Coadjutor. Natural de Villatobas, Diocese de Toledo, onde nasceu por 1539. Ia ao fim do noviciado, com 30 anos de idade, quando o P. Inácio de Azevedo o trouxe consigo para Portugal com destino ao Brasil. Tinha o ofício de ourives («platero de oro»). A 6 de Janeiro de 1570 residia no Colégio do Porto e trabalhava na «horta» [31]. Designado para animar os combatentes e curar os feridos. Ferido por sua vez, foi lançado ao mar, vivo (15.VII.70). (*Relaçam* 231 237 266; ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 302; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 116; LEITE, *História* II 260).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

---

[31] *Lus. 43*, f. 406r.

34. Ir. ESTEBAN DE ZURAIRE (B.). Coadjutor. Natural da Biscaia. Era bordador de ofício e ocupava o de roupeiro no Colégio de Placência ao passar por aí o P. Inácio de Azevedo, a quem acompanhou para Portugal com destino ao Brasil. Os autores portugueses escrevem com frequência Zurara; uma nota do editor de GUZMÁN, dá a forma Zudaire, e que «era navarro natural del pueblo de su nombre». Um dos escolhidos para animar os combatentes. Lançado vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 231 239 266; GUZMÁN, *Historia de las Misiones* 168; ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 302; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 118; LEITE, *História* II 260).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

35. Ir. JUAN DE SAN MARTÍN (B.). Estudante. Natural de Yuncos (perto de Toledo), onde nasceu por 1550. Filho de Francisco de San Martín e de Catarina Rodríguez. Estudava na Universidade de Alcalá e veio para Portugal com destino ao Brasil. Segundo Franco, principiou o noviciado em Évora a 8 de Fevereiro de 1570, com 20 anos de idade. Um dos escolhidos para animar os combatentes. Ferido e vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 231 267; FRANCO, *Imagem de Évora* 234; *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 260).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

36. Ir. Alonso de Valderas. Natural de Villabrágima (não longe de Valladolid). Com 31 anos de idade veio de Espanha para Portugal, com destino ao Brasil. Mas ficando por doente na Ilha da Madeira, «no logró la corona», voltando à sua Província de Toledo, onde perseverou (ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 302).

37. Ir. JUAN DE ZAFRA (B.). Coadjutor. Natural de Jerez (Badajoz). Filho de João Paes e Isabel Rodríguez. Aceito para o Brasil em Cuenca, veio entrar na Companhia em Évora, a 8 de Fevereiro de 1570. Lançado ao mar, vivo (15.VII.70). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Évora* 234; LEITE, *História* II 260).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

38. Ir. FRANCISCO PÉREZ GODOI (B.). Estudante. Natural de Torrijos, Arcebispado de Toledo, onde nasceu por 1540. Filho de Juan Pérez Godoi e Catalina del Campo. Bacharel em Cânones pela Universidade de Salamanca. Fez os Exercícios Espirituais e entrou na Companhia a 15 de Abril de 1569. De Medina del Campo seguiu com o P. Inácio de Azevedo com destino ao Brasil. Em Portugal continuou o noviciado, e o Catálogo traz esta nota: «es buen sujeto y de buena habilidad» [32]. Andaria pelos 30 anos. Parente de Santa Teresa de Ávila. Conversador ameno, muito estimado de todos. Também cantor e sabia «tocar harpa e instrumentos com que alegrava aos Irmãos e era mestre naquelles suaves cantos de Val do Rosal e na viagem para as Ilhas». Um dos escolhidos para animar os combatentes. Ferido a punhaladas e lançado vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 203 209 220 231 267; LA PUENTE, *Vida de Baltazar Álvares* cap. 20; ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 301; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 118; LEITE, *História* II 260).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

39. Ir. GREGÓRIO ESCRIBANO (B.). Coadjutor. Natural de Logroño. Alegambe tem que era português. Mas Franco adverte o equívoco, porque Escribano veio de Espanha com Inácio de Azevedo para o Brasil. Lançado vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 260).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

40. Ir. FERNÁN SÁNCHEZ (B.). Estudante. Da Província de Castela a Velha. Provàvelmente, recebido em Salamanca pelo P. Inácio de Azevedo com destino ao Brasil. Lançado ao mar, muito malferido (15.VII.70). (*Relaçam* 267; *S. F. Borgia* V 191; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 118; LEITE, *História* II 260).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

41. P. Jerónimo Serra. Estudante. Natural de Sassari, cidade da Ilha de Sardenha. Entrou na Companhia em Coimbra

(32) *Lus. 43*, f. 360r.

a 3 de Novembro de 1569, com 35 anos de idade. Diz-se dele: «Bom sujeito, e de mediana habilidade; estudou pouco, não sabe mais que um pouco de latim» (*Lus. 43*, f.360v). Não foi avante, nem há pormenores.

42. Ir. GONÇALO HENRIQUES (B.). Estudante. Natural do Porto. No «Catálogo», diz-se subdiácono; na *Relaçam*, diácono. Um dos escolhidos para animar os combatentes. Lançado ao mar, não havendo certeza se ainda vivo, se já morto (15.VII.70). (*Relaçam* 231 238-239 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 260).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

43. Ir. ÁLVARO BORRALHO [MENDES] (B.). Estudante. Natural da cidade de Elvas, Alentejo. Como entre os mártires só há um de nome Álvaro, a identidade do nome de baptismo, identifica a pessoa com mais de um apelido. Álvaro Mendes era excelente cantor. Na Madeira adoeceu, mas preferiu seguir na nau Santiago. Lançado ao mar, vivo (15.VII.70). (*Relaçam* 203 220 252 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 116; LEITE, *História* II 261).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

44. Ir. PERO NUNES (B.). Estudante. Natural da Vila da Fronteira, Alentejo. Foi lançado vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 261).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

45. Ir. Bastião Lopes. Lançado vivo ao mar (14.IX.71). Sabia nadar, subiu a um batel duma nau francesa, e deixado depois nas costas de Espanha, voltou a Portugal. Veio a ser informador do martírio de Pero Dias e Companheiros. FRANCO diz que não conseguiu averiguar se depois perseverou na Companhia (*Imagem de Coimbra* II 137; LEITE, *História* II 261).

46. *Ir. Francisco Paulo (V.).* Noviço. Recebido em Portugal pelo P. Inácio de Azevedo para o Brasil, mas sem passar por noviciados portugueses. O registo de entrada, que daria sobre ele alguma notícia (se Estudante ou Coadjutor), perdeu-se na nau do martírio. Lançado vivo ao mar (14.IX.71). (*Relaçam* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 261).

47. Ir. MANUEL RODRIGUES (B.). Estudante. Natural de Alcochete, na margem esquerda do Tejo, quase em frente de Lisboa. Foi vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 261).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

48. Ir. NICOLAU DINIS (B.). Estudante. Natural de Bragança, onde nasceu por 1553. Frequentava o Colégio da Companhia nesta cidade. Era moreno: «notàvelmente baço das cores». Sabendo isso, o P. Inácio de Azevedo escreveu que o recolhessem em casa até o mandar vir. Tinha graça em representar e o demonstrou ao passar por Coimbra a caminho de Val do Rosal, onde entrou na Companhia, andando nos 17 anos de idade. Lançado vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 267; Arch. della Postulazione, *Azevedo, n.º 31*, Processo de Coimbra, f.19r-19v; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 261; COSTA 353).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

49. Ir. LUÍS CORREIA (B.). Estudante. Natural da cidade de Évora. Foi vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 261).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

50. Ir. DIOGO [PIRES] MIMOSO (B.). Estudante. Natural de Nisa, Portalegre. Frequentava o Curso de Filosofia na Universidade de Évora. Sabendo que Inácio de Azevedo buscava gente para o Brasil, ofereceu-se e foi recebido. Morto à lançada e deitado ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 231 238 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 117; LEITE, *História* II 261).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

51. Ir. MIGUEL RODRIGUES. Não foi avante, nem há pormenores.

52. Ir. ALEIXO DELGADO (B.). Estudante. Natural da cidade de Elvas, onde nasceu por 1555. Filho dum cego, a quem servia de guia. Revelando habilidade e engenho, por intervenção dum morador de Évora, entrou para o «Collegio dos Convictores que era nos Paços d'El Rei». Entrou como pobre, servindo e estudando ao mesmo tempo. Indo o P. Inácio de Azevedo a Évora, o admitiu na Companhia para o Brasil, tendo 14 anos de idade. Era bom cantor (excelente na doutrina cantada). Ao mar, vivo. «Dizião, depois, que os hereges o lançarão pello ar às ondas, bem como uma laranginha» (15.VII.70). (*Relaçam* 203 216 246 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 115; LEITE, *História* II 261).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

53. Ir. Juan Sánchez. Estudante. Natural de Sanlúcar (Arcebispado de Sevilha). Era um dos 40 da Companhia, na nau Santiago. Ajudava ao cozinheiro. Para o mesmo efeito lhe pouparam a vida os hereges, que o levaram à Rochela, donde tornou a Portugal; e pelas suas informações se guiou Maurício Serpe na *Relaçam* (p.265). Ainda aparece como mártir na lista de Miguel Aragonés por ser um dos 40 que iam na nau e ele ignorar, quando escrevia (19 de Agosto de 1570), o seu ulterior destino. Em Lisboa, na volta de França, Juan Sánchez foi recebido em casa. Para o Brasil parece que ia como Coadjutor ou indiferente, mas em 1574, estudava a 3.ª classe no Colégio de S. Antão de Lisboa, com 20 anos de idade e 4 de Companhia ([33]). O seu nome aparece entre os despedidos no ano de 1578 (*Lus. 43*, f.522r).

54. Ir. BRÁS RIBEIRO (B.). Coadjutor. Natural de Braga, onde nasceu por 1546. Entrou na Companhia no Porto em Dezembro de 1569, e ainda aí estava, em primeira provação, a 6 de

(33) *Lus. 43*, f. 464v.

Janeiro de 1570 ([34]). Recebeu-o para o Brasil o P. Inácio de Azevedo. Boa saúde. Tinha 24 anos de idade e 7 meses de Companhia. Estando orando diante das relíquias, acometeram-no os hereges e quebraram-lhe a cabeça com uma cutilada, matando-o e deitando-o ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 117; LEITE, *História* II 261).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

55. Ir. LUÍS RODRIGUES (B.). Estudante. Natural da cidade de Évora, onde nasceu por 1554. Filho de Diogo Rodrigues e Leonor Fernandes. Cursava o 3.º ginásio quando entrou na Companhia na sua cidade natal, com 16 anos de idade, a 15 de Janeiro de 1570 ([35]). Continuou o noviciado em Val do Rosal e na nau do martírio. Depois da morte do P. Inácio de Azevedo exortava os outros: «Irmãos, animemo-nos e ajudemo-nos do Credo, porque o sangue de Christo não se há-de perder». Ferido a punhaladas, e lançado ainda vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 202 237 266; FRANCO, *Imagem de Évora* 217 225 234; *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 262; COSTA 339).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

56. Ir. ANDRÉ GONÇALVES (B.). Estudante. Natural de Viana de Alvito (Alentejo). Tinha estudado na Universidade de Évora. Este mártir deve ter sido recebido pelo P. Inácio de Azevedo, directamente para o Brasil, sem passar por noviciados portugueses. A indicação da naturalidade consta da *Relaçam;* (a de que era estudante na Universidade, em Franco). Foi ao mar, cosido a punhaladas (15.VII.70). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 116; LEITE, *História* II 262).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

— Convém advertir que coexistiam mais dois homónimos: o P. André Gonçalves, espanhol (da região de Salamanca), que em 1572 era Mestre de Casos de Consciência no Colégio de

(34) *Lus. 43*, f. 406r.
(35) *Lus. 43*, f. 403r.

Angra, Açores ([36]) ainda vivo em 1577, com 40 anos de idade ([37]); e o Ir. André Gonçalves, coadjutor, noviço em 1566, roupeiro no Colégio de Coimbra em 1572 ([38]).

57. Ir. Pero Gomes. Como o precedente, também a este o deveria ter recebido directamente para o Brasil, mas ficou no caminho (Lisboa ou Madeira). E não se identifica com o P. Pero Gomes, de Antequera (Málaga), que ainda vivia em 1577 e já tinha ensinado o Curso de Artes oito anos e o de Teologia três ([39]). A existência simultânea dos dois homónimos consta na lista de 1570: o Padre ia destinado ao Colégio de Angra, Açores (fotogravura, in LEITE, *História* II 256/257).

58. Ir. Gaspar Álvares (B.). Natural da cidade do Porto. «Quando as naus dos hereges tinham cercado a nau Santiago, e lhe davam bataria, acertou um pelouro de passar por entre dous Irmãos; disse um deles que se chamava Gaspar Álvares: oh! prouvera a Deus que me acertara aquele pelouro e me matara por amor de Deus» (*Relaçam*). Ferido a punhaladas, foi vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 242 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 262).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

59. Ir. Manuel Fernandes (B.). Estudante. Natural de Celorico (a *Relaçam*, p.245, dá apenas este topónimo, sem especificar de qual se trata, se Celorico da Beira, se Celorico de Basto). Lançado ao mar, vivo (15.VII.70). (*Relaçam* 245 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 262).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

60. Ir. António Pires. Não foi avante. Talvez o mesmo que no Catálogo de 1577 se diz que «hé de 25 annos e meo, natural de Tentúgal, do Bispado de Coimbra, entrou na Companhia

([36]) *Lus. 43*, f. 439r.
([37]) *Lus. 42*, f. 1r.
([38]) *Lus. 43*, f. 449r.
([39]) *Lus. 42*, f. 34r.

a 10 de Setembro de 1570. Bem disposto. Leo latim dous annos» ([40]). No caso de ser a mesma pessoa, desistindo do Brasil, Pires voltou da Ilha da Madeira e entrou na Província de Portugal na data indicada. Observe-se que entre os «servidores seculares» há outro António Pires (fotogravura, in LEITE, *História* II 256/257).

61. Ir. Manuel Pacheco (B.). Estudante. Natural de Ceuta, cidade portuguesa, que então era, em Marrocos. Foi um dos designados pelo P. Inácio de Azevedo para exortar e animar os combatentes. Lançado ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 231 239 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 262).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

62. Ir. Brás Francisco. Não seguiu avante, nem há pormenores.

63. Ir. Pero Fontoura (B.). Coadjutor. Natural de Braga. Estando em oração diante das relíquias, um herege acutilou-o no rosto, cortando-lhe a língua; depois lançaram-no ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 241 243 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 262).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

64. Ir. Diogo Fernandes. Coadjutor. Noviço. Lançado ao mar, vivo (14.IX.71), mas sabendo nadar conseguiu subir a uma nau e sobreviver. Deixado nas costas de Espanha, voltou a Portugal, e foi um dos informadores do martírio de Pero Dias e seus companheiros ([41]).

— Aparece um Ir. Diogo Fernandes, entrado na Companhia por fins de 1571 ([42]), que coincide com a chegada a Lisboa do que ia para o Brasil. Se é o mesmo, deu-se como inválido o noviciado anterior, por passar tantos meses fora de casas da Com-

([40]) *Lus. 42*, f. 3v.
([41]) *Bras. 15*, ff. 220r-222v.
([42]) *Lus. 43*, f. 473v.

panhia. Deste diz o Catálogo de 1577: «Diogo Fernandes, Coadjutor. Hé de 24 annos, natural de Avelãas, do Bispado de Coimbra; há 5 annos e meo que está na Companhia. Mal disposto dos rins e de melancolia» ([43]).

65. Ir. Francisco. Não se identifica com nenhum dos 52 mártires; e faltam elementos, para qualquer individuação certa, entre os numerosos «Franciscos» dos Catálogos coevos, se porventura perseverou na Companhia.

66. Ir. Baltasar. Caso semelhante ao precedente.

67. Ir. António Fernandes (B.). Coadjutor. Natural de Montemór-o-Novo. Filho de Gaspar Fernandes e Maria Lopes. Entrou na Companhia a 1 de Janeiro de 1570. «Muito bom carpinteiro de marcenaria», cuja arte praticou em Lisboa. Em Val do Rosal era o chefe da oficina, onde se lavraram muitas cruzes e retábulos para o Brasil, de boa madeira, que o P. Inácio de Azevedo mandou comprar. Lançado vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 199 223 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 117; *Imagem de Évora* 234; LEITE, *História* II 262; COSTA 339).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

68. Um Coadjutor. (Sem nome explícito no «Catálogo» ([44]). Ir. Simão da Costa (B.). Coadjutor. Do Porto. Era noviço de pouco tempo e ainda andava de pelote (*Relaçam*). Julgando os hereges que seria algum pajem, pelo qual poderiam obter bom resgate, não o mataram no dia 15. Interrogado no dia seguinte, respondeu que era religioso como os outros e foi mandado degolar. O único, dos 40, que recebeu este género de martírio e em dia diferente dos mais (16.VII.70). (*Relaçam* 247-248 254-255 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 263).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

([43]) *Lus. 42*, f. 11r.

([44]) Cf. LEITE, *História* II 262-263.

— Havia um homónimo, natural de Lisboa, estudante e doente, que entrara na Companhia a 16 de Março de 1567 ([45]), e deste 2.º Simão da Costa ainda fala o Catálogo de 1577, com 24 anos de idade ([46]).

69-70. Dois alfaiates. Sem nomes explícitos no Catálogo ([47]). Parece que se devem identificar com dois Irmãos, de nome conhecido, que iam na nau de Pero Dias. Os seguintes:

[69]. *Ir. Diogo de Carvalho (V.).* Coadjutor. Natural de Tondela (Viseu). Foi ao mar, vivo (14.IX.71). (*Relaçam* 275 281 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 137-138; LEITE, *História* II 263).

[70]. Ir. Gaspar Gonçalves. Mostrou medo, tirando a roupeta e metendo-se entre os grumetes feridos. A este grupo de feridos, os hereges lançaram-nos ao mar (14.IX.71), por não haver na nau com que os curar e sustentar. E com eles foi Gaspar Gonçalves, que assim perdeu a coroa do martírio. A *Relaçam* refere-se a esta morte e a este Irmão, calando o nome («que aqui não vai nomeado»). (*Relaçam* 280-281; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 132; LEITE, *História* II 263).

[71]. Ir. Simão Lopes (B.). Estudante. Natural de Ourém. Foi vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 263).

O seu nome não consta no Catálogo, e deve interpretar-se, como dissemos, ou por lapso ou por ir a fim de ser recebido no Brasil, sendo entretanto admitido na Companhia entre Lisboa e a Madeira, porque o nome já consta na lista de Miguel Aragonés, do Funchal, 19 de Agosto de 1570.

Um dos «40 Mártires do Brasil».

[72]. *Ir. Pero Fernandes (V.).* Coadjutor. Português. Carpinteiro e noviço. Foi ao mar, vivo (14.IX.71). (*Relaçam*

([45]) *Lus. 43*, f. 335r.

([46]) *Lus. 42*, f. 39r.

([47]) Cf. LEITE, *História* II 262.

283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 139; LEITE, *História* II 263).

Também este Irmão não consta no Catálogo, com nome explícito. Mas deve ser o que entre os «servidores seculares» aparece sob a denominação de «outro carpinteiro» (48). Todas as Relações dizem que o Ir. Pero Fernandes era carpinteiro e noviço (*Relaçam* 280-281), mas a relação, feita à base das informações de Bastião Lopes, acrescenta um pormenor, donde se infere que de todos os que iam para o Brasil foi ele o último a ser recebido na Companhia, pròvàvelmente já depois do embarque: «Era ho Irmão Pero Fernandes Coadjutor temporal e *mais noviço que todos,* porem humilde e de muita virtude» (Arch. della Postulazione, *Azevedo n.º 30*).

Era dos que mais esforçavam os companheiros, com os seus fervores de noviço e de homem já feito, dado o ofício que tinha (*Relaçam* 274 276 277). O registo de entrada na Companhia, a bordo ou na Madeira, daria os restantes elementos de individuação; mas esse registo, com o de outros, perdeu-se na nau de Inácio de Azevedo ou de Pero Dias.

[73]. JOÃO ADAUTO (B.). Natural de Entre Douro e Minho. Sobrinho do capitão da nau «Santiago». Não era da Companhia de Jesus, embora desejasse vir a sê-lo. Em toda a viagem andava sempre com o P. Inácio de Azevedo e os Irmãos, e durante a peleja vestiu uma roupeta das que tiraram aos da Companhia; e, vendo que os Irmãos se deixavam matar sem resistência, consentiu no mesmo. Tudo isto conta a *Relaçam* e dá a significação do nome: «O qual, já antes de morrer tão santamente, se chamava São João, o que é nome costumado entre Douro e Minho, donde ele era natural, e agora com muita mais razão lhe podemos chamar São João Adacto». (Adacto ou Adauto, adicionado, que veio por acréscimo completar o número dos 40). Trabalhava à bomba com os Irmãos e, com alguns deles, foi vivo ao mar (15.VII.70). (*Relaçam* 253-254 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120-121; LEITE, *História* II 263).

Um dos «40 Mártires do Brasil».

---

(48) LEITE, *História* II 263.

III

UM GRAVE EQUÍVOCO

O B. Luís Rodrigues, um dos 40 Mártires do Brasil (e não o pseudo Juan de Baeza)

Algumas listas dos 40 Mártires do Brasil (BB. Inácio de Azevedo e 39 Companheiros) inquinaram-se dum nome vazio de conteúdo histórico. Será possível conhecer e documentar como nasceu o equívoco?

Nasceu duma negligência ou erro cometido numa *Relaçam* [de Maurício Serpe], que anda copiada, no todo ou em parte, por diversos arquivos de Lisboa, Porto, Madrid e Roma, duas das quais já se imprimiram, a do Porto e a da Biblioteca da Ajuda (1).

Consistiu o equívoco em que entre os 39 companheiros de Azevedo, o Irmão Alonso de Baena, espanhol, que realmente é mártir, nos passos daquela *Relaçam* onde se fala dele, escrevendo-se sempre «Afonso», aparece uma vez «João». Desta maneira: em Val do Rosal, «Afonso» Baena (p.189), na Ilha da Madeira, «Alonso» de Baena (p.223); mais adiante, já no princípio da peleja com os calvinistas franceses, quando o P. Inácio de Azevedo designou alguns Irmãos para animar os Portugueses, entre os quais ele, a saber: «O Ir. Manoel Álvares, João de Mayorga pintor, Gonçalo Anriques diácono, Manoel Pacheco de Ceita, Diogo Pires Mimoso, Francisco Peres Godoy, António Soares sotominstro, o Padre Pero d'Andrade ministro, Estêvão Zurara, João de San Martín, Affonso de Baena» (p.231). Aparece ainda entre os que curavam os feridos: o Padre Diogo de Andrade com o Ir. António Gonçalves, António Soares e «João» de Baena (p.237); entre os que aceitaram a morte com alegria, «Afonso» de Baena (pp.251-252); e finalmente, na lista dos 40 Mártires, «Afonso» de Baena (p.266) (2).

---

(1) Cf. LEITE, *História* VIII 76-77.

(2) MAURICIO SERPE, *Relaçam da Gloriosa morte do Padre Inacio de Azevedo da Companhia de Jesu e seus Companheyros, que foram mortos polos hereges no Anno de 1570 indo pera o Brasil,* in *Memorial de*

O equívoco de João uma vez (p.237), em lugar de Afonso escrito bem todas as mais vezes, é evidente. Trata-se duma e a mesma pessoa, em ocorrências diferentes e sucessivas. Negligências tão comuns que até nos nomes de baptismo daqueles poucos mártires, tais como se apresentam impressos e acima transcritos, se insinuaram mais dois equívocos: «António» Gonçalves em vez de «André» Gonçalves (e precisamente na mesma página e linha onde está «João» em vez de «Afonso»), e o P. «Pero» de Andrade (p.231), em vez de «Diogo», que são os verdadeiros nomes. Equívocos, estes últimos, sem consequências. Não assim o que se refere a Baena.

E a primeira consequência deste equívoco operou-se logo numa lista anexa à cópia da *Informação,* existente em Roma. Constando a lista de 39 nomes, por efeito da leitura da mesma *Informação,* encaixaram por letra diferente, fora da linha e em latim (a lista é em português) o nome de «Ioannes de Baena» (o n padeceu emenda, talvez para z ou vice-versa, mas prevalece Baena) (3).

A segunda consequência manifestou-se na lista dos «40 Mártires», feita por fins de 1571 ou começos de 1572, em que estava *«Luis Rodrigues, estudante, ao mar, vivo, Evora»,* na qual, não em entrelinha mas por cima do próprio nome de «Luis Roiz» (que ainda hoje se pode ler), escreveram desta vez «Joan de Baeza» (não de Baena), e por cima de «Evora» escreveram «Castella». As quatro palavras intermédias deixaram-nas como estavam (4).

E esta é de todas, a consequência mais grave. Na limitação do número 40, a intromissão de Juan (de Baena ou de Baeza) implicava a omissão de Luís Rodrigues, e assim sucedeu logo

---

varias cartas e cousas de edificação dos da Companhia de Jesus. Com um Prefácio por Joaquim Costa Director da Biblioteca. Reconstituição do texto e nota preliminar de José Pinto 1.º Bibliotecário (Porto 1942) 179-267. Esta *Relaçam,* nalgumas cópias, leva o nome de *Informção* e ainda de *História,* e nem sempre com a mesma ordem dos capítulos, cf. LEITE, *História* VIII 77. A esta *Relaçam* impressa, se referem as páginas citadas no presente estudo.

(3) Roma, Arch. della Postulazione, *Azevedo n.º 30, f.* 35v.

(4) ARSI, *Lus. 43,* f. 394v.

em diversos autores espanhóis de grande influência, expansão e publicidade não de todo extinta ainda hoje (5), e de cujo peso António Franco ainda não conseguiu libertar-se inteiramente no primeiro volume da *Imagem,* a de *Évora.* Aí deixou serpear também João de Baeza (p.222), embora só com o simples nome, desacompanhado de qualquer notícia, e sem falar mais dele, nem o substituir a Luís Rodrigues, que enumera entre os 40 Mártires, e de quem estabelece as notas concretas e individuantes de naturalidade, filiação, entrada na Companhia, formação religiosa em Val do Rosal e género de morte (6).

Franco advertiu depois o lapso. Na *Imagem de Coimbra,* ao fim do catálogo, completo e certo, dos «40 Mártires do Brasil», como a corrigir por via indirecta a parasitária menção de Baeza, de cinco anos antes, declara:

«Advirto que o Padre Alegambe, & delle o Padre Nadasi trazem neste número dos quarenta, hum João Baena, castelhano, e hum Pedro Fonseca, portuguez, & nam fallam no Irmão Luis Rodrigues de Evora. Porem não tiveram, quanto a isto, as noticias tam apuradas como as que cá temos na nossa Provincia, onde o catalogo, que aqui fica, se fez logo no principio com grande exacção; & os nossos escrittores, como em cousa de sua caza, assim o tem mui certo & averiguado, & feito no mesmo tempo, & nelle nam ha genero algum de duvida» (7).

---

(5) Escreve FRANCISCO RODRIGUES: «No exemplar da Relação de Maurício, da B. N. L., Fundo Geral 4519, f. 37v, nota de outra letra adverte que há erro no nome de *Luís Rodrigues,* porque no catálogo de Ribadaneira está em vez dele, Juan de Baeza; mas que Luís Rodrigues está em todos os catálogos, que de mão estão no Cartório, tirando dous que estão em castelhano tirados por Ribadaneira» (*História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* II/2 [Porto 1938] 497). Rodrigues menciona várias obras em que encontrou Juan de Baeza, em vez de Luís Rodrigues, e entre elas a *Synopsis Historiae S. I.,* ed. de 1914; acrescentamos que a última, de 1950, p. 718, ainda traz: «Ioannes de Baeza, hispanus».

(6) ANTÓNIO FRANCO, *Imagem da Virtude de Evora* (Lisboa 1714) 234. Filiação de Luís Rodrigues (nesta página): «Filho de Diogo Rodrigues, & Leonor Fernandes».

(7) Id., *Imagem da Virtude de Coimbra* II (Coimbra 1719) 122. E cf. Catálogo de Janeiro de 1570, do Colégio de Évora, onde também consta

Aquele Pedro Fonseca, de Alegambe e Nadasi, não passa doutro equívoco de leitura, por Pedro (Pero) Fontoura. Mas, para o meterem na lista dos 40, tiveram que suprimir dela mais um nome; e desta vez o omitido foi Amaro Vaz, de Marco de Canavezes.

Da criteriosa advertência de António Franco, deduz-se também que os autores espanhóis flutuavam entre Baena e Baeza, julgando-o castelhano, qualquer que fosse o apelido; flutuação de que é documento uma «Relazione», feita mais tarde pela que se apresentou à Sagrada Congregação dos Ritos, em 1670, para a canonização dos 40 Mártires, na qual estava escrito «Giovanni di Baena ò Baeza spagnuolo», mas então já houve quem riscasse as duas últimas palavras e escrevesse por cima «Portoghese», de maneira que, a seguir à emenda, ficou: «Giovanni di Baena Portoghese» (8), novo equívoco a aditar aos precedentes.

Tais são os documentos manuscritos. Averigua-se do seu exame directo que o apelido de «Baena» teve origem no equívoco da «Relaçam»; que o de «Baeza» apareceu na emenda à lista de 1571-1572, quando escreveram este nome sobre o de Luís Rodrigues; e que a dúvida entre Baena e Baeza e a sua nacionalidade ainda então se mantinha. Dúvida e flutuação tão persistente que não parece justificar-se apenas pela parecença dos dois sobrenomes. Dir-se-ia que antes deriva duma terceira circunstância, que sugestionasse a emenda; e seria o facto de constar, nos Catálogos portugueses, a existência dum Irmão João Baeça, no Colégio de Évora, de 1562 a 1565. Consta desta maneira:

1562: João Baeça, de 18 anos, de mui bom natural para

o P. Inácio de Azevedo, «Provincialis brasiliensis», e a idade de Luís Rodrigues, 16 anos, andando no 3.º ginasial: «Ludovicus Rodrigues, eborensis, ingressus est 15 Ianuarii 1570, annos sedecim natus, cum versaretur in 3.º gymnasio» (*Lus. 43*, f. 403r).

(8) Arch. della Postulazione, *Azevedo n.º 30*, f. 15v. Neste mesmo caderno há uma breve discussão se deveria ser Baena ou Baeza, mas sem se recorrer às fontes (lista de 1570, de Miguel Aragonés e Processo de 1628), limitando-se à citação de autores impressos.

a virtude, tem boa maneira para ser bom escrivão, e, para o mais, talento regular (9).

1563: Noviço, mestre dos meninos, português (10).

1563-1564: Mestre dos meninos até à 8.ª e última classe (11).

1565: Filho da cidade de Tavira no Algarve, há 3 anos que está na Companhia, há um que fez os votos, há dois que ensina a classe de escrever, tem 20 anos, e é fraco (12).

E aqui cessa a menção nominal de João Baeça nas listas. Não seria ele o mártir de 1570? A dúvida só na aparência tem justificação. Porque, se nos Catálogos cessa o nome de João de Baeça, ele continua a constar sob outra forma.

1566: O Catálogo deste ano fala da 8.ª classe, diz que esta é a Escola dos Meninos, e que neste ano tem dois mestres: O Ir. João da Costa, «que antes se chamava João de Baeça», e o Ir. Mateus do Rego (13).

1568: «João da Costa, *olim* João de Baessa, entrou a 18 de Setembro de 1561» (14). E de novo, a pergunta: Não seria este João da Costa, que antes se chamava João Baeça (ou de Baeça), o qual, retomando o sobrenome antigo, tivesse sido aceito à última hora por Inácio de Azevedo e com ele martirizado? Tira a dúvida outro documento da mesma série:

Catálogo de 1577: Padre João da Costa, de 33 anos e meio, natural de Tavira no Algarve, bispado de Silves, há 15 anos e meio que está na Companhia, é fraco de cabeça, ensinou meninos oito anos a escrever (15).

De maneira que o Ir. João de Baeça, agora P. João da Costa, sete anos depois do martírio de Inácio de Azevedo e seus 39 Companheiros, ainda vivia.

(9) ARSI, *Lus. 43*, f. 169r.

(10) *Lus. 43*, ff. 198r 200r 202v.

(11) *Lus. 43*, ff. 215r 217r 218r.

(12) *Lus. 43*, f. 262v.

(13) *Lus. 43*, f. 268v.

(14) *Lus. 43*, f. 332v.

(15) *Lus. 42*, f. 23r.

Que se conclui? Que um equívoco inicial, propagado por escritores, sem mais estudo nem revisão completa das fontes, se foi repetindo duns para outros, embora com certa flutuação, e nem sempre de olhos fechados. Um desses autores, citando o «Hermano Juan de Baeza, novicio español», entre os que Azevedo trouxe de Espanha para Portugal, acrescenta que nem «patria ni otra circunstancia particular suya hallo expressado en los Auctores» ([16]).

E temos que de Juan de Baeza, espanhol, ninguém sabe dar notícia alguma, e João de Baeça, português, que de facto existiu, natural de Tavira, não foi mártir; e nem ele, nem outro qualquer de igual nome, nem o de Juan de Baena, consta do Catálogo geral de 1570, «dos que foram este anno para o Brasil», enviado a Roma por ocasião do embarque de todos. Que é exactamente o contrário do que sucede com Luís Rodrigues.

De Luís Rodrigues sabe-se onde nasceu (Évora), quando entrou na Companhia (15 de Janeiro de 1570) ([17]), que idade tinha, quem foram seus pais; consta na «lista dos que foram este anno para o Brasil» ([18]); e se na de 1571-1572 substituiram o seu nome pelo postiço Juan de Baeza, não o omitiu a narrativa completa da «Relaçam», quer em Val do Rosal durante a sua formação religiosa ([19]), quer na nau do martírio, onde se lê: «Tambem o Irmão Luiz Rodriguez, d'Evora, no tempo da peleja andava mui animado, e animava os Irmãos a altas vozes, dizendo: Irmãos, animemo-nos e ajudemo-nos do Credo, porque o sangue de Christo não se há-de perder» ([20]); e igualmente se lê entre os «40 Mártires», na lista final da mesma *Relaçam:* «Irmão Luis Rodriguez, de Evora, estudante, ao mar, vivo» ([21]).

([16]) BARTHOLOMÉ ALCAZAR, *Chrono-Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia de Toledo* II (Madrid 1710) 302.

([17]) *Lus. 43*, f. 403r.

([18]) LEITE, *História* II 262: todo o Catálogo, 256-263.

([19]) *Relaçam* 202; MANUEL DA COSTA, *Inácio de Azevedo* (Braga 1946) 409; e cf. *ib.* 376, onde cita um artigo seu sobre esta matéria, no *Mensageiro do Coração de Jesus* (Braga 1944) 516.

([20]) *Relaçam* 237; *Imagem da Virtude de Evora* 225.

([21]) *Relaçam* 266.

Além destas notícias, que lhe vão assinalando o ano de 1570 e os passos do martírio, também Luís Rodrigues está presente no processo original de Canonização, feito em Coimbra em 1628, importante documento que parece deixaram de consultar os que depois levaram avante o processo de Roma. Teriam eles para isso algum motivo? Cremos que sim. E seria o de se preocuparem mais com a «qualificação» do martírio («martírio *pela Fé*») dos «40 Mártires», e com a literatura já existente sobre esse conjunto e qualificação, do que com a identidade de cada um dos componentes do grupo glorioso; e, se alguma vez se preocuparam com o pormenor das pessoas, em vez da revisão acurada das fontes, recorreram ao argumento da autoridade, isto é, aos autores impressos, adoptando a lista de Pedro de Ribadeneira, na *Vida do Padre Francisco de Borja,* que na edição italiana de 1616 já traz os 40 nomes «beatificados», desde o «B. Ignazio de Azevedo» ao último, entre os quais o «B. Giovanni di Baeza»; e, de facto, é esta a lista, que transcreve e cita mais tarde o *Summarium,* de Roma ([22]).

Neste pormenor, os livros impressos prevaleceram aos documentos de origem. E uma vez assente que «Baeza, hispanus», era um dos 40, quando alguma vez se utilizavam fontes primitivas, como a de Miguel Aragonés, trasladava-se a narrativa e não se consultava a lista ([23]). E no entanto, o Ir. Miguel Aragonés, companheiro dos Mártires até à Ilha da Madeira, escrevia logo, dessa mesma Ilha, a 19 de Agosto de 1570, e a sua lista enumera *todos* os 40 Padres e Irmãos da Companhia, que ele com os próprios olhos viu partir do Funchal na nau do mar-

---

([22]) Cf. *Brasilien. Canonizationis seu Declarationis martyrii Servorum Dei Ignatii Azevedo et Triginta novem Sociorum Martyrum Societatis Iesu super dubio an constet de Martyrio et Causa Martyrii in casu et., Summarium (Roma* 1713) 133 n.º 107. Este *Summarium* cita a edição italiana de Ribadeneira de 1616, mas a edição de 1600 (Florença) 207, já traz também todos os 40 nomes com a qualificação de «Beato», por extenso em Azevedo, nos mais «B.» abreviado; e o mesmo, para o grupo dos 12 (de Pero Dias), todos também com a mesma qualificação de «Beatos» (p. 212). Esta indicação de «Beatos» não se lia na edição castelhana de Ribadeneira (1594).

([23]) *Summarium* 143-148.

tírio. Nela não consta o nome de João (de Baena ou de Baeça). Mas o n.º 19, dos 40, é Luís Rodrigues [24].

Na categoria das listas dos «40 Mártires», esta de Miguel Aragonés é, entre todas as existentes, a mais antiga, assim como na ordem dos Processos, o primeiro organizado em regra é aquele de Coimbra, aberto a 3 de Outubro de 1628. Ao começo no processo de canonização todos os mártires se englobavam numa só causa, quer os *Quarenta* de 1570, da primeira nau (Inácio de Azevedo e 39 companheiros), quer os *Doze* de 1571, da segunda nau (Pero Dias e 11 companheiros). Só no processo final se separaram, por o primeiro grupo ter sido objecto de culto quase imediato, depois oficialmente reconhecido em 1854 (festa a 15 de Julho). Mas, para perfeita compreensão dos documentos, importa lembrar que o primeiro processo de 1628, ainda os congregava a todos; e entre os artigos, a que as testemunhas haviam de responder, contam-se estes: «2.º, se sabe os nomes e o número delles, e como o sabe»; 3.º, se sabe que elles no mar forão pellos hereges cativos, e mortos em odio da Fé, e como o sabe, he se há disto publica vox e fama». Artigos a que as numerosas testemunhas depois responderam todas afirmativamente.

Segue-se a esta verba dos artigos, a deputação do notário e cursor, e logo a lista autenticada dos mártires, que, pela mesma precedência histórica do processo, é documento de base.

---

(24) Madrid, Colegio de Chamartín, *Varia Historia III, f.* 632v; a carta de Miguel Aragonés, de 1570, saiu no *Summarium* com a data de 1571. Como a lista do Irmão Aragonés contém *todos* os 40 da Companhia, que iam na nau Santiago, nela também se inclui: «el Hermano Joan Sánchez, castellano de Sanluca» [Sanlúcar], que depois se averiguou não ter sido morto pelos hereges, mas levado por eles à Rochela, donde voltou a Portugal, constituindo-se informador da *Relaçam,* de Maurício Serpe. No Colégio de Santo Antão (Lisboa) residia em 1574, o Ir. Juan Sánchez, do Arcebispado de Sevilha; tinha 20 anos e andava na 3.ª classe (*Lus. 43,* f. 464v). Não perseverou na Companhia, incluindo-se entre os despedidos no ano de 1578 (*Lus. 43,* f. 522r). Não sendo mártir, preencheu-se o seu nome no número dos 40, como se verá na lista de Coimbra, com o de «S. João Adaucto». A presença de João Sánchez, na lista dos mártires, feita por Miguel Aragonés, seria justificação bastante para ela se excluir do *Summarium* de Roma. Todavia essa mesma presença de João Sánchez prova tratar-se de lista coeva e autêntica.

«Certidão com os nomes dos Padres e Irmãos mártires

Certifiquo eu Manoel da Rocha Paaes, notario apostolico dos aprovados authoritate apostolica, morador nesta cidade [de] Coimbra, que hé verdade que eu, a requerimento do P.º Pero Correa, Procurador do Collegio da Companhia de JESUS desta dita cidade e Procurador nesta cauza, fui à caza do Cartorio e Archivo do dito Collegio, aonde pello P.º Rui da Silva, cartulario do dito Cartorio, me foi mostrado hum livro e outros papeis, que nelle estavão, para effeito de tirar delles os nomes dos Padres e Irmãos martyres, que morrerão indo pera o Brazil nos annos de quinhentos e setenta, he setenta e hum, de que se trata; aonde no ditto livro, que me foi mostrado, encadernado em pregaminho, escrito de letra de mão, e de outros rois, que no dito Cartorio estavão, em huma gaveta, que desia «Cousas do Brazil», tirei bem e fielmente os nomes dos ditos religiosos, assym da primeira, como da segunda nao, que huns e outros são os seguintes:

Primeira nao [25]

O Padre Ignacio d'Azevedo [Porto, arredores]
O Padre Diogo d'Andrade [Pedrógão Grande]
Irmão António Soares [Trancoso]
Irmão Bento de Crasto [Chacim, Trás-os-Montes]
Irmão João Fernandes [Braga]
Irmão Manoel Alvares [Estremoz]
Irmão Francisco Alvares [Covilhã]
Irmão João de Mayorga [Gasconha]
Irmão Estevão Zurara [Biscaia]
Irmão Affonso Bayena [Toledo]

---

(25) Na lista original, só vem indicada a naturalidade de um nome, o Ir. Gregorio Escribano, de Logroño (escrito à portuguesa, Logronho). Para não aparecer só esse, isolado, damos entre cancelos a naturalidade de todos. Por elas se vê que na primeira nau os mártires eram 32 portugueses (Ceuta era então portuguesa) e 8 espanhóis (um nascera em território que é hoje francês, na Gasconha, mas ainda então espanhol); na segunda nau os mártires eram dois espanhóis e dez portugueses.

Irmão Domingos Fernandes [Borba]
Irmão Gonçalo Anrriques [Porto]
Irmão Joam Fernandes [Lisboa]
Irmão Aleyxo Delgado [Elvas]
Irmão Luis Correa [Évora]
Irmão Manoel Rodrigues [Alcochete]
Irmão Simão Lopes [Ourém]
Irmão Manoel Fernandes [Celorico]
Irmão Alvaro Mendes [Elvas]
Irmão Pedro Nunes [Fronteira]
Irmão Luis Rodrigues [Évora]
Irmão Francisco de Magalhães [Alcácer do Sal]
Irmão Nicolao Dinis [Bragança]
Irmão Gaspar Alvares [Porto]
Irmão Brás Ribeiro [Braga]
Irmão Antonio Fernandes [Montemor o Novo]
Irmão Manuel Pacheco [Ceuta]
Irmão Pedro de Fontoura [Braga]
Irmão Simão da Costa [Porto]
Irmão André Gonçalves [Viana do Alentejo]
Irmão Amaro Vaz [Distrito do Porto] ([26])
Irmão Diogo Pires [Nisa, Portalegre]
Irmão Marcos Caldeira [Vila da Feira]
Irmão António Correa [Porto]
Irmão Fernão Sanches [Castela a Velha]
Irmão Gregorio Escrivano, de Logronho
Irmão Francisco Peres de Godoy [Torrijos]
Irmão João de Safra [Jerez]
Irmão Joam de San Martín [Yuncos]

Sam João Adaucto, que consentio o lançassem por Irmão, pedia a Companhia e fazia os exercicios dos mais Religiosos que hião na nao [Portugal].

([26]) «Do Conselho de Bemviver» (*Lus. 43*, f. 394r). O Concelho de Bemviver uniu-se ao de Soalhães em 1852; e em fins de 1853 passaram ambos a constituir o Concelho de Marco de Canavezes. Podem-se ver as freguesias, pertencentes ao antigo Concelho de Bemviver, em AMÉRICO COSTA, *Dicionário Corográfico de Portugal* III (1932) 571.

Nomes dos Religiosos que hião na segunda nao com o P. Pero Diaz no anno de setenta e hum

O P. Pero Diaz [Arruda, Lisboa] ([27])
O P. Francisco de Crasto [Montemolín]
Irmão Affonso Fernandes [Viana do Alentejo]
Irmão Gaspar de Góez [Portel]
Irmão João Alvares [Estreito, Oleiros]
Irmão André Paaes [Porto]
Irmão Pero Diaz [Souto, Viseu]
Irmão Fernão Alvares [Viseu]
Irmão Miguel Aragonés [Guisona]
Irmão Francisco Paulo [Portugal]
Irmão Pero Fernandes ([28]) [Portugal]
Irmão Diogo Carvalho [Tondela]

Os quaes nomes todos, assi como aqui declarados vam, eu sobredito notario tirei do dito livro e papeis, bem e fielmente, e o consertei com o notario aqui assinado, em fee do que me assinei aqui de meu sinal razo.

Em Coimbra, a tres de Outubro de seiscentos e vinte e outo annos.

Consertado por mym notario Manoel de Rocha Paaes.

He comigo notario apostolico Francisco Fernandes de Almeida» ([29]).

([27]) Pero Dias em 1561 escreveu de si mesmo, que era «português, de Lisboa» (ARSI, Fondo Ges. *ms. 77-IV*, f. 282r). O Catálogo dos mártires de 1571-1572, diz «Aruda» (Arruda dos Vinhos, no Arcebispado hoje Patriarcado de Lisboa). Donde parece seguir-se que Pero Dias, estando em Coimbra, e dizendo que era «de Lisboa», não quis dizer «da cidade», mas da circunscrição eclesiástica (muito usual então). Em Lisboa, como dissemos, tinha dois irmãos casados, o que poderia também significar que a sua família se trasladasse de Arruda para Lisboa, sendo ele menino.

([28]) Sabe-se que era «carpinteiro» e «o mais noviço de todos» (*Bras. 15*, f. 221r). Esta dupla circunstância indica positivamente que ele fosse o «outro carpinteiro» secular, mencionado na lista de 1570 sem o o nome expresso. Cf. supra, o n.º 72 desse catálogo.

([29]) Roma, Archivio della Postulazione S. I., *Azevedo n.º 31*, f. 3r-3v.

A III parte deste estudo, de pesquisa histórica, escreveu-se com a finalidade expressa de verificar como ao B. Luís Rodrigues, de Évora, um dos 40 Mártires do Brasil, substituiram o pseudo Juan de Baeza, de quem não se sabe quando nasceu, nem onde, nem os pais, nem quando entrou na Companhia. Nada se sabe, nem pode saber, mais que o flagrante equívoco donde procede.

O governo de Sousa Coutinho em Angola

Por *RALPH DELGADO*

II

Aproveitamento racional do Reino de Benguela

Disposto a lançar a possessão para um ritmo evolutivo ordenado e racional, Sousa Coutinho prestou, ao reino de Benguela, uma assistência tão útil e tão oportuna, que a podemos classificar de pedra fundamental da sua ocupação.

O inolvidável comendador da Ordem de Cristo agiu, com o maior empenho, por saber que *o bem de Angola veio sempre de Benguela,* quer dizer, que o reino do Sul favoreceu constantemente, em dose essencial, o reino do Norte, com suas vastas e diversas possibilidades; e por ver as suas sadias e prometedoras jurisdições povoadas, normalmente, por delinquentes, atravessadores e foragidos, que provocavam a instabilidade, embora favorecendo a integração dos não europeus, e respeitavam o livre arbítrio como norma basilar do direito público.

1) A FORTALEZA E O HOSPITAL — O primeiro socorro prestado, por Sousa Coutinho, à aldeia fundada por Cerveira Pereira, recaíu sobre o seu sistema defensivo, de adobe e arruinado, no cumprimento de ordens régias dirigidas ao seu antecessor, António de Vasconcelos: deslocação, para o Sul, do engenheiro Joaquim José Cipriano dos Santos, chegado consigo em meados de 1764, para construir uma nova fortaleza, com-

patível com o valor da capital de aquém-Quanza, quer sob o ponto de vista económico, quer sob o militar (1).

Começadas em 1765, vazadas em moldes amplos e práticos e alimentadas pelos *quintos* das guerras desencadeadas nos sertões, as obras da nova praça forte decorreram vagarosamente, estando quase concluídas em 1772, à saída do governador. A insalubridade, as faltas e as epidemias, ceifando a população com crueldade desoladora, não consentiram numa marcha mais animada na consecução de tão importante melhoramento. No entanto, foi ele levado a cabo, a despeito de todos os sacrifícios, ficando Benguela dotada com a primeira fortaleza digna deste nome, muito boa para a época e assaz distante dos *fortezinhos ligeiros* anteriores, como a terra se mostrava longe de corresponder, em clima, ao entusiasmo da ocupação. Com tal amparo, a sentinela do Sul já poderia defender-se.

Simultâneamente, Sousa Coutinho tomou medidas para acabar, como fizera em Luanda, com os pagamentos lesivos da soldadesca, processados em géneros e fazendas, ordenando a sua liquidação em dinheiro, à razão de 70 réis diários; e providenciou sobre a alimentação dos referidos homens de armas, que era mal preparada e de má qualidade e representava, como é compreensível, um aliado malfazejo da desventura climática.

Para melhor atingir os seus objectivos, o governador mandou reunir os soldados em grupos de dez, dirigidos pelo mais hábil, com a obrigação de cada um contribuir com 40 réis diários para as suas refeições; refeições *sempre quentes*, bem feitas, cozinhadas cada dia por um dos agrupados, cabendo ao *cabo* do rancho a fiscalização das instruções inerentes, cujo propósito máximo (a alimentação normal dos defensores do território) era fácil de alcançar, por a vida ser barata.

Os restantes 30 réis diários do vencimento das *praças* seriam guardados num cofre, tendo por claviculários os três oficiais da companhia, e destinavam-se ao pagamento das seguintes despesas: medicamentos, calçado, corte da barba e lavagem das camisas. Trimensalmente seriam prestadas contas minuciosas da aplicação da receita.

(1) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 20 de Julho de 1764 (A. H. U., cx. 30).

Os soldados degregados, acompanhados de suas mulheres, coabitando com elas e sendo bem comportados, teriam a liberdade de administrar, em casa, os seus soldos; facilidade lógica, animadora da fixação, batida durante longos e penosos anos, contudo, pela perversidade doentia do ambiente, que exigia constantes fluxos populacionais (2).

O governador propôs a criação, na cidade, de um batalhão formado por quatro companhias de infantaria e duas de artilharia, sob o comando de um coronel ou de um sargento-mor; registando, à sua saída, uma guarnição composta por 130 soldados, comandados por oficiais competentes, capaz de defender a localidade. Acabava, por esta forma, o inacreditável desarmamento de Benguela, cheia de responsabilidades na defesa da integridade territorial, onde não havia, em 1764, mais do que 50 homens de infantaria, mal preparados, insuficientemente armados e doentes.

Perante os horrores do paludismo, Sousa Coutinho teve uma visão segura da defesa dos militares do Sul, alvitrando, para a Metrópole, a manutenção, no litoral, em tempo de paz, de um pequeno efectivo, destinado a evitar o contrabando, e a instalação dos contingentes maiores no sertão, salubre e prometedor, onde seria livre a aplicação individual à agricultura. Tratava-se de um autêntico plano de colonização militar, adaptado ao clima ameno dos planaltos de Benguela, de êxito assegurado e revolucionador, ainda hoje aconselhável. Foi pena não se ter realizado.

*
* *

A assistência sanitária, em moldes compatíveis com a fereza insalubre de S. Filipe, foi outra preocupação dominante do governador, manifestada no começo da sua extraordinária

(2) Carta do governador, para o capitão-mor de Benguela, de 14 de Julho de 1764, e portaria de igual data (A. H. U., cx. 30).

gestão, que constituiu um vultuoso título de glória para o seu consciente poder de iniciativa e para a sua inalterável humanidade.

Realmente, não se conformando com os suplícios de um punhado de expatriados quase sem recursos clínicos, com a ocupação reclamando renovações periódicas de elementos úteis, o filho de Rodrigo de Sousa prontificou-se a acudir a tão compungedora situação, organizando o terceiro hospital de Benguela. Embaraçado, porém, pela falta de rendimentos, para alcançar a sua finalidade, o chefe do território apresentou o assunto ao governo central, com sujestões convenientes e a solicitação costumeira para a indispensável aprovação.

Entretanto, enquanto esperava pela resposta, Sousa Coutinho encontrou, casualmente, a carta régia de 16 de Outubro de 1674, que aplicava os dízimos à manutenção do primeiro hospital da cidade, criado por Francisco de Távora, chefe de grande envergadura do século XVII; e, nos seus precisos termos, inexplicàvelmente esquecidos, tratou das bases preliminares do funcionamento da nova casa de saúde, disposto a actuar, definitivamente, apenas a Metrópole respondesse ao seu projecto.

Os dízimos cobrados em Benguela, nesse tempo, rendiam 250.000 réis, em dinheiro; o corpo de oficiais de cada barco arribado contribuiria com 25.000 réis e cada marinheiro com 1.000 réis; cada soldado daria os soldos dos dias de internamento; a população da terra auxiliaria com esmolas; e para os remediados e ricos, a assistência seria paga. Obtido o apoio material unânime de todos os interessados, à chegada da resposta metropolitana, concordando com a abertura do novo estabelecimento, já estavam tomadas as providências necessárias à sua utilização (3).

Colocado em edifício feito, havia anos, para tal fim, mas nunca aproveitado, restaurado em 1765, o novo Hospital de Benguela ficou subordinado à direcção do juiz e dos mordomos da Irmandade de Nossa Senhora do Pópulo e sob a protecção directa do capitão-mor do presídio. Denominou-se *Hospital de S. Cristóvão*.

O governador estabeleceu bases, de ordem geral, para o funcionamento da nova unidade sanitária, em 30 de Janeiro de 1766; as quais substituiu, mais tarde, pelas instruções metropolitanas de 22 de Abril de 1766, em que ficaram exaradas a competência e as obrigações dos diversos sectores de trabalho: a Mesa Geral da Irmandade, o juiz, o escrivão, o tesoureiro, o cofre, os mordomos, o médico, o cirurgião, o enfermeiro e o boticário (4).

Na satisfação provocada pela restauração do indispensável estabelecimento, projectada em vivas manifestações de agradecimento e de simpatia, e nas imediatas ofertas, por parte da população, de camas, estanhos, loiças e remédios, teve o governador consoladora compensação para os seus devotados esforços e testemunho seguro da compreensão da sua condoída finalidade. Fez-se uma botica nova em 1767.

2) O COBRE DE SUMBE AMBUELA E O ENXOFRE DO DOMBE GRANDE DA QUIZAMBA — Queixando-se, normalmente, da falta de colaboradores idóneos, Sousa Coutinho teve a sorte, contudo, de se colocar, sob este aspecto, em posição superior à dos seus antecessores, devido ao zelo do governo central, que se empenhava em o auxiliar.

Essa boa estrela lhe permitiu levar até S. Filipe o capitão--mor José Vieira de Araújo, já visado também por António

(3) Carta de Lisboa de 31 de Outubro de 1765, referida em carta de Sousa Coutinho, para Mendonça Furtado, de 28 de Maio de 1766 (A. H. U., papéis avulsos de 1766).

(4) Cópia das Instruções e respeito ao Hospital de Benguela, de 30 de Janeiro de 1766; e cópia das Instruções gerais que S. Majestade manda dar à Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Pópulo de Benguela, confiando-lhe provisionalmente a administração do Hospital novamente erecto, e assim mesmo fazendo-lhe mercê provisional, e enquanto não mando o contrário, dos Dízimos, que naquele Presídio são da Real Fazenda (A. H. U., cx. 31). De Outubro de 1769 a Outubro de 1770, a Mesa da Irmandade arrecadou receitas no total de 3.218$395 réis, atingindo as despesas apenas réis 1.672$941. Durante esse lapso de tempo entraram, no hospital, 183 militares, dos quais faleceram 19; e 113 pobres, dos quais morreram 32.

de Vasconcelos, talhado pelo destino para interpretar, com perseverança e com o rigor possível, as determinações renovadoras do seu superior hierárquico.

Uma dessas ordens revolucionárias referiu-se à exploração do cobre das vizinhanças de Novo Redondo, o famoso metal de *Sumbe Ambuela,* à roda do qual se escreveram as primeiras páginas da fundação da capital do Sul (5). Inteirado da sua existência pela leitura de correspondência encontrada em casa de seu trisavô, o governador Fernão de Sousa, o chefe do território pensou em esclarecer, definitivamente, o mistério que envolvia a decantada riqueza do subsolo.

Perante os débeis recursos do presídio, Vieira de Araújo não correspondeu, neste capítulo, à ansiedade do comendador da Ordem de Cristo. Algumas acidentais pesquisas ordenadas após a fundação de Novo Redondo, em *Ngunza Cabolo,* não tiveram, como veremos, melhor resultado. Era certo haver cobre na região, assegurado pela venda remota, pelos indígenas, de pequenas manilhas, cujo local de fundição se desconhecia. Mas, sabendo-se, hoje, da existência de amostras do precioso metal por toda a costa sul, sem projecção valiosa susceptível de exploração, compreende-se, fàcilmente, a razão do malogro de todas as tentativas, antigas e modernas, para descobrir o sedutor Eldorado.

Sousa Coutinho chegou a mandar para Lisboa algumas barras de cobre, obtidas pela fundição das manilhas de Benguela e do Norte da possessão; pediu indicações sobre a sua exploração e preços de compra, para se fomentar a sua produção entre as populações nativas; o seu interesse pela evolução territorial levou-o, até, ao ponto de propor, à Junta da Fazenda, o estudo do problema e a fixação de uma cotação para o mineral abandonado; mas não atingiu os seus fins, porque não só a Metrópole não respondeu favoràvelmente às suas exposições, mas também a Junta se opôs, sem ordem régia, a tratar do assunto.

---

(5) Carta do governador, para Benguela, de 3 de Agosto de 1767 (A. H. U., cx. 31).

Plena de garantias de existência do precioso metal, a colónia tinha a sina, sem dúvida, de o não utilizar, sobretudo no reino de Benguela, onde ele actuara como fanal maravilhoso do rumo histórico da ocupação (6).

*

* *

Ao contrário do que sucedeu com o cobre, o enxofre do Dombe Grande da Quizamba foi uma consoladora realidade.

Descoberto, provàvelmente, em 1767, por explorador desconhecido, constituiu, como é óbvio, um motivo relevante para a regência de Vieira de Araújo e para o governo de Sousa Coutinho. Se não foi encontrado nessa altura, foi nela, pelo menos, que o chefe do território, animado pelas informações oriundas de S. Filipe, emitiu as primeiras ordens para a sua exploração, com o fito de criar uma nova riqueza e de incentivar a evolução geral (7).

No ano seguinte, de 1768, o governador incumbiu Francisco Xavier Pereira de proceder à *diligência do enxofre,* tendo este seguido para o Dombe Grande, acompanhado por José Macedo e por 6 soldados. Semanas decorridas após a sua instalação no local, o emissário oficial, aludindo minuciosamente às pesquisas feitas em busca do *veio da mina,* lamentou não o ter encontrado, mas sòmente pedras dispersas, de pequeno rendimento, insusceptíveis de rendimento comercial (8).

Habituado às insuficiências dos seus colaboradores, o governador expediu, no entanto, para a Metrópole, amostras do valioso mineral, com notícias sobre a marcha do seu aproveitamento; e nomeou João Guilherme *capitão* e *cabo* do Dombe

---

(6) Carta de Sousa Coutinho, para Martinho de Melo e Castro, de 6 de Janeiro de 1773 (A. H. U., papéis avulsos de 1773).

(7) Carta de Sousa Coutinho, para Vieira de Araújo, de 8 de Setembro de 1767 (A. H. U., papéis avulsos de 1767).

(8) Carta do governador, para Francisco Xavier Pereira, de 2 de Setembro de 1768 e carta deste, para o governador, de 14 de Novembro do mesmo ano (A. H. U., papéis avulsos de 1768).

Grande, em 26 ou 28 de Dezembro de 1768, para intervir activamente nos trabalhos em curso, em cujo êxito final acreditava. Foi esta a primeira autoridade regional efectiva (9).

Descobertos alguns depósitos de enxofre insignificantes, de 1769 a 1772, a *mineração* do Dombe Grande representou um ponteiro fiel das iniciativas benguelenses descomunais, comandadas superiormente por Sousa Coutinho; enquanto os dirigentes da exploração se foram sucedendo dentro das suas intolerâncias contumazes e da sua respectiva capacidade de resistência e de trabalho (João de Andrade e João Francisco actuaram em 1772).

Enquanto o grande legislador de Angola se manteve ao leme da governação, a Metrópole recebeu enxofre da Quizamba capaz de a entusiasmar e de lhe fazer compreender o esforço despendido na obtenção de uma *maravilha* conseguida por processos rudimentares e servida por leigos, armados em técnicos. O espírito de aço do filho de Rodrigo de Sousa não deixava claudicar as realizações transformadoras, qualquer que fosse o seu carácter, a despeito da invalidez física, sua e dos seus colaboradores, provocada, de vez em quando, por cruéis ofensivas da malária.

Após a retirada, para Lisboa, do grande intérprete do pensamento renovador metropolitano, alegando dificuldades de trabalho e falta de meios, a insipiente direcção angolana suspendeu a exploração do enxofre do Dombe Grande da Quizamba, dentro da velha rotina conciliada com a lei do menor esforço e com o império da comodidade. A suspensão durou até 1818, ano em que se deu a redescoberta e o reaproveitamento da sedutora riqueza vizinha da velha sentinela do Sul do território, a angustiosa e fúnebre Benguela.

Da mesma cidade saíram também, para a Metrópole, durante a gestão de Sousa Coutinho, algumas remessas de salitre.

(9) Carta do governador, para Lisboa, de 30 de Outubro de 1768 (A. H. U., cx. 32)

3) ORGANIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS — Para a *terra da morte*, ex-sede de um governo geral, corresponder às suas responsabilidades de *testa* da administração pública subalterna do ilimitado reino de Benguela, era mister dotá-la, como é intituitivo, de meios de trabalho correspondentes a tão ridente e tão lógico objectivo.

Viram o problema, por esta forma, alguns capitães-generais sensatos de Luanda, que se não pouparam a trabalhos para impelir, para horas felizes e prósperas, a famosa sentinela do Coringe. Todavia, a latitude da sua aplicação não foi consentânea com a largueza da tarefa e das suas próprias pretensões. O único chefe que congraçou os planos, a iniciativa e as realizações; que deu a Benguela, consequentemente, o empurrão exigido pela sua categoria e pelo seu valor, a despeito das pavorosas diatribes da sua insalubridade, foi Sousa Coutinho, o formidável reformador de todo o território.

A *miserável povoação*, sem ordem, sem justiça, sem fortificação, sem agricultura e sem instalações civis e militares razoáveis, transformou-se completamente, de facto, sob o desvelo do fundador da aula de geometria de S. Paulo da Assunção (Benguela e os seus sertões me deveram sempre o maior cuidado, deixou escrito o governador), tornando-se numa cidade organizada, com serviços públicos, com leis, com rumo e com saliência da sua capacidade económica.

Em construção a nova fortaleza da cidade, de proporções apreciáveis; inaugurado o Hospital de S. Cristóvão, com bases materiais suficientes e duradoiras; e esboçado o aproveitamento da única riqueza mineral vizinha da cidade; — o chefe da colónia, com efeito, desviou os seus olhares para a máquina burocrática, incompleta e decadente, e, como por encanto, contando embora uma população reduzida e pouco selecta, a terra de Cerveira Pereira subiu, ràpidamente, ao nível tradicional dos centros urbanos importantes, com o sistema administrativo montado.

Eis as medidas tomadas por Sousa Coutinho para organizar os serviços oficiais da *tormentosa aldeia* das vizinhanças do *Sombreiro:* nomeação dos *zeladores do bem comum,* primeira célula municipal da localidade, e proposta, para Lisboa, da

fundação da Câmara Municipal de Benguela ([10]); nomeação de um ouvidor letrado, para a cidade, em vez dos *leigos* e *pardos* até ali existentes ([11]); aplicação, a S. Filipe, do regimento dos escrivães das feiras ([12]); nomeação de dois administradores para arrecadarem os direitos dos escravos e do marfim, um dos quais, como já tivemos ocasião de dizer na primeira parte, era o ouvidor ([13]); aplicação das normas administrativas de Luanda a Benguela e as dos presídios nortenhos a Caconda ([14]); e determinação para a saída dos navios, do porto da cidade, se efectuar por meio de *bando* ([15]).

Assinado pelo governador em 25 de Abril de 1766, o *bando* das medidas falsas e dos atravessadores constituiu o regimento dos *zeladores do bem comum,* que foram eleitos por *todos os homens bons da cidade,* na presença da primeira autoridade judicial.

Insipiente e pré-municipal, de alçada do governador, utilizada para dar satisfação imediata a um pensamento elevado e improrrogável, a instituição dos *zeladores* aguentou-se até 1 de Maio de 1771, dia em que o dr. Pedro Nolasco Ferreira de Andrade fundou a Câmara Municipal de Benguela, na *forma das leis do reino,* em obediência a instruções governamentais de 29 de Março, servindo a sua casa, de começo, para as sessões públicas ([16]).

([10]) Carta de Sousa Coutinho, para o capitão-mor de Benguela, de 2 de Dezembro de 1767 (M. A., papéis de 1767).

([11]) Provisão de 3 de Fevereiro de 1767 (idem, idem).

([12]) Carta citada de Sousa Coutinho, de 2 de Dezembro de 1767.

([13]) Carta de Sousa Coutinho, para Mendonça Furtado, de 16 de Dezembro de 1767 (A. H. U., ex. 32).

([14]) Portaria do governador, de 7 de Dezembro de 1770 (M. A., papéis de 1770).

([15]) Nas *Memórias do Reino de Angola e suas conquistas,* de 1773 e 1775. Sousa Coutinho fez uma síntese das medidas adoptadas para Benguela (A. A., vol. IV, págs. 173).

([16]) Carta do governador, para o dr. Nolasco Ferreira de Andrade, de 29 de Março de 1768, citada na carta deste, de 7 de Julho de 1771, dirigida a Martinho de Melo e Castro (A. H. U., ex. 9).

De composição desconhecida, a primeira vereação teve por secretário António José da Costa, nomeado em 8 do mesmo mês de Maio, por Sousa Coutinho. A segunda vereação, nas mesmas circunstâncias, deve ter reunido a primeira vez em Agosto de 1772, sob a presidência da mesma autoridade judicial. A fundação da Câmara, como é intuitivo, permitiu a criação de praças e açougues públicos.

Em que qualidade agiu, nessas intervenções, o antigo e consagrado ouvidor da cidade, nomeado pelo chefe de Angola? Na de juiz de fora, lugar para que fora escolhido por carta régia de 23 de Junho de 1770 (que criava também o respectivo Juízo), com vencimento igual ao do juiz de Luanda. A ouvidoria desapareceu com a posse do novo magistrado, ocorrida em 27 de Abril de 1771 ([17]).

Duas formações grandiosas, diremos mesmo sensacionais, a Câmara e o Juízo Ordinário, que eram outros tantos triunfos do governador, escolhido pelo destino para lançar a cidade de S. Filipe num consciencioso e normal aproveitamento.

Com a fundação e funcionamento normalizado dos serviços camarários e judiciais, já eram possíveis a ordem e a prosperidade na doentia terra de Cerveira Pereira, coito do livre arbítrio; nesse *cemitério de europeus,* vítimas das *carneiradas* (cume do desembaraço tétrico da malária, no período chuvoso), da instalação precária, da alimentação imprópria, da falta de higiene, do desconhecimento das fontes do paludismo, das pestes e da própria fome; dandão infernal dos delinquentes, atirados em chusma para a confusão da promiscuidade, dentro de uma fortaleza imunda, sinónimo de ataúde, donde só havia salvação pela fuga para os sertões, terras da liberdade, de sedutoras riquezas e de clima tentador.

Assim organizados alguns dos principais negócios do Estado dentro de normas prescritas pelo bom senso, Sousa Coutinho obrigou os custodeados a casarem-se, para os afastar da mancebia e da poligamia, da vida de arraial pecaminoso e desorientado da *terra de expiação;* vendo os seus objectivos coroa-

---

([17]) A. H. U., papéis de 1770.

dos de êxito pelo *furor nupcial* manifestado pelos interessados, numa intuitiva submissão aos princípios religiosos fundamentais da grei, abalados pelo isolamento, pela vida árdua e pela influência dos costumes locais.

Atingiram-se plenamente, portanto, os intentos alimentados pelo filho de Rodrigo de Sousa, em relação à famosa sentinela do Sul de Angola: sua elevação administrativa e social ao nível da sua categoria económica, fonte de generosos recursos que era no concerto geral da possessão; isto é, sua integração adiantada em normas corriqueiras de direito público e privado, de defesa sanitária, de organização social. Depois de Manuel Cerveira Pereira, o malogrado fundador de Benguela, ninguém olhara para ela com tão evidentes demonstrações de apreço, de carinho, de superior finalidade.

*
* *

Mas, as disposições criadoras do governador geral de Angola, relativas à orgânica oficial da cidade, não ficaram sòmente por aqui.

Segundo a própria autoridade, a navegação de Angola para Benguela era muito dificultada por correntes marítimas contrárias (a corrente de Benguela), pelo que este segundo Estado *foi sempre um domínio separado;* e tudo quanto os governadores, ou os ministros, faziam no sentido de unir os dois reinos, reflectia-se, ao contrário do que se pretendia, no prejuízo das *comodidades locais,* ou do seu bem, como era atestado pelos seguintes factos: «primeiro o de fazer vir à capital os navios de negros para ali os despachar, o que deu causa a levantar-se e perder-se um carregamento inteiro de negros, não sei se mais; segundo o de fazer vir do mesmo modo o marfim; terceiro o de pagá-lo pelo menor preço, que o da capital; quarto o de satisfazer as suas pequenas despesas com fazendas compradas aos moradores de Angola, e não aos de Benguela; quinto o de ser governada por capitães-mores precários, e quase exclusivamente participavam de todas as comodidades dos moradores negociantes do país; sexto o de serem ali tão diminutas as

despesas da Real Fazenda pela pequena guarnição, e tão fechadas as passagens, ou conversões em oiro dos direitos dos escravos, e marfim, que jamais chegavam a algum dos habitantes de Benguela, nem animavam o seu comércio, como era preciso». Quer dizer, processava-se uma união por meios lesivos do desenvolvimento local; o esmagamento de Benguela, outrora sede de um governo geral independente, a troco de uma política mal orientada de sujeição a Luanda, que era, no fim de contas, um travão ao desenvolvimento da cidade meridional.

O governador discordou, e com razão, de tais processos. Se o porto de Benguela era visitado, anualmente, por 19 a 20 navios, cujo rendimento, em direitos, excedia os 60 contos, e era por ele que saía a quase totalidade do marfim exportado pela possessão; e, se os barcos destinados à cidade eram consignados ao capitão-mor, para os expedir com rapidez e os prover de mantimentos; o problema carecia de outra solução mais feliz, afecta, evidentemente, à unidade territorial, mas isenta de peias para a necessária e improtelável evolução benguelense. E o bem inspirado chefe do território não hesitou em dar-lha: confiou a dois funcionários, ou a dois administradores, por ordem geral de 27 de Janeiro de 1770, as funções inerentes a um pequeno corpo aduaneiro, as quais eram, em parte, exercidas, até ali, pelo ouvidor, pessoa normalmente inculta, que fazia tábua rasa do decoro e da honestidade profissional.

Composta de 15 artigos, essa importantíssima ordem geral formava, em resumo, uma expressiva e adequada regulamentação. Os despachos seriam feitos numa dependência da fortaleza, com a assistência dos dois administradores (os primeiros foram o dr. Nolasco Ferreira de Andrade, juiz de fora, e o comerciante José de Sousa). O navio submetido a despacho, separado dos restantes, pronto para largar, seria vigiado por soldados e guardas dos serviços, dando-se-lhe saída após o embarque das *peças,* escrupulosamente numeradas. A contagem de direitos far-se-ia dentro da condição sexta da arrematação feita em Lisboa em 6 de Março de 1758, executada em Angola em 5 de Janeiro de 1760, a que serviram de base os alvarás de 11 e 25 de Janeiro de 1758. O pagamento dos direitos regular-se-ia por meio de letras, sacadas sobre o Brasil, a favor das Mesas

da Inspecção dos Portos, por não haver moeda, em Benguela, para tal finalidade. Eram abolidas as avenças praticadas, até então, pelos administradores do contrato, com os mestres dos navios. Os despachantes preencheriam as letras respeitantes aos seus próprios despachos, que seriam abonadas por fiador idóneo. As letras, por seu turno, em triplicado, seriam convenientemente numeradas e registadas em livros próprios, um para cada ponto de destino, para facilidade de controle, e remetidas à Mesa de Inspecção do porto respectivo, acompanhadas da respectiva correspondência. O marfim, que estava *estancado,* seria adquirido pelos administradores e remetido para Luanda, com as respectivas facturas, dividido nas diversas qualidades: de conta ou de lei, meão e meúdo. O pagamento deste género far-se-ia por meio de saques produzidos sobre as Mesas de Inspecção dos portos do Brasil, a requerimento dos interessados, para as quantidades apreciáveis, vendidas pelos europeus; para as pequenas quantidades, transaccionadas pelos indígenas, a liquidação far-se-ia em *fazendas,* a sair da Tesouraria de Benguela. Os direitos dos *subsídios,* também considerados, pagar-se-iam dentro das disposições antigas, separados dos direitos dos escravos. Os administradores dariam conta anual da sua gerência, convenientemente esclarecida e documentada, cabendo-lhes fomentar o comércio regional e a frequência do porto pela navegação brasileira. E, finalmente, o escrivão da Fazenda faria de escriturário da nova administração, vigiado pelos administradores, sem obrigação, porém, de executar qualquer trabalho até ali cometido aos administradores do contrato e agora entregue aos administradores da pseudo-alfândega [18].

Por esta maneira, agindo dentro da sua alçada, com visão segura e excepcional, o governador montou uma espécie de *casa de despachos,* em Benguela, com ideia semelhante à que presidira à nomeação dos *zeladores do bem comum,* precursores do município local. Nenhuma autoridade se valeu, assim,

(18) Ordem geral pela qual se hão-de governar o dr. Pedro Nolasco Ferreira de Andrade, e José de Sousa, na administração e arrecadação dos direitos dos escravos e marfim, que levarem os navios, que saem do porto de Benguela (A. H. U., cx. 31).

dos seus poderes, para servir a evolução e para se opôr às demoras dos indispensáveis consentimentos metropolitanos, em assuntos sérios da administração pública, interruptores da rotina geral.

As funções do provedor da Fazenda, como sabemos, estiveram cometidas ao ouvidor, passando, depois, para o juiz de fora, que o substituiu; cabendo a esta última entidade, portanto, a direcção do Tribunal, da Fazenda, da *casa dos despachos* e do Senado Municipal, isto é, a orientação e chefia dos principais ramos da administração pública. À margem a pequena hierarquia inerente às suas elevadas responsabilidades políticas e sociais, ao capitão-mor restava apenas, pràticamente, o sector militar. Quer dizer: montava-se uma engrenagem com dois autênticos chefes independentes, pois jamais um letrado se submeteria à vontade de um oficial de cultura exígua, dentro da formatura dos interesses desbragados contemporâneos e das vaidades pessoais incontinentes. Um bem? Um mal? Os factos dir-nos-iam que a criação do lugar do juiz de fora, em Benguela, nas condições especificadas, foi uma verdadeira e lamentável catástrofe, a que houve de acudir com prontidão.

4) FOMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL — A organização da exploração salineira de Benguela, com vista à obtenção de um rendimento seguro para a Fazenda, saltou à vista do governador, em pleno início da sua gestão, como medida sensata e improrrogável, ao peso da qual acabaria o regime de livre aproveitamento do sal, a despeito das ordens régias de 1761, que mandavam *estancar* a antiquíssima riqueza.

Para materializar os seus pensamentos, Sousa Coutinho monopolizou o sal a favor da Real Fazenda, como fora determinado superiormente; e, depois, abriu concurso para a sua arrematação, em hasta pública, em condições expressas por bando de 13 de Dezembro de 1764 [19].

Como todas as leis do inolvidável chefe de Angola, este bando constituiu uma bem fundamentada estipulação de normas

(19) A. H. U., cx. 30.

básicas defensivas dos valores reais do Estado, à sombra da qual a cidade de S. Filipe foi bastante beneficiada. As medidas de capacidade adoptadas para a venda do produto eram o *exeque* e o *cazonguele;* e os preços respectivos de 800 e 200 réis. Admitiam-se, evidentemente, os submúltiplos das duas unidades. O arrematante obrigava-se a fornecer os mercados de consumo com a maior abundância; e, desde que esta se não verificasse, não só a justiça interviria, mas também se providenciaria no sentido de acudir às necessidades locais, sobretudo em Luanda; infracção e recursos que autorizariam a rescisão do contrato. No entanto, na capital do território, o sal da Quiçama tinha entrada livre. O mesmo sucedia com o produto oriundo das salinas do Cacuaco e do Bengo, pertencentes aos naturais. Na hipótese, porém, do governo central tomar, a respeito de ambas, alguma medida proibitiva, dela gozaria o contratador, monopolista das vendas na possessão. O governador obrigava-se a fornecer a mão de obra necessária à exploração salineira, que seria paga aos preços correntes; ao mesmo tempo que consentia que o dinheiro de cobre, apurado nas transacções, ficasse nas mãos do contratador, com a obrigação, contudo, dele o entregar ao administrador do contrato real, que lhe daria letras, em troca. O contratador recebia, pelo preço do custo, o sal existente nos armazéns reais, devendo fornecer, no final da arrematação, ao novo arrematante, quantidade igual. Quanto à duração do contrato, era ela de seis anos, a contar de 1 de Janeiro de 1765 ([20]).

Vê-se, por este regulamento, que, a contrapôr às salinas de Benguela, principiadas a explorar por Cerveira Pereira, havia as salinas de Luanda, principalmente no Cacuaco e no Bengo, em terrenos outrora dados de sesmaria. A salina do Bengo estava na jurisdição do marquês de Mossulo, produzindo quantidades apreciáveis, ao contrário do que sucedia com a de

([20]) Condições com que se há-de arrematar o contrato do sal e carta do governador, para Lisboa, de 14 de Dezembro de 1764 (A. H. U., ex. 30). O *exeque* era formado por quatro *cazongueis.* O *exeque* era um pouco maior do que a *fanga* portuguesa; o *cazonguel* excedia num quinto o *alqueire.*

Cacuaco, nas imediações de S. Paulo da Assunção, que se limitava a um rendimento precário. Pertenciam ambas, como se disse, aos indígenas; destinando-se a sua produção, de má qualidade, ao abastecimento das populações nativas.

Mais feliz do que António de Vasconcelos, o filho de Rodrigo de Sousa encontrou, imediatamente, quem explorasse as salinas de Benguela, pela quantia de 6.000 cruzados, para o período contratual: o comerciante João Álvares Ferreira. Reputado vantajoso para o Sul, o contrato garantiu, com efeito, a Benguela, um rendimento certo e vultuoso, embora com prejuízo da actividade privada, implantando a normalidade onde se verificava desorganização, compita e abandono.

Mas, não ficaram por aqui as iniciativas do governador, quanto às possibilidades efectivas da capital do Sul: atendendo à colossal riqueza bovina das belas províncias de Benguela e de Caconda, Sousa Coutinho resolveu fundar, na cidade, uma *fábrica de solas, atanados, bezerros, couros em cabelo, carnes secas e sabões,* sob a direcção do arrematante da exploração salineira, que concordou com a sugestão, a troco da ampliação do prazo do contrato por mais três anos.

Uma autêntica revolução industrial, no meio da apatia contagiosa da terra doentia, dedicada ao desrespeito, à escravatura e à insubmissão! Corporizado por bando de 13 de Julho de 1768, que proibia, por três anos, a subida do preço do gado e dos couros e monopolizava a sua venda a favor de João Álvares Ferreira, o avançado cometimento esteve dependente, para se ultimar, da chegada, do Brasil, de José Leite, degredado pela Junta da Inconfidência, curtidor, cujo destino foi alterado, pelo governador, das Pedras Negras para Benguela, por não haver outra pessoa competente para a direcção técnica da indústria. Depois, chegou a produzir bons resultados. Mas, a sua duração não foi longa, por que a morte do contratador cortou o fio à meada indecisa e ténue, lançada sob os melhores auspícios ([21]).

([21]) Bando sobre a fábrica de solas, atanados, bezerros, couros em cabelo, carnes secas, e sabões, de 13 de Julho de 1768; e carta do governador, para Lisboa, de 20 de Agosto do mesmo ano (A. H. U., cx. 31).

5

Cedo demais para ir tão longe? Claro que não. Perversa e impenitente, a insalubridade aniquilava, pelo extermínio contínuo de vidas, as disposições e os empreendimentos mais louváveis e mais oportunos. Nada escapava à foice insaciável da extinção prematura. Razão tinha o governador em advogar a retirada, para o planalto, da maioria da massa demográfica litorânea, para se acabar, de vez, com o comovente labutar eterno de Sisifo, representado pelo suicídio doloroso de voluntários e degredados despachados para as terras encharcadas das vizinhanças do *Sombreiro*. O aproveitamento dos couros e da carne do gado existente em Benguela e Caconda, de resto, era um meio intuitivo, até ali quase desprezado, de aproveitar uma fonte de receitas de alto valimento.

A actividade industrial despertada na terra de Cerveira Pereira pelo tetraneto de Fernão de Sousa, governador igualmente genial e reformador, completou-se com a fundação da fábrica de tijolo e telha e da caieira de mariscos do Lobito, empreendimentos da maior importância para a transformação da cidade do Coringe, verdadeiro *arraial* de cubatas, maiores ou menores, de aspecto desmantelado e triste, como o arrastar trôpego e lento dos pálidos e achacados moradores.

Quanto ao comércio, o governador aumentou o activo das suas possibilidades, normalmente reduzidas a escravos e marfim, com o aproveitamento da cera, que abundava no Sul mas se perdia, porque «a não comiam os negros envolta no mel que ficava no campo». Pois mandou adoptar tais providências a seu respeito, incluindo a intervenção de «homens de Angola que a sabiam curar», que o produto começou a interessar e a ser exportado, sendo cotado por preço satisfatório; e «sairá toda a que necessita Portugal, e o Brasil, se for auxiliado este útil ramo de comércio, e pelo seu concurso se venderá por preços que utilizem assim aos lavradores, como aos comerciantes do mesmo modo que sucede em Angola».

As leis de 11 e 25 de Janeiro de 1758 serviam em Benguela, como em Angola, de base fundamental de todo o comércio marítimo e terrestre.

5) POLÍTICA DE ALDEAMENTOS — Se Benguela merecia e impunha a remodelação radical do seu sistema administrativo e a adopção de meios eficientes de defesa sanitária e militar, os seus generosos planaltos e os de Caconda, cheios de possibilidades, de bons climas e de população, careciam, por seu turno, de um plano de colonização intenso, sustentado pela Metrópole; plano executado por meio de centenas de casais provenientes das ilhas adjacentes, acompanhados de todos os recursos existentes pelo seu cabal triunfo, como preconizava o incansável condutor de Angola.

Conhecendo, por informações seguras, a amenidade do vastíssimo *hinterland* subordinado a S. Filipe, o governador sonhava com a criação de aldeias portuguesas, na vasta terra promissora, dotadas de condições elementares de vida, dedicadas à lavoura e ao comércio; e via-as, encantado, numa projecção deliciosa de fixação definitiva e próspera, emprestar, a Angola, utilidade triunfal, batendo o Brasil e atraindo as riquezas auríferas dos *Rios de Sena,* sem passar pelo cabo (22).

Nesse sentido se pronunciou diversas vezes, junto do governo central. Mas, adivinhando as dificuldades do empreendimento; conhecendo a necessidade de atenuar os defeitos de uma centralização administrativa longínqua e demorada, pela adopção de medidas provisórias tendentes a resolver, satisfatòriamente, os problemas, até à chegada de instruções superiores; não sendo de qualidade de conceber uma ideia feliz e de a comprometer com esperas inconvenientes; o grande e inolvidável condutor da possessão deliberou enfrentar, com os fracos recursos locais e com a sua prodigiosa iniciativa, o notável projecto de ocupação, valorização e normalização do extenso reino de Benguela.

Para consumar tão sensacionais objectivos, o governador publicou o bando de 23 de Setembro de 1768, diploma de visão

(22) Carta de Sousa Coutinho, para Mendonça Furtado, de 30 de Outubro de 1768 (A. H. U., cx. 30).

superior, verdadeiro travão lançado aos rodados do descomando, do livre arbítrio e da disseminação, cujo fundamento se transcreve como espelho do estado calamitoso atingido pelo ambiente social das sonhadoras terras mal aproveitadas: «uma clara e decisiva experiência de muitos anos, tem demonstrado que as gentes introduzidas pelo longo espaço de dois séculos nas muitas, e belas províncias dos sertões de Benguela e Caconda, não os tem utilizado, aproveitando os fecundos meios, que fornecem à indústria e à agricultura mas que os têm destruído, e o que ainda é mais, que as mesmas gentes se destruíram, e destroiem uns aos outros, porque separados como feras sem religião e sem sociedade, são tarde, ou cedo vencidos pelos próprios vícios...».

O banditismo à rédea solta, por falta de autoridade, por falta de aglomerados sociais e por determinação da economia vigente, mãe da indiferença, da selecção pela força, da instalação provisória e do enriquecimento repentino.

Os primeiros passos destinados à criação das *feiras* no Sul de Angola, ou, melhor dizendo, à concentração comercial, couberam aos *zeladores do bem comum* de Benguela, sob a chefia do capitão-mor do presídio. Efectivamente, foi-lhes ordenada a escolha de pessoas hábeis, espalhadas pelo interior, para fundarem aldeias nas províncias da Huíla, Quipungo, Bié, Cutato, Galangue Grande, Invangando (no Huambo) Benguela-Velha e Ngunza Cabolo, dotadas de regente ou cabo, juiz e sacerdote. Era de 20 o número mínimo de habitantes para cada povoação, fora de cuja área se interditou o comércio. Sujeitos à direcção do regente, os moradores ficavam debaixo das penas cuminadas pelas leis vigentes contra assassinatos, roubos, violências ou perturbações da paz. Protegidas as populações indígenas, nos mesmos moldes usados para Luanda, cujos serviços seriam condignamente remunerados. E, como remate providencial e incitador do cumprimento da lei, a prisão imediata e a sua transferência para o litoral, para servir como soldado, de todo o obstinado na vida isolada antiga, fora da justiça, da sociedade e da religião; e saída favorecida da fortaleza de Benguela dos soldados casados, voluntàriamente consagrados à indústria, à lavoura e ao aldeamento.

Ao hábito inveterado da liberdade incondicional, bárbara e intemerata, estas disposições provocariam, certamente, pasmo e reacção contraditória. Todavia, «ainda que presentemente concorde mal a ociosidade livre em que viviam com a ordem, e economia, que se lhe introduz, estou bem informado de que com poucos anos serão tantos, e tão copiosos os frutos que desta regulação se produzam, que os mesmos que agora sentiram a perda da injusta liberdade, serão os mesmos, que louvem a providência, que lhe procura todo o seu bem, e todas as riquezas que desejam, e que só podem conseguir pelos meios justos, e sólidos, que a segurança das leis, e o seu devido respeito lhes introduz, e firma para sempre...». Quer dizer, o governador confiava em que uma centelha de bom senso deixasse compreender, aos *facinorosos* e aos *atravessadores,* derramados pelos planaltos, a utilidade da organização social e administrativa, pedra base de um regime consciente e honesto e da assistência pública.

Como era natural, o programa traçado pelo bando de 1768 sofreu alterações, determinadas pela experiência e pelas necessidades momentâneas. Reconheceu-se, por exemplo, ser preciso organizar as povoações, com casas e anexos, antes de obrigar os vadios e os dispersos a reunirem-se; e êste reconhecimento levou o governador a escolher o tenente Isidro Ferreira para a comissão de *factura* de alguns aldeamentos, por ventura no ano de 1769, para funcionamento dos quais se tomaram providências rigorosas.

No começo de 1772, os povoados ainda não estavam todos concluídos, facto que causou estranheza e aborreceu o governador, que transmitiu a José Vieira de Araújo, capitão-mor de Benguela, o seu pesar; mas, prejudicada com as faltas e as pobrezas contemporâneas, a conclusão da obra deu-se, posteriormente, ainda na gestão do afortunado legislador, que deve ter sentido, com ela, um grande contentamento.

Eis o resumo das aldeias fundadas, evidentemente modes-

tas, mas surpreendentes e renovadoras, com a exclusão de Caconda, que já existia e só foi transferida:

Províncias	Povoações	Igrejas (oragos)
Luceque	Sarzedas	S. Francisco de Assis e Santo António.
Galangue Grande	Linhares	Santana e S. Francisco de Paulo.
Quipeio	Passo de Sousa	N.ª S.ª Mãe dos Homens e S. Goás.
Huíla	Alba Nova	N.ª S.ª das Lágrimas.
Invangando	Borba	Santa Justa e Santa Rufina.
Quilengues	Salvaterra de Magos	N.ª S.ª dos Remédios e S. João Nepomuceno.
Bié	Amarante	N.ª S.ª do Desterro e S. Gonçalo.
Tinde	Nova Belém	N.ª S.ª de Santa Vida e Santa Rita.
Bailundo	Nova Golegã	S. José.
Quitata	Vila Viçosa	N.ª S.ª das Dores e Santo Amaro.
Fendi	Contins	N.ª S.ª da Conceição.

Uma novidade salta à vista de uma breve leitura desta pequena relação: a entrada do Bié para o quadro das zonas demandadas e percorridas pelos colonos do Sul. Era ele visitado pelos colonos do Norte, que atravessavam o Cuanza, dos presídios ribeirinhos, desde tempos remotos. Para a penetração feita por Benguela, era um alvo mais difícil, devido à oposição normalmente encontrada nas populações de Galangue. Esta situação aguentou-se, porém, até 1764, a despeito de duas intervenções armadas feitas na região; ano em que Sousa Coutinho, informado de nova sublevação local, à sombra da qual o soba matou nove comerciantes e lhes dependurou as cabeças em altos postes, mandou impôr a ordem, por tropas comandadas por Francisco Xavier de Macedo Pereira e a expensas suas ([23]). Findas as operações, efectivamente, deu-se o livre ingresso dos *sertanejos* de Benguela na formosa província do Bié, assim

([23]) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 4 de Março de 1766 (A. H. U., cx. 31).

como na da Hala e na *dilatadíssima corda de Ambuelas,* os quais, por esta forma, se reuniram aos seus colegas de Luanda, em estreita comunhão de interesses e de expansão ([24]).

Até à chegada do filho de Rodrigo de Sousa, as principais províncias, visitadas pelos comerciantes e *pumbeiros* de S. Filipe, eram em número de 24, cujas portas foram abertas lentamente e consolidadas durante um período de 150 anos. Eram elas: Caconda, Dombe Grande, Cambuinda, Cambimbe, Quipia Pirua, Socoval, Huíla, Luceque, Bembe, Caluquembe, Mosangeracata, Fendi, Catala, Quitata, Quingolo, Candumbo, Anzamba, Bailundo, Quiombela, Tinde, Quibonga, Quilengue; e Quipungo. Durante o governo do grande reformador, sobretudo depois das operações de 1764, o quadro foi ampliado com as seguintes parcelas de maior monta: Capeio, Caoioco, Bié, Biris, Cutato, Capango, Hala Grande, Casengue, Quipeio e Gnunza Cabolo. Estas informações foram deixadas por Sousa Coutinho e correspondiam, apenas, aos conhecimentos então catalogados, que não abrangiam a actual área do Cuanza Sul. Convém saber também que eram consideradas *províncias* todas as áreas ou *sobados* onde houvesse europeus estabelecidos. A divisão administrativa, de carácter geral e efectiva, só se fez depois de criado o governo subalterno de Benguela.

De todo o somatório de regiões avassaladas e comercialmente exploradas, foram aproveitadas, para aldeamentos, as mais aconselhadas, pelo rendimento e pelo clima, e isto depõe, abertamente, a favor de um seguro *conhecimento de causa,* aproveitado pelo chefe do território; sem embargo, claramente, do florescimento concomitante de outras áreas, providas ou não de *cabo,* mas não sujeitas à lei da concentração, por falta do mínimo de habitantes exigido por ela.

Caconda, como é sabido, vinha de 1682. Mas estava colocada em péssimo local, nas *Quitandas da Hanha.* Discordando da sua colocação, o governador transferiu-a para a Catala, onde se encontra ainda, pelo seu clima adorável, pela sua situa-

([24]) Relatório de João Pilarte, da viagem às Macarocas (A. A., vol. 2.º, dorc. XVIII).

ção geográfica e pelas suas possibilidades económicas. Mais próxima do Cunene, queria apoiar, com toda a eficácia, na nova *sentinela*, o avanço para Rios de Sena, o sonho da ligação das duas costas africanas, que vinha das primeiras horas. Numa visão feliz de infatigável realizador, o grande português queria ver implantada, nessa zona adorável e convidativa, uma vida agrícola efectiva e próspera, com arados pelos campos, com moinhos nas correntes, com trigo e milho nas arrecadações.

A transferência de Caconda, da velha para a nova região, foi determinada por carta de 20 de Novembro de 1768, dirigida ao capitão-mor, Francisco José da Silva, sendo escolhido o *sítio de Maria Aquicululu* (25). A mudança, porém, não se faria precipitadamente: seguiria, primeiro, metade da guarnição, comandada por um oficial hábil, para construir as instalações necessárias a civis e militares; e, depois das obras feitas, o resto da força militar e o único morador (pois só havia, então, um habitante, em Caconda), deixariam a velha terra de aflições.

O governador não queria os indígenas de Catala mal tratados; tão pouco desejava prejudicar os europeus residentes no lugar, antes pretendia convencê-los da utilidade da vizinhança do forte militar; recomendava, expressamente, o imediato amanho da terra, para haver alimentação, com fartura, para todas as bocas; impunha a concentração de vadios ou nómadas, bem como o respeito pelos já instalados, em alegres propriedades; e defendia o fomento do comércio, de parceria com o da agricultura, «para que com regularidade nasçam logo gémeas a abundância e a riqueza».

Foi um período este, de 1769 a 1772, relativo ao reino de Benguela, de ordens intensas, de esclarecimentos, de espevitamento de vontades, de elucidação de intenções, de concessão de novas alçadas, de reabilitação moral e social, de transformação radical, em suma, cheia de trabalhos, de novos horizontes, de ordem e de inteira confiança no futuro. Com matéria prima considerada detestável ia tentar-se uma obra própria

(25) Carta do governador, para José Vieira de Araújo, de 12 de Outubro de 1769 (*Angola*, de Felner, vol. I, pag. 170).

para gente trabalhadora, séria e ordeira. Um autêntico milagre, portanto; tão grande e de tal valor, apesar de não ser acompanhado e ampliado pela Metrópole, que nos deixou as actuais sedes concelhias da vastíssima área ocupada pelos desbravadores contemporâneos do sertão.

Principiada em Maio de 1769, Caconda teve, inicialmente, o nome de Linhares, dado por Sousa Coutinho, e foi levantada sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade. As ordens do chefe da possessão foram, porém, alteradas, e a nova Caconda acabou por ficar com o nome de Contins, cujos padroeiros foram Nossa Senhora da Conceição, S. José e S .Joaquim (26).

Habituados a designar o velho presídio das *quitandas da Hanha* por Caconda, os sertanejos não se habituaram ao nome de Contins, acabando a localidade, pouco tempo depois da sua fundação, por ser conhecida pela designação de *Caconda Nova*. A novidade não venceu o hábito remoto. No entanto, o nome de Contins não se perdeu, para a sementeira de povoados dispersa pelo Sul de Angola, por que foi transmitido ao Fendi , mais tarde, quando se criou a povoação, sob a protecção da Mãe de Deus (27).

Transformar o Sul de Angola numa zona de povoamento, em moldes portugueses, incluindo o baptismo das próprias terras, com imposição do respeito e da moral, numa hábil continuação do solo pátrio, eis os intuitos do famoso capitão-general do território. Na sua girândola da grandiosas finalidades, uma das maiores espectativas do governador era produzir trigo suficiente para abastecer o Brasil, depois de atendidas as necessidades internas. Em plena febricitação das suas persistentes inovações, Sousa Coutinho construiu um moínho de vento modelo, para moer milho, cuja farinha valeu, com muita oportunidade, à alimentação dos soldados. Ninguém voara ainda tão alto, integrado nas realidades locais, nas mútuas obrigações

(26) Informação do governador Paim e Ornelas, de 21 de Junho de 1791 (*Angola*, de Felner, vol. I, pág. 169). E carta do governador, para José Vieira de Araújo, de 12 de Outubro de 1769 (Idem, pág. 170).

(27) Cartas do governador, para Lisboa, de 15 de Agosto e de 25 de Novembro de 1770 (M. A., papéis de 1770).

da unidade imperial e nas exigências do colonato europeu! Se a Metrópole tivesse escutado as instâncias de tão grande homem de acção e pudesse ou quisesse materializar o seu programa de povoamento, aproveitando os planaltos de Benguela e Caconda e reservando o litoral para mero trampolim, destinado, sobretudo, à perseguição do contrabando, o Sul de Angola teria adiantado um século na história da sua ocupação.

6) FUNDAÇÃO DE NOVO REDONDO E DE BENGUELA VELHA — O notável poder de realização do tetraneto de Fernão de Sousa, que bebeu na obra do seu antepassado a seiva renovadora da política rural de fixação, não se contentou com o engrandecimento da cidade de Benguela (cujo nome de S. Filipe quis mudar para o de S. José, para evitar lembranças tristes da união pessoal com a Espanha), e com estabelecimento de aldeias no seu vastíssimo *hinterland*. Foi muito mais além: fundou a povoação de Novo Redondo, em *Ngunza Cabolo,* na costa intermediária de Luanda e Benguela, e a de *Benguela Velha,* na conhecida baía do *Longa*.

Duas localidades para resolver três problemas de capital importância para a integridade territorial, ameaçada por competições externas crescentes, e para a precária riqueza pública: o contrabando de ingleses e franceses, que se encaixavam na orla imensa para negociar com os indígenas, ameaçando instalarem-se definitivamente; a comunicação entre as duas capitais, indispensável em horas boas ou más; e as minas de cobre, que já haviam ocupado as atenções do governador junto de José Vieira de Araújo.

Para atingir os seus objectivos, quanto a Novo Redondo, o governador mandou uma brigada de engenheiros (técnicos preparados em Luanda, na aula de geometria), em meados de 1768, para escolher o local apropriado para a fundação da nova sentinela marítima. Já havia, na região, o reduto de Quicombo, que fora algumas vezes ocupado; mas, sendo a costa mal conhecida e tornando-se necessário definir, com segurança, o melhor porto para uma boa defesa, era indispensável um estudo prévio da área escolhida. De Benguela deslocar-se-ia uma coluna, convenientemente equipada, por terra, para auxiliar as operações.

Tudo quanto se planeou foi executado: os engenheiros desincumbiram-se, com interesse, da sua missão, avisando o seu mandatário de que se haviam inclinado, para erguer o novo povoado, para o sítio de *Ngunza Cabolo,* na foz do rio *Ngunza,* colocado numa escarpa elevada, caída a prumo sobre o mar, que facilitava a repulsão da pirataria exótica. Os indígenas do local mostraram-se bem dispostos, desculpando a admissão do comércio estrangeiro com a ausência do nosso ([28]).

Satisfeito com estes resultados, Sousa Coutinho aprovou o ponto escolhido pelos seus subordinados; uma pequena aldeia foi construída, debruçada sobre o mar; enquanto os naturais, aparentemente afáveis, começaram a negociar e a mostrar desejos de vassalagem e de entrada no Cristianismo. Obra efectuada depois de Agosto de 1768, era mais uma afirmação de vitalidade e de patriotismo do seu autor, embora a sua colocação, sob o ponto de vista marítimo, comercial e social, deixasse a desejar, por ser praticada em costa aberta, batida pelas vagas, sem ancoradoiro, e o paludismo envenenar o ambiente ([29]).

Pouco tempo decorrido, porém, sobre a instalação dos portugueses, *Ngunza Cabolo* foi assaltada por um bando de selvagens armados e incendiada. O chefe dos assaltantes proclamou-se dimanado de Benguela e em cumprimento de *ordens de Sua Majestade,* o que alvoroçou os indígenas da terra, também vítimas da agressão. Os engenheiros, os escravos e os moradores, tomados de pânico, fugiram para o mar, em jangadas de pesca; e logo que o perigo passou, recolheram à cidade de Benguela, com pequenas amostras de cobre, recolhidas com dificuldade. Quando as forças idas de Benguela chegaram ao seu destino, em obediência às instruções do governador, ficaram admiradas com os acontecimentos, e já não encontraram, por parte dos pretos, a mesma condescendência dispensada à missão técnica e aos seus companheiros, por suporem os portugueses

([28]) Carta do governador, para Lisboa, de 12 de Janeiro de 1769 (M. A., papéis de 1769).

([29]) Na foz do *Ngunza* havia para cima de 400 jangadas de pescadores indígenas, o que era um vivo sintoma de actividade piscatória.

bem inspirados, se chegavam por mar, e mal intencionados, se vinham por terra.

Decepcionado com o malogro das suas ordens, o filho de Rodrigo de Sousa resolveu lutar pela restauração de *Ngunza Cabolo*, dada a sua finalidade, e, para tanto, tomou medidas adequadas: escolheu José Rodrigues, capitão-mor da Muxima, para capitão-mor da localidade, em 7 de Janeiro de 1769, e instruiu-o, convenientemente, sobre a forma de agir, de maneira a satisfazer os seus pensamentos; e, em 16 de Maio, despachou-o para Benguela, com cem homens, comandados pelos capitães Joaquim Monteiro de Morais e António José da Costa, onde já havia instruções para uma acção conjunta, capaz de evitar qualquer rebelião dos *sumbes*. À povoação, que levantasse no lugar já escolhido, daria o nome de Novo Redondo (o governador tinha família em Redondo, no Alentejo) ([30]).

Juntando os soldados do presídio aos soldados recém-chegados, José Vieira de Araújo dividiu-os em dois grupos: um, composto, sobretudo, por soldados negros, seguiu por terra, para avassalar tribos rebeldes e para «preservar aqueles miseráveis habitantes do pavor da guerra»; outro, formado pela melhor gente, avançou por mar, até à foz do *Ngunza*.

As operações terrestres decorreram em Junho, Julho e Agosto de 1769; e as operações marítimas desenrolaram-se em fins de Agosto. Quando o segundo grupo pretendeu desembarcar, no dia 22 de Agosto, na jurisdição de *Ngunza Cabolo*, depois de alguns dias de espera, ainda não havia notícias do primeiro grupo, que deveria assegurar esse movimento; no entanto, depois de denominada qualquer pretensa resistência indígena com demonstrações de força, o programa cumpriu-se sem novidade. As forças terrestres chegaram no dia 29 e já encontraram preparadas, no morro sobranceiro ao mar, as respectivas acomodações; voltando os indígenas a reatar as melhores relações; certificados dos propósitos honestos dos recém-

([30]) Carta de 14 de Agosto de 1768 do governador, para o capitão-mor de Benguela, e carta do governador, para José Rodrigues, de 7 de Janeiro de 1769 (M. A., papéis de 1768 e 1769); e carta de Sousa Coutinho, para Mendonça Furtado, de 12 de Setembro de 1769 (A. H. U., cx. 31).

-chegados. Podemos considerar o dia 22 de Agosto de 1769, portanto, como o da segunda fundação ou, melhor, como o da fundação efectiva de Novo Redondo, realizada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e mais tarde também de Santo António ([31]).

No planeamento desta obra útil, não faltou o cunho regenerador impresso por Sousa Coutinho a todas as suas iniciativas económicas e sociais: respeito pelos indígenas e pelos seus interesses; utilização da lavoura como fonte da subsistência colectiva; divulgação da catequese, implantação da ordem e recolha de benefícios para a Real Fazenda. Também não foi descurada a faceta comercial do novo presídio, tendo o governador publicado o edital de 6 de Setembro de 1769, por meio do qual convidou o *corpo comerciante* de São Paulo da Assunção a instalar-se nele, assegurando as suas ligações com o Norte e o Sul do território.

O patriotismo e a devoção do grande timoneiro de Angola ressaltam, claramente, destes seus comentários, relacionados com tão brilhante e tão oportuna empresa: «V. Ex.ª conhece qual seria a infelicidade deste reino e dos interesses de Sua Majestade se os ingleses introduzissem o seu comércio numa costa tão vizinha, e que fica no centro das duas capitais; não posso com a verdade irreparável deste ofício, dizer, julgar do número de navios, que terão feito na mesma o comércio, pelas razões que já referi, do saco que faz a costa e pela falta de comunicação, que connosco tinha, estando absolutamente fechada; só posso referir a V. Ex.ª que um navio inglês confessou a um oficial desta praça, que o recolheu, que vinha carregado de marfim, escravos, gados e pássaros, o que muito bem se lhe viu; e que outros continuamente apalpam a costa do Norte, e ao Sul de Benguela; e que enfim um deles perguntou ousadamente aos nossos marinheiros onde ficava Benguela Velha com a carta na mão; cujos negros confessaram aos nossos oficiais,

([31]) Por portaria do governador, de 2 de Julho de 1770, foi ordenada a compra de 6 castiçais e de uma cruz de pau ou estanho para a igreja da povoação. O primeiro pároco do presídio foi o padre Manuel Vale. Fez de capelão das forças o padre Manuel de Queiroz Coutinho.

que eles os tratavam tão bem, que o negócio começava pela pública exposição de muita aguardente; e bem se vê destes princípios, quais seriam os fins podendo eles dar tudo mais barato, que nós, e sendo esta bebida o Deus dos negros».

Assim, de olhos postos na integridade e na ocupação da grande parcela ultramarina, se ergueu o presídio, que devia ser feito «em lugar alto, que domine a entrada do porto, e fique livre das inundações do rio», tal como se praticou; enquanto as casas dos oficiais e dos moradores ficaram dentro da fortaleza, inicialmente «muito simples, feita de estacas com um pequeno fosso», ao contrário do que vulgarmente se fazia, para estarem «livres da surpresa de negros bárbaros».

*

* *

Quanto a Benguela Velha, as coisas passaram-se por forma menos movimentada: escolhendo capitão-mor para a primeira terra do *Longa*, o oficial Francisco Nunes de Morais, em 26 de Fevereiro de 1771, o governador mandou proceder à instalação do novo povoado, que se deu no mesmo ano, sob a invocação de Nossa Senhora da Graça.

O remoto cemitério dos homens de Paulo Dias de Novais, a primitiva Benguela, cujo nome terá derivado, provàvelmente, do nome do chefe negro local, contemporâneo dos primeiros navegadores que visitaram a costa, sendo extensivo a todo o território colocado ao Sul do Cuanza, não teve longo futuro, dada a sua categoria de centro de segunda ordem, vizinho de Novo Redondo.

Em Dezembro de 1771, ainda Sousa Coutinho recomendou, a Nunes de Morais, o maior cuidado na construção das casas, informando-o de que, logo que estivesse pronta a capela, iria a «Sacratíssima Imagem de Nossa Senhora e o mais que necessitar»; mas, em 11 de Maio de 1772, vagando o lugar de capitão-mor de Novo Redondo, o fundador de Benguela Velha foi transferido para ali, apagando-se o lugarejo infeliz, em nova onda de desinteresse, até 1839.

O governador tinha em mira abrir caminho da modesta terreola até ao rio Cuanza, trabalho que não chegou a ser principiado; e de instalar, entre os dois limites, um novo presídio, susceptível de se manter sem encargos fazendários, se fosse encerrado o de Cambambe ou o de Maçangano, de eficiência social e militar prejudicada pela evolução. O aglomerado de Nova Oeiras, da fábrica de ferro, bastante povoado, contrabalançaria a perda de qualquer dos dois lugares marginais do caudaloso rio de Angola [32].

O «primeiro e essencial» objecto da povoação, era o extermínio da pirataria estrangeira, à qual não deveria ser permitido nenhum comércio, nem venda de víveres ou gado, «seja qual for a necessidade que lhe apresentem, porque toda é falsa, e afectada, como dolo do comércio, que pretendem, e que os mesmos víveres facilitem». A recolha de vagabundos, a implantação de casais úteis, o dever de requerer pároco logo que houvesse alguns habitantes, sem embargo da construção de uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Graça, para ser utilizada pelo padre de Novo Redondo, em prováveis visitas periódicas, foram instruções concomitantes do inesquecível organizador, dirigidas ao citado capitão-mor, escolhido para o árduo cometimento da criação de nova aldeia portuguesa.

7) O CABO NEGRO E A LIGAÇÃO COM A COSTA ORIENTAL — Quem divisava uma Angola povoada, normalizada, estendida até às paragens mais longínquas, defendida do contrabando exótico e confiada na sua própria força, não podia ser indiferente ao sonho remoto da ligação inter-continental das duas costas africanas.

Admitido, simultâneamente, com a política de concentração comercial lançada sobre o vasto reino de Benguela, tal pensamento assumiu, para Sousa Coutinho, por tal sinal,

(32) Instruções porque se há-de governar o capitão-mor e juiz de Benguela Velha, Francisco Nunes de Morais, de 26 de Fevereiro de 1771; carta do governador, para Francisco Nunes de Morais, de 6 de Dezembro de 1771; e carta do governador, para o mesmo destinatário, de 11 de Maio de 1772 (M. A., papéis de 1771 e 1772).

aspectos tão viáveis e tão sedutores, de significado tão transcendente, que foi uma estrela da constelação de altas concepções com que brindou as terras da antiga Etiópia Meridional.

O desassombrado comendador da Ordem de Cristo fundamentava os seus projectos em base puramente económica, capaz de transformar o território do Sul do Cuanza: resgate e compra de fazendas, pelas populações dos Rios de Sena, a troco de escravos, cobre, oiro e outras preciosidades, abundantes no lado de lá; uma corrente caudalosa de interesses mercantis, tão impetuosa e tão revolucionária, que povoasse e animasse, sùbitamente, o famélico presídio do Coringe e o transformasse na terra mais rica dos domínios reais!

Para Vieira de Araújo foram despachadas ordens terminantes para se devotar à delicada empresa; e, numa delas, a escolha de João Pilarte da Silva, condenado liberto, para promover a ligação desse valioso comércio de Tete com a província da Huíla ([33]).

Ansioso por corresponder aos elevados planos do notável reformador de Angola, incansável como ele e como ele submetido ao fulgurante desejo de promover a ocupação do reino de Benguela, o capitão-mor de S. Filipe espreitou todas as oportunidades para se aproximar da área moçambicana. Inclusivamente, não hesitou perante a conquista da margem esquerda do Cunene, para lá dos Gambos, isto é, os famosos Humbe Grande e Humbe Pequeno, por lhe parecerem vizinhos do Eldorado Oriental.

As zonas do Humbe relacionaram-se com Benguela depois da fundação da cidade, entusiasmadas com os artefactos do seu comércio, que adquiriam por meio de escravos e marfim. Não autorizavam elas as visitas dos europeus e dos pretos calçados, nem rejubilavam com as surtidas, em sua direcção dos *pumbeiros descalços,* tentados pelo tráfico, de apreciável nomeada. Notícias contemporâneas reputavam os *humbes* os

([33]) Carta de Sousa Coutinho, para Vieira de Araújo, de 12 de Outubro de 1769 (*Angola,* de Felner, vol. I, pág. 171), em consequência dos resultados das instruções de 28 de Dezembro de 1768 (M. A., papéis de 1768).

negros meridionais mais familiarizados com os brancos; os escravos mais fiéis e mais resistentes à travessia atlântica para o Brasil; embora, simultâneamente, os indígenas mais combatentes, mais ciosos dos seus domínios e mais obstinados, dos sertões de Benguela e de Caconda.

A jornada militar por tão longínquas paragens não se fez, contudo, por não merecer a aprovação do chefe da possessão, contrário, por índole, às perturbações provocadas pelas excursões militares. De resto, esse recurso não facilitava, antes lesava a aproximação com os Rios de Sena, mesmo que ela fosse viável por esse lado do país, pois tudo que não fosse política de amizade, de relações cordiais, de trocas proveitosas, representaria destruição, desolação e afastamento ([34]). O capitão-mor de Benguela deveria operar, exclusivamente, com vista ao desvio, para a sua sede, do tão cobiçado comércio da costa oriental, de que só havia indicações escassas e indefinidas; e não em explorações armadas, mais prejudiciais do que úteis, não havendo possibilidades, para mais, de uma expansão de tal natureza, nem organização montada para a assegurar ([35]).

Embrenhado, embora, nas terras frescas e saudáveis da Huíla, João Pilarte da Silva não satisfez, por seu turno, por falta de meios, a ambição ardente do condutor da colónia. Os Rios de Sena estavam muito longe dali e, por ignorância contemporânea do facto, malograva-se uma tentativa considerada exequível, por carência de elementos essenciais à sua difícil materialização. O problema, contudo, ter-se-ia resolvido, se a Metrópole protegesse e animasse o programa de

([34]) O governador manifestou-se, por esta forma, junto do seu subordinado. Mas, em Lisboa, mostrou conveniências de se organizarem duas expedições, uma de Angola e outra de Moçambique, que caminhariam uma ao encontro da outra, até se juntarem. Essa travessia não devia ser superior a 100 léguas, o cálculo remoto de seiscentos.

([35]) Carta de Sousa Coutinho, para José Vieira de Araújo, de 28 de Abril de 1770 (*Angola,* por Felner, vol. I, pág. 175). Em 1767, naufragara, a 16 graus, o navio francês *Augusta* (carta do governador de 31 de Outubro de 1767) (A. H. U., cx. 31).

povoamento do seu representante, com confiança e generosidade proporcionais à benevolência climática e regional e à abundância de riquezas inexploradas.

Quanto ao Cabo Negro, entrou para a esfera das áreas protegidas por Sousa Coutinho, devido à estadia, nas suas águas, durante alguns dias, de uma galera inglesa, cuja tripulação se enamorara da situação e da pujança demográfica do respectivo ancoradoiro. Inimigo declarado das competições estrangeiras, o filho de Rodrigo de Sousa, vendo nesse incidente um mau prenúncio para a integridade territorial do Sul, tomou-o como ultimatum e agiu nessas circunstâncias. O seu desejo era ocupar a região; mas, por falta de soldados, de cômputo desvastado pelas últimas *carneiradas,* limitou-se a deslocar o chefe de Alba Nova, António Roiz Algarve, até ao lugar famoso, em 1770, para avassalar todos os sobas jurisdicionais, do que levantaria *autos,* devidamente testemunhados. A seguir a esta atitude preliminar, o governador pensava em erguer um presídio na ponta extrema da possessão, para acudir a náufragos e afastar concorrências perigosas.

Não conhecemos notícia de que Roiz Algarve se tenha desincumbido de tão espinhosa tarefa, que lhe grangearia a chefia da sentinela que se erguesse em Cabo Negro. O único facto sabido é o de que, com pretexto de acudir aos náufragos de qualquer navio e de inspeccionar também a região, atingiu a meta ambicionada o destemido João Pilarte da Silva, no mesmo ano de 1770, sob instruções do capitão-mor de Benguela, na companhia de José dos Santos, que mais tarde chefiaria o presídio de Caconda ([36]).

Dessa viagem, às praias das Macarocas, ficou um relatório importante, com informações pouco agradáveis, todavia, à satisfação dos projectos do inexcedível governador de Angola: terras agrestes, sem mantimentos, nem água, ocupadas pelos negros *tão perros* que morriam só por os apanharem; e «suposto tenha ao pé da praia um monte alto em que se pode erigir povoação, não tem água senão dali a 3 léguas» ([37])

([36]) Tudo indica, pelo desenrolar dos acontecimentos, que Roiz Algarve foi substituído por Pilarte da Silva.

«Chegámos às praias e enseadas que se diz ser de Cabo Negro», especificou o narrador, devendo tratar-se, claramente, da baía de Porto Alexandre, antiga *Angra das Aldeias.* No entanto, quando se criou a província do Cabo Negro, em 1805, cujo primeiro regente foi o alferes dos *Henriques,* Tomaz Nicolau Bonfim, a sede ficou em Moçâmedes, a remota *Angra do Negro* ([38]).

De resto, as referências do deserto, às lagoas salitrosas, ao rio seco, como o Maribombo (o *Cavaco,* de Benguela), fortalecem a nossa opinião: «São todas as terras desertas de montes e pedras, despenhadeiros até chegar às praias q. se avistam dos últimos montes, e se descobre uma planície muito grande e dilatada, de terra tão seca, q. em toda ela se não vê uma só árvore, nem folha verde. Terá de largura do fim dos montes até às praias 3 légoas, e de comprimento, é quanto se pode alcançar com a vista. Da parte de Cabo Negro tem muitos montes de pedras, e furnas feitas pela natureza, q. parecem armazens, e obras artificiais, de q. se serve aquele gentio para guardarem as fazendas e trastes dos navios q. ali dão à costa; cuja experiência fizemos por ali acharmos fragmentos de navio, retalhos de fazendas e dois caldeirões de cobre q. fizemos conzir: algumas ferragens de navios e o vão de um calis de prata».

«Esta enseada de mar é muito sossegada, parece rio morto, e se não achou jangada, nem coisa q. presumisse o poder servir para pescarias, nem pau, ou tábua de qualidade alguma, e por isso não pudemos sondar o fundo daquela enseada. Para a parte do Sul pegado a uns montes achamos um rio largo e seco como o Maribombo, q. vem por entre os montes de longe das terras de Huila, e vai desaguar ao mar muito para o Sul, e ali se fazem cacimbas, e se tira água doce, e boa. De um lado deste rio achamos uma lagoa muito larga, e bastantemente funda, q. terá de

([37]) Relação da viagem que fez João Pilarte da Silva às Praias das Macarocas, de 9 de Setembro de 1770.

([38]) *Ao Sul de Angola,* de João de Almeida, pág. 81.

comprimento meia légua, e de lagura 50 braças, e outras pequenas ao pé. A sua água é salobra».

O rio de enxurradas devia ser o *Coroca*. No entanto, as aproximações do famoso cabo do Sul não se limitaram, sòmente, à intervenção de João Pilarte da Silva. Enquanto ele se afoitava a descer às praias das *Macarocas*, o capitão-mor de Benguela despachou José Guilherme, *cabo* do Dombe, por mar, para atingir a fronteira meridional, perigosa para a navegação. A viagem, infelizmente, não foi executada. Apoquentado pela fome, pela sede e pelos ataques gentílicos, o fraco e mal preparado investigador não atingiu *As MESAS*, pelo que desembarcou e se entranhou nc sertão de Quilengues, onde a sua conduta lhe valeu ordem de prisão.

Por seu turno, Sousa Coutinho, para vencer o estenderete, animado, provàvelmente, pelo relatório do pioneiro do Cabo Negro, mandou o sargento-mor António Máximo, João Manuel Lopes e o piloto António Júlio, na barcaça de el-rei, possìvelmente em 1771, à *indagação* do extremo meridional; mas também foi, como o seu subordinado de Benguela, mal sucedido. Por razões técnicas, ligadas à imperícia dos componentes, os exploradores não ultrapassaram a Baía Farta, facto que deve ter contrariado, sèriamente, o condutor da província, obrigando-o a lamentar, uma vez mais, a falta de capacidade dos seus colaboradores.

Política de ocupação do Sul de Angola, imposta pela compita estrangeira, e política de irradiação para a Costa Oriental, exigida por interesses económicos e sociais, tinham elas aspectos inéditos para a expansão nacional da antiga Baixa Etiópia? Não tinham. Muito louvável, muito digna de registo, a acção resoluta de Sousa Coutinho, demonstrando superior visão e alto poder de iniciativa, significava, apenas, uma reedição de tentativas realizadas nos séculos XVI e XVII e perdidas pelo retrocesso verificado na evolução geral do território. Garcia Mendes Castelo Branco e José da Rosa ligaram o nome, como se sabe, à investigação costeira até ao Cabo Negro; e a marcha para os rios de Sena, apoiada a presídios semeados pelo caminho, como também é conhecido, foi ideia proposta por Domingos de Abreu de Brito, por Manuel Cerveira Pereira e por Paulo

Caetano de Albuquerque. Por aqui se avaliam os prejuízos resultantes de um programa de povoamento, cujos propósitos, defendidos pela Metrópole e por alguns dos seus representantes locais, foram sempre prejudicados pela falta de continuidade, doença endémica portuguesa.

8) O GOVERNO SUBALTERNO DE BENGUELA — O arcaboiço social e administrativo montado em Benguela e nos seus planaltos, destinado ao seu racional aproveitamento, exigia uma acção directiva persistente, sábia e cautelosa, só susceptível de atingir com timoneiro experiente e categorizado.

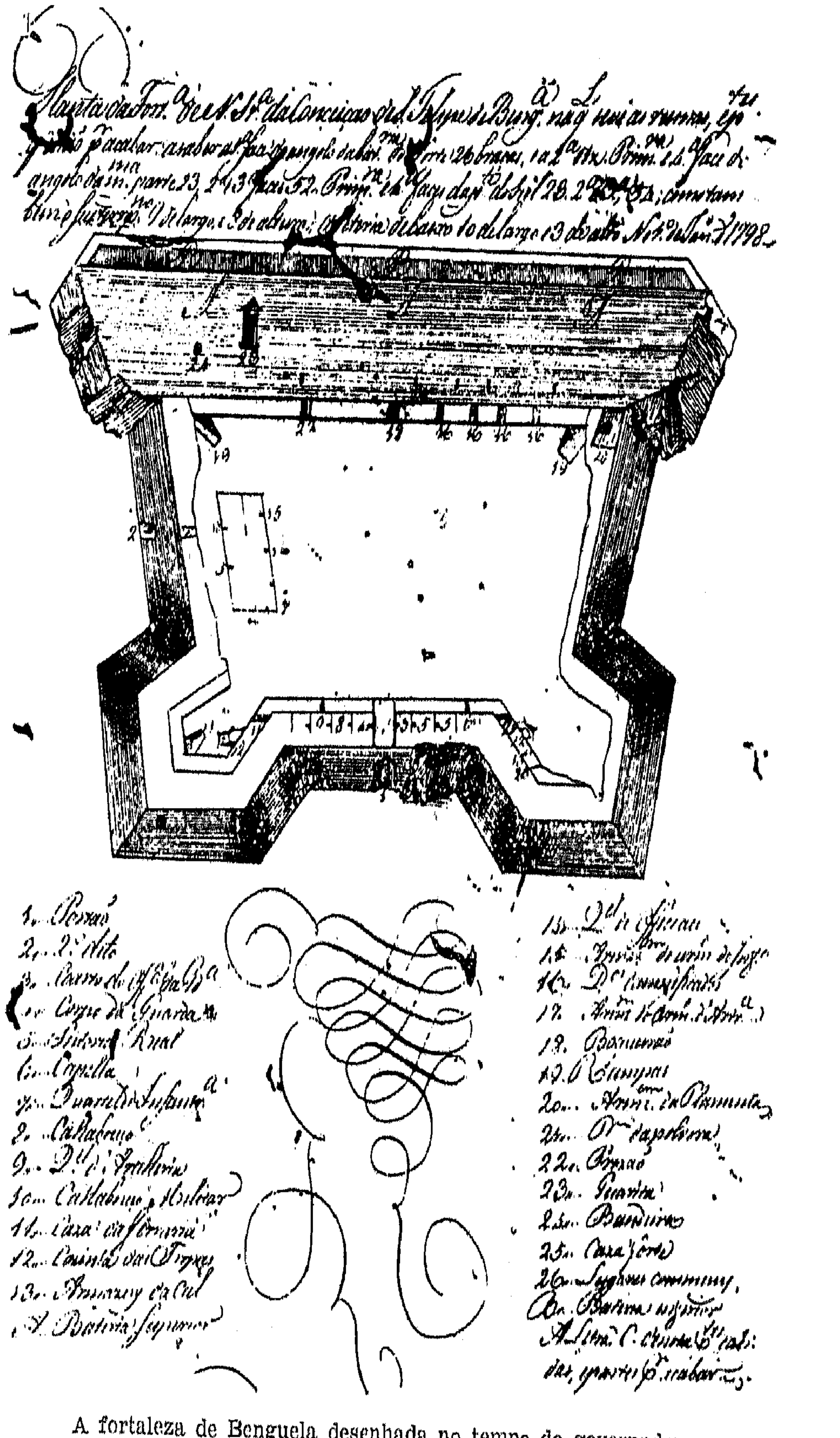
Nada se conseguiria em tal sentido, portanto, se continuasse à frente do presídio um capitão-mor inculto, sem bases para interpretar, com fidelidade, a delicadeza da situação e o vulto das realizações. É certo que, em José Vieira de Araújo, o governador encontrara uma pessoa bastante aproveitável e capaz de colaborar na execução dos seus elevados pensamentos; mas, este oficial, sendo uma excepção à regra, não podia ser mencionado como negativa formal ao princípio advogado pelo seu superior hierárquico.

Para não esmorecerem e não desaparecerem, após a sua retirada para a Metrópole, tão grandes empreendimentos, como os que principiara no extenso reino do Sul, o proponente do Senado Municipal de Benguela pediu, ao governo central, a nomeação de um governador subalterno para a cidade fundada por Manuel Cerveira Pereira. Pediu e insistiu, algumas vezes, pela solicitação. Corria-se o risco, com a satisfação do pedido, é verdade, da nova autoridade e dos seus chefes de serviço, estando afastados de Luanda, se mancomunarem em atitudes lesivas do erário público e do bem colectivo. O atraso da época admitia essa probabilidade. O monopólio comercial, os exageros e a concussão, podiam florescer, em liberdade, nas terras do Coringe, destruindo o grandioso plano de ocupação delineado e em parte executado pelo governador, como acontecera em Luanda, noutros tempos; mas a manutenção do capitão-mor não tinha facetas mais felizes, para ser defendida ou para se impôr. De resto, com fiscalização apertada e com prestação

normal de contas, remediar-se-iam todas as tendências nefastas da insensatez e da prepotência.

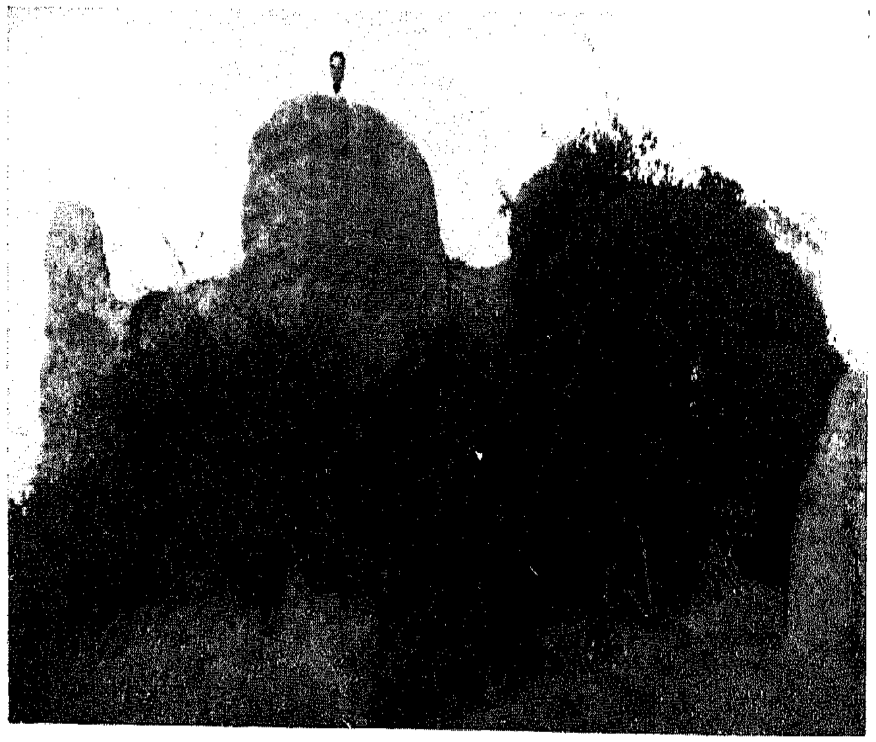
Satisfez o governo central o desejo do seu incansável representante, repetição oportuna da proposta de Abreu de Brito, materializada na separação, em 1615, do reino de Benguela do de Angola? Satisfez; nem o problema admitia outra solução. Não imediatamente, mas alguns anos depois: por decreto régio de 27 de Julho de 1778; tendo o primeiro governador, António José Pimentel de Castro e Mesquita, tomado posse em 27 de Novembro de 1779. E para esta deliberação muito contribuiu a influência directa exercida pelo governador, nos meios oficiais metropolitanos, no ano de 1773, em que fez um extenso relatório do seu sedutor plano de trabalhos, relacionado com o Sul de Angola, e um esboço do regimento destinado ao chefe da nova capitania.

A seguir: III — POLÍTICA INDÍGENA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.

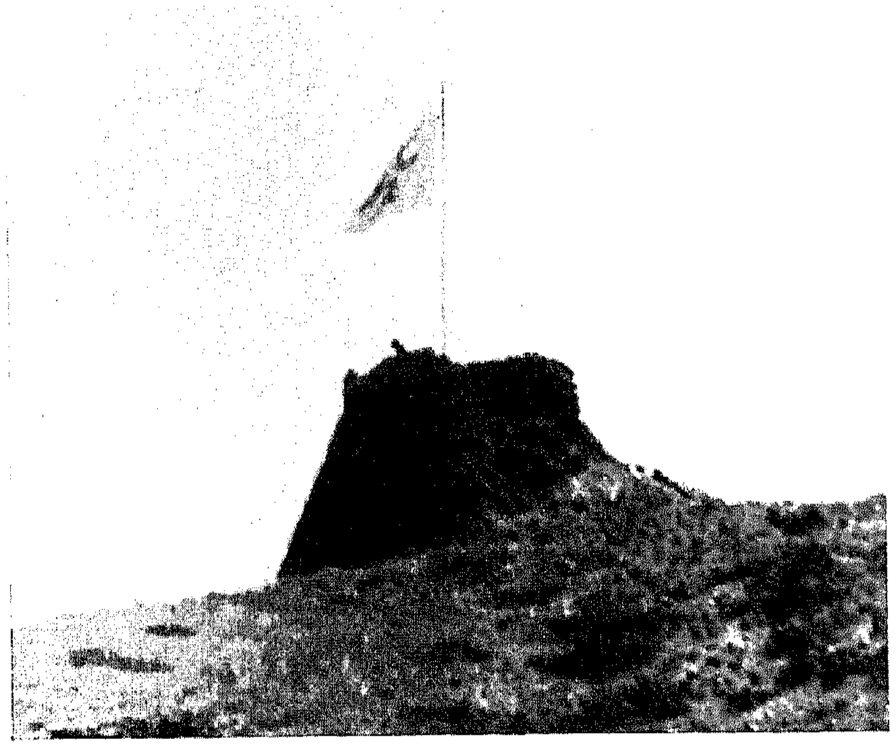


A fortaleza de Benguela desenhada no tempo do governador Botelho de Vasconcelos

Igreja de Benguela, de Nossa Senhora do Populo, de 1748

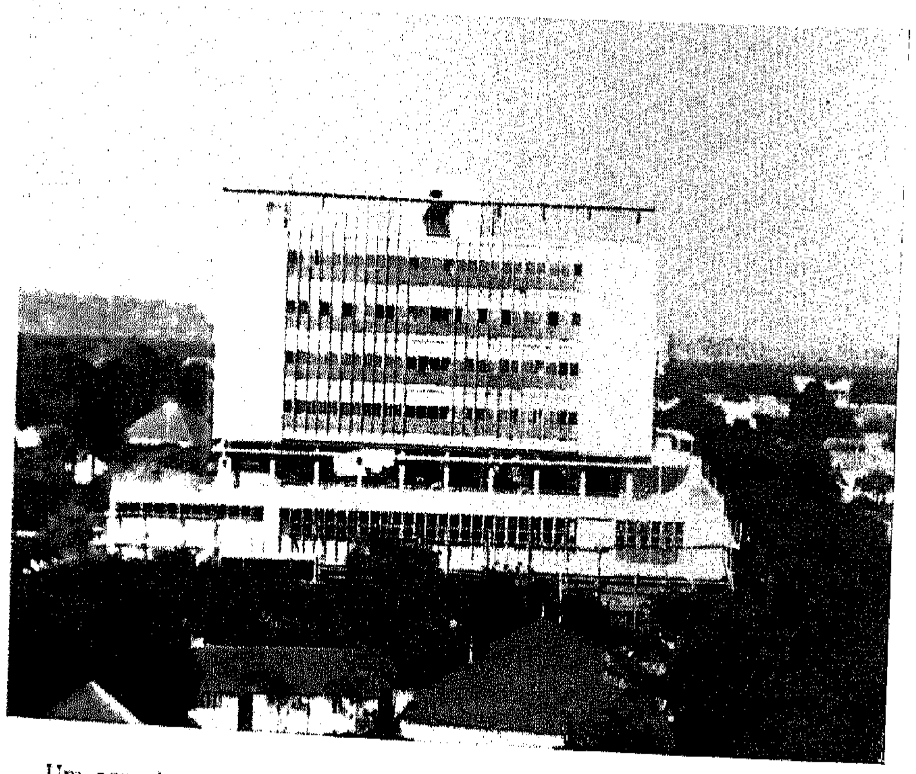


Ruínas do reduto do Maribombo, construído em 1795



Ruínas do reduto seicentista de Quicombo

Um aspecto de Benguela do século passado (o *Largo da Vitória*)



Um aspecto moderno da cidade de Benguela (*Rua Mons. Keiling*)

The Portuguese in Malaca during the Dutch period

By *W. H. C. SMITH*

Introduction

By 1506, when Affonso d'Albuquerque first arrived in the East, the Portuguese were not even established in India. By 1510 Goa had been acquired as a base and in the previous year Lopo de Sequeira sailed for Malacca with six ships. The connection between Portugal and Malacca had begun.

It may seem that this was stretching out too far in such a short time but Malacca was too great a temptation to be resisted. It was already a great international port — the Singapore of the 16th century with a great export trade from all the Archipelago and from as far afield as China and Japan in the East, India, Arabia and Egypt in the West. Malacca was, in fact, the link between China and the countries of South East Asia.

Sequeira reported back to Albuquerque in Goa confirming the wealth of the city and also analysing its political and military situation. Albuquerque decided to go himself and with a fleet of eighteen ships, one of which was subsequently wrecked on the coast of Ceylon, he sailed from Cochin and in early July, 1511, «reached the harbour of Malacca at evening with all his fleet decked with flags and the men sounding their trumpets and ordered them to salute the city with all the artillery and proceeded to cast anchor in front of the harbour», Albuquerque informed the King of Malacca, for so he referred

to the Sultan, that he had not come to talk of peace except on the terms of the King of Portugal «for the fleet had not come in search of a cargo but to make war upon the King of Malacca if he would not come to terms of peace with the King, His Lord». These terms were to include restoration of the property which Sequeira had left behind and restitution for the murder of the Portuguese who had also been left in Malacca in 1509.

Negotiations were dragged on until the Feast of St. James the Apostle, i.e. 25th July when the attack was launched. The day was chosen because St. James was the patron saint of both the Portuguese army and the religious order of which Albuquerque was commander. Significant too, was the Gradual of the Mass for the day which had for its opening words «Thou shalt make them Princes over all the Earth». Albuquerque, like da Gama, knew what he was about; this was not only a crusade against the infidel for, said he in a speech to his men, «I hold it as very certain that if we take the trade of Malacca away out of their (the Moors') hands, Cairo and Mecca are entirely ruined, and to Venice will no spices be conveyed except that which her merchants go and buy in Portugal». With this went the motive of crusade for he reminded them of «the great service we shall perform to Our Lord in casting the Moors out of this country and of quenching the fire of the sect of Mahomet so that it may never burst out again hereafter».

This speech was probably delivered on August 8th/10th, on which date the city was captured and the Sultan fled to find a refuge in Johore, and from now until 14th January, 1641, Malacca was to be a Portuguese possession. It remained to be seen what they would make of their new prize.

Albuquerque made sure of its possession by the construction of a fortress in stone which was to remain the centre of the defence system of the city for two hundred years, though today little or no trace remains. It must have been a fine sight judging by the description of a Portuguese Chronicler who visited Malacca, «On one side the sea washes against it, on the other the river, and the walls are of great width; as for the keep — you will find few of five stories like this».

Albuquerque also constructed a Church dedicated to Our Lady of the Annunciation — like the Fortress it has disappeared; where it stood is today the site of the Hong Kong Shanghai Bank. If this Church was built originally in stone, which seems doubtful, then, with the Fortress, it constituted until mid-16th century the only stone building in the city, for the rest of the houses were wooden with atap covering, and there was no wall encircling the area other than a wooden palisade made with stakes and brushwood.

Conditions of living were, and continued to be, extremely difficult. Malacca had a bad reputation for unhealthiness and those who came to find their fortune in the place more often found an early death. Many died on the sea voyage, others survived that hardship only to die within a few weeks of arrival.

The number of Portuguese in the city was always small — the maximum being, it would seem, 600 and the population included, apart from Malays, Chinese, Bugis, and of course in time the Luso-Malayans, descendants of marriages or encounters between the local inhabitants and the Portuguese.

It is the existence of these which complicated the counting of the population, for by a decree of Dom João III anyone with any Portuguese blood was called, and counted as, Portuguese, the use of the term «half-breed» or any similar term which might be considered insulting being strictly forbidden.

However, the Portuguese population increased slowly; by 1512 there seem to have been only 38 married Portuguese settlers there, and as late as 1626 only 114, of whom 62 lived outside the city walls.

The growth of the city was not regulated, fortunately, by the number of those of actual Portuguese blood who lived within or without its walls.

In 1613 Manuel Godinho de Eredia described the city thus: «Within the circle of the walls are situated the castle, together with five churches, the Cathedral of the Assumption, the Church of Mercy of Our Lady of the Visitation, the Church of Our Lady of the Annunciation in the College of the Company of Jesus at the top of the hill, the Church of St. Dominic in

the Dominican Convent, and the Church of St. Anthony in the Convent of St. Augustine. There are also two hospitals».

Beyond the walls are two suburbs, that of Upe or Tranqueira is divided into two parishes, St. Thomas and St. Stephen, with 2,500 Christians; that of Hilir or today Banda Hilir, with 1,300 Christians under the parochial jurisdiction of Our Lady of Mercy; in that of Saba, today Bunga Raya, is the Church of St. Lawrence, with 1,400 Christians. In all, Eredia reckoned there were 7,400 Christians but he distinguished by saying that 300 married Portuguese lived inside the walls with their families and the garrison for their defence.

From Eredia's description we not only learn something of the population, we also learn something of the strength and influence of the Church. If it is borne in mind that the Portuguese exploration was twofold in purpose, i.e. trade and crusade, this will not come as a surprise.

Albuquerque had with him eight priests, an assortment of Friars, mostly Franciscans, and these were the first clergy to land there. It would seem that one month later the Franciscans departed to preach the Gospel in the Moluccas so presumably the others remained. It can have been no pleasant life for the early clergy, an uphill fight against vice, crime, violence, and greed. In fact, one gathers that little was achieved until 25th September, 1545, when St. Francis Xavier, the great Apostle of the East, arrived in Malacca.

From then on Malacca became a centre of missionary activity — not, oddly enough, for Malaya itself, — but a transit station for missionaries on their way to other parts of the East.

St. Francis also concentrated on attempting to elevate the spiritual life of Malacca — the state of which had shocked him considerably — and in fact Malacca became his headquarters and was to be the place where his body first rested before it was taken to Goa.

In 1558 Malacca became the seat of a Bishopric and it would seem that the increase in building activities and the growth of convents, schools and Chapels began about this time,

so that by the date of Eredia's description the face of Malacca had changed.

Undoubtedly in the matter of building and in the propagation of the Faith the clergy had the support of the Governor, or as he was called, the *Capitão*. Appointed by the King he was the supreme civil authority regulating all matters of law, justice, and commerce within the region and reporting both to the Viceroy in Goa and to the King in Lisbon. By the later part of the 16th century he had his own palace and there also existed something like a *Camara Municipal* in which was conducted the business of the territory.

On the eve of its capture by the Dutch, Malacca was in the words of one of its conquerors «a city with big houses of wood or stone and with very narrow but regular streets, after the Portuguese style.» He does not mention the major buildings, the Palaces, the Churches, the Hospitals, and the Schools but we know already that these existed.

It is important to remember that Malacca fell not because of local circumstances alone but because of the changes in Europe in the 17th century.

The problem was, in fact, international. The rise of the Protestant powers in Europe was bound to affect not only the territory of the Catholic States in that continent but also their overseas possessions. Portugal was in a particularly disadvantageous position for since 1580 she had been ruled by Spain, a Union of the Crowns having been effected on the death of the young King Sebastião in N. Africa, when he was crusading against the Moors. Naturally Spain cared more for her own colonies than for those she had acquired by accident from Portugal and her main aim was to protect her possessions in the Americas from whence came her wealth.

The Portuguese colonies in the East were, in case of necessity, expendable, and so little care was taken of them or little attention paid to their needs for defence when the Dutch began to expand eastward in the 17th century.

The Portuguese themselves were exhausted; the enormous effort of the 15th and 16th centuries had drained the mother land of men and material and her Empire was scattered in an

enormous chain from Macao to Mombasa. It could not last once it was seriously challenged by a greater sea-power. Sea-power had made it, only sea-power could defend it; and the quality of Portuguese seamanship had declined while their ships were inferior to the Dutch.

From 1641 onwards Malacca disappeared officially from Portuguese political history, but this could not be the end of the story for there remained in the city a large group of Portuguese-speaking Christians, the descendants of whom still exist today. The following article is an attempt to throw some light on what happened to this community during what might be termed the «hidden years» of Portuguese Malacca.

DUTCH MALACCA: the Portuguese

One of the problems connected with the taking of Malacca by the Dutch in 1641 is that of the continuance or disappearance of the Catholic Faith as a result of the occupation of the city by the new Protestant power.

This question, obviously of great importance in assessing the position of the Portuguese in Malacca during the Dutch period, has never been satisfactorily answered although an article by Dr. C. X. Furtado which appeared some years ago, did attempt to give an explanation [1].

The article by Dr. Furtado is of great interest and importance but it would seem there are some factors which were overlooked by him and which throw new light on the problem. It is with these new developments that this article is concerned.

In any analysis of the condition of the Catholics during the Dutch occupation it must always be remembered that the evidence is scanty and although the *argument from silence* is permissible it must not be strained too far. This lack of evidence springs from the fact that all of the Portuguese archives in Malacca have disappeared, presumably destroyed

[1] *Rally*, Malacca, November 1951.

by the siege, and so the search has to be made in collections scattered from Macao to Goa. By an unfortunate accident the records in Timor were also destroyed thus depriving us of an invaluable source of information on the whole Portuguese period in this area. Until 1646, however, there is adequate documentation, which is not completely one-sided; it is after that date that the real difficulties are encountered.

In 1641, when the Dutch entered the city, most of the buildings, including the Catholic Chapels and Churches were in ruins. The eight months siege had been fierce and the long bombardment had done tremendous damage. In fact, if we accept the report of Schouten, and there is no good reason why we should not for it was made as an official report immediately after the capture, the whole city was in a shocking conditon [2]. Schouten's report is an extremely thorough and valuable document and he must have given considerable care to its preparation. Among other things he enumerates the Churches and Chapels of the city, describing their condition. Most were in a pitiable state, not surprising when one remembers the toll in human lives was also appalling; for the population of the city of 20,000 before the siege was reduced to 3,000 by battle, plague, and starvation [3].

Among the Churches mentioned by Schouten is that of St. Laurence, or in Portuguese, São Lourenço. This, said the report, is in ruins, and must be built anew from the foundations, but Schouten recommends that it should be rebuilt and be given to the Catholics to use.

Straightaway one is confronted with an interesting problem. Why should this surprising recommendation be made? It was Dutch policy, normally, to tolerate everything but Catholicism, and there would seem to be only two explanations;

[2] J. M. B. R. A. S. Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society (referred to as XIV, Part I, 1936, p. 113 et seq).

[3] The evidence is conflicting on the numbers: «The Padres declare that about 7,000 people have died and that they have been eating dogs, cats, rats and the hides of beasts.» J. M. B. R. A. S., XIV, Part 1, p. 45. «Siege and Capture of Malacca from the Portuguese 1640-41».

either the Dutch had decided that «Malacca was worth a Mass» and that no progress could be made unless the Portugese Catholics were tolerated, or else they were confronted with such a small and impoverished community that toleration was a simple gesture of contempt.

In support of the first theory we have the comment of Schouten and Twist in their report on the condition of Malacca; speaking of the release of some prisoners who were to be sent to 'Quedah' as slaves and so delivered into the hands of the 'barbaric Moors', the authors of the report go on, «By our upright and Godfearing behaviour we should attract the inhabitants of these lands who are mostly Roman Christians. Cruel examples like the one here cited are bound to frighten these people from their homes and gardens *without whose supply of necessities this republic could never exist»* [4].

In support of the second Schouten says: «Contrary to law the vanquished Portuguese were granted life and freedom and about 200-250 of their prominent and wealthy men and women including clergy, were allowed to travel by the yacht *Bredam* to Goa with all their wealth... and with their slaves — men and women — without the knowledge and sanction of the Council [5]. The report attributes this to bribery, an interesting comment in itself, but less significant than the disapperance of the «prominent and wealthy men».

What would appear to be certain is that if toleration were granted it did not extend very far and it was certainly not intended that such Catholic clergy as survived, or were allowed to continue their functions, were to be permitted to make converts, for again according to the report: In a conference with the «thirteen remaining clergymen of different orders» (the report states) «We sounded the Padres gently to find out whether they would be disposed to stay enjoying freedom of thought and full liberty in their religion, in and out of the City, in their houses, gardens or Churches, but under

[4] J. M. B. R. A. S., XIV, Part 1, p. 50.

[5] Ibid. p. 52.

our allegiance. They did not seem to understand us and persisted in their old maxim, that two religions could not be tolerated in any country, unless they were allowed liberty, and freedom from oaths, which would be against the See of Rome, and the authority of Spain, against which they would not take up arms. [6]. This cannot he heeded, but we have resolved to get rid of these restless and turbulent people whose machinations are known all over the world (i.e. the Jesuits) by shipping them to you per yacht «Klein — Amsterdam»... We have, however, at their request, and subject to your approval, allowed one or two Dominicans to stay behind to look after rents and incomes, and to see what arrangements can be made for the future.» Since it is definite that the Dominicans did remain, an estimate of the strength or weakness of the persecution now turns on the existence, or non-existence, of a place of worship. If priests were permitted to stay in Malacca and if the Mass was permitted publicly in a Church then the treatment of the Catholics must have been fairly lenient. This problem resolves itself into the question; was São Lourenço rebuilt, as Schouten suggested, and was it used by the Catholics as their Church?

This Church, formerly «a parish of 1,400 Catholics» [7] had been built sometime in the 16th century, had been destroyed by fire in 1630, and subsequently rebuilt in 1630-31 [8].

It is this fact which appears to have escaped Dr. Furtado for he claims that the old Church of St. Laurence could not be that existing today on the same site because in a map of Pierre Berthelot, identified by Fr. Cardon (J. M. B. R. A. S., XII, Pt. II 1934 pp. 14-15 and Pt. I 1947 p. 229) «St. Laurence Church faces in a direction almost opposite to that of the Rosary Chapel (St. Laurence) now *in ruins.*» But this map is definitely dated as 1629 and the fire occurred in 1630 — have we not here

[6] J.M. B. R. A. S., XIV, Part 1, p. 54 et seq.

[7] *Eredia,* J. V. Mills, p. 201.

[8] «Em 1630 ou 1631 em Malacca houve perdas grandes no mar, incendio da igreja e mosteiro de São Francisco, da Igreja de São Lourenço». Christovão de Nazareth *Mitras Lusitanas no Oriente* II p. 230, Goa 1924. On page 255 he mentions the rebuilding.

perhaps an explanation of a new orientation carried out in the rebuilding? The re-orientation would have given the Church a riverside entrance which it has today, and we know the river was used as a highway.

That it was rebuilt is obvious not only from the evidence of Christovão de Nazareth but also from Schouten's report for if the church had been left in ruins from 1630 there would have been little to rebuild in 1641. Not only the siege but the jungle would have taken its toll.

In his report Schouten first describes the Church as it would have been before its destruction. It is one of those, presumably, «built of planks with stone pillars», (for Schouten says six out of the seven churches he mentioned were so constructed) and he specifically names «Nossa Senhora da Guadeloupe» as being «a noble structure of stone». Of «St. Laurence», he says «It had four altars namely, the High altar in the name of the patron, and those of St. Anna, St. Barbara and Nossa Signo. das Mercees». It had a Vicar enjoying privileges as above (i.e. stipend from the *Alfândega* which was 160 *cruzados per annum* besides the income from Church Services).

Speaking of the condition of the Churches Schouten says the greater number «are mostly destroyed and beyond repair» and goes on: «But this is not a disadvantage for the company, provided the exercise of the Roman religion is allowed (for political reasons) in one of the above Churches, that of St. Laurence by the Riverside, being the most suitable, but it is in ruins and must be built anew from its foundations» [9]. Schouten probably considered St. Laurence «most suitable» because it was in Bunga-Raya — a favourite Portuguese residential area, and it was outside the city proper.

Later under the heading of «The Exercise of the Roman Religion», comes a further comment «To encourage the present inhabitants to settle down to honest work and to get them attached to the Netherlands State, moreover to entice traders and their consorts and to facilitate the surrender of other

[9] J. M. B. R. A. S., XIV, Pt. 1, p. 113.

hostile places, the public exercise of Roman Catholic religion should be permitted in a Chapel or Hermitage, but under certain conditions similar to those laid down with success in Brazil, Pariba, Guiana and other places by the West India Company». After a slight digression on the philosophical aspects of toleration Schouten gets down to cases: «However our chief aim in referring to this matter is to see that Malacca (captured at great cost of material and men) becomes a profitable asset instead of a white elephant for the company» [10].

Was this Church rebuilt as Schouten had recommended and was toleration granted in Malacca? It is possible to piece together scraps of evidence which enable us to have some idea of what happened, but it is unfortunate that much which could be helpful has either been destroyed or remains undiscovered. As far as the Dutch were concerned no proclamation formally banishing Catholic clergy was issued until 1645-1646 and then, as will be seen later, in very peculiar circumstances. Furthermore a Jesuit mission consisting of two fathers was operating in Malacca from 1651-1655. The details of this mission of Fr. Pero de Mesquita and Fr. Manuel Henriques are to be found in the collection of the *Ajuda Library*, Lisbon, «Jesuitas Na Asia» which have not yet been properly examined [11], but which leave no doubt of much active Catholic work in the Malacca area.

A very clear indication of conditions is given by the fact that the Dutch Governor of 1646, Dr. Vlamming Van Outshoorn (who issued the proclamation already mentioned), was himself entertaining a Jesuit Priest, one Père Rhodes, who was returning from China, discussing with him the state of his soul and the possibility of its salvation within the limits of Calvinism. Rhodes says: «He permitted us to say Mass publicly for our Catholics, to preach to them on the mysteries (of Faith), and even to hold processions in a Chapel two leagues from the City where there was an image of the Virgin» [12].

[10] J. M. B. R. A. S., XIV, Pt. 1, p. 139.

[11] *Boletim Ecclesiastico do Diocese de Macau* (printing) «Jesuitas Na Asia», Codice 49; IV 52: 491-496.

[12] «Divers Voyages de P. Alexandre Rhodes», Paris 1666, pp. 268-270.

A much longer and more detailed account of the condition of the Portuguese Catholics in Malacca is that of the Dominican Friar, Dominic Fernandez de Navarette, who was on his way to China (to acquire fame as «the hammer of the Jesuits»). He says: «That afternoon the stewards of the Brotherhood of the Rosary invited me to go up river at eight of the clock at night, where most of the Christians live, there to sing the salve and litany of Our Lady. I could not avoid it *(sic)* but went; their Church was adorned; after the rosary, the salve and litany was sung very well, I being in a cope brought out the image of Our Blessed Lady, which was a very beautiful one. Then I heard some confessions, and having taken my leave of the people, went away to rest at the house of an honest Portuguese married to a Malay woman». Navarette goes on to recount that he said Mass every day but one and administered the Sacrament saying Mass «that they might all be pleased, one day in one house and next in another».

According to Navarette «there was about 2,000 Catholics in that place» who seemed to be served by «an Indian Clergyman in disguise there». He would seem to infer that the Catholics are confined to one area, presumably Bunga-Raya, since he refers to «the place where the Catholics live» [13].

He goes on: «When all was taken by the Dutch three Fathers remained here, two of them I knew very well, the other who was a Frenchman, died some years since in Europe. They demanded a place where they might administer to the Catholics; the Dutch had sent to Jacatra (sic) for orders to give them a Church and it is reported that the design should be that of St. Anthony; but the Fathers being impatient of delay, tho' the Dutch themselves advised them to be moderate, they threatened the Dutch they would take from them the water of the well of Batochina (Bukit China), which is the best they have and is always guarded. These threats provoked the Dutch who sent them to Jacatra where they forbid saying

---

[13] J. M. B. R. A. S., XII; Pt. II, p. 91.

Mass». (i.e. in Jacarta) This account is extremely interesting and requires elucidation at several points.

Firstly, «the stewards of the Brotherhood of the Rosary» are presumably the «Irmãos da Igreja» as they are called in Portuguese, who still exist today in Malacca and who maintained themselves in the «Ermida do Rosario» (the Church of São Lourenço) until the latter part of the 19th century when they were persuaded, because of jurisdictional difficulties in the Parish of the Portuguese Mission in Malacca, to abandon their Ermida (Hermitage) or Church and transfer organisation to St. Peter's Portuguese Church where they still function. Secondly, it is obvious from what we know of the *Irmãos* today that they were in origin some type of Dominican organization, probably Tertiaries of that Order, because of the habit which they still wear during their religious devotions. Furthermore, from the description of the service which Fr. Navarette attended in 1669 it is clear that this was of an essentially Dominican pattern — the Rosary, the Salve, and the Litany, recited, it would seem, in the Dominican fashion in front of the statue of Our Lady.

It is also clear from this report that the ceremony took place *in a church* and that it was up river. The Church of São Lourenço was, and still is today, up-river. In fact, as already said, the river flows past its door. It is not unreasonable to suppose that this was the Church to which De Navarette referred. The mention of the Dominicans is interesting also, not merely for the obvious connection with what has been said above, but also because of the curious story which is told concerning their departure. There is here quite clearly, a garbled version of some local legend in which a fact may be enshrined. The threat to dry up the well on «Batochina», which is fairly certainly Bukit China (it still has the well in question), takes us into the region of sanctified curses which are not really the province of the historian. What seems fairly certain is that the Dominicans did leave at the end of the period described by a later Governor, Balthasar Bort, writing in 1678, as that «of liberty by connivance» which appears to have lasted until 1645 or 1646. The proclamation of that year enjoined all

Priests to depart and, in fact, many were put on Dutch ships and removed[14]. Presumably the Dominicans foreseeing such a possibility, had founded, or expanded, their Tertiary Cell in order to provide for continuity.

Its is interesting that Père Rhodes makes in his account of 1646 no mention of the Dominicans — but Père Rhodes was a Jesuit and may not have felt it necessary to stress the point.

This report of Governor Bort is dated 1678 but it begins in 1666 when he was appointed and is a *resumé* of the state of Malacca, in all its aspects, which he drew up for his successor.

Bort admits that the decrees of 1646 have been ineffective (not surprising in view of Governor Vlaaming's conduct) and he says «the content of this Proclamation (i.e. Vlaaming's) was frequently transgressed by the Romish Clergy and their adherents here...» going on to give details including the fact that they have set up an attap house one within this Northern suburb here, and at Bungorij (Bunga Raya) another tricked out with pictures and other superstitious ornaments in form of a popish church, and in these the said Portuguese priests have during the holy days just past (i.e. the Christmas Season) not only preached but celebrated the idolatrous mass and their Romish worship publicly and without scruple before a great concourse of people».

After several more indignant pages Governor Bort gives a copy of his proclamation of 15th January 1666 re-enacting, with more stringent penalties, that of 1646[15].

Bort's report calls, at this juncture, for two comments; firstly the Church at Bunga Raya would again seem to be São Lourenço for it was, of course, situated there. Presumably the other attap church was a temporary erection built to cope with the Christmas devotions.

Secondly it is clear from de Navarette's account of 1669 that the Proclamation of 1666 had not done a great deal

[14] J. M. B. R. A. S., V & VI Pt., pp. 79-80.
[15] J. M. B. R. A. S., V & VI, Pt. 1, pp. 82-85.

towards scattering the Romish hordes who tended to raise the Governor's blood pressure. He himself admits that all did not go too well, but of course he infers that he had done better than his predecessor — and we may respect his claim since at least we have no evidence that he personally sat down to sup with the Jesuits. One wonders if Governor Bort, with his staunch Calvinism, knew of his predecessor's little lapse. Nevertheless: «These Romish subjects of ours contrive to maintain here in secret a priestling to minister to them in sickness and death, for they imagine that, if they are obliged to do without a priest at such times, they are lost and will not go to heaven»[16].

Did Governor Bort know that as he slept, one hopes comfortably, on an evening in 1669 Fr. de Navarette was gliding up river to perform his priestly duties? It is quite probable that Governor Bort did in fact know all about it, but slept well in spite of the knowledge, for it would be difficult for the Company to find out, unless he told them, and he was not likely to tell them anything they would not want to hear, particularly if it reflected on his own capabilities. Presumably a word to the wise was sufficient to ensure his successors did the same.

The problem of governing the Catholics in Malacca was not, however, one which concerned only the Dutch Governor. The Church itself had a problem of administration for it was, and is, essential to the existence of the Church that it should have a properly established organisation wherever it was working. The most essential link in the chain of Ecclesiastical administration is the Bishop, essential not only administratively but sacramentally: «Ubi episcopus Ecclesia est». Fortunately this does not conversely mean, «No Bishop No Church», for if this were so then Catholicism in Malacca would have died out for lack of Bishops.

The fact is that Malacca was actually without a bishop at the time of its conquest by the Dutch for the incumbent

[16] Ibid., p. 86.

appointed had firstly been sidetracked on his way to Malaya and has subsequently died before he could arrive to take up his episcopal functions. From then until 1671 no appointment seems to have been made — presumably because of the confusion reigning after the fall of the city — and even after this date there is still much doubt as to whether any of the Bishops who were nominally appointed to the See ever set foot in it. Indeed, of the six Bishops involved in the affairs of Malacca between 1671 and 1734 only one, the Dominican, Frei Manuel de Sto. Antonio, ever visited the Diocese, and that was simply a stop on his way to Goa.

Of the nine Bishops who cover the complete period from 1671-1756 only one, also a Dominican, Frei Gerardo de S. José (1747-1764) actually performed any episcopal functions in the Malacca area for it is recorded that on August 15th, 1758, Fr. Caetano Calisto de Sequeira received minor orders and was subsequently raised to the priesthood on January 29th, 1759.

It is quite evident from this summary that if Malacca had been dependent on its Bishops it would have been in a sorry state and one might be tempted to deduce that, persecution or no persecution, Catholicism would have disappeared.

It must not be assumed, however, that the Church was indifferent to what happened simply because of a virtual breakdown of normal administration, and this is shown by the appointment of episcopal Governors who maintained continuity of jurisdiction and administration *in loco episcopi*.

The majority of the Episcopal Governors were, like the appointed Bishops, Dominican. The reason being that Timor, Solor, and Macassar were Dominican areas and it was therefore easy to appoint someone who had neither inclination nor opportunity to be anywhere near Malacca. This fact also helps to explain Dominican influence among the Malacca Catholics.

In view of the feebleness of the ecclesiastical ties which now bound Malacca to the Catholic World it is surprising that Catholicism survived in the city and its vicinity. That it did was undoubtedly due to the devotion of individual priests, many unknown, and also it was due to the fact that the Dutch persecution was not of the exterminatory variety. If this had

been intended it would, of course, have been quite simple to achieve the object — but it would have ruined Malacca, whose trade was worth a Mass even to Dutch Calvinists. It has been proved fairly conclusively that Catholicism in Malacca all through this period was, if not flourishing, at the very least maintaining its roots in the ground. It has also been established that a Church of some kind was maintained either through the efforts of the priests working in the city or else by the efforts of the Confraternity of the Holy Rosary. There can be little doubt that the Church involved was São Lourenço for geographically the evidence is very conclusive and the report of Rhodes and de Navarette make it plain that there was a church and not just a temporary shelter erected for a visiting priest.

Finally, at the beginning of the 18th century we leave the realms of poorly decumented conjecture and reach the safer ground of documents which are still in existence in Malacca today. These documents deal with the building of St. Peter's Church and, oddly enough, it is through the construction of one church that we have confirmation of the existence of the other.

The building of St. Peter's Church seems to have occurred at the beginning of the 18th century. It is, unfortunately, necessary to say «seems to» with reference to the construction of the Church for the records which could have told the story were destroyed by fire in Timor and the parish registers of the Church extant today begin in the year 1767 with a register of births.

However, what is quite beyond dispute is that in the early 1700's land was acquired by one Francisco Amburgo, or in Dutch Franz Amboer, and that a church existed on this land by 1710. This is proved by two entries in the Parish Register of St. Peter's one dated 2nd November 1810, and the other 15th November 1823. Since they are both almost identical it will suffice to quote one of the entries: «Aos 2 de Novembro de 1810 Falleceo Maria Soares Viuva Em Boaurayo; com todos os sacramentos; e foi sepultada no meio do crozeiro da igreja de S. Pedro, na cova perpetua, que o Padre Domingos Monteiro

sendo Vigario da Christandade, de Malacca, pelos muitos serviços, q'a da Igreja fez Francisco Amburgo, concedeo a elle, e aos seos descendentes no anno de 1710 como consta de copia da concessão do sobredito Padre: em fe do q'e se fez esto assento, em q'(ue) assignei». Signature, abbreviated, of Pe Daniel de Santa Thereza Da Sylva, O.P. The translation is: —

«On 2nd November 1810 died Maria Soares, a widow, resident of Bunga Raya, (fortified) with all the Holy Sacraments; and buried in the middle of the transept of the Church of St. Peter in the grave which Fr. Domingos Monteiro, being Vicar of the Christians in Malacca, had given in perpetuity to Francisco Amburgo and his descendants in the year 1710 because of the many services rendered by him to the same Church in accordance with the copy of the said grant made by and signed by me»[17]. It is therefore quite clear that in 1710 the Church had been built for it would otherwise have been impossible to establish the site of a perpetual grave in the transept of a non-existent Church.

It may well be asked how all this affects the existence of São Lourenço; the connection is not as far-fetched as might be imagined because the date of the building of St. Peter's is all important in assessing the position of São Lourenço in the 18th century, for it is clear that after the 1700's there were two churches, the original one of São Lourenço and the new St. Peter's built, presumably because religious persecution was now going out of fashion in Europe and because the Dutch found themselves with Catholic Allies in the War of the Spanish Succession.

Since two churches would obviously be unnecessary in Malacca at this period it would seem that St. Peter's became the Parish Church and that São Lourenço became a Chapel of ease. It could not be closed for two reasons, firstly the existence of the Rosary Confraternity with their long, traditional connection, and secondly because it would be natural

[17] Parish Register of St. Peter's Church, Malacca 1810.

for the people to feel affection for a Church which represented at one and the same time their time of trial and their victory.

From now on in any mention of the «old Church» it is called the «Ermida de Rosario» or Rosary Chapel — the reasons being obvious when one remembers the Confraternity — with their Dominican devotions.

The point is, of course, that São Lourenço was obviously well established long before St. Peter's was built — and its history, therefore, must stretch back into the 17th century.

It will not do to argue that the Rosary Chapel was constructed after St. Peter's Church, for this, as we have already seen, would be pointless. Why try to maintain two Churches? No Parish Priest would willingly undertake such a responsibility in the circumstances of the Catholics in Malacca in the early 18th century, only the previous existence of such a Church would reconcile the Priest in Charge to accepting it. In the event, the Chapel was maintained under the jurisdiction of the Rosary Confraternity until 1869 when they transferred their funds and their jurisdiction to the Church of St. Peter.

It would seem, therefore, in spite of gaps in our knowledge, that the position of the Portuguese Catholics in Malacca was hardly that of a fiercely persecuted minority. If they had been it is doubtful if they could have survived, particularly in view of the weakness of the ordinary ecclesiastical organisation.

The Dutch policy would appear to have been that of official condemnation and unofficial toleration which must have made for a feeling of insecurity among the Catholics, since much would depend on the Governor of the moment, but it was better than the rack or the rope. We have no records of any martyrdom in Malacca during the whole period — a fact which is not without significance.

A Church there seems to have been and that Church must have been São Lourenço. Today it is a ruin, cared for by the Malacca Historical Society, for the Church of St. Peter cares for the majority of those who are descended from the original Portuguese settlers, but there exists, among those of the community who are old enough to remember attending St.

Laurence, a tradition that it is «a special place connected with the old days». «Vimos buscar Christaos e Especiarias». So said a member of Vasco da Gama's crew. Portugal has lost her spices but her Christians remain. As João de Barros said in his work «Dialogo em Louvor da Nossa Lingua» (Lisboa 1540): — «The Portuguese arms and boundary marks placed in Africa and in Asia, and in countless isles beyond the bounds of three continents, are material things, and time may destroy them. But it will not destroy the religion, customs, and language which the Portuguese have left in those lands» [18].

[18] «As armas e padrões portugueses postos em Africa e em Asia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das tres partes da terra, materiais pode-os o Tempo gastar. Mas não gastará doutrina, costumes, linguagem, que os Portugueses nestas terras deixaram». — João de Barros, Dialogo em Louvor da Nossa Lingua (Lisboa 1540).

Elementos de estudo acerca da possível contribuição portuguesa para a organização do Museu Histórico de Malaca

Por *ALBERTO IRIA*

2.ª SUBSECÇÃO — CARTOGRAFIA

(Continuação)

Nesta *Subsecção* poderemos contribuir também com ampliações fotográficas de todos os documentos abaixo indicados, alguns dos quais podiam até ser reproduzidos em espécie:

1) Carta, manuscrita, de várias cores, com 1680 × 1310 mm, representando, entre outras, a península de Malaca. Esta carta é atribuída a Pedro Reinel, [ca. 1517] e existe em Bayer Armeebibliothek, München.

2) Atlas Miller, 1519, atribuído a Lopo Homem.

B 12 — 5 folhas coloridas, 610 × 370 mm, representando: Açores; Etiópia; Arábia; Índia; Golfo de Bengala; Malaca; Samatra; Java; ...

Este atlas existe na Biblioteca Nacional de Paris.

3) «Mapa demonstrativo dos conhecimentos geográficos que os Portugueses tinham da Indonésia, em 1519. Reproduzido de *L'Oeuvre Géographique des Reinel et la Découverte des Moluques*, de T. Hamy», in LAGOA (Visconde de), *Fernão de Magalhãis (A sua Vida e a sua Viagem). Com um Estudo Náutico do Roteiro, pelo Almirante J. Freitas Ribeiro. Prefácio do Dr. António Baião,* Livro I, (Lisboa, 1938), p. 168-169. Veja Estampa n.º 1.

4) «Carta de Diogo Homem, de 1558, inserindo as Molucas. Para a descrição pormenorizada desta carta, deverá o leitor consultar a obra do Dr. Armando Cortesão *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV-XVI* (vol. I, págs. 373 a 377). (Gravura obsequiosamente cedida pelo

Dr. Armando Cortesão)», in LAGOA (Visconde de), *Fernão de Magalhãis (A sua Vida e a sua Viagem). Com um Estudo Náutico do Roteiro pelo Almirante J. Freitas Ribeiro. Prefácio do Dr. António Baião,* Livro II, (Lisboa, 1938), p. 152-153.

Este Atlas existe no Museu Britânico, «Add. Mss. 5415-A», e é composto de doze mapas em pergaminho fino, de 559 × 767 mm, contendo várias noções cosmográficas, tábuas de declinação e nove cartas geográficas, desenhadas com grande perfeição e ricamente iluminadas (...). (Cf. CORTESÃO (Dr. Armando), *ob. e vol. cit.,* p. 373). Veja Estampa n.º 2.

5) «Carta de Lázaro Luiz, de 1563, com a legenda: «Esta Tavoa Tem Bemgala pegu ho Reino de tanasarim malaqa ha Ilha de samatra ha Java toda ha sumda has Ilhas de timor a Ilha de borneo a terra domde esteue emvernamdo ho magalhamis as Ilhas homde ho mataraom a costa dos laos e licos ho Reino de camtaom ho Reino de siaom ho Reino da china com todas suas prouimsias as Ilhas dos ladromis todo ho Japaom. (Leitura do Dr. Armando Cortezão)». Para a descrição detalhada desta carta interessantíssima deverá o leitor consultar a obra monumental do Dr. Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI,* (vol. II, pág. 247). (Gravura obsequiosamente cedida pelo Dr. A. Cortesão)», in LAGOA (Visconde de), *Fernão de Magalhãis (A sua Vida e a sua Viagem). Com um Estudo Náutico do Roteiro, pelo Almirante J. Freitas Ribeiro. Prefácio do Dr. António Baião,* Livro II, (Lisboa, 1938), p. 168-169. Esta carta é a Sétima do Atlas existente na Academia das Ciências de Lisboa. (Cf. CORTESÃO (Dr. Armando), *ob. e vol. cit.,* p. 247, Estampa XXIII. Veja Estampa n.º 3.

6) «Livro de Todo o Universo», 1563, de Lázaro Luís.

Este atlas, com 620 × 440 mm, compõe-se de dez folhas em pergaminho não numeradas, sendo coloridos todos os desenhos e texto.

Folha 5.ª verso: — «Em esta tavoa esta ho Reino de Melimde ho Reino de pate esta ho dezerto alexamdria ho Rio Nilo ho preste João a terra do abexim ho estr.to de meca a terra do egito o monte Sinai o mar Ruivo armenia as tres arabias felis petrea dezerta a provimsia de juda ho estreito de basora babilonia a persia o Reino de lara do Xiras do magostão a mezopotania o tigres ho eufrates ho Reino de simde o Reino de Cambaia a India com todos seus Reinos e provimsias seilaom as Ilhas de maldiva ho Reino de bemgala ho Rio gamges ho Reino daracão ho de pegu ho de tanasarim has Ilhas de nicobar a cabesa de samatra e malaca». Original pertencente à Biblioteca da Academia das Ciências. Exposição de 1903 — 3.

Folha 6.ª: — «Esta tavoa tem bemgala pegu ho Reino de tanasarim malaqa ha Ilha de samatra ha Java toda ha Sumda has Ilhas de Timor bamda maluqo com todas suas ilhas a Ilha de Timor a Ilha de borneo a terra domde esteue emvernamdo ho magalhamis as Ilhas homde ho mataraom a Costa dos laos e licos ho Reino de camtaom ho Reino de Siaom ho Reino da china com todas suas provimsias as Ilhas dos ladromis

todo ho Japaom». Este atlas existe na Biblioteca da Academia das Ciências.

7) Planta de Malaca. Tem ao alto, ao centro, o seguinte: «'S'. *Malaca* 1568». Apresenta a cidade rodeada, do lado de terra, por numerosos soldados armados. Dentro dela não se avista nenhuma figura humana e muitas casas estão incendiadas. No mar encontram-se várias embarcações que, do lado direito, formam uma mancha compacta. Um pouco abaixo desta, junto a dois mastros de uma nau, lê-se a seguinte legenda: «Dom lionis pereira Mandou meter esta sua naao no fundo com toda a fazẽda por se o imiguo não lograr della». Também aí se vê uma ilha, com casas e palmeira, rodeada de embarcações. No canto inferior esquerdo lê-se a legenda: «Reinando, el Rey dom Sebastião, primeiro/ deste nome, E guouernando, ho estado/ da india ho viso Rey dom antão de noronha/ Soltão, allaharadim Rey do dachem/ e doutros Reinos, veio cercar esta çidade/ de malaca sendo capitão della dom lio/nis pereira, o qual lha defendeo cõ dozẽ/tos portugueses; trazendo o ymiguo tre/zentas vellas e quinze mjl homẽs de pe/leja, em que entrauão muitos turquos e arre/neguados, e outras gentes de diuersas nações/ E dez mil homẽs de seruiço E o capitão lhe/ fez aleuantar o cerquo cõ lhe matar el Rey/ de Aruu Seu filho mais velho, e quatro mjl/ homẽs, os principais capitães e soldados/ do seu exercito, e lhe tomou alguuas/ peças dartilharia./. ho anno de/ 1568». Original da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Reprodução fotográfica, 215 × 377 mm, do Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Veja Estampa n.º 4.

8) *Atlas de Fernão Vaz Dourado. Reprodução fidelíssima do exemplar da Torre do Tombo, datado de Goa, 1571, publicado pelo Visconde de Lagoa.* Porto, 1948.

9) «Oitava carta do atlas de Fernão Vaz Dourado, de 1571, existente na Tôrre do Tombo. Figuram nesta carta as legendas seguintes: «Nesta. Folha. Esta Lamcado. De Pego. Ate a Costa Que Descubrio. O Magalhais. Com Toda. A costa. Da Iava. Na costa da Nova Guine, estoutra: Esta. costa. Descubrio. Fernão de Magalhais. naturall portuges. por mamdado do emperador carllos. O ano de. 1520. (Leitura do Dr. A. Cortezão). Para a descrição desta carta deverá o leitor consultar a obra do Dr. Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (vol. II, pág. 45). (Gravura obsequiosamente cedida pelo Dr. A. Cortesão)», in LAGOA (Visconde de), *Fernão de Magalhãis (A sua Vida e a sua Viagem). Com um Estudo Náutico do Roteiro, pelo Almirante J. Freitas Ribeiro. Prefácio do Dr. António Baião,* Livro II, (Lisboa, 1938), p. 200-201. «Esta Carta foi sem dúvida copiada da que vem na 6.ª folha do Atlas MS. de Lazaro Luiz feito em 1563 e que está na livraria da Academia das Sciencias da Lisboa», local citado, p. 500. (Cf. CORTESÃO (Dr. Armando), *ob. e vol. cit.,* p. 46). Veja Estampa n.º 5.

10) «Atlas de vinte e uma fôlhas ou lâminas, de Fernão Vaz Dourado. Assinado mas não datado». [1573?]

O original pertence ao Museu Britânico (Add. 31:317). 390 × 260 mm, e, quando aberto, 390 × 520 mm». Neste Atlas manuscrito iluminado, de pergaminho, há, na «Fôlha 14 — Carta de Bengala, Malaca, China, Java e Molucas (14° a 24° N)». (Cf. *Catálogo da Exposição de Cartografia*, por A. FONTOURA DA COSTA, in *Congresso do Mundo Português*, (...) IV volume, Tomo 2.°, Secção de Congressos, 1940, p. 429.)

11) Waarachtige... China, Conchinchina, Camboja, Syão, Malaca, etc..., de H. Van Langren, 1595, existente em Koninklijke Bibliothek, Haia.

12) «Atlas» (7 cartas) feito por um (italiano) desconhecido, século XVI, com 340 × 230 mm.

6 — Mar da China, com Java, Samatra e Borneo, etc. Este atlas existe no «Museo Civico Correr», Veneza.

13) «Tratado de Marinharia» de João de Lisboa, códice do século XVI, edição em papel de linho de Holanda, com 260 × 190 mm, oferecido pelo Duque de Palmela. A 17.ª carta representa: a Península de Malaca, Camboja e Costa da China, Ilhas de Borneo, Costa de Lucois e Laos. A 18.ª carta representa: as Ilhas de Sonda, Borneo, Molucas e Nova Guiné, Camboja, Malaca, Costa de Laos e Lucois. Esta obra existe na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

14) «Nova Tavoa Geographica da Tera do Sertam de Malaca feita polo Cosmographo e Mathematico Emanuel Godinho de Eredia. Anno 1602». (In *Plantas de fortalezas portuguesas da Asia*, de MANUEL GODINHO EREDIA, fl. 24). (Biblioteca Nacional de Lisboa, manuscrito 9913, *Reservados*.). Veja Estampa n.° 5-A.

15) Atlas português, manuscrito, várias cores, em velino, sem local nem data, 1630(?). Tem vinte folhas. Folha 15: Sião, Cambodge, Malaca, etc. Este atlas existe na Biblioteca Nacional de Paris.

16) «Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental» de ANTÓNIO BOCARRO, 1635. A planta n.° 46 é a da fortaleza de Malaca, com 405 × 585 mm. Este Livro existe na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, (cod. $\frac{\text{CXV}}{\text{2-X}}$).

17) «Plantas das Fortalezas da Índia de Portugal», 1635, de ANTÓNIO BOCARRO. 102-103 — Fortaleza de Malaca. Estas plantas existem na Biblioteca Nacional de Madrid.

18) «Descripçam Da Fortaleza de Sofala, e das mais da Índia com uma rellaçam das Religiões todas, q̃ ha no mesmo Estado» do cosmógrafo-mor ANTÓNIO DE MARIS CARNEIRO, 1639. Contém quarenta e oito plantas aguareladas, sendo a da fortaleza de Malaca, a n.° 46. Volume encadernado em carneira. 690 × 455 mm. Exposição 1903-29. Esta obra existe na Biblioteca Nacional de Lisboa.

19) Planta de Malaca com a seguinte legenda: «MALACA./ Do Livro do Estado da Índia Oriental, de Pedro Barreto de Resende — 1646». In *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além Mar*, (Lisboa, 1940), vol. I, entre as páginas 208 e 209. (Biblioteca Nacional de Lisboa, *História e Geografia*, 17081 — V.).

20) «Relation du premier voyage des français à la Chine, presenté à Monseigneur le Comte Pontchartrain par le Sr. F. Froger», 1698-1699-1700. Inclui catorze desenhos e nove plantas entre as quais a 5.ª e a 6.ª se referem a Malaca.

5.ª — «Plan de la Rade de Malaca», manuscrito, colorido, papel, sem local nem data, 423 × 280 mm, p. 33.

6.ª — «Plan de la ville et forteresse de Malaca», manuscrito, colorido, papel, sem local nem data, 423 × 530 mm, p. 38. Estas plantas não estão assinadas. Esta relação existe na Biblioteca da Ajuda, (46-XIII-33).

21) «Atlas» com quatro cartas. «Miranda fecit Lisboa», século XVII. Uma das cartas representa a Índia, de 1° a 45° de Latitude Norte e de 80° a 115° de Longitude Este. Mapa, manuscrito, colorido, papel, sem local nem data. Original pertencente à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Rivara — catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense, p. 11.

22) «Atlas», século XVII.

17 — Mapa de Malaca, 435 × 300 mm.

18 — Demonstração do Estreito de Malaca, 495 × 335 mm.

19 — Fortaleza de Malaca, 300 × 200 mm.

20 — Estreito de Malaca, 500 × 355 mm.

Este atlas existe em Österreichs Nationalbibliotek, Wien.

23) Colecção de cartas, manuscritos, papel (em tela), coloridas, século XVII.

63-803-69 — «Demonstração do Estreito de Malaca», 380 × 520 mm. Esta colecção existe na Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença.

24) Planta da fortaleza de Malaca. (In *Plantas de fortalezas portuguesas da Asia* de MANUEL GODINHO EREDIA, fl. 21). [Século XVII]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Manuscrito 9913, *Reservados*.).

25) Planta da fortaleza de Malaca. (In *Plantas de praças das conquistas de Portugal* de MANUEL GODINHO EREDIA, fl. 21). [Século XVII]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Manuscrito 10466, *Reservados*). Veja Estampa n.° 5-B.

26) «Plantas das cidades e fortalezas da Conquista da Índia Oriental», século XVII, feitas por um português desconhecido.

16-17 — Malaca, manuscrito, papel, colorido. Estas plantas existem em Bayer Staatzbibliotek, München.

27) «Plantas das cidades e fortalezas da Conquista da Índia Oriental», século XVII, feitas por um português desconhecido.

16 — Fortaleza de Malaca.

Estas plantas existem na Biblioteca Nacional de Viena.

28) «Plataforma do Citio de Malaca». (In *Plantas de fortalezas portuguesas da Asia* de MANUEL GODINHO EREDIA, fl. 22). [Século

XVII]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Manuscrito 9913, *Reservados*). Veja Estampa n.º 5-C.

29) «Plataforma do Citio de Malaca». (In *Plantas de praças das conquistas de Portugal*, de MANUEL GODINHO EREDIA, fl. 20). [Século XVII]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Manuscrito 10466, *Reservados*). Veja Estampa n.º 5-C.

30) Atlas com 118 cartas das quais a n.º 67 representa Malaca (vista). Este atlas, com 225 X 750 mm, é do século XVII(?) e existe em Algemeen Rijksarchief, Haia.

31) Carta do estreito de Malaca de Manuel Colar, 1748, manuscrito, papel (em pano), colorido, mau estado. Esta carta existe na Biblioteca Nacional de Paris.

32) «Carta do estreito de Malaca desde Pº. Laor bocca do estreito até o Achem». António Dias «fecit». Macau, 1752, manuscrito colorido. Esta carta existe na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

33) «Voyage par mer d'Alfonse d'Albuquerque vers la Mer Rouge, les Côtes d'Arabie et de Perse avec celles d'Ormus, Guzarate, Goa, Malacca; et plus avant dans les Indes jusqu'a l'ile de Java, perfectioné suivant les cartes postérieures, qui en on été levées sur les lieux, présentement mis en lumière», de Pierre Vander Aa. Folha solta de um atlas. Gravura colorida do princípio do século XVIII, com 335 X 220 mm. Esta obra existe na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

34) «Carta plana de todo o golfo da China até à bocca do Estreito de Malaca», 1852, manuscrita e colorida, com 103,5 mm. Está em moldura. António Dias «fecit». Macau. Esta carta existe na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

35) Colecção de cartas de [J. Vingboons], manuscritas, coloridas, papel (sobre tela).

46-783-27 — Malaca (vista, ainda portuguesa e com navios portugueses e holandeses no porto), 450 X 650 mm. Esta colecção existe na Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença.

36) «Descrições das Fortalezas da Índia Oriental» de Pedro Barreto de Rezende, volume encadernado, 490 X 310 mm. O texto é intercalado com as diferentes demonstrações das fortalezas da Índia, entre as quais se encontra a de Malaca, fl. 290 v.

Rendimento de Malaca, fl. 302 v.

Descrição da fortaleza de Malaca, fl. 59.

Manuscrito pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa.

37) «O extremo Oriente e a Insulíndia, segundo Fernão Vaz Dourado. (Reproduzido de *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, do Dr. Armando Cortesão)», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII*, vol. I, (Lisboa, 1942), p. [321]). Esta carta é a décima segunda do Atlas da Biblioteca Nacional de Lisboa. (Cf. CORTESÃO (Dr. Armando), *ob. cit.*, vol. II, p. 71, Estampa XXVII). Veja Estampa n.º 6.

38) «Nouvelle Table d'Indie et presque de toute l'Asie auec des isles infinies... & autres qui ne sont pas du tout enuironnées d'eaues, comme Calicuth, Malaque...», século XVI, gravura em madeira a preto com 340 X 270 mm. Esta obra existe na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

39) «Parte Tercera» de Alonso de Santa Cruz.

26 — Malaca.

Esta obra existe na Biblioteca Nacional de Viena.

40) Planta de «Malaca». Na cidade destacam-se: o colégio da Companhia de Jesus, os conventos de São Domingos e de Santo Agostinho, o Hospital, a Misericórdia, a Casa da Moeda e os baluartes de São Domingos, Madre de Deus, Santiago e das Onze Mil Virgens. Em redor encontram-se as povoações seguintes: na parte superior, à esquerda, a de «Salbâ»; à direita, a de «Iler»; no canto inferior esquerdo a de «Vpê». Também deste lado corre o rio de Malaca, atravessado por uma ponte. Original da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Reprodução fotográfica, 178 X 240 mm, do Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Veja Estampa n.º 7.

41) «Plataforma do Citio de Malaca». Na parte central vê-se a fortaleza com cinco entradas. Há várias povoações espalhadas aqui e além, destacando-se as de: «Vpe ou da tranqueira, Sabbas e Ilher». No canto superior esquerdo lê-se a seguinte legenda: «Os Iaos fazendo guerra a Malaca abrirão este riacho; Pera que: entulhado o Rio grande, podessem as agoas correr pollo dito riacho ao Mar»; E, à esquerda e direita da parte superior, a seguinte: «Terras de Matos Spessos E Aruoredos de fructaes». Original da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Reprodução fotográfica, 232 X 300 mm, do Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Veja Estampa n.º 8.

Poder-se-ia ainda encarregar pessoa competente, para reproduzir o *Mapa Luminoso das Navegações dos Portugueses no Mundo*, existente na Sociedade de Geografia de Lisboa, e executar idêntico trabalho em relação ao «Mapa» descrito na alínea 3) desta *Subsecção*, ambos de grande efeito expositivo.

3.ª SUBSECÇÃO — GRAVURA

Nesta *Subsecção* foram seleccionadas as seguintes gravuras, as quais poderiam ser também reproduzidas em espécie por competente artista gravador:

ABREU (António de), capitão-mor de Malaca:

1) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia*, Lisboa, 1841, p. [19]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G. 4519-A.). Veja Estampa n.º 8-A.

ALBERGARIA (Lopo Soares de), governador da Índia:

2) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo I, Parte III, (Lisboa, 1666), p. 185. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 951-A. Res.).

3) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa,* Lisboa, 1841, estampa n.º 3. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

4) «Lopo Soares D'Albergaria. III Governador Capitão General da India. De Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas, etc. Lisboa, MDCCCXVII», gravura com a legenda supra, in GALVÃO (António), *Tratado dos Descobrimentos, Terceira Edição, Minuciosamente anotada e comentada pelo visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Reprodução diplomática da raríssima edição Princeps, com versão actualizada por César Pegado, primeiro Bibliotecário da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e um estudo bio-bibliográfico de António Galvão pelo visconde de Lagoa.* B. H. Série Ultramarina, n.º 1, (Porto, 1944), p. [387]. Veja Estampa n.º 9.

ALBUQUERQUE (Afonso de), governador da Índia e conquistador de Malaca:

5) «Affonso D'Albuquerque, o Grande, Governador da India», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII),* Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [285]. Veja Estampa n.º 10.

6) «Alphonse d'Albuquerque surnommé le Grand».

«Ville et Isle d'Ormus», gravura com a legenda supra, in LAFITAU (R. P. Joseph François), *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde,* Tomo I, (Paris, 1733), entre as p. 520-521. Existe no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (Biblioteca de Duarte de Sousa).

Veja LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII),* vol. II, (Lisboa, 1943), p. [319]. Veja Estampa n.º 11.

7) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *Historia de Portugal (Edição Popular Ilustrada),* vol. IV, (Lisboa, 1899), entre as páginas 120 e 121. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G. — 6480 — V.).

8) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia,* Lisboa, 1841, p. [17]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G. — 4519 — A.).

9) Gravura, in CORREA (Gaspar), *Lendas da Índia por (...) Publicadas de Ordem da (...) Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a Direcção de Rodrigo José de Lima Felner,* Liv. II, (Lisboa, 1860), no ante-rosto. Existe no Arquivo Histórico Ultramarino.

10) Gravura, in DENIS (M. Ferdinand), *L'Univers Pittoresque. Portugal,* Paris, 1846. Reproduzida do manuscrito de Barreto de Resende da Biblioteca Real de Paris. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G. 19629-P.).

11) Gravura, in PRESTAGE (Edgar), *Afonso de Albuquerque Governor of India, his Life Conquests and Administration,* Watford, 1929, entre o ante-rosto e o frontespício. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

12) Gravura, in SÃO LUIS (Fr. Francisco de), *Os Portugueses em Africa, Asia, América e Oceania,* vol. III, (Lisboa, 1849), ante-rosto. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G. — 23270-P.).

13) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo I, Parte II, (Lisboa, 1666), cap. X, p. 171. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 951-A. Res.).

14) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa,* Lisboa, 1841, estampa n.º 2. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

15) «Retrato de Afonso de Albuquerque, notável pela fantasia do traje à Luiz XV, inserto no vol. VII da *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes,* de Guillaume Thomas Raynal (Genève, 1780)», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII),* Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [379]. Esta gravura existe avulsa no Arquivo Histórico Ultramarino. Veja Estampa n.º 12.

16) «Retrato de Afonso de Albuquerque, segundo uma gravura existente na Biblioteca Nacional de Madride», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII),* Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [297]. Veja Estampa n.º 13.

ALBUQUERQUE (Fernão de), governador da Índia:

17) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo III, (Lisboa, 1675), p. 366. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3732-A.). Veja Estampa n.º 13-A.

ALBUQUERQUE (Matias de), vice-rei da Índia e capitão de Malaca:

18) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo III, Parte I, (Lisboa, 1675), p. 85. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A-Res.).

ALMEIDA (D. Francisco de), vice-rei da Índia:

19) «el primer Vi Rey, y Governador de la India», gravura com a legenda supra, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo I, Parte II, (Lisboa, 1666), cap. IV, p. 127. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 951-A. Res.).

20) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal (Edição Popular Ilustrada),* Vol. IV, (Lisboa, 1899), entre as páginas 120 e 121. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G.-6480-v.).

21) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia,* Lisboa, 1841, p. [11]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 4519-A.).

22) Gravura, in DENIS (M. Ferdinand), *L'Univers Pittoresque. Portugal*, Paris, 1846. Reproduzida do manuscrito de Barreto de Resende da Biblioteca Real de Paris. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 19629-P.).

23) Gravura, in LUPI (Eduardo), *A estratégia da Expansão*, in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. II, *Portugueses no Oriente*, (Lisboa, 1938), entre as páginas 132 e 133. (Biblioteca Nacional de Lisboa, C. G., 5257/2 V.).

24) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 1. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

ANTÓNIO (D.), Rei de Portugal:

25) «D. António, Prior do Crato, (Grav. dos «Reservados e Manuscritos» da Bib. Nac. de Lisboa)», gravura com a legenda supra, in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 217. Veja Estampa n.º 14.

26) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal (Edição Popular Ilustrada)*, Vol. VI, (Lisboa, 1899), entre as páginas 472 e 473. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 6482-V.).

27) «Armas de Afonso d'Albuquerque», gravura com a legenda supra, in DORNELAS (Afonso de), *Elucidario nobiliarchico*, Vol. II, (Lisboa, 1929), p. 87. (Biblioteca Nacional de Lisboa, B. A. 485). Veja Estampa n.º 14-A.

28) «Armas de D. Vasco da Gama (Conde da Vidigueira, 1.º Almirante do Mar das Indias)», gravura com a legenda supra, in DORNELAS (Afonso de), *Elucidari onobiliarchico*, Vol. II, (Lisboa, 1929), p. 86. (Biblioteca Nacional de Lisboa, B. A.-485). Veja Estampa n.º 14-B.

ATAÍDE (D. Luís de), vice-rei da Índia:

29) «Don Louis D'Ataide».

«Mangalor Onor Bracalor», gravura com a legenda supra, in LAFITAU (R. P. Joseph François), *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde*, Tomo II, (Paris, 1733), entre as páginas 686 e 687. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

30) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia*, (Lisboa, 1841), p. [31]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 4519-A).

31) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo II, Parte III, (Lisboa, 1674), p. 556. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

32) «Audiência de El-Rei D. Manuel a Gama, por Fragonard. (Da edição Morgado de Mateus)», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 275. Veja Estampa n.º 15.

BARRETO (António Moniz), governador da Índia:

33) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo II, Parte III, (Lisboa, 1674), p. 595. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

BARRETO (Francisco), governador da Índia:

34) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo II, Parte II, (Lisboa, 1674), p. 316. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

35) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, (Lisboa, 1841), estampa n.º 18. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

BARROS (João de), historiador da Índia, que descreveu Malaca:

36) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal (Edição Popular Ilustrada)*, Vol. VI, (Lisboa, 1899), entre as páginas 64 e 65. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G. 6482-V.).

37) «João de Barros, Famozo Historiador da India», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa Ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), vol. III, (Lisboa, 1932), p. 13. Veja Estampa n.º 16.

38) «Blasons de Vasco de Gama, premier Amiral des Indes. Le blason de gauche porte les armes de la Maison de Portugal, Vasco de Gama ayant été anobli après la dècouverte des Indes. (Archives de Tombo)», gravura com a legenda supra, in ALAUX (Jean-Paul), *Vasco de Gama où l'épopée des Portugais* (...), (Bruxelas, 1931), entre páginas 76 e 77. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

BOTELHO (Nuno Alvares), membro do Governo da Índia:

39) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo III, Parte IV, (Lisboa, 1675), p. 452. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A Res.).

BRAGANÇA (D. Constantino de), vice-rei da Índia:

40) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo II, Parte II, (Lisboa, 1674), p. 378. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

41) «Brasão de Afonso de Albuquerque, tal como figura na edição de 1576 dos *Comentários*», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [241]. Veja Estampa n.º 17.

CABRAL (Jorge), governador da Índia:

42) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo II, Parte II, (Lisboa, 1674), p. 248. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

43) Litografia, a corês, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da India Portuguesa,* (Lisboa, 1841), estampa n.º 15. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

CAMÕES (Luís de), que em *Os Lusíadas* exaltou a acção dos Portugueses em Malaca:

44) «Camões Salvando *Os Lusíadas*. Ilustração de Roque Gameiro, um dos mais popularizados episódios da vida do poeta», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 277. Estampa n.º 18.

45) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal (Edição Popular Ilustrada),* Vol. VI, (Lisboa, 1899), entre as páginas 512 e 513. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 6482-V.).

46) «Carte des Indes Orientales», gravura com a legenda supra, in GUYON (Mr. l'Abbé), *Histoire des Indes Orientales. Anciennes et Modernes,* Tomo II, (Paris, 1744), p. 1. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

CASTRO (D. João de), vice-rei da India:

47) «1. Don Jean de Castro. 2. La Ville de Malaca.», gravura com a legenda supra, in LAFITAU (R. P. Joseph François), *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde,* Tomo II, (Paris, 1733), entre as páginas 416 e 417. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa). Veja Estampa n.º 18-A.

48) «D. João de Castro. From a portrait in the Artilharia Museum of Lisbon», gravura com a legenda supra, in SANCEAU (Elaine), *D. João de Castro, soldier, sailor, scientist, and viceroy of India, 1500-1548,* London, sem data, entre o ante-rosto e o frontespício. (Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

49) «D. Ioão de Castro jura que a sua probidade o tem levado a ultima indigencia», gravura com a legenda supra, in L. A. de A. M., *Factos Memoraveis da Historia de Portugal ou Resumo da Historia deste Paiz desde a Antiguidade até aos nossos dias,* (Lisboa, 1826), no ante-rosto, (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 5445-P.).

50) «Dom João de Castro, IV Vicerei da India. De Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas, etc. Lisboa MDCCCXVII», gravura com a legenda supra, in GALVÃO (António), *Tratado dos Descobrimentos, Terceira Edição, Minuciosamente anotada e comentada pelo visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Reprodução diplomática da raríssima edição Princeps, com versão actualizada por César Pegado, primeiro Bibliotecário da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e um estudo bio-bibliográfico de António Galvão pelo visconde de Lagoa.* B. H. Série Ultramarina, n.º 1, Porto, 1944, p. [459]. Veja Estampa n.º 19.

51) Gravura, in ANDRADA (Hiacintho Freyre de), *Vita Joannis de Castro Indiarum Pro-Regis IV,* Roma, 1727, em folha fora do texto. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3920-V.).

52) Gravura, in ANDRADA (Jacinto Freire de), *A Vida de D. João de Castro* (...), Lisboa, 1651, no ante-rosto. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1304-V. Res.).

53) Gravura, in ANDRADA (Jacinto Freire de), *A Vida de D. João de Castro,* Lisboa, 1804, em folha fora do texto. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3889-V.).

54) Gravura, in ANDRADE (Jacinto Freire de), *Vida de D. João de Castro* (...) *com notas e documentos, por D. Fr. Francisco São Luís,* Lisboa, 1835, ante-rosto. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 17962-P.).

55) Gravura, in CASTRO (D. João de), *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os Portugueses no ano de 1541* (...), Paris, 1833, no ante-rosto. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 231-A. Res.).

56) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal (Edição popular ilustrada),* Vol. V, (Lisboa, 1899), entre as páginas 168 e 169. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 6481-V.).

57) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na India,* Lisboa, 1841, p. [29]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 4519-A.).

58) Gravura, in CORREA (Gaspar), *Lendas da India, Publicadas de Ordem da* (...) *Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a Direcção de Rodrigo José de Lima Felner,* Vol. IV, (Lisboa, 1864), entre as páginas 430 e 431.

59) Gravura, in DENIS (M. Ferdinand), *L'Univers Pittoresque. Portugal,* Paris, 1846. Reproduzida do manuscrito de Barreto de Resende da Biblioteca Real de Paris. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 19629-P.).

60) Gravura, in SÃO LUIS (Fr. Francisco de), *Os Portugueses em Africa, Asia, América e Oceania,* Vol. V, (Lisboa, 1849), ante-rosto. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 23271-P.).

61) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa,* Tomo II, Parte II, (Lisboa, 1674), p. 209. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

62) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da India Portuguesa,* Lisboa, 1841, estampa n.º 13. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

CASTRO (D. Martim Afonso e), vice-rei da India:

63) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa,* Tomo III, Parte II, (Lisboa, 1675), p. 168. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

64) «CIDADE E POVOAÇOENS DE MALACA», gravura com a legenda supra, in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay,* Bruxelas, 1881, fl. 9. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 19-A.

65) «Cocora. Embarcação indígena das Molucas, citada amiúde na cronição portuguesa oriental de quinhentos e seiscentos. A estabilidade que lhe advém de dois largos tenteadores laterais, a leveza do material usado na sua construção e a quantidade de remadores que a propulsionam, distribuídos pelos bordos e tenteadores, asseguram-lhe condições especiais para a navegação costeira na Insulíndia. (Reprodução de uma gravura holandesa, oferecida ao comandante Joaquim Costa pelo Cônsul honorário de Portugal, Ex.^{mo} Sr. Johan Voetelink, G. A. Jzn)», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [145]. Veja Estampa n.º 20.

66) «Conquista de Malaca. Affonso d'Albuquerque manda solemnemente pregoar a nova moeda em nome de D. Manoel, Rei de Portugal, Algarves, &, e de Malaca». Tem as seguintes subscrições, da lado esquerdo: Sendim inv. e lith.»; do lado direito: «Off. Lith. de M.^{el} Luiz Rua Nova dos Martyres N.º 12», gravura com a legenda supra, 325 × 490 mm. Esta gravura existe avulsa no Arquivo Histórico Ultramarino. Veja Estampa n.º 21.

67) «Costumes indianos no século XVI. (Segundo Linschoten)», gravura com a legenda supra, in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 336. Veja Estampa n.º 22.

68) «Costumes portugueses em Gôa nos fins do séc. XVI. (Segundo Linschoten)», gravura com a legenda supra, in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 334-335. Veja Estampas n.^{os}: 23, 24, 25 e 26.

COUTINHO (António de Sousa), membro do Governo da Índia:

69) Gravura, in SOUSA (A. Botelho de), *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar,* Vol. I, (Lisboa, 1940), entre as páginas 248 e 249. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 17081-V.).

COUTINHO (D. Francisco), vice-rei da Índia:

70) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa,* Tomo II, Parte II, (Lisboa, 1674), p. 390. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

COUTINHO (D. João), vice-rei da Índia:

71) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa,* Tomo III, Parte III, (Lisboa, 1675), p. 351. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

COUTINHO (Manuel de Sousa), governador da Índia:

72) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa,* Tomo III, (Lisboa, 1675), p. 67. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3732-A.).

COUTO (Diogo do), historiador e cronista da Índia, que descreveu Malaca:

73) «Retrato de Diogo do Couto publicado nos *Retratos e Elogios de varões e donas*», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 28. Veja Estampa n.º 27.

CUNHA (Nuno da), governador da Índia:

74) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia,* Lisboa, 1841, p. [25]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 4519-A.).

75) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa,* Tomo I, Parte IV, (Lisboa, 1666), p. 367. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 951-A. Res.).

76) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa,* Lisboa, 1841, estampa n.º 9. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

77) «Discripsão chorographica do sertão de Malaca. Anno 1602», gravura com a legenda supra, in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay,* Bruxelas, 1881, fl. 60. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 27-A.

78) «Embarcações dos fins do século XVI. Embarcações indianas em frente a Cochim. (Segundo Linschoten)», gravura com a legenda supra, in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 337. Veja Estampa n.º 28.

79) «Embarcações dos fins do século XVI. Fusta portuguesa da costa do Malabar. (Segundo Linschoten)», gravura com a legenda supra, in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 337. Veja Estampa n.º 29.

80) «Embarcações dos fins do século XVI. Nave chinesa. (Segundo Linschoten)», gravura com a legenda supra, in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 337. Veja Estampa n.º 30.

81) «FABRICA DA CIDADE DE MALACA», gravura com a legenda supra, in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay,* Bruxelas, 1881, fl. 46 v.º. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 30-A.

82) «First page of Tomé Pires' original letter from Malacca, to Afonso de Albuquerque, 10th Jan., 1513», gravura com a legenda supra, in CORTESÃO (Armando), *The Suma Oriental of Tomé Pires,* Vol. I, (Londres, 1944), ante-rosto, estampa I. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 9004-V.). Veja Estampa n.º 30-B.

83) «FORTALEZA DE MALACA», gravura com a legenda supra, in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay,* Bruxelas, 1881, fl. 7. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 30-C.

84) «Fortaleza de Malaca», gravura com a legenda supra, in MOURA (Major Jacinto José do Nascimento), *A Fortaleza de Malaca. Formosa*

por sua Formosura, *Ethnos, Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, Vol. I, (Lisboa, 1935), p. 271. Veja Estampa n.º 31.

85) «FORTALEZA DE MALACA», gravura com a legenda supra, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo I, Parte II, (Lisboa, 1666), cap. VI, entre as páginas 148 e 149. Reproduzida também, in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI)*, [Lisboa], 1943, entre as páginas 244 e 245. Esta gravura existe avulsa no Arquivo Histórico Ultramarino, 210 X 305 mm. Veja Estampa n.º 32.

GALVÃO (António), escritor que descreveu Malaca:

86) «Retrato de D. António Galvão. Gravura do século XVI. (Dos albuns da Biblioteca Nacional de Lisboa)», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), vol. III, (Lisboa, 1932), p. 100. Veja Estampa n.º 33.

87) «Retrato de António Galvão», reproduzido na segunda edição do *Tratado dos Descobrimentos*, gravura com a legenda supra, in GALVÃO (António), *Tratado dos Descobrimentos, Terceira Edição, Minuciosamente anotada e comentada pelo visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Reprodução diplomática da raríssima edição Princeps, com versão actualizada por César Pegado, primeiro Bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e um estudo bio-bibliográfico de António Galvão pelo visconde de Lagoa*. B. H. Série Ultramarina, n.º 1, (Porto, 1944), p. [11]. Veja Estampa n.º 34.

GAMA (D. Estêvão da), governador da Índia e capitão de Malaca:

88) Gravura, in CASTRO (D. João de), *Roteiro em que se Contém a Viagem que Fizeram os Portugueses no ano de 1541*, Pa[illegible]s, 1833, entre as páginas L e LI. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 231-A. Res.).

89) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal (Edição Popular Ilustrada)*, Vol. V, (Lisboa, 1899), entre as páginas 136 e 137. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 6481-V.).

90) Gravura, in CORREA (Gaspar), *Lendas da India, Publicadas de Ordem da (...) Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a Direcção de Rodrigo José de Lima Felner*, Tomo II, (Lisboa, 1860), entre as páginas 814 e 815.

91) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo II, Parte I, (Lisboa, 1674), p. 109. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

92) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 11. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

GAMA (D. Francisco da), vice-rei da Índia:

93) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*,

Tomo III, Parte II, (Lisboa, 1675), p. 144. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

94) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Asia Portuguesa*, Tomo III, Parte IV, (Lisboa, 1675), p. 405. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

GAMA (D. Vasco da), 1.º conde da Vidigueira, descobridor do caminho marítimo para a Índia, almirante dos mares do Oriente e vice-rei da Índia:

95) «L'Amirante Don Vasco da Gama».

«La Ville de Calicut», gravura com a legenda supra, in LAFITAU (R. P. Joseph François), *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde*, Tomo II, (Paris, 1733), entre as páginas 50 e 51. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

96) «Differentes Especes de Batimens Usités dans la Mer des Indes.», gravura com a legenda supra, in LAFITAU (R. P. Joseph François), *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde*, Tomo II, (Paris, 1733), entre as páginas 404 e 405. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

97) «Dom Vasco da Gama», litografia com a legenda supra, in CORREA (Gaspar), *Lendas da India, Publicadas de Ordem da (...) Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a Direcção de Rodrigo José de Lima Felner*, Livro II, Tomo II, (Lisboa, 1860), p. 815. Veja Estampa n.º 35.

98) Gravura, in CAT (Edouard), *Les Grandes Découvertes Maritimes du Treizième au Seizième Siècle*, Paris, 1882, p. 193. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

99) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia*, Lisboa, 1841, p. [5]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 4519-A.).

100) Gravura, in DENIS (M. Ferdinand), *L'Univers Pittoresque. Portugal*, Paris, 1846. Reproduzida do manuscrito de Barreto de Resende da Biblioteca Real de Paris. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 19629-P.).

101) Gravura, in SÃO LUIS (Fr. Francisco de), *Os Portugueses em Africa, Ásia, América e Oceania*, Vol. IV, (Lisboa, 1849), ante-rosto. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 23270-P.).

102) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 6. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

103) «Portrait de Dom Vasco da Gama. Extrait d'une édition anglaise des «Lusiades» (1655), par Richard Faushaw. (Bibliothèque de Coimbra)», gravura com a legenda supra, in ALAUX (Jean-Paul), *Vasco*

da Gama ou l'épopée des Portugais aux Indes (...) *illustré d'aquarelles de Gustave Alaux* (...), Bruxelas, 1931, fora do texto. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

104) «Portrait de Vasco da Gama conservé dans la famille des comtes da Vidigueira, descendants du grand navigateur», gravura com a legenda supra, in *A Vasco da Gama — Hommage de la Pensée française*, Guillard, Aillaud & C^ie^, Éditeurs, Paris, Lisboa, 1898. (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Biblioteca de Duarte de Sousa).

HENRIQUE (D.), Rei de Portugal:

105) «D. Henrique. Grav. da *Hist. de Port.* de Faria e Sousa», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 176. Veja Estampa n.º 36.

106) «LANCHARA DE MALAYOS», gravura com a legenda supra, in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay*, Bruxelas, 1881, fl. 30 v.º. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 36-A.

MACEDO (José Agostinho de), poeta que descreveu Malaca:

107) «Padre José Agostinho de Macedo», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 313. Veja Estampa n.º 37.

108) «MALACA ANTIGA», gravura com a legenda supra, in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay*, Bruxelas, 1881, fl. 8 v.º. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 37-A.

109) «Malaca. De livro não identificado. Premier volume des supplemens N.º IV. E. Maussard Sculp. Gravura em cobre a negro. Formato 18,2 × 27,5», in *Colecção de Gravuras Portuguesas, 6.ª série — Além-Mar*, estampa n.º 40.

110) «Malacca and neighbouring regions to Tomé Pires», gravura com a legenda supra, in *The Suma Oriental of Tomé Pires. An Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515 and The Book of Francisco Rodrigues. Rutter of a Voyage in the Red Sea, Nautical Rules, Almanack and Maps, written and drawn in the East before 1515* (...) *edited by Armando Cortesão*, Vol. II, (London, 1944), estampa n.º 29, entre as páginas 240 e 241. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 9005-V.). Veja Estampa n.º 37-B.

111) «Malaca, segundo uma gravura holandesa seiscentista», gravura com a legenda supra, in GALVÃO (António), *Tratado dos Descobrimentos, Terceira Edição, Minuciosamente anotada e comentada pelo visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Reprodução diplomática da raríssima edição Princeps, com versão actualizada por César Pegado, primeiro Bibliotecário da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e um estudo bio-bibliográfico de António Galvão pelo visconde de Lagoa.* B. H. Série Ultramarina, n.º 1, Porto, 1944, p. [363]. Veja Estampa n.º 38.

112) «Malache incole sermone et moribus quam reliqui Indi cultioribus et magis comes».

«Insulanus e Iava gens dure cervicis», gravura com a legenda supra, in LINSCOTANNUS (Johannes Hugo), *Navigatio ac Itinerarium*, Haia, 1599, entre páginas 20 e 21. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Elz, 275 Res.). Veja Estampa n.º 38-A.

113) [Mapa do distrito de Malaca], gravura in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay*, Bruxelas, 1881, entre as folhas 11 e 13. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 38-B.

MASCARENHAS (D. Pedro), vice-rei da Índia:

114) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo II, Parte II, (Lisboa, 1674), p. 296. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

115) Litografia, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 17. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

MENDONÇA (André Furtado de), governador da Índia e defensor de Malaca:

116) «Defeza de Malaca por André Furtado de Mendonça, e desbarato da Armada combinada hollandeza e do Achem». Tem as seguintes subscrições, do lado esquerdo: «Dias»; do lado direito: «Off. Lith. de M.^el^ Luiz Rua nova dos Martyres n.º 12», gravura com a legenda supra, 315 × 480 mm. Esta gravura existe avulsa no Arquivo Histórico Ultramarino. Veja Estampa n.º 39.

117) «Fala, que fez Diogo do Couto guarda mor da Torre do Tombo da Índia, em nome da Camara de Goa, a Andre Furtado de Mendonça, entrando por Gouernador da India, em successão do Conde da Feyra Dom João Pereyra», [gravura deste governador]. «Em Lisboa. Com licença da S. Inquisição, e Ordinário: Por Vicente Aluarez. Anno de 1610», in VIDAL (Frederico Gavazzo Perry), *Um raríssimo folheto, cimélio da Biblioteca da Ajuda. Fala que fez Diogo do Couto (...). Com um prefácio e a reprodução diplomática da espécie.* Separata da Revista *«O Mundo Português»*, n.º 91. Julho de 1941, Vol. VIII, (Lisboa, 1941), p. 7. Veja Estampa n.º 40.

118) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia*, Lisboa, 1841, p. [33]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 4519-A.). Veja Estampa n.º 40-A.

MENDONÇA (João de), governador da Índia:

119) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo II, Parte II, (Lisboa, 1674), p. 395. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

MENESES (D. Diogo de), governador da Índia:

120) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo II, (Lisboa, 1674), p. 625. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3731-A.).

MENESES (D. Duarte de), governador da Índia:

121) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo I, Parte III, (Lisboa, 1666), p. 229. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 951-A. Res.).

122) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo III, Parte I, (Lisboa, 1675), p. 58. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

123) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 5. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

MENESES (D. Frei Aleixo de), Arcebispo e governador da Índia:

124) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo III, Parte II, (Lisboa, 1675), p. 173. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

MENESES (D. Henrique de), governador da Índia:

125) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo I, Parte III, (Lisboa, 1666), p. 232. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 951-A. Res.).

126) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 7. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

127) «O mercado de Goa, em fins do séc. XVI. Reproduzido de Teodoro, João Teodoro e Israel de Bry e Mateus Merian — *Collectiones peregrinationum in Indiam orientalem et Indiam occidentalem — XXV partibus comprehensae* (Franfurti ad Moenum, 1590-1634). A mesma gravura é inserta, com os lados invertidos, na *Histoire de la navigation de Jean Hugues de Linschot Hollandois: aux Indes Orientales*, (Amsterdam, 1638)», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. I, (Lisboa, 1942), p. 147. Veja Estampa n.º 41.

128) «Nau Vitória. O primeiro navio que deu a volta ao Mundo. (Gravura obsequisamente cedida pelo Ex.mo Snr. coronel Afonso de Dornelas)», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Fernão de Magalhãis. (A sua Vida e a sua Viagem). Com um Estudo Náutico do Roteiro, pelo Almirante J. Freitas Ribeiro. Prefácio do Dr. António Baião*, Livro II, (Lisboa, 1938), p. 35. Veja Estampa n.º 42.

NORONHA (D. Afonso de), vice-rei da Índia:

129) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo II, Parte II, (Lisboa, 1674), p. 284. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

130) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo III, Parte III, (Lisboa, 1675), p. 369. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

131) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 16. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

NORONHA (D. António de), vice-rei da Índia:

132) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo II, (Lisboa, 1674), p. 580. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3731-A.).

NORONHA (D. Garcia de), vice-rei da Índia:

133) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo II, Parte I, (Lisboa, 1674), p. 23. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

134) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 10. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

NORONHA (D. Miguel de), vice-rei da Índia:

135) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo III, Parte IV, (Lisboa, 1675), p. 500. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

136) «O Oriente Português — Malaca Reprodução do livro de Bocarro». Gravura com a legenda supra, in MANRIQUE (Sebastião), *Itinerário*. Edição prefaciada e organizada por Luís Silveira, vol. II, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1946, entre as páginas 192 e 193. (Arquivo Histórico Ultramarino). Veja Estampa n.º 43.

PINTO (Fernão Mendes), viajante e escritor, que visitou e descreveu Malaca:

137) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal*, vol. V, edição popular e ilustrada, (Lisboa, 1899), entre as páginas 360 e 361. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 6481-V.).

138) «Planta da Cidade de Malaca», gravura com a legenda supra, in MOURA (Major Jacinto José do Nascimento), *A Fortaleza de Malaca Formosa por sua Formosura, Ethnos, Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, Vol. I, (Lisboa, 1935), p. 271. Veja Estampa n.º 44.

139) «PLANTA DE FORTIFICAÇAM DA CIDADE DE MALACA», gravura com a legenda supra, in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay*, Bruxelas, 1881, fl. 8. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 44-A.

140) Planta de Malaca (mallaqua), litografia, in CORREA (Gaspar), *Lendas da Índia, Publicadas de Ordem da (...) Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a Direcção de Rodrigo José de Lima Felner*, Livro II, Tomo II, (Lisboa, 1860), p. 251. Veja também: LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação*

do Senhorio do Mar (Século XVI), (Lisboa, 1943), p. 245, publicada com a seguinte legenda: «Malaca Logo Depois da Conquista». Veja Estampa n.º 45.

141) «Portada da *Historia geral de Ethiopia a Alta*. É assinada por Ph. Fruijtiers e gravada por P. van Lischelten. Há uma variante desta portada. O Preste João tem uma coroa na cabeça em lugar de coroa de plumas. Está de ceptro e manto real em lugar de pele e os seus súbditos todos de turbante na cabeça, em lugar de cabeça descoberta. (Cat.º n.º 15 da Liv. Coelho, de Lisboa, que possui os dois exemplares)», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio (...)*, Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 247. Veja Estampa n.º 46.

142) «Portada da raríssima edição d'*Os Lusiadas*, de Lisboa, 1584, chamada «dos piscos», a primeira em que se identificam alguns topónimos ultramarinos», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina*, I Parte, *Ásia e Oceania*, Edição da Junta de Investigações Coloniais, p. [83]. Veja Estampa n.º 47.

143) «Rodrigues' map (fol. 29) showing Ceylon, the Nicobar Islands and the Malacca Strait (pp. 520-1)», gravura com a legenda supra, in *The Suma Oriental of Tomé Pires. An Account of the East, from the Red Sea to Japan, Written in Malacca and India in 1512-1515 and the Book of Francisco Rodrigues. Rutter of a Voyage in the Red Sea, Nautical Rules, Almanack and Maps, written and drawn in the East before 1515* (...) *edited by Armando Cortesão*, Vol. I, (London, 1944), estampa XV, entre as páginas 88 e 89. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 9004 V.). Veja Estampa n.º 47-A.

144) «Rosto da *Decada Sexta da Asia*, de Diogo do Couto (Lisboa, 1614), que raros exemplares ostentam na impressão original», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina*, I parte, *Ásia e Oceania*, edição da Junta de Investigações Coloniais, p. [239]. Veja Estampa n.º 48.

145) «O Rosto Gravado do Poema *Malaca conquistada*. 1.ª edição, Lisboa, 1658», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 181. Veja Estampa n.º 49.

146) «O Rosto Impresso da Edição da *Malaca Conquistada*», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 181. Veja Estampa n.º 50.

147) «Rosto da Primeira Edição da *Ásia Portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 239. Veja Estampa n.º 51.

148) «Rosto da Primeira Edição dos *Commentarios de Affonso de*

Albuquerque, impressos em Lisboa, em 1557, por João Barreira», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III. (Lisboa, 1932), p. 40. Veja Estampa n.º 52.

149) «Rosto da raríssima edição princeps (Coimbra, 1551) do primeiro livro da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda. Sabemos sòmente da existência de três exemplares, nas Bibliotecas dos Palácios da Ajuda e de Vila Viçosa e na do Museu Britânico.», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina*, I Parte, *Ásia e Oceania*, Edição da Junta de Investigações Coloniais, p. [143]. Veja Estampa n.º 53.

150) «Rosto da raríssima edição princeps (Lisboa, 1563) da *Terceira decada da Asia*, de João de Barros. Sabemos da existência em Portugal de um exemplar único — o da Biblioteca da Ajuda —, que ostenta o referido rosto na impressão original», gravura com a legenda supra, in LAGOA (Visconde de), *Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina*, I Parte, *Ásia e Oceania*, Edição da Junta de Investigações Coloniais, p. [207]. Veja Estampa n.º 54.

151) «Rosto da Segunda Edição dos *Commentarios de Affonso de Albuquerque*, impressos em Lisboa, por João Barreira, em 1576», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 41. Veja Estampa n.º 55.

152) «Rutter of a Voyage in the Red Sea, Nautical Rules, Almanack and Maps, written and drawn in the East before 1515 (...)», edited by Armando Cortesão, Vol. I, (London, 1944), frontespício. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 9004-V.).

SÁ (Garcia de), governador da Índia:

153) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, Tomo II, Parte I, (Lisboa, 1674), p. 227. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

154) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1841, estampa n.º 14. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

SAGRADA FAMILIA (D. Frei Alexandre da), Bispo de Malaca:

155) «D. Fr. Alexandre da Sagrada Familia da Ordem de Brancanes Licenciado de Coimbra Foi Bispo de Malaca e eleito de Angola e passou a Bispo D'Angra», in SERPA (António Ferreira de), *Dom Frei Alexandre da Sagrada Família, Bispo de Malaca e de Angra, Bispo eleito do Congo e Angola, Governador deste Bispado, tio e professor de Garrett. Notas e Documentos*. Separata dos n.ºs 25 a 28 do VII Volume dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, (Lisboa, 1927), gravura fora do texto. Veja Estampa n.º 56.

SALDANHA (Aires de), vice-rei da Índia e capitão da fortaleza de Malaca:

156) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo III, Parte II, (Lisboa, 1675), p. 158. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

SAMPAIO (Lopo Vaz de), governador da Índia:

157) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia,* Lisboa, 1841, p. [23]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 4519-A.).

158) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo I, Parte IV, (Lisboa, 1666), p. 265. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 951-A. Res.).

159) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa,* Lisboa, 1841, estampa n.º 8. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

SÃO FRANCISCO XAVIER, Missionário da Companhia de Jesus na Índia, nomeadamente em Malaca:

160) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal,* Vol. V, edição popular ilustrada, (Lisboa, 1899), entre as páginas 280 e 281. Veja também o trabalho anexo: *Relação Abreviada da Iconografia de São Francisco Xavier.* (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 6481-V.).

SEQUEIRA (Diogo Lopes de), governador da Índia e descobridor de Malaca:

161) Gravura, in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal,* edição popular ilustrada, Vol. IV, (Lisboa, 1899), entre as páginas 184 e 185. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 6480-V.).

162) Gravura, in *Colecção de Memórias Relativas às Façanhas dos Portugueses na Índia,* Lisboa, 1841, p. [21]. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 4519-A.).

163) Gravura, in CORREA (Gaspar), *Lendas da Índia, Publicadas de Ordem da (...) Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a Direcção de Rodrigo José de Lima Felner,* Tomo II, (Lisboa, 1860), entre as páginas 554 e 555. Veja Estampa n.º 57.

164) «Diego Lopez de Sequeyra», gravura com a legenda supra, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo I, Parte III, (Lisboa, 1666), p. 216. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 951-A. Res.).

165) «Diogo Lopes de Sequeira — 4.º Governador da India. De Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas, etc. Lisboa, MDCCCXVII», gravura com a legenda supra, in GALVÃO (António), *Tratado dos Descobrimentos, Terceira Edição, Minuciosamente anotada e comentada pelo Visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Reprodução diplomática da raríssima edição Princeps, com versão actualizada por César Pegado, primeiro Bibliotecário da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e um estudo bio-bibliográfico de António Galvão pelo visconde de Lagoa.* B. H. Série Ultramarina, n.º 1, (Porto, 1944), p. [359]. Veja Estampa n.º 58.

166) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa,* Lisboa, 1841, estampa n.º 4. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

SILVA (Pedro da), vice-rei da Índia:

167) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo III, Parte IV, (Lisboa, 1675), p. 509. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 953-A. Res.).

168) «Sonho de El-Rei D. Manuel, no qual lhe aparecem os rios Indo e Ganges, por Fragonard. (Da edição Morgado de Mateus)», gravura com a legenda supra, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 271. Veja Estampa n.º 59.

SOUSA (Martim Afonso de), governador da Índia:

169) Gravura, in SOUSA (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa,* Tomo II, Parte I, (Lisboa, 1674), p. 152. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 952-A. Res.).

170) Litografia, a cores, in COLAÇO (José Maria Delorme), *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa,* Lisboa, 1841, estampa n.º 12. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1124-V. Res.).

171) «Tipos de navios do princípio do séc. XVII. Grav. da *Viajem del Rey Filipe,* de Lavanha, representando o desembarque de Felipe III em Lisboa, em 1619», gravura com a legenda supra, in *História de Portugal,* dirigida pelo Prof. Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 299. Veja Estampa n.º 60.

VICENTE (Gil), autor do *Auto da Fama,* referido nesta *Notícia-Catálogo*:

172) Gravura in CHAGAS (Pinheiro), *História de Portugal,* edição popular ilustrada, Vol. V, (Lisboa, 1899), entre as páginas 264 e 265. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 6481-V.).

4.ª SUBSECÇÃO — PINTURA E DESENHO

Poderíamos contribuir, nesta *Subsecção,* com reproduções em espécie, dos desenhos, aguarelas e quadros a óleo abaixo indicados:

ALBERGARIA (Lopo Soares de), governador da Índia:

1) «Lopo Soares de Albergaria. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 58. Veja Estampa n.º 61.

ALBUQUERQUE (Afonso de), governador da Índia e conquistador de Malaca:

2) «Afonso de Albuquerque, Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», representando Afonso de Albuquerque, (Bib. Nac. de Lisboa)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 40. Veja Estampa n.º 62.

3) «Afonso de Albuquerque (Museu Militar)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 41.

4) «Afonso de Albuquerque, segundo um retrato coevo existente no Museu Britânico. (Reproduzido de *O Sonho da Índia*, de Elaine Sanceau)», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [225]. Veja Estampa n.º 63.

5) «Afonso de Albuquerque, segundo um retrato a óleo outrora existente no Arsenal de Goa. (Reproduzido de *O Sonho da Índia*, de Elaine Sanceau)», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [257] .Veja Estampa n.º 64.

ALBUQUERQUE (Matias de), vice-rei da Índia e capitão-mor de Malaca:

6) «Matias de Albuquerque, vice-rei da Índia de 1591 a 1597. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 369. Veja Estampa n.º 65.

ALMEIDA (D. Francisco de), vice-rei da Índia:

7) «Francisco de Almeida. Desenho do Manuscrito. «Tratado de todos os Visorreys», (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres. Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 34. Veja Estampa n.º 66.

8) «D. Francisco de Almeida. (Museu Militar)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 35. Veja Estampa n.º 67.

9) «D. Francisco de Almeida. Primeiro ViceRei da Índia. (Retrato a óleo pertencente ao Marquês de Lavradio — Reproduzido da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*)», in *Moçambique, Documentário Trimestral*, n.º 60, Outubro-Novembro-Dezembro-1949, (Lourenço Marques, 1950), p. [13]. Reproduzido, ùltimamente, in *Fundação do Estado da Índia em 1505. Livro Comemorativo*, Lisboa, 1955, entre as páginas [104] e 105. Veja Estampa n.º 68.

10) «Retrato de D. Francisco de Almeida, segundo a miniatura do «Livro do Estado da Índia Oriental», de P. Barreto de Rèsende. Publicado pela primeira vez pelo Ex.mo Snr. A. Kammerer, no seu trabalho «*La Mer Rouge, L'Abyssinie et L'Arabie depuis l'Antiquité*», in LAGOA (Visconde de), *Fernão de Magalhãis (A sua Vida e a sua Viagem). Com um Estudo Náutico do Roteiro, pelo Almirante J. Freitas Ribeiro. Prefácio do Dr. António Baião*, Livro I, (Lisboa, 1938), p. 130. Veja Estampa n.º 69.

11) «Armada de Francisco e Afonso de Albuquerque, de 1503, segundo o *Livro das Armadas*», [ms. 588 Azul da Academia das Ciências], in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [325]. Veja Estampa n.º 70.

12) «A armada de 1506, em que Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque demandaram o Oriente, segundo o *Livro das Armadas*», [ms. 588 Azul da Academia das Ciências], in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [347]. Reproduzido também in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI)*, Lisboa, 1943, p. 301. Veja Estampa n.º 71.

13) «A Armada de Vasco da Gama. Do *Livro das Armadas*, ms. [588 Azul] existente na Academia das Ciências, de Lisboa (Foto Mário Novais)», in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI)*, [Lisboa], 1943, p. 173. Reproduzida, ùltimamente, in *Fundação do Estado da Índia em 1505. Livro Comemorativo*, Lisboa, 1955, entre as páginas 16 e 17. Veja Estampa n.º 72.

ATAÍDE (D. Luís de), vice-rei da Índia:

14) «Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Bib. Nac. de Lisboa)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 328. Veja Estampa n.º 73.

AZEVEDO (D. Jerónimo de), vice-rei da Índia:

15) «D. Jerónimo de Azevedo, Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 380. Veja Estampa n.º 74.

BARRETO (António Moniz), governador da Índia:

16) «António Moniz Barreto. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 332. Veja Estampa n.º 75.

BARRETO (Francisco), governador da Índia:

17) «Francisco Barreto. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», (Bib. Nac. de Lisboa)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 324. Veja Estampa n.º 76.

BRAGANÇA (D. Constantino de), vice-rei da Índia:

18) «D. Constantino de Bragança. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», (Bib. Nac. de Lisboa)», in *História de Portugal*, dirigida pelo

Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 324. Veja Estampa n.º 77.

19) «Brasão de Albuquerque, com as quinas contrabandadas por filete de negro, tal como figura no tecto da sala de Sintra», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. II, (Lisboa, 1943), p. [245]. Veja Estampa n.º 78.

CABRAL (Jorge), governador da Índia:

20) «Jorge Cabral. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 74. Veja Estampa n.º 79.

CAMÕES (Luís de) que, em *Os Lusíadas*, exaltou a acção dos Portugueses em Malaca:

21) «Camões na Gruta de Macau. (Século XIX). (Quadro de Francisco Augusto Metrass). (Museu de Arte Contemporânea)», a cores, in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 531. Veja Estampa n.º 80.

22) «Camões e o Jau. Composição de Macedo e Gameiro», in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 282. Veja Estampa n.º 81.

23) «Luís de Camões. Quadro de Malhôa. (Museu Militar)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 552. Reproduzido também na *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 345. Veja Estampa n.º 82.

24) «Luís de Camões. (Retrato por Columbano Bordalo Pinheiro)», a cores, in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 281. Veja Estampa n.º 83.

25) «Retrato de Luís de Camões / o unico que dizem existir, e sêr tirado do natural. / Fernando Gomes fêz em Lx.ª // (tamanho natural). (Do Elucidario Nobiliarchico, de Afonso de Dornelas)», a cores. Afonso de Dornelas diz a este respeito o seguinte: «Em 23 de Julho de 1925, com a devida autorização do Ex.mo Sr. Dr. Pedro de Carvalho Monteiro, tive o grande prazer de apresentar à Academia das Sciências, uma cópia dum retrato de Camões inédito e absolutamente desconhecido dos estudiosos e que a meu pedido foi procurado no arquivo do falecido Dr. Carvalho Monteiro, o maior colecionador e cultor camoneano de todos os tempos. Êsse retrato, assinado pelo Pintor Fernando Gomes, em Lisboa, deve ter sido executado em 1570 e foi com certeza feito com o poeta na frente. É, pois, um retrato de facto, dando-nos a forma perfeita da cabeça do grande poeta, que nos outros retratos nos aparece deformado pela corôa de louros», in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 225. Veja Estampa n.º 84.

26) «Caravela Latina (século XV), do Atlas Miler, existente na Biblioteca Nacional de Paris», in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI)*, (Lisboa, 1943), p. 149. Veja Estampa n.º 85.

27) «Caravela e naus portuguesas do primeiro quartel do Século XVI. Reproduzidos de *As pinturas das armadas da Índia e outras representações artísticas de navios portugueses do século XVI*, de Frazão de Vasconcelos», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. I, (Lisboa, 1942), p. [241]. Veja Estampa n.º 86.

28) «Caravela do século XVI. (Desenho de Roque Gameiro)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 140. Veja Estampa n.º 87.

29) «Casamento de D. Manuel com D. Leonor. (Século XVI). (Museu da Misericórdia de Lisboa)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 25. Veja Estampa n.º 88.

CASTRO (D. João de), vice-rei da Índia:

30) «D. João de Castro. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres. Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 70. Veja Estampa n.º 89.

31) «D. João de Castro. (Museu de Artilharia de Lisboa)», a cores, in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 73 .Veja Estampa n.º 90.

32) «D. João de Castro (Segundo um retrato antigo existente em Gôa) *D. João de Castro*, por Manuel de Sousa Pinto. Lisboa, 1912», in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 81. Veja Estampa n.º 91.

33) «Retrato de D. João de Castro. Do *Livro das Fortalezas* de Pedro Barreto de Rezende, 1635 (Bib. Nac. Paris)», a cores, in *Moçambique. Documentário Trimestral*, n.º 22 — Abril-Maio-Junho-1940, (Lourenço Marques, 1940), p. [11]. Veja Estampa n.º 92.

CASTRO (D. Martim Afonso de), vice-rei da Índia:

34) «D. Martim Afonso de Castro (1605-1609). Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 375. Veja Estampa n.º 93.

35) «Conquista de Malaca. Quadro de Condeixa, (Museu Militar)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 51. Veja Estampa n.º 94.

COUTINHO (D. Francisco), vice-rei da Índia:

36) «Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Bib. Nac. de Lis-

boa)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 325. Veja Estampa n.º 95.

COUTINHO (Manuel de Sousa), governador da Índia:

37) «Manuel de Sousa Coutinho. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 348. Veja Estampa n.º 96.

CUNHA (D. Nuno da), governador da Índia:

38) «D. Nuno da Cunha. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 63. Veja Estampa n.º 97.

39) «Desembarque de Afonso de Albuquerque na Índia, aguarela de Domingos António de Sequeira (Colecção do sr. António Bernardo Ferreira, do Pôrto)», in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 1. Veja Estampa n.º 98.

40) [Desenho da Cruz que apareceu, no sertão de Malaca, em 24 de Novembro de 1602], in EREDIA (Manuel Godinho de), *Malaca. L'Inde Orientale et le Cathay*, Bruxelas, 1881, fl. 59. (Biblioteca Nacional de Lisboa, H. G., 3862-A.). Veja Estampa n.º 98-A.

41) «Figuras da Raça. — Composição de António Carneiro, em que no primeiro plano se vê Luís de Camões», in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 295. Veja Estampa n.º 99.

42) «Galé do séc. XVI Representada num quadro de Gregório Lopes. Tipo das galés genovesas, de 2 mastros, sendo o 2.º, o maior, com cesto e vela mestra, ao contrário do que acontecia no séc. XV», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. III, (Barcelos, 1931), p. 620. Veja Estampa n.º 100.

GAMA (D. Estêvão da), governador da Índia:

43) «D. Estêvão da Gama. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 69. Veja Estampa n.º 101.

GAMA (D. Francisco da), vice-rei da Índia:

44) «D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 382. Veja Estampa n.º 102.

45) «D. Francisco da Gama (1597-1600). Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 374. Veja Estampa n.º 103.

GAMA (D. Vasco da), 1.º conde da Vidigueira, descobridor do caminho marítimo para a Índia, almirante dos mares do Oriente e vice-rei da Índia:

46) «Vasco da Gama. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 59. Veja Estampa n.º 104.

47) «Vasco da Gama. (Museu Nacional de Arte Antiga)», a cores, in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. III, (Barcelos, 1931), p. 575. Veja Estampa n.º 105.

48) «Vasco da Gama. Quadro a óleo existente na Sociedade de Geografia de Lisboa (Foto Mário Novais)», in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI)*, (Lisboa, 1943), p. 169. Veja Estampa n.º 106.

49) «Grande nau portuguesa do séc. XVI. Representada num quadro de Gregório Lopes», [do Museu Nacional de Arte Antiga], in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. III, (Barcelos, 1931), p. 622. Veja Estampa n.º 107.

HENRIQUE (D.), o Infante «Navegador»:

50) «Infante D. Henrique. Iluminura da *Crónica da Guiné*, manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. III, (Barcelos, 1931), p. 353. Veja Estampa n.º 108.

51) «O Infante D. Henrique. Do políptico «Veneração a S. Vicente», de Nuno Gonçalves», existente no Museu Nacional de Arte Antiga, in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI)*, (Lisboa, 1943), p. 145. Veja Estampa n.º 109.

52) «Índia — Ângelo da Fonseca: A árvore da religião segundo o Veda», in *Catálogo da Exposição de Arte Sacra Missionária*, (Lisboa, 1951), gravura fora do texto. Veja Estampa n.º 110.

JOÃO III (D.), Rei de Portugal:

53) «D. João III. Cristóvão Lopes (?). Museu Nacional de Arte Antiga», in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI)*, [Lisboa], 1943, p. 265. Veja Estampa n.º 111.

JOÃO IV (D.), Rei de Portugal:

54) «Aclamação de D. João IV. Quadro de Veloso Salgado. (Museu Militar)», a cores, in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. VI, (Barcelos, 1934), p. 13. Veja Estampa n.º 112.

55) «D. João IV. (Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos)», a cores, in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. VI, (Barcelos, 1934), p. 57. Veja Estampa n.º 113.

MAGALHAES (Fernão de), navegador que empreendeu, pela primeira vez, fazer uma viagem de circumnavegação mundial:

56) «Retrato de Fernão de Magalhãis, existente no Museu do Prado de Madrid. (Gravura obsequiosamente cedida pelo snr. Coronel Afonso de Dornelas)», in LAGOA (Visconde de), *Fernão de Magalhãis (A sua Vida e a sua Viagem). Com um Estudo Náutico do Roteiro, pelo Almirante*

J. Freitas Ribeiro. Prefácio do Dr. António Baião, Livro I, (Lisboa, 1938), p. 84. Veja Estampa n.º 114.

MANUEL I (D.), Rei de Portugal:

57) «D. Manuel I Segundo o pormenor dos Jerónimos». Reprodução de uma foto de Mário Novais, in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI),* [Lisboa], 1943, entre as páginas 162 e 163. Veja Estampa n.º 115.

MASCARENHAS (D. Francisco), vice-rei da Índia:

58) «D. Francisco Mascarenhas. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 342. Veja Estampa n.º 116.

MASCARENHAS (D. Pedro), vice-rei da Índia:

59) «D. Pedro Mascarenhas. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 75. Veja Estampa n.º 117.

MENDONÇA (João de), governador da Índia:

60) «Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Bib. Nac. de Lisboa)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 326. Veja Estampa n.º 118.

MENESES (D. Diogo de), governador da Índia:

61) «D. Diogo de Meneses. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 333. Veja Estampa n.º 119.

MENESES (D. Duarte de), governador da Índia:

62) «D. Duarte de Meneses. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 342. Veja Estampa n.º 120.

MENESES (D. Duarte de), vice-rei da Índia:

63) «D. Duarte de Meneses. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 59. Veja Estampa n.º 121.

MENESES (Fernão Teles de), governador da Índia:

64) «Fernão Teles de Meneses. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 333. Veja Estampa n.º 122.

MENESES (D. Henrique de), governador da Índia:

65) «D. Henrique de Meneses. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo

Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 62. Veja Estampa n.º 123.

66) «Naus do 1.º quartel do século XVI, do códice Bretiandos existente na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. (Reproduzido de *As pinturas das armadas da Índia e outras representações artísticas de navios portugueses do séc. XVI,* de Frazão de Vasconcelos)», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII),* Vol. I, (Lisboa, 1942), p. [129]. Reproduzido também in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI),* [Lisboa], 1943, p. 153. Veja Estampa n.º 124.

67) «Naus do 1.º quartel do século XVI, do painel central do retábulo de Santa Auta, existente no Museu das Janelas Verdes. (Reproduzido de *As pinturas das armadas da Índia e outras representações artísticas de navios portugueses do século XVI,* de Frazão de Vasconcelos)», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Orienta (Séculos XV, XVI e XVII),* Vol. I, (Lisboa, 1942), p. [129]. Reproduzido também in LUPI (Eduardo do Couto), *A Emprêsa Portuguesa do Oriente. Conquista e Sustentação do Senhorio do Mar (Século XVI),* [Lisboa], 1943, p. 151. Veja Estampa n.º 125.

68) «Naus do século XVI. (Desenho de Roque Gameiro)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 141. Veja Estampa n.º 126.

NORONHA (D. Afonso de), vice-rei da Índia:

69) «D. Afonso de Noronha. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 75. Veja Estampa n.º 127.

NORONHA (D. Antão de), vice-rei da Índia:

70) «Desenho do «Tratado de Todos os Visorreis». (Bib. Nac. de Lisboa)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 327. Veja Estampa n.º 128.

NORONHA (D. António de), vice-rei da Índia:

71) «D. António de Noronha. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *Historia de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 332. Veja Estampa n.º 129.

NORONHA (D. Garcia de), vice-rei da Índia:

72) «D. Garcia de Noronha. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 69. Veja Estampa n.º 130.

NORONHA (D. Miguel de), vice-rei da Índia:

73) «D. Miguel de Noronha, conde de Linhares. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Por-*

tugal, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 384. Veja Estampa n.º 131.

74) «A partida para o descobrimento da Índia, segundo a pintura mural de G. H. Amshewitz na Biblioteca da Universidade de Witwatersrand. A figura central representa o rei D. Manuel tendo, aos pés, Vasco da Gama e à direita, em primeiro plano, Abraão Zacuto, o bispo D. Diogo Ortiz e um homem de armas; à esquerda Bartolomeu Dias. (Reproduzido do boletim da benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa)», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII),* Vol. I, (Lisboa, 1942), p. [279]. Veja Estampa n.º 132.

PINTO (Fernão Mendes), viajante e escritor que visitou e descreveu Malaca:

75) «O regresso de Fernão Mendes Pinto. Bordado português do começo do século XVIII, da colecção do Museu de Brooklin», a cores, in LAGOA (Visconde de), *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto (Tentativa de reconstituição geográfica). Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais,* Vol. II, Tomo I, *Estudos de História e Geografia da Expansão Portuguesa,* (Lisboa, 1947), p. [10]. Veja Estampa n.º 133.

76) «Portugal — «As dez Virgens», aguarela do pintor de Goa, Ângelo da Fonseca. Do Arquivo Histórico Ultramarino», in *Catálogo da Exposição de Arte Sacra Missionária,* (Lisboa, 1951), gravura fora do texto. Veja Estampa n.º 134.

SÁ (Garcia de), governador da Índia e capitão de Malaca:

77) «Garcia de Sá. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 74. Veja Estampa n.º 135.

SALDANHA (Aires de), vice-rei da Índia e capitão da fortaleza de Malaca:

78) «Aires de Saldanha (1600-1605). Desenho do «Tratado de todos os Visorreis», ms. da Bib. Nac. de Lisboa», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 374. Veja Estampa n.º 136.

SAMPAIO (Lopo Vaz de), governador da Índia:

79) «Lopo Vaz de Sampaio. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 62. Veja Estampa n.º 137.

80) «A São Felipe, tipo de nau portuguesa de meados do século XVI. (Reproduzido de *As Pinturas das Armadas da Índia,* de Frazão de Vasconcelos)», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII),* Vol. I, (Lisboa, 1942), p. 265. Veja Estampa n.º 138.

SÃO FRANCISCO XAVIER, Missionário na Índia nomeadamente em Malaca, onde esteve sepultado:

81) «O Apóstolo S. Francisco Xavier A Bordo Da Nau De Diogo Gomes, Na Travessia De Malaca, Pedindo A Salvação Da Lancha Desgarrada.

Quadro atribuído a André Gonçalves, existente na sacristia da igreja de S. Roque, de Lisboa», in MARTINS (Rocha), *O Apóstolo Das Índias S. Francisco Xavier* (...), (Lisboa, 1942), entre as páginas 304 e 305. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Rel. 11.180-V.). Veja Estampa n.º 138-A.

82) «Mestre S. Francisco Xavier Despedindo-se De D. João III.

Quadro de Bento Coelho de Faria, existente na capela da Invocação do Apóstolo, em S. Roque, de Lisboa», in MARTINS (Rocha), *O Apóstolo das Índias S. Francisco Xavier, Pelo Sócio da Academia das Ciências de Lisboa* (...), Lisboa, 1942, entre as páginas 52 e 53. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Rel. 11.180-V.). Veja Estampa n.º 138-B.

83) «Quadro que representa a vista panoramica de Lisboa, e o embarque de S. Francisco Xavier para a India (lado esquerdo) existente no Museu de Arte Contemporanea», in DORNELAS (Afonso de), *Elucidario nobiliarchico,* Vol. II, (Lisboa, 1929), p. 192. (Biblioteca Nacional de Lisboa, B. A-485.). Veja Estampa n.º 138-C.

84) «Quadro que representa a vista panoramica de Lisboa, e o embarque de S. Francisco Xavier para a India (metade direita), existente no Museu de Arte Contemporanea», in DORNELAS (Afonso de), *Elucidario nobiliarchico,* Vol. II, (Lisboa, 1929), p. 193. (Biblioteca Nacional de Lisboa, B. A.-485.). Veja Estampa n.º 139.

85) «São Francisco Xavier Doutrinando as Crianças na Índia.

Quadro atribuído a André Reinoso e por outros, a André Gonçalves, existente na Sacristia de S. Roque, de Lisboa», in MARTINS (Rocha), *O Apóstolo Das Índias São Francisco Xavier,* (...), Lisboa, 1942, entre as páginas 80 e 81. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Rel. 11.180-V.). Veja Estampa n.º 139-A.

86) «Veja também o trabalho anexo: *Relação Abreviada da Iconografia de São Francisco Xavier.*

SEBASTIÃO (D.), Rei de Portugal:

87) «D. Sebastião. (Séc. XVI). (Cristóvão de Morais), (Museu Nacional de Arte Antiga)», a cores, in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 93. Veja Estampa n.º 139-B.

SEQUEIRA (Diogo Lopes de), governador da Índia e descobridor de Malaca:

88) «Diogo Lopes de Sequeira. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 58. Veja Estampa n.º 140.

SOUSA (Martim Afonso de), governador da Índia:

89) «Martim Afonso de Sousa. Desenho do «Tratado de todos os Visorreis». (Biblioteca Nacional)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 155. Veja Estampa n.º 141.

VICENTE (Gil), autor do *Auto da Fama*, referido nesta — *Notícia Catálogo*:

90) «Gil Vicente na Arte de Hoje. A Representação do «Auto da Índia», em Almada, Perante a Rainha D. Leonor, em 1519» (*sic*) [aliás 1509] «(Iluminura inédita e original de D. Carolina Santos)», in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. II, (Lisboa, 1930), p. 49. Veja Estampa n.º 142.

Conviria ainda, mais do que as respectivas gravuras, reproduzir em espécie, para figurar nesta *Subsecção*, os desenhos da fortaleza de Malaca, insertos nos conhecidos «*Códices* de António Bocarro, (1635, em Évora e em Madrid); e os de Barreto de Rezende (1635, na Biblioteca Nacional de Paris) e de 1646, no Museu Britânico. Do de Paris existe cópia na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Livraria da Casa Palmela». (Cf. FONTOURA DA COSTA (A.), *Para a História da Fortaleza de Moçambique*, in *Moçambique. Documentário Trimestral*, n.º 22-Abril-Maio-Junho--1940. (Lourenço Marques, 1940), p. 48, nota 34). Veja Estampa n.º 142-A.

5.ª SUBSECÇÃO — ESCULTURA

Ficariam bem enquadradas nesta *Subsecção* as reproduções, em espécie, das seguintes obras de arte, e também outras, originais ou não, relativas a figuras militares, civis e religiosas, ligadas à história de Malaca portuguesa, que porventura ainda se possam acrescentar às indicadas agora:

1) Busto de «Afonso de Albuquerque (Museu Militar)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 41. Veja Estampa n.º 143.

2) «Busto de Brás de Albuquerque, autor dos *Comentarios*» [de Afonso de Albuquerque (...)], in *História da Literatura Portuguesa ilustrada, publicada sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio* (...), Vol. III, (Lisboa, 1932), p. 42. Veja Estampa n.º 144.

3) Duas imagens indianas do séc. XVII. Pertencem ao Senhor Conde de Nova Goa». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária*, Lisboa, 1951, 124, p. 96).

4) «Imágem De S. Francisco Xavier No Altar-Mor Da Igreja Mandada Edificar Pela Penúltima Duquesa De Villahermoza Junto Ao Castelo De Xavier», in MARTINS (Rocha), *O Apóstolo Das Índias S. Francisco Xavier, Pelo Sócio da Academia das Ciências de Lisboa* (...) Lisboa, 1942,

entre as páginas 16 e 17. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Rel. 11.180-V.). Veja Estampa n.º 145.

5) «Lisboa. Busto de Luís de Camões no Museu Militar», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 553. Veja Estampa n.º 146).

6) «Nossa Senhora. Imagem de pedra, dos primeiros tempos da evangelização portuguesa (Índia Portuguesa). Do Museu Etnológico Português, Lisboa». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária*, Lisboa, 1951, 37, p. 91).

7) «Pelourinho de Malaca», in CHAVES (Luís), *Os Pelourinhos de Portugal nos domínios do seu Império de Além-Mar: Ethnos, Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, Vol. I, (Lisboa, 1935), p. 101. Veja Estampa n.º 147.

8) «Portugal — Nossa Senhora. Imagem de pedra, dos primeiros tempos da evangelização portuguesa. (Índia). Do Museu Etnológico Português», in *Catálogo da Exposição de Arte Sacra Missionária*, Lisboa, 1951, gravura fora do texto. Veja Estampa n.º 148.

9) «Portugal — Nossa Senhora. Imagem do séc. XVII (Índia). Pertence ao Sr. Conde de Nova Goa», in *Catálogo da Exposição de Arte Sacra Missionária*, Lisboa, 1951, gravura fora do texto. Veja Estampa n.º 149.

10) «São Francisco de Assis. Imagem de Marfim (Índia Portuguesa). Propriedade das Missões Franciscanas. Colégio de Montariol, Braga». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária*, Lisboa, 1951, 23, p. 90).

11) «São Francisco Xavier. Escultura de marfim (Índia Portuguesa). Do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária*, Lisboa, 1951, 10, p. 89).

12) «Trabalho em marfim, oriental, representando «O sonho de Jacob», ou «O pastor dormindo». Da igreja dos Terceiros, Elvas». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária*, Lisboa, 1951, n.º 29, p. 90).

6.ª SUBSECÇÃO — NUMISMÁTICA

Afonso de Albuquerque fundou, como é sabido, a Casa da Moeda de Malaca e criou ali moeda, entre a qual o *malaquês* de prata. Portanto, ficariam bem nesta *Subsecção*, além de outras, e reproduzidas em espécie, se possível, as moedas seguintes, todas elas existentes no Museu Numismático Português, em Lisboa — onde de algumas há exemplares repetidos — e ainda as que, com interesse para o projectado Museu de Malaca, possam ali incluir-se:

I — *De D. Manuel I:*

1) Anverso: Tem ao centro uma cruz, com uma legenda ilegível em volta.

Reverso: Tem a esfera armilar também com legenda ilegível em volta.
Valor: bastardo
Peso: 44 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 150.

2) Anverso: Tem ao centro uma cruz com a seguinte legenda em volta: TRESPES VV+CRVXXPIN.
Reverso: Tem a esfera armilar com uma legenda ilegível em volta.
Valor: bastardo
Peso: 37,5 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 151.

3) Anverso: Tem ao centro as quinas com um círculo em volta. Por cima deste círculo está uma legenda ilegível circundante.
Reverso: Esfera armilar ocupando toda a face da moeda.
Valor: soldo
Peso: 11,3 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 152.

4) Anverso: Tem ao centro uma cruz com uma legenda ilegível em volta.
Reverso: Tem só a esfera armilar ocupando toda a face da moeda.
Valor: soldo
Peso: 4,5 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 153.

II — *De D. João III:*

1) Anverso: Quinas com uma legenda ilegível em volta.
Reverso: Esfera armilar ocupando toda a face da moeda.
Valor: soldo
Peso: 3,7 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 154.

2) Anverso: Tem ao centro uma cruz com uma legenda ilegível em volta.
Reverso: Esfera armilar
Valor: Dinheiro
Peso: 1,7 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 155.

3) Anverso: Tem ao centro as quinas com um círculo em volta e, a circundar este, a seguinte legenda: 1118KYV+OVII.
Reverso: Esfera armilar
Valor: Bastardo
Peso: 4,8 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 156.

4) Anverso: Quinas com um círculo em volta.
Reverso: Esfera armilar com um círculo em volta.
Valor: soldo
Peso: 4,8 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 157.

III — *De D. Sebastião:*

1) Anverso: Apresenta três setas que se entercruzam e as seguintes letras: B-A.
Reverso: Esfera armilar
Valor: Dois bazarucos
Peso: 2,5 gramas
Metal: calaim
Veja Estampa n.º 158.

IV — *De D. Filipe II:*

1) Anverso: Apresenta o escudo de Portugal, tendo à esquerda a letra M e à direita a letra A.
Reverso: Tem no centro a letra T sobreposta com a letra A e à esquerda a letra M e à direita D.
Valor: Tanga de Malaca
Peso: 3,1 gramas
Metal: prata
Veja Estampa n.º 159.

V — *De D. Filipe III*:

1) Anverso: Apresenta o escudo de Portugal, tendo à esquerda a letra A e à direita G.
Reverso: Apresenta uma figura humana segurando uma arma com a mão direita; à esquerda tem a letra A e à direita M.
As orlas das duas faces estão pontuadas.
Valor: Desconhecido
Peso: 1,75 gramas
Metal: prata
Veja Estampa n.º 160.

2) Anverso: Apresenta o escudo de Portugal, tendo à esquerda a letra M e à direita A.
Reverso: Tem no centro a letra T sobreposta com a letra A e à esquerda tem a letra M e à direita D. Na parte inferior do T tem: 1836.
Valor: Xerafim dobrado
Peso: 6,5 gramas
Metal: prata
Veja Estampa n.º 161.

3) Anverso: Apresenta o escudo de Portugal, tendo à esquerda a letra M e à direita A.
Reverso: Tem no centro a letra T sobreposta com a letra A e à esquerda tem a letra M e à direita D. Na parte superior do T apresenta uma marca monetária.
Valor: Tanga de Malaca
Peso: 3,05 gramas
Metal: prata
Veja Estampa n.º 162.

4) Anverso: Apresenta o escudo de Portugal, tendo à esquerda a letra M e à direita a letra A.
Reverso: Tem no centro a letra T sobreposta com a letra A e à esquerda a letra M e à direita D.
Valor: Tanga de Malaca
Peso: 3,05 gramas
Metal: prata
Veja Estampa n.º 163.

7.ª SUBSECÇÃO — FOTOGRAFIA

Nesta *Subsecção* poderiam figurar, além de outras, as fotografias do que abaixo enumero:

1) «Aspecto da bombarda grossa, conhecida pelo nome de «Peça de

Malaca», que foi tomada por Afonso de Albuquerque em 1511. (Museu Militar)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 48. Veja Estampa n.º 164.

2) «Aspecto da bombarda grossa, conhecida pelo nome de «Peça de Malaca, que foi tomada por Afonso de Albuquerque em 1511. (Museu Militar)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 48. Veja Estampa n.º 165.

3) «Bôca da «Peça de Malaca». (Museu Militar)», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 49. Veja Estampa n.º 166.

Eis ainda o que, acerca desta bombarda, se lê no *Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu de Artilharia)*, 10.ª Edição, Lisboa, 1930, p. 46: «S. 33 — Bombarda grossa. Boca de fogo de 17ᶜ de calibre, com 3ᵐ,36 de comprimento. Pertence ao século XV. Veio da Índia e é conhecida pela designação de peça de Malaca. Tem quatro pares de arganéos distribuídos pelo seu comprimento; a alma é formada por barras de ferro reforçadas com grossos aros de ferro; a culatra é formada por duas grossas chapas caldeadas à forja. Tem dois pequenos mulhões. Na boca, na culatra e no tôpo de cada munhão vêem-se carrancas em relêvo.

Esta peça foi tomada em 1511 por Afonso de Albuquerque ao rei de Malaca, tendo sido pouco antes oferecida a este pelo rei de Calicut».

4) «Casa dos Bicos. Situada na rua da Alfândega, em Lisboa, esta casa, que foi construída no segundo têrço do séc. XVI, pertenceu à família de Afonso de Albuquerque», in *História de Portugal*, dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 57. Veja Estampa n.º 167.

5) «Castelo De Xavier Restaurado», in MARTINS (Rocha), *O Apóstolo Das Índias S. Francisco Xavier, Pelo Sócio da Academia das Ciências de Lisboa (...)*, Lisboa, 1942, entre as páginas 30 e 31. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Rel. 11.180V.). Veja Estampa n.º 168.

6) «Cofre Que Encerra As Relíquias De S. Francisco Xavier, Ao Fundo, Dobrada, A Cazula; À Esquerda, Um Crucifixo Com Que Costumava Prègar Aos Infiéis; À Direita, Na Parte Superior, Relicário Contendo o Dedo Polegar Do Pé Direito Do Santo», in MARTINS (Rocha), *O Apóstolo Das Índias S. Francisco Xavier (...)*, Lisboa, 1942, entre as páginas 370 e 371. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Rel. 11.180V.). Veja Estampa n.º 169.

7) «Cofre oriental com relíquias de S. Francisco Xavier. Pertence ao Senhor Conde de Nova Goa». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária*, Lisboa, 1951, 123, p. 96).

8) «Cofre De Prata (Trabalho Indo-Português Do Séc. XVII), onde se Conservam As Relíquias De S. Francisco Xavier, Na Capela Do Senhor Conde De Nova Goa», in MARTINS (Rocha), *O Apóstolo Das Índias S. Francisco Xavier (...)*, Lisboa, 1942, entre as páginas 368 e 369. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Rel. 11.180V.). Veja Estampa n.º 170.

9) «Cofre de prata da sobrepeliz de S. Francisco Xavier, da igreja do Bom Jesus. Pertence à Arquidiocese Primacial de Goa e Damão. — Patriarcal das Indias». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária,* Lisboa, 1951, 107, p. 95).

10) «Dois paramentos orientais (Índia Portuguesa). Do Museu da igreja de S. Roque, Lisboa». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária,* Lisboa, 1951, 64, p. 92).

11) «Da Esquerda Para A Direita: Relicário Em Ouro Da Índia Contendo O Dedo Mínimo Do Pé Do Santo. Relicários De Cristal, Ouro E Pedras Preciosas, Contendo Cabelos Da Barba Do Santo. — Pertencentes Ao Senhor Conde De Nova Goa», in MARTINS (Rocha), *O Apóstolo das Índias S. Francisco Xavier (...)*, Lisboa, 1942, entre as páginas 372 e 373. (Biblioteca Nacional de Lisboa, Rel. 11.180V.). Veja Estampa n.º 171.

12) «O Infante D. Henrique, organizador do movimento português de expansão extra europeia. (Estátua da porta lateral do Mosteiro dos Jerónimos, fotografada pelo distinto amador E. Portugal)», in LAGOA (Visconde de), *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (Séculos XV, XVI e XVII)*, Vol. I, (Lisboa, 1942), p. [21]. Veja Estampa n.º 172.

13) «Lisboa. Aspecto geral da Tôrre de S. Vicente do Restelo (Belém)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 440. Veja Estampa n.º 173.

14) «Lisboa. Estátua de Afonso de Albuquerque na Praça do mesmo nome», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 43. Veja Estampa n.º 174.

15) «Porta-Paz (Tesouro da Casa Vidigueira). Do Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária,* Lisboa, 1951, 57, p. 92).

16) «Portugal — Cofre oriental com relíquias de S. Francisco Xavier. (Índia). Pertence ao Sr. Conde de Nova Goa», in *Catálogo da Exposição de Arte Sacra Missionária,* Lisboa, 1951, gravura fora do texto. Veja Estampa n.º 175.

17) «Sandália de S. Francisco Xavier. Propriedade da Companhia de Jesus». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária,* Lisboa, 1951, 68, p. 93).

18) «Sarcófago onde, em Goa, estiveram os ossos de Afonso de Albuquerque. (Sociedade de Geografia)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 54. Veja Estampa n.º 176.

19) «1561 — Sepultura de Garcia de Sá», in *Moçambique. Documentário Trimestral,* n.º 45 — Janeiro — Fevereiro — Março — 1946. Lourenço Marques, 1946, p. [107]. Veja Estampa n.º 177.

20) «Túmulo de Afonso de Albuquerque. (Igreja da Graça — Lisboa)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 55. Veja Estampa n.º 178.

21) «Túmulo de Vasco da Gama. (Jerónimos — Lisboa)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. IV, (Barcelos, 1932), p. 61. Veja Estampa n.º 179.

22) «Urna contendo restos de D. Luis de Ataíde. Nomeado, por segunda vez, vice-rei da Índia, em 1578, D. Luis de Ataíde faleceu em Gôa antes de concluído o seu triénio. (Museu Militar)», in *História de Portugal,* dirigida pelo Professor Damião Peres, Vol. V, (Barcelos, 1933), p. 329. Veja Estampa n.º 180.

23) «Veu de cálice (Índia Portuguesa). Da igreja de S. Bartolomeu, de Borba». (Cf. *Exposição de Arte Sacra Missionária,* Lisboa, 1951, 34, p. 91).

24) «Veu de ombros (Índia Portuguesa). Da igreja matriz de Borba». (Cf. *Exposição De Arte Sacra Missionária,* Lisboa, 1951, 33, p. 91).

8.ª SUBSECÇÃO — BIBLIOGRAFIA

Nesta *Subsecção* poderiam figurar, além de outras, as seguintes espécies bibliográficas, oferecidas no todo ou em parte ao projectado Museu, consoante as possibilidades de aquisição, pois algumas, especialmente as edições *princeps,* não serão fáceis de encontrar no mercado do livro:

1) ALAUX (Jean-Paul), *Vasco de Gama ou l'épopée des Portugais aux Indes (...) illustré d'aquarelles de Gustave Alaux (...).* Bruxelas, 1931.

Cap. XX «Où L'On Raconte La Prise De Malacca Par Alphonse D'Albuquerque, Le Naufrage De Fleur De La Mer, Sa Belle Capitane, Et Les Événements Qui Accompagnèrent La Disgrace Et La Mort De Le Grand Homme». (p. 151-160). Existe no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (Biblioteca de Duarte de Sousa).

(Continua)

Documentário

Uma Geografia Quinhentista

Por *LUCIANO RIBEIRO*

No arquivo da Casa dos Senhores Marqueses de Fronteira, Condes da Torre, existe um códice cuja cota é M VII 4, no qual se contêm vários documentos. É um volume in-fol. de 286 folhas, encadernado em inteira de carneira de cor castanho-escura, em papel vergé do século XVI, no qual se encontram, como se disse, várias obras, escritas com várias caligrafias. A encadernação foi feita depois de o conteúdo ter sido escrito, porquanto se vê que, ao serem cortadas as folhas, em algumas, o texto foi interceptado, sem contudo transtornar a leitura. É, pois, o códice, uma miscelânea.

Ocupando de fls. 192 a 286, encontra-se uma notável descrição de toda a Costa de África Oriental, partindo do Cabo da Boa Esperança, toda a Costa da Ásia, até à China, com o título seguinte:

> «Lybro que conta e põoe por meudo todas as cousas da Yndya des do Caabo da Boa Esperança atee as Ylhas de Maluco e Reino da China, todos os Reinos e ssenhorios e çidades vylas e lugaares tudo como estaa e quaes sson de mouros e quaes de gentios e costumes e traatos de cada hũ em que vãao cousas muito despantaar e de notaar.»

O manuscrito é em cursivo quinhentista da segunda metade daquele século. Duas foram as mãos que o escreveram. Uma fez parte do começo e do final, a outra o restante.

Compõe-se o trabalho de 119 capítulos de descrições geográficas, seguido de mais cinco capítulos que se intitulam:

O primeiro — Livro das pérolas e aljofar miúdo e do que vale dentro em Calicud e terra Malavar;

O segundo — Título do Aljofar miudo e grosso, do que vale em Calecud;

O terceiro — Do que vale os diamantes da Mina Velha dentro de Calicud;

O quarto — Das esmeraldas daar e conhecença que tem.

O quinto — sem título, mas que se ocupa das medidas da terra e do astrolábio.

Este último capítulo é tirado do Livro de Marinharia de João de Lisboa [1], modificando-lhe a forma literária, e é de reduzidíssimas proporções, de modo a constituir, apenas, como que o sumário de diversos ensinamentos contidos no famoso tratado quinhentista sobre as medidas da «redondeza da terra» e do astrolábio.

No final de tudo as palavras:

«Domine Gratias tibo agimos»

Lido o documento atentamente, salta à observação a forma literária, o método empregado na elaboração do trabalho, e a apresentação de notícias e informações não comuns nem do conhecimento geral [2].

(1) João de Lisboa. «Livro de Marinharia — Tratado da Agulha de Marear — Copiado e ordenado por Jacinto Ignácio de Brito Rebelo», Imp. Libânio da Silva, Lisboa, 1903.

(2) O próprio título é expressivo: «Lybro que conta e põoe por meudo todas as cousas da Yndia... todos os Reinos e ssenhorios e cidades e vylas e lugaares tudo como estaa e quaes sson de mouros e quaes de gentios e costumes... etc.». Tudo isto tirando ao trabalho o aspecto de roteiro que, à primeira vista ele apresenta.

Assim, entrando no descritivo de toda a costa banhada pelo Oceano Índico, logo começa pela Costa de África a partir do Cabo da Boa Esperança:

«Passando o Caabo de Boa Esperança hyndo Caminho da Yndya atee o Cabo de Ssam Sebastyão...»

fazendo um primerio capítulo sem qualquer título, dando a impressão de se tratar de pôr o leitor em contacto com a matéria, partindo de um ponto de todos conhecido e não difícil de identificação, como é o Cabo da Boa Esperança, para logo nos dar um novo capítulo com título indicador da região descrita, de modo a facilitar ao leitor a sua localização em carta apropriada.

Infelizmente, não se encontra indicado quem é o autor de tão importante trabalho, sem dúvida nenhuma esquematizado no «Livro que da relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa», porquanto a sequência dos capítulos é quase a mesma e tem alguns que são, com pequena alteração de forma, semelhantes aos daquele livro. Não se indica também qual a data em que foi escrito, no entanto, vamos ver o que podemos averiguar àcerca destes dois pontos.

Pela leitura cuidadosa do trabalho, podemos, no entanto, fixar duas datas limites para a obra. Assim no capítulo em que o autor trata de «Ho muy grande reino de Preste Joam», diz-nos:

«...conta por eystensso ho paadre Francisco Allvarez, cleryguo que foy em companhia do dyto Embayxador, do que fez lyvro ssobre ssy que anda ymprimido.»

Quase no final do mesmo capítulo, diz-nos mais:

«...e quem quyzer mais ssaber delle percure ho dyto lyvro que atras dyguo que mandou ymprimir no dyto francisco Allvarez e ay acharaa muito copiosamente ho que vaay nestes reinos afoora ho ssobre dyto que he cousa pera ver.»

Ora bem: A primeira edição do livro referido, a «Verdadeira imformação das terras do Preste João, segundo viu e escreveu o Padre Francisco Alvarez, Capelão d'El Rey nosso Senhor», tem a data de 1540. Logo, a obra de que estamos tratando foi escrita depois deste ano. Este, pois o marco mais atrazado a que podemos chegar.

Vejamos agora, qual a data mais próxima de nós em que é possível limitar o trabalho:

Descreve o autor toda a Costa da Índia e entra depois em o «Ho muy grande e fermoso reina da China».

Não é muito longa a descrição que começa:

> «Passando estas ilhas que sam sem conta de que allgumas se não sabe o nome assy ermas como abitadas, que correm contra o norte, torna-sse à costa que vay de Mallaqua contra os chins, ao norte, de que não tenho informação, somente que passado ho reino d'Amseam y outros estaa ho reino da China que dizem que he muy grande terra e senhorio»...

Ora, é o autor do trabalho que diz não tem informação. Já no Livro de Duarte Barbosa, este diz do mesmo modo. O autor, porém, do nosso manuscrito também não nos fala de Macau como seria natural se os portugueses ali tivessem assentado. Falta semelhante sucede na capítulo imediato que se intitula «Conta de huma terra que chamam leques», onde o autor, no final nos diz:

> «...que são mais riquos e honrados que os chis, das quais gentes ate guora não temos muita informação porquanto não vieram ainda a Mallaqua depois que he dell rey nosso Senhor».

Esta informação também nos é dada por Duarte Barbosa no livro. Os portugueses assentaram em Malaca em 1510-1511.

Liguemos agora, todas estas informações que o autor do trabalho nos lega. Sabendo que os portugueses se assentaram em Macau em 1557 (a ser esta a verdadeira data do facto, e

não antes), em condições, até, tão excepcionais, não é de admitir que, se já ali estivessem, o autor não nos falasse daquelas partes. Assim, aceitamos como data limite máxima para a elaboração do trabalho em estudo 1557.

Ficam, portanto, duas datas limite estabelecidas para a elaboração do documento:

1540-1557.

Põe-se, então, o problema.

Quem, no período de 17 anos que começam em 1540 e terminam em 1577 poderia ter as notícias e conhecimentos necessários e suficientes para escrever aquela geografia, remodelando, aditando e modificando tanta vez o livro de Duarte Barbosa, em especial com a forma literária empregada, com o poder de descrição, com as inúmeras notícias de natureza comercial e, até — quantas vezes — com grande minúcia?

O problema é, talvez, complexo. Há porém, certo número de elementos que, bem observados, possìvelmente nos dão elementos para, de certo modo, podermos, ao menos, propor uma solução.

São eles:

1.º — O estilo literário;
2.º — A enorme acumulação de notícias, não fáceis de obter, em especial na época em que a obra foi escrita;
3.º — O período de anos dentro do qual a obra certamente foi elaborada;
4.º — A série de coincidências das quais ao diante deremos notícia.

Ao ler o manuscrito, imediatamente fomos impressionados pelo estilo. Não tinha no século de quinhentos, aquela forma literária, muitas pessoas capazes de a utilizarem. Quem naquele período, e escrevendo daquele modo, poderia ter feito uma parte de uma geografia?

Ocorreu-nos que João de Barros, nas suas famosas «Décadas» várias vezes nos fala da sua «Geografia», obra que, ao que parece, ficou incompleta.

Bastas são as indicações que faz a esse trabalho e além delas há o documento que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ([3]) e publicado pelo Dr. António Baião ([4]) e as refernêcias de Manuel Severim de Faria, na «Vida de João Barros».

Vejamos o que nos diz o famoso cronista:

Da Década 1, Livro 1, Capítulo 1, tratando de Bagodad:

> ...da qual em a nossa Geografia faremos maior relação...

parece que, ao escrever o transcrito João de Barros ainda não teria escrito, pelo menos, uma parte da sua Geografia, portanto nos diz: *faremos*, e não *fazemos* maior relação.

No mesmo lugar, falando de Marrocos, refere:

> ...Como veremos em a nossa Geografia...

parece que ainda não estaria feita a parte da Geografia onde se ocupasse deste lugar, a data em que escreveu a frase referida, visto o verbo nos aparecer no futuro.

Ainda no mesmo lugar o nosso grande historiador quinhentista, nos diz, quanto à divisão que dá ao mundo ao escrever a sua Geografia:

> ...posto que em seis (partes) em a nossa Geografia dividiremos todo o universo.

Quer dizer pensava, então em dividir a sua Geografia em seis partes.

Do mesmo modo, no mesmo lugar, diz-nos:

> ...à quarta (parte) (porque assim chamamos em a nossa Geografia à terra do Brasil) haverá nome Santa Cruz.

([3]) Torre do Tombo — *Cartas Missivas*, M.º 3, N.º 87.

([4]) António Baião — *Documentos Inéditos sobre João de Barros*, fl. 41.

Também supomos que ainda não estivesse escrito quando escreveu, pelo menos, à primeira década: *haverá nome Santa Cruz.*

Na mesma primeira década, no mesmo lugar, diz-nos mais:

> «Quanto ao título *navegação* a esta respondemos com uma universal Geografia de todo o descoberto, assim em graduação de tábuas como de comentários sobre elas, aplicando o moderno ao antigo, a qual não sofre compostura em a linguagem, e por isso será latim.»

Também, aqui, supomos, não estar feita esta parte, à data em que escreveu a primeira Década, visto que nos diz — «a qual *será* em latim».

No primeiro capítulo do livro 9.º da Primeira Década, diz-nos João de Barros:

> «Porque, per modo de graduação como usamos em as tábuas da nossa Geografia, lá se verá mais a olho...

Estava, porém, fazendo simultâneamente as tábuas para a sua geografia, ao escrever o transcrito.

Quase ao fim do mesmo Capítulo, diz-nos Barros, a propósito de uma pedra que fora achada e supõe ser memória do apóstulo São Tomé:

> «O debuxo da qual pedra o ano passado de 1548, me mandaram em três papéis, um dos quais com uma inquirição que o Governador Nuno da Cunha em seu tempo mandou tirar pelos naturais acerca do que se tinha entre aqueles Cristãos de São Tomé da vida dele; e assi um livro da escritura dos chis e outro dos párseos, com algumas informações dos costumes dos gentios daquelas partes, dei a Joanne Riccio de Monte Pulciano, Arcebispo de Siponto, que neste tempo estava neste reino por Núncio do Papa Pau-

lo III, por me pedir que lhe desse alguma cousa destas partes da Índia, pera mandar ao Cardial Farnés, neto do mesmo Papa, que lhas mandou pedir, a instância de Paulo Jóvio, Bispo Norcesino, barão diligente e curioso destas cousas dignas de escritura, pera a sua História Geral do seu Tempo, que promete nas obras desta faculdade que já tirou a luz.»

Daqui vemos que João de Barros recebeu um livro da China e outro da Pérsia, com as informações de costumes daqueles povos, o que ele necessitava para descrever aquelas partes na sua Geografia.

Ainda na mesma primeira Década, Livro 9, mas capítu III, propósito da Terra Malabar, informa:

«...porque em modo de religião, cada um na vida e ofício segue seu pai, da qual superstição escrevemos em os comentários da nossa Geografia...»

Na Década Primeira, Livro 9, cap. II, dá-nos uma curiosa notícia, que nos mostra que o livro recebido da China, ao qual acima nos referimos, seria uma Geografia daquele Estado. É a seguinte:

«...e na Geografia sua (da China), que houvemos...»

....

«E eu dou-lhe alguma fé, porque um escravo chi que comprei para interpretação destas cousas, sabia também ler e escrever nossa linguagem, e era grande contador de algarismo.»

Portanto João de Barros que mostra não saber o Chinês, teve quem lhe traduzisse a tal geografia da China. Certamente que com a da Pérsia fez o mesmo, o que lhe não seria difícil, porquanto sendo feitor da Casa da Índia e da Mina,

cargo de que só foi aposentado a 16 de Setembro de 1572 ([5]), certamente teria quem soubesse língua Persa para lhe traduzir o tal livro.

Do mesmo modo ali encontrava quem lhe desse bastas informações de que carecia para fazer o seu trabalho, e também encontrou ali os roteiros vários de que, por certo, se serviria.

Na mesma primeira Década, Liv.º 10.º, cap. I, diz:

«Nas ilhas do lago de Barcená ou Celsa há mosteiros de religiosos (como se verá na nossa Geografia).»

Na Década II, Liv.º 8.º, Cap. 1.º, ensina-nos o mestre quinhentista:

«E porque seria cousa mui estranha sairmos do curso da nossa história para concordarmos estas opiniões do trâmite e passagem de Moisés, em o comentário da nossa Geografia o faremos, por ser mais próprio o lugar.»

Também se nos afigura não estar escrita esta parte da Geografia. Quando escreveu o Capítulo 1.º do Livro 8.º da «Segunda Década», porque diz «Em o comentário da nossa Geografia o faremos», empregando o verbo no futuro.

Ainda no mesmo Capítulo do mesmo Livro da mesma Década, Barros escreve, tratando do Mar Roxo:

«Como largamente trataremos em a nossa Geografia.»

Também aqui o verbo está no futuro do indicativo.

Na «Terceira Década», liv.º 6.º, capítulo 1.º, diz-nos o autor:

([5]) António Baião — *Documentos Inéditos sobre João de Barros*, fl. 44 e T. do T. «Doações de D. Sebastião», liv. 29, fl. 155 v.º.

«E porque em nossas Tábuas da nossa Geografia a olho se pode ver a situação desta cidade de Malaca, aqui sòmente pera entendimento da história trataremos da fundação...»

Parece, pois que as Tábuas já estavam feitas, visto que «nelas se *pode ver*», o que dá o contraste com o *trataremos* da fundação, de que, aliás, a seguir vai tratar.

No prefácio da Quarta Década, diz-nos:

«Escrevendo a Geografia de todo o Orbe descoberto e as gentes dele.»

João de Barros, pois refere que trataria na sua Geografia não só da descrição das terras, como dos seus habitantes, seus usos, costumes e comércio, enfim uma Geografia humana naqueles moldes que a moderna ciência a concebe.

Olhando para o documento ora trazido a lume, que encontramos?

Aquilo que se expõe. A preocupação de dar a conhecer não só as terras como os seus habitantes, os usos, os costumes e o comércio de todas as partes tratadas. Trabalho feito a sério que parece dar-nos as premissas da moderna geografia. Porém só trata das Índias. Ora, sabemos que Filipe I (6) mandou comprar a D. Luísa Soares, viúva de Jerónimo de Barros, filho de João de Barros «alguns livros e cadernos que o seu sogro fez de Geografia em pagamento de quinhentos mil réis que lhe erão devidos de seu dote e arras e a ele ter entregues os ditos livros e cadernos por mandado de S. M.de a Lopo Soares secretário».

Manuel Severim de Faria (7) diz que «só pelos cadernos da quarta Década e Geografia, lhe mandou dar quinhentos mil reis».

(6) T. T. Filipe 1 mercês, livr. 3, fl. 471 e António Baião, op. cit., pg. 109.

(7) Manuel Severim de Faria — *Vida de João de Barros*, in «Vários discursos Politicos», 1791, fl. 233.

Pelo documento que citamos vê-se haver livros e a geografia.

Diz-se também no documento referido que a compra, quanto à geografia, foi de *cadernos*. Efectivamente o documento ora em estudo é sòmente um fragmento duma Geografia — a parte das Índias. Foi este documento feito em Portugal, porque, ao tratar de Moçambique (8) diz:

...e outros muitos refrescos e sse concertão aquelles e ho ãao mester e ahy quando *vão* pera a Yndya como quando *vem* deella pera Portugall».

João de Barros, na Terceira Década, livro IV, cap. I, ao tratar do Reine do Preste João diz:

«...Na restituição do qual os nossos que lá ficaram, trilharam todo seu estado; e per informação dos que são vindos, (porque grande parte dos outros morreram nesta guerra, e hoje andam lá), nós compusemos a Geografia daquelas regiões, e houvemos notícia das que daqui em diante escrevemos, e assi do que escreveu Francisco Alvarez, hum sacerdote que foi com o nosso Embaixador...»

No documento que ora se traz a lume diz (9):

«...ho que passarão conta por eystensso ho paadre Francisco Allvarez cleryguo que foy em companhia do dyto Embayxador, do que fez lyvro sobre ssy que anda ymprimido.»

Temos a mesma referência ao livro verdadeira informação das terras de Preste João, já atrás referido, e que foi publicado pela primeira vez em 1540.

(8) Vide pág. 185.

(9) Vide pág. 192.

Na Década III, livro IV, capítulo I, diz-nos João de Barros, em referência ao reino do Preste João.

> «E pero que em a nossa Geografia largamente escrevemos do Estado deste Rey da Abassia.»

Efectivamente, no documento ora em estudo, largamente trata o seu autor desta região, e faz as referências a que aludimos. Este capítulo é totalmente diferente daquele que, sobre o mesmo assunto, encontrámos no Livro de Duarte Barbosa.

Há, enfim, um conjunto de circunstâncias que nos faz poder presumir tratar-se do fragmento da Geografia de João de Barros, mandado comprar por Filipe I à D. Luísa Soares, nora de Barros, viúva de seu filho Jerónimo.

De entre os factos apontados, há um que, na verdade, nos faz pensar na questão de um modo bastante favorável. É a prova que, julgamos, ficou feita de que o manuscrito Fronteira, que ora se traz a lume, foi escrito entre 1540 e 1557, e sabe-se também que Duarte Barbosa morreu nas Filipinas em 1527, com seu cunhado Fernão de Magalhães, no regresso da viagem de circumnavegação. Sabe-se que Barros escreveu uma geografia, vê-se, pelas citações já transcritas, que alguma coisa dela estava feita antes de ter escrito as Décadas, mas que parte estava por fazer. A primeira edição das Décadas 1.ª e 2.ª, é de 1553; a Década 3.ª é de 1563 e a quarta, póstuma, publicada em 1613. Não há notícias, nem consta, que outro escritor tivesse feito naqueles anos uma geografia. Se repararmos e virmos bem a série de informações importantes que nesta obra se contêm, notaremos, por certo, que só pessoa de grande categoria intelectual a poderia ter escrito. Quem, pois, nesse curto prazo de 17 anos entre 1540 e 1557? Qual o outro escritor capaz de a ter feito?

Mas, a ser assim como o problema se está a pôr, como se justifica que um apógrafo dessa obra se encontre no Arquivo Fronteira?

Vamos tentar a explicação, para o que fazemos primeiro um pouco da história do manuscrito da Geografia de João de Barros.

Ensina-nos Severim de Faria ([10]) que em 1591, Filipe I mandou comprar à viúva de Jerónimo de Berros, os cadernos da quarta década e Geografia por quinhentos mil réis, o que se confirma pelo documento já citado, que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e publicado pelo Dr. António Baião ([11]) e mandou que fossem entregues a D. Fernando de Castro Pereira, fidalgo de grandes partes e muito douto nas letras humanas, o qual por falecer daí a pouco tempo os não pôde aperfeiçoar.

Por morte de D. Fernando de Castro, ordenou novamente Filipe I que se recolhessem em S. Roque aqueles originais, com tenção de fazer vir o padre Cristóvão Clávio, da Companhia de Jesus, que então estava em Roma, para dar fim ao livro da Geografia, o que não sucedeu. Parece que depois tratou com o visitador Pedro da Fonseca, também padre da companhia, da possibilidade de, a geografia, ser entregue a dois religiosos doutos e espertos que poderiam servir ([12]). Ao que parece nada de isto se fez, e perde-se, então a notícia do manuscrito.

Vejamos se é possível descobrir quem era o tal D. Fernando de Castro, de que nos fala Severim de Faria, que lhe juntou o apelido Pereira, mas que no documento já citado publicado pelo Dr. António Baião só nos aparece com o nome de D. Fernando de Castro. Certamente deveria tratar-se de pessoa de categoria intelectual e conhecedora das regiões descritas nos tais cadernos da Geografia.

Procurando nas genealogias e na História Genealógica da Casa Real, de D. António Caetano de Sousa, encontra-se:

> D. Fernando de Castro, Capitão de Chaúl, filho de D. Garcia de Castro e de D. Brites de Sá Pereira, que c. c., sua prima co-irmã, D. Isa-

([10]) Op. cit., pg. 231 e segue.
([11]) Op. cit., fl. 41.
([12]) Id. ib.

bel Pereira, filha de D. Luís Pereira e de D. Brites da Silveira, e teve:

1.º — D. Luís Pereira de Castro, que c. c. D. Catarina de Castro, filha de D. Nuno de Mascarenhas e de D. Isabel de Castro, e teve:

D. Fernando de Castro, que serviu nas armadas do Brasil e em Flandres, onde foi coronel de cavalaria, sendo governador daqueles estados seu primo co-irmão D. Francisco de Melo, 1.º conde de Assumar, Marquês de Ilhescas, etc. (13).

D. Francisco
D. Nuno } que morreram meninos.

D. Isabel de Castro, que c. 2 vezes sem geração.

D. Maria da Silveira
D. Lourença de Castro } morreram sem estado, ambas recolhidas em Santa Ana de Évora.

2.º — D. Brites de Castro que c. c. D. Constantino de Bragança, e teve:

D. Francisco de Melo, 1.º conde de Assumar, Marquês de Ilhescas, etc.

D. Fernando de Melo, eclesiástico.

D. Álvaro de Melo, que deixou filhas freiras.

D. João de Melo, religioso.

D. Maria de Castro, que morreu sem estado.

3.º — D. Lourença (14), freira em Santa Clara de Évora.

4.º — D. Garcia (15), frade.

Ora, este D. Fernando de Castro foi do conselho de D. Sebastião e coronel de um terço quando se esperavam os ingleses em Lisboa em 1589 (16), foi capitão de Chaúl, foi pessoa que

(13) D. António Caetano de Sousa — *História Genealógica*. 2.ª ed., vol. XII, parte 1.ª, pg. 446.

(14) e (15) Manso de Lima — *Famílias de Portugal*, vol. 7, s. v. fl. 393.

(16) Manso de Lima — Op. cit., id., ib.

prestou serviços relevantes, esteve na Índia, comandou armadas, era certamente individualidade de alta categoria.

A falta de notícias àcerca re D. Fernando de Castro nos livros da chancelaria, facto que nos intrigava, foi-nos compensada pelo que a seu respeito vimos num outro códice Fronteira cuja cópia é M. VII-16 e que, finalmente nos justificou a falta indicada. Esse códice, também de alta importância intitula-se:

> «Registo da Casa da India de todas as merces, governos, Fortalezas e viagẽes que os reis D. Manuel, Dom João o 3.º, D. Sebastião, Dom Henrique e os tres Phelippes fizerão, e derão a diverças peçoas desde o ano de 1512 atte o de 1629.»

Este códice está já publicado (17).

Ali se encontram, que interesse ao caso, os seguintes registos:

1.º — A dom fernando de Castro genro de dom luis pereira avendo respeito à morte de dom Antonjo pereira seu tio que os mouros mataram na yndia a captania de chaul por tres annos em lixboa a 10 de julho Ioão da Costa a fes Anno de 1576 (18).

2.º — A jorze parejra coutinho a capitanja de chaul em almejrjm a 23 de fevereiro ano de 1578 (19).

3.º — A dom fernando de Castro fidalguo de sua caza que veio da jndia por capjtam da nao guadalupe o ano pasado em companhia do vizorej dom francisco mascarenhas que não vence mais que

(17) Luciano Ribeiro — *Registos da Casa da Índia*. Agência Geral do Ultramar, 1954-1955.

(18) *Registo da Casa da Índia*, n.º 864.

(19) Idem, ibidem, n.º 912.

meio ordenado em lixboa o deradeiro de janeiro joão de torres a fes ano de 1586 ([20]).

Acerca da viagem que se refere este registo, encontra-se no «Livro das Armadas», a pg. 80 o seguinte:

1586 — «E neste ano veio a nau Guadalupe da India em que veio D. Fernando de Castro

4.º — A dom frenando de Castro fidalguo de sua caza a capitanja de sofala pelos seruicos que fes no Rejno e quando foj capitam de chaul. Em lixboa o derradejro de junho, djoguo de souza a fez, 1588 ([21]).

5.º — A dona brjtes de Castro a capitanja de Çofala pera seu cazamento pelos serujços que fes na jndja dom fernando de Castro seu paj e no Rejno na ocaziam da vinda dos jngleses no ano de 89 em lixboa a 7 de outubro francisco de abreu a fes ano de 1591 ([22]).

Por este registo vemos que a 7 de Outubro de 1591 já D. Fernando de Castro era falecido. A mercê que é feita a sua filha e para seu casamento com D. Constantino de Bragança, como já está dito.

Ora, como já atrás se diz, os papéis da Geografia foram entregues a D. Fernando de Castro em 1591, e este não os aperfeiçoou porque morreu daí a pouco tempo.

Mas como poderemos saber que este D. Fernando de Castro estaria em Lisboa nesse ano de 1591?

Vamos ver:

Nos registos Paroquiais de Lisboa — Registo da Freguesia da Sé — Desde 1563 até 1610, vol. 1.º, encontrámos o seguinte:

«Ao meio dia (28-X-1588) batizei a Luiza, f.ª do sõr Dom P.º d'Almeida e da sõra Dona Maria sua molher, os padrinhos são o sõr Dom Nuno de Mascarenhas e Dona Isabel casada cõ Dom Fernando de Crasto. Jorge Perdigão cura da Sée.

Este registo está a fl. 69 v.º.

Se virmos a 4.ª nota que transcremos dos Registos da Casa da Índia, vemos que 30 de Junho de 1588, foi D. Fernando de Castro nomeado capitão de Sofala. Em 25 de Outubro do mesmo ano é sua mulher madrinha de um baptizado em que é padrinho D. Nuno de Mascarenhas, sogro do filho dela, D. Luís de Castro Pereira.

No mesmo Registo da Freguesia da Sé, encontramos o averbamento seguinte:

Aos 18 (Janeiro de 1591) baptisei a Jorge f.º de Bras da Costa, meirinho dos clerigos deste Arceb.do de sua mulher Barbora Correia. Os padrinhos são o sõr Dom Fernando de Castro, a madrinha Innes Correa fafes.

Este registo que está publicado a pg. 315 não tem a assinatura do cura da Sé, porém, pelos anteriores e posteriores, vê-se que era o P. Jorge Perdigão.

Portanto em 18 de Janeiro de 1591, D. Fernando de Castro, estava em Lisboa; logo explica-se que os papéis lhe foram entregues em 1591 e que ele os não tivesse chegado a aperfeiçoar, porque, como vimos, em 7 de Outubro desse ano já não vivia.

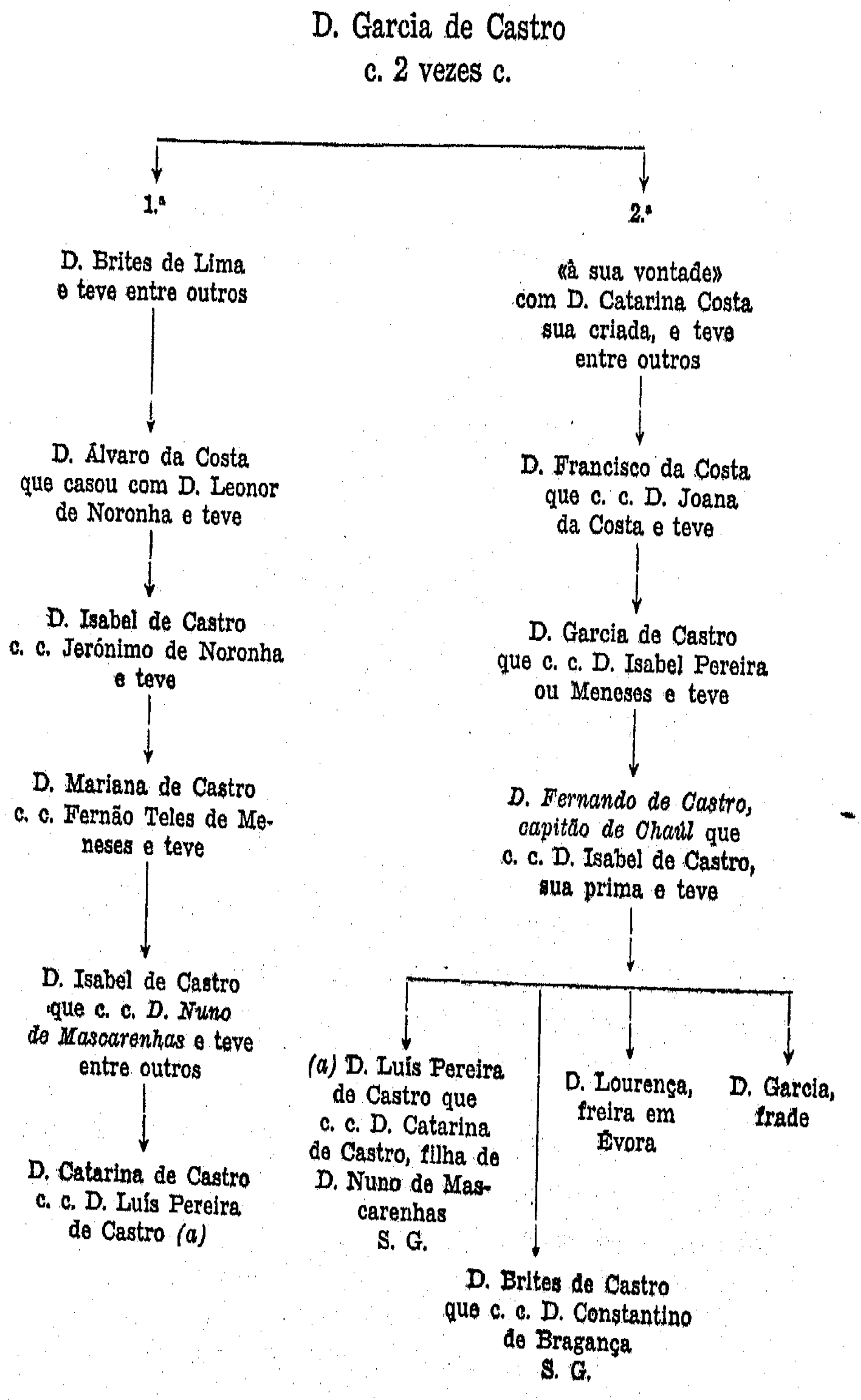
Parece, pois, não ser aventura admitir ter sido a este D. Fernando de Castro os papéis da Geografia foram entregues para aperfeiçoar.

Ora D. Fernando de Castro não só tinha, certamente, relações grandes de amizade com a família Mascarenhas — vêmo-lo a comandar a nau Guadalupe trazendo da Índia o Vice

([20]) Id., ib., n.º 1055.
([21]) Id., ib., n.º 1139.
([22]) Id., ib., n.º 1216.

Rei D. Francisco de Mascarenhas, vemos sua mulher, D. Isabel de Castro ser madrinha ao lado de D. Nuno de Mascarenhas, de uma criança baptizada na Sé de Lisboa, e era parente não muito afastado de D. Nuno de Mascarenhas.

Ora, vejamos:



Vê-se, pois, que, por um lado, D. Fernando de Castro, era primo da mulher de D. Nuno de Mascarenhas, por outro lado era sogro duma filha desse seu parente, D. Catarina de Castro.

Na verdade, uma interligação grande das famílias, Castro e Mascarenhas, além das relações de amizade que, de certo ligaram vários membros dessas famílias.

Num outro documento do Arquivo Fronteira, já por nós publicado na «Colectânia de Documentos acerca de D. Sebastião», e que é o primeiro dessa colectânia — uma Crónica de D. Sebastião, existe uma nota a propósito de uma provisão dada pelo Rei a Martinho Pereira, vedor da fazenda, que o autor da Crónica não copiou no seu manuscrito, mas que queria colocar no seu trabalho definitivo e que diz à margem: «D. Luís de Castro a tem». A Crónica foi escrita em 1626. Este D. Luís de Castro deve ser o filho de D. Fernando de Castro, que casou com D. Catarina de Castro, filha de D. Nuno de Mascarenhas. Isto nos mostra também as relações de intimidade entre a família Castro e o cronista anónimo, infelizmente, de D. Sebastião. Repare-se na série de ligações entre as famílias Castro e Mascarenhas.

Reparemos que, dos dois filhos de D. Fernando de Castro que tiveram filhos, D. Luís de Castro Pereira, e D. Brites de Castro, não houve mais sucessão, a terceira filha, D. Lourença foi freira em Évora, e o 4.º filho, D. Garcia foi frade.

Não é, parece-nos, difícil de explicar a existência nos Arquivos da Casa Fronteira de qualquer espécie que tivesse pertencido a D. Fernando de Castro, ou até que este tivesse facultado a sua cópia ao seu parente e amigo D. Nuno de Mascarenhas.

É evidente que não trazemos à luz um documento que nos diga ser a obra agora publicada, o fragmento da Geografia de João de Barros que Filipe I mandou comprar à viúva de Jerónimo de Barros, D. Luísa Soares. São, porém, tais as coincidências, que vão até ao ponto de se poder explicar como pode esse fragmento encontrar-se no Arquivo Fronteira, que não nos parece audacioso propor a hipótese de ser o documento agora publicado, um primeiro estudo desse famoso trabalho do nosso grande historiador, cuja fama correu o mundo inteiro.

Seja, porém, como for: o documento *sub judicae* é da maior importância e do maior interesse pelas notícias que nos dá.

* * *

Posta, pois, a hipótese da Geografia agora encontrada ser a de João de Barros, pensaremos um pouco quais teriam sido os elementos de que Barros podia dispor para escrever a sua Geografia, na parte das Índias.

O autor das Décadas, certamente teria no estudo geográfico das regiões do oriente certas facilidades.

1.º — O facto de estar dentro da Casa da Índia;
2.º — O facto de ter os estudos relativos às Décadas feitos ou em laboração, o que lhe facilitava o trabalho;
3.º — Até certamente o gosto pelos estudos daquelas bandas que já havia brilhantemente encetado.

O facto de estar na Casa da Índia, punha Barros em contacto com todas as figuras da nossa história ligadas ao oriente. Ninguém estaria, então, em posição mais asada para meter ombros a um empreendimento daquela natureza do que João de Barros. Todas as descrições, todos os roteiros, tudo, enfim, à sua disposição. Conhecia os documentos mais confidenciais, sabia as mais pequenas minúcias, tinha à mão os homens que podiam transmitir-lhe o seu saber de experiência feito daquelas partes da terra.

Dentre os roteiros, escolheria por certo o que melhor lhe parecesse, o que mais informes tivesse, o que menos fantástico se lhe afigurasse, joeirando as informações através do seu espírito calmo, lúcido e sabedor.

A publicação feita pelo Prof. Dr. Augusto Reis Machado do «Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa», facilitou-nos o estudo da correlação que haveria entre este documento e aquele que ora traremos à luz.

Primeiramente fomos estudar o documento de Duarte Barbosa. Procuramos a edição de 1812, publicada por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso no 2.º volume «Colecção de notícias para a História e Geografia das Nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses», da Academia Real das Ciências, e ainda a obra de Giovani Battista Ramuzio, «Della Navigationi et Viaggi», de que encontrámos nos reservados da Biblioteca Nacional, a 3.ª edição de 1563.

Nesta nossa peregrinação encontrámos também no mesmo Arquivo um manuscrito quinhentista, fragmento do trabalho de Duarte Barbosa. Com outro, de igual modo, topámos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Ora, vamos fazer um pouco de história do documento:

Duarte Barbosa, era filho de Diogo Barbosa e cunhado de Fernão de Magalhães. Andou pelo Oriente e escreveu um roteiro, cujo original se desconhece e foi publicado em Veneza em tradução italiana no livro «Della Navigatione et Viaggi de Giovani Battista Ramuzio», acima referido.

Não nos indica o quinhentista italiano onde viu o manuscrito do navegador português, que foi escrivão da feitoria de Cananor, e que, depois da sua volta da Índia para Portugal se retirou para Castela descontente.

Em 1812, Mendo Trigoso procurou traduzi-lo para língua portuguesa, mas porque tinha um manuscrito cujo autor se desconhecia e verificou tratar-se do mesmo roteiro, que identificou por comparação com o publicado por Ramuzio, serviu-se dele, juntando-lhe então em tradução do italiano algumas partes que o seu manucrito não tinha, e indicando entre aspas outras partes que a tradução italiana não comportava.

Como teria chegado às mãos de Ramuzio tão famoso documento?

Vejamos como será possível alguma luz no caso.

No mesmo volume — o primeiro da sua obra — em que Ramuzio publica o documento de Duarte Barbosa, traduz, também o livro do padre Francisco Alvares, «Verdadeira informação das terras do Preste João» e diz num pequeno prólogo que lhe antepõe:

> «Et che questo sia il vero, io ne ho veduto la prova, perció che la copia mandarami dal S. Damiano di Goes...»

Vê-se pois que Ramuzio recebeu a cópia do livro de Francisco Álvares por envio feito pelo nosso famoso cronista Damião de Goes. Já o Senhor Aubrey F. G. Beel, no seu livro «Um Humanista Português — «Damião de Goes». Edições Ocidente 1942, a pág. 25, nos diz:

> «Em Padua relacionou-se com os cardeais Bembo e Sadoleto e conheceu tambem Ramuzio».

Por outro lado, o próprio Damião de Goes nos diz:

> «... remeto o leitor ao livro que fez Duarte Barbosa em lingua Portuguesa, dos costumes de toda a gentes que ha do Cabo de boa Sperança até a China e Leques...» ([23]).

Quer dizer, Damião de Goes conhecia o trabalho de Duarte Barbosa.

Por outro lado, Goes foi amigo íntimo de Duarte Galvão e de António Pinheiro ([24]), tendo conhecido o primeiro na Flandres. Galvão e Pinheiro foram, por sua vez, amigos de Barbosa, de modo que fácil era a Góis obter uma cópia do manuscrito deste último; e, portanto, de a enviar a Ramuzio que, como já se provou, com ele tinha relações, estas até especificadas pelo próprio Ramuzio.

Diz-nos Mendo Trigoso, no prefácio que antepõe à obra de Barbosa em referência ao seu manuscrito, «ter aquele sido escrito por duas diferentes mãos, o que faz bastante diversidade na sua ortografia e mesmo na exactidão da cópia, sendo este sem dúvida até ao meio mais fiel e correcto do que daí por diante».

Mais ao diante diz-nos:

> «O único livro que temos de Duarte Barbosa é este seu livro que agora publicamos, e que foi acabado,

([23]) Damião de Góis — *Crónica de D. Manuel*, parte 1.ª, XLII. Ed. de 1749, pg. 50, col. I in fine.

([24]) António Baião — *História da Literatura*. Góis.

> segundo se diz na Prefação, que vem em Ramuzio, em o anno de 1516. É certo que em o nosso *original ha algumas passagens posteriores a este anno;* mas como por uma parte ele não é autografo, e por outra parte estas passagens não vêm na tradução italiana, *pode-se entrar em duvida se outra mão posterior inseriu aquelas noticias, o que não deixa de ter alguma probabilidade*» ([25]).

Ora, aqui achamos curioso o que nos diz Mendo Trigoso:

Primeiro — o manuscrito de Mendo Trigoso, não é evidentemente um original, visto que é de duas letras e diferentes ortografias;

Segundo — não percebemos a dúvida de Trigoso, quando nos diz:

> «que se pode entrar em duvida se outra mão posterior inseriu aquelas notícias (as posteriores a 1516), o que não deixa de ter alguma probabilidade».

Ora, se Duarte Barbosa declara ter terminado o seu trabalho em 1516, e no manuscrito de Mendo Trigoso há notas de sucessos passados depois desta data, não deve haver dúvida de que alguns acrescentamentos existem no referido manuscrito e estes não são daquele autor.

Também Mendo Trigoso assinala na sua publicação as diferenças entre o seu manuscrito e a edição de Ramúzio, porém o Dr. Reis Machado, na sua edição não faz a mais leve referência a tais diferenças, o que importa.

Diz-nos ainda Mendo Trigoso que Ramúzio: «tomou liberdade de abreviar ou parafrasear alguns periodos, o que em muitos lugares é de tão pouca ponderação — O mesmo deve entender a respeito de algumas transposições, que não influem

([25]) O sublinhado é nosso.

no sentido da obra e que também deixámos de notar por ser um trabalho prolixo e de nenhum fruto» (26).

Não, põe, porém, Mendo Trigoso a hipótese da diferença possível entre a cópia do documento que chegou ás mãos de Ramúzio e aquele que Trigoso tinha. Tal é de admitir se virmos que Ramúzio no prólogo já citado ao livro de Francisco Álvares, nos diz em seguimento da frase já aqui transcrita:

> «... in molti luoghi, diversa del detto libro, stampato in Lisbona...».

O facto, portanto, que o próprio Ramúzio sita no passo transcrito, pode ser, «mutatis mutandis», o mesmo que tenha ocorrido com o manuscrito recebido de Duarte Barbosa.

Mas qual será, pois, a versão mais provàvelmente verdadeira do original de Duarte Barbosa: A que servia de base à tradução de Ramúzio, ou aquela que Mendo Trigoso tinha à mão?

Quer-nos parecer, sem dúvida, de que seria aquela traduzida por Ramúzio, visto que o próprio Mendo Trigoso nos revela a existência no seu exemplar de sucessos acontecidos depois de 1516.

Não conseguimos ver nem a primeira nem a segunda Edições do livro de Ramúzio, pois a Edição de 1563 existente na Biblioteca Nacional é a terceira, e não a primeira, como diz Trigoso.

Citámos ao começa um manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Trata-se de um códice cuja cota — Reservados 9163 (fundo geral).

Este manuscrito que Mendo Trigoso não viu, nem o Dr. Reis Machado também encontrou, é uma terceira versão de parte do trabalho de Duarte Barbosa. Neste, a linguagem difere bastante da do manuscrito de Trigoso. Não comporta todos os capítulos quer publicados por Ramúzio quer publicados por

(26) *Memórias para a História e Geografia*, in prefácio do documento de Duarte Barbosa.

Trigoso. Começa por Mombaça. Neste capítulo, como em muitos outros, há diferença do publicado por Trigoso, assim, no final acrescenta:

> «por dom francisquo Dalmeida primeiro visorey da Índia».

Na versão de Trigoso, que como já dissemos, é cópia do seu manuscrito, tem, no mesmo capítulo (Mombaça), acrescentado em tradução da versão de Ramúzio as frases seguintes:

> «A maneira de Quiloa».
> «Os homens são de cor baça brancos e negros e assim».

Ora na sua edição o Dr. Reis Machado não assinala estas diferenças, nem todas as outras que Trigoso marcou.

Analisemos agora o manuscrito da Torre do Tombo. Encontra-se num códice factício organizado no séc. XVII e que contém:

1.° — O roteiro de Duarte Barbosa (no manuscrito não tem Título, pois faltam-lhe folhas do começo).
  Ocupa, segundo uma numeração que deve ser coeva da organização do códice 158 páginas.
2.° — Uma relação dos governadores e vice Reis da Índia até 1550, — vai de pág. 159 a 162.
3.° — Um roteiro feito por um piloto Genovês que acompanhou Fernão de Magalhães quando descobriu o estreito de seu nome. Vai de págs. 163 a 173.
4.° — Fragmentos de crónicas. — De págs. 175 a 286.

O manuscrito que nos interessa, neste momento, é o primeiro. Encontra-se em bastante mau estado. A primeira folha rasgada, ao meio de alto a baixo. As 25 páginas seguintes gastas e rasgadas no canto inferior direito.

Este manuscrito difere bastante do publicado por Mendo Trigoso, do publicado por Ramuzio e ainda do existente na Biblioteca Nacional. Em muitos casos, até os títulos dos capítulos estão com os nomes indígenas dos lugares, como sucede, v. g. ao tratar do reino de Decan, que no manuscrito de Mendo Trigoso dizia Dequem, no trabalho que ora publicamos diz o reino de Idalcão, e no manuscrito da Torre do Tombo diz Reino de Daquany aportuguesando a forma indígena. Diz no texto que os mouros lhe chamam Reino de Dacany, também assinalado no manuscrito de Trigoso, mas com a forma Daquanil.

Poderíamos citar inúmeras diferenças. Parece-nos, porém inútil. Basta dizer que elas existem. No entanto, pelo longo exame que fizemos a este documento, parece-nos que, de tudo quanto há publicado do roteiro de Barbosa, este deverá ser aquele que mais se aproxime do original, quer pela forma, quer pelos nomes que indica para inúmeros lugares, que os não dá em língua portuguesa, mas na forma indígena, a qual, por vezes procura aportuguesar mudando-lhe a ortografia e nada mais.

Então que concluiu de todo este emaranhado de versões?

Parece-nos dever tirar a conclusão seguinte:

Quer no apógrafo de Trigoso — que muito gostávamos de ver — quer no 9163 Reservados — fundo geral da Biblioteca Nacional — quer no da Torre do Tombo — há diferenças daquilo que se contém na versão de Ramuzio. Como porém este, segundo a nossa hipótese, lhe deve ter sido fornecido por Damião de Góis e por este recebido por intermédio de António Pinheiro, ou da Casa da Índia — lugar onde certamente havia o roteiro de Barbosa — ou (quem sabe até?) se Góis teria conhecido Barbosa porque este só foi para Castela entre 1516 e 1519 — por quanto na primeira data terminou o roteiro e na segunda embarcou com Fernão de Magalhães, seu cunhado para a viagem de circumnavegação, na qual veio a morrer em 1521 nas Filipinas — e Góis teria então entre 14 e 17 anos, era um estudioso e com a sua estada na corte, conhecia fàcilmente todas as pessoas que por ali passavam; o manuscrito, dizíamos que serviu para a versão de Ramuzio deve ser o mais digno de fé, como sendo copiado do original de Barbosa, sendo

de notar a forma do manuscrito da Torre do Tombo como atrás se diz.

Comparando agora o trabalho que ora se publica com o publicado por Mendo Trigoso ,e com o apógrafo da Biblioteca Nacional e com o da Torre do Tombo verificamos fàcilmente em muitos pontos uma semelhança grande na doutrina, porém com uma forma literária diversa, muito mais aperfeiçoada e composta que nos mostra bem a mão de algém que muito bem sabia escrever a língua portuguesa.

Encarando agora o problema da possibilidade de se tratar do fragmento do esboço da Geografia de João de Barros, perguntamos:

Como seria possível a João de Barros, que nunca foi ao Oriente — sòmente foi à feitoria da Mina e ao Brasil — escrever uma geografia e, no caso *sub judicae*, a Geografia das Índias?

Intuitivamente se responde: Servindo-se dos roteiros, dos relatórios, dos depoimentos verbais, do tal livro da Geografia da China e da Pérsia, do escravo chin que comprou e, porque estava da Casa da Índia, de toda a gente que daquelas paragens orientais vinha e a quem encheria de perguntas e consultas para bem se identificar e instruir na matéria que procurava tratar.

Correndo os roteiros, o mais completo que encontrava era o de Duarte Barbosa, para o seu caso. Assim, isto, foi por certo, um dos trabalhos que lhe serviria de base para o seu estudo. A noção de plágio e de propriedade literária não existia, ao tempo. Nada mais lhes restava do que pegar no roteiro mais perfeito, adaptá-lo à sua maneira de escrever, expurgá-lo daquilo que lhe parecesse supérfluo ou duvidoso ou fantasista; acrescentar-lhe tudo quanto mais soubesse, e tinha o esboço da sua obra.

O último capítulo do manuscrito ocupa-se das medidas da terra e do astrolábio.

Já dissemos que este capítulo é tirado de João de Lisboa. Para quê? Que interesse pode ter, juntá-lo a todo aquele descritivo anterior?

Ora, João de Barros, no livro IV da Década 1.ª, capítulo II, pg. 135 diz, referindo-se ao astrolabio:

> «...pois que em a nossa Geografia largamente trataremos desta matéria em os primeiros livros dela...»

É evidente que não podemos afirmar categòricamente que o manuscrito ora publicado é, sequer, o esboço da geografia do genial autor das Décadas da Índia. O que, porém, é certo, é que pode ter probabilidades de o ser. É pois de notório interesse a sua publicação.

Podíamos fazer muitas mais comparações com o que se diz nas Décadas, podíamos fazer a nota de muitas mais referências, existentes nessa magnífica obra de Barros, à sua Geografia, umas que mostram não estar feito o estudo referido para a geografia quando escreveu o plano das décadas, outras em que dá a indicação de estar essa parte da geografia já tratada. Não é porém necessário. O que é certo, é que o documento ora publicado tem, na verdade, um grande interesse. Isto justifica a sua publicação.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO DE ALBUQUERQUE — *Cartas de* — Edição Clássicos Sá da Costa.

ANTÓNIO BAIÃO — *Documentos inéditos sobre João de Barros.*

D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* 2.ª edição.

ANTÓNIO DE MORAIS SILVA — *Grande Dicionário da Língua Portuguesa.* 10.ª edição. Editorial Confluência. No texto designado por Dic. Morais.

CORREIA GARÇÃO — *Obras Poéticas.* 16.ª edição, 1778.

DAMIÃO DE GÓIS — *Crónica de D. Manuel.* Edição de 1749.

DIOGO DO COUTO — *Da Ásia.*

DUARTE BARBOSA — *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no oriente.* Edição da Agência Geral das Colónias, 1946. O mesmo, na edição da Academia Real das Ciências, dirigida por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, 1812, *in* «Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses».

O mesmo documento na tradução italiana de João Baptista Ramuzio, incerto no seu volume «Navigationi et Viaggi». Edição de Veneza, 1563 (3.ª ed.). Biblioteca Nacional — Reservados.

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA — *História da Índia.*

GARCIA DE ORTA — *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia.* Ed. da Imprensa Nacional.

GASPAR CORREIA — *Lendas da Índia.*

GIOVANI BATTISTA RAMUZIO — *Il Viaggi di Giovani Leone e le Navigazoni.* Veneza, 1837.

JOÃO DE BARROS — *Ásia.* Edição da Agência-Geral do Ultramar. Lisboa, 1945.

JOÃO DE LISBOA — *Tratado da Agulha de Marcar* (copiado e coordenado por Jacinto Inácio de Brito Rebelo). Lisboa, 1903. Imprensa Libânio da Silva.

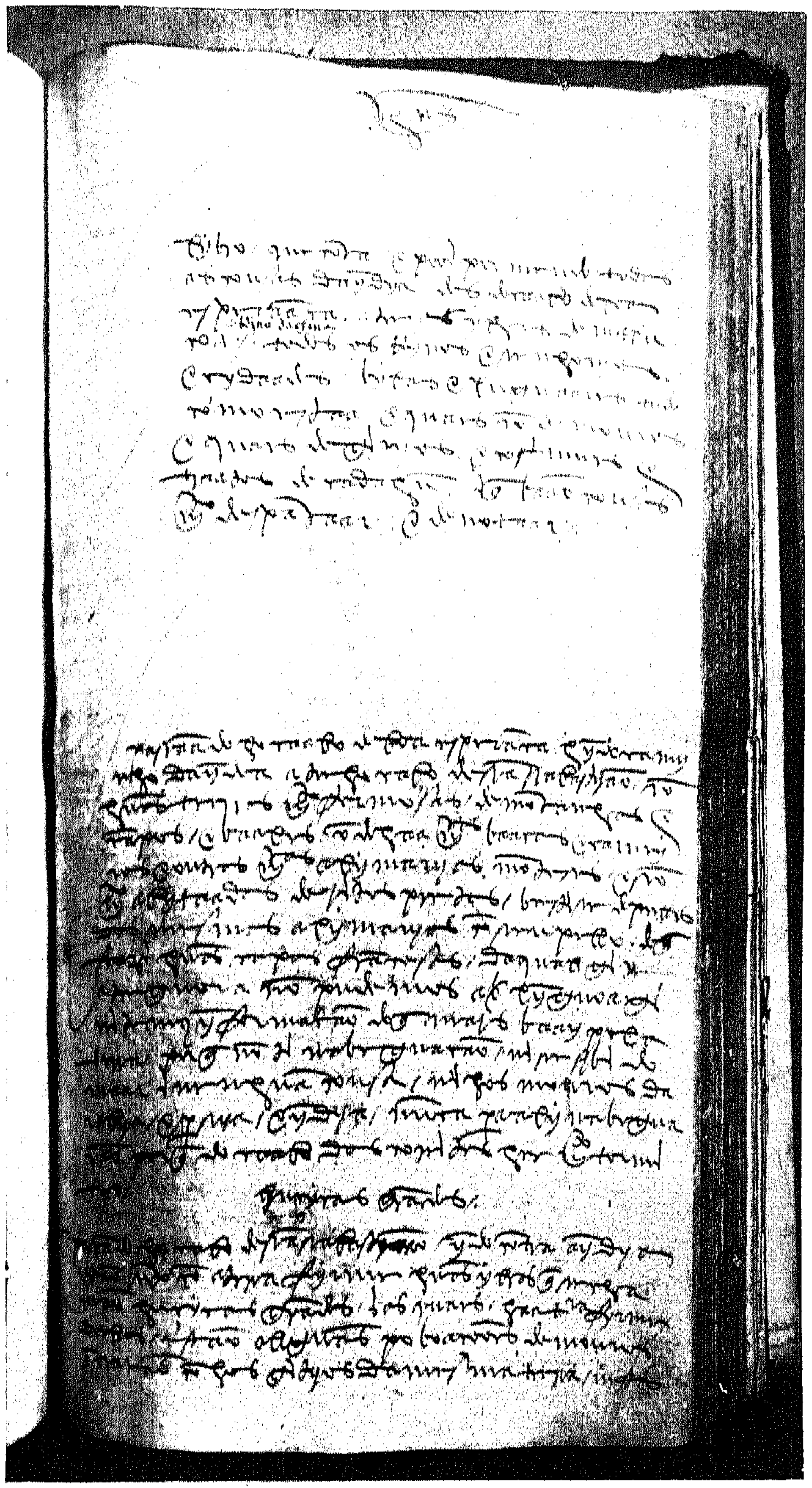
LUCIANO RIBEIRO — *Registos da Casa da Índia.* Edição da Agência-Geral do Ultramar, 1954-1955.

MANSO DE LIMA — *Famílias de Portugal* (Manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa) e edição dactilografada feita pelo Dr. Frederico Gavazza Perry Vidal.

MANUEL SEVERIM DE FARIA — *Vida de João de Barros, in* «Vários Discursos Políticos», 1791.

VISCONDE DE LAGOA — *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina.* Edição da Junta de Investigações Ultramarinas, 1954.

Nas citações, *in* texto, designado por «Glossário».



Primeira página do manuscrito

Códice Fronteira — M-VII-4 — fls. 192 a 286.

Lybro que conta e poõe por meudo todas as cousas da Yndya des do Caabo da Boa Esperaanca atee as ylhas de Maluco e Reino da China todos os Reinos e ssenhorjos e çidaades vylas e luguaares tudo como estaa e quaes ssom de mouros e quaes de gentjos e costumes e traatos de cada hũ em que vaão cousas muito despantaar e de notaar (1).

Passaãndo o caabo de Boa Esperaanca hyndo camjnho da Yndia atee ho cabo de Ssam Ssabastyão ssom huãs teerras muito fermosas de montanhas e campos e baaxos onde haa muitas vaacas e carnejros e outras muitas alijmarjas montesses e ssom muito abytaadas de gentes pretas, veestense de peelles das mesmas alijmarjas com seu pello de que faazem huãs capas francesas, da qual gente atee guora nom pudemus aver lynguoagem nem temos ynformação do que majs vaay pola terra, porque nom tem naveguaçao, nem sse seruem do maar em nenhuã cousa, nem hos mouros dArabia, e Perssia e Yndja nunca per^a aly naveguarão porque do caabo das correntes hee muito tormentoso.

HUÇYRAS GRANDES

Em passando ho caabo de Ssam Sabastijam yndo contra a Yndya estão junto com a terra fyrme huãs ylhas que sse chamão Huçyras Grandes em as quaes haa terra fyrme deellas estão allguãs povoacoões de mouros que tratão com hos gentjos da mesma terra, nestas ylhas sse acha muito ambar que hos mesmos mouros apanhão e assij alljofar muito meudo ho quall elles nom ssabem pescar nem apanhaar porque ho que tjrão aassão e cuzem as ostras com que elle estaa fazemno ruijvo e quejmãno e dyzem que sse ho soubeessem concertaar que ho averya tão bom como se tyra nas outras partes da Yndya que adyante faraa menção e largamente.

---

(1) Este título não aparece na Edição do Livro de Duarte Barbosa, publicada pelo Dr. Reis Machado.

REINO DE ÇOFAALA

Em passando estas ylhas yndo camjnho da Yndja que sse coorre toda coosta, a xviij ou xx leguoas estaa hũ rio muito grande dentro do quall estaa huã poboação de mouros que se chama Cofaala e juntto della tem ell Rej nosso senhor huã fortaleza haa muito tempo que estes mouros aquy povoarão por causa do grande traato douro que tem com hos gentjos da terra fyrme, falão arabya e tem rej ssobre ssy tambem mouro ho quall estaa aa obedyencya dell rey nosso senhor, a manejra do traato destes hee que a elles vem pelo maar em pyquenos navyos a que chamão zambucos (2) do reyno de Cambaya e do Rejno de Quyloa e Melljnde Monbaça muitos panos dallguodão pyntaados e brancos e azuys e ssedas e contas de Cambaya que ssom de muitas cores as quais mercadoryas os dijtos mouros lhe paguão em ouro e os vendem despois de sseu vaguar aos gentyos da terra polo sartãao que vem de Benamatapa (3) carreguados douro e lho dão a troco das dytas cousas sem pesso e faazem tambem sseus partydos que guanhão com os dytos gentyos cento por hũ que em tam pouco tem o ouro e em tanto estoutras cousas.

Tambem coolhem estes mouros muito marfym que haa hoo redor de Cofala que vendem pera ho reyno de Cambaya onde vaall muito e vendem lhe ho quãntaall a cynquo e ssejs cruzados tambem lhes vendem muito ambar que lhes vem das dytas Ylhas Huçyras, Som estes mouros de cor pretos e braancos, seruensse da lynguagem da teerra pola moor parte que hee dos gentios.

Coobremsse da çynta pera baixo com panos dallguodão e de seeda e trazem sobraçaados outros paanos da mesma maneyra a maneyra de capas, e footas (4) nas cabeças e alguũs delles carapucynhas de quartos de lãa de muitas cores e muito fynos, e, de chamalotes (5) e outras ssedas.

Seus mantymentos hee mylho e arroz e boas carnes e pescaados saaem neste ryo ao maar, muitos cavalos marynhos e vem a pacer aa teerra e tem dentes como alyfante, dos quaes tambem fazem marfim muito alluo e que nom perde a cor.

Haa nesta teerra mujtos alyfantes hoo redor desta cofalla bravos muito grandes e muitas omças e çeruos hy outras muitas alymaryas monteses. Hee terra de campos e montanhas. Fazem aguora nella nobamente muitos allguodoões ho quall fyão e tecem e por que ho nom sabem tingir ou por nom terem cores tomam panos azuis pyntados de Cambaia e desfyãonos e tornão a juntar em hũ novello e misturãno com ho seu

---

(2) O mesmo que Sambucos — este do árabe *Sambuq* — pequena embarcação costeira da Índia. Dic. Morais S. V.

(3) E o Monomotapa.

(4) Do árabe *fute* — turbante mourisco. Dic. Morais S. V.

(5) Do latim medieval *Camelotum* através de uma forma francesa — tecido de lã de camelo. Dic. Morais S. V.

branco e fazemnos pyntados por que hão grande ssoma douro e buscarão estes remedjos despoys que hos purtuguesses lhes tolherão a naveguaçao e traato que ssoyão ter com hos ssobredytos e vyr tudo por has feytorias que laa El Rey tem, em sua fortaleza.

HO GRANDE REJNO DE BENAMATAPA (6) QUE ESTAA PERA HO SSARTÃO DE ÇOFALLA

Emtrando desta teerra de Cofaala pera ho seertaao estaa ho rejno que chamão bennamatapa que he muito grande ssom todos gentjos a que hos mouros chamão cafres (7) hee gente preta andão nus da çynta pera cyma e pera bayxo deella cobrensse com paanos dallguodão e allguns com peeles dalymaryas monteses que hos maays onrraados trazem arreestrando pelo chaão a maneyra raabos e fazem geytos com hos coorpos com que fazem rabeaar muito os dytos raabos e tem ysto por gentyleza. Trazem espadas em baynhas de paao lyaadas com ouro e outros metaaes dependurados aa maão esquerda como nos em huãs cyntas pyntaadas de paano e tem ssuas boorlas dependuradas, tudo a moodo de gualantarya. Trazem aarcos nas maaos e outros azaguayas. Os arcos não são tão compridos como dyngreses nem tam curtos como truquesees. Trazem tyros muito grandes e muito bem obrados ssom hoomens de guerra e mercadores. As molheeres enquanto ssom moças andam nuas soomente cobrem suas partes vergonhosas com paanos dallguodão e como ssom casadas hy ão filhos lanção outros paanos por çyma dos peytos.

ZIMBOACHE

Vyndo maays contra ho ssertão a xv jornadas de Cofalla estaa huã grande povoacão a que chamão Zymboaque. Hee de casas de madeyra cubertas com palha. Estaa neella muitas vezes o rey de Benamatapa e ho propyo e pryncypal assento sseu na cydade de Benamatapa. Desta trazem todo ho ouro a Cofalla o quall aly doutras partes longe contra ho cabo de Boa Espraança. Doutro reyno que hee ssogeyto a este como tem outros muitos reynos que lhe ssom sogeytos. A este rey de Benamatapa que hee muito grande senhor e destes hee contyno seruydo de muito grandes presentes e os trazem primeiro que lhos apresentem descubertos pola cydade atee cheguarem a huã casa allta onde elle estaa e hos ve por huã janella e vistos os manda leuar daly. Ssem ho veer ssoomente ho ouvem falar e despoijs devaguar manda chamaar as pesoas que lhe os presentes trazem e ssom com breuydade despa-

---

(6) Monomotapa.

(7) Do árabe *Kafir* — habitante ou natural da Cafraria. Dic. Morais S. V.

chaadas. Este rey traz continuadamente no campo um capitão a quem chamão ssõno. Com grande ssoma de gente darmas e com ella cynquo ou sseys myll molheres que tambem os tomão e pelejão. Este capytão servese com esta gente, de apaçyfycar e ssogyguar (8) os reys ssogeytos que allguãs vezes sse alevantão.

Este rey de Benamatapa manda cada anno muytos hoomens honrrados por sseus reynos e ssenhoryos a daar foguo novo por onde sse moostra sse estão a ssua hobedyençya ou não a saber cada homem destes chegua a huã cydade e como chegua em nome do dyto rey faaz apaguar todo o foguo daquele luguar e como ssom todos apaguados vemno tomaar da maão daquelle que estaa em nome dell Rey e entam açendem sseus foguos em ssynaall de hobedyencya e ha vyla ou cydade que ysto assym faaz hee acusaado por alevantaado e vaay loguo ho dyto capytão ssobre elle e aas vezes os destruy ou os torna aa obedyencya dell Rey. Este capytão com ssua gente coomem aa custa dos luguares onde he açerta amodo de descryção, como em Ytalya. Sseus mantymentos ssom carne arroz myllho y outras muitas cousas que haa na terra.

CUAMA (9)

Hyndo de Coffalla pera Mocambyque a sessenta leguoas deella estaa hũ ryo grande que sse chama Cuama que dyzem que entra contra Benamatapa majs de cento e ssetenta leguoas em a boca do quall ryo estaa hũ luguaar de mouros que hee sseu nome Cuama tem hum rey mouro a que chamão Mongualão. Por este ryo vem muito ouro a este luguar e vem de Benamotapa e deste ryo sse faaz outro braaço que vay ter Aanguola (10) por onde sseos mouros seruem com *allmeadyas* (11) em que trazem os panos hy outras muitas mercadoryas dAnguoia e do reyno de Benamatapa lhe trazem muito ouro e muito marfym.

AMGUOXA

Passando este ryo de Cuama a cento quarenta leguoas delle polla coosta contra a yndya estaa huã poboação de mouros que hee sseu nome Anguoxa. Tem rey mouro ssobre ssy e ssom estes os majs delles mercadores tratão com ouro e marfym e muitos panos de sseda e dallguodão e contas de Cambaya assy como ssojão de fazer os mouros de Cofalla

(8) De *Sujar* — sojigar ou Subjugar. Dic. Morais S. V.

(9) São os cuamatos.

(10) Este Aanguola é Anguoia ⟶ Angoche.

(11) Embarcação asiática e africana, de uma peça inteiriça, muito comprida e estreita; espécie de canoa. Dic. Morais S. V.

as quaes mercadoryas lhes trazem os mouros de Çylloa e de Mombaça e Melynde em navyos pyquenos a que chamão zambucos escondydamente dos nossos navyos que guardão estas coostas todas e tomão os que achão e dally levão grande ssoma de marfym e ouro em retorno dos dytos paanos neste luguar de Guola haa muito mantymento darroz e milho e de muitas carnes. Ssom os homeens pretos e delles baaços e amdão nus, soomente coobrem ssuas verguonhas da çynta pera bayxo com paanos delguodão e de sseda e trazem outros paanos ssobraçaados a maneyra de capas e delles trazem footas em as cabeças e outros huãs carapuças de quartos de paanos de sseda fallão a lynguoa da teerra que hee dos gentyos allgũs delles faalão arabjo. Estes estão allguãs vezes aa obedyencya dell Rey nosso senhor e outros não por estaarem muito afastaados das nossas fortalezas.

MAÇAMBYQUE

Passaando este luguar danguoxa contra aa Yndia estão perto da teerra tres ylhas aantre as quais estaa huã povoaada de mouros que sse chama macambyque, a quall tem hũ porto muito bom, onde todollos mouros naveguantes que pera Cofaalla e Cuama e Anguoja naveguão fazem ssuas escaalla e sse provem de augua e outros mantymentos e correegem sseus navyos, aantre os quais avia hũ xarife que os guovernava e tynha a djreito. Ssom estes da lynguoa e costumes de Cofaalla e Anguoja. Nesta ylha tem ell Rey nosso senhor huã fortalleza e estão os dytos mouros debayxo de ssua hobedyençya e guoverno. Nesta ylha tomão as nossas naãos augua e lenha e outros muitos refrescos e sse concertão aquellas e ho aão mester e assy quando vão pera a Yndya como quando vem deella pera Purtuguall (12). Deste luguar mandão provimentos a Çofaalla aas nossas gentes que neellas estão assy das cousas que vam de Purtuguall como das que vem da Yndya.

Na Terra Fyrme desta ylha haa y muitos alyfantes e grandes. Hee abytaada de gemtyos que andão nus e barraados com baarro vermelho e trazem ssuas naturas embrulhadas em panos azuys dallguodão sem outra nenhuã cubertura. Trazem os beyços furaados de tres furos um cada beiço e dependuraados e metydos nelles hũs 'oossos e pedrynhas y outros brynquynhos muitos.

(12) Esta redacção mostra que este trabalho foi feito em Portugal, pois que diz: «quando *vão* pera a Yndia como quando *vem deella pera* Purtuguaal. Isto não é conforme o que, no mesmo capítulo está no Livro de Duarte Barbosa, que diz: «...Tomam neste porto as nossas naus água e lenha e mantimentos que há na terra, e nele se carregem as que o hão mister, assim quando vão como quando vêm...». Não é esta forma clara como a outra: quando vão para a India, como quando veem para Portugal.

QUYLOA

Passando este luguaar pera contra a Yndya estaa huã ylha junto com a teerra fyrme que sse chama Quyloa em a quall estaa huã vyla de mouros que tem muito fermosas casas de peedra e caall e muito aalltas com muitas janellas aa gujsa e maneyra das nossas poortas lavradas de muito ryca maçenarya. Tem muitas ortas e muitos pumares. Tem rey sobre ssy. Tratavão daquy com hos mouros de Cofaalla e toda a Arabya fellys que daquy por dyante podemos chamaar por que polla rybeyra do maar hee muito povoaada aquella terra toda de muitas vyllas e cydades de mouros e antes que hos portugueses descobryssem esta teerra hos mouros de Cofaalla e Cuama e Anguoja e Macambyque estavão aa bodyencya dell Rey de Cuyloa que era grande rey amtre elles. Nesta vyla avya muito ouro por nenhũs navyos nom passavão pera Cofaalla que nom viessem a esta ylha e assy ho fazyão aa tornada. Estes são mouros baaços e delles pretos e delles brancos. Ssom muy bem atavyados de rycos paanos douro e de sseda e dallguodão e as molheres tãobem ho mesmo e com muito ouro e prata em cadeas e muitas manylhas nos braços e nas pernas. Faalão arabyo tem a ley de Mafamede ho quall rey por nom querer ser hobydyente a ell Rey nosso senhor lhe tomarão os portugueses ho lugar per força, onde ouve grandes despojos e gente muita catyva. E ho rey sse foy foora da ylha e ell Rey nosso senhor mandou ay fazer huã fortalleza e os meteo debayxo de sseu poder e guoverno per que sse tornou a povoaar dos mesmos mouros e quall fortalleza tornou a mandar desfazer ho dyto senhor porque nom achou per cousa proveytosa ssostentalla ally e vem a elle ter muitas vezes naaos nossas quando vem de Purtuguall onde dellas recebem muitos guasalhaados e lhes daão muitos mantimentos por sseus direitos.

MONBAAÇA

Pasando este Quiloa yndo polla Coosta darabya felix comtra ha Imdia peguada em a terra firme estaa huã Ilha em que estaa huã cidade que chamão Monbaça. Muy grande e de mujto fermosas casas muy alltas de pedra e call e muy bem arruada e a madeira de muy fermosa maçanaria e tem rey sobre sy e dão as molheres muy bem ataujadas com panos de sedas. He luguar de muy grã trato de mercadorias. Tem mui bom Porto omde sempre haa mujtos navios asy dos que vem pera Çofalla como outros que vem de cambaya e outros de Melinde e outros tambem que naveguão per as Ilhas de Zimzibar e por a Manfia e pembas, de que ao diamte fallarey muito larguamente. Esta Mombaaça he terra muy farta, de mujto grandes carneiros e muy fermosos de sus rabos remdemdos [13] e mujtos outros e muitas vaquas e

[13] Redondos.

gados e cabras tudo mujto gordo e muito arroz e milho e asy mujtas laranjas doces e agras [14] e limois e romãs e figuos da Imdia e toda ha ortaliça e muito boas aguoas, Ssão homens que as vezes tem guerra com as gentes de terra firme e outra paaz. Tratão com elles de que recolhem mujto meell e çera e mujto marfym ho qual rey for não querer hobedeçer a ell Rey noso senhor lhe foy tomada ha çidade pollos nossos portugueses por força darmas e o dito rey fugyo e lhe tomarão mujta gemte e matarão e ouuerão mujtos despojos e foy a dita çidade roubada e destroyda e queimada do qual despojo fycou muyto ouro e prata em cadeas e manilhas e barçeletes e orelheiras e contas e mujto coobre e marfym e mujtos panos douro e seda e mujtas outras mercadorias de mujto preço.

MELIMDE

Pasando esta çidade de Monbaaça pera Ymdia estaa loguo não muy longe della ao longuo da Coosta huã muy fermosa çidade asemtada em ha terra firme ao lomguo de huã praya que chamão Melimde, ha quall he de mouros e tem rey mouro. Esta he de muy fermosas casas de pedra e caall de muytos sobrados com suas janellas e terrados. He muy bem armada, as gentes della são branquas e andão nuus, somente da cinta pera baixo se cobrem com panos dallguodão e de seda, outros trazem sobraçados como capas hũs panos grandes trazem footas nas cabeças de muy riquos panos de seda. São grandes mercadores. Tratão em panos e em ouro e marfym, cobre, azougue e em outras muytas mercadorias com os mouros e gemtios do reyno de Cambaya que ao seu porto vem com mujtas naos carreguados de mercadorias os quais mouros que asy vem de Cambaya lhe dão panos a troquo douro e de marfim e çera em que achão muy grande guanho asy homens como molheres. Nesta cidade haa muitos mantymentos e muytas fruitas tem muitos pumares e mujtas hortas. Aquy haa muitos carneiros de rabada, e mujtas vaquas e cabras e mujtos gados, laranjas muito doçes. Este rey e mouros forão sempre muy amiguos e servidores dell rey noso senhor e sempre no luguar achamos mujta prestança e mujta paaz.

A FERMOSA ILHA DE SÃO LOURENÇO

Ao traves destes luguares ao maar delles estaa hua muy grande Ilha que se se chama São Lourenço a qual he povoada de gentyos pollo çertão della estão allgũs luguares de mouros. Esta tem muytos Reis, asy mouros como gemtyos. Haa nela mujtos mantymentos darroz e mjlhos e asy muitos laranjos e limois. Haa tambem muyto gymgyure de que se não seruem senão de o comerem.

[14] O mesmo que acres — azedos. Dic. Morais S. V. acre.

São homens que andão nuus somente cobrem suas verguonhas com panos dallguodão, Não nauega njnguem a elles, nem elles a njnguem, tem muytas aallmaadias de que se seruem de seu pesquar ho longuo da Coosta. São homẽs baços tem linguoa sobre sy, tem mujtas vezes guerra hũs com os outros. Suas armas são azeguayas mujto sotys com seus feerros muy bem obrados e darremeso ferem. Trazem nas mãos mujtos daquelas cada hũ. São homens mujto lygeiros e manhosos no arremesar, Haa antre elles prata baixa. Seu primcipall mantymento he ynhames, he terra mujto vicosa e fermosa e de muy grandes rios. Tera esta ylha de comprido ao lomguo da costa de Cofalla comtra Mjlinde trezentas leguoas. Haa della ha terra firme Lxx legoas.

ILHAS DE PENHA, MANFIA, ZINZIBAR

Amtre esta jlha de São Lourenço e a terra firme não muy lomge della estão tres jlhas. Huã se chama Manfia e outra Zinzibar, e outra pemba, as quais ilhas são pouoados de mouro e são muyto viçosas de muytos mantymentos darroz e mjlho carnes em muita abastança tem muitos laranjos e lymois e cydras, os maatos são todos elles disto e tem tambem mujto açucar e não no sabem bem fazer. Estas ilhas tem cada huã seu Rey e os moradores dellas tratão em ha terra fyrme com seus mantimentos e carnes e fruitas. Tem hũs nauios mujto pequenos e fraquos, a que chamão zamguquos e mall feitos e sem cuberta, de hũ soo maasto, e toda ha madeira liada com tamiça a que na Imdia chamão cairo. A veella he desteira de pallma. He gente mujto fraqua e de muy pouquas harmas, os reis viuem em estas ilhas muy vicosamente, esta gente se veste de muy bõs panos de seda e dellguodão. Em Monbaça comprão os mercadores mujto maarfym e tambem nestas jlhas as molheres tem muitas gorjas de suas penas douro de Cofalla e de prata a saber em orelheiras (15) e cadeas de pesquoço e em Barçelletes e mujtas manjlhas assy nos braacos como nas pernas e vestydos de muy boõs panos de sseda. Estes mouros tem muitas myzquytas e oorão em ho allcoraão de Mafamede.

PATEM

Em cantoque paasão Melynde pera contra a Yndya comeeção datrabessar ho gullfão por que ha coosta vaay dobrando contra ho maar Royxo hyndo pola coosta hoo longuo deella estaa hũ luguar de mouros que sse chama Patem e majs adyante estaa outro luguar de mouros que sse chama Carnom, todos estes tratao com ho gentjos da terra. Ssom luguares foortes muraados de peedra e caall porque aas vezes tem gueerra com hos gentyos que vyuem pollo ssertaão.

(15) Brincos.

A VYLLA DE BRABA

Em canto que paassão estes luguares hoo longuo da coosta estaa huã vylla de mouros cercaada de muros. Hy hee de multo boas casas de peedra e caall. Hee sseu nome braba, nom tem rey e guovernasse pollos majs veelhos da vylla e majs onrrados, hee lugar de muito trato. Foy destruydo polos purtugueses e lhe matarão muita gente e catyvaarão muitos e tomousse muita ryquesa douro e prata e outros muitas e muito ricas mercadoryas da quall fogjo muita gente pera ho sertaão e despoys a tornarão a poboar por os purtugueses a deyxaarem loguo.

MAGUADAAXO

Partindo desta vyla de Braba yndo polla coosta contra ho maar Rouxo estaa huã muito grande e fermosa vylla que hee sseu nome maguadaxo. Hee poboada de mouros e tem rey mouro ssobressy hee luguar de grande trato e de muitas mercadorjas aquy vem muitas naaos do reyno de Cambaya e daando com muitos panos de sseda e de toda ssorte com outras muitas mercadoryas e especyaryas, daquy desta cydade levão mujto ouro e marfym e cera e outras muitas cousas de que sse elles aproveitão haa nelle muitas carnes triguo cabaallos e todallas cousas. Hee luguar muito rico. Faallam todos arabja ssom hoomens baacos e pretos e allguns delles brancos. Tem poucas armas seruensse de tjrar com freechas cebaadas pera sse defenderem de sseus ymmyguos em os hofenderem.

AFŨ

Passando este luguar e vyla de maguadaxo yndo pola dyta coosta estaa hũ luguar pyqueno de mouros que he sseu nome afũ no quall haa muitas carnes e muitos mantymentos. Hee luguar de poucos tratos e nom tem Porto.

HE CAABO DE GUARDAFUY

Passando este luguar estaa loguo ho cabo de guardafuy onde a coosta faaz fym e torna a dobraar pera ho maar Rouxo ho quall cabo he na boca do streyto de Meeca onde todas as naaos que vem das Yndyas e do reyno de Cambaya e de Chaul e daabull (16) e de muitas partes da Yndya e de Mallaca e de çamatra e de Pegu. Todas vem demandaar este cabo, e daquy entrão pera dentro com ssuas mercadoryas deelles

(16) É Dabul.

vaão pera Aadem e dellas pera Barboca (17) e Zeylla (18) e Judaa (19) porto de Meeca as quais naaos as armadas dell rey nosso senhor aquy vem aguardar nesta paragem e os tomão porque levão as mercadoryas defesas por ho dyto senhor a estas partes do maar Rouxo.

MET (20)

Tamto que dobrão este cabo de guardafuy pera demtro do maar Rouxo, estaa loguo per todo dyto cabo hũ luguar de mouros que hee sseu nome Met nom muyto grande onde haa muitas carnes. Hee luguar de pouco trato.

BARBOCA

Passando este luguar hyndo pola coosta estaa hũ luguar de mouros que haa nome Barboca, omde vem muitas naaos dAadem e de Cambaya com muitas mercadoryas e levão daquy muito ouro e marfym hy outras muitas cousas e muitos mantymentos e carnes e mell e çera. Hee teerra muito farta ho quall luguar foy tomaado pollos purtuguesse dos quaes sera capytão moor do mar Antonio de Ssalldanha e tomoua no anno de IV e XIX (21) anos e dally sse veo a ormuz a concertar ssua frota.

A VYLLA DE ZEYLLA

Passando esta vyla de Barboca yndo pera dentro da coosta estaa outra vylla de mouros que he sseu nome Zeylla. Hee tambem luguar de muyto trato onde vem muitas naaos com muitas mercadoryas. Hee vyla arruada e de muito boas casas, porem as majs deellas ssom de palha a gente comũa hee preta pola moor parte, tem muitos caballos, cryão muito guado de toda ssoorte de que hão muitas manteyguas. Haa tambem nesta teerra muito e bom trigo e mylho e cevada e fruytas muitas de que levão muito pera dande este luguar foy destruydo e queymaado polas nossos portugueses e quando a nossa gente ssayo em teerra erão todos fugydos e por ysso nom ouve muito despojo por que ho levaarão conssyguo os mouros. Tomousse na era de v e xvij annos (22).

---

(17) É Barborá.

(18) É Ceilão — Glosário S. V.

(19) É Gidá, na costa árabe do Mar Vermelho. — Glosário S. V.

(20) É nas cartas modernas Burnt Islet. — Glosário S. V.

(21) Na Edição do Livro do Dr. Reis Machado diz 1518. No Manuscrito 9163 da Biblioteca Nacional, também está 1518. O que se publica refere 1519.

(22) O Manuscrito já citado da Biblioteca Nacional, como a Edição do Livro, do Dr. Reis Machado, dizem «por Lopo Soares».

DALLACA

Pasando este luguar que chamão zeila jmdo pera demtro de lomguo da coosta estaa hũ luguar de mouros que chamão dalaqua que he tambem perto do maar omde se mais vem os abixins da terra do Preste Joam, no qual luguar darredoor dele haa muytos mantimentos. Aquy vem muyto ouro da terra do Preste Joam.

MAQUAVA E CANAQUJM (23)

Pasando este luguar dalaqua pollo maar Roxo hjmdo ao longuo da coosta estaa Macaua e Canaqujn, tambem outros mujtos luguares de mouros a qual coosta chamamos arabia feliz e os mouros lhe chamão Barrarão em toda esta costa haa mujto ouro e vem de demtro do sartão e outra ha terra do Preste Joam a que os mouros chamão a baxa de todos estes luguares desta coosta tratão no sertãao com mujtos panos e outros mujtas mercadorias e do sertão trazem mujto ouro e muito marfim e mel e çera e os crauos que lhe vemdem neste sertão mujtas vezes tem guerra hũs com os outros a saber: os do sertão com os dos portos os quais mouros dos portos de maar catiuão mujtos delles os quais escrauos que asy catyvão são mujto estjmados dos mouros e vaalem mujto antre elles mais que outros escrauos porque os achão mujto agudos e fyeis e bons homens de suas pesoas. Estes escrauos que elles asy do sertão trazem catiuos são da terra de Prestes Joam a saber desta montanha porem são Christãos e como são antre elles loguo os faz em mouros de maneira que os fazem mais emperrados que os mesmos mouros. Estes mouros desta arabia feliz asy homẽis como molheres são todos homẽis pretos e mujto bons homẽis de peleja e andão nus, da çimta pera baixo se cobrem com panos dallguodão e os mais homrrados trazem por cima de sy huãs allmalafas (24) mourisquas e as molheres andão cubertas com seus panos a que chamão chaules. Estas molheres desta terra cosem as naturas as suas folhas quando são mjninas e asy as trazem coseitas ate as casarem e as emtrequarem a seus maridos e ho marido sabe como ella estaa coseita daquella maneira e emtão lhe cortão aquella carne que estaa jaa solldada como quando naçera e jsto não he muyta duujda por que eu sey (25) quando se tomou zeilla.

---

(23) O «Glossário» identifica como: as ilhas de Khorya Morya das Cartas Modernas. «Gl°sário», S. V.

(24) Almalafa — Espécie de Capa ou Manto. — Dic. Morais S. V.

(25) No Livro, Ed. do Dr. Reis Machado diz o A. que se achou na tomada de Zeila, pág. 33, forma que o A. do Ms. que se publica não perfilhou, de certo por não ter estado lá.

HO MUJ GRANDE REINO DE PRESTE JOAM [26]

Passando macuaa estaa hũ porto de Preste Joam que hee sseu nome Arcyquo onde sse dessenbarcarão Dom Rodrigo de Lyma que hya por embaixador ao Preste co moutros doze ou treze companheyros e levouos ay Diogo Lopez de Ssequeyra capytão moor e guovernador das Yndyas os quais amdarão laa sseys annos, por não puder tornaar aa Yndya ssem yrem por elles da mesma Yndia ho que passaarão conta por eystensso ho paadre Francisco Alluarez cleryguo que foy em companhia do dyto embayxador do que fez lyvro ssobre ssy que anda ymprimido [27].

Diz que ho preste Joam hee gramde senhor e de muitos reynos e ssenhoryos e muito acatado e hobedecydo dos sseus sudytos. Ssom muito crystaaos e tem muitas cousas da ley velha como hee guardar os ssabados e tambem os Dominguos e cercuncydamsse e tambem sse bautyzão. Fazem grandes austynencyas e jejũs. Trazem o Preste o grande de sseus reynos ssempre huã cruz de paao na mаão. Tem muitas ygrejas e muito bem caadas haa multydão de fraades que sse mantem de sseus propyos beens e rendas que tem muitas.

Estes comprão e vendem nas feyras e ssom grandes tratantes. Dizem hũa ssoo myssa em cada ygreja na qual conssagrão hũ bolo azymo de que comunguam quantos estão aa myssa. Nas ygrejas nom entrão molheres nenhuas nunca. Estão ssempre de foora della e foora lhes dom a comunhão e os homens entrão descallços e estão ssempre em pee e nem ccospem nem escarrão nella e estão as portas das ygrejas grande ssoma de paaos como muletas e cada hũ assy como entra, toma ho sseu para estaar a elle encostaado ou ssoposto.

Nom paguão dyzemos nem promyssias nem lhe fazem mester porque tem muito como atras dyguo geraallmente ssom muito austynentes que pola moor parte nom comem sse não huã vez hoo dja e na coresma, hos frades e creryguos nom comem ssenão tres vezes na ssomana e muitas nom comem pão nem carne nem pescado em toda ssua vyda nom trazem nas cruzes a Ymagem do croxofycyo nem ho tem pyntaado nem de vullto e a rezão que dão hee que elles nom ssom merçedores do ho trazer nas maãos nem de ho ver e por ysso trazem e husão ssoomente das cruzes a saber os grandes nas maaos como djto hee e hos comũs hoo pescoço.

(26) Este capítulo difere no todo do que, acerca do Reino do Preste João, se encontra quer na Edição do «Livro» feita por Mendo Trigoso, quer na do Dr. Reis Machado, quer ainda no ms. 9163 da Biblioteca Nacional (Reservados).

(27) A primeira Edição do Livro do Padre Francisco Alvares. «Verdadeira informação das terras do Preste João, etc.» foi publicada em 1540. Duarte Barbosa morreu com seu cunhado Fernão de Magalhães em 1521, portanto 19 anos, pelo menos, antes de ser escrito o documento que agora se publica. Vide Barbosa Machado — Biblioteca Lusitana, S. V.

Ho Preste Joam nom tem vyla nem cydade cercada em todos sseus reynos e ssen'horyos e ssoomente haa luguares allguũs de mjll e mjll e quynhentos vezynhos e destes muito poucos e doutros pyquenos e alldeas haa muitos. Ho preste aanda ssempre no campo em tendas ssem nunca sse colher em casa ssoomente sse hee em allguã ygreja quando vaay em romarya que has haa muito grandes e para ysso hocuparom ssuas tendas e ssua corte toda quatro leguas de teerra porque traz muitos senhores que cada hũ delles pooem tendas que faazem e tomão e hocupão tamanha teerra como huã cydade e destes haa muitos de contyno no corte.

Nestas tendas tem ssuas ygrejas ssobre ssy mujto acatadas e ssuntuosamente ornamentados de muitos borcados e ssedas hy outras grandes cerymonyas, Tãobem ssuas cozinhas e casas de cadeas e tyssouros e casa da Justica e cada cousa, tem jaa sseus luguares onde sse hão dassentar quando o preste sse muda nom haa dyferença ssobre ysso porque como ssa ssenta a tenda do Preste Joam jaa ssabem todos os outros onde os hão dassentaar.

Traz contynuadamente em ssua corte quando menos L̃ [28] de mullas e cavallos toda a vez que quer ajuntaar e myll homens de peleja ho faaz em tres djas porque ha gente da gueerra hee cousa ssobre ssy estaa de todos partes cercaado de mouros com que tem contynuas guerras nom pelejão no ssabado nem no Domynguo. Ysto hee a modo judayco e nestes dias porque nom pellejão lhes fazem muito maall os ymmyguos e tambem na coresma porque com ho grande desbaraato, dos grandes jeyuns que fazem em estremo graao, nom pudem pellejaar e por muito mall que lhes faazem nom quebrão por ysso sseus jejuns e despoys trabalhão per sse vynguar e assy ho fazem. Ho preste nom sse mostra em pubryco ssenão tres festas pryncypaais do anno a saber: pascoa e natall e ssanta Maria dAguosto e ysto faz este e fez sseus paais, porque os dantes nunca sse mostravão e porque ho avo deste ho tyverão hos sseus privado e escondydo e encuberto despoys de morto, tres annos no quall tempo fyzerão crer ao povo que estava vivo e husarão dos reynos e ssenhoryos a sseu prazer polla quall rezão sse fez estatuto que hos prestes sse amostrassem hao povo os dytas tres vezes e assy sse guarda.

Haa em ssuas terras muito trigo e mylho e cevada e legumes muito mell muita manteygua. Hee terra de grandes cryacões. Bebem vynho de mell e duvas pouco, e doutras mesturaadas de ssementes de joyos e cevada e outras cousas. Hee teerra de muitas e diversas allymaryas de muitas lebres e galinhas e perdizes e outras caças e nom as ssabem tommaar, nem parece que lhes he necessaryo pollas muitas abastanças que tem doutras cousas e quem quyzer majs ssaber delle percure ho dyto lyvro que atras dyguo que mandou ymprymir ho dyto francisco

(28) 5000.

Allvarez e ay acharaa muito copiosamente ho que vaay nestes rejnos afoora ho ssobre dyto que hee cousa pera ver.

Ho filho mayor do Preste erda sseus reynos e os mais filhos que lhes fijcão. Hee ordenanca amtygua que tem, que veo em rebellação a hum rey do preste que elles tem por ssanto que hos levão a huã grande sseerra na quall estão muito guardados com gravyssimas penas que nom ssayrão dally nem hos colha nenguem e ally sse estão e haa delles grandes numeros porque casam e haa feyto grande cantydade de filhos e netos e os mais decendentes e com estes dyzem que guasta ho preste Joam coasy a terça parte de ssuas rendas porque os mantem a todos e porem as rendas do prestes ssom grande cantydade e casy ssem conto.

Este preste que aguora hee que hee sseu nome dAby tem certos filhos pera quem diz que tem compraados adquyrydos grandes senhoryos com entenção que nom hão dyr aa seerra por ssua morte, porem que ho povo assenta que na ora que elle sse fallecer yrão sseus filhos para onde estão hos outros porque tem esta por muito boa ordenança pera ho assesseguo (29) e paaz dos reynos e que em outra maneyra era caso de aver devysoões, assy que em nenhuã maneyra ho ão de conssentyr.

Lea ho dyto lyvro quem for curyoso e acharaa muitas cousas dynas de notaar.

HO PORTO DE SSUEZ

Deyxando esta teerra de Preste Joam e coosta darabya felys no cabo deella e do maar rouxo esta hũ luguar que he sseu nome Ssuez. Hee porto que nos tempos passaados era de grande trato atee que hos portugueses senhoreaassem a Yndya porque toda a especyarya que vem oora a purtuguall vynha ter aa este porto de Ssuez que he o cabo e fym do maar rouxo e assy todos as majs cousas que da dyta Yndya vem ter a portuguall a saber vynhão ter hu porto da India que tem ho porto da casa da meeca e day vynha a este porto de Ssuez e aquy vinhão grandes cafyllas (30) de camellos que levavão estas mercadoryas ao Cayro e Alexandrya e day embarcavam pera Veneza e de Veneza vynho a estas partes no que hos venezeanos receberão muito grandes perdas e ffoy cousa que muito ssentyrão porque eerão senhores de tudo ho que aguora vem a estes reynos de Portuguall da Yndya (31) porque avyão tudo nessas partes do cayro e Alexandrya por pouco dinheiro e a troco de suas bugyaryas de que elles husão muito e afirmasse hyrem a este porto de Ssuez nestes tempos caafylla de xxx camelos e a rezão porque hyão

(29) Sossego.

(30) Cafila — Do árabe *Kafila* — Porção de camelos. Dic. Morais S. V.

(31) Também nas Edições do Livro se não encontra esta informação.

tantos hee porque elles levão ho que hão de comer e beber que haa mester grande cantydade e assy ho que ho ade comer e beber muita gente que vaay com elles por a teerra ser muito deserta e tão esterly dauguas que sse nom acha ssenão de tarde em tarde allguns poocos donde a tomão per força aos que perto delles vyvem por esta rezão como dyto hee vão tantos camellos juntos porque aja pera trazer os dytos mercadoryas e tambem os mantymentos e grande ssoma dodres daugua pera os mesmos camellos e ho majs necessaryo pera os mamallucos (32) e gente que hos guoverna.

Neste porto de SSuez ssom fejtas grandes armadas pera contra os purtugueses que andam na Yndia assy polo grã ssolldão do Egyto no tempo que era ssenhor, como aguora pollo turco que sse fez senhor de tudo ho que ho era ho grã ssolldão e trazem a madeyra pera a fazer ssuas guallees do Cayro a este porto por teerra que sserão LXX ou LXXX leguoas polla quall rezão fazem ssuas armadas com ynumeraavejs despesas. No tempo que ho grã ssolldão era senhor fez huã muito grossa armada neste porto de Ssuez de guallees e naaos da quall era capytão hũ mouro per nome Myroçem e camynhou com ella pera a Yndia a lançar foora della os purtuguesses e foy ter aa cydade de Dyo e na boca do Porto, da dyta cydade pellejou com a nossa armada do maar que os veo ally buscar e foy desbaratada a dyta armada do Miroçem e queymadas ssuas naaos e gualles e morrerão e catyvarão muitos turcos e mamalucos e ouveerã muito grande vytorya com a ajuda do senhor Deus e por esta vytorya e por outras que despoys sse ouueerão sse foy perdendo a dyta naveguação do maar Rouxo e porto de Ssuez atee hoje que nom passa naao pera llaa ssem grande peryguo de sserem tomadas das nosas armadas que andão contjnuadamente guardando esta parajem onde fazem grandes presas.

Neste mesmo Porto de Ssuez faaz aguora ho grã turco as mesmas armadas per a contra os portuguesses e jaa hua vez ou duas vyerão com maall da Yndya ssem embarguo que puzeerão em Dyo grossa armada e sse tornarão ssem fazer nada fugyndo da armada dos portuguesesses que veo a Dyo pera pellejaar com elles e por se acharem os turcos desbaratados do çerco que pusserão ssobre Dyo nom sse atreverão aa guardar a dyta armada dos purtugueses e sse recolherão e oora dyzem que outra vez reformaados e muito poderosos tornão empreender no neguocyo. Ho turco hee potente e estaa caasy llaa e vaay lhes enlançar foora os portugueses da Yndya outro tanto estaado como tem e elle a porfia muito, e noos estamos muito lonje queyra ho senhor Deus dar forças e poder aos crystaãos como a fee e sseu ssanto nome sseja exallçado e aumentaado como pella vya dos purtuguesses sse acrecenta nas mesmas yndyas

(32) Mamaluco — o mesmo que mameluco — Soldado ao serviço do Sultão da Turquia, no Egipto, eram escravos. Dic. Morais S. V.

em que ssom convertydos aa nossa santa fee gente que nom tem conto, de gentyos e mouros queyra estorvaar hos dytos turcos que nom ssenhores majs da crystyndade do que atee quy tem senhoreaado poys ho hũ hee tanto acrecentamento de ssua ssanta fee e ho outro em tanta demynuyção e fraude deella.

HO MONTE SSYNAAY ONDE JAAZ SSANTA CATERYNA

Nom muy longe deste porto de Ssuez estaa monte Ssynaay que estaa junto com ho mesmo maar Rouxo onde jaaz ssepulltado ho corpo da bem aventuraada vyrgem Ssanta Catarina em huã Igreja em que resydem allgũs frades vão a ella em romarya muitos crystaãos do Preste Joam e darmenya e de Costantynoplla e Jerusallem e dalemanha e outras muytas partes da crystyndade. Este monte Ssynaay estaa majs da outra costa do maar Rouxo que coorre atee Aadem que estaa na boca delle contra a Yndya como adyante faraa mençao, e tudo hee Arabya.

ELYOMBO (33) OMDE DESSEMBARCAO PERA ONDE ESTAA SSEPULLTADO MAFAMEDE

Passando este Monte Synaay a que hos mouros chamão Corro de llonguo da costa do maar Rouxo, estaa hũ luguar porto de maar que hee de mouros onde vão desembarcaar todos os mouros que dally pera contra a Yndya vão em romarya aonde esta ssepultado ho corpo do abomynavell Mafamede que hee huã vyla por nome Allmydyna e estaa em hũ deserto per onde passão os cafyllas que vão e vem do Cayro e Alexandya pera a casa da Meça e destas pera donde vyerão.

A FERMOSA ÇYDADE DE JUDAA

Ssayndo deste Porto de Lyombo (34) na mesma coosta do maar Rouxo estaa hũ grande luguar de mouros que sse chama Judaa que tem bom porto onde desembarcão pera a casa de Meeca que hee huã nobre cydade aquy ssoyão vyr muitas naaos da Yndya com muitos ryquezas como atraas faaz menção e daquy ao porto de Ssuez e aa mesma casa da Meeca que nom hee onde jaaz Mafamede e dally hyão pera ho Cayro e como atraz faz menção e daquy levavão os da Yndya em torno de ssuas grandes mercadoryas muito coobre muito azougue e vermelhão e açafrão e augas rossadas e muitas ezcarlatas e velludos e toda sorte de ssedas e panos de llaã e levavão muito ouro e prata de maneyra que sse afyrma

(33) É Eliabom — Yembo, na costa árabe, do Mar Vermelho. — Glosário S. V.

(34) É o porto de Liumbo ou Yembo na costa árabe do Mar Vermelho. — Glosário S. V.

que as naaos que tornavão a ssalvamento guanhavão muito por hũ e assy ho fazem aguora os que paassão a ssallvamento das nossas armadas. Deste Porto de Judaa levavão estas mercadoryas em zambucos ao porto de Ssuez porque as naãos grandes parece que nom podyão lla postar carreguadas deste porto de Judaa aa cydade de Meeca que atraas diguo haa huã jornada pouco mais ou menos. He cydade de vi ou vij vezinhos. Hee muito ryqua e abastaada soomente dauguas que sse afyrma nom ssabastar deella hũ homem no dja por xij meses. Aquy fazem os mouros huã grande romagem em hũ certo dja do anno e vansse a hũ monte pyqueno que estaa nom muy longe da cydade onde elles tem que Abram quys por mandado de Deus ssacryfycar sseu filho Ysaaque e em momoria daquyllo, sse ssacrifycão no mesmo luguar V ṼI (35) carneyros por as pessoas que ally vem em romarya cada hũs como tem ho poder porque hũs que ssom pessoas de callydade e rjcos ssacrefycão muitos e outros poucos por serem majs pobres e feyto ho sacrefycyo a saber que hos matão ally representando ho carneyro que apareçeo per mysteryo dyvyno Abrão pera que ssacrefycaasse os dão todos a pobres que sse afyrma sserem ally juntos neste dia X̃X̃ pobres os quais feytos ssenhores de ssuas essmoollas faazem huãs coovas no chão e ally os aassão com bonequilhas de camellos que ally vem ssem conto e dally sse vem pera a casa da Meeca e no meo do camjnho pouco mais ou menos estaa hũ vaalle onde elles tem que ho dyabo apareceo em figura domem a ysso que pera ho estorvar que nom sseguysse a hobydyencya de sseu paay dyzer delles que sseu paay ho querya ssacrefycar que nom ssubysse ao monte e ysto lhe amoestou per duas vezes e quando veo aa segunda Ysaaque sse abayxou por peedras e lhe atyrou com eellas dyzendo que nom querery a Deus que elle saysse da obedyencya de sseu paay. Oora ho ssacrefycasse oora quysesse fazer delle tudo ho que ssua vontade fosse e neste mesmo luguar que elles tem que Ysaaque tyrou com a peedra aho dyabo e lhe ysto amoestavar fygura domem lançam todos cada hũ ssua peedra de maneyra que he aquy peedras assy lancaadas per elles em monte que nom tem conto e dally sse vão aa dyta cydade da meca e ouvem ssua preguação em hũ grande recio que estaa junto com huã ssuntuosa ygreja ou mezquyta na quall antre as outras cousas eyscrama ho preguador dyzendo hoo Abrão amaado de Deus, hoo Ysaaque Roguay a Deus por est[a gen]te do grão profeta Mafoma e as molheres e homens que ysto ouvem ho recebem com choros pedyndo myserycordja e sse vão dally aa ygreja onde estaa hum daugua co ma quall sse llabão e feyto ysto hee ssua sseyta que ssom assolltos de culpa e de pena e levão desta augua a redomas em grandes relyquyas e vem a esta romaagem per maar e per teerra de toda a mourama onde quer que hos haa e afyrmão estaar aquy nesta myzquyta huã perna ou braaço do mall aventuraado Mafamede.

(35) 5000 a 6000.

Nesta çidade de Judaa fez Miocem que atraz fez menção que foy desbaratado pollos nossos portugueses, huã fortaleza por que depois de ser desbaratado em Dyo como dito he se tornou a esta cidade de Judaa e no porto della fez a dita fortalleza porque não ousou tomar diante do grã ssoldão pera a qual fez hũ pedido a ell Rey de Cambaya e a outros reis e senhores da Yndia de dinheiro dizendo que pois os frangues (36) erão tão poderosos e tão astuciosos na guerra que não terya mujto emtrarem por este porto de Judaa e tomar a casa de Mafames os quais reis e senhores pareçemdolhes que era bom conselho e que podia ser lhe derão mujto grandes dadiuas e soma de dinheiro e carreguou tres naaos de mujta espeçiarya e doutras mujtas mercadorias e se partio camjnho da da dita cidade de Judaa omde vemdo tudo mujto bem e fez a dita fortalleza.

E ell rey noso senhor fazia neste tempo outra fortalleza demtro em Calicut e o rey de Calicut pidio ao capitão moor Afonso dAllbuquerque que lhe desse licemça pera mandar huã naao ha Mequa a quall lhe foy outorguada pollo mesmo capitão e foy loguo mandada a dita naao com mujta gente em que hia per capitão hũ mouro omrrado que se chamava Califa e tanto que cheguou ao porto de Judaa vistiose muy omradamente como quem elle era e sayo loguo em terra com sua gente onde achou miroçem fazendo a dita fortalleza. Ho qual lhe perguntou que novas lhe dava das frangues e calyfaa lhe respondeo que lhe dava novas que estavão dentro em Calecu fazendo huã fortalleza muito fermoosa e em muita paaz e Miroçem lhe dyses, poys sse eu ees amyguo frangues como ousas de vijr a Meeca. E elle lhe respondeu que eera mercador e que nom podya outra cousa fazer. Mais tu que hees capytão do grã solldão e foste aa Yndia pera os lançar foora como os deyxaaste e veẽs aquy a fazer fortalleza e arrojaado myrocem do que lhe dysse ho calyfa ho mandou daar pedra e caall como os seruydores e ajudar a fazer na dyta assy vestydo como vynha e assy a quantos com elle vynhão e fezeos servyr assy ho mesmo calyfaa despoys que foy em Calecu como por graça.

A este porto de Judaa estando ay ho dyto myrocem cheguou huã fermosa armaada dell rey nosso senhor de que eera capytão moor Lopo Soarez que tãobem ho era da Yndya e cheguaado defronte da cydade esteve ay V ou VI dias e por achaar per consselho que nom era servyco dell Rey ssayr a gente foora sse tornou camynho da Yndya e tomou auguada na ylha de Camarão pera ssua frota que era de muitas naaos e gualles e outras veellas muitas pyquenas.

(36) Frangue — de franco — Nome dado pelos mouros a todos os europeus.

AJAZÃO (37) ALUOR (38)

Passaando este porto de Judaa polo maar Rouxo per a foora hoo longuo da coosta estão tres ou quatro vyllas de mouros que tem rey ssobre ssy huã sse chama ajazão e a outra allyar em as quais haa muitos cavallos e mantymentos. Este Rey hobedece ao grão ssolldão do Cayro. Tem muitas teerras pollo sertaão em que haa muitos luguares perto do maar donde ssoyam levar muitos cavallos da Yndya por mercadoryas que lhe lla compravão muito bem.

EDEYDA, MAHA, BABEL MENDEL (39)

Passando estes luguares e reynos estão outras villas e mujtos luguares de lomguo da costa que são do reyno daadem a hũ chamão de Yda e a outro chamão Maha, a outra Babel Mendel que he e ha boqua do estreito per omde as naaos emtrão ao mar Roxo e saem, em ho qual se tomão os pellotos pera a meterem e leuarem as naaos demtro ao porto de Judaa, os quais aly ujuem estantes pera jso.

CAMARÃO ILHA

E ao maar destes luguares atras estaa huã Ilha pequena que chamão Camarão povoada de mouros e que as naoos soyão tomaar allgũs refresquos quando pera sy pasavão a saber: de Judaa pera fora e de fora pera demtro, ho qual luguar foy tomado e destroydo per afonso dallbuquerque capitão moor dell rey noso senhor e nelle esteve allguus dias repayrando sua frota pera sair do maar Roxo per quanto ho tempo lhe não daua luguar pera ser mais pera demtro. Ate Judaa omde determjnava dir e tambem aguora quando Lopo Soarez veyo de Judaa com sua frota steve neste Camarão fazendo sua aguada a quall aguoa he de poços que estão polla Ilha de muyto boa aguoa, omde não achou homem nem molher

(37) O «Glossário» não regista a forma. Na edição do «Livro» do Dr. Reis Machado, vem «Jasão», forma que também não aparece na Edição de Mendo Trigoso. Nesta vem Jasan, que o glossário regista, daquela fonte, remetendo para «Jazam» identificando com *Gizan*.

(38) Na Edição do Livro do Dr. Reis Machado vem «Alhor» forma também referida no Glossário s. v. e colhida no «Livro» sem indicativo da Edição.

(39) O título deste capítulo na Edição do Livro do Dr. Reis Machado, é Obeda, Babelmandel.

O Glossário não regista *Edeyda*. Quanto a Maha, diz ser Makha ou Molsa na costa árabe do Mar Vermelho, dando como fonte a versão manuscrita do «Livro», existente na Biblioteca de Barcelona.

Quanto a Babel Mendel, a Edição do Livro do Dr. Reis Machado diz Babelmandel e o Glossário diz Babel Mende, remetendo para Babelmander.

senão huã fortaleza feita junto com ho maar. A qual fortaleza fezerão os mouros rumes que steuerão aly hũ tempo comcertando suas guallees e virão que não era seu proueito estarem ally e se forão pera Judaa e deixarão ha fortaleza sem njmguem, ho qual Lopo Soarez capitão moor primeiro que desta Ilha se partyse a deixou derribada per terra.

HA FERMOSA CIDADE DAADEM

Sayndo deste maar Roxo contra hũ luguar que chamão Babelmendel que he ho majs estreito lugar que nelle haa por omde todallas naaos são de pasar per força e entrar no maar larguo daadem. De lomguo da costa vão allgũs luguares de mouros que são todos do reino dAdem. Pasando os ditos luguares cheguão ha dita cidade que he de mouros. Tem rey sobre sy. He porto de maar mujto bom e de mujto grande trato de mercadorias. He huã cidade muy fermosa e de muy alltas casas e de terrados e de mujtas janellas muy bem arruada cerquada de muro e torres e cubellos (40) com muy boas ameas. Ha nosa maneira estaa em huã ponta amtre huã seerra e antre ha serra e o maar he talhada da banda da terra firme he talhada mais de huã parte por omde se seruem por outra parte não podem emtrar nem sair per cima desta serra e que ha cidade jaaz. Tem muitos castellinhos que do maar pareçem muy fermosos a qual cidade dentro em sy não tem aguoa nenhuã nem fora perto nem na tem senão vem de lomge e fora da porta que vay pera o sertão tem huã casa omde per ca nos fazem vir aguoa doutra serra que dally estaa hũ bom pedaaço e amtre serra e serra estaa hũ campo grande.

Em esta cidade haa mujto grandes mercadores mouros e judeos e demtro nella vivem. São homens branquos e delles pretos. Vestemse com panos dallguodão e seda e ezcarllata (41) e chamallotes. Seus vestidos são huãs roupas compridas e toucas nas cabeças callção capatos baixos seus mantymentos são muitas carnes e pão de trigo e muito arroz que lhe vem da Yndya ha nellas todallas fruytas que ha em nosas partes muitos cavallos e camellos. Ho rey estaa sempre no sertão e tem nesta çidade hũ guovernador da sua mão. A este porto dAadem vem mujtas naaos mujto grandes de todallas partes principallmente de Judaa domde lhe trazem muito cobre azougue vermelhão corall panos de laã e muyta seda e leuão em retorno daquy muyta especiaria e droguaria, panos dallguodão e muytas outras cousas de Cambaya. Aquy vem tambem mujtas naaos de Zeila e Barboca com mujtos mantymentos e outras mercadorias. Levão daquy os panos de cambaya. Alaquequas (42) continhas de muitas cores com que tratão em Arabia e terra do Prestes Joam. Tambem vem a este porto allguãs naaos da cidade dormuz e llevão desta çidade mujta ruyva (43) e as outras mercadorias acima ditas e mujtos velludos pimtados de Mequa e muito ouro em pedaaço e amoedado e ouro fyado e mujtas aguoas rosadas e outras cousas as quais naaos que aquy vem são tantas e tão grandes e tanta mercadoria que he cousa espantosa poderse tanto gastar. Tambem vem a este porto daadem mujtas naaos de chaaul e daabul e batecallaa e de Calicut soyão a vir com a ditas mercadorias gram soma darroz e muito açuquar de batequallaa e mujtos quoquos. Tambem vem a ella mujtas naaos de bemgualla e de Camatra e Mallaqua domde trazem muita soma despiciarya e drogarias e mujto beijoim e sandallo e lenholoes (44) ruy barbo mujto allmjzquar mujtos panos dellguodos de bemgualla mujto açuquar de maneira que he luguar do moor trato que se no mundo acha, e das mais riquas mercadorias a esta cydade cheguou huã frota dell Rey nosso senhor de que era capitão moor do mar e da terra Afonso dallbuquerque e no porto lhe tomou e queimou mujto grande soma de naaos carreguados de mujtas mercadorias e outras descarreguadas e cometeo entrar na cidade e a nosa gente e emtrou a escalla vista, e emtrou pollas muros com mujtas escadas das quais quebrarão com ho peso da muita jente de maneira que se tornarão ha sair e a deixarão e os mouros se defemderão no combate mujto bem com mujta artelharia que tinhão e morrerão mujtos mouros e allguns christãos onde morrerão dous capitais nosos hũ delles demtro em hũ en cas[te]llo que ha nosa jente tynha jaa tomado em que estarião xx ou xxx homens nosos e quando virão que quebrarão as escadas e que lhe não acodyão e os mouros recreçião sobre elles determinarão de se deitar abaixo de cubello como de feito ho fezerão.

REINO DE FORTAQUE (45)

Pasando este reino daadem himdo pera fora do estreito estaa outro reino de mouros de lomguo da costa e tem tres ou quatro villas junto com ho maar huã se chama Fartaque estes mouros destes luguares tem rey sobre sy. São mujto bos homens de pelleja tem muy bõs cavallos de

(40) Cubelo — Torreão das fortificações antigas em forma de cubo e que foi substituído pelo baluarte. Dic. Morais s.v.

(41) Escarlata — O mesmo que Escarlate. Recorte de seda ou lã que apresente essa mesma cor. Dic. Morais s. v.

(42) Alaqueca — do árabe «al-aqiqa». Pirite de ferro que se encontra em fragmentos brilhantes no Oriente. Dic. Morais s. v.

(43) Nome genérico de várias plantas da família das rubiáceas (géneros *Rubia*) empregadas em tinturaria. Dic. Morais, s. v.

(44) por «lenho-aloes» — Madeira aromática da Índia — o mesmo que linaloés.

(45) Fartaque — Nome dado por Gaspar Correia ao litoral árabe que se estende a oes-sudoeste e a nordeste do cabo do mesmo nome desde o golfo de Aden ao cabo de Madraca ou Madraka. «Glossario», S. V.

que se seruem em as guerras e mujto boas armas. Aguora de mujto pouquo tempo a esta parte estão ha hobediemcia do rey daadem comçertadas com elle em seu seruiço.

CABO DE FARTAQUE E ÇAQUOTORA (46)

Neste reino e terra estaa hũ cabo que se chama cabo de fartaque omde ha coosta torna a fazer vollta contra ho mar larguo e antre este cabo e o cabo de Guardafuy e a boqua do estreito de Mequa per omde as naaos entrão e saem estão tres jlhas duas pequenas e huã mayor esta mayor se chama çaquotoraa estaa sobre huã ilha de muy alltas serras e montanhas pouoada de suas gentes baças que dizem que são cristaõs porem careçem da emsynança e bautysmo não tem senão nome de cristaãos tem em seus oratorios muitas cruzes e foy em tempo contiguo de cristaãos perdeose por não aver na navegação por que dyzem os mouros que esta jlha foy das almazonas e que depois por tempo se mjsturarão com os homẽs allguã cousa pareçe ajmda aguora diso porque as molheres mjnjstrão suas fazendas e as guouernão sem os maridos terem de fazer com nada estes tem lingoa sobre sy andão nuus. Somente cobrem suas verguonhas com panos dallguodão e com pelles. Tem mujtas vaquas e carneiros e pallmajos de tamaras seus mantymentos são carnes leite e tamaras. Nesta ylha haa mujto sangue de draguão e mujto aloesco cotoruu (47) e fazem nesta jlha hũs como bedens (48) de laã que he muy boa mecadoria pera ha coosta de mjlinde aaqual ilha dos mouros de fartaque fezerão huã fortalleza em que estão pera sogiguarem a terra e fazerem mourus allgũs que viujão a redor da fortalleza e erão jaa mouros e serujão aos mouros fartaquis como seus escrauos, asy com as pessoas como com as fazendas, de maneira que estes fartaquis tem a ilha de sua mão e os da terra estão ha sua hobeliemçia e mando. A esta jlha cheguou huã armada dell rey noso senhor e os fartaquis como a nosa gente sayo fora em ha praya se sayrão todos fora da fortalleza e se defemdyão muy rijo e ousadamente, que ateguora nenhũs homens nestas partes vymos fazer de maneira que se não quyserão dar ate os matarem todos que não fycou nenhum asy que hão muy bons homens e muy ousados na guerra e o capitão moor da dita armada deixou ally mujta gente e artelharia e mujtas armas pera manterem a dita fortalleza em que fycarão e logo junto com esta jlha Çacotoraa estão outras duas jlhas tão bem pouoadas domẽis negros e baaços a maneira de canarios. He jente sem

(46) Ilha de Socotorá. Afonso de Albuquerque, nas Cartas usa Çaquotorá e D. João de Castro no Roteiro do Mar Vermelho, Çoquoturaa (Glossário).

(47) Deve tratar-se do Aloe Socotrina (Lam.). Veja-se António Gouveia, Jornada do Arcebispo, III, cap. 10. Diz, tratando das Ilhas de Socotorá: «Dão muito azevre ou alvés e é o melhor que se sabe».

(48) do árabe *badan* — Capa mourisca. Dic, Morais, S. V.

ley e sem saber e não tem com nenhuã outra jente conversação. Nestas tres jlhas se acha mujto ambar e mujtas conchas das que vallem na Mjna. Nestas Ilhas haa mujtos carneiros e vaquas e cabras. Nesta jlha de Çacotoraa tomão mujtas vezes as nosas naaos aguoa quando vão andar darmada ao cabo de Guardadufuy.

Estes fartaquis são grandes nosos jmiguos se podem colher allgũ homem noso desmandado mantanno e isto quando as nosas naaos per hy vão ter asy como fizerão na armada de Lopo Soarez que esteve asy tomando aguoa quando hya camjnho do estreyto que lhe matarão vj ou vjj homẽs que se desmandarão a andar polla jlha. Tem ho porto hũ rio daguoa doçe que vem ter ha praya omde as nosas jentes tomão haguoa.

DOFAR (49)

Pasando ho cabo de Fartaque faz ha coosta do mar vollta contra ormuz himdo polla coosta de lomguo estaa hũ luguar de mouros porto de maar que se chama dofaar que he do reino de Fartaque. Tratão os mouros de Cambaya nelle com mujtos panos dallguodão e com outras mljtos mercadorias em que fazem mujto de seu proveito.

A VILLA DE XEHER (50)

Pasando este luguar jndo polla coosta de longo estaa huã villa de mouros que se chama Xeher que he tambem do reino de Fartaque ho qual he mujto grande em que haa muy grande trato de grandes mercadorias que lhe trazem os mouros de Cambaya e de daabul (51) e Chaaul (52) e batequallaa e da terra de Mallauar. Tambem a este porto de (53) Xeher levão a elle mujtos panos dallguodão grosos e dellguados de que se elles vestem. E tambem grandes jmfiados e mujtas pedrarias baixas e mujto arroz e açuquar e mujta espicyaria de mujtas maneiras e outras mercadorias das quais asy venden aos mercadores da terra que as comprão per os leuar a ordem e pera toda arabia e depois de vemdydas empreguão seus dinheiros em cauallos pera a Imdja os quais são muy grandes e muy bons. Cada hũ destes vall na Imdia qujnhentos seiscentos cruzados. Tambem leuão mujto enseenço que nesta terra nace ao sertão deste mesmo luguar de Xeher são tudo allarves. Tambem haa nesta terra

(49) Dhofar — No litoral de Hadramante (Glossário s. v.).

(50) ou Xaer ou Ash-Shehr ou Esh Shihr ou Sheher, no litoral da Arábia e costa setentrional do golfo de Adém ou Adero (Glossário s. v.).

(51) Porto de Dabul ou Dabhol (Glossário, s. v.).

(52) Porto que foi importante na epopeia portuguesa da Índia, e hoje de pouca importância e omitido na generalidade das cartas do Ocidente industânico. Fica na margem do rio Tundalika (Glossário s. v.).

(53) ou Baticalá, no litoral do Canará do norte (Glossário, s. v.).

mujto trjguo e carnes e mujtas tamaras e mujtas huuas e mujtas fruytas que haa em nosas partes. Todas as naos que vão dos portos da Yndia pera o mar Roxo e que por tarde não podem pasar, nem emtrar ao streito arribão a jmvernar demtro neste porto. Asy tambem outros que saem tarde do dito porto e achão os ventos comtraryos tornão outra vez a elle, e emtão daquy passão camynho da Yndya e cosemdose com ha costa de Cambaya. Desta maneira he este porto de muy grande scalla e estão sempre aquy muitas naaos. Este rey de Fartaque estaa com todo seu reino ha hobediemçia deel Rey dAadem por que lhe tem hũ jrmão preso. Nesta terra de Xeher naçe mujto emcenço que se daquy leua pera todo ho mundo. As naaos desta coosta são breadas com elle vall ho qujntall cento e çimquenta reis.

ROÇALLGUATE (54)

Pasando este luguar de Xeer de lomguo da Costa vão mujtos luguares de mouros pequenos e pollo sertão omde vivem muytos allarues aquell coosta vay asy bem ate ho cabo de Rollcallguate, omde se começa ho reino e senhorio dormuz no qual cabo estaa huã fortalleza que ho rey dOrmuz tem a que chamão Char (55), e ally começa ha coosta a dobrar pera demtro comtra omde estaa Ormuz.

REINO DORMUZ EM ARABIA

Pasando este mesmo cabo de Rocallguate vão de lomguo da coosta dArabia mujtos lugares e mujtas fortallezas do Rey dOrmuz ate emtrar pollo mar da Persya e per demtro deste maar persyquo tem tambem ho dito Reino muitos castellos asy em na coosta dArabia como na coosta da Persya que he da outra bamda do dito maar persyquo e asy mujtas jlhas que estão demtro neste maar que são do dito rey dOrmuz abitadas de mujtos mouros os quais luguares são estes que aquy nomearem primeiramente Calayate (56) que he hum luguar de mouros arrezoado por que em outro tempo foy muy grande ho qual he de fermosas casas e de muy bom asento de jente riqua e delles mercadores e tratantes e bons caualeiros pasando este luguar estaa outro luguar pequeno a que chamão Teine (57) ho qual tem mujto boa agoa em que todos as naaos que por

(54) Ou Rossalgate — O cabo El-Hadd à entrada do golfo de Oman, Glossário, S. V.

(55) Noroeste do Cabo Hadd. Glossário, S. V.

(56) Ou Calaiate — Ambas as formas registadas pelo Visconde de Lagoa no «Glossário». — No litoral da Arábia.

(57) No litoral árabe de Oman — «Glossário», S. V.

esta coosta navegão vão tomar sua aguoa, e loguo pasando este estaa outro luguar que se chama dagina que he tambem perto de maar e pasando esta loguo outro na mesma costa grande e mujto boa villa de mujta gente omrrada de trato e mercadorias que se chama Curiate (58) no qual luguar e tambem nestes outros que estão darredoor haa mujtos mantymentos de trigo e mjlho e mujtos cauallos que na terra se crjão e mujto bons que os mouros dOrmuz vem comprar per mercadorias pera mandarem ha Imdya e loguo pasando este luguar de Coriate pera dentro estaa outro de longuo da Costoa que se chama Masquate (59) he hua villa grande de mujto honrada jente. He luguar de trato e de grande pescaria omde se pesca muy grandes pescados que sallguão e sequão pera lleuar per mercadoria a mujtas partes. Pasando este luguar hindo pera ho maar persyquo estaa outro luguar Çuquiar (60) e himdo mais pera demtro estaa outro que chamão Roçaque (61) omde estaa huã fortalleza as quais fortallezas elrey dOrmuz tem pera dellas fazer guerra a estoutros luguares quando se lhe leuantarem e pasando esta fortaleza yndo mais pera demtro estaa outra que he seu nome Maell. Passando esta fortalleza de Maell estaa outro luguar que chamão Madegua e he luguar pequeno de pouquos (Vz.[os]) vezinhos. E pasando este himdo mais pera demtro estaa hũ luguar que chamão perfaquão. Da redor deste e destes outros estão mujtas qujntas e mujtas cidades que os mouros honrados e principais dormuz aquy tem na terra fyrme que com certos meses do anno principalmente no verão aquy vem follguar e recolher seus mantymentos e guozar das suas fruitas. Pasando este luguar de perfaquão staa ao longuo da costa outro que chamão Dadena (62), pasando Dadena outro que chamão daba. pasando daba estaa hũ muy grande luguar que chamão Jullfar onde ha mujta e omrrada gente he muitos mercadores e grandes tratantes e navegantes em ho qual luguar se pesca muito allgofar e mujtas perollas grandes que as vão comprar os mercadores dOrmuz pera lleuarem ha Indja e por mujtas partes. Este luguar he de mujto grande

(58) O Visconde de Lagoa, no Glossário regista três localidades com este nome. Uma que recolheu da Ásia Portuguesa de Faria e Sousa, outro que só indica ser no golfo de Oman, o terceiro, colhido do Roteiro de Duarte Barbosa, edição da Academia de Ciências de Lisboa (é o que citamos no nosso estudo publicado por Mendo Trigoso). Faz uma certa trapalhada com as informações relativas a este nome.

(59) Com a palavra Mascate, diz sòmente que fica na costa de Oman. Não dá indicação bibliográfica. «Glossário», S. V.

(60) O Glosário não regista. Tem, porém, Çuquira e Çuqueria remetendo em ambas as formas o leitor para a História do Descobrimento e Conquista da India, de Fernão Lopes de Castanheda, sem mais nenhuma indicação.

(61) Visconde de Lagoa no Glosário, não consegue identificar este lugar. Dá a indicação tirada de Duarte Barbosa. É de notar que na Edição do Livro de Duarte Barbosa, publicada pelo Dr. Marques Braga, diz «Boçaque» e não Rocaque.

(62) O Glosário não regista Dadena mas sim Dadema. O A. diz supor que é Zadna no litoral do Oman. Não cita fontes.

trato. Haa mujtos mercadores o qual remde mujto grande soma de dinheiro ao rey dormuz e todos estes luguares remdem pera ell Rey dOrmuz.

Passando este luguar de Jullfar (63) estão de lomguo da costa outro, e por esta banda darabia outros tres luguares de rey dOrmuz F. Raçoima (64) que he hum mujto bom luguar e outro allem deste que se chama mallquyaa (65) e allem deste estaa huã fortalleza que chamão Caevem que ho Rey dOrmuz tem pera defemsão de suas terras porque ao sertão destes luguares viuem mujtos mouros alarves. São guouernadores por Xequis que os manda e guouerna. As vezes vem sobre estes luguares dOrmuz e lhes fazem guerras e estão mujtas vezes allevantados.

REINO DURMUZ EM PERSYA

Este Rey dormuz tem allem destes luguares que estão polla coosta dArabia outros em ha terra de Persya de lomguo do maar. Hoo mujtas ilhas abitadas que tem mujtos luguares e mujto grandes e riquos dos quais lugares de persya a Ylhas do maar aquy nomearey cada hũ sobre sy e depois dyrey da jlha dOrmuz e da sua cidade e do rey e de seus custumes. Em a costa de Persya comtra a Imdia tem ell Rey dOrmuz hũ luguar que se chama Batrão em que tem seus guouernadores e remde pera sy e loguo pasando este luguar himdo de llomguo da costa estaa outro de mouros que se chama dIpar. Passando este himdo mais adiamte esta outro luguar de mouros que se chama Yguõ. Pasando este Yguõ jmdo pola costa do mar estaa outro que se chama Ellgua. Dy pasando Ellgudim estaa outro que se chama Navando do qual luguar leuão aguoa a Ormuz em hũs barquos terrados pequenos por que demtro na jlha dOrmuz não ha aguoa nenhuã. Asy deste Nabando (66) como dos outros luguares leuão a cidade dOrmuz todollos mantymentos fruytas, carnes. Passando este luguar de Nabando hindo pola coosta demtro estaa outro que chamão Guameda e dally por diante polla misma coosta estaa outro luguar que se chama Celife e Quychily, taballa, Beroacuncuzar, Mochim Mancandão, Lima (67), Oruaz, Allbefar ,Armam Cochim, Bardes, Carboão, Baçydo, Guostanquem, Comquim, Comguaa, vachum, sensasem, Minau, omde estaa huã fortalleza, zamjell, Lestom, Batão, Toar Lorom, anthe os quais luguares ha y mujtos villas grandes e luguares de mujto tratot de jemte muy omrrada e grandes mercadores e outras mujtas fortalezas que ell Rey dOrmuz tem pera defensão de seu Reino. Todos estão ao lomguo da costa do mar Parsyo. São luguares mujto abastados de mujtos mantymentos, de mujtas carnes e mujto trigo e v.as e todollas outras fruitas que em nosas partes haa omde haa mujtas tamaras ha maraujlha. As jemtes que morão em estes luguares asy homẽs como molheres vestemse de roupas compridas dallguodão e de sedas. He terra mujto riqua.

(63) Glosário regista com a grafia Julfar e Jullfor dizendo ser um dos antigos nomes de Dhofar no litoral do Hadramerute, citando porém, João de Barros que localiza este lugar na costa da Arábia, no reino de Ormuz o que parece, condizer com a «Carta da Costa da India do rio Jugo até o porto de Bengala» de Fernão Vaz Dourado, de 1571.

(64) Glosário indica Reçoyma, remetendo o leitor para a publicação do Livro de Duarte Barbosa feita por Mendo Trigoso. Na Edição do «Livro» pelo Dr. Marques Braga diz Reçôma.

(65) Glossário não dá notícia desta terra.

(66) O Glossário regista esta forma e manda ver Nabande citando com este nome dois lugares. O 1.º diz que o colheu em João de Barros. Da Ásia o 2.º diz ser no Golfo Pérsico, mas não dá a indicação bibliográfica.

ILHAS DO REINO DORMUZ

A ylha em que esta cydaade dOrmuz estaa

Hee amtre a coosta dArabya a que hos mouros chamão Bararão (68) e da Perssya na boca do maar Perssyco a saber deella pera demtro tem estas ylhas estendydas pelo dyto maar perssyco as quais ssom do dyto Rey dOrmuz e estaão aa ssua hobedyencya que ssom as sseguintes primeyramente quysandra vasquade e quyro e Maara. Estequeypeme e barrem ssom duas ylhas muito grandes e muito vycoosas em que ha muitos luguares pola ylha dentro onde haa muytos mantymentos. Barem hee huã ylha que tem demtro huã grande poboação onde vyvem muytos mouros omrraados e grandes mercadores nella estantes de muitas partes estas ylhas estam bem metydas pollo maar perssyco. Naveguão a ellas muitas naaos com muitas mercadoryas. Hoo redor desta ylha de Barrem haa muito allgoefar e muitas perllas que pescão os moradores deellas e fazem com ysto grande trato pera a cydade dOrmuz e ho rey tem muito proveyto dysto donde haa muito dinheiro e rendenlhe estas ylhas muito e de hormuz vão os mercadoresa esta ylha de Barrem a comprar este alljorfar e perllas pera a levarem aa yndya em que guanhão muito dinheiro no reyno de Narssyngua e assy sse acha pera todo este maar perssyco muitas destas perllas e allgofar e nom tanto como em Barrem.

AS TERRAS DO XEQUE YSMAELL E DO SSEU PRYNÇYPYO DELL

Pasando este luguar e jlhas de Barrem jmdo pollo mar demtro asy pola costa da arabia como polla coosta de Persya vão mujtas vylas e mujtos luguares e pouoacois de mouros homrados. São terras muy

(67) Glossário indica: Nome dado por João de Barros a um local da costa de Oman a oito léguas do cabo Musandam e correspondente a Limah da moderna cartografia inglesa.

(68) Não registado no Glossário.

fartas e mujto ryquas. Desta jlha por diante não são do Rey dOrmuz mas doutros senhores de que não temos tanta jmformação e notycia somente que tudo sogygua e guouerna ho xeque Ysmael que he hũ mouro mançebo que de pouquos tempos a este cabo tem tomaado e sagiguado muitas terras e mujta parte de Persya e darabia e mujtos reinos e senhorios de mouros não semdo rey nem filho de Rey somente hera hũ xeque e posto em pobreza se ajuntou com outros mouros mançebos e se pos em abito darnese que he amtre elles mujto acustumado deixarem fazemdas e omras e vistidos e andarem nus somente cuberto com pelles de cabras ede omças e çeruos e poem pellos braços e pollos peitos muitos botões de foguo e trazem darredor de sy muito grosas cadeas de ferro e em as maos alguãs armas deferemçadas das feiçoes e maças de ferro e amdão em romaria sempre pollo mundo. Não se mantem senão desmollas. Por omde vão lhe fazem os mouros mujto grande honrra e guasalhado. Vão sempre bradando pollo nome de Mafamed.

Este xequy Ismael tomou este abito e detrjminou de sempre chamaar pollo nome daall e não por Mafamed. Comecou de cheguar mujta gente pera elle de maneira que começou dir tomando luguares e fazer merce dos averes que ell tomava e das riquezas haas pessoas que com elle se achavão em as tomadas e pera sy não tomaua nada nem sequer Detrjmjnou di fazer huãs carapucas de grão vermelho compridas de quarto e de as mandar trazer aquellas pessoas que com elle querem ser em sua opinião e asy se cheguou mujta gente pera elle e comecarão a tomar mujtos luguares e fazer mujta guerra, quanto he ao que dizem que he yguallados, alguã cousa he diso, porque se não quer chamar rey nem menos repousar em nenhũ reyno somente tudo quanto toma daa e o reparte com aquelles que ho ajudão a tomaar e se elle acha allguãs pessoas mujto riquas que de suas riquezas se não seruem nem aproueitão a njnguem com ella. Tomalha e repartea com allgũs homẽs honrado e proues e a seu dono daa fazenda outra tanta quanta deu a cada hũ dos outros. Isto lhe acontece allguãs vezes fazer. E por isto ho chamão allgũs Yguallada, mas hoo seu proprio nome he xeque Ismaell. Estè manda sempre os seus embaixadores a mujtos reis mouros que lhe vão cometer que traguão aquellas carapuças vermelhas e se as não quyserem tomar que os desafyem a lhe fez a saber como elle os hiraa a busquar e lhes tomaraa as terras e os fara crer em elle a qual embaixada mandou ao grão solldão do Cairo e ao grão turquo os quais reis ouuerão seus conselhos per suas embaixadas e determynarão de lhe responder mall e sse defenderem delle e ambos sse ajuntarem contra elle e tanto que o xeque ysmayell vyo ssuas respostas determynou de vyrem ssobre ho turco com muita gente de cavallo e de pee e ho turco ho recebeo no camynho e ouverão huã muy grande batalha de que o turco foy vencer polla muita artelharia que consyguo trazya e ho xeque Ysmael non trazya nenhuã e pellejava com ssua gente per força de sseus braços onde

lhe foy morta muita da ssua gente e elle sse pos em fogyda e ho turco lhe sseguyo ho allcan em que lhe foi matando muita gente atee que o meteo na terra da persya e dally sse tornou a turquya eesta foy a primeira vez que ho xeque Ysmaell foy vencydo e desbaratado pollo quall determynou de tornar a Turquia com majs poder e majs auysaado dartelharya. Este xeque Ysmaell ssenhorea a teerra de Babylonya e em Armenya e em toda Perssya e muita parte dArabya e das Yndyas contra ho reyno de Cambaya ssua determynação hee aver a casa da Meca. Este mandou huã embayxada a Afonso dAlbuquerque capytão moor da Yndya estando elle fazendo huã fortaleza na cydade dOrmuz com muitos presentes a quall sera de concerto e amyzade e ho capytão moor ha recebeo com hos pressentes e lhe tornou a mandar outra com outros pressentes que lhe tornou a mandar outra com outros presentes que aguora laa hee.

A ÇIDADE DE BAÇORAA (69)

No fym deste maar persyano estaa huã fortaleza que chamão Baçoraa pouuoada de mouros que estão ha hobediêmcia do xeque Ismaell da qual sae de terra fyrme demtro ao maar hũ rio daguoa doçe muy grande e muy fermoso a que os mouros arabios e persyos chamão fratea que dizem que he hũ dos quatro rios que saem do paraiso terreall no quall rio he o Eufrates. Dizem os mouros que tem sesenta braços e outro primçipall delles saae em ho reino de Hullçimde que he em a primeira Imdia a que elles chamão ho rio Imdos e outro rio Ganges sae em a segunda Imdia ao mar. Esta çidade de Baçoraa he de mujto trato e de mercadorias omde vão mujtas mercadores dOrmuz por maar carreguar suas naaos de mujtas mercadorias. As quais são muito triguo e muitos chamallotes e muito gergelim muito de barato e mujtas manteiguas. E estas mercadorias leuão a troquo de muita pimenta e feerro e açucar e allgũs panos. As gentes della são todos arabios.

A FERMOSA ÇIDADE DORMUZ

Pasando deste maar persyo em ha boqua do estreyto estaa huã jlha pequena em que estaa ha çidade dOrmuz que não he mujto grande. He de muito fermosas casas mujto alltas de pedra e gesso que he bramquo como call e asy se faz como a mesma caal. São cubertas de terrados he terra mujto quente as casas tem hũs cataauentos que são feitos por tal emgenho que de çima do mais allto das casas fazem vir ho vento abaixo ha as logeas. Os quais emgenhos se fazem pera os refrescar das

(69) Basra ou Bassorah — no Iraque. — Glossário.

grandes callmas. Estaa esta çidade muito bem assentada e bem arruada. Fora da dita çidade estaa huã serra que a lluguares he toda de sall em pedra e são tão grandes as pedras delle que não fazem diferemça na grandura das outras peedras mujto grandes, e moydo he muito bom sall e muito aluo. Chamão a este laa sall Imdyo porque natureza o crja ally. E todas as naaos que vem ha dita çidade dOrmuz leuão por lastro deste sall que em todas as partes vall dinheiro. Os abitadores desta ilha e çidade são parsyos e delles arabios. Falam arauja e tambem outra limguoa. Estes parsios he gente branqua e allgũs baaços que são da terra da Arabia e pretos tãbem são allgũs. Estes parsyanos são alluos como dito he e fermosos e guordos e viçoosos curanse muito bem. Tem a seita de Mafamed são homens muito luxuriosos tem antre sy mancebia dabomjnauell pecado. São muito musyquos tem muitas maneiras de tangeres. Haa nesta cidade mujto grandes mercadores. Teem muito bom porto omde vem mujtas naaos de todallas partes da Imdia, com toda sorte de mercadorias a saber da Imdya trazem mujta prata gemgiure canella crauo e sandallo e muito brasyll (70) e açafrão e outras muitas mercadorias.

E de Cambaya trazem mujtas hoostes de panos dellguados que amtre elles se estimão muito pera toquas e camisas de que ha muito seruem os da terra.

E dAadem trazem mujto vermelhão azougue coobre acafrão e aguoas rosadas panos de brocado e de seda e mujtos cetĩis.

E da terra do xeque Ismael vem aquy ter mujtas sedas e muito almizcar e ruibarbo de baren e Jullfaar (71) muito alljofar e perollas grandes.

E da Arabia mujtos cauallos que vaallem muito dinheiro saem desta çidade pera a Imdya cadano bem vj.c cauallos os quais se vemdem llaa a iij.c e a iiij.c cruzados cada hũ maao com bom e as vezes mais e menos segundo são as guerras e a neçesydade que haa delles. Tambem leuão mujtas tamaras e pasas e sall e mujto alljofar myudo e groso e mujtas perollas e vall tudo muito bem no reino de Narsimgua (72). Os mouros desta cydade tratãose mujto bem de suas pessoas vestem mujtas sedas e panos dallgodão mujto finos. Trazem adaguas e faquas mui bem guarneçidas douro e prata dependuradas na cymta. Trazem hũs como maneira de bruqueis redondos a que nos chamamos quofos guarneçidos de seda

(70) É o pau brasil, árvore leguminosa usada para produzir um corante vermelho, utilisado em tinturaria. É a Coesalpina echinata, de Lamk.

(71) O Glossário regista com a forma Iulfar e com a forma Julfar, situando na costa do Hadramanto. Mais refere que João de Barros menciona Julfar na costa da Arábia que é o reino de Ormuz, dizendo que é o que mais condiz com a atribuição de Fernão Vaz Dourado na «Carta da Costa da Índia do rio Jugo até o porto de Bengala», do atlas de 1571.

(72) O Glossário regista a forma, remetendo-o então para o reino de «Bisnagà», reino desaparecido.

e nas mãos seus arquos turquesquos pimtados de mujto fermosas timtas com as coordas de seda. Estes harquos são de paao enneruados e de corno de Bufaro. Fazem grande pasada são grandes arqueiros. Suas frechas são sotys e muy bem hobrado. Outras trazem nas mãos maças de feerro e outras machadinhas de mujtas maneiras e feiçois e mujto bem hobradas e lavradas de fermosa tausya. São homẽs mujto riquos. Comem mujto bom pão de centeio e muito fermossas carnes e muitas comseruas e muitas fruitas confeitadas e outras verdes a saber: romaãs, peceguos, albiquorques, fyguos e amendoas, huuas, muytos mellois muitas saladas e todallas outras cousas que haa em espanha tamaras de muitas maneiras. Bebem vinho duuas muito escomdydamente porque lho defende sua ley. As aguas que bebem são hũ pouquo allmeçeguadas poenas em frio pera o que buscão mujtas maneiras. Todos os fydallguos e grandes mercadores trazem per omde quer que vão pollas praças e pollas ruas hũ page com hũ barril de baarro cheo daguoa guarneçido de prata ou huã guarrafa de prata a quall aguoa trazem por estaado e serujço de sua viçosa vida. Estão as molheres mujto maall com elles porque os mais trazem sempre comsyguo escrauos moços capados com que dormem.

Estes mouros honrados tem todos qujntas e erdades na terra firme omde vão follguar allgũs meses do anno no uerão porque a ilha em sy he esteeril que não tem aguoa nem cousa verde. He muito abastada de todollos mantymentos e tudo muito caaro porque lhe vem tudo pollo maar da terra firme dos luguares da Arabia e Persya e a aguoa lhe vem cada dia em huãs barquas a que chamão terrados. Estão contynuamente as praças cheas de todás as abastanças e tudo se vende a peso e por muito grande regimento e taxa e quallquer pessoa que fallsar peso ou sair da taxa, e hoordem que lhe dão he bem castiguado. Vemdem as carnes cozidas e asadas tambem a peso e os outros comeres, feito tudo tão conçertado e tão limpo que muitas pessoas homradas e mercadores não mandão fazer de comer em suas casas e das praças comem.

He terra tão quente que no uerão não podem estar dentro das casas e se vão homde haa vento ou se metem dentro na aguoa por que he a callma tamanha que não tem outro remedio. Vem hũ vento haas vezes por cima da dita jlha que queima como a boqua dum forno. Nesta çidade ha emtrada do mes de Setembro cadano huã vez tem nos mouros hũ grande gegum que não comem ate ver a primeira estrella. Ho quoal guoardam muy temperadamente. Ho qual jegum lhe dura xxx dias a modo de quoresma e como são de doze anos são obriguados forçadamente a este gegum e estes xxx dias se emtende amtre elles de lũa a lũua a que chamão ramadão.

Tem esta cidade rey sobre sy que sempre nella estaa e no cabo da dita çidade junto com ho maar tem hũs paaços e fortalleza em que sempre estaa aposentado, nos quais tem seu tysouro. Hobedecemlhe todas as ilhas e luguares da Persya e arabia que atras faaz menção omde tem arrecadadores de suas remdas e direito que lhe esta çidade trazem. E asy tem

em todos estes luguares seus guouernadores. Tem na mesma çidade guouernador que toda jmteiramente a guouerna e manda e asy todollos outros hoficiays a saber allcaydes meyrinhos allmoxarifes espcriuais e tysoureiro e outros hofyçiais e o guouernador manda e guouerna todo ho reino sem ho rey guouernar nem emtemder em nenhuã cousa, somente he bem seruydo e guardado e se polla vemtura ho rey quer entemder na guouernança ou no tyssouro ou quer ser rey isento e liure como os outros tomam no e quebram lhe os holhos e metemno em huã casa com sua molher e aly lhe dão de comer muy atrjbuladamente e tomão hũ moço da linhagem do rey filho ou jrmão ou sobrjnho mais cheguado e o metem em a fortalleza e paaços e ally ho tem pera em seu nome mandarem e guouernarem ho reino muy paçifiquamente e todos os outros erdeiros do reino asy como creçem e são em idade de poderem mandar e gouernar, se ao dito guouernador pareçe que elles querem entemder njso, tomammos e metemlhe os holhos por demtro e quebramlhos holhos e metemno na dita casa de maneira que sempre tem nella dez ou xij reis çeeguos e os que reinão uiuem neste medo e aly lhes dão de comer a elles e suas molheres e fylhos. Este custume tinhão e guardauão ate ho tempo que esta çidade foy tomada pollos portugueses e des emtão pera quaa tem outra hordem em que os pos Afonso dallbuquerque que tomou a propria çidade. Este rey dOrmuz tem mujta jente daarmas e asy mujta caualIaria que ho guardão e seruem aos quais pagua muy bom solldo e amdão sempre com suas haarmas na arte e delles mandão estar fromteiras nos luguares da terra firme quando haa necesydade diso. Nesta cidade se faz moeda douro e prata a douro chamão parafym vaalem iij.[c] reis pouco mais ou menos. He moeda redomda como a nosa com letras mourisquas he de bom ouro. Ha de prata he comprida a maneira de faua tambem com letras mourisquas. He seu nome tangua e vall tres vimtes pouquo mais ou menos e elles chamamna barim. He prata mujto fina. Leuão os mercadores desta moeda pera a Imdia porque corre laa muyto bem.

Ha este reino dOrmuz veyo huã armada dell rey noso senhor de que era capitão moor Afonso dAllbuquerque ho qual se quisera por com elles em mujta paaz e amjzdade e elles não quiserão porquanto nos somos cristãos. E o dito capitão moor lhe começou a fazer guerra por todo seu reyno e nos portos de mar lhe começou a fazer mujto dano de maneira que ho capitão moor veyo ter ao porto dOrmuz com huã armada e aly houue hua muy grande pelleja com mujtas naaos e muy grandes e muy cheas de gente muy fermosa e muy bem armada e concertada, ha qual ho dito capitão moor desbaratou e lhes tomou mujta gente e lhes meteo mujtas naaos no fundo, e tomou e queimou outras estando anquorados no porto jumto com os muros e quando ho rey e guouernadores da terra virão tão gram destruijção em suas jentes e naaos sem lhe poderem valler cometeo paaz, e o dito capitão moor ha quis com condição que lhe deixasem fazer huã fortalleza em ho cabo da cidade e lhes aprouue a elles a qual se começou a fazer e como foy começada se tornarão os

mouros haa rrepemder e não quiseram que se mais fezese e emtão lhe tornarão a fazer guerra e lhe fezerão tanto dano e lhe matarão tanta gente que os fezerão tributarios a Ell Rey noso senhor em X̃V xarafins douro, em cada hũ anno. E day a certos anos mandou este rey dOrmuz huã embaixada e carta a ell rey noso senhor com grandes presemtes e com a reposta que mandou ell rey noso senhor foy ho dito Afonso dAlbuquerque com sua armada ha dyta çidade dOrmuz omde ho receberão com mujta paaz e lhe deixarão fazer ha fortalleza que em outro tempo tynha começada, e loguo se fez muy grande e formosa e estando asy ho rey que he hũ moço de pouqua idade em poder do dito guouernador tão sogeito que não ousaua fazer nenhuã cousa de sy teue maneira como secretamente fez saber ao capitão moor de sua pouqua liberdade e que aquelle guouernador ho tynha casy como preso e que tomara a guouernança forçosamente e que a tyrara a outro que ha soya ter e que lhe pareçya que carteaua com ho xeque Ismaell pera lhe dar ho reino e o capitão moor teue jsto em grande segredo e detrjmjnou de se uer com ho dito rey, as quais vistas se concertarão que fose em huãs casas grandes junto com ho maar em no dia que se ouuerão de ver emtrou ho dito capitão moor em as ditas casas com dez ou doze capytais, deixando sua jente mujto bem conçertada e tudo como deuia e o rey e o seu guouernador vierão com muy grande soma de jemte, e demtro nas casas omde estava ho capitão moor emtrou ho rey com ho guouernador e com dez ou xij mouros omrados e como emtrarão a porta foy loguo muito bem fechada e guardada e logo o capytão moor mandou matar ho dito guouernador diante sy e dell rey haas punhaladas e o rey se começou a confranger e vemdo muy grande medo e o dito capitão moor lhe dise que não temese porque isto que fezera fora por ho fazer rey jsento como são os outros reis e os que estauão foora ouujrão ho rumor e começaranse dalluoroçar a saber: os jrmãos e parentes e crjados do dito gouvernador que era mujta jente e todos harmados de maneira que foy neçesario ao capitão moor tomar ho rey polla mão e sobiremse a hũ terrado ambos de dous armados pera o rey dally lhes fallar e os apaçifiquar ho qual dally lhes fallou e não podia com elles senão que lhes entreguasem seu jrmão, e emtão se forão os mouros paremtes e jrmãos do morto a meter demtro nos paaços e fortalleza do djto rey dizendo que farião outro rey e o capitão moor lhes quisera poer as mãos e asy esteueram hũ grande pedaço do dia, e o rey os queria lançar fora com pallauvras e o capitão moor ho quisera fazer per força e elles não querião sair da fortalleza e quando virão que ho capitão moor detrjmjnaua com ell rey de dar nelles cometerão de dar ha fortalleza e ell Rey ho aceitou e mandou que se fosem loguo fora da jlha e elles se forão loguo com suas casas e molheres e filhos e o capitão moor leuou dally ho dito Rey muy triumfosamente com mujta gente asy da nosa como da sua aos seus paaços e castello, e o emtreguou a outro guouernador que dantes hera, e lhe emtreguou liuremente tudo e dise ao guouernador que ho sygujse com mujto acatamento

e o deixase guovernaar sua terra a seu prazer somente ho aconselhase no que deuja fazer e asy ho tornou a sua liberdade e deixou na nosa fortalleza hũ capitão que se chamaua Pero dAllbuquerque fidallguo da casa dell rey noso senhor omde lhe deixou mujta gente e naujos pera fauorecerem ho dito rey ho qual não fez nada sem comselho do capitão da fortallleza e estaa ha hobeliencya dell Rey noso senhor e como ho capitão moor vio jsto em tanto soseguo e debaixo de seu mando, mandou loguo degradar com preguão todos os sodomytyguos (73) que achou na dita Ilha e mjtydo pollos ventaãs a cada hũ sua frecha e asy primeiramente forão degradados com defesa que se allgũ mais ally tornase que seera queimado de que ho rey não mostrou ser comtente e asy mandou tomaar os reis çeguos que erão xiij ou xiiij e os mandou meter em huã naao e leuar ha Imdya e emtreguar na çidade de guoa omde lhes manda dar de comer ha custa de suas remdas pera ally acabarem seus dias e não fezessem allguã torna uarão no reino dOrmuz e estar ho dito reino em paaz e aseseguo.

HO GRANDE REINO DE HULÇIMDE (74)

Ssayndo dOrmuiz e ssua teerra contra a Yndya entrão loguo no reyno de Hullçym de que estaa amtre a teerra da Persya e a Yndya hee reyno ssobre ssy e ho rey e a majs da gente delle ssom mouros haa nelle ajnda allgũs gentyos ssogeytos aos mouros. Este rey tem muita teerra pollo ssartaão e poucos poortos de maar tem muitos cavaallos e de huã pera ter confyna com ho reyno de Cambaya e da outra com a Perssya. Hobedece ao xeque Ismaell ssom gente branca e baaços tem lynguoa ssobre ssy e tambem faallão pera sseos em Arabya. Haa nesta teerra muito tryguo e cebaada e muitas carnes hee terra de campos e de pouca madeira seruemsse muito pouco da naveguação do maar tem grandes prayas onde matão muitos pescaados e grandes e ssecannos e levamnos por mercadorya a muitas partes em hũs nauyos pyqenos a que chamão zambucos. Dão a comer aos caualos destes pescaados ssecos, alguãs naãos que da Indya aquy naveguão especyaryas e madeyra e cabroado e canos e da Yndya que ssom grossos como a perna de hum homem e tudo ysto guanhão muito dinheiro e daquy levão muito allgodão e paanos delle e cabaallos por este reyno ssae hũ Ryo ao maar que hee muito grande e

(73) No Livro de Duarte Barbosa, anotado pelo Dr. Augusto Reis Marques, diz «Somiticos». A forma usada no manuscrito que ora se dá a público, é mais perfeita para referir aqueles que tinham os costumes que se diz tinham os habitantes de Sodoma.

(74) O Glossário não regista esta forma. Dá Ulcide e Ulcinde, citando Castanheda e Camões, e remete para Dulcinde, citando Diogo do Couto — Ásia. Nada mais. No «Livro» de Duarte Barbosa — ed. citada — vem «Reino de Diul».

fermoso e vem pello meo da Perssya e dijzem que ssaae este e Eufrates do parayso terreall hoo loguo deste ryo vaão muito grandes lluguares de mouros e muito rycos hee muito vyçoosa teerra e de muy groossos mantymentos.

IMDYA E REYNO DE GUZARAATE OU DE CAMBAYA QUE TUDO HEE HŨ (75)

Passaando este reyno de Hullcyde entrão em a primeira Yndya que hee ho gran renyo de Cambaya, ho quall reyno, foy nos tempos passaados dell Rey daaryo ssegundo os mesmos yndyos ho afyrmão que tem grandes caronycas e estoryas em escryto toda antre elle e ell rey Allexandre tem muitas vyllas e cydaades muito grandes asy pollo ssartaão como hoo lomguo do maar. Tem muitos poortos onde haa grandes naveguações e grandes mercadores assy mouros como gentyos. Hee ho rey mouro e assy toda ssua gente daarmas e daantes serão gentyos e por guerras forão ssoguguaados pollos mouros e ajnda aguora haa muitos gentyos pollo reyno que ssom ssogeytos aos mouros dos quais recebem muytos pessaryas e os tratão muito maall haa atee estes gentyos de gente a saber hũs chamão Resbutos (76) que erão em outro tempo cavalejros do rey gentyo e defenssores e guovernadores do reyno e fazyão a guerra onde conprya de se fazer e ajnda aguora em allguãs sseerras e luguares foortes haa allgũs destes que tem vyllas e luguares com que nom hobedecem ao Rey do Guzaraate, nem elle hee poderoso pera os ssojuguaar, nem destruyr. Ssom muito guerreyros e tem muitos cavaallos e ssom boõs cavalleyros husam aarcos e frechas de ousso boõs hofycyaaes e tem outros muitos moodos de munuções de gueerra com que sse defendem dos mouros muito bem e tem e pessuy grandes cydaades e vyllas nestas montanhas.

OUTRA SSORTE DE GENTYOS QUE CHAMÃO BANEAANES (77)

Haa outra ssorte de gentyos que chamão Baneanes que vivem amtre os mouros e ssom grandes mercadores e tratantes ssom homeẽs que nom coomem carne nem pescaado nem nenhuã outra cousa que padeça moorte

(75) O título deste Capítulo no «Livro» de Duarte Barbosa é «Reino de Guzarate».

(76) O mesmo que reisbutos — Casta da Índia — João de Barros, nas Décadas, dão:

«tendo El rei Badur ua guerra com Resbustos, povos que confinam com as mesmas terras de Diu...» Década II, cap. 9; e

«He povoado este Reino pelo sertão de gentios, há uns que se chamam Resbustos, que quando os Reis deste Reino eram gentios... eram cavaleiros e defendiam o reino»... — Castanheda. «História da Índia», III cap. 130, 4, 24.

(77) Este título de capítulo não existe no «Livro» de Duarte Barbosa.

João de Barros. — Dec. I, Liv. IV, Cap. VI pág. 151 diz:

«Entre os quais vieram certos homens a que chamam baneanes, do mesmo

nem matão nenhuã cousa nem a querem ver mataar porque lho defende ssua ydollatrya guardão ysto, em muito grande estremo. Acontece muitas vezes levaaremlhes os mouros allgũs vynhos ou passarynhos dizendo que hos querem mataar perante elles e elles lhos resguatam e coprão por muito mays do que vallem pera os lançarem a voaar e lhes daar as vydas asy tambem sse ho rey ou guovernador da teerra tem allguũs homẽes jullguados aa morte por dellytos que faazem, ajuntãsse estes baneanes e comprãnos por muito dinheiro aa justiça pera que nom mourão. Haa muitos mouros pedytes que por ysto que delles ssabem tomão pedras grandes e dãsse com ellas nos peytos perante elles fyngindo que sse queerem mataar e por que ho nom faação lhes dão esmoolla da mаão, outras lhes vem diante das portas degollar ratos e bychos e cobras e porque ho nom faaçam lhes dão dinheiro e assy ssom dos dytos mouros per muitas vyas muito apirreaados e maal trataados.

E sse aacham estes baneanes quando camynhão hũ carreyro de formyguas, afastãsse do camynho e vão pera foora pollas nom esmaguarem com hos pees e nom acendem candea de noute porque nom venhão as berberetas e outros bychynhos morrer no lume das candeas e por esta rezão çeão ssempre de dja e sse per neçessydaade acendem candea metẽnas em huãs allanternas de papell ou de paano aguomaado, de maneyra que per nenhuã vya poossa vyr a morrer no foguo da dyta candea cousa nenhuã e nom matão pullgua nem pyolho e sse hos muito aqueyxão buscão hũs homeẽs que haa antre elles da mesma ley que tem por de ssanta vyda e muito austinenlos e estes lhes catão e os pooem nas ssuas mesmas cabeças e tambem os emborylhão em allguodão e os metem pellos buracos das paredes ssem sse mataar nenhũ delles, assy que nesta contynencya de nom mataar ssom muito sostantes e aguardão muito bem por servyço e onrra dos sseus deosses que lhe assy mandão e foora dysto ssom muito grandes onzeneyros e fallssefycadores de pesos e medydas e de moedas e muito mentyrosos.

Ssom homeẽs baaços e muito bem apessoados e grandes tratantes assy com os mouros como com toda outra ssoorte de gente. Tratão pera muitas partes e pryncypaalmente pera Ormuz onde haa muitos delles levão muitas ssedas solltas e muito retroos de muitas cores.

Ssom homeẽs muito guallantes laa pella ssua arte. Ssom muito dellycaados e tem pecaados em sseu comer. Sseus manjares ssom leyte manteygua, acucare arroz e muitas conservas de muitas maneyras e feyçoões ssom muito de fruytos e ortallyças e dervas de campo pera sseus manjaares tem muitas ortas e pumares e tanques muito boõs e de booas

gentio do reino de Cambaia........................ dos quais copiosamente tratamos em a nossa *Geografia*».

Note-se a não existência deste capitulo, no «Livro» de Duarte Barbosa, e a extensão que tem aqui. Note-se também que, João de Barros diz: «como copiosamente *tratamos*», isto é, dá a entender que esse capitulo já está feito.

auguas em que sse lavão cada dja duas vezes assy hoomeẽs como molheres e acabaados de llavar haãosse por perdoados de todos sseos pecaados que atee aquella oora tem feytos. Curão cabello muito comprido como as molheres da nossa teerra e apanhãno nas cabeeças e faazem huãs trufas delles e em cyma da trufa ssuas toucas pera lhos ter ssempre apanhados no cymo da cabeça. Andão com ysto muito doces e trazem amtre os cabellos metydos muitas frolles (78) e cousas cheyroosas e huntansse com ssandallo branco mesturaado com acafrão e com outros muitos cheyros. Ssom muito namorados vestemse de ssedas e panos dallguodão com huas camysas allvas e compridas, trazem çapaatos de pontylha e bom cordovão e muy lavraados e nom trazem aarmas nenhuãs soomente huãs facas pyquenas guarneçydas douro e de prata. As armas lhes ssom defesas pollos mouros que as nom traguão e tambem elles nom ssom muito deellas husão muito orelheyras (79) douro e muita pedrarya e aneis. Ssuas molheres ssom muy fermosas e dellycadas e de boõs coorpos. Ssom baços, caasy brancas, vestensse de ssedas e assy como os marydos cheguãlhe as vestyduras atee hos pees. Veestem hũs ssaynhas de panos de sseda com manguas estreytas e abertas por detraas pellas espadoas. Nom pooem nada nas cabeças soomente ho sseu cabello muito bem apanhaado sobre as cabeças, trazem nas pernas manylhas douro e de prata muito grossas e muitos aneys nos dedos dos peeis e das maãos e muitas e muitas contas e coraaes grossos nos braaços trazem orelheyras muito rycas e de muitas ssortes tem grandes buracos nas orelhas e metydo nelles huãs rodas douro tamanhas como hoovos. Ssomente ressaydas, quando ssaaem fora de ssuas casas vão muito cubertos com sseus paanos por çyma das cabeças.

OUTRA LEY DE GENTYOS A QUE CHAMÃO BRAMENES (80)

Neste reyno haa outra ley de gentyos que he sseu nome Bramenes. Estes ssom amtre elles ssacerdotes e pessoas que menystrão e guovernão ssuas ydolatryas. Tem muito grandes casas doração haa muitas dellas que tem muita renda e outro sse mantem desmoollas. Tem nas ygrejas

(78) O mesmo que flores — Dic. Morais, S. V.

«Mays que os tratam no tempo da frol» — D. Diniz, «Cancioneiro da Vaticana», N.º 127. Ed. de Teófilo Braga.

(79) Brincos.

...«e da gente morta apanharam os panos e muitos *orelheiros* de ouro que alguns traziam...»

...«Gaspar Correia — «Lendas da Índia», Vol. I, pág. 468».

(80) No «Livro» de Duarte Barbosa, também não existe este título de capítulo, nem a matéria tem a extensão que aqui se acha. Bramenes, é o mesmo que bramanes — «Há entre eles outra lei de gentes que chamam bramenes...». Duarte Barbosa, «Livro», pág. 110; cf. pág. 135 e 138.

«... aos lavradores da terra e brâmenes mandei que não matassem» — Cartas

grande ssoma de ydollos de peedra e de paao e outros de coobre, fazem ssempre nas dytas ygrejas grandes cerymonyas e feestas aos sseus deosses de muitos tanjeres e cantares e muitas candeas de azejte e ambaxadas e tem nesta ygreja ssynos aa nossa usança que parece que tem atee ssy a ssanta tryndade. Ooram muito ho contro de tres y em tryno faazem ssua oração a Deus que elles confessão ser verdadeyro Deus e fazedor e cryador de todollas cousas e que haa hũ ssoo, e que haa no mundo muitos deoses feytos e guovernaados por elle em que elles tambem creem onde quer que sse achão nas nossas ygrejas, entrão nellas e adorão nossas ymageẽs e preguntão por ssanta Marya como hoomeẽs que dysso tem ouvydo allguã cousa por que lanção a ysso os ssentydos como de terem notyçya e conheçymento dysso. Dizem que amtre elles e noos que haa pouca diferença nas crenças. Sstes bramenes amdão descubertos da çynta pera çyma, trazem a tyracoollo hũ fyo de tres lynhas, ysto em synaall por onde os conheçe por bramenes ou ssaçardotes de ssua ley, tambem nom comem cousa que padeça morte nem matão cousa nenhuã dyzem e tem que em sse lavarem fycão ssallvos como os darriba porque todos ssom hũs ssomente que estes ssom ssaçardotes. Estes todos hũs y outros caasão a nossa maneyra com huã soo molher huã soo vez e sse lhes moorre a molher nom tornão a casaar por estatuto da ssua ley. Fazem grandes vodas quando casam e muitas feestas em que sse ajuntam muita gente e durão as festas muitos djas polla moor parte casão todos moços pyquenos assy machos como femeas. No dja que hos recebem estão assentaños em hũ rico estraado e estão cubertos douro e pedrarya e dyante de sy tem hũ ydollo cuberto de fllores e muitas candeas dazeyte acesas hoo redor e ally ão destaar com hos olhos ssempre naquelle ydollo des polla manhãa atee a tarde ssem comer nem beber nem fallar com ninguem nem nengũs com elles nem aambos hũ com ho outro e neste tempo ssom muito festejaados de sseus parentes e amyguos com muitos bayllos e tangeres de muitas manejras e muitos bombardadas fazem muitas maneiras de foguo e foguetes pera follguarem. Sse morrem elles ou as molheres nunca majs casa hũ nem outro, sseus filhos ssom seus erdeyros, e os bramenes ão de ser filhos de bramenes. Ysto hee a maneyra dos crerigos ou coneguos do Preste Joam que todos sseus filhos ho ssom por nom aver quem enssyne ssenão os mesmos paaes, e ssom assy casaados. Haa amtre estes bramenes, ou saçardotes, outros mais ssomenos em ley que seruem de messejeyros e camynheyros e vão sseguuros por todas

de Afonso de Albuquerque. Ed. Clássicos Sá da Costa, pág. 8. — «De mandarins e bramenes cercado» — Correia Garção — Obras Poéticas — soneto 16 — 16.ª ed. de 1778. E ainda — «Os bramenes o tem por cousa nova» — Camões — Lusiadas — Canto X. Est. CXII.

partes ssem nenguem lhes fazer maall ajnda que aja muita guerra, nem ladrooes nada lhes empeesse e passão sseguramente. E sseu nome hee pater (81).

DO GRA REY DE CAMBAYA QUE HEE HO MESMO DESTE GUSARAATE

Ell rey do Guzarate he mui grande senhor asy de jente como de remdas e de mujtos tysouros e mujta terra. Elle he mouro e asy sua gente daarmas, traz muy grande corte com muy grã caualaria. He senhor de muitos cauallos e mujtos allyfantes, os quais lhe trazem a vemder do Mallauar e de Çeillão. Os cauallos haa mujtos em sua terra com os quais allyfantes e cauallos fez guerra aos gentyos do reyno do Guzarate que lhe ajmda não hobedeçem e tambem a allgũs outros reis com que aas vezes tem guerra, em çima dos allifantes pellejão desta maneira a saber, fazem hũ castello de madeira em que cabem tres ou quatro homens que levão aarquos e muytas espimguardas e outras harmas de muitas maneiras e os ditos allyfantes são a jsto tambem ensynados e tam destros que sabem emtrar em ha pelleja com seos dentes ferem os cauallos e gente tão rijo que muy asynha desbaratao quallquer batalha porem são tão medrosos e tão doridos depois que são feridos, que loguo fogem e se desbaratão asy mesmo e aos que com elles pellejão. Destes tem ell Rey de Cambaya contynos iiij.^{c} e v.^{c} (82) mujto grandes e mujto fermosas e os compra a v.^{c} cruzados cada hũ pouquo mais ou menos e compra estes allyfantes em seus portos omde lhos trazem a vender os mallavares e tambem nos cauallos fazem muita guerra que tem mujtos haa maravilha e os mouros e jentyos deste Reino são muy grandes cauallguadores e mujto lygeiros, e cauallgução haa bastarda, servemse dazorrague, trazem seus escudos muy fortes e redondos, e muy bem guarnecydos de seda, tambem trazem duas espadas cada hũ e huã adagua e seu aarquo turquesquo com muy boas frechas e allgũs trazem maaços, daçejro e asy mujtos delles cootas de malha e outros trazem laudeis embastados dallguodão e os cauallos andão encubertados com muy boas testeiras daaço, e asy pellajão muy bem e muy ligeiramente. São tão ligeiros e manhosos que em çima da sella jooguão ha choqua a cauallo ,e este jogo tem antre sy como nos outros ho joguo das canas. Estes mouros são homẽs branquos, e homẽs de mujtas partydas a saber turquos e mamalu-

(81) Duarte Barbosa, no «Livro» chama-lhes *pateles* «...a que chamam pateles, pág. 67.

Patel — chefe ou regedor, primeira autoridade nas aldeias da costa ocidental da Índia, em especial no território marata e do guzerate. Dic. Morais, s. v.

(82) 400 e 500.

quos e arabios e coraçenes (83), e parsyos turgymões (84) e outros do grão reino de Dely, e outros da mesma terra naturaais as quais jentes se aquy ajuntão por ha terra ser mujto riqua e abastada e o rey della lhes dar mujto grande solldo e muy bem paguo. Estes andão mujto bem vestydos de muy riquos panos de seda e douro e dallguodão e panos de llãa e chamallotes (85), todos com mujto boas toucas nas cabeças. Suas roupas são compridas asy como camjsas mouriscas e çeroullas e borzeguis ate ho giolho de mujto groso e mujto bom cordovão, e muy bem lavrados de mujtos laços de dentro e de fora, muy bem guarneçidos douro tem muy alluas e muy fermosas molheres, tambem muy ricas e mujto bem ataviadas, podem casar com quantas molheres podem manter. Isto por crerem a ceita de Mafamet, mujtos delles tem quatro cimquo molheres reçebydas e mantemnas e de todas tem filhos e fylhas.

Estes mouros de Cambaya fallão mujtas limgoas a saber arabio persyo turquo e guzarate e outros comem muy bom pão de trigo e arroz e carnes de toda a soorte tyram do porquo que he defeso em sua lley. São homẽs viçoosos e dados a llevar boa vida e gastadores em grande maneira andão sempre com as cabeças rapadas e as molheres muy bom cabello. Quando estes mouros tyrão suas molheres fora de suas casas vão em cavallos com carretas e vão tão cubertas que nimguem as pode ver. São homẽs muy çiosos, podense descasar quando quiserem paguando ha molher çerto dinheiro que lhe prometem quando casão se se arrependerem allgum tempo y ellas tem a mesma liberdade. Este rey de Cambaya haa pouco tempo que he rey e chamase ssolltão mordafa. E seu pay se chamaua solltão Mohamed, ho qual foy criado de moço pequeno em peçonha. Seu pay ho quis desta maneira criar per ho não poderem matar com ella porque os reis mouros destas partes husão muito mandarse matar hũs aos outros com a dita peconha a quall começou a comer em tam pequena cantydade que lhe não podia fazer maal, e comya cada dia meo matycall douro somente por conseruar aquela peconha e dally foy creçendo tanto que comia della grande cantydade de maneira que era tão apeconhentado que se lhe punhão huã mosqua na mão loguo caya morta e jnchada no chão. Mujtas molheres com quem dormia morrião loguo, salluo se lhes mjtya hũ anell que elle trazia na boqua, ho quall anell tinha huã pedra que tinha tall virtude que estando na boqua nenhuã peconha podia empeçer. Este anell tem seu filho que agora reina de

(83) Habitantes do Cora:ão, na Pérsia.
Duarte Barbosa, in «Livro» chama-lhes «coracones» — pág. 68.

(84) Turgimão — do árabe tarjuman — Duarte Barbosa, in «Livro» chama-lhes *turginões* — pág. 68.

(85) Chamalote — Tecido de lã de camelo. «E camyse de chamalote morisqua vermelha...» Cartas de Albuquerque, VI — pág. 449.

pouquo tempo pera quaa (86). Este não podia deixar de comer a dita peçonha porque não na comendo loguo hera morto. Como vemos por experiemçia no amfião (87) que os jmdyos comem polla mayor parte e asy tambem allgũs mouros que se o deixão de comer loguo morrem. E se os que nunqua ho comerão comem delle tambem morrem, asy que ho começão de comer em tam pequena camtydade que lhes não posa fazer maall por espaço de dias depois vão creçemdo na cantydade pouquo a pouquo ate que fyquão crjados nella. Ho qual amfyam he frio no quoarto graao e por parte de fria mata. Estes mouros comem este amfyão a fim de luxuria, e este tomão as molheres na Imdya pera se matarem com elle quando caem em allgũ caasso domrra ou desesperação e delido em holio de gergilim ho bebem e moorem dormjndo sem symtyrem moorte nem dor.

A FERMOSA CIDADE DE CHANXANER (88)

Este rey de Guzarate tem em seu reino muyto grandes çidades primcipallmente a cidade de Champaner que he homde elle sempre estaa com toda sua arte, a qual estaa bem pollo certão em hua terra de canpos que he mujto aproueitada de mujtos e muy grosos mantymentos homde haa mujto triguo e mujta ceuada e mujto mjlho e arroz e mujtos grãos chicharos feigois e outros mujtos lygumes e muitos vaquas e carneiros cabras de que tem grandes criaçois. E tem mujtas fruytas de maneira que he mujto abastada de todallas cousas. Tem da rredor muitas montarias, asy de çeruos como doutras mujtas allymarias e muitas caças de muitas aaues. Tem fallcois, guaujais, guallguos e sabujos e podemguos e muitas lebrees e omças mansas que cação todallas allymarias e cação toda a caça por seu pasa tempo. Tem este rey nesta çidade mujtas allymarias criadas de desvarjadas feicois que manda buscar por todo mundo e crjar pera seu desemfadamento. Este rey mandou a ell rey noso senhor huã giramda de presente per lhe diserem que follguaria muito de a ver em grande maneira.

(86) Duarte Barbosa, no «Livro» não refere esta informação: «Este anel tem seu filho que agora reina de pouco tempo pera quaa». Esta é outra informação. Ora se o «Livro» foi terminado, como se diz na Prefação que vem em Ramuzio em 1516, e o manuscrito que ora se publica foi organizado depois de 1540 (data da primeira edição da «Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Indias» do padre Francisco Álvares) como se disse no Estudo que precede esta publicação, vê-se bem que houve o intuito certo de dar o maior número possível de noticias que só podiam ser conhecidas por pessoa muito dentro dos assuntos.

(87) Anfião — do árabe *áfium*, este do grego *opion* — Sumo das papoulas — ópio — «... e nós mais corrompidamente lhe chamamos anfião...» — Garcia de Orta. — Colóquios dos Simples e Drogas da Índia, XII, p. 154.

(88) Na Edição do Livro publicada pelo Dr. Reis Machado diz Champanel. O Glossário regista-a deste modo dizendo ser a arruinada cidade de Champaner.

A FERMOSA ÇIDADE DE ANDAUA (89)

Saindo desta cidade mais contra ho sertão estaa outra çidade neste mesmo reino que se chama Andaua a qual he mujto mayor que a cidade de Champanor. He muy riqua e muy grandemente abastada. Nesta çidade soyão sempre estaar os reis antiguos, as quais çidades são cerquadas de muy bons muros e muito bem arruadas de muy eycellentes casas de pedra e caall cubertas de telha aa nosa maneira, omde tem muy grandes patyos e muitas aaguoas e pooços e tanques. Seruemse de caualos suas azemolas são camelos em carretas. Tem muitas ribeiras e muy fermosas omde andão muitos pescados dagoa doçe, e muitos pumares com muitas hoortas, e tem per demtro pollo sertão mujtos luguares e villas e çidades omde ell rey tem seus guouernadores e arrecadadores de sua fazenda e rendas, e se pola vemtura estes guovernadores lhe errão em arrendar e arrecadar sua fazenda, ou em outras cousas que não deuão mandaos chamar e vem perante elle e ally lhes manda depois que estaa com elles ha pratyqua daar huã taça chea de vinho em huã beberagem apeconhentada com que loguo moorrem e desta maneira os castigua que quantos guouernadores tem demtro do seu reino vivem neste medo e guouernão os luguares e cidade muito mansamente e aa sua vontade.

HU GRANDE LUGUAR QUE CHAMÃO PATEMXER (90)

Os luguares que este rey do Guzarate tem de lomguo do maar são estes seguyntes primeiramente saimdo do reino de Ullçimde comtra ha Imdya estaa hũ ryo em ho quall estaa huã cidade muito grande que se chama patenexey que he de muy bom porto de maar e muy ryqua de muy grão trato. Nesta cidade se fazem muy grande soma de panos de seda pimtados de mujtos lauores que se guastão perto da ha Imdya e Mallaqua e Bengualla e mujtos panos dallguodão. A este porto vem mujtas naaos dos Imdyos carreguados de mujtos quoquos e daçuquar de pallma que no Mallauar se chama Iagra. Tambem allguã espeçiarya daquy leuão mujta soma de panos e mujto aallguodão e cauallos e trigo e outros mujtos ligumes em que se ganha mujto dinheiro suas viagens são de quatro e çimquo meses.

---

(89) O Glossário regista esta forma — Andava — recolhida na versão do «Livro» de Duarte Barbosa, publicado por Mendo Trigoso em 1812. Aponta-a como sendo aquela a que o Dr. Mansell Longwarth Dames identifica como Madabá ou Almadabad.

(90) O Glossário regista as formas Patemxy, Patenissi e Patenx; a primeira do «Livro de Duarte Barbosa» publicado por Mendo Trigoso; a segunda, sem referência alguma; a terceira, também do mesmo livro da primeira, porém na versão existente na Biblioteca de Barcelona.

CURATE (91) HE MANGUALLOR

Pasando este luguar himdo de llomguo da coosta estaa tambem outro luguar que chamão Curate e Manguallar omde tambem vão mujtas naaos do Mallauar a comprar cauallos e trigo e arroz e mujtos panos dallguodão e outra mujta mercadoria que na Imdya vall. E elles leuão do Mallauar muitos quoquos e orraqua e esmerill çera cardo momo. De toda sorte despiçiarias ho qual trato e viagens fazem em mujto pouquo tempo e he de grande proueito.

A FERMOSA ÇIDADE DE DIO (92)

Pasando este luguar de Çurate e Manguallor de longuo da costa estaa huã ponta que ha terra faz em que estaa huã ilha pequena peguada com ha terra firme, a quall tem hũ luguar muy grande que os mouros chamão de uixa e os mouros da terra lhe chamão Dyo tem muy bom porto e muyto grande escalla de naaos e de grande trato de mercadorias e de mujto grande naueguação de muytas e grandes naaos a saber do Mallauar e de Batycallaa e da cidade de Guoa, de Dabull e Chaul naveguão pera aquy, os desta cidade de Dio tambem naveguão pera muytas partes a saber pera Adem a Mequa, e pera Zeila e Barbara e pera demtro a Mequa daxo e pera. Mjlimde e Monbaça e pera Xeer (93) e Ormuz e pera todo seu reino, os Mallauares trazem a esta çidade mujta soma de rrequa, e mujtos quocos e jagra e çera, e esmeril, ferro, e mujto, açuquar que vem de Batiquallaa (94) e mujta pimenta e gimgiure, mujta canella e crauo, maçãs nooz nozcada, sandallo, e muyto brasyll (95) e pimenta lomgua, afora mujta seda que de Mallaqua e China vem, e mujtos espeçiarias, de daabull e Chaul lhe trazem mujta soma de beirames (96) e biatilhas (97), e daquy se llevão harabia e Persya e tornão

---

(91) O «Glossário» regista a forma citando o «Livro» de Duarte Barbosa, e remete para a forma «Surate», que diz ter visto na «Ásia» de João de Barros, sem mais referência.

(92) Note-se a diferença entre este capítulo e o contido no «Livro» de Duarte Barbosa.

(93) O «Glossário» regista Xeer, mandando ver Xaer, identificando como Ash Shehr, Esh Shihr ou Sheher, supondo ser Shuhair.

(94) O «Glossário» regista esta forma colhida das «Cartas» de Afonso de Albuquerque.

(95) Amora leguminosa que produz a brasilina para tinturaria.

(96) Beirames — Tecido de pano fino de algodão da Índia. «Trouxe vinte peças de pano branco muito fino com chapas de ouro a que chamam *beirame...»* — Gaspar Correia, «Lendas da Índia», vol. I, p. 100.

(97) Beatilhas — Lençaria antiga muito fina para camisa, toucas, etc.

...camisa de delgada beatilha
que o corpo cristalino deixa ver-se...
(Camões — «Lusíadas» — Canto VI, Est. 21)

a lleuar daquy em retorno panos da terra dallguodão, e cauallos trigo geigilin alinodan mujto azeite de gergyllim muito amfião asy do que vem de Adem como do que fazem em Cambaya porem ho que fazem no reino de Cambaya não he tão fino como ho que fazem em Hadem daquy leuão mujtos chamalotes comũs e outros de seda que se fazem neste reino de Cambaya. Fazem tambem muitas allcatifas grosas e tafetaas e mujtos panos de grãa que da Imdya aquy trazem e mujtas spiçiarias, e tudo deste lugar trocão pera muitas partes, de maneira que este luguar he de mayor trato que haa em todos estes portos e partes. Remde tambem grão soma de dinheiro que he cousa espantosa. Aquy trazem tambem daadem e de Mequa muito corall cobre e mujto azougue e mujto vermelhão chumbo pedra hume mujta ruyua que trazem daadem, aguas rosadas açafrão mujto ouro e prata amoedado e por amoedar, em este luguar tem ell rey de Cambaya hũ gouuernador que se chama mjliquiar ho qual he hũ homem velho e muy bom caualeiro e mujto sesudo e jndustrjoso e de grão saber ho qual viue mujto concertadamente, em todallas suas cousas mostra ser mujto engenhoso tem e faaz cada dja muita e grosa artelharia tem nauios de remos mujto conçertados e mujto apontados e mujta soma delles pequenos a que chamão atallayas (98) tem feito hũ muy fermoso baluarte no meyo do porto com mujto fermosa artelharia com muitos bombardeiros, tem contynuadamente contyguo muytos homens darmas a que elle pagua muy bom solldo e muy bem conçertados e bem armados vive sempre sobre aviso arrecea mujto ho poder dell rey noso senhor faaz mujto grande guasalhado aos nosos navios que ao seu porto vão a jente de sua terra he mujto bem castiguada guoverna com mujta justiça faaz muito dinheiro as partes primçipallmente aos estrangeiros nauegantes que ao seu porto vem em sua terra daa daujdas e faaz mujtas merçes, a este porto de Dio veo tem huã mujto grande aarmada do grão solldão de naaos de guauea e de gualles de remos muy comçertadas e com muy fermosa jente e bem aarmada de que era capitão moor mjroçem, pera neste porto e reino se reformaar com a ajuyda do rey de Cambaya e deste Miliquiaz e daquy hir demtro ha calicud pera pellejar com as nosas jemtes e as lamcar fora da Imdia em ho qual esteue mujto tempo fazemdo sua armada prestes e como ho visorrey soube que elles estauão demtro em Dio. Moueo hua frota e os veo aquy buscar e elles sairão de demtro domde estauão a receber os nosos ao caminho e na boqua da barra ouue as harmadas huã mujto grande pelleja em que dambas as partes ouue mujta jente ferida e moorta em fim forão vemçidos e tomados e moortos muy grande soma delles e lhe tomarão as naaos e gualles com muy grande soma darmas e artelharia muy grosa e mujtos delles catiuos e o dito miroçem se salluou e deixou pereçer sua frota como dito he, e Mjliquiaz que com suas

(98) Atalaias, na Índia, eram certas embarcações de remos. Castanheda, «História da Índia», cap. I, p. 46.

atallayas e jemte os ajudaua e fauoreçia quando vio tão fermoso desbarate que as nosas jentes fezerão. Mandou lloguo mujtos recados e mesajens ao viso rey que elle que ia com ell Rey noso senhor muita paaz e amizade e lhe mandou mujtos refrescos e muitos mantymentos em synall ed muita paaz e amizade como esperaua.

HU LUGUAR QUE SE CHAMA GUAGARYM (99)

Pasando este luguar de Dio começa logo a costa de fazer huã enseada pera dentro contra Cambaya, em a qual estão mujtos luguares e mujtos portos de maar do mesmo rey do Guzarate os quais são de grande trato principallmente Guoguarim que he huã villa grande de muy bom porto de maar omde sempre carreguam mujtas naaos do Mallauar e doutras partes da Imdya e daquy vão outras muytas a Adem e a Mequa, aquy se tratão todas as soortes de mercadorias como em Dyo.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO BARBASY (100)

Pasando este luguar imdo polla enseada dentro estaa de lomguo da coosta outro luguar que he tambem de muy grande trato pera mujtas partes a que chamão Barbasy em estes luguares tem ell Rey guouernadores e arrecadadores de suas remdas e allfandeguas, em cada hũ delles se recolhe muy grão soma de dinheiro dos direitos das ditas mercadorias e ancorajens. São estes mujto fartos e abastados de mantymentos e de mujtas maneiras de mercadorias que de todas as partes trazem afora outras que no sertão naçem e fazem.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO GUINDARIM (101)

Pasando este luguar de Barbasy estaa outro na boqua dũ rio pequeno que se chama Gundarim que he hũ luguar de mui bom porto de maar em que se trata mujta soma de mercadoria porque pollo rio demtro estaa ha grão çidade de Cambaya, a este luguar vem sempre muytos Zambuquos (102) da terra de Mallavaar com mujta arrequa (103) e quo-

(99) O «Glossário» não regista a forma «Guagarym» nem «Gagarim» como vem no «Livro» de Duarte Barbosa.

(100) O «Glossário» tomou esta forma da Edição do «Livro» de Duarte Barbosa, publicado por Mendo Trigoso remetendo o leitor para a forma «Barbesy» que identifica como sendo Bhaunagar, tendo encontrado a forma Barbesy na versão do mesmo livro, existente na Biblioteca de Barcelona.

(101) O «Glossário» regista esta forma. O Autor identifica-a como sendo Gundiali e cita a identificação do Dr. Mansell Dames, como sendo Ghandar, que, na verdade parece não poder ser como refere, com fundada razão. A forma «Guindarim» colheu-a no «Livro» de Duarte Barbosa, na versão publicada por Mendo Trigoso.

quos e espiçiaria e açuquar e cardo momo (104) e com todallas mercadorias que elles aquy vemdem mui bem, daquy leuão mujto allguodão e muito gergelim e trigo e grãos e cauallos e allaquequas e outras muitas mercadorias, a naueguação destes luguares he muito piriguosa pera naaos de quilhas por que sobem aquy nesta emseada e deçe a maree tanto que em muito pouquo espaço descobre quatro çimquo leguoas a luguares e em outras menos, e quando emche vem tão rija quanto hũ homem pode correr os que aquy hão demtrar hão de tomaar pilloto da terra porque quando a maree deçer saibam fiquar em luguares e em poucos que ay ha sabidos e as vezes hos errão e fiquão em pedras e se perdem.

A GRANDE E MUY FERMOSA ÇIDADE DE CAMBAYA

Emtrando por Guandaim pollo rio demtro estaa a gram cidade de Cambaya pouoada de mouros e de mujtos gemtyos a qual he muy grande e de muy fermosas casas e mujtos edifiçios de pedraria. As casas são muy alltas e de muitas janellas cubertas de telha ha nosa guisa. He muy bem arruada, nesta çidade haa muy riquos mercadores e muy grandes homens de fazenda asy mouros como jentios e muito grandes hofiçiais de hofiçios maquaniquos e de muy sotis hobras de toda soorte asy como em frandes tudo muy barato. Aquy se fazem muitos panos dallguodão, branquos mui dellguados e outros grosos e outros pimtados despois em forma e fazem muitos panos de seda de muitas cores e feicois, e chamalotes de seda e velludos baixos de muitas cores e çetis avellutados e pintados e allcatifas grosas, os homens naturais desta çidade são casy branquos asy mujtos estrangeiros nella moradores que são homens muy allvos e gente muy polida, acustumada em muy bons trajos em viçosa vida e dados a mujtos prazeres. Custumão muito lauarense e muito bom comer e andão sempre untados com cousas muito cheirosas. Trazem dentro nos cabellos asy homens como molheres muytas folhas de jazmim e doutras muitas soortes que haa. Antre elles haa grandes musyquos e mujtas maneiras de tangeres e cantares andão sempre polla çidade de carretas com bois e caualos de que se seruem todallas cousas que hão dacarretar, dellas com leitos de madeira cubertos e carrados. Estes leitos são laurados de mujto fermosa marçenaria com huas janelas a maneira de huã camara aarmados e paramentados com panos de seda e demtro

(102) Certo tipo de barcos usados na Índia.

(103) «Arrequa» — o mesmo que récua. Do árabe «rakb». Ajuntamento de bestas de carga em geral presas umas às outras.

(104) O mesmo que cardamomo. Do grego kardamomon — espécie de amomo cujas sementes são aromáticas e se empregam em Farmácia. Planta da família das Zingiberáceas — «Amomum cardamomum». Dic. Morais, s. v.

seu estrado com muitos coxins de seda e allmofadas e guadamiçis (105) e com ellas carreteiros conhecidos e homens de grande comfyança nestas carretas leuão molheres e homens a ver mujtos jooguos e prazeres e a seus amiguos por omde querem sem njmguem saber quem anda dentro no leito e quem vay dentro ve tudo. Emtrão e saem omde querem sem njnguem saber quem he, e no leito vão tangendo e cantando e fazendo suas musyquas a seu prazer. E tem mujtos pumares e mujtas hoortas e vergeis omde vão tomar seus desemfadamentos, nos quais ha muitas fruitas e ortalliças que são necesarias. Ha vida dos jentyos que não comem carne nem pescado. Em esta çidade se guasta mujto grande soma de marfim em hobras muy sotis a saber marchetados e em hobra de torno e em mujtos cábos de faquas e terçados em manjlhas e joguos demxadrez e tauolas aquy haa muy grandes torneyros e muy ssotys que faazem leytos em torno de marfym com muy grandes hoobras. Tãobem faazem contas de todallas maneyras pretas, amarellas, azuys, vermelhas que levão pera todallas partes. Ha aquy grandes lapydaayros e muitos fallssefycadores de pedrarya e perllas de toda soorte, e fazem tudo de maneyra que pareçe naturall haa muito boõs e muito ssotys, ouryvezes tãobem sse faazem muito eycellentes colchas e çeos de carnes de muyto ssotys lavores e pynturas e roupas de vestyr collchoadas. Haa aquy muitos mouros e muito grandes laurandeiros de muito ssotys lavores. Tão bem se lavra muito coroall e allaquequa e tida outra ssoorte de mercadorya e toda ssoorte de muito ssotys hofycyaais.

HU LUGUAR QUE HEE SSEU NOME LYMADURA (106) OMDE COOLHEM ALAQUEQUA (107)

Passaando esta cydade de Cambaya contra ho sertaão esta hũ grande luguaar que sse chama Lymadura, omde estaa huã pedreyra em que arrancão todallas pedras allaquequas que hee huã pedra branca e frienta (108) e com foguo os faazem muito vermelhos e arrancanas em grandes pedaacos, e no mesmo luguar haa grandes mestres que as lavrão, de muitas feycões, a saber compridas e oytavaadas e redondas

(105) Do árabe *Guadamesi* — o mesmo que guadamecim. Antiga tapeçaria de couro pintado e dourado. Dic. Morais, S. V.

(106) O «Glossário» refere esta forma e identifica o local como sendo Limodara, colhendo a identificação do Dr. Mansell L. Dames. Noticia a palavra do «Livro de Duarte Barbosa» na versão de Mendo Trigoso.

(107) Alaquequa ou Alaqueca — Pirite de ferro que se encontra em fragmentos brilhantes no Oriente, particularmente em Balagate, na Índia. É estimado por lhe atribuírem certas virtudes, como seja estancar o sangue, quando aplicada exteriormente: «Todo género de pedraria, perlas e aljofar... e alaquecas...» — Castanheda, «História da Índia», vol. I, cap. 13, p. 43.

(108) Por friável — que fàcilmente se pode reduzir a fragmentos miúdos ou a pó.

acenssoyraadas e folha dolyveyra e em cabos despadas e terçados e adaguas e daados, e assy em outros muitos lavores e feyçoões hos mercadores de Cambaya os vão aquy compraar, e os poem em fyos como contas e dally os leuão ao maar Rouxo donde ssoyão vyr ter as nossas partes como a pymenta e as maajs cousas que oora vem ter a Lysboa tãobem na Arabya sse servem muito destas allaquequas, aguora levarmos aa Yndya e dahy vem a Purtuguall compradas pollas nossas gentes. Aachão tãobem neste luguar de Lymadura grande ssoma de babaguone a que elles chamão callçydonya que ssom huãs pedras que tem huãs veas pardas e brancas e outras redondas e furaadas trazennas os mouros conssiguo de redor da cynta e dos braacos que lhes tooque na carne que tem que ssom muito boas pera castydaade. Ssom peedras de pouca vallya porque haa dellas grande ssoma.

OUTRO LUGUAR QUE SSE CHAMA REYNELL (100)

Tornando aos luguares do maar, passaando Guandarym, hoo longuo da coosta que tem hũ bom luguar de mouros que sse chama Reynell, de muy fermosas casas e praças. Hee luguar muito aprazyvell e ryco, tem grande trato em Mallaca, e em Bengualla y em Çamatra em Pegu, y em muitos luguares e partes da Yndia. Tratão grandes ssortes de mercadoryas a saber: especearyas e droguaryas, ssedas allmysqueer beyjoym porçelanas y em todas outras mercadoryas rycas. Tem muy grandes e muy fermosas naaos e quem quyser ver as naaos da Chyna e de Mallaca ally as acharaa neste luguar, mais perfejtamente que em nenhũ outro luguaar. Os mouros deste luguar ssom muito rycos e omrrados, e gentyos hoomens brancos e muy bem atavyaados. Tem molheeres muito fermosas tem por allfayas de ssuas casas muytas e rycas porcellanas e de muitas feycoões nas casas dyanteiras em boõs partelleyras, as molheres nom ssom ençerradas como costumão os outros mouros, maajs andão polla vylla fazendo sseus neguocyos e fazenda de dya, com os rostos descubertos como as das nossas partes.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO CURRAATE (110)

Passando este rio de Reinell da outra banda estaa huã çidade de mouros e jentyos a que chamão Curate peguada no rio a qual he de muy grande tratto de todas sortes de mercadorias. Vem a ella mujtas naaos do Mallauar e de mujtas outras partes. Aquy fazem suas mercadorias e tornão a carreguar do que querem por que este he hũ muy

(109) O «Glossário» identifica como sendo Rander, citando a «Ásia» de João de Barros.

(110) É Surate.

principaal porto. Haa nelle muito grandes mercadores. Viuem nesta çidade muita soorte de jente de mujtas partidas, a allfandegua daquy a que elles chamão diniva rende grande soma de dinheiro pera o rey de Guzarate. Ateguora mandavaa e gouernauaa hũ gentyo mujto noso amiguo que se chamaua Miloquoxim que ell rey mandou mataar por mixiriquos que lhe delle diserão.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO DINUY (111)

Pasando este luguar que chamão Curate de lomguo da Coosta estaa outro que chamão Dynuy de mouros e gentios tambem de grande trato e de mujtas mercadorias, omde carreguão muitas naaos do Malauar e doutras partes.

BAXAY (112)

Pasando este luguar de Denuy jmdo pera dyante pella coosta, estaa outro luguar de mouros e jemtyos que se chama Baxay. He tambem do reyno do Gusarate. Tratamse nelle de mujtas mercadorias. He de grande naueguação vem a elle mujtas naaos de todas as partes e muitos zambuquos do Mallauar carreguados da quequa e quoquos e espeçiaria e outras mercadorias com que elles muito follguão e daquy leuão outros com que os mercadores do Mallauar fazem muito proueito.

MANAMANAJÃO BUQUE (113) GRANDE LUGUAR

Passando este lluguar de baxay de lomguo da costa estaa huã fortalleza a que chamão Banamanjambu, e da redor della estaa hũ grande luguar de mouros mujto graçioso de muitas hortas e pumares no qual luguar estão muitas mizquitas de mouros e muytos casas doração de jentyos. Este luguar estaa casy no cabo do reino de Cambaya e Guzarate tambem he perto do maar. He de pouquo trato e ha nelle muitos cosayros

(111) O «Glossário», s. v. remete para «Danu» — aldeia de —, onde identifica como Dahanu, à entrada do Golfo de Cambaia, próximo de Damão. Colheu a informação na década XIII da «História da Índia» de António Bocarro.

(112) O «Glossário», fundado na identificação devida ao Dr. Mansell L. Dames, situa Baxay em Bacaim. O Dr. Reis Machado na sua Edição do «Livro de Duarte Barbosa», também indica do mesmo modo.

(113) Na Edição do Dr. Reis Machado do «Livro de Duarte Barbosa», considera o lugar e a fortaleza como sendo tudo Banamajambu não se encontrando «Manamanajão buque». Pelo descritivo, é o mesmo. O «Glossário» só indica a forma Tana Majambu, identificando como sendo a cidade de Taná, tirando da Edição do «Livro de Duarte Barbosa» publicada por Mendo Trigoso, na qual, aliás, também se serviu o Dr. Reis Machado.

duns nauios muito pequenos a que chamão atallayas, dos quais saem ao maar x. ou doze e se achão allguã naao ou allgũ navio pequeno com que posão tomanno e roubamno e aas vezes lhe matão a gente.

AS MERCADORIAS E COUSAS QUE HA NO REINO DO GUZARATE

Neste rejno haa mujtos cauallos que levão por mercadoria haa Imdya muytos allguodões que tambem se llevão ha Indya e Arabia e Persya e outros panos grosos e mujtas cotonias (114) dallguodão pera vellas de naaos e assy muitos outros panos de que carreguão naaos pera os luguares sobreditos e pera Mallaqua e Camatra e Mellimde e a Maguadaxo e a Monbaça, e outros paartes e tambem mujtas cotonias de seda e allaquequas e olio de Iergely, e herua lombrigueyra (115) e mujta mirra espique marde, atutia e timquaar e anfyam e muyto anjll fino de tauolleta e outro mais baixo e arifetyda e dorguarias que nos não conheçemos que pera mallaqua e China são muito estimadas e tem muy grande vallia a saber cacho (116) e pucho (117) e muito emçemço que vem de xeer (118). Ha tambem neste reino muito trigo e mjlho groso, arroz em mujta abastança gergilim muitos grãos e outros muitos lygumes que amtre nos não haa tudo isto em grande abastança, tanto que pera todallas partes ho leuão, tambem haa nesta terra muito ouro amoedado e por amoedar e muita prata a saber hua moeda douro que chamão parafim redonda com huãs letras mourisquas que vall cada hũ IIᶜLXXX (119) reis a moeda de prata chamase carraquim que vall cada hũa LX reis.

Tambem ay outro comt.º per que elles fazem todas suas mercadorias a que chamão Fedra que não he mais que ho nome que vall XVIIJ reis e XIIIJ e XIJ segundo onde são os luguares porque são em hũs luguares mayores que em outros. Neste reino tambem coorem por moeda baixa buzios pequenos e amendoas. Tambem coorre neste reino a moeda dell rey de Narsymgua que são paardaaos que vallem IIIᶜ.XX reis cada hũ a qual moeda he redonda e grosa com huas letras mourisquas e caras afyguradas da outra banda domem e de molher a qual moeda he feita em mollde. Os seus pesos douro e prata e pedraria são matycais que pesão seis e meio huã onça os pesos grandes chamão camdys que são quatro

(114) Pano de seda e algodão às listas. Dic. Morais, s. v.

(115) Erva lombrigueira é o abrótano macho. Planta com flores com certo cheiro a limão e de cujas sementes se extrai um princípio com propriedades vermífugas, a Santonina. É a «Artemísia abrotanum, de Lineu.

(116) Do malaio Kachu. O mesmo que catechu.

(117) «Pucho» — Planta aromática que entrava na renda da especiaria de Goa. Castanheda — «História da Índia — Vol. II. Cap. 112, pág. 356.

(118) É Xaer. Vide «Glossário», s. v.

(119) 280.

qujntaaes pouquo mais ou menos porque são em hũs luguares mayores que em outros os quais são repartidos em outros pesos menores que chamão mam, que são vinte no camdyl.

O REINO DO YDALLQUÃO (120)

Saindo deste rejno do Guzarate mais pera a Imdya demtro estaa ho reino de Daquão a que os judeus chamão este mesmo nome. Ho rey he mouro e muita parte da gente são jemtyos. Este rey he muy grande senhor tem mujta e muy grosa terra que se estemde muito pollo sertão e tem mujto bons poortos de maar de grandes tratos e de mujtas mercadorias que se gastão em ha terra firme.

HA ÇIDADE DE CHAAUL (121)

Primeiramente saindo do reino de Cambaya de lomguo da coosta estaa hũ muy fermoso rio e dentro delle estaa hũ luguar que chamão Chaull que não he muy grande nem de fermosas casas porque são todas de palha. Ho qual luguar he de muy grande trato e de mujtas mercadorias, em que sempre no mes de Dezembro Janeiro Fevereiro Maarço estão muy grande soma de naaos de mujtas partes que ally vem carreguadas a saber as do Mallauar de muytos quoquos e mujta soma dassuquar e ispeçiaria acuquar de pallma e mujta çera e esmerill as quais naaos que esta mercadoria trazem ha vemdem muito ha sua vontade e gastase mujta parte della no sertão, e vemnas aquy buscar do reino de Cambaya, e trazem muitos allguodois e muitos panos e outras muitas mercadorias que vallem no Mallavar, e descambamnos pollas mercadorias que ally achão do dito Malauar e doutras partes. As naaos e zambuquos carreguão neste Chaaull em retorno do que trouxerão muito trigo e grãos e arroz e mylho e mujto gergillim que haa mujta soma dell. Nesta terra do sertão de Chaull ha todallas cousas que em nosas terras haa. Tambem os Mallavares comprão muitas peeças de bratylhas e asy muitos beirames (122) que

(120) Idalcão — nome com que os nossos indianistas designam os reis maometanos de Bijapur e Balagate, conf. os nossos cronistas: — «...tinham mandado seus embaixadores ao Idalcã, pedindo-lhe...» — comentários de Afonso de Albuquerque. Vol. II, cap. 27, pág. 163.

No «Livro de Duarte Barbosa», Edição do Dr. Reis Machado, reproduzido do de Mendo Trigoso, o título deste capítulo é «Reino de Daquem».

(121) Compare-se este capítulo com o que está no «Livro» de Duarte Barbosa, ed. do Dr. Reis Machado, republicado da edição da Academia das Ciências, dirigida por Mendo Trigoso, e veja-se quanta diferença encerra.

(122) Beirames — Tecido de pano fino de algodão da Índia — «Trouxe vinte peças do pano branco muito fino, com chapas de ouro a que chamam *beirame*. Gaspar Correia, «Lendas da Índia», vol. I, pág. 100.

que se neste reino de Cambaya fazem. Neste porto de Chaull se vemde muy grande soma de coobre a mujto bom preço porque vall ho qujntall de xx cruzados pera çima pera no sertão delle fazerem moeda e tambem se gasta per toda esta terra muito coobre em muy grandes calldeiras em que cozem seus arrozes, e mujto vermelhão e mujto azougue que tambem vall mujto no sertão e no reino do Guzarate, ho qual coobre e azougue e vermelhão aquy trazem os mallavares e mercadores que ho hão nas feitorias dell rey noso senhor, e os nosos portugueses tambem o trazem a vender a este Craull e outros que lhe trazem de Mequa. Deste porto de Chaull trazem os mouros cadano grande soma de peeças de biatylhas (123) pera touquas pera toda Arabia e Persya omde tem muy grão vallia, e asy muitos beirames muyto finos e muitas touquas de romãa estas tres sortes de panos se fazem neste reyno de Daquão, e fazem mujto grande cantydade de beirames, e delles se seruem mujto os naturais da terra, e os trazem darredor de sy cruus pera seus vestidos, e despois de trazidos allgus dias os curão e fazem muy alluos e os aguomão pera os venderem pera fora antre os quais se achão allguns ritos e delles mesmos fazem capas pera venderem despois de trazidos como dito he, e ajuntamnos de dous em dous e pintamnos em forma de muy fermosas pinturas e muy boas cores, e asy os trazem sobraçados per capas que he o seu trajo, dos gentyos desta terra e reino de Daquão (124), e na cabeça huã peça de biatilha por touqua e todas estas soortes de panos vendem per cargas que he hũ comto de vimte amtre elles asy como nos dizemos duzia e acoorjados beirames e biatilhas vall a dez doze equinze pardaaos segundo ha vondade dos panos, e o pardaao vall iij^c. reis pouquo mais ou menos, aquy a este porto de Chaull haa mujtos mercadores de mujtas partes estes tres ou quatro meses e despois se vam morar a suas casas e lugares que he no sertão e vão fazer prestes suas mercadorias pera o ano que hade vir de maneira que dentro no luguar de Chaull não viuem senão mujto pouquos mercadores nem ha mujta jente senão no tempo da carregação das naaos, asy que he como huã feira (fr.ª). Estaa neste luguar hũ mouro que he guouernador de hũ senhor que he vasallo dell rey de Daquão. Este arrecada nestes luguares suas rendas e lhe daa muyto boa conta dellas e tem ho luguar a justiça e chamase xeque, ho qual he grande serujdor dell rey noso senhor e he mujto amiguo dos portugueses, todos quantos a este porto vão, são dell mujto bem aguasalhados, neste luguar staa sempre hũ feitor portugues que he posto polla capitão e feitor de Goa pera mandar daquy mantymentos e outras cousas necesarias ha cidade de Guoa pera nosas armadas e pera demtro pera o sertão hobra de huã pequena lleguoa estaa hũ luguar omde os mouros e gentyos

(123) Lensaria antiga muito fina para camisas turcas: «camisa de delgada *beatilha* que o corpo cristalino deixa ver-se — Camões — Lusíadas, Canto VI, est. 21.

(124) Decan.

das çidades vem asemtar seu arrayall. Estes tres meses com huas mercadorias os quais trazem em muy grandes recouas (125) de muitos bois mansos que pera jso tem allbardados com huãs allbardinhas como castelhanos e em çima huãs saquas compridas atravessadas cheas de suas mercadorias e tras hũ allmocreue destes xxx e R.^ta bois dyante de sy.

OUTRO QUE CHAMÃO DANDA (126)

Pasando este luguar de Chaul de lomguo da cocsta jndo camjnho da Imdia estaa hũ luguar que chamão bem porto de maar que he do mesmo reino de Daquam a que chamam Danda onde entrão e saem mujtas naaos de mouros e jemtyos com muytos panos e outras mercadorias asy como fazem em Chaaul.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO DABAT (127)

Pasando este luguar de Damda jmdo de lomguo da coosta estaa hũ luguar que chamão mendabat de mouros e jentyos que he tanbem do mesmo reyno. He tambem porto de maar em que emtrão mujtas naaos de mujtas partes, que levão do mesmo luguar mujtos panos principallmente da terra do Mallauar, e trazemlhe muitos quoquos e mujta requa (128) que são mercadorias que se muito gastão no sertão e allguãs espeçiarias e mujto coobre e azougue, e tudo isto comprão os mercadores do sertão.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO DAABUL (129)

Passando este luguar de Mandabão jmdo de lomguo da coosta pera o Malauar estaa hũ rio muito fermoso e grande em que estaa hũ fermoso luguar de mouros e gemtios que chamão Daabul que he do mesmo reino e na boqua do dito rio perto do maar estaa hũ baluarte com muita artelharia, que estaa pera defemsão do rio, este luguar de Daabull he de muy bom porto omde emtrão sempre muitos naaos de mujtas partes a saber de Mequa e Daaden e Ormuz, e do reino de Cambaya e da çidade de Dio e terra de Mallauar. Haa continuadamente aquy muitas naaos

(125) Do árabe *rakuba*. O mesmo que récua. Fila enfiada, carreira.

(126) O «Glossário» identifica como Dunda ou Dande.

(127) Na Edição do «Livro» de Duarte Barbosa publicado pelo Dr. Reis Machado, diz Mandaba, forma que o «Glossário» identifica como Ambava ou Ambavna, não se referindo a Dabat.

(128) Agrupamento de bestas de cargas, geralmente presas umas às outras.

(129) O «Glossário» identifica como Dabhol.

demtro neste rio por ser como dito he de muy grã trato e de mujtas soortes de mercadorias haa nelle mujto riquos e omrrados mercadores mouros e guzarates e jemtyos da terra aquy se despemde muito grande soma de coobre que sues temdo pollo sertão, e muito azougue e vermelhão. A esta çidade vem mujto grande soma de panos do mesmo sertão pollo rio abaixo e mujto grande soma de trigo e grãos e outros mujtos legumes, ha allfamdegua deste luguar remde muito grande soma de dinheiro de que haa mujtos arrecadores. Este luguar he muy fermoso e muy bem asentado porem tem as casas cubertas de palha tem muy fermosas mizquitas por dentro do rio asy duã banda como da outra vão muitos luguares e fermosos. He terra muito aproueitada e riqa e grosa de muyta laurança e muita crjação de muitos guados. A esta çidade veyo huã harmada dell rey noso senhor de que era capitão moor ho viso rrey da Imdya e desembarquou em terra pera a tomaar e destroir ha dita çidade a qual se pos em se defemder e pellejarão muy rijo com as nosas jentes na quall pelleja morrão mujtos mouros e jemtios, emfim os portugueses entrarão a dita çidade per força fazendo nelles muita destroyção, e queimarão ha cidade e muitas naaos que demtro no rio estauão os que dally escaparão tornarão a reformar ha dita cidade de maneira que ja aguora esta prospera como dantes e por esta rezão fyquou muito maall comnosquo e nos tomão e matão homens como os podem aver as maãos (130).

HŨ RIO CHAMÃO ÇIMGUICAR (131)

Pasando este rio de Daabull jndo polla coosta comtras o Mallauar estaa hũ rio que se chama Cimguynçar que tem dentro em sy hũ luguar de mujto grande trato, em que emtrão mujtas naaos zambuquos de mujtas partes a vemder suas mercadorias e compar outras da mesma terra ho qual luguar he de mouros e gentyos do reyno de Dacão.

O RIO QUE SE CHAMA DOBETOLE (132)

Pasando este rio jmdo pella coosta do maar estaa mais adiamte outro ryo que se chama do Botolee vão dentro nelle hũs luguares pequenos de muy fermosos pumares e mujtas hortas omde se colhe muito grande

(130) É curioso comparar este texto com o do «Livro de Duarte Barbosa» publicado pelo Dr. Reis Machado. Tem várias modificações.

(131) Na Edição do «Livro» feita pelo Dr. Reis Machado, o título é Singuiçar. O «Glossário» regista a forma «Cinguiçar» e remete para Singuiçar, identificando o rio como «Shastri Jaigarh» no distrito indiano de Ratnagiri.

(132) Na Edição do Dr. Reis Machado, do «Livro de Duarte Barbosa», diz «Betele». O «Glossário» regista «Obtel» para um cabo, que o A. supõe ser a ponta Galee. A forma «Beteb» regista o «Glossário» identificando o rio como o Ratnagiri, referindo e perfilhando a identificação do Comandante Fontoura da Costa.

soma de betele de que se carreguão mujtos zambuquos pera a venderem a mujtas partes ho qual Betele (133) nos chamamos folho jmdio he tão grande como huã folha de chamtagem (134) e casy da sua feição. Nace em arvore como era e daquela maneira sobe e delle tem em latadas e não daa nenhum fruito nem semente, e a folha comem em todos os reinos de mouros e gemtios e comenna sempre, ate na cama, a qual he misturada com um pomca pequena a que chamão arrequa que he tamanha como huã nooz. Esta folha quando ha hão de comer umtamna com huã cousa que he feita de cascas damegyas e myxilhois e ajuntão todas tres cousas e asy comem ho betellee e não leuando pera baixo mais que ho çumo. Este betelho fazlhe a boqua vermelha e os dentes negros. Dizem que he muito bom pera emxuguar ho estamago e pera comseruar ho mjollo e fallos deitar ventosydade e faz que nao bebam com elles nem hão sede ho qual he antre os imdyos muy acostumaada deste luguar pera diante per toda a jmdya haa mujta soma deella y he huã das primçipais remdas que os reis da terra tem. Os mouros parsyos chamão a esta folha tanbol, e pasando este rio do Betele himdo polla costa demtro estão outros luguares pequenos de portos de maar que tambem são do reyno de Dacão omde emtrão nauyos pequenos do Malauar a carreguar darroz e doutros legumes.

OUTRO LUGUAR QUE SE CHAMA BANDA (135)

Pasando este luguar de lomguo da coosta estaa huũ luguar que se chama Bamda de mouros e gentyos em ho qual haa mujtos mercadores que tratão na terra firme, com as mercadorias que a este porto trazem os mallauares. Neste porto emtrão mujtas naaos de mujtas partes que he de grande saqua (136) e bom porto. Ha saqua que tem he pera a terra firme de mujtos mantymentos e mercadorias. Carreguão aquy os mallauares mujtos nauios darroz e mujto mylho groso e outros ligumes que são proueitosos a eles, e os mallauares trazem muitos quoquos e espiçiarias e droguarias que aquy bem vendem por que daquy as leuão outras naaos pera Aadem e Ormuz. Pasando este luguar antra elle e Guoa estaa outro rio que se chama Bardes (137) em que estão outros luguares que não são de mujto trato por serem mujto pequenos.

(133) Do malaio «veltila». Planta sarmentosa da família das piperáceas, com a qual se faz uma preparação masticatória, tónica e adstringente, usada pelos índios das regiões equatoriais. Esta planta é trepadora e não dá fruto.

(134) Como o escalracho.

(135) O «Glossário» identifica como sendo o porto fluvial de Bandem ou Banda.

(136) Gasto, saída, uso. No caso: saída.

(137) O «Glossário perfilha a identificação do Comandante Fontoura da Costa: a ponta Baga.

A MUJTO FERMOSA ÇIDADE DE GUOA

Pasando estes luguares de lomguo da coosta ymdo comtra ho mallauar estaa hũ muy fermoso rio que lanca dous braços ao maar antre os quais se faz huã ilha, em que estaa a çidade de Guoa a quall foy de Dacão. Era soriom (138) sobre sy com outras terras da redor no sertão dado a hũ grão senhor vasallo do dito rey de Dacão ho qual se chamaua Cabayo e foy muy bom caualeiro e por ser muy esforçado e saguaz nas cousas da guerra lhe foy dado este senhorio de Guoa pera delle fazer ha guerra ao rey de Narsimgua como lha sempre fez ate que morreo a quall cidade de Guoa ora fycou ao cabaim Ydallquão seu filho, a qual hera abitada de muitos mouros mujto honrrados estrangeiros de muitas partes. Erão homens branquos e ryquos mercadores e delles muy bons caualeyros e tambem era pouoada de muitos gemtyos e lauradores. Era de muy grão trato e de muy bom porto, omde vinhão mujtas naaos de Mequa e dAdem e dOrmuz e de Cambaya e da terra do Mallauar, em a qual çidade estaua mujtas vezes ho cabayo jdallcão tinha em ella capitão e mujta gente darmas que ho guardauão njnguem não emtraua na dita jlha nem saya em a dita çidade per maar nem por terra senão com muy grande recado e tynha nella alcayde e guardas e ofiçiais que resystauão todo homem que emtraua na jlha e lhes explicauão todos os synais que tynhão e domde hera e que homem hera e donde vinha e asy com este recado e conçerto emtrauão e sayão a qual cidade hera muy grande e de muy boas casas e cerquada de muros e torres e cubellos e nella muy boa artelharia e fortalleza e darredor della muy boas hortas de muy fermosas aruores e fruitas e muitos tanques dagoa muy boa e mujtas mizquitas e casas doração de gemtios, e a terra dorredor muito aproueitada, tynha mujto grandes remdas asy da terra como do maar. Ho Çabaim jdallcão tanto que soube que ho uisorrey desbaratara os Rumes e a armada do grão solldão defronte de Dio mandou logo chamaar os Rumes e caualeiros e outras gentes do solldão que dally escaparão, e elles como virão este recado deixarão seu capitão Miroçem em ho reyno de Guzarate e se vierão ha çidade de Guoa e o çabaim Idallcão os recebeo muy bem e detrjminou de lhe dar toda a ajuda e soquorro e de os tornar a reformar com mujta ajuda de todollos mouros e reis da jmdia pera a tornarem a fazer ha guerra aos nosos portugueses de maneira que loguo foy jumta muyta soma de dinheiro e começarão a fazer demtro na mesma çidade naaos grosas e mujtas guallees e mujtos barguantins e tudo a nosa maneira. E asy mujta artelharia de coobre e ferro e todo ho outro exerçicyo de guerra e dauamlhe tão grande presa que tynhão jaa mujta parte da frota feita e muy grande allmazens cheos de todallas cousas que comprião a sua armada tudo em mujta perfeição, e sayão jaa com atallayas e fustas aos zambuquos que por hy pasauão que leuauão seguros dos capitais dell Rey de Portuguall e d Afonso dallbuquerque que emtão hera capitão moor da jmdya, e foy auisado como jsto pasaua e detrjmynou de os hir ver e de os tyrar de sua detrjmjnação de maneira que ajuntou sua frota de naaos e carauellas e gualees e emtrou no rio e combateo a dita cidade e a tomou, em que pasavam muitas cousas que aquy não diguo somente que matou muyta gente e tomou as naaos e guallees dos Rumes e queimou mujtas, e por a dita çidade de baixo do mando e senhorio dell Rey noso senhor como aguora estaa e a fortallezou de mujtas fortallezas asy na çidade como polla jlha demtro, omde mandou fazer nos paasos mais neçesarios fortallezas em que tem mujta gente portuguesa, a qual cidade esta aguora mujto pouoada de portugueses e mouros e jemtyos, as fruitas da terra e mantymentos remdem cadano a ell rey noso senhor de direitos vimte mjll cruzados afora o porto de maar em que haa mujto grã trato de muyto grandes mercadorias de todo ho Mallauar e Chaul e dAbul e cambaya e Dio e dOrmuz domde cada hũ anno vem mujtas naaos carreguadas de muitos cauallos que vemdem aos mercadores desta çidade a dozentos iij^c. iiij^c. cruzados cada hũ segundo sua vontade da qual compra e venda haa Ell Rey noso senhor de cada cauallo quarenta cruzados de direitos as quais mercadorias que aquy vem do reino dOrmuz despois de vemdidas, empreguão seu dinheiro em arroz e açuquar e ferro e pimenta e gimgiure e todas outras espiçiarias e droguarias que tornão ao reino dormuz, e mujto alljofar e perollas do qual trato ell Rey noso senhor haa muy grandes dereitos avemdose com elles mujto mais brandamente do que elles soyão a paguar em tempo que a cidade era dos mouros e os mercadores do reino de Narsimgua e do reyno de Daquão vem a esta cidade comprar os ditos cauallos pera suas terras pera a venderem aos reis e senhores em que hão muy grande de ganho. Neste reino de Daquão haa mujtas çidades muy grandes e muytos luguares pollo sertão pouoados de mouros e jemtyos. He huã terra mujto aproueitada e abastada de mantymentos e de grande trato, e remda pera o rey e senhores da terra ho qual rey se chama Mahamed. He mouro e estaa sempre em huã çidade muy grande que se chama vidir (139) a qual estaa dentro no sertão mujto vicoso leuando mujto boa vida e tem todo ho reino partydo por senhores moures e a cada hũ çertas villas e cidades e terras que hos tem e mandão e guouernão e elle não manda em seu reino nenhuma cousa senão leuar boa vyda se allguem sequer alleuantar comtrele os outros vão loguo contra aquele que se allevantou e destruyu ou ho fazem estar ha hobediemcia do dito rey estes tem mujtas vezes guerra hũs com outros e trazem mujta gente de cauallo e muy bons arqueiros darquos turquesquos. São homens

(138) Senhorio.

(139) O «Glossário» não regista esta forma. Na edição do «Livro de Duarte Barbosa» do Dr. Reis Machado, está Bixer, forma que o «Glossário» arquiva.

branquos e bem apecoados andão vestydos de panos dallguodão com suas touquas nas cabeças. São homens de mujtas partes, dãolhe muy grande solldo fallão arabia e parsyo e daquanym que he limguoa da terra. Estes senhores mouros trazem consijguo temdas de panos, poem seus arraiais nos campos quando andão camjnho, ou quando vão combater quallquer luguar. Cauallguão ha bastarda, seruem se dazorragues pelejão atados na sella e trazem hũs piques muy comprjdos e leues de hũs ferros muito compridos que serão como hũ couodo e delles mais compridos e quadrados trazem mandeis (140) embastados dallguodão e delles trazem sayas de malha e os cauallos encubertados e outros trazem maaças e machadinhas e cada hũ duas espadas e sua adagua e seu arquo depimdurado com mujta soma de frechas de maneira que cada hũ delles traz armas pera dous homens. Trazem consijguo suas molheres nas guerras seruemse de bois de cargua em que leuão seu fato quando vão caminho. Estes tem mujtas vezes guerra com ell Rey de Narsimgua e tem lhe tomado mujtas terras e luguares e elle os torna loguo a cobrar de maneira que muito pouquas vezes estão sem guerra, os jemtyos deste reino de Daquão são homens pretos e bons homens das pessoas. Pellejão os mais delles a pee e os piais trazem espadas e adarguas e arquos e são bons frecheiros, seus arguos são compridos a maneira dos de Ingraterra. Andão nus da cimta pera çima trazem nas cabeças touquinhas comem toda vianda somente vaqua que lho defende sua ydolatrja, queimão seus coorpos quando morrem. As molheres quando elles morrem se queimão uiuas com elles como ao diante direy.

HUM RIO QUE SE CHAMA ALIGUACIMTA CORA (141)

Passando esta çydade de Guoa hoo lomguo da coosta pera a teerra do Malavaar estaa huũ ryo que hee sseu nome Aliguacymtacora ho qual parte a teerra do reyno de Dacão com a teerra do reyno de Narssyngua e na boca do ryo em çyma de hum monte estaa huã fortalleza que se chama çyntacora que aly tem o ssabayo pera defensão de sua teerra onde tem continuadamente muita gente de pee e de cavaallo aquy sse acaba ho reyno de Dacão contra o noorte atee Chaull e deste luguar de Cyntacora a Chaull onde sse acaba ho reyno haa LXXX leguoas polla costa.

(140) O Dicionário Morais, não regista esta forma; regista, porém, laudeis, forma que se acha no «Livro de Duarte Barbosa», edição do Dr. Reis Machado. Trata-se de uma antiga vestidura de couro, ou acolchoado, com lâminas metálicas para perservar dos golpes de espada.

(141) Na edição do «Livro de Duarte Barbosa» do Dr. Reis Machado, regista Cintacir e refere no texto «um rio que chamam Liqua...». O Glossário, regista «Aliga de Cintacora», remete para a forma «rio de Cintacone».

(142) Passando este ryo da banda daalem hoo longuo do grão reyno de Narssyngua que tem cynco provynçyas muito grandes cada huã sobre ssy e muito deferençaadas huãs das outras e tem lynguoas ssobre ssy. Coorre daquy atee ho malavaar de longuo da coosta que sse chama Tolynaate (143). Aquy parte com ho rejno de Dacão que se chama dessanvragem e aquy parte com ho reyno de Hotjsa que se chama Telynguy e a çydade de Bysnagua com muitas teerras do redor que sse chama Canarym, hee ho reyno de Choramandell que chamão a lyngua delle amull tamull este reyno de Narssyngua hee muito grande como dyto hee e muito rico e muito abastaado de mantymentos que tem muy grossas teerras pera ysso e muito grandes cydades e vyllas. Nesta provyncya de colijnate estão allgũs ryos e luguares de poortos de maar em que haa muy grandes naveguações e traatos de mercadoryas de toda soorte e muito rycos mercadores. Ho primeiro he hũ ryo muito grande que sse chama mylljcedo desse carregua grande cantydaade darroz preto, que hee mantymento, pera gentes bayxas e vaão aly buscaar os Malavares em sseus zambucos a troco de coquos e dazeyte delles e jagra (144) com as quais mercadoryas as gentes desta teerra muita follguam.

OUTRO RYO QUE CHAMÃO HONOR (145)

Passando este ryo yndo polla coosta pera ho Malavaar, estaa outro ryo omde estaa hũ bom luguar que sse chama honor. Da linguoa da teerra e os Malavaares lhe chamam Ponevarão ao quall vem muito deste arroz preto e outras muitas mercadoryas das acyma dytas. Ho princypall mantymento destes Malavares hee este arroz e por ysso sse guasta delle muita ssoma neste luguar de Onor avya dous cossayros gentyos favorecydos do senhor da teerra hũ sse chamava Tymoja e outro dyguogy, tynha cada hũ cinquo sseys naaos muito grandes e com muita gente e muy bem armaados ssayão ao maar e tomavão quanto achavão nom ssendo Malavaares e roubavão as naaos e navyos e deyxavão hyr a gente pera ssuas teerras e de todo ho que roubavão partyão bem com

(142) Na edição do «Livro de Duarte Barbosa» publicada pelo Dr. Reis Machado, abre aqui um capítulo que denomina «Reino de Narsing na Provincia de Tolinate». Repare-se na diferença que há entre as edições do «Livro» e o presente manuscrito, neste capítulo.

(143) Já na nota 142 empregámos a forma usada na edição do Dr. Reis Machado — Tolinate. O «Glossário» regista, porém, Talinate, referindo a edição do «Livro de Duarte Barbosa» publicada por Mendo Trigoso.

(144) Jagra — Açúcar mascavado de palmeira ou de cana, na Índia e na África. Dic. Morais, S. V.

(145) O «Glossário» remete para Onor e identifica o rio como sendo Honavar ou Sheravutty da moderna cartografia inglesa. Dá as coordenadas refeindo João de Barros — Ásia — sem qualquer outra indicação bibliográfica.

ho dyto senhor da teerra que nos favorecya e dysto vyvyão e estavam muito rycos arreyguados hy eerão naturaais da teerra de Dacão e della se vyerão aquy por que hee poboada a outra de mouros e esta de gentyos como elles, e despoys que as armadas dell rey nosso senhor andão na Yndya desfyzerão sseu traato e jaa aguora ho nom husaão.

OUTRO LUGUAR QUE SSE CHAMA BATYCALLAA (146)

Passando este ryo de Onor contra ho ssull hoo longuo da coosta estaa hũ ryo pyqueno omde haa hũ luguar que he sseu nome Batycalla ho quall hee do muy grande trato, hee povoado de mouros e gentyos que ssom grandes mercadores, aquy vem muitas naaos cada anno do reyno dormuz carreguaar e muito arroz branco muito bom e daçuquare em poo que na mesma teera sse daa muito em abastança e nom ho ssabem fazer em paães, vaall aarroba delle a iiᶜ. R (147) reis pouco majs ou menos e tão bem carreguão aquy muito feerro e estas tres ssoortes de mercadoryas ssom as pryncypais que sse aquy carreguão. Carreguão tão bem pymenta que aquy trazem os Malavares e outras especyaryas. Haa aquy muitos myrabolanos (148) de muitas ssortes e muito bons e fazennos em conserva, pera os mouros daarabya em Perssya que hos comprão muito bem. Estas naaos dormuz ssoyão aquy trazer cada anno muita ssoma de cavaallos e muito allgofar e perolas que lhes aquy compravão muito bem do reyno de Narssyngua e aguora traazem tudo ysto aa cydade de Guoa porque nom lhes conssentem os nossos portuguesses que vaão a esta çydaade de Batycallaa porque estão muito maall connosco e nos matão ay alguãs vezes a nossa gente. Tambem carreguão neste porto de Batycaalla alguãs vezes, naaos nossas darroz e feerro e açuquare e tambem sse aventurão alguãs naaos dos mouros daadem, ssem embarguo lhe ser defeso, e carreguão das mesmas mercadorias que na terra haa (149) E tambem vem muitos zambuquos do Mallauar carreguar darroz e açuquar ferro e trazem mujtos quoquos e vinho de pallma que chamão Orraqua (150) e mujta pimenta e outras drogarias escondidamente neste

(146) O «Glossário» regista a forma Batycala, referindo as «Cartas de Afonso de Albuquerque».

(147) 240.

(148) Mirabólano — do grego «Myrobálanos» — planta perfumada. — Nome atribuído à «Prunus cerasífera» — Ehrh. árvore de pequeno porte da família das rosáceas, subfamília das prunoideas, fruto medicinal que também se chama ariá. — Dic. Morais, S. V.

(149) O manuscrito, nesta altura, passa a ser de outra mão.

(150) Vinho de parra muito forte usado na Asia. Espécie de aguardente redistilada da água-coco. — Aguardente de coco com vinho de palma. — Hoje diz-se *araca* e *uraca*. Dic. Morais, S. V. *Orraca*.

luguar de Batyquallaa haa mujta riqueza e rende grande soma de dinheiro ao rey da terra ho guouernador dell he hũ jemtyo que se chama da Machaty ho qual he homem muy riquo, e de mujto dinheiro e pedraria, este luguar tem ho rey de Narsymgua dado a hũ seu sobrinho que ho come e guouerna com outros lugares que darredor estão. E estaa nesta terra casy como rey e tras muy grande casa e na mesma terra se nomea rey. Porem vay a chamado dell Rey de Narsymgua. Aquy custumão mujto os desafios e por quallquer cousa se desafyão e o guouernador lhes daa licemca que se matem e nomeão hũ dia em que se hão de matar e as armas por mydida com padrinhos e o campo he dell Rey e omde ell Rey detrjmina se vão matar nus emcachados com hũs panos da cimta pera baixo muy apertados e de muitos volltas. Leuão suas espadas e adaguas e a guomias que delles tem de mujtas maneiras e muy allegremente entrão no campo fazendo sua horação, e se matão em mujto pouquos gollpes perante ell Rey e mujta jemte, aos quais nynguem de fora hade fallar senão aquelles que são seus padrinhos os quais estão cada hũ a seu laado e cada hũ falla ao seu. Isto custumão mujto asy em campo com licemça dell Rey como escondidos. E o mesmo custume de desafyos ha em todo o reino de Narsymgua. Este luguar paguaua cadano parias a ell rey nosso senhor e de pouquo tempo pera quaa lhas não pagua porque estaa de guerra comnosquo (151) aquy se gasta mujta soma de cobre que leuão pera o sertão pera moedas e calldeiras e pera mujtos vasos de que se elles mujto seruem. Compram tambem aquy mujto azougue e vermelhão e corrall e allguodão pedra hume e marfim que vall aquy mujto dinheiro. Este luguar estaa asemtado em hũa terra mujto chãa e mujto pouoado e bem arruado e não he cercado tem darredor mujtas hortas e pumares e mujto boas aguoas e mujtas aruores de boas fruitas. Ha nelle huã moeda douro redonda (152) que chamão pardaao que vall iijᶜxx (153) reis pouquo mais ou menos tambem ha hy outra moeda de prata a que chamão dama que vall vimte reis. Os pesos desta terra são baares que cada hũ pesa quatro quintais (154) dos nosos pouquo mais ou menos ho qual luguar era do mayor trato que em toda aquela coosta avia de Chaaul pera baixo e das mais riquos mercadores que auja em toda esta coosta que vinhão aquy do reyno de Narsymgua.

(151) Na edição do «Livro», publicada pelo Dr. Reis Machado, diz-se: «...de pouco tempo para cá não pagam, antes nos fazem o dano que podem...», Pg.97.

(152) Na edição do «Livro», publicada pelo Dr. Reis Machado, diz-se: «...que é moeda de ouro do reino, e...». Pg. 97.

(153) 320.

(154) Deste ponto, até ao fim do capítulo difere totalmente do da edição do Dr. Reis Machado.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO MANJADUR (155)

Pasando este luguar de Batiquallaa, himdo polla coosta contra ho sull estaa hũ rio pequeno que chamão Manjadur que he do senhorio de Batiquallaa em ho quall se apanha mujta soma darroz e mujto bom e daquy he casy todo ho que se carregua em batiquallaa. Laurão ha terra com bois e bufaros com arados da nosa maneira e os feerros do arado leuão hũ vão em que metem soma darroz pera ha terra que estaa afogadiça, e dally vay fycando de bayxo da terra e aguoa, e omde não ha aguoa ho semeão ha mão e cadano daa esta terra duas noujdades, ho primeiro he ho grirraçall (156) que he ho mjlhor ho segundo chamão Baçall (157) e outro Camaquar (158) e outro Pachary. Cada hũ tem seu preço e mujta a vantage hũ do outro ho qual arroz quem ho for comprar a este luguar achalloa mujto bom barato.

DOUS LUGUARES JUNTOS QUE CHAMÃO BACANOR E BARCELLOR (159)

Pasando este luguar de Manjadur estão de lomguo da coosta, comtra ho sull dous rios mujto pequenos em que estão dous luguares a hũ chamão Bacanor e a outro Barçellor que são ambos do reino de Narsymgua nos quais haa mujto e bom arroz que daquy carregua pera muytas partes aquy vem mujtas naaos do Mallauar e mujtos zambuquos grandes e pequenos carreguar do dito arroz de que haa de todas soortes como em Batyqualla. A este luguares vem tambem naaos dOrmuz e dAadem e doutros muitos luguares e pera Cananor e calycud se lleua tambem mujta soma dell a troquo de cobre e quoquos e jagra (160) e azeite de

(155) Na edição do Dr. Reis Machado, como no no «Glossário», citando este último a edição do «Livro» da Academia das Ciências, regista-se «Majandur».

(156) Na Edição do Livro do Dr. Reis Machado, diz-se «giracal», forma esta registada também no Dic. Morais, S. V. giracal, dizendo uma das colheitas de arroz na Índia, citando a Edição ao Livro de 1946, publicada pelo Dr. Reis Machado.

(157) Na Edição do Livro do Dr. Reis Machado, diz «acal» forma também indicada no Dic. Morais, com a citação da fonte — o Livro na edição de 1946, publicado pelo Dr. Reis Machado. O Dic. Morais, porém, também nos dá a forma «Bacal», do hindustânico *bacal*. Negociante indiano de cereais, tendeiro.

(158) A Edição do «Livro» do Dr. Reis Machado diz; cavagas. O Dic. Morais não refere qualquer das formas.

(159) Quanto a Banamvi é a mesma forma indicada pelo Dr. Reis Machado na sua Edição do Livro, forma também referida no Glossário que mencionou como fonte a «História do Descobrimento e Conquista da Índia» de Fernão Lopes de Castanheda. Quanto a Barcellor, a Edição do Livro do Dr. Reis Machado regista Bracalor. O Glossário remete esta forma para Braçalor, indicando como fonte João de Barros in «Ásia».

(160) Açúcar mascavado de palmeira ou de cana, na Índia ou na África. Dic. Morais, S. V.

quoquos porque os Mallauares não tem outro mantimento se não este arroz e gastão mujta soma delle ajnda que ha terra seja mujto pequena he tão pouoada e tão chea de gente que bem poderiamos dizer ser tudo huã çidade do monte Deely ate demtro a coullão.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO MANGUALLOR (161)

Pasando estes luguares açima ditos de llomguo da coosta estaa hũ muy grande rio contra ha banda do sul em que estaa hũ muy grande luguar pouoado de mouros e gentyos que he do reino de Narsymgua que se chama Manguallor em que haa sempre muitas naaos que aquy carreguão darroz pera o Mallauar e outras da terra do Mallauar que ho aquy vem buscar ho arroz deste luguar he preto y he mais são que outro nenhum e vall mujto barato e leuãono pera mantimento da gente baixa tambem se carreguão aquy allguãs naaos dAaden de pimenta que jaa daquy por diante começa dauer porem he pouqua e mujto boa y he milhor que ha de Cochim e de lomguo da coosta a trazem aquy os Mallauares em pequenos zambuquos com outras mujtas cousas. Este rio he muy fermoso e muy cheo daruoredo e de mujtas pallmeiras e pouoaçõis de mouros e jemtios e mujtas casas doraçao de muy grandes edifiçios e mujtos riquos e de mujtas remdas. Asy tambem mujtas mizquitas dos mouros.

OUTRO LUGUAR QUE CHAMÃO CUMBOLA (162)

Pasando este rio de Mangualor pella costa adiante estaa hũ luguar de jemtios do mesmo reino de Narsymgua que se chama Cumbola em que se colhe muyta soma darroz preto mujto roim que os mallauares vem comprar e carreguão muytos zambuquos delle pera gastarem as jemtes baixas. Este he muy de barato e em que se mais dinheiro guanha. Deste leuão mujto pera as ilhas de Malldio que estão atraves do Mallauar os moradores dellas são mouros pobres que follguão mais com elle que com outro nenhum e llaa ho vemdem a troquo de cairo que he hum fio de que fazem os caabris (163) e cordas e que se faz de cascas de quoquos e fezse nestas ilhas mujta soma delles ho qual he muy grande mercadoria que daquy coorre pera toda parte. Este luguar tem hum senhor

(161) Na Edição do Livro do Dr. Reis Machado, vem a forma Mangalor; o Glossário regista também Mangalor, citando como fonte João de Barros, in «Ásia».

(162) O Livro na Edição do Dr. Reis Machado adcpta a mesma forma, porém Glossário não a regista.

(163) Espécie de pano da Índia, outrora usado. Dic. Morais S. V.

que o manda e guouerna pello rey de Narsymgua e estaa fronteiro com ho reino de Cananor porque aquy se acaba ho reino de Narsymgua por coosta e prouençia de Colinate (164).

TITULO DO REY DE NARSYNGUA (165) E DE SUA GRANDEZA

Pasando esta terra de Tolinad (166) de lomgo do maar emtrando comtra ho sartão a quimze ou vimte leguoas estaa huã serra muy allta e muy fraguosa de sobir que vay des ho começo do reino de Narsymgua ate ho cabo de Camorim que he allem da terra do Mallauar. Este tolinate ficaua muito baixa terra antre a serra e o maar dizem os jmdios que esta terra baixa era todo o maar que chegua a, esta serra e que haa mujto tempo que correo ho maar pera outro cabo e descobrio esta terra em que elles vivem omde estão mujtos sinais de marisquos como que o maar ally em allgum tempo chegase e mostra ser verdade. He esta serra tão fraguosa que se não pode pasar senão por allguns portos, e por jso estão aquy estes reis Mallauares tão jsentos porque o rey de Narsymqua os teuera jaa tomados se não fora a desposyção porque a terra do Mallauar he desta serra pera o maar e a terra he do rey de Narsymgua pera cima da serra. Este serra he pouoada a lluguares de muy boas vylas e muy vicosas de muitas aguoas e mujtas fruitas e muita madeira. Haa nella mujtos porqos monteses e mujtos veados e muitas homças e lyõis pardos e tigres e muitos husos. Ha nesta serra huãs alimarias cimzentas que pareçem cauallos muy ligeiros que as não pode njmguem matar. Ha nesta serra huãs cobras que tem asas e voão e andão sempre pollas aruores e são tão peconhentas que ho bafo e vista mata qualquer pesoa que se perto delas chegua. Nesta terra haa mujtos alyfantes tambem haa mujta pedraria a saber: tojaguonças (167) amatistas e huãs cafiras muito molles a qual sorte de pedrarias se acha pollos rios e per amtre montanhas donde as trazem a vemder demtro na terra do Mallauar e aquy se llaurão e pasando esta serra contra ho sertão he toda ha terra do rey de Narsymgua e he casy toda chãa e muy farta e abastada de mantymentos em que haa muytas villas e çidades

(164) Na Edição do Drr. Reis Machado diz Tolinate. O «Glossário» regista também «Tolinate», colhida a forma no Livro, Ediçao de Mendo Trigoso.

(165) O Glossário, sem indicação bibliográfica remete para reino de «Bisnagá». Cita, porém, as «Cartas de Afonso de Albuquerque».

(166) Quer, na versão do Dr. Reis Machado, quer no Glossário (este fundado na versão do Livro publicada por Mendo Trigoso, ed. da Academia das Ciências) encontramos Tolinate, como no texto ora publicado se vê mais a baixo.

(167) Jagonça — forma antiga. Pedra preciosa, variedade de jacinto. Dic. Morais, S. V.

A edição do «Livro», feita pelo Dr. Reis Machado, regista também a forma jagonças.

e luguares e fortallezas polla qual terra coorrem mujtos e muy grandes rios. He terra de muy grandes lauranças de mujtos arrozes e grãos e outros mujtos ligumes ha mujtas vaquas e bufaros porquos cabras houuelhas de maneira que he de grande crjação. Haa mujtos asnos faquineos mujto pequenos de todas estas allymarias se seruem. Estes luguares e pouoacois são de jemtyos e antre elles viuem allgũs mouros. E são de senhores a que os ell rey tem dados e outros são seus em que tem seus guouernadores e arecadadores de seus dinheiros e direitos.

A FERMOSA ÇIDADE DE BISNAGUAA

A corenta, ou cyncoenta leguoas contra ho ssertãao estaa huã muito grande çydade que hee sseu nome Bysnaguaa tem muita ynfynda gente. Hee cercada de muros duã parte e da outra de huã seerra. Estaa em terra chãa assentaada resyde ssempre neella ho rey de Narsyngua que he gentyo e chamasse Raem e tem hũs paacos muy grandes em que ssempre estaa, de grandes paateos e muitos casas muy bem lauradas e dentro muy grandes terreyros, e jardyns e muitos tanques daugua, que trazem muitas prixes. Tem demtro nestes jardyns muitas arbores hy ervas cheyrosas. Haa tambem polla cydade muitos nobres paaços de ssenhores e guouernadores da dyta çydade e as majs casas do comum ssom todas cubertas de panha. Tem muito grandes praças. Haa nellas muito grossos mercadores e grandes tratos de mercadoryas. Haa muitos mouros que sseguem ho mesmo trato, estantes nesta çydade, e outros muitos que vem de dyversas partes a fazer seus tratos muito sseguramente sem nenguem lhes tomaar conta sse som mouros sse crystaãos nem doutra ley e cada hũ poode lyvremente husaar da que tyver e a todos sse guarda ynteiramente muita justyça pollos menystros deella e sse trata, muita verdade em tudo. Aquy haa ssempre grande ssoma de pedraarya, dyguo pedrarya que aquy vem de Pegu, e de Ceyllão, e da teerra naturaaes. Haa muitos dyamantes porque haa neste reyno de Narssyngua estaa huã myna delles, e no reyno de Dacão estaa outra. Trazem aquy a vender tambem muito alljofar e muitas perollas e vem do reyno dOrmuz e de Cayell, ho que tudo sse estyma aquy muito e se husa e servem muito deella epor ysso acoode aquy em muita cantydade, tambem sse guasta neella muito numero de ssedas de toda ssorte e borcados e outros bayxos, que vem da Chyna, e Alexandrya e muitos grãas, e toda ssorte de panos de cores e corall lavrado e por lavrar, e todas ssortes de contas, coobre, azougue, vermelhão, e açafrão e auguas rosadas, ssandallos lenho aloes canforas allmyzquere de que sse guasta nesta cydade muita ssoma cada anno porque husam muito huntaremsse com estes cheyros, pryncypallmente os naturaais da teerra, tambem sse guasta muita pymenta neste reyno que lhes vem do Malavar em boys que servem como bestas, ferraados, e em asnos. Husasse aquy huã

moeda a que chamão pardaaos que vaall trezentos rreis pouco majs ou menos, os quajs sse fazem em certas cydades deste reyno de Narssyngua e husasse deella por toda a Indya na mesma vallya que aquy tem. Hee moeda redonda e feyta em moollde de huã banda tem huãs letras yndyas e da outra huãs feguras doomem e de mulher e haa outros que nom tem de nenhuã bamda naada ssoomente huãs letras dum caabo. Chamamnos Onaaos. Estes sse fazem em huã cydade que hee sseu nome Onaa do mesmo reyno. Estes ssam muito verdadeyros e ssem nenhuã maneyra de fallssydade.

Ho Rey, como dyto hee estaa ssempre nesta cydade vive muito vyçoossamente. Ssaae muito poucas vezes foora della. Nom tem trabalho nenhũ porque todas as cousas ssuas, e de sseu Reyno carregua ssobre hofycyaaes e guovernadores que pera tudo tem ordenaados. Ssom gente baaça e delles brancos e de cabellos compridos corredyos e muito pretos, ssom das nossas propyas fysonomyas e de muy boas estaturas, e assy as molheres. Os trajos dos hoomen ssom hũs panos tyntos com hos quaes sse coobrem da cynta pera bayxo com muitas volltas, e muito bem apertaados, e em cyma huãs camisas que lhes daa pello meo das couxas. Ssom estas camysas de pano branco dallguodão, ou de sseda, ou brocadylhos e ssom abertas por dyante e na cabeça trazem huãs touquynhas e outros barretes de sseda, ou de borcado e nos pees trazem allparcas, e andão em pernas e trazem por capas, hũs panos dallguodão ou seeda muito grandes ssobraçaados. Trazem paages com ssuas espadas detraas de ssy. Aandão ssempre huntados, com hos cheyros açyma dytos costumão, aneys nos dedos com muita e boa pedrarya trazem outro page que lhes traz hũ ssombreyro de paano dallguodão com hũ pee que lhe toolhe a chuyva e ho soll e destes ssombreyros ssom de muito fyna sseda e de muitos lavores e com muitos pendentes douro e muita pedrarya e alljofar e ssom feytos per tall maneyra que sse aabrem e caajrão quando querem. Haa muitos ssombreyros destes que faazem de custo, iii^{c} cruzados (168). As molheres trazem hũ pano dallguodão branquo muy dellguado ou de seda de muy boas cores. Este pano he de çimquo varas de comprido. Trazem parte dell da cimta pera baixo e outra vollta lamção per cima de hũ hombro com suas allparquas de couro nos pees lauradas muy docemente, nas cabecas não trazem nenhuã cubertura somente seus cabellos apertados e feitos delles huã trufa em cima da cabeça e amtre elles mujtas folhas e flores de jazmỹ trazem no nariz hũ pequeno buraquo em huã das ventas e nelle hũ fio douro com hum pendente de huma perola tambem trazem as orelhas furadas e nellas mujtos pendentes de pedraria e de contas de corall. Nos bracos trazem mujtas contas douro e braçelletes riqos de pedraria de maneira que polla mayor parte he jemte riqua, e cantam e tamjem mujtas maneiras distromentos.

(168) O manuscrito, a partir deste ponto é de outra diferente letra, sem contudo, mudar de época.

Estas molheres são ymsynadas a volltar e fazem mujtas ligeirezas são molheres mujto fermosas e de grão presunção. Este rey e jente desta terra rasão ha nosa maneira e tem ley de casamento, porem casão com muitas molheres principallmente eses grandes que as podem ter e manter ho rey tem consyguo mujtas molheres suas mançebas. Outras como serujdoras das quais são escolhidas pollo reyno e sejão fermosas e muito saãs que bem limpamente posão serujr ho dito rey. Perque todo ho seu serujço he de molheres e ellas ho seruem da porta pera demtro e nellas são todallas hofiçios da casa. Todas estas molheres viuem demtro nos paaços dell rey omde haa aposentamentos pera todos. São muito abastados de todallas cousas que lhe são neçesarias; banhãose cada dia em aqueles tanques. Tangem e camtão e fazem mjll prazeres ao rrey, e ell as vay ver banhar e dally manda aque lhe mjlhor pareçe pera ha sua camara e dorme com ella e o primeiro filho que haa quer seja duma quer doutra aquelle seraa ho erdeiro. Haa amtre elles tam grandes emvejas e compitimento sobre a pryvança do dito rey que mujtas vezes se matão a sy mesmas com peconha. Tem este rey huma casa omde vem estaar com seus guouernadores a tomar emformação do que pasa por seu reino, e aly da grandes dadiuas e faz muitas merces e daa grandes castiguos a quem os mereçe, e os grandes de seu reyno que são seus parentes e omens de grande sangue e senhores de terras e vasallos quando fazem allguma cousa maa que não seja de seu hofiçio mandão chamar e elle loguo hade vir, e como he na çidade vem em hum andor muy riquo que ho trazem seus vasallos e diante delle seus cauallos a destro e deçe loguo ha porta do paaço e ally estão com suas trombetas e tangeres, ate ho yrem dyzer a ell Rey e o mandar emtrar e se não daa boa descullpa ou rezão do mall que fez. Mandão meter demtro em huma camara sua e elle demtro; ho manda espir e lamçar no chão e ally lhe manda dar muitos açoutes e se ha pessoa he muito seu parente ou muito grande senhor elle mesmo lhos daa e despois de bem acoutado lhe manda dar da sua guarda roupa hum muy riquo vistido e o manda sobir em seo andar e leuar muy omradamente com mujtos tangeres ate sua pousada, sempre haa porta do paaço estão mujtos andores tem este rey contynos novecemtos allyfantes, e de vimte mjll cauallos pera çima os quais alifantes e cauallos são todos comprados per seu dinheiro, e custamlhe os allifantes a mjll e quynhentos e a dous mjll cruzados. Estes são pera ha guerra e pera trazer por estaado consyguo contynuamente, os cauallos lhe custão de iij^{c} (169) ate v^{c} (170) cruzados cada hũ e se he bom custalhe vj^{c} (171). E se a compra allgum mujto escolhido pera a sua pessoa custalhe ix^{c} (172) e mjll cruzados.

(169) 300.
(170) 500.
(171) 600.
(172) 900.

Estes cauallos são repartidos por grandes senhores que os tem pera em todo ho tempo daarem conta delles e pera fidalguos e caualeiros a quem os el Rey manda dar e manda dar a cada caualeiro hum cauallo e hum moço e huma escraua e pera a sua pessoa quatro e çimquo paardaaos cada mes segundo sua pessoa e mais ho mantymento cada dia pera o cavallo, e o moço vay por elle a huma cozinha omde ell Rey manda dar de comer aos allyfantes e cauallos as quais cozinhas são mujtas e muy grandes casas em que haa mujto grande soma de calldeiras de coobre e muitos hofyçiais que mandam fazer de comer aos allyfantes e cauallos e outras que ho fazem a saber mujto arroz cozido e graãos e outros mujtos ligumes e cada huma manda ally por sua ração pera seu cauallo ou alifante yen isto haa hy muy grande comçerto e omens mujto diligentes que mandão fazer jsto. E seo caualeiro a que foi entregue este cauallo ho cura e o trata bem tomamlhe aquele e dão lhe outro, de maneira que são todos estes cauallos e allyfantes mujto bem curados e os grandes a que os ell Rey manda dar fazem outro tanto aos seus caualeiros pera lhe darem conta delles, os cauallos viuem mujto pouquo e não se querem dar nesta terra. Trazem nos aquy a vender do reino dOrmuz e de Cambaya e por jso vallem tanto dinheiro. Este rey tem mais de cem mjll homens asy caualeiros como piais a quem pagua muito bom solldo, e asy tambem a çimquo ou seis mjll molheres que comtynuadamente traz comsyguo pera hirem omde ouuer guerra, e ellas vão segundo ha gente que tambem vay, e faz jsto por que diz que se não pode ajuntar jemte nem fazer boa guerra omde não ouuer molheres. Estas molheres são sollteiras com que os homens andão damores, as quais são muy grandes bailadeiras e tamgem e contão e vollteão de mujtas maneiras. São molheres muyto fermosas e de grandes perfeiçõis e presumtuosas. Quando estes hofiçiais tomão e asemtão em solldo qualquer homem, despemno nuu e olham lhe quantos synais tem no corpo e meedemno quam comprido he e asemtão tudo e domde he e como lhe chamão e a seu pay e may e a terra donde naçeo e asy fiqua asentado com todos estes synais e eisames e despois dasentado em solldo he grande maraujlha de numqua aver liçemça como se venha a nenhuma parte, e se o tomão paasa muy grande risqo y he muy mall tratado, amtre estes homens darmas os que dallguma parte vem a reçeber solldo deixamnos viuer em sua ley e custumes, querem neste reino de Narsimgua a tres lleis de jemtyos que cada huma tem deferemca de ley sobre sy e custumes desuayrados hũs dos outros primeiramente Rey e grandes senhores podem casar com mujtas molheres por as podem manter. Seus filhos são erdeiros de suas fazendas, as molheres são hobriguadas a se queimarem viuas quando os maridos moorrem porque estes quando morrem mandam queimar seus coorpos as molheres se queimão viuas por fazerem mujta homra a seus maridos. E queimamse desta maneira. Se he molher proue e desvallida em leuando ho marido a queimaar em hum campo fora da çidade em huma cooua mujto chea de gram foguo e tanto que o marido

estaa dentro na cooua ardendo ella se lança no foguo e ally se fazem em çimza ambos, e se he molher omrada e riqua e aparentada, vão com elle ao dito campo e fazemlhe huma coua daltura dum homem grande e redomda. Emtão emchem a dita coua de lenha de samdallo e doutra lenha mujto cheirosa e metem no corpo demtro no foguo e queimamno e sua molher e paremtes ho pramtreão. Emtão esta a sua molher se quer fazer honra a seu marido amtes que dally partão pede hum prazo de çertos dias que se quer queimar e jsto diz a todollos seus paremtes e parentas que acabados aqueles dias lhes rogua que a venhão acompanhar por ser a derradeira hora de seu apartamento e como são estes dias acabados, vem todos e lhe fazem huma muy grande feesta y ella despende ho que tem com seus parentes e amiguos em comer e em tangeres e mujtos camtares e bailares e chocarreiros, e acabado ho prazo se veste muy riquamente de mujtos panos riquos e mujtas goyas e outra mais fazenda que tem reparte com seus filhos e parentes e amiguos e emtão ha poem em çima dum cauallo ruço ponbo [173] se hoover fermoso com muytos cantares e tangeres e mujto acompanhada e asy a lleuão per toda a çidade festejandoa ate ho luguar omde se queimou ho marido omde lhe deitão mujta lenha e fazem muy grande foguo e na borda da cooua arredado hum pouquo fazem de madeira hum cadafallsso de tres ou quatro degraaos omde ha sobem com todas suas goyas e vistydos e tanto que he em cima daa, tres volltas darredor e allça as mãos e adora ho naçimento do soll tres vezes e cabando de o fazer chama os filhos e parentes e amiguos e a cada hum daa huma goya das que tem comsyguo e jsto com muy allegre rosto como que se não ouuese de morrer. Ate que lhe não fiqua nada senão hum pano mujto pequeno com que se coobre da cynta pera baixo e emtão como estaa em estes termos pera se llançar diz aos homens oulhay senhores quanto deueis a vosas molheres que estando em suas liberdades se queimão por amor de uos uiuas e as molheres que estão darredor dizem huãs as outras olhay senhores quanto deueis a vosos maridos que desta maneira os deueis dacompanhar ate moorte como aguora aquela faz e tanto que jsto acaba de dizer damlhe em çima do cada fallso hum cantaro dazeite e ella ho toma e poe em çima da cabeça e daa tres voolltas da redor contra o naçimento do soll, e como acaba jsto deita ho cantaro dazeite sobre ho foguo, e como ho deita ella sellança apos ell tam de boa vontade como cousa mujto de seu guosto, y emtão os parentes prestes mujtos camtaros dazeite e mujta manteigua que loguo lhe lamção em çima e com estas cirymonias acaba seus dias estos cimzas apanhamnas e vãonas deitar em huns rios correntes. Isto fazem todos gerallmente sem nenhum pejo porque amtre elles he cousa muy acostumada, e se o não querem allgumas fazer tomam nos seus parentes e rapamlhes as cabeças e lamção nas muy deshomrradas e

[173] Ruço-pombo — cor de pêlo de cavalo. Dic. Morais S. V.

verguonhosamente fora de suas naturezas e de suas casas e lynhagens asy se vam pollo mundo perdidas porem ahy allgumas a que os parentes querem fazer fauor e dãonas a huma casa doração dos seus jdollos pera ally guanharem pera aquela casa e servjrem por seu corpo se he molher moça, destas asy mujtas casas que tem cincoenta e cem molheres destas e doutras que se ally metem por suas vontades e não querem morrer, e outras que são sollteiras estas molheres que se aquy metem hão de tamger e contar diante destes jdolos certas horas do dia e o all (174) do tempo guanhão pera elles.

Quando ho rey moorre queimamse com elle IIIJ^c. e V^c. molheres suas da mesma maneira e dellas loguo supitamente se llanção com ell omde elle estaa ardemdo e a coua he tamanha que posão saber quantas molheres quiserem e pera jsto haa muyta soma de lenha de sandallo como dito he e de brazyll e aqujla e de lenho aloes e mujtos holios de Gerlely (175) e manteygua pera fazerem arder. He tão grande hazafema a quem se queimaraa com ell que he cousa espantosa, e mujtos homens seus priuados se lamção com elle demtro no foguo. Estes gentios do reyno de Narsymgua comem todos carnes se não vaqua que lhe he de ferro (*sic*) (176) por sua ydolatria. Ha outra ley de jentios a que chamão bramenes que antre elles são saçerdotes e guouernadores de suas casas deoração estes não comem carne nem piscado nem nenhuma cousa que synta moorte estes casão com huma so molher e se sta morre nunca mais casão seus filhos são erdeiros de suas fazendas trazem a tiracollo por synall de Bramene tres fios estes não moorrem por nenhuma cousa que fação são muy bem libertados e acatados antre elles. Hão muy grandes esmollas dos reis e senhores e gemtes homrradas de que se mantem muitos delles tem mujta fazenda sua propria, outros viuem em casas dooração que tem a maneira de mosteiros as quais casas tem muy grandes remdas e mujtas esmollas muy grosas que lhes os reis e gentes da terra fazem delles são muy grandes mercadores he gente que não trabalha por leguoas por huma fartadegua (177). Seus comeres são arroz e manteigua e açucres e manjares de legumes e de leite. Nesta terra tambem ha hy outra ley de gente que casy são como bramenes trazem ao pescoço huns cordeis de retros em que trazem depimdurado hum paao e demtro nelle huma pedra do tamanho de hum ouo dizem elles que aquele he ho seu deus estes sãm antre elles mujto acatados e mujto honrrados não lhes fazem nenhum mall por cousa que façam somente por reueremçia

(174) Do latim ale < alid < allud. o mais; o resto. Dic. Morais S. V. *al.*

(175) Na Ed. do Livro do Dr. Reis Machado vem gergelim. É uma planta oleaginosa da família das pidaliáceas. O nome vem do árabe *jurgulam*. Dic. Morais, S. V.

(176) É defeso.

(177) Fartadela.

daquella pedra que trazem a que chamão tanbarane (178). Estes tambem não comem carne nem pescados amdão seguros por todas as terras ajmda que os tem de guerras. Pasão duns reinos pera outros mujtas mercadorias e dinheiros de mujtos mercadores pera lhe não ser rocbado a y delles que tratão de mercadoria com seu tambarane ao pescoço.

Estes tambem casam com huma so molher e elles moorrem as molheres se matão viuas desta maneira. Fazemlhe huma cooua hum pouquo mais allta que ella e metemna dentro em pee, e asy viua como estaa começar a llançar terra darredor della e callcamma aos pes ate que aa tujem (179) de terra muy callquada ate ho pescoço emtão lhe poem huma grande peedra em çima e ally a deixão viua e a cobrem toda de terra e ally moore fazeendolhe grandes çerimonias. As molheres desta terra são tão atreujdas e tão jdollatras e fazem cousas por amor de seus ydollos que he despantar. Nesta terra ha hy molheres moças que desejão de se casar que ellas tem mujto em vontade e prometem ao seu idollo aquele com que ellas mais deuoção tem se der graça com que case com elle de lhe fazer hum grande seruiço antes que se emtregue a seus esposo yemtão se açerta de casar com ho tall mançebo Ella lhe diz senhor eu antes que dese a vos tenho de fazer primeiro hum prometymento que tenho feito a tall deus, elle he muyto contente daquillo e se ajuntão mujtos seus parentes e parentas em hum dia que ella tem çerto pera jso e tomão huma carreta grande com bois e nella armão huma piquota mujto allta da maneira que são huns com que em castela tyram aguora dos poços e nella poe huma cadea de ferro com dous guanchos e ella sae de sua casa mujto honradamente com todos seus parentes e amiguos homens e molheres com mujtos tangeres e cantares baylladeiras e chocareiras e ella vay nua da cymta pera çima com seus panos branquos mujto bem apertados polla çimta emtão ha porta da sua casa onde estaa a carreta abaixa a piquota e metem aqueles ganchos pollos lombos peramtre ho couro e a carne e metemlhe na mão esquerda huã adargua mujto pequena e redonda e fazem yçar ha piquota com mujtos brados e tangeres tyrando mujtas espimguardadas fazendo mujtos prezeres e começao a andar camjnho da casa do ydollo e ella vay depimdurada que lhe vay corremdo mujto sangue e vay cantando e dando mujtos brados dallegria e esgremjndo com ha dita adargua e deitando laranjos e lymois a seu esposo, e asy vão com ella ate perto do ydollo omde ha deçem e cazão e emtreguão a seu esposo e ally daa muyto grandes esmollas aos bramenes e ofertas ao ydollo e muyto comer a quantos hacompanharão ay outra ydollatria que hofereçem as virgindades de suas filhas a hum ydollo e como são em ydade de dez ou doze anos leuãona a hum mosteiro ou casa doaração omde aquele ydollo estaa

(178) Peça branca, espécie de amuleto que os sacerdotes gentios da Índia traziam ao pescoço. Dic. Morais S. V.

(179) Cobrem.

muy onrrada com seus parentes festejando como quem a casa e fora do mosteiro ha porta estaa hum poyo de pedra preta rija quoadrada dalltara de meio homem e darredor humas grades de paao com mujtos camdyejros dazeite mjtidos pollas ditas graades para de noite acenderem e sobre ho dito poyo estaa huma pedra dalltura dum couodo e no meo hum buraquo em que metem hum paao agudo e armão as ditas grades de panos de seda pera os de fora não verem ho segredo de demtro e a may da moça com allgumas outras molheres emtram em aquele luguar despois de feitas mujtas çirimonias de que não tenho verdadeira emformação e ally sobre aquele paao agudo ha corrompem e derramão sua virgimdade sobre aquela pedra e jsto fazem mujtas vezes.

Este rey tem muitas vezes guerra com ho rey de daquão ho qual lhe tem tomado mujta terra e tambem com outro rey gemtio que estaa contra ho sertão que he hum reino que chamão Otisa (180) manda sempre a estas partes domde tem guerra seus capitais e gentes e quando ho apertão que ha sua pedra lhe comvem e he necessario sair a seu conselho, e como acaba de o ter detrjmjnado elle se sae hum dia ao campo em hum allifante ou em hum amdar muito guarneçido douro e de muita pedraria riqua e com elle mujta gemte de cauallo e de pee e acompanhado com mujtos allifantes diante de sy cubertos com panos de graã e de seda muy bem ataujados e se sae como quem vay a follguar andando no campo lhe dão hum cauallo mujto fermoso em cauallgua e lhe metem hum arquo na mão com huma frecha tira contra omde quer hir fazer guerra e nomea day a quantos dias quer partir a qual noua loguo corre per toda a cidade e reino, e elle se sae fora da cidade e vay asentar seu arrayal no campo e ally estaa ate se comprir ho prazo que pos, e como he acabado manda por foguo ha çidade e a manda queymaar toda somente as casas reais e fortallezas e casas doração e jso mesmo casos dallguns grandes que não são cubertos de palha porque o rey quer que todos vão com elle e levem suas molheres e filhos porque tendoas na guerra não fugirão e manda paguar mujto grandes solldos a todas as jemtes que com ell vão primeiro e primcipallmente aas molheres sollteiras como atras fiqua dito. Estas não pellejão mas os homens que com ellas andão damores pelejão por amor dellas muy grandemente e mais diz que de todos os outros reinos se vem mujta gente e mujtos caualeiros ao seu arrayall por amor das molheres antre as quais ay muytas dellas muy omradas e priuadas do rey, trazem mujto grande casa são muy riquas tem mujto dinheiro. Cada huma destas tem VJ e VIJ moças fermosas que lhes suas mais dão pera que as criem e andarem na arte mjtjdas em solldo e jsto hão por muyto grande homra, aguora haa muyto pouquos annos que morreo huma molher daquelas sollteiras riquas e não tynha filho nem erdeiro e quando quis morrer mandou dizer a ellRey que ho

(180) O Glossário regista Otesa, remetendo para *Orixa*.

fazia erdeiros de sua fazenda, e como ell Rey soube que ella morrera mandou recolher sua fazenda e acharão sesenta mjll pardaaos afora doze mill que ella deu a huma sua crjada que crjara de mjnjna. Isto não he maraujlha por que ho reino de Narsymgua he mujto riquo e muy grande e o mais ryquo de mercadorias que ateguora se no mundo sabe. Neste Reino haa mujtas e muy grandes çidades em que haa mujtos e muy grandes mercadores mouros e gentios de mujto dinheiro e muy grosos tratos. Tem todallas sortes de mercadorias primcipallmente mujta pedraria de mujtas soortes e mujto estymada e temna por tysouro e homrãose mujto deella e o rey tem muy gramde tysouro desta pedraria porque como sabe omde haa peeça de grande vallor manda por ella e por aguaa (*sic*) (181) mujto bem, mujtas vezes daa polla pedra mais do que he auallada antre os mercadores dizendo que ho mais que deu por ella aquillo lhe fyqua em vallia e mais por ser sua. Nesta cidade e Reyno ha muy grandes monteiros e caçadores. Tem mujtos sabujos e podemguos e libreus (182) e fallcois e guauiais ay na terra mujtos faquas (183) de grande amdar e haa mujtos desemfadamentos e de muitas maneiras.

HO GRANDE REINO DE OTISEA (184)

Pasando este reyno de Narsimgua contra ho sertão estaa loguo outro reino que confina com ell de huma parte, e da outra com ho reino de Bemgualla e da outra com ho reino de Dely ho qual he todo habitado de gentyos, e o rey dell he gemtyo e muy poderoso de mujta gente de pee. Tem muitas vezes guerra com ell Rey e Narsimgua e as vezes lhe toma terras e mujtos luguares e ell Rey de Narsimgua fez outro tanto a ell de maneira que mujto pouquos vezes estão em paz. Dos costumes destas jentes não temos tanta jmformação por ser mjtydos no sertão pera jso ho não escrepuo somente que antre elles haa mujto pouquos mouros e que são muy bons homens de guerra.

OUTRO MUY GRANDE REYNO QUE SE CHAMA DEELY

Pasamdo este reino de Otisa comtra ho sertão estaa outro muy grande que se chama Deely de mujtas terras e mujtas cidades e muy grandes e riquas de mujtos mercadores ho qual he de mouros em outro tempo foy este reino de gemtyos e aguora haa nele mujtos que viuem antre os mouros muy atrjbulladamente e mujtos delles são homens fidallguos e

(181) Paga-a.
(182) O mesmo que lebreus — Cão amestrado para a caça das lebres — galgo.
(183) O mesmo que *faca:* cavalo.
(184) O Glossário identifica como sendo *Orixa*. Na Ed. do Livro feita pelo Dr. Reis Machado, está *Otisa*.

gente muito homrrada e allguns delles por não estaarem debaixo do mandado dos mouros e a sua sogeição deixão suas terras e fazendas e tomão abito de pobreza e vamse pollo mundo com detrjminação de não asentarem nunqua em nenhuma terra ate morrerem, nem terem fazendas pois perderam suas terras e andão nus e descallços, e não trazem nada nas cabeças somente coobrem suas vergonha con bragueiros de latão e trazem humas cimtas de latão mourisquo de peças e joguão duma banda pera outra de largura de quatro dedos.

E vasadas em forma com mujtas ymagens de homens e molheres escollpidas muy luzemtes a qual trazem tam apertadas que lhes faz sobir as tripas aos peitos e sae perantre as nadegas hum bragueiro do mesmo latão e diante faz huma braguella tudo mujto bem apertado de que reçebem grande pena allem disto mujtas e muy grosas cadeas de feerro pollo pesquoço e pollos çimtas e ontados todos os coorpos com çimza e os rostos, e trazem hum cornete a maneira de bozinas que trazem ao pesquoço com ho qual chamão e pedem de comer ha porta da casa omde cheguão primçipallmente as casas dooração omde sempre vão pidir suas esmollas e nas casas dos grandes senhores e andão polla mayor parte mujtos juntos asy como amdão os çiguanos (185) em nosas partes. Não costumão estar em nenhuma terra senão mujto pouquos dias. Estes se chamão commumente jouis (186) e no seu bom fallar se chamão quoame que quer dizer serujdor de Deus. Estes são baaços e muy despostos e bem propoçionados gentis homens de rosto. Não se pemteam numqua. Eu lhes preguntey mujtas vezes porque andauão asy respomderamme que trazião aquelas cadeas de ferro sobre sy em pendença do pecado que fezerão em não quererem sofrer as armas de sua omrra e se deixarão tomar a tão roim jente como mouros e que andauam nus em synall de deshomrra porque deixarão perder suas terras e casas em que os Deus crjou e que não querião nenhuma fazenda pois que derão as suas por que deverão morrer. E que se untauão de cimza por lhe lembrar sempre que de terra naçerão e terra se aujão de tornar e que todo ho all era mjntyra e cada hum trazia hum saquinho daquela çimza e todos os gemtios lhe fazem mujta homra e acatamento e recebem delles daquela çimza e poe pollas testas e pollos peitos e pollos hombros huns risquos e per toda a terra dos gemtyos jsto husão mujto.

E os jentios da India onde tambem se fazem mujtos jones comem toda ha vianda e não guardão nenhuma idolatria. Neste reino de Deely ay muy grande soma de cauallos e muy bons que em ha terra naçem as jentes asy mouros como gentyos são muy bons homens de pelleja e muy bons caualeiros são armados de mujtas maneiras daarmas são mui grandes frecheiros e homens muy rigos *(sic)* tem muy boas lanças e espada

(185) Na Edição do «Livro do Dr. Reis Machado» diz: «Estes chamam jones ou ou coamerques. A referência aos *jones* é festa aqui mais ao diante.

(186) Jogues — Peregrinos penitentes da Índia. Dic. Morais S. V.

e adaguas e maças daceiro (187) e machadinhas com que muy bem pellejão trazem humas rodas daaço a que chamão chacoram que são de largura de dous dedos agudos per fora como naualhas e per demtro rombas abertas são de tamanho de hum pratell (188) de prata pequeno trazem daquelles sete VIIJ e dez cada hum mytudos (*sic*) no braço ezquerdo quamdo querem tyrar tomão hum e metemno no dedo da mão direita e andão daredor com ella mujtas vezes e arremesamna a seu jmiguo e se lhe acertão em braço oou em perna ou no pesquoço cortamlhe tudo cerçio. E com estas fazem muito grande guerra e são homens muy certos dellas. Este rey de Deely he muy grande senhor de mujta e muy forte gente e de muy grandes terras. Comfina com Tartaria tem tomado mujtos reinos. Ell rey de Cambaya e Dação, forão seus crjados e capitais a que elle com mujta jemte mandou tomaar. Estas terras de Cambaya e Dacão e depois per tempo se allevantarão e ficarão reis neste reino de Deely haa humas aruores que ha raiz della se chama Baçeragua (189) y he tão peçonhenta que quallquer cousa que a come morre loguo. A fruita se chama mjrabijbly (190). He tão vertuosa que mata toda peconha. Iso mesmo da vida a qualquer homem apeconhentado ou a quem a dita raiz comese. Estes jouis que vem do reyno de Deely trazem esta raiz e fruita. Allguns reis ymdyos tambem trazem aliarnio (191) e huma peedra que se chama pedra pazar (192) que he muy virtuosa. Esta he huma pedra parda e moll do tamanho de huma amendoa. Dizem elles que se acha demtro na cabeça de huma alymaria a qual pedra he mujto estymada antre os ymdyos e mouros da Imdia.

DECRARAÇAO DE COMO ESTAA HA TERRA DO MALAUAR REPARTIDA E DO PRIMEIRO REY QUE OUUE NELLA (193)

Nesta terra do Mallauar que se começa de cumbolaa e per todo ho monte Deely que se acaba ao cabo de Cumurim (194) que são trjmta e tres legoas pouquo mais ou menos de lomguo da costa avia hum rey

(187) Aceiro — feita de aaço. Dic. Morais S. V.

(188) Prátel — o mesmo que prato. Dic. Morais S. V.

(189) Na Edição do Livro do Dr. Reis Machado, diz «Braechaga», forma que o Dic. Morais também regista, baseado na referida edição.

(190) Género da família das nictagináceas (Morabilis, Lineu) tribo das mirabileas. Dic. Morais S. V.

(191) Unicornio.

(192) O mesmo que *bezoar* — do persa *pazahr*, por intermédio do árabe *bazahr* e latim medieval *bezoar* — concreção calculosa formada no interior de irracionais, especialmente no estômago de certos quadrúpedes e que se considerava antidoto e medicamento contra as mais variadas doenças. Dic. Morais S. V.

(193) Repare-se na diferença entre o teor deste capítulo e do existente no Livro Ed. do Dr. Reis Machado.

(194) É o Cabo de Comorim. Glossário S. V.

gemtyo que em outro tempo se chamava çerramay pirimall. Era mujto grande senhor e desque os mouros de Mequa descobrjrão a Imdya e comecarão de nauegar pera llaa vierão ter a esta terra do Mallauar per caso da pimenta que aquy começaram a carreguar as quais naaos carreguarão em hum porto de maar que se chama coullão omde ho rey mujtas vezes estaua. Isto averaa a VJ^c. X (105) annos. Isto he sabido perque os os imdyos tomarão a era daquele tempo asy como nos tomamos a era de noso senhor Ihesus Christo, e per ella se regem aguora, de maneira que per allguns tempos naueguarão estes mouros nesta terra de Mallauar e se comecarão a estemder per ella e tomaar tanta comversação com ho dito rey que ho converterão ha seita de Mafamed e elle se foy com os mouros e laa morreo e antes que se partise partio todo ho reino com seus parentes e o fez em partes como aguora he e andando repartimdo as terras asy como daua a terra a hum asy loguo se saya della pera mais não emtender nella e por derradeiro que era todo dado não lhe fiquou senão dez ou doze leguas de terra darredor domde se veyo embarquar que era huma praya desabitada omde aguora he a çidade de Calicud, omde jaa era mujto acompanhado de mouros mais que de gemtios por ter jaa tudo dado elle trazia consyguo hum seu sobrjnho moço que ho segruja de paaje ao quall deu aquele pedaço de terra e quando se ouue de partyr diselhe que asentase aly e pouoase aquele luguar domde se elle embarquaua e lhe deu a sua espada e hum camdyeiro que trazia por estado e deixou mandado a todollos outros reis e senhores seus parentes a que elle deu terras que lhe hobedeçese e não desacatasem somente ho rey de Cananor e o de Coullão deixou isentos de maneira que ordenou tres reis na terra do Mallauar e com tall condição que em nenhum tempo podesem bater moeda em nenhum delles senão no de Calicud e asy se embarquou e neste luguar se fez ha cidade de Calicud como dito he. De maneira que os mouros tomarão aly tanto geito e comversação que não quiserão carreguar sua pimenta em outro nenhum luguar senão ally pois dally embarquara ho dito rey a fazerse mouro a qual cidade he muy grande e muy nobreçida de mujtos mercadores muy riquos de muito grande trato e mujtas mercadorias ho rey se fez mayor e mais poderoso que os outros e foylhe posto nome Comedim que he hum pomto domra sobre os outros reis asy que o grão rey do Malavar deixou feito estes tres reis a saber ho camodi que se chama Melaquonadyry e o rey de Coulão que se chama Benetady e o rey de Cananor que se chama Cobetery. Ay outros mujtos senhores no Mallauar que se querem chamar reis e nam no são porque não podem fazer moeda nem cobrir casas de telha sobpena de se os mouros allevantarem comtra ho que tall fezer e de o destroyrem. Ajmda estes reis de Coulão e Cananor despois por

(105) 610.

tempos fezerão moeda forçosamente, nesta terra do Mallauar se servem todos de huma limguoa que se chama Maliamar todos os reis são de hum custume e ley pouquo mais ou menos.

CUSTUMES DOS REIS DO MALLAUAR

Haveis de saber que nestes reinos do Mallauar ha bem xviij leis de gemtyos que cada hum tem apartamento em tanto estremo que as mais se não toquão humas com outras sob pena de moorte ou deshomra ou perdimento de suas pessoas como adiamte decrararey a saber os reis que são gemtios hourão mujto os ydollos são homens baaços casy branquos andão nus da çimta pera çima e pera baixo se cobrem com panos dallguodão e delles de seda as vezes vestem humas roupetas abertas per diante curtas que lhe dão per meia coixa as quais são de graam mujto fina ou de brocado e nas cabecas seus cabellos atados em çima e as vezes humas carapuças compridas como cascos de gualeguos. Andão descallços fazem as barbas a naualha e deyxão huns biguodes mujto compridos a maneira de turquos tem as orelhas furadas omde metem mujtas goyas de grande preço e nos bracos do cotouello pera çima braceletes douro e cartas de perolas mujto grosas e nas çimtas sobre ho pano humas çimtas de pedraria que he de tres dedos muy hobradas pellos peitos e hombros e testas huns risquos de tres em tres de çimza que poem per custume de sua ley dizemdo que por lhe lembrar que se hão de tornar cimza per que quando moorrem queimamnos e tambem no trazem per guallantaria e mujtos ha poem misturada com samdalo e com açafram e com aguoa rosada e lenso aloes tudo moydo. Quando estão estes reis em casa estam sempre asemtados sobre huns poyos alltos os quoais estão em casas terreas e os ditos poyos são muito pranos e embostados com bosta de vaquas cada dia huma vez e ally huma tauoa mujto branqa de quatro dedos dalltura e hum pano de laã de carneiro preto sem se tingir tamanho como huma manta dallem tejo dobrado e tres dobras e sobre aquele se asemta sobre humas allmofadas dallguodão ou seda nas quais allmofadas se emcoosta e tambem tem no seu estrado omde sempre estaa asemtado muy riquas allcatifas. Porem sempre teem debaixo de si aquele pano de allmafegua (106) ou junto comsyguo per estado e ley e custume e has vezes estão emcostados em cauilhas de collchois de seda ou de panos branquos muito dellguados e quando allguem os vem ver trazemlhe aquele pano de llã e poemlho jumto comsyguo e quando vay foora leualhe hum paje aquele pano dobrado diante delle per estado e tem junto comsiguo huma espada sempre nua e quando se muda dum luguar pera outro se he perto elle ha leua na mão nua. Estes reis não

(106) Tecido grosseiro branco, para luto ou sacos, fabricado de lã que se chama *churra*. Dic. Morais, S. V. *Almafega*.

casam nem tem ley de casamento somente tem huma mançeba a qual he de casta de Nayre homrada e fermosa. Esta molher tem junto comsyguo em huns paaços sobre sy e temna muy bem serujda e daalhe huã certa cousa per mes ou por anno pera a sua despesa e estas deixão cada vez que os descomtemtão e tomão outra mujtos destes reis per honestidade de serem reis as não troquão nem bollem com ellas e ellas trabalhão mujto de o contemtar pollo fauor e omrra que tem de serem mançebas dos reis, os filhos que hão não nos hão per fylhos nem erdão ho reino nem nenhum cousa do rey, somente erdão ho que da parte da may ouuerem emquanto são mjninos sam fauoreçidos do rey como crjanças fylhos doutrem que elle crja de mjninos mas não como filhos per que como são homens não valem mais que a valia que tem da parte da may. A estas faz as vezes ell rey merce de denheiro pera se manterem mjlhor que os outros Nayres os erdeiros do reino são seus jrmãos ou sobrynhos filhos dirmaã per que aqueles hão per verdadeiros filhos per que sabem que este naçeo do vemtre de sua jrmãa por que não casão nem tem marydos çertos. Estas molheres são muito liures e ysentas pera fezerem de seus coorpos ho que quyserem. Asy que a linhagem dos reis desta terra vem pollas molheres a saber se huma molher paare tres ou quatro filhos ou duas ou tres fylhas e todolos outros jrmaos erdão huns aos outros. E estes todos falleçidos erda ho filho da jrmãa mais velha, e estes faleçidos os filhos da outra jrmã, e asy amda sempre ho reino em jrmãos y em sobrjnhos e se estas molheres açertão de não parir e o rey falleçe ellas se ajuntão todas em conselho e ordenão que seja rey allgum parente do rey se o ouuer e se não outro homem quallquer sendo pessoa pera jso. Per esta maneira são estes reis do Mallauar velhos quando erdão ho reino, as sobrjnhas e jrmãs de que hão de sair os reis são muy omrados e guardadas e serujdas e tem remda sobre sy domde se mantem. A que he de jdade de cheguar homem a ella de doze ate quatorze annos fazem prestes pera festejarem e fazerem çerimonia de casamento. Mandão chamar de fora do reino hum mancebo de linhajem de fidallguos e mandamlhe dinheiro e mujtas dadiuas pera que venhã a ver de virgimdade aquela moça e elle vem ao qual fazem muita homra e mujta feesta e mujtas çirimonias e elle lhe ata ao pesquoço huma goya (197) douro mujto pequena a qual ella traz toda a sua vida em synall de lhe averem feito aquela çirimonia de casamento pera poderem fazer ho que quiserem por que antes disto ella não pode fazer de sy nada, ho qual mançebo estaa com ella muy bem serujdo allguns dias e então se vay pera sua terra e ella fiqua as vezes prenhe e day per diante per a prouisão de seu apitite ella doma qualquer nayre ou bramene que antre elles são sacerdotes e tem destes quantos querem de que emprenhão e hão filhos. Este rey de Calicud e outros do Mallauar quando morrem queimamnos

(197) Por Gola — como na armadura, a gola é a peça que protege o pescoço.

em hum ricyo (198) fora dos paços com muita lenha de sandallo e lenho aloes e ao tempo do queimaar são todos juntos os sobrjnhos e jrmãos e parentes mais cheguados e todos os grandes do reino e mujtos priuados e pranteamno temperadamente, e antes que se queime haa destar tres dias morto esperando parentes e vasalos que ho vejão se morreo de sua doemca por que se o mataram acudirem per jso como são hobriguados. Esta çirimonia lhe guardão mujto jmtensamente e acabando jsto se rapão todos desda coroa da cabeça ate aos pees que lhe não fiquão senão as pestanas e jsto do primeiro erdeiro ate ho mais pequeno nyno que haa no reyno que seja gemtio e alimpão os demtes da pretydam do betle (199) ho qual deixam então de comer todos jerallmente e se neste tempo ho achão comer cortamlhe os beiços per justiça e deixão de o comer per espaaço de treze dias, nos quais nam manda nem guouerna ho primçepe nenhuma cousa nem ho alleuantão per rey ate terem pasados os dytos treze dias. E nestes xiij dias esperão auer se viraa allguma de foora que comtradygua a nam ser rey. E como he comprido o dito tempo ajuntamse todos os grandes e guouernadores que ate emtão forão e tomão ho primçepe e o fazem jurar de ter e manter todallas outras leis que o rey pasado tinha, e de paguar todalas diuedas que elle deuia, e de trabalhar per guanhar ho que os outros perderão, ho qual juramento lhe tomão desta maneira. Elle dito rey com huma espada nua na mão ezquerda e a mão direita posta sobre huma camdea ardemdo de mujtas matullas (200) dazeite e demtro hum anell douro em que toqua com os dedos, e na qual a candea e outro juramento faz de manter tudo com aquela espada e feito seu juramento lhe lamção sobre a cabeça hum pouquo darroz fazemdolhe muytas cerimonias dooraçois e adoracois ao nacimento do soll e loguo certos comdes a que elles chamão caymal (201) com ho que ha de ser primçepe e com os outros erdeiros lhe fazem juramento naquela candea de o serujrem e ajudarem e serem leais e verdadeiros em todallas cousas de seu serujco.

A MANEIRA DE QUE SE FAZ A JUSTIÇA DELL REY DE CALICUD

Na cidade de calicud he posto hum guouernador a que elles chamão talaxe nayre. Este tem bem cjmquo mjll nayres de sua jurdição a que elle pagua seus asemtamentos e tem mujta remda por omde ho bem pode fazer. Este faz justiça das pesoas que fazem ho que não deuem e daa de tudo conta a ell Rey. E a justiça se faz segundo a callydade da pesoa.

(198) Por «rossio».
(199) O mesmo que bétel: do malabar *vettila*. Planta sermentosa da família das piperáceas (Piper chavica betel; Lineu).
(200) Torçidos.
(201) Antiga designação dos senhores e príncipes do Malabar.

Perque amtre elles ha mujtas leis e calidades de gemtios primcipallmente os nayres e outros mouros chatins e guzarates, byabares que são humas jemtes homradas e day pera baixo ay mujtas soortes de gemtes baixas e vis que são os mais delles escrauos dos reis e outros de grandes senhores e de nayres e se allgum homem destes fez allgum furto e se vão queixar ao rey ou ao xenayre elle loguo ho manda premder e se lhe achão ho furto nas mãos ou comfesa que ho fez se he gemtio levãono a allgum luguar omde sempre fazem justiça e ally estão huns paaos alltos com humas pontas mujto agudas e huma tauoa pequena per omde pasão aquela ponta e ally lhe coortão a cabeça com huma espada e emtão ho atrauesão pollo meo naquela ponta que asy ha leixão espetado e no mesmo paao lhe espetam tambem ha cabeça e se he mouro ho que ho tall furto fez leuãono a hum resyo e aly ho matão as cutilladas e o furto ora recada pera o guouernador da terra sem seu dono a ver nenhum proueito por que he asy ley que ho perqua justiçandose quem ho fez e se achão ho furto e o ladram foge estaa o tall furto em poder do guouernador, çertos dias e se neste tempo nam tomão ho ladrão emtão ho tornão a seu dono e fiqua ha quoarta parte ao guouernador. Ha y outra ordenação nesta maneira que fazemdo hum ladrão hum furto e seu dono vem fazer queixume e o ladram ho negua nem hay testemunha diso, nem lho achão, emtão ho premdem e o tem ally em cantidade de viij dias tirandolhe ho comer e dandolhe mujto maa vida pera ver se confesa e acabando ho tempo, se não confesa, chamão ho que ho acusa, e dizem lhe este homem não comfesa, queres que jure ou que ho solltem. Se diz que jure emtão mandão ho preso que hum dia e que se llaue e emcomende a seus deoses e não como betellee e alimpe os dentes da pretidão do betellee pera no outro dia fazer ho dito juramento, e quando vem ho outro dia ho tirão do tromquo e o leuam demtro a hum tanque omde se llaaua fazemdo sua çirimonja e dally ho leuão a huma casa doração omde tem jdollos e faz ho juramento desta maneira, se he gemtio aquemtamlhe huma panella dazeite de coobre, omde estaa mujto fervemdo e llamçamlhe humas folhas dumas aruores demtro no azeite e com ha mujta quentura que ho azeite tem em sy as faz salltar pera foora e jsto pera que ha parte veja se estaa quente no dito azeite, e emtão vem dous escripuais e tomamlhe a mão direita do ladrão e olhamna muito bem se estaa são ou se tem alguma chaga de sarna ou doutra cousa, e asy vem tudo e asemtão ha mão da maneira que estaa. E mostramna ha parte, e acabado de fazer ho dito eisame lhe mandão que olhe para o jdollo e que digua tres vezes, Eu não fiz este furto que me este homem poem nem menos sey quem ho fez e emtão mete dous dedos no azeite da mão direita ate o meo e dizem se não fez ho furto que não se haa de queimar nem fazer nenhuma cousa e se elle fez que lhe haardem os dedos. E emtão ho tornão os escripuais e lhe atão ha mão com hum pano quer seja queimada quer não e emtão lhe poem huns sellos em cima das ataduras e o mandam tornar ao tronquo e dally a tres dias

tornão todos ao dito luguar omde da primeira fezerão ho outro exame e os escripuais lhe desatão os ditos panos da mão perante ho dito guouernador e a parte e se achão a mam queimada padeçe como dito he, e alem disto dãolhe tanto tormento que ho fazem comfesar omde tem furto, ou que fez delle, e ajmda que ho não comfeso todauja morre por quanto se lhe a mão queimou. E se lhe achão a mão sãa e se não queimou ho hão por liure e sollto e o que ho acusou pagua çerto dinheiro de pena pera o guouernador e desta mesma maneira tem quem maata outro ou se mata ou poem a mão jrosamente a bramene ou nayre. Isto se emtemde nos gemtios villãos, e se he mouro do que tall cousa fez fazemlhe todos estes exames, somente em luguar de meter os dedos no azeite fazemlhe lamber hum machado mujto quente que este vermelho com a linguoa. E se não queima, elle fiqua assolto e se queima a limguoa levamno a hum resyo a matar has cutylladas. Tambem se este guouernador acha nesta cidade allguns moços ou mancebos vaadios, sem ofyçio nem senhor, nem pay nem may são perdidos pera ell e vemdemnos a mouros ou quem os quer comprar, sem mais niso entender njnguem, os quais vende per perço de quatro çimquo cruzados. Os nayres tem liberdade de sua fidallguia e não podem ser presos em ferros por nenhuma cousa que façao. Se nayre mata outro ou faz hum furto ou matar vaqua ou dormyr com molher baixa ou comer ou beber em casa de vilam ou dormir com a molher de bramene ou diser mall de seu rey craramente emtão manda ell rey chamar tres ou quatro caualeiros mujto bons homens de suas pesoas de que se elle fya e mandalhe que vão matar o tall nayre omde quer que ho acharem e emtão lhe manda dar hum alluara que he asynado por ell que diz foão e foão matareis a foão omde quer que o achardes per que asy he mjnha vontade per quanto pecou, e elles ditos nayres ho matão homde quer que ho topão as cutilladas, e as vezes haa allgum destes que andão fugidos que ferem dous e tres primeiro que ho matem se anda atallayado (202) e despois de morto viram-lhe os peitos pera çima e poelhe aquele alluara sobre elles e vemse e deixamno e não ha de toquar njnguem. Ally ho comem as aues e os adibes (203) e se o matão na çidade, os da rua omde elle jaz morto ho vão pidir ao rey que lho mande dally tirar e ell rey ho faz as vezes graçiosamente e as vezes por dinheiro e se polla vemtura vem allgo fazer queixume dallgum nayre que lhe furtou e o nayre ho negua emtão fazem da mesma maneira que jaa dise senão que seu juramento hade ser de manteigua por quanto he nayre e lhe fazem esta artesya.

(202) De sobreaviso.
(203) (Do árabe adh — dhib) — Mamífero carnívoro do género dos chacais que habita a Ásia e a África do Nordeste. É o canis vulpis. Dic. Morais, S. V.

TITULO DOS QUE CHAMÃO BRAMENES

Neste reino de Calicud ha huma ley de gente a que elles chamão bramenes que são antre elles sacerdotes. Estes bramenes fazem de comer aos reis Mallauafes e outrem lhes não pode fazerde comer senão elles, ou pessoa da geração dos reis. Estes como sam de sete anos lamcamlhe hum tiracolo de correa de largura de dous dedos crua com seu pello duma alymaria que elles chamam crisua merguam e como lha deitão mandamlhe que do dia que lhe lamção aquela correa não coma betelee sete anos e todo este tempo traz aquella correa e como he de jdade de XIIIJ tiramlhe e poemlhe outro de tres fios de lynha que toda sua vida traz e quandolho lamção fazemlhe mujtas cirimonias, quando ho fazem bramene asy como fazem em nosa terra a hum clériguo quando cantão mjsa noua e dally ficão bramenes, e daly por diante comem betellee. Estes não comem carnes nem pescados nem cousa que synta moorte e guoardão jsto em muy grande estremo e se lhe a molher morre nunqua mais casão nem comem betellee do dia que lhe morre ha molher a hum anno.

DOUTRA GENTE BAIXA QUE CHAMAM TIBES

No Mallauar de gentes mujto baixas ay omze leis com que as gentes homradas senão toquão sobpena de moorte ay muy grandes apartamentos de se não misturar huma casta com outra os milhores da gente baixa chamão tybes e o seu principall hofiçio he adubar as pallmeiras e recolherem os fruitos dellas e acarretarem todallas cousas por dinheiro dum cabo pera outro porque na terra não haa outras bestas tambem sam cabouqueiros que arramquão pedra. He gente que ganha de comer em todas maneiras de trabalho allguns delles apremdem ho uso das armas e pellejão nas guerras quando he neçesario todos estes trazem huns panos de huma braça nas mãos por synall que são tybes. Destes são mujtos escrauos dos nayres a que os ho rey tem dados pera delles comerem e se manterem e os ditos nayres tem cujdado de os guardarem e fauoreçerem. Estes tem jdolatria sobre sy e crem mujto em seus ydollos seus sobrynhos filhos de suas jrmãs herdão suas fazemdas. Estes são vasalos e suas molheres podem fazer de sy ho que quiserem como de feito guanhão de comer per seus coorpos, e se dão aos mouros naturais da terra e a mujtos estrangeiros, de que os maridos são sabedores. Estes fazem ho uinho da terra sem njmguem njso poder emtemder. Guardãose mujto de se tocarem com outra gemte mais baixa. Destes haa muytos que dous jrmãos tem huma molher e ambos dormem com ella e não no estranhão.

OUTROS MAIS BAIXOS QUE CHAMÃO PAREM

Haa outra gemte mais baixa que chamão parem que viuem em os desabytados e nos matos em huns luguares mujto apartados que não tem comversação com nenhuma outra gemte que hos hão por piores que diabos danados porque somente de os verem se hão por escomunguados a que chamam empolleados (204) esta gente se mantem dinhames e doutras fruitas daruores e com raizes deruas e com folhas cobrem suas vergonhas. Comem carnes monteses nestes se acabão as deferemças das leis dos gemtios do Mallauar que são perto das XVIIJ que cada huma he sobre sy sem poderem tocar nem casar com outra ley nenhuma.

OUTRA GEMTE MUITO BAIXA QUE CHAMÃO POLEAS (205)

Ay outra gente muito baixa que se não toqua njmguem com ella a que chamão poleas que são lauradores e colhem no arroz. Estes viuem em lugares apartados omde nam anda gente. Viuem em campos e casas de palha mujto pobres. He huma gemte muito ciuell (206) os mais delles são scrauos dos nayres que lhe coolhem suas noujdades. E os nayres quamdo tem neçesydade se seruem delles, a saber; em humas laouras e fallão com elles, mandamdolhe fazer as cousas de seu trabalho, e quando vem de fallar ou toquar com elles vestemse em outros panos e leuão os que trazião com que fallarão. Estes poleas podem andar dous meses do anno por omde quiserem e per amtre as casas dos nayres sem se tocarem e ay allguns tão maaos que de noyte nem amdar nas villas e luguares pera tocar allguma molher nayra. E se ha toqua ella mesma se emxempra pera sy como danada (207) per amor de não empeconhemtar sua geraçao ou se vay meter em casa dallguma gemte bayxa pera ver se daly pode aver allguma sallvação porque como os parentes sabem que he tocada chamamna empollada e tomamna e leuamna a hum campo e matamna as lamçadas e dizem que jaa he danada. E seo rey he sabedor primeiro que os parentes manda por ella e a vemde por sua escraua a gemtes estranjeiras pera fora do reino a saber a mouro ou judeu ou christão. Este tocamento destes poleas tambem he que quando não podem cheguar ha pesoa arremesamlhe hum paao e se lhe dão com elle fica tocada, asy como de pessoa a pessoa. Estes com esta liçemça que tem

---

(204) Termo da Índia Portuguesa. Ficar poluído pelo contacto de pessoa de casta diferente. «O demónio ... inventou também seu particular modo de violação dos seus templos a que chamam *empolear*», Manuel Bernardes, «Nova Floresta», III, 4, 47, 174.

(205) Do malaiala *palayam* — derivado de *pala,* poluição; homem plebeu, no Malabar; homem de raça inferior. Dic. Morais, S. V.

(206) Gente vil; de más manhas. Dic. Morais, S. V.

(207) Manchada, maculada.

de andarem polla terra os ditos dous meses são as vezes tam sobejos que os nayres matão tantos delles que semfadão. Estes pouquas vezes andão pollos camjnhos senão pollos montes com medo dos nayres que sempre andão pellas estradas e per omde quer que vão vão bradando perque se não toque nenhum nayre com elles, per desastre.

OUTRA MAIS BAIXA QUE CHAMAM MAQUA (208)

A y outra gente neste Mallauar que he tam baixa e çiuell que mujta gemte se não toqua com elles nem elles com njmguem aos quais chamão maqua. Estes são piscadores e naueguantes das naaos. Estes piscadores he huma gemte baixa e çiuell antrelles per que ho seu hofiçio não he senão pescar com huns barquos pequenos a que chamão allmaadias (209) e pescão com redes em que matão mujto pescado e vemdemno mujto barato per que em todo ho Mallauar senão pagua nenhum direito do pescado fresquo e do sequo pagam seus direitos. Destes erdão seus filhos suas fazendas porem ho mais delles são escrauos do rey e dos senhores guovernadores e nayres. A y allguns destes que vem a ser homens de mujto dinheiro e tem muy boas casas e fazenda e quando ho rey quer lhes toma tudo. He gente que viue muy sogeita e peitam grosamente a eses grandes que fallem a ell Rey per elles, e dão mujto dinheiro que os deixem viuer em suas fazendas. Estes são mujto grandes ladrois e mujto desverguonhados.

CUSTUME DOS NAYRES (210) QUE ANTRE SY TEM

Nestes reinos do Mallauar ay outra ley de gemtes que se chama nayres que são antre elles fidallgos e não tem outro hofiçio senão pellejarem omde he neçesario estes contignuadamente trazem comsyguo suas armas per omde quer que andão per gallamtaria a saber delles spadas nuas nas mãos com suas adarguas e frechas mujto apontados e concertados com seus arquos e delles lamças viuem todos com ho rey e com os grandes senhores e guouernadores a saber os que são pobres e de menos vallya vivem com estes, e porem todos tem asemtamento do rey e asy mesmo das pessoas com que viuem e não pode ser nayre senam se fez de linhagem de nayre são homens muy limpos em sua fidallguia e

(208) Pescador na Índia Portuguesa. «... Andando vigiando uma noite, topou quatro *macuas*, que são pescadores...», Castanheda, «História da Índia», Vol. I, cap., 66, pág. 190.

(209) Do árabe *al-ma'adia* — embarcação asiática e africana, de uma peça inteiriça, muito comprida e estreita; espécie de canoa, que por outro nome se chama *tone*. Dic. Morais, S. V.

(210) Do malaio *nāyar* derivado do sanscrito *nāyaca*, chefe, director. Indivíduo de uma casta ou classe do Malabar, especialmente dedicada ao uso das armas, que constituía a tropa dos rajás malabares. Dic. Morais, S. V.

muy ysentos nam se tocão com nenhum vilão nem comem nem bebem senão em casa de Nayres. Estes servem muy bem ho rey e os senhores com que viuem e andão sempre com suas armas com elles asy de noute como de dia são homens que estimão muy pouquo ho comer e o dormir per fazerem ho que devem por que mujtas vezes dormem sobre hum poyall sem nenhuma roupa somente per aguoardarem quem lhes daa de comer e mujtas vezes não comem mais que huma vez ao dia são homens que fazem muy pouqua despeza perque asy tem muy pouqua moradia. São muy bem contemtes com duzentos reis cada mes e os mais delles pera sy e pera hum moço que ho serue estes não são casados nem tem ley de casamento nem tem molheres nem filhos, seus sobrinhos filhos de suas jrmãos são seus erdeiros as molheres nayres são todas jsemtas e fazem de sy o que querem com bramenes e com outros nayres e não com outra jente mais baixa sob pena de moorte e jsto despois que são deidade de XIJ annos e como a moça é nesta ydade a may detrjmjna de lhe fazer huma cirimonia como maneira de casamento per que antes disto não ha de dormir com nenhum homem e como esta çyrimonia he feita ella poderaa fazer de seu corpo ho que quiser e a çirimonja he desta maneira a saber que a may faz prestes seus parentes e amjguos pera lha virem omrrar y emtão rogua a hum seu parente que lha case ou a hum seu amiguo e elle ho faz de muy boa vontade e manda fazer huma gorja pequena douro que teraa meio cruzado e comprida como a ponta de huma fyta com hum buraco no meio que atrauesa da outra banda e emfyão hum fio de retros bramquo e sua may estaa co ha moça muy arrayada fazemdolhe mujtas festas com muita gente, e este seu parente ou amjguo chegua a esta gorya fazemdolhe mujta çirimonia de casamento como se casase e emtão lhe lança ao pesquoço aquela goya a qual sempre toda sua vida traz em synall que pode jaa fazer de sy todo ho que quiser, e o noyuo se vay sem dormir com ella por quanto he seu parente, e se o não he emtão pode dormir com ella se quiser porem não no hobrigando a iso. E day por diante a may anda roguando allguns mançebos que lhe ajão aquela fylha de virgimdade per que elles antre sy ho hão per cousa çuja e casy villeza averem huma molher de virgindade e depois que dormem com ella e he pera homem a may anda roguamdo mujtos homens que lhe queirão manter aquela fylha e tella por mançeba de maneira que conçertão com ella tres ou quatro nayres aa manterem e dormjrem com ella e cada hum lhe dar tanto per dia e quantas mais tem tanto he mais omrrada e cada hum haadir estar com ella seu dia çerto desde o meio dia ate ho outro dia ao meo dia que vem outro, e asy vão passando sua vida muy temperadamente sem as njmguem ouuir nem aver amtre elles meremquoria nem compitymentos (211) e o que a quer deixar ha deixa e ella faz ho mesmo se allgum lhe avorreçe. Os filhos que em ellas hão ficão aas costas da may e das jrmãs da may

(211) Competição.

que os crião per que elles não sabem cujos filhos são ajmda que se pareção com elles não nos estymão como fylhos. Esta ley diz que fezerão os reis, pollos mesmos nayres não terem cousa que duuydasem fazer seu mandado estes nayres alem de serem todos linhagem hão de ser todos armados caualeiros per mão do rey ou do senhor com que viuem, e ate este tempo não podem tomar armas nem chamaremse nayres porem guozão da liberdade dos naires em mujtas cousas, e os nayres como são de ydade de VIJ anos, loguo são postos em escollas pera apremderem toda a maneira de ligeirice e manhas primçipallmente os emsynão a baliar e damçar, e despois a fazer mujtas volltas no chão e mujtos salltos reais e outros muitos salltos muy ligeiros pelas quais cousas que elles apremdem são seus corpos tão desmembrados e dobrados cada dia duas vezes que dobrão os membros ao reues de sua natureza e despois que nisto são muy desemvolltos os ensynão ajuguar das armas de todos maneiras, a saber que delles tyram com frechas, delles com arquo, delles com bastão (212), delles com lamças, eporem as armas de que mais husão he espada e adargua (213) que he amtre elles mujto acustumada. Estes mestres que os emsynão chamamse panycais (214) que amtre elles são mujto estimados e muito honrrados, e os seus diçipollos asy velhos como mançebos adoram nelles quando os topão ou uão omde elles estão. Isto fazem muy jmteiramente por ley e custume ajmda que ho diçipollo seja velho hadadorar ao mestre posto que o mostre seja homem moço. Ho qual paniqal ou paniquais tem sempre suas escollas omde emsynão e os que apremdem de feito darmas apremdem ate que morrem porque hão hobriguados ayr tomar suas liçois aas escollas dous meses cadano no jmverno ajnda que sejão homens mujto velhos e elles se prezão mujto diso mais que de nenhuma outra manha. Tambem ay allguns destes mestres que não tem escolla mas servem os reis e grandes senhores. Estes que ensynão quando os reis tem guerra huns com outros que vão a pellejar são capytais da gente e regedores della, os quais são agradaados naquela çiemçia como doutores. Leuão mayor moradia que nenhuns outros nayres são homens que mujtos deles tem fazenda e são muito riquos e tem muitos palmares. Estes nayres quando lhe não querem paguar seu ordenado ajuntanse IIIJ[c] ou V[c]. nayres muy bem armados e vãose caminho de casa do rey que lhes desem seu ordenado senão que elles vão de camjnho a buscar quem lhes dee de comer. Y emtão ell rey os roga que esperem day a certos dias e se lhes não diz nada elles se vão pera outro senhor ou rey. Porem ho outro pera omde elles vão estaa esperando tres ou quatro dias pera recado, e se não vem então os asemta

(212) Bastão — no sentido de varapau.

(213) Do árabe *ad-darka*. Escudo de corno dobrado, de forma oval, com duas embraçadeiras. Dic. Morais, S. V.

(214) Do malaio *panikkal*. Mestre de armas instrutor ou treinador dos combatentes do Malabar, conhecido por *naire*, na Índia. Dic. Morais, S. V.

em seus liuros, e se o rey domde se forão os manda chamar e lhes promete que dally a tres ou quatro dias lhe daraa quanto lhe he deujdo elles se tornão e como cheguão lhes emtreguão todo ho seu perque elles hão per muito grande deshonrra e abatymento hiremse os seus nayres a viuer com outro ser ou rey.

Nesta cidade de Calicud cadano se faz huma festa muy grande desta maneira. Quando vem aquele dia podem vir todollos nayres e nayras abaixo ha çidade de noyte com seus amiguos a follguar e emtrar a ver casas de mercadores riquos e amygos de seus amiguos omde vem bem V[c]. ou VJ[c]. nayras muy gentis molheres e emtrão naquelas casas omde lhe fazem muito guasalhado e lhes dão mujtas fruitas e mujto betellee que he ho seu primçipall comer. Estas molheres nayras andão acompanhadas de muitos nayres mançebos que com ellas handão damores e como acabão jsto se metem todas em huma preçisão huma amte outra com camdyeiros dazeite nas mãos açesos demtro em humas bateguas (215) de coobre e asy andão com jsto perto da çidade ate que vão acabar em huma sua jgreja omde tem hum jdolo em que ellas tem mujta deuação e como cheguão aly fazem aaquele jdolo mujtas çirimonias. Isto fazem huma vez cadano. Estes nayres são homens tanto de verdade que se allgum homem se teme e toma allguns delles pera amdarem com elle em sua guarda que elles fazem per mujto pouqua cousa, se allguma cousa lhacomtece e lhe querem fazer mall, morrem com elle e se lhe fazem mall não estando elles presentes e despois sabem quem lho fez elles mesmos ho viguão ou morrem sobre jso, e não tão somente estes que com elle andão mas ajmda quantos paremtes tem são hobriguados acodir por iso e morrerem per que tomam em grande abatymento de suas pessoas ho tall neguoçyo e tambem se pervemtura ho rey ou senhor com que viuem ho matão em allguma batalha não hão de vir pera casa se não morrerem todos omde morreo seu senhor. Ajmda que estee soma de gemte ally vão morrer hum e hum pelejando pera vimguar a moorte de seu senhor.

HUM BOM LUGUAR QUE CHAMÃO MARANE OMDE COMEÇA HO REINO DE CANANOR (216)

Aallem do monte Dely (217) muito perto estaa hum lugar do reino de Cananor que se chama Maraue (218) que he porto de mar abitado de

(215) Bátegas — do árabe *baltas* — prato covo, tigela, ou sopeira à semelhança de panela. Dic. Morais, S. V.

(216) É grande a diferença entre o conteúdo deste capitulo, e o que se contém no «Livro» publicado pelo Dr. Reis Machado.

(217) No «Glossário», vem *Monte Eli*, que identifica como o *Dely*.

(218) O «Glossário», remete para porta de Marabia, citando o «Livro» de Duarte Barbosa da Biblioteca de Barcelona.

mujtos gemtyos e mouros e judeus ho mais delles. Este luguar he muyto viçoso omde haa muytas galinhas e mujtos carneiros e muyta frujta da terra e muitas outras cousas omde se fazem muitas orraquas que day leuão pera muitas outras partes. E tem mujtas e boas agoas ao lomgo delle, e loguo mais adiante vay hum rio e demtro nelle quatro ou cimquo legoas estaa huma fortalleza omde sempre estaa ho rey de Cananor e viue mujto viçosamente naquela fortalleza e tem aly mujtos nayres e estaa muy bem afortalezado. Este rey estaa mujtas vezes casy alleuantados primçipallmente quando as armadas dell rey noso senhor não pasão ha jmdia. Porem como ho capitão moor vem de Portuguall ho vem ver com mujta gente que consjguo traz e vem em çima dum andor mujto guarneçido douro que he dum paao que de seu naçymento hade ser geitoso pera quillo, e em direito domde vem traz hum sombreiro huma cana muito alta per estaado e he feito de folha de pallma redomdo e vem acompanhado de mujtos naires com espadas nuas nas mãos e suas adarguas e outras com arquos, e com muitas lamças os quais nayres vem todos diamte delle esgrimjndo e fazemdo mujtas ligeiriçes e elle follgua mujto de os ver e vem desta maneira ate que cheguão omde estaa a nosa fortalleza que estaa junto com ho maar e o capitão moor se vay ver com elle hum pouquo apartado da fortalleza e o rey ho vem receber e estão hum pouquo fallando, e daa ao capitão moor muitas peças mujto riquas e dally se espedem e o rey se torna pera seus paaços, e loguo hum pouquo arredado da nosa fortaleza ao lomguo da praya comtra calycud estaa huma çidade que chamão Cananor que he muito grande y he deste rey. Estaa pouada de mujtos mouros e gemte da terra. He de muy bom porto e de muy grаão trato de mujtas mercadorias, e ha nelle muitas naaos grandes que naveguão a muitas partes. Nesta terra de Cananor se crja muito esmerill, e mujto gimgyvre não tão bom nem tão alluo como ho de Calycud, e mujto cardo momo (219). Este rey de Cananor custuma mujto fazer os nayres caualeiros per sua mão, y he nesta forma, como he em jdade pera armas ajumta seus parentes e amiguos e vay com elles com mujta feesta ao paço com licemça do rey que jaa pera isto tem. E como chegua ha porta do rey mandão lhe dizer que estaa aly e elle ho manda emtrar e como he demtro com mujtos parentes amiguos cheguase a ell rey e elle lhe mete huma espada na çimta com huma baynha vermelha e diz que se he comtemte de guardar ho costume dos nayres e responde que syy, e emtão por diante do rey dez ou xij moedas douro baixo que chamão fanão que cada hum teraa xxij rs. e o rey lhe diz humas pallauras baixo como quem reza que não ouue njnguem e dor derradeiro lhe diz allto guoardaras as vaquas e os bramenes. E como acaba sta çirimonia fiqua

(219) O mesmo que *Cardamomo*. Do grego *Kardamomon*. Espécie de amomo, cujas sementes aromatizadas se empregam em farmácia; é planta da família das Zingiberáceas (Amomum Cardamomum).

verdadeiro caualeiro e guoza da liberdade dos nayres e fiqua asentado nos liuros dell Rey e daly vemce sempre seu ordenado como os outros nayres. Neste cananor em çima na serra ho humas cobras que são tão peçonhentas que como mordem quallquer pessoa loguo morre sem mais bolir com pee nem com mão. Afora outros mujtos que chamão de capello que são mujto peconhentas deste reino de Cananor comtra caljcud vão mujtos luguares de lomguo da coosta do mesmo reyno de Cananor.

HO GRANDE REINO DE CALICUD

Este rey de Calicud de que jaa atraas faz menção he mujto poderoso y he ho primçypall rey do Mallauar. Antes que as nosas gentes viesem ha Imdya todollos outros reis lhe hobedeçião por ser de mujta gente haa pouquo tempo que reinou um rey ho qual he gemtio. Este mostra algum tanto ser noso amiguo mais que o dantes. Este comsyntio fazerse huma fortalleza dell Rey noso senhor que aguora estaa feita junto com ho maar e com a mesma çidade e estaa aguora a obediemçia dell Rey noso senhor, ho qual fez Afonso dAllbuquerque. Aquela çidade he muito grande e mais viçosa que demtro no Mallauar ha. As casas são todas cubertas de palha porque em todo este Mallauar não podem cubrir casas de telha nem de ty polo senão casas doração ou do rey, e isto sob pena de se os mouros alevantarem contra ho que tall fizer porque he defeso por sua ydolatrya. Esta cydade tem hum rio em que emtrão mujtas naaos muy grandes daadem e de Mequa e de Cambaya e doutras mujtas partes. Isto era em tempo quando ay não estaua fortalleza e tambem vynhão aquy mujtas naaos de Malaqua de Peegu de Çamatra e de Bemgualla e leuão muyta espiçiaria em empreguo de mujtos panos mujto finos que deixão e mujta seda. Aquy viuem muytos mercadores per que achão a terra mujto grosa e de mujtas mercadorias. Ha tambem mujtos feytores doutros mercadores que estão em outras partes. Haa mujtos chatins (220) e a mayor parte delles de Choramandell são homens casy todos barrigudos alluos são mujto dellguados em comprar e vender e muy grandes contadores a marauylha. Seus filhos como são em ydade de dez ou doze annos logo andão com suas balanças e pesos a troquar moedas baixas e quando vem a ser homens fyquam mujto destros e sabidos nesta arte de pesar e troquar e contar como despois são. Soya a auer aquy mujto grande saqua pera mujtas partes e aguora carreguão as nosas naaos mujto gimgiure (221) quamdo vão a Portuguall que vem de Coochim carreguados de pimenta ho quall gimgiure he ho mylhor que ha em todo Malauar.

(220) Do concani. — Negociante pouco escrupuloso, traficante. Dic. Morais, S. V.

(221) O mesmo que *gengibre* — do latim *Zingiber*. Planta condimenta re medicinal tambem conhecida por *mangarataia* (Zingiber officinalis, Lineu). Dic. Morais, S. V.

O REINO DE COCHIM (222)

Pasando este reyno de Callcud estaa contra ho sul ho reino de Cochim no qual haa mujtos luguares. Este rey he gemtio e os outros dantes deste como erão em certa jdade tomauamno e mjtyamno em huma cooua e aly acabauam seus dias mujto atrjbulladamente. E este que aguora he por ser tão grande amiguo dell rey noso senhor e das nosas gentes e leall mais do que foy nenhum. Hos capitães moores ho tyrarão de seu maao preposito e daquella ffamtesya e ydolatria, e não se meteo naquela jdade nem despois e ajmda aguora reina e tem seu reino em paz, e ell rey noso senhor tem huma muy fermosa fortalleza junto com ho maar onde estaa huma mujto grande pouoação de cristãos a saber portugueses e gente da terra, na qual fortaleza estaa huma nosa feitoria que he a primçipall de todallas outras por que de todas aly vão daar conta porque neste porto se carreguão as naaos de pimenta pera Portugal a qual vem per hum rio abaixo em barquos que chamão torres e vem ter a huma casa que estaa ha porta do maar perto domde estão os pesos seus, e estão os nosos feitores e juizes do peso que vão pesar esta pimenta e os feitores e escripuais do dito rey da terra e daly ha leuão as nosas naaos. Ell rey noso senhor manda a este rey mujtas peças pera sua pesoa. Esta pimenta compra ell rey noso senhor por mujto poquo dinheiro e elle fiqua muito contente. Compa ho qujntall por quarenta fanois (223) pouquo mais ou menos e vall cada fanão xxij reis. Ell rey estaa em huns paaços meia leguoa da nosa fortaleza açima mujto perto dos seus paaços estaa a sua çidade não muy grande e emtra mujto polo sertão e çerqua a jlha que he ho mesmo reyno de Coochim. A maneira de seu tysouro he que não ha dir a elle senão com mujtos escripuais e ofiçiais. Esta çidade he de muy grande trato e de mujtas mercadorias e de mujtas naaos que naueguam a mujtas partes.

O REINO DE COULÃO

Pasando este reino de Cochim comtra ho sul emtrão no reino de Coulão e amtre estes dous reynos estaa hum luguar pequeno que se

(222) O texto deste capítulo também difere bastante do do «Livro» publicado pelo Dr. Reis Machado.

(223) Do malaiala *panana*, dinheiro. Antiga moeda indiana, de ouro, anterior à conquista portuguesa. É variável o valor desta moeda. No texto que ora se publica, diz que vale cada um 22 reis; no «Roteiro de Vasco da Gama», fls. 81, diz: «mil fanões de Cochim que vale cada um desasseis rs., em que pola moeda portuguesa montam dezasseis mil reis»; na «História da Índia», de Castanheda, vol. 5 fl. 123: «Manda o governador por a cada um diante duas moedas de ouro baixo que chamão fanões que vale cada uma vinte e dois reis». Neste texto de Castanheda o valor atribuído é o mesmo que o indicado no presente documento.

chama porqua (224) que he dum senhor no qual luguar viuem mujtos pescadores gemtios que no jmverno não tem outro hofiçio senão pescar e no uerão furtar toda a roupa (225) que elles achão per maar com que elles podem trazer huns barquos de remos per que são muy grandes remeiros que são como pequenos barguantins. Ajuntamse muitos e trazem todos aarquos com muitas frechas. Amdão tanto darredor que quallquer naao que achão em callma ate que arremdem e roubão a não deixão e elles dão vida e poem nos em terra e dizemlhe que vão buscar outra naao pera lhe tomarem, e partem diso que furtão com ho senhor da terra e nisto se mantem e chamão a estes barqos caetures (226). E pasando este luguar estaa loguo outro do mesmo rey de Coulão que chamão Calecoulão (227) em que vivem muitos gemtios e muitos mouros e cristão que são jmdios da emsynança do bem avemturado Sam Tomee e day contra ho sertão viuem muitos cristãos. Neste luguar ha muita pimenta de que carreguão mujtos naujos e naaos nosas allgumas vezes.

Pasamdo este luguar de Calecoulão estaa loguo de lomgua da coosta pera o sull huma grande çidade que chamão coulão em que viuem muytos mouros e gemtios e cristãos, os quais mouros e gemtios são muy grandes mercadores. Tem muytas naaos que tratão pera Choromandell e pera Ceylão e pera as jlhas e pera Bemgualla e Çamatra e Peegu. Estas não tratam em Cambaya com medo das nosas armadas que amdão ao lomguo da coosta ho rey he gemtio e muy grande senhor de mujta terra e mujta riqueza e mujta gente darmas, polla mayor parte são muy grandes arqueiros (228). Nesta çidade de Coulão arredado hum pouquo em huma ponta que atrauesa que lamça ao maar estaa huma jgreja que ho apostollo Sam Tomer fez mjllagrosamente antes que falleçese, desta maneira, elle cheguou a esta çidade de Coulão, semdo todos gemtios em abito de pobreza andaua convertendo allgumas gentes pobres a nosa santa fee e trazia comsyguo allguns companheiros naturais da mesma terra ajmda que erão mujto pouquos estamdo elle em esta çidade amanheçeo hum dia neste porto de Coullão hum muy grande e maraujlhoso madeiro no maar, ho qual madeiro veyo emcalhar na praya e loguo foy dito ao rey como aly estaua, e o rey mandou muita gemte que ho tyraase e com muitos alifantes e numqua poderão bolir ho dito paao e ell Rey ho veyo ver e mandou que trabalhasem ho posyuell pera o tyrarem e numqua poderão e quando ho bem aventurado Samtomee os vio desesperar diso, se

(224) A edição do «Livro» de 1946 (Dr. Reis Machado), chama a este lugar *Porca*. O «Glossário» regista *Porcá*.

(225) Empregado aqui o subst. *roupa* no sentido de «roupa de franceses» — tudo aquilo a que é deitada mão sem autorização.

(226) O mesmo que catures — pequena embarcação de remo e vela, outrora em uso na Índia, Dic. Morais, S. V.

(227) O «Glossário» regista com a mesma ortografia, citando João de Lisboa e Gaspar Correia.

(228) De *arco* — aquele que anda armado de arco e se serve dele — frècheiro.

foy ao rey e lhe dise, senhor se eu tyrar este madeiro daarmas hum pedaço de terra em que eu faça huma jgreja em louuor de noso senhor Deus que Mequaa mandou, e o rey se rio dell e lhe dise se tu ues que com todo ho meu poder, ho não poso tirar como esperas de o tirar, e o bem avemturado Sam Tomee lhe respomdeo, eu ho tyrarey com ho poder de Deus que he muy grande e o rey lhe mandou loguo dar toda a terra que elle ouuese mister se tirase ho madeiro e como lhe foy dada e outorguada per graca de noso senhor elle se foy caminho da praya omde estaua ho madeiro e como cheguou a elle lhe atou hum cordão e o comecou de trazer camynho de terra e o madeiro se veyo tras elle sem ajuda de nimguem de maneira que ho trouxe ate o luguar omde elle quis fazer a jgreja e ell rey quando uio tão grão millagre mandou que ho deixasem fazer do madeiro e da terra que lhe tinha dado quanto ell ouuese mister e que lhe fose feita mujta honrra e mujto fauor per que ho auia per homem santo porem ho rey não se quis tornar cristão e mujtas outras gemtes se converterão e comecarão a tornar cristãos e o dito apostolo a que eles chamão Martoma mandou chamar mujtos carpimteiros da terra e muitos sarradores e mandou laurar e sarrar ho madeiro que era tão grande de que se emmadeirou e fez a dita jgreja. He custume amtre os jmdios, que quando os hofiçiais vem laurar e fazer quallquer cousa lhe dão certo arroz pera comer e quando se vão a noute lhe dão huma moeda cada hum douro que chamão fanão que vall xxii reis, e o bem avemturado São Tomee quando vinha ao meio dia tomaua aquela mjdida per omde lhe auja de midir ho arroz e daua a cada hum chea darea e tornauase arroz e quando a noyte se hião tomaua do mesmo paao e daua a cada hum seu cauaquinho e tornauase fanão e elles hião mujto contentes e asy acabou ho bem aventurado sua jgreja. E visto estes millagres e outros muitos que noso senhor fazia cada dia por elle se tornarão muitos cristãaos a saber de demtro de Coullão ate demtro de Coochim que chegua ate defronte de Ceilão em que auera bem xij casas de cristãos que estão espelhados peramtre os gemtios, pollo sertão, os mais delles careçem demsynamça e bautismos somemte tem ho nome de cristo per que Sam Tomee bautizaua em seu tempo todos aqueles que se tornauão cristãos e andando bautizando ho rey da terra vendo que se convertia grande soma de gente lho começou a defemder dizemdo que se alleuantaria ha terra e dally se foy São Tomee camjnho de choromandell perseguido dos gemtios e cheguou a huma çidade que se chamaua Maylaxur (229), omde reçebeo martirio e estaa emterrado como mais largamente fallarey diante de maneira que ficarão estes cristãos em este reino de Coullão com aquela jgreja e outras. A qual jgreja ho dito rey de Coullão pos remda do direito da pimenta, dos quais a dita jgreja tem certa cousa e os ditos cristãos ficarão sem doutrjna

(229) Na edição do «Livro» do Dr. Reis Machado, diz: *Mailapur*, forma que o «Glossário» regista como *Maylapur*. Hoje é *Meliapur*.

nem sacerdotes que os bautyzase asy que esteuerão per muito tempo que não tynhão senão ho nome de cristãos emtão se ajumtarão todos e detrimjnarão de mandar allguns delles em busqua da Cristimdade pera averem remedio de bautismo e sacramento e emsynamça e asy andarão çertos homens com mujta despesa pollo mundo e forão ter em Armenja omde acharão mujtos cristãos e hum patriarqua, uendo sua tenção mandou com elles hum bispo com çimquo ou seis cleriguos pera os bautizar e dizer misa e emsynar ho qual bispo hia per çimquo ou seis annos e tornandose a Armenia, hya outro per outro tanto tempo. Estes cristaãos remedearão desta maneira, os armenios são homens muy devotos e branquos falão arauja e calldeu que he a primeira limgoa e mais amtiqua que ay haa. Estes armenios tem allem da jgreja rezão suas horas ordenadamente como os nosos frades porem não sey se rezão todo ho ofiçio ordenadamente como os nosos trazem as coroas ao reues a saber no luguar da coroa cabello e tudo per darredor rapado andão vistidos em camisas branquas e touquas nas cabeças e descallços. trazem barbas compridas dizem misa em alltar e dous que ho ajudão cada hum de seu cabo e o que diz ha misa estaa no meio do alltar comumgão com pão sallguado em luguar dostia e consagra delle quanto ha mjster pera quantos estão na jgreja per que todos ho tomão ao pee do alltar, de sua mão como pão bento e jsto depois que elle comungua, ho vinho he desta manejra per que na Indya não ha vinho tomam pasas que vem de Mequa e dormuz e lançamnas huma noyte de molho e o outro dia quando vem a manhãa que hão de dizer misa espremem aquelas pasas e com ho cumo dellas dizem ha misa.Estes bautizão por dinheiro de maneira que vão deste Mallauar mujtos riquos per bautizar e fiquão mujtos per bautizar per mjngoa de dinheiro. Pasando esta çidade de Coullão contra ho sull estaa huma muy grande pouoação de mouros e gemtios que chamão Tiramamguoto (230) omde tambem haa mujta naueguação, he dum senhor parente dell rey de Coullão. He terra mujto farta de mujtos mantymentos (231). Pasando este luguar de Tramanquor de lomguo da coosta estaa no cabo de Camorim omde ho Mallauar faz fim e não ho reino de Coulam que chegua diante ate xxx leguoas ate huma cydade que chamão Cais e atraues desta terra do Mallauar a quarenta leguoas vay hum arcepelaguo de humas jlhas que começão ao maar do Monte Deely, homde estão os baixos de Padua e vão pera contra Mallaqua. Os mouros dizem que são x̃ij jlhas. As primeiras são quatro ylhas rasas pequenas que se chamão Malldio (232). Estão pouoadas de mouros Mallauares, dizem que

(230) Na edição do Dr. Reis Machado, está *Tirangate*, forma que o «Glossário» regista, citando o «Livro» na edição da Academia das Ciências de Lisboa.

(231) Todo o restante deste capítulo é perfeitamente diferente do que está na edição do «Livro», feita pelo Dr. Reis Machado, e da da Academia das Ciências de Lisboa.

(232) São as Ilhas Maldivas — vide «Glossário», S. V.

são do rey de Cananor em as quais não haa outra cousa senão pallmares e disto se mantem e darroz que os mallauares leuão, os quais leuão mujto arroz de Cananor e dellaa trazem mujta cordoalha que elles fazem de casquas de quoquos a quechamão cairo domde cadano tyrão mujto grande soma que leuão pera mujtas partes, atraues de Cochim e Coulão vão outras jlhas em que haa outras dez ou doze ylhas abitadas de mouros baços e pequenos de corpos os quais tem limgoa sobre sy e rey mouro que sempre estaa em huma dellas que chamão Malldio e a todas juntamente chamão paladira. As gemtes deellas são desarmadas. He mujto fraqua gemte. São mujto emgenhosos e mujto grandes feitiçeiros este rey que nellas estaa he posto per mão de huns mercadores naturais de Cananor que ho poem e dispoem cada vez que querem e mais tem delle e destas jlhas certa cordoalha e outras cousas riquas que em ha terra haa cadano mandão laa naaos carreguar sem leuarem dinheiro nem mercadorias somente gente darmas pera tomarem cargua per força quando lha não quiserem dar. Nestas jlhas haa mujto pescado de que fazem mujta moxama [233] que he tambem mujto boa mercadoria e per lastro das naaos em que carreguão este fyo e moxama leuão buzios pequenos que tambem he boa mercadoria pera o reino de Bemgualla e Cambaya e hãona per mais limpa moeda que ha do cobre tambem se fazem nestas jlhas mujtos panos dellguodão e de seda e ouro que vallem mujto dinheiro amtre os mouros pera seus vistidos e outros panos baixos. Estes homens destas jlhas lamçao viuos douro ha touquas mujto finas e muy sotis que os nosos hofyçiais não sabem obrar, se não que tem enues [234] e dereito. Apanhão tambem nestas jlhas mujtas quasquas de tartaruguas e fazemnas em pedacos mujto dellguados que tambem he boa mercadoria pera o reino de Cambaya a que elles chamão allcama. Achase tambem nestas jlhas mujto fino ambar e muyto grandes pedaços dell branquo e dell pardo e delle preto. Eu pergunteу per mujtas vezes a mujtos mouros destas jlhas que ho apanhão que cousa era ambar ou domde naçia. Elles tem que he esterquo daaues dizem estes mouros que neste arçepellaguo laa em humas jlhas desabitadas haa humas aues grandes que pousão sobre os penedos e rochas do maar e ally esterquão aquele ambar ho qual se ally estaa cortymdo do ar e soll e chuiua ate que veem allgumas tempestades e tormentas de vento que fazem sobir ho mar per çima daqueles penedos e rochas e arramquão aqueles pedaaços grandes e pequenos e saem nas prayas omde topão com elle ou ho comem as balleas, dizem que no achão branquo aquelles chamão xonambar. Haa mujto pouquo tempo que amda no maar este he ho que mais vall antte elles e nos e o pardo chamão xuambar este anda mais tempo no maar e per jso tem aquela cor. E ho que achão preto e maçado dizem que foy comido de balea e que tem tanta verdade que ha balea ho não pode

---

[233] Do árabe *muxamaca* — Peixe seco e salgado. Dic. Morais, S. V.
[234] Enves: o mesmo que avesso. Dic. Morais, S. V.

desystir e o lamça asy jmteiro este chamão Mjnauar e he ho que menos vall. Nestas jlhas de Malldio fazem mujtos naujos e grandes de palmeiras coseitos com tamiça per que nellas não ha hy nenhuma madeira outra e neles naueguão pera a terra firme. São de quylha e muy grande cargua tambem fazem outros pequenos de remos como barguantis ou fustas os mais fermosos do mundo e muy bem hobrados e grandes remeiros dos quais se seruem de humas jlhas pera outras tambem atrauesão ho guollfão e vem ter ao Mallauar e chamamlhe quiseis. A estas jlhas vem ter mujtas naaos de mouros que da China e Maluquo e Jaua e Malaqua, Çamatra e Bemguala e Çeillão e Peegu vem e vam pera o maar Roxo pera Adem e Mequa com mujtas mercadorias mujto riquas e aquy tomão aguoa e mantimentos e cousas necesarias pera sua naueguação e as vezes vem estas naaos tam desbaratadas que as descarreguão e as deixão hir ao fumdo. Amtre estas jlhas se perdem mujtas naaos de mouros que atrauesão pera o maar Roxo que se nam ousão a cheguar ao Mallauar com medo das nosas das quais naaos que se aquy perdem as gemtes das jlhas hão mujtas mercadorias muito riquas que sempre tem pera vemder aos Malauares que aquy vem carreguar de Cairo como atras faz menção.

HA MUITO FERMOSA JLHA DE ÇEILLÃO

Deixamdo estas jlhas de Malldio mais adiante estaa huma muy grande e fermosa jlha que chamão Çeillão e os jmdyos a chamão Gelenarum que quer dizer terra viçosa. He abitada de gemtios tem rey gemtio e nos portos de maar desta jlha viuem mujtos mouros em grandes pouoações os quais estão a obediemçia e guonçinança do rey da terra. São muy grandes mercadores. Os abitadores della asy mouros como gemtios são homens grosos e muy bem apesoados são casy branquos são polla mayor parte barrigudos e viçoosos não emtemdem em feito daarmas nem menos as tem são todos mercadores e dados a llevar mujto boa vida andão nus da çimta pera çima e pera baixo se cobrem com panos dallguodão e touquinhas nas cabeças. As orelhas furadas com grandes buraquos em que trazem grandes pendentes douro e pedraria, tanto que a mesma orelha lhe chega ao hombro, e nos dedos muitos aneis de mujta pedraria riqua ha sua limgoa he do Mallauar e Choromandel, muitos mouros Mallauares vão viuer a esta jlha per que he mujto riqua e muito viçosa e muito barata e muito sãa. Aquy vivem os homens mais que em nenhuma parte. Tem mujtas fruitas em abastança e muito boas aguas e tantas laramjas que os maatos são cheos de llarangeiras e limoeiros, doçes e agras. Aquy ha muitas fruitas que em nosa terra não haa e são de todo ho anno. Ha muitas carnes e mujto pescado e haa muito pouquo arroz per que ho mais lhe vem de Choromandel que he ho seu primçipall mantimento, e de Bemgualla lhe trazem mujto mel e açuquar e mujta manteigua.

Toda a canella verdadeira e muito virtuosa naçe nesta jlha polos montes em humas aruores como loureiros e o Rey da terra manda apanhar e cortar em ramos dellguados e lhe manda tyrar ha quasqua e secalla em certos meses do ano e da sua mão a daa aos mercadores que lha vem comprar per que nenhum morador da terra a pode colher senão ho mesmo rey. Nesta jlha haa mujtos aliffantes brauos e o mesmo rey os manda tomar e amansar e os vende aos mercadores de Choromandel e do rejno de Narsyngua e de Cambaya e do Mallauar e do reino de Daquão. Os quais alifantes tomão desta maneira a saber: tem alifantes femeas mansas com que lhe armão a maneira de neguaça com que lhe armão a maneira de neguaça e atanna com cadeas ao pee duma arvore nos montes omde se elles crião e daredor daquela aruore omde esta a presa lhe fazem huma grande coua ou tres ou quatro e as coobrem muy bem e sotillmente com madeira dellguada per çima e os alifantes brauos quando vem a dita femea vão omde ella estaa e caem naquelas coouas omde os tem sete ou viij dias esfaimaados e vigiãonos de noite e de dia tantos homens que os não deixao dormir e falamlhe sempre ate que os amansão damdolhe de comer per suas mãos e despois que os tem mujto quebrantados e mansos os prendem com muy foortes cadeas e quando elles estão nestas coouas lamçaolhe tanta lenha e terra dentro e rama pouqua e pouqua que ho alifante se vem sobindo ate sair fora da cooua e aly ho atão a huma aruore e o tem alguns dias vigiando com allgum foguo e com homens que lhe sempre fallão e lhe dão de comer muy temperadamente ate que ho fazem ha sua mão e as vezes tomão 2 numa coua, jsto he amtre elles muy grande mercadoria. São muito estimados amtre os reis da Jmdia que os tem per estaado (235) e pera guerra e pera trabalho. São delles muy domesticos e emtemdidos. Vallem a mjl cruzados a mill e v[c] e vj[c] segundo são estes preços vallem no Mallauar e Choromandell. E nesta jlha vallem muito pouquo preço e njmguem os pode tomar senão ho rey.

Haa nesta jlha mujta pedraria a saber haa huns robis a que elles chamão Maujca (236) e mujtas çafiras e jaçimtos e outra mujta pedraria per que aquy he a fonte della. E o rey da terra a recolhe toda e da sua mão a vemde tem mujtos homens que ha não cauar antre seerras e ribeiras. Tem muy grandes lapidairos e são tão grandes hofyçiais disto que se lhe trazem das montanhas tres ou quatro mancheas da terra como a vem dizem nesta acharão tall sorte de pedras e o dito rey manda aly cauar e achão a dita pedraria que elles diserão, e despois que lha trazem cada soorte per sy manda escolher a milhor e laurar e a somenos vemde loguo aos mercadores da terra e a boa e riqua guarda pera sy pera de sua mão a vemder aos estramgeiros que de fora a vem comprar. Estes robis desta jlha polla mayor parte não são tão vermelhos nem tam vivos

(235) Luxo, satisfação. Dic. Morais, S. V.
(236) Esta informação não é dada pelo «Livro», na edição do Dr. Reis Machado.

em cor como as que naçem em Aua (237) e em Pegu de que ao diante direi. Allguns destes que são em perfeita cor são amtre os jmdios mujto estymados como os de Peegu per que dizem que são mais rijos e per os fazerem mais sobidos em quor (238) os lamçao no foguo. Estes lapidairos que ell rey tem vemdo a pedra antes de laurada dizem esta peeça aguoardara tantas horas no foguo e fiquaraa muyto boa e o dito rey ho avimtura e manda lançar em fogo mujto forte de carvão aquele espaço que lhe ho lapidairo dise e se ho sofre, sae mujto mais perfeito em cor e vall mais e chamão a estes maniqua. Estes robis e tupaçios e cafiras he tudo huma calidade de pedra per que todos quatro soortes são de hum theor rigas e frias e pesadas e a natureza põe em ellas suas cores e allgumas ha hy que são a metade roby e a metade çafira em a quor, outras a metade tupaçio da qual pedraria este rey tem muy grande tysouro e de pedras muy riquas.

Junto com esta jlha de Çeilão no maar estaa huma praçel (239) de VIIJ e dez e XV braças omde se acha muy grande soma dalljofar muy fermosso e perolas, ho qual aquy vem pescar os mouros e gemtios duma cidade que chamão Caell del Rey de Coullão duas vezes per anno per ordenação e achamno em humas ostras lisas mais pequenas que as de nosas partes e a mjrgulho os vão tyrar homens com humas tallas nos narizes pera a sofrer ho margulho e como cansa ou eniche no redefol (240) vem açima e o outro companheyro vaj abaixo e vem a esta pescaria em tempo que ho rey de Caell descouta (241) ho mar. E estas ostras leuão camjnho de terra e lamçannas ao soll pera morrerem e aprodeçerem e aly as tem em grandes montes e depois lamçamnas carnes dellas em calldeiras e guamellas e lauannas mujto bem e apanhão seu alljofar e se achão allguma perola grande guoardamna pera o rey perque tem ally escripuais e arrecadadores de seus direitos. Esta pescaria he dell rey de Ceillão e perdea per ser rey fraquo sem nauegaçam e sem gemte darmas e o rey de Coullão que estaa em terra firme lha manda apanhar, ho qual alljofar se gera desta maneira segundo me diserão os mesmos que ho pesquão e se tem nyso per expirimentados a saber que no inverno sobem estas ostras açima ha froll (242) dagoa e recolhem em sy aquelas gotas dagoa do çeeo e quantas gootas tantos grãos dallgofar se jerão e a guota que vai demtro na carne que nam partiçipa da quasqua se faz mayor e mais perfeita e estas são as perolla, e as guotas que toquão na quasqua e na carne não fyqua mujto perfeita per que fiqua nodoa no

(237) É a cidade de Avá, antiga capital da Birmânia. A informação constante deste parágrafo, também se não encontra no «Livro de Duarte Barbosa», edição do Dr. Reis Machado e, consequentemente, na da Academia das Ciências de Lisboa.
(238) Cor.
(239) Banco.
(240) Redefol — Pequeno copo de rede com a forma cónica. Dic. Morais, S. V.
(241) Descoutar — de des + coutar — Tirar os privilégios de couto.
(242) Flor.

da bamda da casqua e jsto se tem amtre elles per çerto. Este rey de Ceyllão estaa sempre em hum luguar que chamão culmubo (243) que he hum rio muito bom porto omde cadano uem mujtas naaos de mujtas partes carreguar de canella e alifantes e trazem ouro e prata e panos de Cambaya dallguodão e de seda e outras mujtas mercadorias a saber muito açafrão e corall e azougue (244) vermelhão aquy seguanha muyto no ouro e prata que vall aquy mais que em outra nenhuma parte tambem vem aquy mujta mercadoria de Bemgualla e Camatra e Chaull y outras partes.

Nesta jlha de Ceillão ha outros quatro ou çimquo portos e luguares de trato que são gouuernados per outros senhores que são sobrinhos do mesmo rey de Çeillão que são senhores de terras sobre sy os quais estão ha sua hobediemçia as vezes. Se alleuantam e lhe não querem hobedeçer. Ho rey verdadeiro he este que estaa em Columbo que he ho primcypall luguar da jlha. No meio desta jlha estaa huma serra muy allta na qual estaa hum piquo muito allto de pedra e em cima delle esta hum tanque daguoa nadiuel (245) e em huma pedra estaa huma peguada domem mujto afigurada. Dizem os mouros que he a peguada do noso padre Adão que elles chamão Baba (246) e de todas partes e reinos aquy vem mouros em romaria dizemdo que dally sobio Adam aos ceeos, e estes romeiros vão em trajos de peregrynos com cadeas grosas de ferro darredor de sy e vistidos em pelles domças e liois e doutras alimarias monteses nos braços e peitos huns gramdes botois de foguo (247) que vão pomdo pelo camjnho per sempre leuarem chaguas abertas dizemdo que fazem aquillo per seruiço de Deus e de Mafamed e de Adão. Alguns delles leuão dinheiro mujto secretamente e vão mujto riquos pera quando a vimda vierem em Ceylão, empreguarem em mujta pedraria. E amtes que cheguem a este monte vão por terras muito alaguadiças e per mujtos valles cheos daguoa e per ribeiras de maneira que leuão cimquo ou seis leguoas aguoa que lhe daa pola çimta e leuão todos faquas nas maos pera despeguarem himdo sambexuguas (248) que sãm tantas que os matauão se o asy não fezesem e cheguando ao dito monte sobem per elle porem ho pinacollo não podem sobir senão a per escadas de cadeas de feerro que tem muy grosos (249) darredor e como são em cima se lauão com aquela aguoa do tamque fazemdo sua oração e hão que fiquão salluos e limpos de todo ho pecado. Esta jlha de Ceillão estaa mujto

(243) O «Glossário» não regista esta forma nem «calmuco», forma que se encontra naedição do «Livro» do Dr. Reis Machado. Regista, porém «Calmucho», identificando como «Columbo».

(244) Do árabe *az-zog* — Designação vulgar do mercúrio.

(245) Que nasce ou brota, nativa. Dic. Morais, S. V.

(246) Na edição do «Livro» do Dr. Reis Machado, diz: Adombaba.

(247) O mesmo que pontas de fogo.

(248) Sanguessugas.

(249) Grossos.

perto de terra firme amtre ella e a terra estão huns baixos que tem hum canall pollo meio que os mouros e gemtios chamão Çeillão que he peromde pasão pera Choromandell todolos zambuquos do Malauar e cadano se perdem mujtos per que ho canall he mujto estreito e no anno que ho allmirante a segunda vez vejo asentar a Imdya se perderão nestes baixos tantas naaos do Mallauar e zambuquos em que se afoguarão doze mjl homens per comto, os quais vinhão com mujtos mantimentos e detrjminados de lamçar a armada dell rey noso senhor fora da Imdya sem a deixarem tomar cargua.

HUMA CIDADE QUE SE CHAMA QUYLICARY (250)

Deixando a jlha de Çeillão tornome terra firme passando ho cabo de Camorim estaa loguo huma terra do dito rey de Coullão e doutros senhores que per ella viuem que são seus sogeitos que chamão Quylicare, na qual haa mujtos luguares de gemtios e mouros e ha mujtos portos de mar. Tem sua naueguação duns nauios pequenos que chamão champanas (251). A estes luguares vem os mouros Mallauares a tratar com mujtas mercadorias de Cambaya e allguns cauallos. Aquy carregua darroz e panos de mujtas maneiras. Nesta prouyncia estaa huma casa doração de gemtios em que esta hum jdollo que elles tem em muy grande veneração e cada doze annos fazem aquy huma muy grã festa a que todollos gemtios vem em romaria como a perdois a serem salluos como jubileu (252). Esta casa tem mujtas terras de muita remda e he muy grande e muy fermosa.

Tem esta prouemçia rey sobre sy ho qual não ha de reynar mais de xij annos amtre jubileu e jubileu e acabadas os ditos doze annos no dia do ajuntamento que he muy grande e de mujta gemte e que se gasta mujta soma de dinheiro em dar de comer a bramenes ho rey manda fazer hum muy grande cadafallsso e muy allto e mandão aparamentar de mujtos panos de seda e o proprio dia elle se vay lauar a hum tanque com mujtos tamgeres e mujtas cyrimonias e day se vem e faz ao jdollo sua oraçao e sobese em çima daquele cadafallso e aly perante toda a gemte toma humas faquas mujto amolladas e começa a cortar os narizes e despois as orelhas e os beiços e todolos menbros que elle pode de sy lamçar fora mujto amjude e depresa ate que se lhe vay tanto samgue que começa de desmayar y emtão daa huma cutilada pollas guellas que acaba de se matar e fazer aquele sacrificio ao seu jdollo e o que quer

(250) O «Glossario» regista esta forma, em relação a um porto e a uma região.

(251) Champana — Embarcação pequena da India: champãm ou sampana.

(252) Pedir a remissão de suas culpas, que sejam absolvidos. O jubileu é o periodo em que são obtidos vários beneficios.

outros tantos annos reinar e tomar aquele martirio por amor do jdollo haa destas aly no presente vemdo tudo e antes que se daly vão ho fazem rey como dito he.

A ÇIDADE DE CAELL (253)

Pasando este Quilicare estaa loguo de longuo da costa huma çidade que chamão Caell que he do rey de Coullão que he de gemtios e mouros todos muy grandes mercadores. He porto de maar omde cadano vão ter mujtas naaos do Mallauar e Choromandell e de Bemguella aquy se tratão mujtos sortes de mercadorias que vem de mujtas partes. Os chatis desta çidade são muy grandes homens de pedraria e dalljofar perque a pescaria do dito alljofar he deste reino de Caell. Nesta cidade estaa hum mouro muy riquo e omrrado que tem arremdado esta pescaria do alljofar. He este mouro tão grande riquo e tão poderoso que todos os desta çidade ho tem casy como rey. Ell faz justiça dos mouros de sua jurdição sem ho rey niso emtender. Estes que pesquão ho alljofar pesquam toda a somana pera sy e a sesta feira pera o dono da barqua e todos juntamente pesquam no fim do tempo huma somana pera este mouro. Este rey de Coullão estaa sempre junto com ha çidade de Caell he muy riquo e muy poderoso de muyta gemte darmas tem em sua terra os mylhores arqueiros que ha no mundo. Traz em sua guoarda trezemtas e quaatro cemtas molheres arqueiras que manda jmsynar pera a trazer comsyguo. Estas molheres trazem humas fumdas nas tesstas mujto apertadas de panos de seda e dallguodão são muy ligeiros. Este rey de Coulão tem mujtas vezes guerra com ell-rey de Narsymgua que lhe quer vir tomar a terra e elles se defemdem muy bem.

CHOROMAMDELL

Passando esta çidade de Caell vay a costa jaa virando comtra ho noorte e chamase loguo esta terra Choromandell que serão Lxx ou Lxxx leguoas de costa, em a quall estão mujtas çidades e villas e luguares em que viuem mujtos gentios, a qual terra he do reyno de Narsymgua He muito farta de mujtos mantimentos primcipallmente arroz carnes trigo e todollos outros ligumes se dão nella per que he terra de campos. A esta terra vem muitos zambuquos (254) do Mallauar a carreguar cadano darroz trazem a ella mujtas mercadorias de Cambaya mujto coobre azougue vermelhão pimenta y outras mujtas soortes. Nesta terra achão mujta droguaria de Mallaqua e da China e Bengala que as naaos

(253) O «Glossario» regista a forma e identifica como Kayalpatnan.
(254) Do árabe *sambuq*. O mesmo que *Sambucos*. Pequena embarcação costeira da India. Dic. Morais, S. V.

dos mouros trazem per que não ousão de pasar com ellas camjnho da coosta da Imdya com medo das nosas armadas. Este Choromandell he a mais abastada terra que ha nestas partes da Imdia tyrando Cambaya, e se nele acomteçe as vezes não chouer he tão grande a fome amtrelles que morrem mujtos e per tres ou quatro fanois vemdem os folhos e filhas e os Mallauares lhe trazem neste tempo mujto arroz e quoquos e leuão as naaos carreguadas descrauos todos os chatins (255) mercadores e gemtios que viuem per toda ha Imdya são os mais delles naturais deste Choromandell são muito agudos e grandes mercadores e muy sotis no tratto de mercadoria. Em os poortos do maar viuem mujtos mouros naturais da terra que são tambem mercadores e homens que se seruem do maar e tem mujtas naaos.

A CIDADE MAYLAPUR (256) OMDE JAZ HO BEM AVEMTURADO SAM THOMEE

Pasando Choromandel e suas terras esta na ribeira do maar huma cidade despouoada mujto amtigua que se chama Maylapur que em outro tempo foy muy grande do rey de Narsymgua em a quall cidade jaz emterrado ho corpo do bem avemturado Sam Tomee em huma mujto pequena jgreja que estaa perto do mar. Dizem os cristaos de Coullão da sua Imsynamça que quando Sam Tome partio de Coullão perseyuido dos gemtios e se foy com allguns companheiros e veyo ter a esta çidade de Maylapur, que em aquele tempo era xij ou xiij leguoas do mar e despois ho mar comeo e emtrou pola terra demtro e o bem avemturado Sam Thome comecou aly de pregar a fee de Jhesu Christo e allguns tornou christãos pouquos, e outros o perseguirão que ho querião matar, e que elle se apartaua da gente e se hia andar pollos montes mujtas vezes e que hum dia andamdo hum caçador gemtio ha caça com hum arquo vio estar huma soma de pauois juntos em cyma de huma lagea e amtre elles vio estar hum mujto fermoso e o cacador lhe tirou e o atrauessou pollo meo com a frecha e elle e os outros se leuantaram voando e no aar este que firio se tornou corpo domem. E elle esteue olhando mujto espantado ate que ho uio cair e himdo ver achou que era ho corpo do bem avemturado Samthomee y emtão foy ha cidade e dise aquele mjlagre ao guouernador e outra gente os quais ho uierão ver e acharão que era ho dito corpo. E forão ver ho luguar omde hofirio e acharão aly omde estaua duas peeguadas mujto afijguradas no meio da pedra que posera quando se leuantou firido e quando os guouernadores da terra virão este millagre diserão este homem era santo e nos não no criamos, y emtão ho tomaram e leuaram ha çidade e o emtreguarão

(255) Negociante pouco escrupuloso. Traficante. Dic. Morais, S. V.
(256) O «Glossario» identifica como Meliapor.

na dita jgreja omde jaz, e trouxerão a mesma pedra das peguadas e poseramna junto com a coua e ao emterrar não lhe poderão meter ho braço direito demtro na coua, e se perallguma maneira lho mitião quando vinha ao outro dia achauamno fora e asy fycou e os cristãos seus companheiro fezerão aquella jgreja omde jaz, e os mesmos gemtios ho auião per santo e fazião lhe mujta honrra e estamdo asy com ho braço fora da cooua mujto tempo diz que vinhão de mujtas partes mujta gente em romaria e que vierão ally os chins e que lhe quiserão cortar ho braço e leuallo em reliquias e que em queremdo darlhe com ha espada elle recolheo ho braço pera demtro e que numqua ho mais virão e asy jaz ajmda aguora naquela jrmjda mujto pobremente alumyado da graça do senhor Deus e os mouros e gemtios ho gemtios ho alumião dizendo que he cousa sua a dita jgreja he ordenada a nosa maneira com cruzes no alltar e em cima da abobada huma grande cruz de madeira e pauois per diuisa a qual casa estaa jaa mujto desbaratada e o seu çircuyto cheo de maato e hum mouro pobre tem carguo desta jgreja e pede esmolla pera ella omde tem huma allampada acesa e do que sobeja se mantem e allguns cristãos da Imdia vão laa em romaria e trazem em grandes reliquias huns pelourinhos de terra da sepultura de Sam Tomee e dão allgumas esmolas ao dito mouro que repairem e mantenhão a dita casa.

HUMA GRANDE CIDADE QUE CHAMÃO PELAQUATE (257)

Pasando esta çidade de Maylapur de lomguo da costa estaa outra çidade do rey de Narsyngua de mouros e gemtios muy grandes mercadores e tem porto do maar omde vão mujtas naaos de muitas partes com toda sorte de mercadorias e per terra do reino de Narsymgua vem ter a esta çidade mujtos mercadores, per que de Peegu como ao diante direy. Trazem aquy grande soma de robis e despinellas (258) e mujto allmizquar (259) e toda esta pedraria aquy vall pouquo dinheiro aquem a bem sabe comprar e della tem conheçimento. Nesta çidade tem ell rey de Narsymgua hum guouernador, e a arrecadadores de seus dereitos. Nella se fazem mujtos panos dallguodão pimtados que vallem mujto dinheiro em Mallaqua e em Peegu y em Çamatra e no Malauar. Aquy vall mujto ho coobre e azougue e cermelhão e aguoas rosadas y outras mercadorias de Cambaya e pasamdo esta çidade de Pellaquate polla costa pera diante

(257) O «Livro» na edição de 1946 e o «Glossário» registam a forma Paleacate, citando o «Glossário», «Ásia», de João de Barros.

(258) Espinela — do italiano *spinella* — Mineral formado de alumina anidra e de uma base de zinco, magnésio ou ferro; constitui pedra preciosa, variedade de rubim. Dic. Morais, S. V.

(259) Almiscar — do árabe *al-miçk* — Secreção muito odorífera dos machos das chamadas cabras almiscaradas ou almiscareiras. Dic. Morais, S. V.

vay tornando ao noorte contra Bemgualla pella quall coosta vão mujtos luguares do Rey de Narsymgua ate huma çidade que se chama hudigirmale omde se acaba ho reino de Narsymgua.

O MUJTO GRANDE REINO DE OTISA (260)

Pasando este reino de Narsymgua de lomgua da Coosta vay ho reino de Otysa que he de gemtyos que são mujto bons homens de pelleja e muytas vezes tem guerra com ell rey de Narsymgua. Sua terra he no sertão. Tem mujto pouqos portos de mar he de muito pouquo trato chegua a sua terra contra ho noorte ate hum rio que chamão Guangis (261) a que elles chamão Guorigua. E da outra parte do dito rio começa ho reino de Bemguala com que tambem allgumas vezes tem guerra a este rio Guamgis vão todos os jmdios em romaria a lauarse nelle dizendo que são salluos per quanto sae de huma fonte do paraiso terreall ho qual rio he grande e fermoso e pouoado dambas as bamdas de muj riquas e fermosas çidades de gemtios. Antre este rio e o Eufrate estaa a Imdia primeira, e a segunda he deste rio pera diamte, e comtra Mallaqua he a Imdya terçeira segundo dizem os mouros que haa mais tempo que sabem estas partes que as nosas gentes portuguesas, antre os quais dous rios sam humas terras mujto fartas, asy pollo sertão como polla ribeira do maar, as gemtes que viuem nestes luguares são muy dellguados (262) e muy riquos e muy escasos e mujto pouquo gastadores. He terra muito saã de mujto bons ares, e de mujtas aruores e mujtas heruas cheirosas. Viuem com mujto pouquo trabalho e não ay frio nem quentura demasyada, senão tudo muy temperadamente.

A MUJTO FERMOSA ÇIDADE DE BEMGUALLA

Pasando este rio Guamgis de lomguo da costa comtra ho noorte, vay ho reino de Bemgualla em que haa mujtos luguares asy pello sertam como pollos portos de maar. Os do sertão, são pouoados de gemtios que estão ha hobedyemçia dell rey de Narsymgua e os dos portos de maar são de mouros e gemtios em os quais ahy mujto grande trato e naueguação de mujto grandes naaos e naujos per que este maar he huma grande emseada que emtra peramtre duas terras. E himdo demtro per esta enseada estaa mujto ao norte huma muy grande cidade pouoada de mou-

(260) O «Glossário» refere esta forma e remete para *Orixa*. O «Livro», na edição 1956, também, diz: «Otisa».

(261) Na edição do «Livro» do Dr. Reis Machado, vem «Goriga». O «Glossário» não regista qualquer das formas. Porém é o Ganges, como se depreende do texto, quando diz que: «... vão todos os índios em romaria a lauarse nelle...».

(262) No sentido de «Subtil», «arguto», «fino». Dic. Morais, S. V.

ros que se chama Bemguала de mujto bom porto de maar. Esta tem hum rey sobre sy que he mouro. Os abitadores della são bramquos e mujto bem apessoados (263). Vivem nesta çidade muitos estrangeiros a saber arabios, parsyos, abexis, Imdyos. He mujto pouoada de todos estas gemtes per ser mujto abastada e mujto saã e temperada. São todos mujto grandes mercadores. Tem muy grandes naaos da feição das de Mequa e de China a que chamão jumquos que são muy grandes e leuão muy grandes carguas e naueguão com ellas pera Choromandel, Mallauar, Cambaya e Peeguu, Camatra, Ceillão, Mallaqua, nos quais luguares tratão em mujtas sortes de mercadorias. Nesta terra de Bemgualla, ha mujtos allguodois, e mujtos grandes canaueais de canas daçuquar mujto gimgiure muita pimenta lomgua (264). Fazem-se muitas soortes de panos mujto dellguados e fazem pimtados pera se vestir, e bramquos pera mercadorias que pera todas partes valem. Ha muitos panos que chamão sarauantis que são muy rallos que amtre nos estimamos mujto pera touquados de donas, e os mouros pera touquas, dos quais fazem tam grande camtydade que carreguão mujtas naaos pera mujtas partes, e fazem outros que chamam mameonas (265), e outros duquazes (266), e outros chantares (267), e outros synabafos (268). Estes são os mjlhores e que mais os mouros estymão pera camjsas todos estes panos vallem nesta çidade de barato e são fiados per homens em rodas e per elles mesmos teçydos. Aquy haa muito açuquar muito bom e não no sabem ajuntar nem fazer em pãis e asy em poo ho emfardellão em fardos de panos e per cima forrados de couro cruu mujto bem coseito (269) carreguão mujtas naaos delle pera muytas partes. Quamdo os mercadores soyão a vir lyuremente das partes do Mallauar e Cambaya com suas naaos vallia no Mallauar hum quintall daçuquar daçuquar mill iij^c rs. e hum mujto bom synabafo dous cruzados e huma peeça de bratylhas mujto boa iij^c rs. e hum chantar mujto bom vj rs. e os que os trazião guanhavão muito dinheiro. Fazem aquy mujtas conseruas de gimgiure e de laramjas e limois e doutras fruitas muyto boas que na dita terra naçem. Haa mujtos cavallos e mujtas vaquas e carneiros e outras mujtas carnes em mujta abastamça, e haa muytas galinhas e muy grandes. Os mouros desta çidade mercadores vão pollo sertão e comprão muytos mjninos

(263) Diz-se de quem tem boa presença, boa estatura, galhardia, gentileza, ao mesmo tempo com aspecto de seriedade. Dic. Morais, S. V.

(264) Pimenta longa — espécie de pimenta *(Piper longum)*, malagueta, pimenta. Dic. Morais, S. V.

(265) *Mamonas* — Antigo tecido fino de algodão, fabricado em Bengala. Conf. Castanheda — «História da India», vol. II, cap. 58, pg. 186.

(266) Duguaza — Antigo tecido fabricado em Bengala. Dic. Morais, S. V.

(267) Certa espécie de pano. Conf. «Peregrinação» — Fernão Mendes Pinto, cap. CLXVII. Dic. Morais, S. V.

(268) Do persa *Xinabaft* — Tecido fino de algodão de Bengala. Conf. Castanheda, «História da India», vol. II, cap. 58, pg. 186. Dic. Morais, S. V.

(269) Cosido.

gemtios a seus pais e a outros que os furtão e capannos e cortamlhetudo que fyquão rasos como a pallma da mão e delles moorem daquilo. E os que escapão criam nos muy bem e vemdem nos per mercadoria per xx cruzados cada hum aos mouros da Persya que os estimão mujto per que são homens de grande recado e vem mujtos delles a ser guoarda das molheres dos reis mouros e dos capitais e allguns vem a ser homens de grandes fazendas e tambem os estymão muito pera torpezas. Os mouros omrrados desta çidade de Bemgualla andão vistidos de humas camjsas mourisquas compridas ate ho collo do pee bramquas e debaixo huns panos çimgidos e sobre ha camjsa huns allmezares (270) de seda timtos e humas adaguas mujto bem guoarnecidas douro e de prata, e nos dedos trazem mujtos aneis de mujta pedraria e humas fotas (271) nas cabeças de muy dellguados panos. São homens muy viçosos e comem bem e gastão sem medo. Lauamse mujtas vezes tem grandes tamques em suas casas pera iso e tem mujtos seruidores. Tem cada hum tres e quatro molheres e quantas poodem manter, e temnas mujto emçarradas e muy bem ataujadas de goyas e vistydos e não saem senão de noite a ver humas aas outras e beberem mujto bons vinhos e fazerem mujtas festas e vodos. Fazem nesta terra mujtas maneiras de vinhos primçipallmente daçuquar e pallmeiras dos quais vinhos as molheres se mujto paguão e amtre ellas he mujto estimado. São muy grandes musyquos de camtar e tanger mujtas maneiras dinstromentos. Os homens baixos trazem vistidos humas camjsynhas que lhe dão pelo meio da coxa e nas cabeças humas fotas pequenas de tres ou quatro volltas e callçados de Cordovão a saber delles capatos e delles allparquas muy bem hobradas lauradas de seda.

Ho rey he grande senhor e mujto riquo. Tem muy grande terra de gemtios e tomanse mujtos delles mouros per serem fauoreçidos dell rey e de seus guouernadores e sayndo desta çidade de Bemgualla mais pera diamte vão outros luguares seus, pouoados de mouros e gemtios asy pollo sertão como de lomguo da coosta em que estão guouernadores do rey e remdem pera elle. E destes luguares desta emseada começa a costa a fazer vollta comtra ho sull.

OUTRO LUGUAR E REINO QUE CHAMÃO BERMA (272)

Pasando ho reino de Bemgualla de llomguo da costa comtra ho sul estaa outro reino de gemtios que chamam Berma. Ho rey he gemtio em sua terra não ha mouros per que não tem portos de maar de que se posão serujr de trato de mercadoria. Estes são homens pretos amdão nus cobrem suas vergonhas com panos dallguodão tem suas ydollatrias e

(270) Como Almeizares — Alamares. Dic. Morais, S. V.

(271) Turbante mourisco. Dic. Morais, S. V.

(272) O «Glossário» regista esta forma e remete para Brema.

casas doração mujtas vezes tem guerra com elle rey de Peeguu. Deste não hay jmformação per quanto não tem naueguação somente confina com ho dito reino de Bemguallа e da outra com ho reino de Peguu.

HO GRANDE REINO DE ARACAMGUY (273)

No sertão deste reino de Berma estaa outro reino de gemtios muy grande que não tem maar comfyna com ho reino de Bemgualla de huma parte e da outra com ho reino de Daba e chamase aracangny ho rey he gemtio. He muy grande senhor dizem que tem grande terra de gemtios villas e çidades tem mujtos cauallos e alifantes, os quais allifantes lhe vemdem do reino de Peegu. São homens bramquos e nus. Somente se cobrem da çimta para baixo com panos dallguodão e seda. Husão mujtos arcos douro e pedraria. Homrão mujto os ydollos tem grandes casas de oração ho rey he muy riquo e muy poderoso de dinheiro e bemte daarmas tem mujtas vezes guerra com os reis darredor de sy. Alguns ho hobedeçem comtra suas vontades e se concertão com elle viue muy vicosamente em muy boas casas em todollos luguares omde estaa tem mujtos tamques e mujtos vergeis de mujtas aruores de muytas flores. Tem mujtas molheres pera seus viços nam de casamento. Em doze cidades de seu reino tem em cada cidade hum paaço em que manda cryar mujtas molheres a saber em cada çidade destas tem hum gouuernador e este toma pela çidade cadano doze mjninas nacidas daquele anno filhas das mjlhores molheres e mais fermosas que elle acha e as faz criar ha custa do dito rey nos ditos paaços em muy grande viço ate serem em jdade de XIJ annos a saber cada dia mujtas vezes lauadas e muy bem de comer e com mujtos cheiros e flores e mujto bem vistidas, e mandaas ymsynar a camtar e bailar, de maneira que comtynuadamente traz çemto e vimte mjnjnas grandes e pequenas na casa e cada anno leua ao dito rey omde quer que estaa XIJ moças as quais cheguão a XIJ anos, y emtão ell Rey as manda poor todos XIJ lavadas e limpas com hum muy dellguados e alluos vistidos e nos cabos os nomes de cada huma, escritas, e pola manhaa cedo em terreiro asentadas ao soll, e ay hão destar em gegum ate ho meio dia reçebemdo muy grande soll e suão tanto que os ditos panos se molhão e emchem do dito suor e despois as manda dally leuar a huma camara e lhe manda tirar aqueles panos e dar outros pera se vistirem e aqueles que as ditas moças dispiram lhe trazem omde elle estaa com mujtos parentes e senhores da terra e fidallguos homrrados de sua casa os quais panos lhe poem todos diante e elle os toma todos hum e hum e os cheira e aqueles que lhe cheiram bem poenos junto comsyguo e os que lhe não

(273) O «Glossário» regista esta forma para uma cidade, remetendo para Arraçã. Regista porém Aracangil, citando o «Livro» na edição de Mendo Trigoso, que, aliás, também se repete na edição do Dr. Reis Machado.

cheiram tam bem daaos a eses seus fidallguos que com ell estão e lhes faz merce das moças cujos aqueles panos forão, e as outras guoarda pera sy de maneira que cadano lhe trazem destas çidades çento e vinte molheres que reparte desta maneira sobre dita. Tem mujtas soortes de viços e de caças e montarias.

HO MUJTO GRANDE REINO DE PEEGUU

Tornando a costa do maar pasando ho reino de Berma comtra ho sueste estaa outro muy grande reino de gemtios muyto abastado e de muy grande trato pollo maar, ho qual reino chamão de Peeguu. Tem tres ou quatro portos de maar omde ha muy grandes mercadores que são abitados de mouros e gentios, a propia çidade de peegu estaa arredada do mar sete ou VIIJ leguoas em hum pequeno rio que he braço doutro rio e muy grande que per este reino coorre que vem duas muy alltas montanhas y em certos meses do anno toma tanta aguoa que sae fora de seu cursso e regua muyta terra em que se cria mujto grande soma darroz. He de muitas carnes e doutros mujtos mantimentos e daquy vão pera mujtas partes. Tem mujtas naaos mujto grandes de quatro mastos a que elles chamão junquos. Tiram daquy muyto arroz e allgum açuquar de canas que he hum pouquo baço em pães que neste reino fazem. A esta çidade vem cadano mujtas naaos de mujtas partes a tratar e trazem mujtos panos de Cambaya pintados, dallguodão e de seda e amfyão (274) e mujto coobre e mujtos panos de graam e corall jmfyado redomdo e anjllado y em perna e polido e dito da soorte e vermelhão e azougue e aguos rosadas e droguarias. Todas estas naaos de mouros leuão estas mercadorias ao reino de Peeguu em que ganhão mujto dinheiro e carreguão neste reino de mujto alaquer mujto fino que na mesma terra naçe e doutras mercadorias da China que aquy vem de Mallaqua, e compram mujto allmiscar e robis e aquy vem do sertão a huma çidade que se chama ava. Os deste reino são gemtios adorão os jdollos andão nus trazem mujto bons panos com que cobrem suas vergonhas, não são bons homens de guerra. São mujto luxiryosos trazem gerallmente em suas naturas huns casquaueis (725) redomdos çarrados muy grandes soseitos e solldados amtre a carne e o couro per fazerem grande soma, e delles trazem tres e outros çimquo e sete, a saber delles douro, e delles de prata e delles de metall, os quais quando andão vão soando pollas praças e per omde quer que andão hãono per grande honra e gemtilleza as molheres follguão muyto com elles e não querem homens que os não

(274) Do árabe *áfiūm*, este do grego *opion*. Suco das papoulas — ópio. Dic. Morais, S. V.

(275) Cascável — Guizo ou aljaraz redondo e oco e com uma bolinha dentro que o faz soar. Dic. Morais, S. V.

tenhão. Os que mais homrrados são trazem mais e mayores não diguo mais deste custume polla deshonestidade que haa nelle. Este rey se chama rey do allifante branquo. Ha neste reino muyto grandes montanhas em que se crjão muytos allyfantes. Tem por ordenança de cada dia tomarse hum os quais elle manda jmsynar tem mujtos deles e vendeos aos mercadores que os aly vão buscar de mujtas partes a saber pera Narsymgua e Mallauar e Cambaya tem sempre muytos e mujto grandes e bem ensynados. Haa neste reino mujtas e muy fermosas faquas (726) de grande andar de que se elles muito prezão, seruense de cauallos em que cauallguão ha bastarda (277) e com elles e os alifantes e mujta gente de pee fazem sua guerra. Ha neste reino mujtos carneiros e mujtos porquos crjados de casa e monteses, e elles são muy grandes monteiros e caçadores.

OUTRO LUGUAR DO MESMO REINO DE PEEGUU QUE SE CHAMA MARTABAM (278)

Este mesmo reino de Peeguu himdo camjnho de Mallaqua estão outros tres ou quatro portos de maar do mesmo rey a que não sey ho nome amtre os quais estaa hum luguar que he porto de maar que chamão Martabão ao qual vem mujtas naaos de mujtas partes carreguar de mujtos mantymentos e outros mercadorias, principallmente de mujto alaquer (279) que na mesma terra haa e que os mouros chamão lacor martabam e o de Narsymqua não he tam bom como este, ho qual dizem que he guoma daruore, outras que seeria nos ramos dellguados, asy como nas nosas partes seeria ho grã nos carrasquos. Esta rezão pareçe mais naturall per que asy vem ell em varas dellguadas que per rezão nam podem lamçar tanta guoma. Tambem se fazem aquy mujta soma de jarras de porçellana muy grosas e muy rijas e muy fermosas, amtre os quais haa jarra que leua tanto como huma pipa e são vidradas de preto e são muy estimadas amtre os mouros e leuamnas daquy per mercadoria e vallem mujto amtre elles e de Peeguu tambem leuão grande soma de beijoim em grandes pãis.

(276) Cavalos pequenos, leves, delgados e magros. Dic. Morais, S. V.
(277) Cavalgar à bastarda — Sistema de Equitação oposto ao da gineta. Dic. Morais, S. V.
(278) O «Glossário» regista esta forma, remetendo para Martaban. No «Livro», edição do Dr. Reis Machado, diz, Martabão.
(279) É a laca.

A MUJTO FERMOSA ÇIDADE DE DAAUA (280)

No sertão deste reino de Peeguu amtre ho reino daracanguy, e o reino damseam estaa hum reino de gemtios que tem huma muy riqua e muy fermosa çidade que se chama Ava, na qual sempre estaa ho rey, a quall he de muy grandes mercadores e muy riquos. Aquy haa muy grande trato de pedraria a saber mujtos robis os mjlhores que em todo mundo haa e mujtas espinellas e vem mujtos mercadores mouros a comprar esta pedraria e mujto allmizquar que no mesmo reino naçe. Ho qual allmizquar e pedraria ho rey manda apanhar pera sy e de sua mão ha vemde aos mercadores da terra que ha despois vemdem aos estramgeiros, os quais leuão mujto cobre e vermilhão e azougue e corall e acafrão e aguoas rosadas e amfião, e graãs e viludos pimtados de Meequa, e outras mujtas mercadorias que aquy vallem, e hão estes robis e allmizquar per muy pouquo preço a troquo destas mercadorias. Estes robis se apanhão per mandado do rey como dito he em mujto grandes serras e rybeiras omde fazem muy grandes couas omde os apanhão per que estão muy fumdos. As espinellas achão ha froll (281) da terra. Aquy haa muy grandes lapidairos de afinar e conheçer estas pedras. Ho allmizquar se acha em humas alimarias bramquas do tamanho de guazellas tem demtes como dalyfantes pequenos, aas quais alimarias nacem huns naçidos como leiçemços (282) per baixo das barryguas e pellos peitos e despois de maduros que tem materia comelhe de maneira que se cooção aas aruores e ally tirão allgum grão do eycellente e verdadeiro, e quando os caçadores vão ao monte em busqua destas almarias leuão mujtos cãis e redes e outras armadylhas com que as tomam vão pollo cheiro omde se ellas cooção, e ally lhe armão e as tomão viuas e asy viuas as leuão a humas casas que ell rey tem pera iso e aly lhes cortão em redomdo aquelas postemas com ho pello e contudo e os deixão sequar e este he ho verdadeiro paapo dallmizquar e sae damtre elles muyto pouquos per que os fallsefyquão, e fazem desta maneira, que em tirando estes papos ha dita allimaria estando ujua lhe poem mujtas sambixuguas nas chaguas domde a primeira coortão, e as deixão emcher de samgue e despois que estão mujto cheas as tyrão e lamção ao soll a sequar, e destas sambixuguas lhe poem tantas que a dita allimaria cal moorta no chão sem nenhum sangue. E esfollão a dita alymaria e da pell fazem mujtos papos comtra feitos e parecem mujto verdadeiros moydos as ditas sambixuguas e ffeitas em poo fazem estando ha mam grãos e timão hum peso dallmizquar dos papos verdadeiros e VJ ou VIIJ do samgue das sambixugas e tudo misturado fazem muyto bom almizquar, y he tam bom que se lle viese a nosas partes desta maneira avilloyamos per mujto bom per que depois os

(280) É Ava, forma que o «Glossário» regista.
(281) Flor.
(282) O mesmo que furúnculo.

mercadores que ho aquy vão comprar ho tornão a fallsyfiquar de maneira que de maraujlha vem ter a estas partes verdadeiro per que no almizquar fyno se o pomdes no nariz faz deitar ho sangue per elle que tão forte he.

Este rey, daua, he muy grande senhor, e mujto riquo de mujta e muy fermosa pedraria e mujto ouro. Tem mujtos cauallos e mujtos alifantes e mujta gente de pelleja a terra he mujto farta e de mujtos mantimentos e mais pera demtro deste reino estaa outra çidade que tambem he de gemtios que tem senhor sobre sy e estaa ha hobedyemçia do mesmo rey, a qual se chama capellão daredor della se achão muy boons robis que trazem a vemder a cidade e feira dAua, e são mujto bons.

O GRANDE REYNO D'AMSEAM (283)

Pasando este reino de Peegu dellomguo da costa do maar contra ho sertão pera Mallaqua estaa hum grande reino que se chama dAmseam que he gemtio. He muy grande senhor e toma pollo sertão desta coosta ate a outra coosta que he de Mallaqua e vay comtra a China e em ambas as bamdas tem porto de maar. He senhor de mujta gente de cauallo e de pee e de mujtos alifantes. Nam comsente que nenhuns mouros traguão armas e loguo saymdo do sobredito reino de Peeguu tem huma cidade que tem porto de maar que se chama tamarcay (284) omde haa mujtos mercadores mouros e gentios que trata em toda sorte de mercadoria e tem mujtas naaos, naueguão pera Bemgualla Malaqua e outras mujtas partes ao sertão deste luguar naçe mujto bengoim que he huma raiz daruore a que os mouros chamão loboamavy, a que he de duas maneiras a saber huma que não cheira senão demtro no foguo. Este he ho verdadeiro estaa que amtes que lhe tyree ho hoolio que lhe em leuante tiram a este porto vem mujtas naaos de mouros de muytas partes que trazem mujto azougue sobre vermilhão mujtos panos de grãa de seda e vyludos de Mequa açafrão corall bramquo jmfeyado aguoas rosadas de Mequa e Adem. Mujto amfião e panos de Cambaya e tudo jsto tem muy grande preço neste reino, do quall luguar de Tanassyrim de llomguo da coosta pera Malaqua estaa outro luguar perto de maar que he damseam que se chama queda (285) em que haa mujtas naaos e muy grande trato omde cadano vem mujtas naaos de mouros de mujtos portas, e neste luguar e terra de queda. Ha mujta pimenta que daquy leuão a Mallaqua e de Mallaqua pera a China.

Tem este rey nesta coosta a saber amtre Malaqua e Tamarcarim

(283) É o reino do Sião.

(284) O «Glossario» regista «Tanarasy», de uma versão inédita do «Livro» de Duarte Barbosa pertencente ao autor do «Glossario». Identifica como sendo a vila de Tanassarim.

(285) O «Glossário» identifica este porto como sendo o que na moderna cartografia inglesa chamam Old Kedah.

outros dous ou tres portos de maar a que não sey os nomes e asy tem mujtas çidades e villas e mujtas outras pouoaçois pollo sertam dos gemtios em que não emtrão nenhuns mouros e se alguns dos que viuem nos portos de maar hão dir negoçear com elles não lhes comsentem trazer armas.

Neste reino haa mujto ouro que nelle naçe primcipallmente em ho sino de pam (286) que he alem de Mallaqua comtra ha China que sempre foy deste rey. Y he aguora allevantado comtra elle e não lhe hobedeçe, e estaa a obedyemcia do rey de Mallaqua e asy ha neste reino outro senhorio que he tambem de gemtios que estaa ha obediemçia do mesmo rey no qual se apanha muyto bom estanho que trazem a cidade de Malaqua per mercadoria e dally se estemde pera outros luguares, chamase este luguar çaramguo. Este rey he gemtio homra mujto os ydollos, tem em sua terra mujtas casas doração tem mujtos custumes muy desvayrados das outras gemtes amdão nus cobremse da çinta pera baixo, as vezes trazem humas roupetas de pano de seda, tem muytos mantimentos de mujtos arrezes e mujtas carnes criados e monteses tem mujtos cauallos e faquas e mujto cais de caça e librees, são mujto grandes monteiros e caçadores. Em ho sertão comtra ha China tem reino de gemtios que estaa ha sua hobeliemçia do mesmo rey dAmseam. Estes quando moorrem os seus paremtes e amjguos do mesmo morto ho comem asado desta maneira: fazem huma muy grande fugeira de mujto grande foguo e no meio dum terreiro sobre aquele brasydo harmão tres paaos em pee, e do meo delles pimdurão huma cadea com dous guanchos de feerro e trazem ho corpo do morto que morreo da sua doemça e pellas curuas dos pees ho pimduram sobre ho foguo e ally ho estão asando estando seus filhos e parentes no presente chorando e pranteando e despois de mujto bem asado tomam todos mujtos vinhos em seus vassos e faquas nas mãos e asentamse darredor todos e começão de comer e cortar nelle asy pramteando e bebem seu vinho e o mais cheguado parente ho começa loguo a comer primeiro que nimguem de maneira que asy ho acabam de comer ate lhe não fiquar senão os hossos que loguo aly queymão, e dizem elles que fazem este enterramento a seus parentes por que he a sua propia carne e que em nenhuma parte pode ser mjlhor emterrado que demtro nos seus coorpos e em todo ho reino dAmseam queimão os coorpos moortos porque asy fazem em toda a terra dos gemtios.

A MUJTO FERMOSA ÇIDADE DE MALAQUA

Este reino dAnseam lamça huma ponta de terra ao maar que he como hum cabo omde ho maar torna a fazer vollta comtra a China, em aqual ponta estaa hum mujto pequeno reino em que estaa huma muy

(286) Pam — o porto de Pão. «Glossário», S. V.

fermosa çidade que se chama Mallaqua. Este reino e çidade em outro tempo foy do mesmo rey d Amseam e os mouros estramgeiros e tratantes asemtaram nesta çidade seu trato, y emriqueçeram tanto que as mesmas gemtes da terra se tornaram mouros e se allevantarão com ha terra e lhe fyquou sobre sy sem mais querer hobedeçer ao dito rey dAmseam. Esta çidade tem muy grandes mercadores mouros e jemtios primcipallmente sehatins e gemtios naturais de Choromandell dos quais aquy sempre estão estantes que são homens de muy grandes fazendas e de mujtas e muy grosas naaos que chamão jumquos de quatro maaostros cada huma tratão mujtas sortes de mercadorias pera mujtas partes, aquy vem mujtas naaos carregados a saber: da China que trazem mujta seda sollta mujto fina e mujtas porçellanas e mujtos damasquos e brocadilhos e çetim de muytas cores e mujto allmizquar e ruy barbo, e retros de mujtas cores e mujto feerro e salitre e mujta e muy fina prata e muytas perollas e alljofar e cofres dourados e outros mujtos brimquos as quais naaos vemdem suas mercadorias nesta çidade e compranlhes mujto bem e muy asynha os mercadores da mesma çidade, e os da China leuão em retorno do que trouxerão mujta pimenta e emçemço e panos de Cambaya e mujtos panos de graã e açafrão e corall laurado e jmfyado e outro por laurar e panos dallguodão pimtados e outros branquos que vem de Cambaya e Bemgualla e mujto vermelhão e azougue e amfyão e outras mujtas mercadorias e droguarias de Cambaya e huma mercadoria que amtre nos não haa que chamão cacho (287), e outra mayriçam que são agulhas que trazem de llevante, e de Cambaya per vya de Mequa as quais vallem mujto na China e jso mesmo em Java e com este retorno se tornão pera suas casas e vem tambem da Jaoa mujtas e muy grandes naaos, a que chamão jumquos mujto desvayrados da feição dos nosos de muy grosa madeira, e como são velhas lamçamlhe em cima do tavoado outro novo e as vezes trazem duas e tres hordens de tauoado as villas são desteira e os cabos são de vergua e toda a outra emparçia. Estes trazem mujto arroz e mujtas carnes de vaquas e carneiros e porquos e veados tudo em chaçinas e mujtas galinhas e alhos e çebolas, tambem trazem mujtas armas a vemder a saber lamças e adaguas tudo daaço de mujto bom cortar e muy bem lauradas de tauxia (288) e mujto ouro que ahy naçe em as quais naaos trazem suas molheres e filhos, e ahy allguns marinheiros que as trazem sem nunqua sayrem em terra nem tem outras casas e ally nacem e morrem os quais mantymentos e mercadorias vendem em Malaqua e tornão em retorno mujtos panos de pelaquate e doutros luguares e mujtas outras mercadorias que açima diguo e todos vallem mujto neste reino de Jaoa. Desta cidade de Mallaqua vão mujtas naaos a humas

(287) Do malaio *Kachu* — o mesmo que catchu.
(288) Do árabe *Tauxia* — obra de embutidos de metal, ouro, prata, etc., em objectos de móveis de ferro, aço, madeira, etc. Dic. Morais, S. V.

jlhas que chamão Maluquo (289) que adiante direy a carreguar de crauo e leuão per mercadoria pera o trazer mujtos panos de Cambaya e doutras mujtas partes, e outras muytas sortes de mercadorias, e mujto cobre laurado e per laurar em synos e huma moeda que he como çeitil furada pollo meo e naueguão estas naos de Malaqua pera outras mujtas jlhas que estão perto do este maar a saber pera tinor (290) omde trazem todo ho sandalo branquo que antre os mouros e gemtios he grande mercadoria, leuanlhe ferro e machados e faquas e cutellos espadas e mujtos panos e outras mercadorias jaa ditas, pellas quais carreguão mujta soma de samdallo e mell e çera escravos, e vão estas naos a outras jlhas que chamão Bandão carreguar de noz quada (291) e maças aas quais jlhas leuão cousas de Cambaya e vam ha grande jlha de Camatra e trazem mujta pimenta e seda crua e sollta e beijoim e ouro mujto bom e naueguão pera outras jlhas domde trazem muyta camfora e lenho aloes. Tambem naueguão pera hum luguar que chamão Tarnaçary e Peguu e Bemgualla Pallaquate e Choromandell Mallauar e Cambaya de maneira que a çidade de Mallaqua he de mayor escalla e de mais riquos mercadores e mayor naueguação e trato que se oje acha no mundo. Tem tanta soma douro que os mercadores grams da dita cidade não estimão suas fazemdas, nem contão senão per baares douro que são quatro quintais no bar. Ay mercador amtre elles que hum soo, loguo atrauesa tres quatro naaos asy como vem carreguadas de toda riqueza e asy as torna outra vez a carreguar e pagar de sua propria fazenda e atrauesão outras iiij ou cimquo naaos de mantymentos cada hum e loguo mujto bem paguas e carreguadas de todallas mercadorias que os mercadores dellas demandão.

Haa nesta çidade mujtas gemtes estramgeiras. Os naturais da terra são mouros tem limgoa sobre sy chamanse malayos são homens mujto dispostos, as molheres baaças elles andão nus da çimta pera cima e pera baixo se coobrem com panos dallguodão e seda e esses mais homrrados trazem humas roupas que lhe dão pollo goelho de panos de seda e de grãa e dallguodão e de brocadilhos e seus çimgidouros e humas adaguas mujto bem lauradas de mujto fina tauxia as quais adaguas eles chamão cris (292). As molheres trazem seus panos de seda daredor de sy e em çima humas camjsas curtas e muy arrayadas (293). São molheres de fermosos cabellos estes malayos homrrão ho allcorão. Tem muy fermosas mizquitas emterrão seus coorpos quando morrem. Seus filhos são seus proprios erdeiros viuem em casas muy larguas tem fora da çidade seus pumares e hortas e tanques pera seus desemfadamentos. Tem mujtos

(289) São as Molucas.
(290) É Timor.
(291) É noz-moscada.
(292) Cris — Arma de feição da adaga, usada pelos malaios, colubrina de dois até dois e meio palmos. Dic. Morais, S. V.
(293) Arraiar — adornar, enfeitar. Dic. Morais, S. V.

escrauos casados com molher e filhos. São muy luzidos e gualantes e musyquos e namorados e os chatins mercadores são homens mujto grosos e barrigudos e pola mayor parte são naturais de Choromandel estes chatis andão despidos da çimta pera çima. Ha tambem nesta cidade muitos jaos (294) estantes nella. Estes são homens grosetes (295) e aparados duns peitos larguos e mall feitos tem os rostos larguos e mall feitos tambem andão nus da cinta pera çima. Trazem huns panos daredor de sy mall postos sem nada na cabeça. Os cabelos rapiados. Sam homens mujto sotis em toda ha hobra e muy emgenhosos e mujto maliçiosos fumdados em toda treyção e de muy pouqua verdade e de grandes coraçois e muy ousados a morrer. Tem mujtas armas e pellejão muy bem. Destes jaos ay allguns que se adoeçem dalguã doemça grande prometem a Deus se lhes daa saude de tomarem outra morte mais omrada pera seu seruiço e despois que são sãos tomão huma adagua na mão que he feyta em omdas como coobra y emtão se saem as praças e matão quantas pesoas achão e andão como cais danados matando ate que os maatão, a estes chamão ganuquo e como ho vem começao todos a bradar guanuquo ganuquo pera que se guardem, e as frechadas e lamcadas os matão. Esta çidade de Malaqua he mujto viçosa de mujtas e boas frujtas e de muy boas agoas, os primçipais mantymentos lhe trazem de fora por maar. Este rey de Mallaqua era muy grão senhor de mujto ouro e de muy grande reinado e de muytos direitos.

E o reino de pão era hum senhorio do reino dAnseam e alevantouse contra o mesmo rey e fezse trebutario e grande amiguo dell rey de Mallaqua e nesta terra de pão se acha mujto ouro baixo em cantidade.

Esta cidade e reino de Mallaqua mandou ell rey noso senhor descobrir por Diogo de Sequeira fidallguo de sua casa e despois que ha teve descuberto ho dito rey e mouros da terra tomaram çerta gemte portuguesa ha treição e mujtas mercadorias e matarão allguns pollo qual Afonso dAllbuquerque capitão geral da Imdia moueo sua frota e foy sobre Malaqua a demandarlhe conta da dita treição e por que elles senão quiserão poer em rezão com elle lhes combateo a çidade e lha tomou por força darmas, e lamçou fora ho rey ho qual se defendya e pillejaua muy bem com mujto armas e mujta artelharia e espimguardas e mujtas frechas derua (296) e mujtas lamças compridas com muy vallentes homens da Jaua e muytos allifantes muy bem armados com castellos de madeira com sua gente bem armada os quais allyfantes foram desbaratados por nosas gentes que muy sem medo os allamçeauão omde morreram mujtos mouros e o rey fogio com sua gente darmas e deixou a çidade e os mercadores ficaram nella a obediemça dell rey nosso senhor

(294) Jau — Natural de Java — javanês.
(295) É *grossetes* — Grossete — um tanto grosso. Dic. Morais, S. V.
(296) No sentido de frechas ervadas, que significa que estão envenenadas com o suco de certas ervas.

sem lhe ser feito nenhum nojo. Aquy se fez loguo huma fermosa fortaleza que tem a çidade mitida de baixo do mando e gouuerno dell rey noso senhor em todo seu tratto jmteiramente como dantes era. Em ha qual se tomou mujto grande despojo daqueles que deela fugiram, e ell rey de Pão que he senhor duma mjna douro tanto que soube que Mallaqua era tomada por ell rey noso senhor mandou logua huma embaixada e presente douro a Afonso dAllbuquerque que queria estar ha hobediemçia dell Rey noso senhor.

HO GRANDE ARÇEPELAGO DE MALLAQUA

Ao maar desta cidade de Mallaqua vay huma coorda de mujtas jlhas muy grandes e muy fermosas e riquas de mouros e gemtios e outras muito pequenos que são desabitadas e ermas sem gemte das quais começão como pasão a jlha de Ceillão de que jaa fallanos.

HUMAS ILHAS QUE CHAMÃO MAQUAUAR (297)

Pasando a dita jlha de Ceillão atrauesando ho gollfão amtes que cheguem a jlha de Çamatra estão humas çimquo ou seis jlhas pequenas que tem muy boas aguoas e portos e muy bons paasos e são pousadas de gemtios pobres as quais jlhas chamão juntamente Maquauar (298). Achão nelles mujto e bom ambar que os moradores dellas vemdem pera Mallaqua e outras partes.

A MUITO FERMOSA EGRANDE ILHA DE ÇAMATRA (299)

Pasando estas jlhas de Naquauar estaa a muy grande jlha de Çamatra a qual tem em redondo vijᶜ leguoas comtadas per mouros que as naueguão pera todallos bamdas. Tem mujtos poortos de maar e mujto riqos he pouoada de mouros e gemtios e os mouros primçipallmente viuem nos portos e os gemtyos pollo sertão ho prinçipall reino della se chama pidis (300). Neste nasce mujto pimenta mujto fermosa porem não he

(297) O «Livro», na edição do Dr. Reis Machado refere «Ilhas de Nacabar». O «Glossário», cita esta forma, dando como fonte a edição do «Livro» da Academia das Ciências de Lisboa, organizada por Mendo Trigoso. Como a edição do Dr. Reis Machado se baseia nesta, não admira que o «Glossário» cite assim.
(298) O «Glossário» refere a forma Nacabar, colhida na edição do «Livro» de Mendo Trigoso. Sucede o mesmo que se diz na nota anterior.
(299) É a ilha de Samatra.
(300) Na edição do «Livro», do Dr. Reis Machado, vem *Pedir*, forma registada no «Glossário», sem fonte abonatória.

tão fina como a do Mallauar, e ha mujta seda e não tão fina como a da china. A y outro reino que se chama paçer [301] e outro Ampar [302] e outro Amdraguady [303], outro Manaquanbo [304], omde, nace mujto e bom ouro e dally ho leuão a Mallaqua e o mais delle em poo. Ay outro reino que se chama aru [305] de gemtios que comem carnes umanas e qualquer pesoa estrangeira que podem aver ha mão comem na sem nenhuma piedade. Tem outros mujtos reinos de gemtios pollo sertão em allguas partes nesta jlha naçe muy grande soma de beijojm e pimenta lomgua e doutra e mujta canfora e allgum gimgiure e ouro e seda naueguam darredor muytas naaos que vem buxar estas mercadorias. Estes mouros desta jlha são muy desleais muytas vezes maatão seu rey e fazem outro, que mais pode. Nesta mesma jlha tem aguora ell rey noso senhor huma feitoria e trato.

HUMA JLHA QUE CHAMA ÇUMDA [306]

Pasando esta jlha de Camatra contra Java estaa huma jlha que se chama Cunda omde haa mujta pimenta e mujto boa a qual tem rey sobre sy e deseja mujto seruir ell rey noso senhor. Ally carreguam mujtas naaos pera china e lleuão mujtos escrauos.

HO REINO DE JAVA QUE HE JLHA

Pasando esta jlha de Çunda do maar della comtra a bamda daloeste como pera o sull vão mujtas jlhas grandes e pequenas amtre as quais estaa huma muy grande jlha que chamão Jaava abitada de mujtos mouros e gemtios e comummente os mouros viuem pollos portos e os gemtios pollo sertão. E nestes portos haa muy grandes pouoaçoes em que viuem reis mouros e porem estão a obediemçia do rey gemtio que viue no sertão ho qual he muy grande senhor e chamase Patendra, as vezes allguns delles lhe são reueis e tem com elle guerra e elle os torna a sogiguar e allguns destes reis e senhores dos portos de maar desejão serujr ell rey noso senhor e outros querem mall as nosas gentes. Esta jlha dizem que he a mais abitada que haa no mundo. Ha nella mujto arroz e mujtas carnes em mujta abastança e de mujtas maneiras. Nace nella pimenta e canella e gimgiure e canha festola [307] e çubebas [308] e ouro. Os abitadore della sam da feiçam que atras diguo, fallando nos malayos. Trazem allem de que atras diguo as barbas pelladas per gemtilleza e os cabellos negros trosquijados e aleuantados pera çima. Dizem que não trazem nada na cabeça per que sobre a sua cabeça não mereçe dandar nenhuma cousa e se lhe allguma pesoa lha poser a mão sobre ella mataloam se puderem. Aconteçeo que estauão dous jrmãos jaaos comendo lanhas de quoquo que tem aguoa e hum delles deu com huma faca no olho da lanha e a aguoa della salltou na cabeça do outro, e leuou duma adagua e deulhe tres ou quatro punhalladas e matou ho jrmão por huma guota daguoa a que lhe cayo sobre ha cabeça, Não viuem em casas sobradadas por nam andarem huns em çima dos outros sam muy ssoberbos, mjntyrosos, tredores [309], mujto engenhosos gramdes carpimteiros de marçenaria, muy bons artilheiros. Fazem mujtas e boas espimguardas e espimguardois [310], e mujtos artifiçios de fogo em mujtas partes os estymão mujto pera bombardeiros. Fazem grandes naaos junquos de iiij mastos, e mujtos naujos de remos muy sotys e bem hobrados. São muy grandes cosayros [311] e nauegantes. São muy grandes ferreiros e sarralheiros fazem mujtas maneiras daarmas mujto ryjas de muy bom aço, e bom cortar, mujto bem lauradas e muy fina tausya. São mujto grandes des feitycelros e nigromantes. Fazem armas em oras e momentos que dizem que não pode morrer a ferro quem as comsyguo trouxer e que matão como vemtão samgue outras que não podem seus donos ser vemçidos emquanto as trouxerem dizem que estão em fazerem estas armas des doze annos esperando per tempo e oras em que as hão de llaurar. Estas armas mandão fazer os reis e grandes senhores e estymamnas mujto. São grandes monteiros e caçadores. Tem mujtos cauallos e mujto

---

[301] Na edição do «Livro», do Dr. Reis Machado, vem Panfen. O «Glossário» regista o reino de Pacem, forma colhida em João de Barros — «Ásia».

[302] A edição do «Livro» do Dr. Reis Machado, diz Achem. Esta é a forma citada pelo «Glossário» que se abona in «Da Ásia», de Diogo do Couto.

[303] O «Livro», na edição do Dr. Reis Machado chama Andiagão. O «Glossário», sem citar a forma Andraguady, indica «Andreguir» abonado em Diogo do Couto, e diz não ser o de Andragueri, de João de Barros, em Samatra. Não indica, porém, quando trata desta última forma senão a fonte — João de Barros — «Ásia» — e remete para Andragide.

[304] O «Livro», edição do Dr. Reis Machado diz Macabó, forma registada no «Glossário» que logo remete para Menacãbo e desta para Menancabo, situada na Samatra e abonada por Castanheda na «História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.

[305] No «Livro», edição do Dr. Reis Machado diz «Ara», forma não registada no «Glossário» em Samatra, referindo *Aru*, baseado em João de Barros — «Ásia».

[306] É a ilha de Sunda — O texto do «Livro» na edição do Dr. Reis Machado, é curioso, porque não diz que é uma ilha, mas reino. O «Glossário» diz que é ilha imaginária que alguns cartógrafos de quinhentos situavam entre Samatra e Java. O nosso manuscrito, porém, narra decididamente uma ilha, pois diz: «...contra Java está uma ilha...», e no capítulo seguinte, tratando de Java diz: «Passando esta ilha de Çunda do maar della contra a banda daloeste...».

[307] É a canafístula — Nome dado a várias plantas farcoláceas da família das cesalpináceas. Dic. Morais, S. V.

[308] Do árabe *qubaba* — Género de arbustos da família das piperáceas, semelhantes às pimenteiras originárias da Índia Oriental e dotada de propriedades excitantes. Dic. Morais, S. V.

[309] O mesmo que traidores.

[310] Espingardão — Grande arcabuz, usado antigamente. Dic. Morais, S. V.

[311] Corsários.

bons e mujtos cals pera montar (312) muy ardydos e mujtas aaues pera caçar. Quando vão a montear leuão laa suas molheres em carretas cubertas com muy fermosos leitos laurados de muy fermosa marçenaria e mujto dourados. Os reis e grandes senhores tambem andão naquelas carretas que leuão muy fermosos cauallos quando vão tomar seus desemfadamentos. As molheres delles são alluas e de muy fermosos corpos, porem tem os rostos larguos e mall feitos sam grandes musyquas de camtar e tamger, e muy mauyosas e muy grandes lauradeiras e mujto emgenhosas de mujtas cousas muy sotis.

JAVA MENOR

No mar desta dita jlha de Jaua mayor estaa outra jlha tambem mujto grande e farta e muy abastada de mantimentos de mujtas soortes a que he pouoada de gemtios. Tem rey gemtio e limguoa sobre sy nos portos de maar viuem allguns mouros que estão sogeitos ao rey a qual jlha se chama amtre elles çimbaba. Os mouros arabios ha chamão Jaua pequena, pasando esta jlha estaa loguo outra que se chama, çape que sempre arde em foguo e no meio he pouoada de gemtios. Andão a cauallo são muy grandes monteiros; as molheres trazem çirueis e são grandes crjadoras de guados.

HUMA JLHA QUE SE CHAMA TYMOR

Pasando estas duas jlhas ao mar dellas estão muytas jlhas grandes e pequenas pouoadas de gemtios e dallguns mouros amtre as quais estaa huma que chamão Tymor. Tem rey sobre sy jemtio, Naçem nella mujtos sandallos branquos (313) que os mouros mujto estimão e na jmdia e Persya se gasta muita soma dell e vall mujto e tambem vall mujto no Mallauar e reino de Narsymgua e Cambaya. As naaos de Mallaqua e Jaoa que aquy vão per elles leuão per mercadoria ferro e mujta ferramenta feita, e panos de Pella quate e Cambaya e mujtas porçellanas e comtynhas de mujtas soortes estanho e azougue chumbo e outras mercadorias e carreguão de sandallo e mell e cera e escrauos e prata que na mesma jlha naçe.

(312) Por montear — fazer montaria.

(313) O Sândalo branco é uma planta da família das santaláceas — *Santalum album*, Lineu.

AS JLHAS DE BAMDAO (314)

Pasando esta jlha de Timor mais comtra ho noorte estão çimquo ylhas (315) casy juntas que amtre sy fazem hum poço (316) em que se metem e amarrão mujtos jumquos e emtram ally per duas partes as quais jlhas chamam Bamdão. São abitadas de mouros e gemtios em as tres dellas naçe mujta noz nozquada e muitas maças que naçem em humas aruores como loureiros e a fruita della he a mesma noz e sobre a noz estão as maças a maneira de froll em çima da maça estaa outra quasqua grosa e vall nestas jlhas tanto hum qujntall de maça como vij de noz per que da ssobredita noz ha tanta camtidade que ha queimão e vall nestas jlhas de graça pera a comprar esta maça e noz, leuão todas as mercadorias de Cambaya de toda a sorte de roupas dallguodão e sedas e outras mujtas mercadorias e leuão huns chapeos de felltro vermelhos que trazem de leuante e synos que vem de Java, e dão por cada syno XX bares (317) de maça (318) que são LXXX qujmtais. Desta jlha de Bamdão comtra Malluquo que estaa ao noorte, estão mujtas ilhas pouoadas e asy nestas como nas de Bamdão tem por tysouro sinos de Mallaqua, que são de metall muy larguos e marfim e panos de seda de Cambaya e mujtas perçellanas mujto finas. Nestas jlhas não ha rrey nem hobedeçem a njmguem. Cada hum segue seu preposito. Albumas vezes estão ha hobediemçia dell Rey de Malluquo.

HUMAS QUE CHAMÃO ANDÃO (319)

Pasando as jlhas de Bamdão comtra Malluquo estão mujtas ilhas pouoadas de gemtios que chamão amdão e cada huma tem limgoa sobre sy e rey sobre sy gemtios. Em todas estas haa mujtos barquos de remos que andão a salltear dumas ás outras, os quais se catiuão e matam e resguatão huns aos outros per panos de Cambaya que antre elles são mujto estimados, e cada hum trabalha per ter tanta soma destes panos que elles dobrados e postos no chão em peeças humas sobre outras facão

(314) São as Ilhas de Banda. O «Glossário» refere a forma *Bamdam*, apoiado em António Pigafeta — *Primo viaggio intorno al mondo.*

(315) As cinco ilhas são: Banda, Rosolaguim, Ai, Rom e Neiva — «Ásia» de João de Barros — Década III, L.º V, cap. VI.

(316) Poço — por pouso — Amoradoiro. Dic. Morais, S. V.

(317) Bar — Peso indiano cuja equivalência varia entre 15 e 20 arrobas. Dic. Morais, S. V.

(318) O mesmo que maçis. Nome vulgar do árilo da nós moscada. Óleo extraído deste arilo. Dic. Morais, S. V.

(319) O «Glossário» identifica como sendo as Molucas que são Amboino, Haruku, Melano, Separaua e Nusa Laut. Vide «Glossário», S. V. Audam, que remete para Amboino.

tanta alltura como seu dono em pee e o que tem ysto estaa contente per que este he ho preço perque no resguatão quando os catiuão, que ha de dar panos per sy que fação tanta alltura como elle em pee.

MALUQUO OMDE NACE HO CRAUO

Pasando asy estas jlhas andando mais comtra ho norte estão, çimquo jlhas huma amtre outra a que chamam juntamente Malluquo nas quais nace todo ho crauo. São pouoadas de mouros e gentios. Os reis deellas são mouros em huma destas jlhas que chamão Tanartym estaa hum rey mouro que chamão soltão Benaracola que era rey de todas as cimquo jlhas do crauo e aguora as iiij são leuantadas e cada huma tem rey sobre sy os matos destas cimquo jlhas sam tudo crauo. Nace em humas aruores como loureiros tem a folha como madronhos e naçe em pinhos como froll de laranja, ou madresyllua. Naçe mujto verde e depois se torna alluo e despois de mujto maduro se torna vermelho y emtão ho colhem as gemtes da terra e o lamção a sequar ao sol omde faz preto como vemos, e se não faz sol sequamno em fumeiros e despois que ho tem mujto bem sequo ho borrifão com huma pouqua daguoa sallguada pera se manter em sua vertude e se não moer. Deste crauo apanhão nestas jlhas tanta contydade que numqua ho podem lamçar foora da terra e mujto dell se perde afora outro muito que deixão dapanhar e as aruores domde ho não colhem per tempo de tres anos se tornão brauas e o crauo que dão não vall nenhuma cousa a estas jlhas vem cadano mujtas naaos de Mallaqua e Jaua e outras mujtos partes carreguar de crauo, e leuão pera troquar elle vermelhão coobre azougue panos de Cambaya comjnhos pimenta perçellanas synos de Mallaqua que são mujto estimados amtre os reis e senhores destas jlhas e temnos per tyssouro e fazem com elles musyqua per que sam larguos como allguidares e huns grandes e outros pequenos e daolhe com allguma cousa que comfirme as vozes humas com as outras e fazem musyqua e leuam tambem aquy mujtas bacias de metall e huma moeda de coobre asy como çeitis que vem da China que he furada pollo meio e por todas estas mercadorias e outras dão mujta soma de crauo. Tanto que per hum syno dão XX bares delle que são LXXX quintais e por huma porçelana dão XX e XXX quintais de maneira que de Malaqua pera Malluquo ha muy grande guanho e de todallas partes pera omde ho leuão. Este rey do crauo he mouro casy gemtyo. Tem huma molher moura e IIIc IIIJc. mançebas gemtias que elle traz em casa de que ha filhos e filhas que são gemtios, e os da moura não. He serujdo com molheres allcorquouadas que de mjninas manda quebrar pollo espinhaço pera as trazer per estado e destas tem LXXX e cem molheres que sempre andão com elle e lhe fazem todallos serujços de paje a saber humas lhe dão ho betellee, outras a espada e outros mujtos seruiços com firmes a este e outros. Este rey deseja muyto

serujr a ell rey noso senhor e se lhe manda ofereçer com seu crauo e terra. Nestas jlhas de Malluquo haa mujtos papagayos vermelhos de muy fermosas cores muy domestyquos e são mujto estimados amtre elles e chamamlhes nure (320).

SOLOR (321)

Pasando estas jlhas de Malluquo contra ho norte que he contra a China estaa huma mujto grande jlha muy abastada de mantymentos que se chama Solor que he pouoada de gemtios, homens que são casy branquos e bem propoçionados. Tem rey gemtyo e limguoa sobre sy em a qual ha mujto ouro que em ha terra naçe e darredor della apanhão os moradores mujto alljofar e mujtas perollas, ho qual alljofar e perollas he perfeito em cor e não como redomdeza como ho que vem de demtro de Barem e de Caell.

HUMA JLHA QUE CHAMÃO BORNEO

Ao noorte desta jlha, Solor, contra a China estaa outra jlha muy abastada pouoada de gemtios e tem rey gemtio e limguoa sobre sy em a qual se apanha mujta cantydade de canfora de comer que amtre os jmdios he mujto estimada a quall vall a peso de prata e dela mais que prata, a qual trazem em poo em huns canudos de cana a Narsymgua e ao Mallauar e ao reino de Daquam e Cambaya e vall mujto.

HUMA JLHA QUE CHAMÃO CAMPAM (322)

Pasando esta jlha de Borneo ao norte comtra a China esta huma muy grande jlha de gemtios que chamão Champam. Tem rey sobre sy gemtio e linguoa sobre sy. Tem mujtos allifantes e mujto lenho aloes (323) a que os jmdyos chamão Aguilla (324) Collumbaquo que vall amtre elles

---

(320) Por *noira*. Espécie de papagaio. Dic. Morais, S. V.

(321) Ilha que com a de Pantar, forma o estreito de Maurissa. «Glossário», S. V. Canal de Solor.

(322) Na Edição do «Livro» do Dr. Reis Machado, diz «Champa». O «Glossário» não regista esta ilha.

(323) Lenho — aloés — Madeira aromática da Índia; o mesmo que *linalois*. Dic. Morais, S. V.

(324) Aguila — da malaiala *agil*. Árvore das regiões tropicais da Ásia e Malásia pertencente à família das dicotiledóneas, também chamado agaloco, aquiláira, calambuco, gaco loureiro-da-Índia. (Excoecaire agalocha, Lineu). Dic. Morais, S. V.

António das Chagas, em «Obras Espirituais», vol. I, cap. 29, pág. 113. Ed. de 1701, diz: «Um tronco de pau águila ou calambuco vale mais que um bosque dos outros».

mujto dinheiro e he grande mercadoria e vall ho arratel em Calicud quatro e çimquo pardaaos ho fino, e os Indyos ho mjsturão com sandallo e allmizquar e aguoa rosada pera se umtarem com ell e amtre estas jlhas vão outras mujtas pouoadas e desertas a que não sey ho nome amtre as quais estaa huma jlha, omde se achão mujtos diamantes que apanhão os da mesma terra e vemdem pera mujtas partes e não são tão riqos como os do reino de Dacão.

HO MUJTO GRANDE E FERMOSO REINO DA CHINA

Pasando estas jlhas que são sem conto de que allgumas se não sabe o nome asy ermas como abitadas que correm contra ho noorte tornome haa costa que vay de Mallaqua comtra os chins ao norte de que não tenho imformação somente que pasado ho reino dAmseam y outros estaa ho reino da China que dizem que he muy grande terra e senhorio asy pella terra firme como polla coosta, omde haa mujto grandes çidades e villas de gemtios que são do mesmo rey que viue no sertão, nas quais tem postos seus guouernadores e ofiçiais. Este rey he gentio homrra mujto os ydollos estaa sempre dentro no sertão em muy boas e muy grandes çcidades, nenhum homem estrangeiro não ha dir ao sertão omde elle estaa, somente nos poortos do mar vemder sua mercadoria se for mercador. E se for outro homem aly neguoçea ho que ha mjster sem hir ao sertão, de maneira que se allgum embaixador lhe traz allguma embaixada ou presente, em tão ho manda leuar omde elle estaa e o despacha em mujto pouquos dias os abitadores deste reino da China, são homens grandes, bramquos e bem despostos e gemtis homens dos corpos e asy ho são as molheres. Tem os holhos mujto pequenos e nas barbas tres ou quatro cabellos e não mais, e quanto tem os olhos mais pequenos emtão os tem por mais gimtis homens. As molheres são muy bem atauyadas de seda e dallguodão e de llãa. Os trajos são como dallemais andão callcados com bootas e çapatos como homens de terra fria. Tem linguoa sobre sy. To tom della he como dallemão. Comem em mesas alltas como nos. Dão pera quantos hão de comer cada hum seu guardanapo e faqua e o coopo de prata ou porçellana, não toquão com ha mão na vianda, e o que hão de comer comem com humas tanazes de prata ou de pao. Ho prato em que comem tem na mão ezquerda mujto cheguado ha boqua e asy com aquellas tanazes comem mujto amjudo. Fazem mujtas maneiras de manjares. Comem todos maneiras de carnes e pescados e todalas outras cousas comem pão de trigo bebem mujtas maneiras de vinhos e muitas vezes ao comer comem tambem carne de cais e hãona per mujto boa. São homens de mujta verdade não são mujto bons caualeiros. São muy grandes mercadores e tratantes em toda soorte de mercadoria. Fazem nesta terra mujta soma de porçellanas mujto boas que he mujto grande mercadoria pera todas as partes. Estas porcellanas sabereis que

sse fazem de buzios moydos e de cascas doouos e das craras dos mesmos oouos e doutros materiais e fazem a curtir debaixo da terra per espaço de çerto tempo e tem esta masa per grandes erdades e tissouro per que asy como se vay cheguando ho tempo pera se llaurar asy vall mais e despois que he cheguado este tempo, as laurão de mujtas feições dellas groseiros e dellas mujto finas e despois de feitas as vidrão e pimtão. Haa tambem nesta terra da China mujta e mujto boa seda de que fazem grande cantydade de panos de Damasquo de muytas cores e mujtos çetis e outros mujtos panos rassos de mujtas maneiras e mujtos brocadilhos, e ha tambem nesta terra mujto ruy barbo [325] e mujto allmizquar e mujta prata mujto fina e mujto allyafar e perollas não mujto perfeitas em redomdeza e fazem neste reino mujtas cousas douradas a saber mujtos coofres mujto riquos dourados e muytos prateis [326] de paao tambem dourados e salvas avanos e outras mujtas cousas mujto sotis. Naueguão pello maar em humas naaos que chamão junquos desviados da feição dos nossos. As veelas desteira de vergua muy foorte e da mesma vergua fazem os caabres e toda a outra eparçia [328]. São em sua terra muy grandes cosairos e ladrois peramtre esas jlhas e porto da china, as quais naaos de mercadores vão há çidade de Malagua com todas as mercadorias que na China haa omde as vemdem muy bem e trazem ferro salitre retros e outras cousas miudas como os venezeanos soyão trazer a nosas partes e tornão a carreguar suas naaos de mujta mercadoria que nace em Camatra e da que vem do Mallauar e doutras mujtas droguarias que vem de Cambaya e outras muitas mercadorias que a Mallaqua vão ter. Nesta China se gasta mujta pimenta e vall bem a XV e XVJ cruzados ho qujntall e day pera çima segundo he ho tempo e a terra a que ha leuam e na çidade de Mallaqua a comprão a quatro cruzados ho qujntall pouquo mais ou menos mujtos destes chins naueguantes trazem suas molheres e filhos comsyguo demtro nas naaos e nellas vivem sem terem outras casas nem asento em terra a quall China confina com Tartaria da banda do Noorte.

CONTA DE HUMA GRANDE TERRA QUE CHAMAM LEQUEOS

De fronte desta terra da China estão mujtas jlhas ao maar allem das ditas jlhas vay huma terra muy grande que dizem que he terra firme domde vinhão a Mallaqua cadano tres quatro naaos como as do Chins de gemtes bramquas que dizem que são muy grandes mercadores e muy riquos e trazem mujto ouro e baarras e prata e seda e mujtos e

---

[325] Ruibarbo do latim rheubarbaru — Nome vulgar do *Rhuun palmatum* — Lineu.

[326] Forma antiga de prato. Dic. Morais, S. V.

[327] Exxarcia.

muy riquos panos e mujto bom triguo e fremosas porçellanas e outras mujtas mercadorias leuão mujta pimenta e todas as cousas como os chins, aos quais chamam lequeos. Dizem os de Mallaqua que são mjlhores homens e mayores mercadores mais riquos e mais honrrados que os chis das quais gentes ate guora não temos mujta jmformação perquanto não vieram ajmda a Mallaqua despois que he dell rey noso senhor (328).

Amem Laus Deeo

*
* *

LIVRO DAS PEROLLAS E ALLJOFAR MYUDO E DO QUE VALL DENTRO EM CALICUD E TERRA DO MALAUAR:

Huma perola que pesar um fanão sendo em sua perfeição val XVI fanois.

Huma que pesar hum fanão e hum quoarto val XXX fanois.

Huma que pesar hum fanão e meio vall quarenta fanois.

Huma que pesar hum fanão e tres quoartos em sendo em sua perfeição vall LXX fanois.

Ha que pesar hum fanão e tres quoartos vall LXX fanois.

Huma que pesar dous fanois vall LR fanois.

Huma que pesar dous fanois e meio vall Cem fanois.

Huma que pesar dois fanois e tres quoartos vall Cento LXX fanois.

Huma que pesar tres fanois vall III^c^. fanois.

Huma que pesar tres fanois e III quoartos vall IIII^c^. L.^ta^ fanois.

Huma que pesa quatro fanois vall V^c^. fanois.

Daquy pera çima vão creçemdo os ditos preços segundo ha grandeza e perfeição pollo pesso do fanão em que haa dous quilates de nosas partes esforçados e omze fanois e quoarto sam XXIJ quilates e meio fazem hum mitical e VJ mitiquais e meio fazem huma onça. Cem fanois fazem huma faraçola de Calicud que pesa huma XXIJ arateis e noue onças do peso nouo e XXV arrateis do peso velho de XIIIJ onças.

(328) O manuscrito do «Livro» de Duarte Barbosa, segundo Mendo Trigoso e também referido pelo Dr. Reis Machado, termina neste ponto.

O Dr. Reis Machado publica a seguir tirado da versão de Ramuzio uma relação de preços na Índia de pedras preciosas de que se fala no texto, e alguma informação acerca delas.

O que agora se publica a seguir está também no manuscrito Fronteira. Tem semelhanças com o publicado na edição do «Livro» do Dr. Reis Machado, mas tem, porém, outra forma literária.

TITULO DO ALJOFAR MYUDO E GROSSO DO QUE VALL EM CALICUD E EM TERRA DO MALLAUAR

Aueis de saber que ho milhor alljofar do mundo se pesqua na jlha de Ceilão e em Caell. Pescase em VIIJ. X. braças. Este Caell he dell rey de Coullão e pescase na maneira que he jaa dito atras fallando na jlha de Ceillão e Caell.

Este alljofar sendo de quillate pera cima loguo se pode chamar perolla e se pesar este quilate que he hum peso valleraa estes precos como ho dOrmuz posto que seja mais perfeito porque não dura tanto, e emvelheçe mais asynha que ho dormuz.

Demtro em Calicud tem cada maticall dalljofar por furar XJ fanois e hum quoarto e o furado XJ fanois e cada fanão pesa quatro taras, e duas taras tem hum quillate e haa na omça seis matiquais e meio.

XV graaos que pesão hum maticall se he em sua perfeição vall XX ate XXIIIJ fanois.

Vymte grãos que pesão hum maticall tem vinte cheuas vall cada grão çimquo fanois.

CONTA DA DECRARAÇÃO DOS ROBIS E DAS CORES QUE HAO DE TER E ONDE NAÇEM E DO QUE VALEM EM CALICUD

Aveis de saber que os mjlhores robis que nestas partes haa naçem na teerra da Imdia no reino de Peeguu que he de gemtios em terra firme naçe. Estes são os verdadeiros robis a que os mallauares chamão uirpouquo, diguo uirpuquo. Os bons delles hão de ser carmjsys duma cor mujto vermelha e respramdeçemte pera vallerem estes preços abaixo. Não ha ter raça nem callçedonja nem cousa allguma que estorue sua belleza pera os conheçerdes oveislhe de por a ponta da limguoa e o verdadeiro seraa mujto frio e mujto rogo. Se o tocardes pera ver se he limpo pegayo pella mais delguada ponta em çera e pondes antre vos e o har e aly vereis se he limpo. Estes robis se achão debaixo da terra em coovas muy alltas antre montanhas em a qual terra de Pegu os alimpão e laurão e daly se estendem per todo ho mundo prinçipalmente em Pelaquate.

quatro robis que pasão hum fanão se
são em boa perfeição vallem XX fanõis.
ii que pesão hum fanão valem R.^ta^ fanõis.
Hum que pesa hum fanão vall R.^ta^ fanõis.
Hum que pesa tres quoartos de fanão XXX fanõis.

DO QUE VALLE OS DIAMANTES DA MJNA VELHA DEMTRO EM CALICUD

VIIJ diamantes finos que pesão hum manjar que he um peso duas taras e dous terços de tara e duas taras he hum quillate valem XXX fanõis.

VJ que pesão hum manjar vallem R.ta fanõis.
quatro que pesão hum manjar vallem LXX fanõis.
Hum que pesar hum manjar vall Cem fanõis.
Hum que pesar hum manjar e quorto vall Cento LXXV fanõis.
Hum que pesar hum manjar e meio vall Cento LXXX fanõis.
Hum que pesar dous manjares vall IIIc. XXX fanõis.
Hum que pesar dous manjares e meio vall IIIc. LXXX fanõis.

DECRARAÇÃO DAS TURQUESAS E OMDE NAÇEM E DO PREÇO DEELLAS

As turquessas que são verdadeiras se achão em Rexer e em quirrimane que he terra do Xeque Ismaell. Naçem em huma mjna em terra sequa e naçe sobre huma pedra preta omde ha cria a natureza, e dally a despeguão os mouros em pedaçinhos e as trazem a Ormuz e dally se estendem pera a Imdya e pera outras partes, os mouros lhe chamão Peirosa. Sua cor he azull vis e ha de tomar hum pouquo de verde. Ha de ser ho homem muy grã destinto pera o conheçer, per que por mujtas partes haa outras partes haa outras pedras que se pareçem com ellas allem doutras comtra feitas. He pedra molle e de pouquo pesso não muy fria, pera conheçerdes esta pedra a que he verdadeira em cor de dia vos pareceraa azull vis e de noute a candea a vereis verde como ho limo do rio. Outras que não são perfeytas numqua mudão a cor. Esta pedra seraa limpa da façe de fora sem nenhuma maaguoa e debaixo no asento teraa pedra preta sobre que naçeo e per mais saberdes se he verdadeira turqueza pomdelhe em çima na froll huma pouqua de caall virgem molhada como jmguoento farvosha a call vermelha.

Huma que pesar duas taras sendo em boa
perfeição vall em Calicud XV fanois.
Se pesar hum fanão vall R.ta (229) fanois.
Se pesar doug fanois vall LR (330) fanois.
Se pesar tres fanois vall C.to L.ta fanois.
Se pesar quatro fanois vall II.c fanois.

(329) 40.
(330) 90.

DAS ESMERALLDAS DAAR E CONHECENÇA QUE TEM

Primeiramente aveis de saber que as esmeralldas a que os Imdios chamão marredaguão naçem em terra de Babilonia y em outras partes. São pedras verdes muy craras e fremosas. He pedra mole e muy leue Fazem-se mujtas contra feitas que as querem pareçer, senão que olhamos ao aar, ha contrafeita mostra demtro humas empollas como ho vidro faz, e se for verdadeira não mostrara nenhum poo nem empola, amtes vos daraa grande contentamento sua vista vereis demtro humas restes como de sool e se a tocardes em hum toque leixa nella cor de coobre esta seraa a verdadeira esmerallda. Ho seu preço da esmerallda he de diamante, allguma a de mais vallia não pollo peso mas polla cantidade da soma que faz se he tamanha como diamante pesa mujto mais tambem. Haa hy outras mujtas esmeralldas e não são tão estimadas porem seruem dellas em goyas. Estas tais não deixão no toque cor de coobre per que não são verdadeiras esmeralldas.

*
* *

(331) Deveis de saber que em a redomdeza do mundo não ha mais que seis mill legooas.

Se te perguntarem em que maneira diras que em a redondeza do mundo ha trezentas e sesemta compasos (332) e estes IIJc. LX compassos emtrão em quatro quadrantes ou em hum astrolabio, e cada compasso tem hum graao que he huma parte do mundo.

Quando te perguntarem quantos graaos amda ho soll cada ora diras que dezaseis e se te perguntarem em que maneira diraas que em a redondeza do mundo haa trezentos e sesemta compasos e entre dia e noyte haa vimte e quatro horas e qujmze vezes XXIIIJ são IIIcLX.

Lança bem tua conta e acharas que cursa ho soll em cada huma ora XV graaos.

Quando te perguntarem hum graao destes que ho sooll anda quantas leguoas tem diras que XVI leguoas.

Domine graçias tibi agimus

(331) Este texto é do «Livro de Marinharia» de João de Lisboa.
(332) São os graus.

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS DO DOCUMENTO

	Pág.
Huciras grandes	181
Reino de Sofala	182
O grande reino de Benamatapa	183
Zimboache	183
Cuama	184
Augoxa	184
Moçambique	185
Quiloa	186
Mombaça	186
Melinde	187
A formosa Ilha de S. Lourenço	187
Ilhas de Penha, Manfia, Zamzibar	188
Patem	188
A vila de Braba	189
Maguadaaxo	189
Afum	189
O Cabo Guardafui	189
Met	190
Barboca	190
A vila de Zeila	190
Dalaca	191
Maquava e Canaquim	191
O mui grande reino de Preste João	192
O porto de Suez	194
O monte Sinai onde jaz Santa Catarina	196
Eliombo onde desembarcam para onde está sepultado Mafamede	196
A formosa cidade de Juda	196
Ajazão, Alvor	199
Edeida, Maha, Babel, Mendel	199
Camarão — Ilha	199

Pág.

A formosa Cidade de Adem ... 200
Reino de Fortaque ... 201
Cabo Fartaque e Çaquotora — Ilha ... 202
Dofar ... 203
A Vila Xeher ... 203
Roçalgate... ... 203
Reino de Ormuz em Arabia ... 204
Reino de Ormuz em Persia ... 204
Ilhas do Reino de Ormuz ... 206
As terras de Xeque Ismael e seu principio dele ... 207
A cidade de Baçora ... 207
A formosa cidade de Ormuz ... 209
O grande reino de Hulcinde ... 209
India e reino de Guzarate ou Cambaia que tudo é um ... 214
Outra sorte de gentios que chamam baneanes ... 215
Outra lei de gentios a que chamam Bramanes ... 215
Do grande rei de Cambaia que é o mesmo deste Guzarate ... 217
A formosa cidade de Chanxaner ... 219
A formosa cidade de Andava ... 221
Um grande lugar que chamam Patemxer ... 222
Curate é Mangualor ... 222
A formosa cidade de Dio ... 223
Um lugar que se chama Guagarym ... 223
Outro lugar que chamão Barbasy ... 225
Outro lugar que chamão Guimdarim ... 225
A grande muy fermosa cidade de Cambaya ... 225
Um lugar que é seu nome Limadura onde colhem alaquequa ... 226
Outro lugar que se chama Reinel ... 227
Outro lugar que chamam Curraate ... 228
Outro lugar que chamam Dinui ... 228
Baxai ... 229
Manamgão buque grande lugar ... 229
As mercadorias e cousas que há no reino de Guzarate ... 229
O reino de Idalcão ... 230
A cidade de Chaul ... 231
Outra que chamam Danda ... 231
Outro lugar que chamam Dabat ... 233
Outro lugar que chamam Daabul ... 233
Um rio que chamam Cimquicar ... 233
O rio que se chama Dobetole ... 234
Outro lugar que se chama Banda ... 234
A muito formosa cidade de Goa ... 235
Um rio que se chama Aliquacinta Cora ... 236
... 238

Pág.

Outro rio que chamam Honor ... 239
Outro lugar que se chama Batycala ... 240
Outro lugar que chamam Manjadur ... 242
Dois lugares juntos que chamam Banacor e Barcelor ... 242
Outro lugar que chamam Mangualor ... 243
Outro lugar que chamam Cumbola ... 243
Título do rei Narsingua e de sua grandeza ... 244
A formosa cidade de Bisnaguaa ... 245
O grande reino de Otisea ... 253
Outro mui grande reino que se chama Deeli ... 253
Declaração de como esta a terra do Malavar repartida e do primeiro rei que houve nela ... 255
Costumes dos reis de Malavar ... 257
A maneira de que se faz a justiça del Rei de Calicud ... 259
Título dos que chamam bramanes ... 262
Doutra gente baixa que chamam Tibes ... 263
Outros mais baixos que chamam Parem ... 264
Outra gente muito baixa que chamam poleas ... 264
Outra mais baixa que chamam maqua ... 264
Costume dos naires que entre si teem ... 264
Um bom lugar que chamam Marane onde começa o reino de Cananor ... 267
O grande reino de Calicud ... 269
O reino de Cochim ... 270
O reino de Coulão ... 270
A muito formosa Ilha de Ceilão ... 278
Uma cidade que se chama Quilicari ... 279
A cidade de Cael ... 280
Choromandel... ... 280
A cidade Maliapor onde jaz o bem aventurado San Thomé ... 281
Uma grande cidade que chamam Pelaquate ... 282
O muito grande reino de Otisa ... 283
A muito formosa cidade de Bengala ... 283
Outro lugar que chamão Berma ... 285
O grande reino de Aracamgui ... 286
O muito grande reino de Pegu ... 287
Outro lugar do mesmo reino de Pegu que se chama Martabam ... 288
A muito formosa cidade de Daava ... 289
O grande reino de Amseam ... 290
A muito formosa cidade de Malaca ... 291
O grande arquipélago de Malaca ... 295
Umas ilhas que chamam Maquavar... ... 295
A muito formosa e grande ilha de Samatra ... 295

Pág.
Uma ilha que chama Sunda 296
O reino de Java que é ilha 296
Java menor 298
Uma ilha que se chama Timor 298
As ilhas de Brandão 299
Umas que chamão Andão 299
Maluco onde nasce o cravo 300
Solor 301
Uma ilha que chamam Borneo 301
Uma ilha que chamam Campam... 301
O muito grande e formoso reino da China 302
Conta de uma grande terra que chamam Lequeos 303
Livro das perolas e aljofar miudo e do que vale dentro em Calicud e terra Malavar 304
Titulo do Aljofar miudo e grosso do que vale em Calicud e em terra do Malavar 305
Conta da Decraração dos Robis e das Cores que hão de ter e onde naçem e do que valem em Calicud 305
Do que vale os diamantes da Mina Velha dentro em Calicud 306
Decraração das Turquesas e onde naçem e do preço delas 306
Das esmeraldas daar e conhecença que tem 307
Das medidas da terra 307

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS CAPÍTULOS

A

Pág.
Abissínia (Ver Preste João. O mui grande reino de) ... ...
Adem (A formosa cidade de) 200
Afum 189
Ajasão... 199
Alaquequa — onde se colhe 227
Aliquacinta Cora (um rio que se chama) 238
Aljofar miudo e grosso e seu valor em Calicud e terra Malavar 305
Alvor 199
Amseam (reino de) 290
Andão (Ilhas) 299
Andava (A formosa cidade de) 222
Angoxa 184
Aracamgui 286
Astrolabio e medidas da terra 307

B

Babel 199
Baçorá (A cidade de) 209
Banacor 242
Banda 235
Baneanes 215
Barbasy 225
Barboca 190
Barcelor 242
Baticala 240
Baxal 229
Benamatapa (O grande Reino de) 183

Pág.
Bengala (Cidade) ... 283
Berma... 285
Bisnagaa (a Cidade de) ... 245
Borneo (Ilha) ... 301
Braba (A Ilha de) ... 189
Bramanes (Titulo dos que se chamam) ... 262
Bramanes... 217
Brandão (Ilhas de)... 299

C

Cael (Cidade) ... 280
Calicud (Reino) ... 269
Calicud (de como faz justiça o Rei de) ... 259
Camarão — Ilha... 199
Cambaia... 219 e 226
Campam (Ilha) ... 301
Cambaia — Do grande Rei de ... 219
Canaquim... 191
Cananor (Onde começa o Reino de) ... 267
Çaquotora (Ilha) ... 202
Ceilão (Ilha de) ... 278
Chanxaner (A formosa cidade de) ... 221
Chaul (A cidade) ... 231
China (Reino) ... 302
Cimquicar... 234
Cochim (Reino) ... 270
Coutão (Reino) ... 270
Coromandel ... 280
Cravo — onde nasce... 300
Cuama... 184
Cumbola ... 243
Curraate ... 228
Curate... 223

D

Daabul ... 233
Dabat ... 233
Daava (Cidade de)... 289
Dalaca... 191
Danda... 233
Deell (Reino de) ... 253

Pág.
Diamantes da Mina Velha (Valor em Calicud) ... 306
Dinui ... 229
Dio (A famosa cidade de) ... 223
Dobetale ... 234
Dofar ... 203

E

Edeida... 199
Eliombo ... 196
Esmeraldas daar e conhecença que tem ... 307

F

Fartaque (Cabo) ... 202
Fibes (Gente baixa que se chamam) ... 263
Fortaque (Reino de) ... 201

G

Gentios que chamam baneanes ... 215
Gentios que chamam Bramanes ... 217
Goa... 236
Guagarim... 225
Guardafui (O Cabo) ... 189
Guzarate ... 219
Guzarate (As mercadorias e coisas que há no reino de) ... 230
Guzarate — Do Rei de ... 219

H

Honor (Rio) ... 239
Huciras Grandes ... 181
Hulcinde (O grande reino de) ... 214

I

Idalcão (O Reino de) ... 231
India ... 215

Pág.

J

Java (O reino de ... que é Ilha) ... 296
Java Menor ... 298
Juda (A famosa cidade de) ... 196

L

Lequeos (Terra que chamam) ... 303
Limadura... ... 227
Livro que conta e põe por miudo ... 181
Livro das Perolas e aljofar ... 304

M

Mafamede (onde esta sepultado) ... 196
Maguadaaxo... ... 189
Maha... ... 189
Malaca (Arquipelago) ... 199
Malaca (cidade)... ... 295
Malavar (Costumes dos Reis de) ... 291
Malavar (De como está repartido e do primeiro Rei que houve nele) ... 257
Maluco, onde nasce o cravo ... 255
Manfia (Ilhas de...) ... 300
Malavar (Costumes) ... 188
Manamgão buque ... 257
Mangualor ... 229
Manjadur... ... 223 e 243
Maqua (gente baixa) ... 242
Maquava... ... 264
Maquavar (Ilhas) ... 191
Marane ... 295
Martabam (lugar no reino de Pegu) ... 267
Medidas da terra ... 288
Meliapur (Cidade) ... 307
Melinde ... 281
Mendel ... 187
Met... ... 199
Moçambique... ... 190
Mombaça... ... 185
Monomotapa — Vide Benamotapa ... 186
Monte Sinai — Ver Sinai-monte ...

Pág.

N

Naires (Costumes dos) ... 264
Narsingua (Titulo do Rei) ... 244

O

Ormuz (A formosa cidade de) ... 209
Ormuz (Ilhas do Reino de) ... 207
Ormuz em Arabida (Reino de) ... 204
Ormuz em Persia (Reino de) ... 206
Otisea (Reino de) ... 253

P

Parem (gente baixa que se chama) ... 264
Patem... ... 188
Patemxer... ... 222
Pegu (Reino) ... 287 e 288
Pelaquate (Cidade)... ... 282
Penha (Ilhas de) ... 188
Perolas e seu valor em Calicud e terra de Malavar ... 304
Poleas (gente baixa) ... 264
Preste João (O mui grande reino de) ... 192

Q

Quilicari (Cidade) ... 279
Quiloa... ... 186

R

Reinel... ... 228
Roçalgate... ... 204
Rubis e cor que hão de ter ... 305

S

Sacotorá (Ilha) ver Caquotora ...
Samatra (Ilha) ... 295
Santa Catarina (onde jaz) ... 196
São Lourenço (A formosa Ilha de) ... 187

	Pág.
São Tomé (onde jaz)	281
Sinai (O Monte)...	196
Socotorá (Ilha) Vide Caquotora (Ilha)	
Sofala (Reino de)	182
Solor	301
Suez (O Porto de)	194
Sunda (Ilha de)...	296

T

Timor (Ilha)...	298
Turquezas — onde nascem e preço delas	306

X

Xeher (A vila de)	203
Xeque Ismael e seu principio delas (As terras de)	207

Z

Zanzibar (Ilhas de)	188
Zeila (A vila de)	190
Zimboache	183

Notas & Comentários

1. Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Estocolmo

De 21 a 28 de Agosto de 1960 realizou-se em Estocolmo, na Suécia, o XI Congresso Internacional de Ciências Históricas. O último tivera como cenário a cidade de Roma, em 1955, e o próximo reunirá em Viena em 1965. Este Congresso Internacional, que congrega sempre elevado número de participantes, conquistou há muito justificado renome, pois nele se costumam debater os mais importantes problemas históricos.

Algumas secções principiaram os seus trabalhos dias antes, no dia 17. Foram elas: 1. Comissão Internacional de Estudos Eslavos; 2. Comissão Internacional de Movimentos e Estructuras Sociais; 3. Comissão Provisória de História Económica; 4. Comissão Internacional para a História das Assembleias de Estado; 5. Colóquio sobre a História das Universidades; 6. Instituto Panamericano de Geografia e História; 7. Federação Internacional dos Institutos de História da Renascença; 8. Comissão de História Militar Comparada; 9. Comissão Internacional de História Eclesiástica Comparada; 10. Comissão Provisória de História da Imprensa; 11. Colóquio sobre a História dos Preços antes de 1750; 12. Associação Internacional de Estudos Bizantinos; 13. Comissão Internacional de Numismática; 14. Grupo Internacional de História Marítima.

Participaram activamente nos trabalhos do Congresso a Prof.ª D. Virgínia Rau, Ten.-Cor. Afonso do Paço e Prof. Silva Rego.

Realizou-se a inauguração solene do Congresso no majestoso edifício do Konserthuset, no dia 21, Domingo, às 14 h. sob a presidência de Sir Charles Webster, vice-presidente do Comité Internacional de Ciências Históricas. Os representantes oficiais das várias nações participantes tomaram lugar no palco, circundado por um friso de bandeiras. Pena foi que Portugal se não fizesse representar *oficialmente*, embora a Academia Portuguesa da História e o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, muito louvàvelmente, tivessem enviado representantes.

Sob o aspecto puramente ultramarino português não houve, pràticamente, nada a anotar. O Prof. Silva Rego apresentou numa das reuniões da Comissão Internacional de História Eclesiástica Comparada uma comunicação intitulada *Portuguese Discoveries and Modern Apostolate*.

2. Congresso Internacional de História dos Descobrimentos

No edifício da Faculdade de Letras de Lisboa, em plena Cidade Universitária, realizou-se de 4 a 11 de Setembro de 1960 o anunciado *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* a respeito do qual esta revista já prestou vários esclarecimentos. Tudo correspondeu à expectativa criada à sua volta, com excepção das comunicações anunciadas de investigadores russos. Tinha-se especulado bastante à sua volta. O elevado número de congressistas deu a Lisboa, durante aqueles inolvidáveis dias, atmosfera de estudo, vibração e entusiasmo. A Comissão Executiva não se poupou a esforços para proporcionar aos congressistas oportunidades para visitarem a cidade e arredores, organizando-se ainda excursões especiais dedicadas às senhoras, como é já costume em todas as reuniões deste género. As excursões à Batalha e a Sintra, a visita aos Jerónimos, à Torre de Belém e à Exposição Henriquina marcaram pela sua distinção e requinte. Os congressistas estrangeiros foram unânimes em louvar a magnífica organização deste Congresso a que nada faltou.

As sessões solenissimas de abertura e de encerramento foram cheias de preciosos ensinamentos, ouvindo-se conferências e discursos que só poderão ser devidamente apreciados, quando forem publicados na íntegra. Não citamos nomes, limitando-nos a registar aqui os títulos das comunicações, devendo notar-se, todavia, que a lista não é completa, pois houve algumas admitidas à última hora. Ei-los:

I Secção — *História dos Descobrimentos.* 1.ª Subsecção — *Cartografia:*

A expansão portuguesa na bacia do Rio Branco, na Amazónia, no século XVIII, e a viagem de Francisco José Rodrigues Barata ao Surinam, em 1798, por *Mário Barata.*

Charting the course to Canada, por *Theo E. Layng.*

John Cabot's maps and voyages, por *David O. True.*

Preservation of our Heritage — Imperative!, por *Ena L. Yonge.*

Martin Behaim, navigator and cosmographer: figment of imagination or historical personage?, por *G. R. Crone.*

Some early maps relating to the Queirós-Torres discoveries of 1606, por *Celsus Kelly.*

Bartolomeu Dias e o valor do grau terrestre, por *A. Teixeira da Mota.*

Notes sur quelques cartes anciennes de São Tomé, por *Théodore Monod.*

Cartographic indications of early otherwise unknown voyages, por *Armando Cortezão.*

Diogo Cão e a legenda de Henrique Martelo, por *Augusto César da Silva Castro Júnior.*

Las cartas de dos graduaciones en España, por *Julio F. Guillén.*

Cartas Isogónicas do Atlântico para a Época dos Descobrimentos, por *Lucas Rodrigues Junot.*

2.ª Subsecção — *Ciência Náutica*

Estudo histórico-científico, sob o aspecto gnomónico, da figura radiada de pedra tosca suposta coeva do Infante D. Henrique, existente na sua antiga «Vila de Sagres», por *José António Madeira.*

Determinação das coordenadas geográficas no Oceano Índico pelos pilotos portugueses e árabes no princípio do século XVI por *J. Custódio de Morais.*

Não é um mito a escola náutica criada e mantida pelo Infante D. Henrique em terra algarvia, por *Alexandre Gaspar da Naia.*

A determinação de latitudes por alturas de estrelas na náutica dos Descobrimentos, por *Luís Mendonça e Albuquerque.*

Contribución a la historia de la industria naval de Galicia. Los arsenales de Ferrol en el signo XVIII, por *António Meijide Pardo.*

Un voyage imaginaire autour du monde au XIVᵉ siècle, por *V. P. Zoubov.*

Um astrolábio de 1557, pelo *Conde de Aurora.*

«Rumo», palavra-chave de arte da construção naval, por *Octávio Lixa Filgueiras.*

3.ª Subsecção — *Viagens de Descobrimento, Reconhecimento e Informação*

Embalming, exposure of corpses, anthropophagy and cave-burials in India as described by mediaeval European travellers, por *Ludwik Sternbach.*

Native culture in the Gold Coast at the time of the Portuguese discoveries, por *Oliver Davies.*

Les découvertes portugaises et la collaboration italienne d'Alphonse IV à Alphonse V, por *Charles Verlinden.*

Contribuição para o conhecimento das relações por via marítima, no eneolítico e na proto-história, entre as populações da costa centro-ocidental da Península Ibérica e os povos do Mediterrâneo, por *Eduardo da Cunha Serrão* e *Eduardo Prescott Vicente.*

A tradição náutica na mais antiga história da Península Hispânica, por *Mário Cardozo.*

Dos primitivos mareantes portugueses, por *Augusto César da Silva Castro Júnior.*

A expedição portuguesa às ilhas Canárias no ano de 1341, por *Jacinto J. Nascimento Moura.*

O problema da época do achamento das Canárias pelos Portugueses — Reinado de D. Afonso IV ou de D. Dinis?, por *Sérgio da Silva Pinto.*

Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise (1434), por *Raymond Mauny.*

Lançarotto Malocello en Canarias, por *Elias Serra Ráfols.*

Bulas portuguesas y españolas sobre descubrimientos geográficos, por *F. Mateos.*

Viagens de reconhecimento, expansão e descobrimento no tempo do Infante D. Henrique, por *Nuno Catharino Cardoso.*

A reacção espanhola em face das tentativas do Infante D. Henrique pela posse das ilhas Canárias, através de uma carta manuscrita, enviada por D. João II de Castela ao rei de Portugal, D. Afonso V, existente na Biblioteca Nacional de Madrid, e outros documentos manuscritos sobre Portugal, que estão na mesma Biblioteca, por *António Mourinho.*

Quelques points controversés dans l'histoire des découvertes faites par Colomb, Magalhães et Behaim, por *Gerhard Jacob.*

O descobrimento do Brasil, por *Hermógenes Viana.*

Portuguese activity along the Canadian shores at the beginning of modern times, por *T. P. Jost.*

Posible evolución en el pensamiento geográfico colombino, por Alfonso Gámir Sandoval.

État présent des études sur Jean Cabot, por *Louis-André Vigneras.*

The travels of Pero da Covilhã and their significance, por *Charles F. Beckingham.*

João Fernandes and the Cabot voyages, por *Arthur Davies.*

The 1501-02 voyage of Amerigo Vespucci, por *Arthur Davies.*

Pedro Fernandes de Queirós, the last great Portuguese navigator, por *Celsus Kelly.*

A contribuição dos Portugueses para o conhecimento da ilha de Ieso no Japão no século XVI, por *Leo Magnino.*

Problemática das navegações para noroeste, por *João Afonso Corte-Real.*

An Arab nautical encyclopaedia of the fifteenth century, por *T. A. Szumowski.*

Os Portugueses no Índico Ocidental: o problema do achamento da ilha de S. Lourenço, por *Fernando Bandeira Ferreira.*

Simão Fernandes, a Portuguese pilot in the English service, *circa* 1573-1588, por *David Beers Quinn.*

Portuguese trade and shipping with the Netherlands after the Discoveries, por *T. H. Milo.*

As Índias Orientais no plano henriquino, por *Maria Alice Magro Corte-Real.*

Los escritos de Bernal Diaz del Castillo, por *Carmelo Sáenz de Santa Maria.*

Raphael Maffei's contribution to the history of Portuguese discoveries, por *Vsevolod Slessarev.*

A *Lenda de Machim:* une découverte bibliographique à la Bibliotèque-Musée du Palais Ducal de Bragance à Vila Viçosa (Portugal). Introduction à une étude sur les légendes des Grandes Découvertes Maritimes aux 15ème et 16ème siècles, por *Jean Fontvieille.*

Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473 (Subsídios documentais), por *Maria José* e *Jorge Faro.*

A conquista de Ceuta no diário veneziano de António Morosini, por *Joaquim Veríssimo Serrão.*

La contribution de l'IFAN à l'histoire de la découverte portugaise, por *Raymond Mauny.*

Two accurate and two doubtful accounts of the Portuguese in Mediterranean during the 12th century, por *Bailey W. Diffie.*

4.ª Subsecção — *Causas e consequências dos Descobrimentos*

Notas sobre el ideal de cruzada en Don Enrique «el Navegante», por *Antonio Antelo Iglesias.*

La llamada de Occidente, por *Luis Bouza-Brey Trillo.*

Florentine humanism and the vision of the New World, por *Thomas Goldstein.*

Les découvertes portugaises: raisons particulières et problèmes généraux, por *José-Gentil da Silva.*

The military geography of Portugal, por *James Marshall-Cornwall.*

O factor religioso, razão jurídica dos Descobrimentos portugueses, por *António Domingues de Sousa Costa.*

As virtualidades naturais do povo português e o plano genial do Infante, por *António Vasconcelos Pinto Coelho.*

Génese dos Descobrimentos (origens do Império Português Ultramarino), por *José Coelho.*

O Infante e o objectivo geográfico dos Descobrimentos, por *Carlos Coimbra.*

A cidade que viu nascer o Infante (o Porto na época henriquina), por *João Albino Pinto Ferreira.*

L'afflato religioso nella critica della storia delle esplorazioni geografiche, por *Gastone Imbrighi.*

O feudalismo e os Descobrimentos, por *António Ambrósio de Pina.*

China in the eyes of Europe: the Sixteenth Century, por *Donald F. Lach.*

Relaciones entre Portugal y el Real Monasterio de Guadalupe en la epoca de los Grandes Descubrimientos, por *Arturo Alvarez.*

Contribution à l'étude de la place des découvertes dans la pensée portugaise au XVIIe siècle, por *Raymond M. Cantel.*

Le nouveau monde, l'autre monde et la pluralité des mondes, por *W. G. L. Randles.*

La cuestión de las Canarias ante el concilio de Basilea, por *Luis Suárez Fernández.*

A influência dos Descobrimentos na migração das plantas, por *Mário Santos.*

Historical study of the intercourse between Portugal, Spain and Japan in the sixteenth and seventeenth centuries, por *Kiichi Matsuda.*

Contribuição para o estudo da medicina portuguesa na Expansão, por *Fernando Amaral Gomes.*

A marca henriquina na história da medicina portuguesa, por *Luís de Pina.*

The influence of the discoveries on the thinking of Damião de Goes, por *Elisabeth F. Hirsch.*

L'«Homo novus» du Portugal au XVIème siècle, por *Alain Guy.*

Reflejos de conquistas y descubrimientos portugueses en el teatro clasico español, por *José Maria Viqueira.*

Na esteira das naus e caravelas, por *Adelaide Félix.*

Influência da língua portuguesa na malaia, por *Manuel Teixeira.*

Trois formes d'influence portugaise dans la musique populaire d'outre-mer. Le samba, la morna et le mandó, por *Jean-Paul Sarraute.*

A Sereia nos Descobrimentos, por *Fernando de Castro Pires de Lima.*

A Experiência, Madre da Filosofia, por *António Alberto de Andrade.*

II Secção — *Expansão Ultramarina.* 1.ª Subsecção — *A expansão até final do Século XVI*

Los castellanos en Guinea y Mina de Oro despues del tratado de 1479, por *Antonio de la Torre.*

Un projet portugais de reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507), por *Charles-Martial de Witte.*

Diogo Veloso e a gesta lusíada no Camboja, por *Manuel Teixeira.*

La posición histórica del Plata en el proceso de la colonización española de América, por *Manfred Kossok.*

Per la storia di Don Sebastiano. Un calabrese falso Re di Portogallo: Marco Tullio Catizone, por *Gustavo Valente.*

Documentos autógrafos, apógrafos e apócrifos da princesa Santa Joana, por *Domingos Maurício Gomes dos Santos.*

Alguns mareantes desconhecidos da terra de Sesimbra, por *Rafael Alves Monteiro.*

As relações da Cúria Romana com o imperador da Etiópia na época henriquina: o seu porquê e suas consequências, por *António Brásio.*

A integração dos descobrimentos e expansão ultramarina do Infante D. Henrique na cruzada geral do Papado, por *António Brásio.*

Vasco Fernandes Homem e a expedição ao Monomotapa, por *Rosalina da Silva Cunha* e *Alice Estorninho.*

Um santareno no Oriente: Nuno Velho Pereira. Notas biográficas, por *Zeferino Sarmento.*

Formes féodales et domaniales de la colonisation portugaise dans la zone atlantique aux XIVᵉ et XVᵉ siècles et spécialement sous Henri le Navigateur, por *Charles Verlinden.*

O açúcar na ilha da Madeira. Análise de um cálculo de produção dos fins do século XV, por *Virgínia Rau* e *Jorge de Macedo.*

A organização administrativa nos estabelecimentos portugueses da costa ocidental africana de 1466 a fins do século XVI, por *Jorge Faro.*

Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita do P. Antonio Rocha, superior do Espírito Santo, por *Serafim Leite.*

A new life of Saint Francis Xavier, por *Georg Schurhammer.*

Los Franciscanos, pioneros de la Fe en el Brasil. 1500-1538, por *Antonio Ybot Leon.*

Duas cartas inéditas do cronista João de Barros, quando feitor da Casa da Índia. 1534-1535, por *Charles Ralph Boxer.*

Portuguese women during the first two centuries of expansion overseas, por *Elaine Sanceau.*

História inédita dos bispos da igreja do Japão, do P. João Rodrigues Tçuzu, S. J., por *Josef Franz Schütte.*

2.ª Subsecção — *A expansão nos Séculos XVII e XVIII*

Le projet d'une «Maison de Contrataction» à Lisbonne, por *Hermann Kellenbenz.*

L'expansion autrichienne outre-mer et les intérêts portugais (1777--1781), por *Walter Markov.*

Subsídios para o estudo da tonelagem da frota da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, por *Manuel Nunes Dias.*

A aclamação de D. João IV no Brasil, à luz de documentos, por *Divaldo Gaspar de Freitas.*

Esplorazione del Congo, Matamba ed Angola nel sec. XVII. Contributi geografico-scientifici di una missione cappuccina, por *Silvio Porisiensi.*

L'Empire Portugais et le commerce franco-portugais au milieu du XVIIIᵉ siècle, por *Fréderic Mauro.*

Do itinerário das viagens do padre Jerónimo Lobo, por *Rosa Capeans.*

A ocupação de Angola durante os séculos XVII e XVIII e os tipos e os rumos do respectivo colonato europeu, por *Ralph Delgado.*

Valiosa colecção do Arquivo dos Feitos Findos para o estudo da colonização do Brasil no século XVIII. A emigração açoriana, por *Jorge Hugo Pires de Lima.*

Uma malograda tentativa de descobrimento no cabo de Boa Esperança no ano de 1648, por *Jacinto J. do Nascimento Moura.*

Missões portuguesas no Tonquim, nos fins do séc. XVII e princípios

do XVIII, conforme documentos originais existentes na Biblioteca Nacional de Madrid, por *António Mourinho.*

Relíquias portuguesas no Extremo-Oriente, por *Manuel Teixeira.*

Portuguese settlement in the interior of South-East Africa in the seventeenth century, por *Eric Axelson.*

Les missions du Congo de la fin du XVIII[e] siècle, por *Louis Jadin.*

A teoria da expansão portuguesa e o princípio das nacionalidades no pensamento de João Pinto Ribeiro (século XVII), por *Francisco José Veloso.*

A acção missionária e a sua organização canónica, em Moçambique, no período filipino, por *Jerónimo de Alcântara Guerreiro.*

A fama de santidade do primeiro missionário do Tibete, por *Fernando Castelo Branco.*

O comércio português no Rio da Prata e a fundação da colónia do Sacramento, por *Luís Ferrand de Almeida.*

3.ª Subsecção — *A acção civilizadora nos séculos XIX e XX*

Germany and S. Angola, 1898-1903, por *Horst Drechsler.*

Un bilan de l'influence française en Afrique du Nord, por *Jules Roussier.*

Napoleon's scientific missions, por *Raymond D. J. Maras.*

Un grand seigneur de France, le duc de Broglie, protecteur des mulâtres de la Martinique, persécutés par les créoles, por *Guy Dumas.*

Some reflections on Anglo-Portuguese African relations in the Nineteenth Century, por *Roger T. Anstey.*

A Escola de Medicina portuense na história da medicina tropical, por *Luís de Pina.*

La marine française au Congo de 1869 à 1875, por *L. Jadin* e *L. J. Jadin.*

L'Angola au début du 19[e] siècle (une carte), por *José-Gentil da Silva.*

Uma constante da expansão portuguesa em África ou o «Mapa Cor-de-Rosa», por *Ávila de Azevedo.*

The evolution of worldwide problems of international investment in the Twentieth Century, por *Jeannette P. Nichols.*

Adenda

The Chinese contributions to the development of the mariner's compass, por *Joseph Needham.*

The Chinese contributions to vessel control, por *Joseph Needham.*

English knowledge of the Portuguese discoveries in the 15th century: a new document, por *R. A. Skelton.*

Como vestia o Infante D. Henrique, por *Luís de Oliveira Guimarães.*

The songs of the Indies by Giuliano Dati, por *Francis M. Rogers.*

Sobre a origem do termo «sertão», por *Joseph M. Piel.*

Évolution de la situation de la noblesse indigène au Mexique depuis la conquête espagnole jusqu'à la fin du XVI[e] siècle, por *Friedrich Katz.*

A Comissão Executiva publicou, distribuindo-o pelos congressistas, um resumo das comunicações apresentadas. E trabalha activamente na publicação integral de todos os trabalhos do Congresso. Ficarão a constituir um magnífico repositório de estudos, cujo conhecimento se ficará a exigir a todos quantos se interessam pela expansão portuguesa.

3. XXV Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências

São já sobejamente conhecidos os congressos promovidos pela Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências. Reúnem-se todos os dois anos, cabendo a Espanha a organização de dois seguidos e a Portugal a de um. O penúltimo realizara-se em Madrid, em 1958; o último reuniu em Sevilha de 23 a 26 de Novembro, de 1960. Dividiu-se nas seguintes secções: 1. Matemáticas; 2. Astronomia, Geodesia e Geofísica; 3. Física; 4. Geologia; 5. Ciências Sociais; 6. Teologia, Filosofia e Pedagogia; 7. História e Arqueologia; 8. Medicina e Cirurgia; 9. Engenharia e Arquitectura; 10. Geografia; 11. Química; 12. Biologia; 13. Filologia e Literatura; 14. Ciências Agronómicas.

A par destas secções funcionaram também os seguintes colóquios: 1. A Universidade e a Região; 2. Projecção andaluza na história do Novo Mundo; 3. As falas da Andaluzia; 4. Relações humanas na empresa andaluza; 5. Problemas do azeite; 6. As plantas industriais no moderna economia agrícola; 7. Industrialização do campo andaluz; 8. Quimioterapia do cancro.

A Associação Espanhola para o Progresso das Ciências publicou um resumo das comunicações apresentadas, distribuindo-o pelos congressistas. Foi bastante comentada a notícia de que não se intenta a publicação integral dos trabalhos discutidos.

Sob o aspecto ultramarino português, há a notar as seguintes comunicações:

1. Dos Kwadi, um povo do deserto de Moçâmedes (Angola), por *A. de Almeida.*
2. Sobre o problema demográfico de Angola. A natalidade, por *Maria Emília de Castro e Almeida.*
3. Teares de Angola (Lunda), por *Maria Emília de Castro e Almeida.*
4. O sentido histórico de uma centúria (1360-1460): Nuno Álvares

e o Infante D. Henrique. Discurso do Prof. Torquato de Sousa Soares.

5. A chamada «Monção Portuguesa do Nordeste», por *R. Capeans.*
6. As sesmarias na colonização da Madeira, por *J. de Freitas Ferraz.*
7. O Arquivo de Simancas e a Expansão Ultramarina Portuguesa, por *Maria de Lourdes Vieira Pinto* e *Esther Trigo de Sousa.*
8. Nota sobre as «Cucurbitaceae» de Angola, por *R. M. B. Fernandes* e *A. Fernandes.*
9. Nota sobre as «Cucurbitaceae» de Moçambique, por *R. M. B. Fernandes.*
10. Determinação do fósforo lábil por diluição isotópica, e da taxa de utilização do fosfato monocálcico em solos de S. Tomé, por *Arriaga e Cunha* e *Sousa Lopes.*
11. Estudo da fertilidade de alguns solos de S. Tomé, por *Arriaga e Cunha* e *Sousa Lopes.*
12. Contribuição portuguesa para a carta dos solos de Africa, por *J. V. Botelho da Costa.*
13. Carta generalizada dos solos de Angola, por *J. V. Botelho da Costa* e *A. L. Azevedo.*
14. Fomento da palmeira do azeite na Guiné Portuguesa, por *J. Martins Santareno.*
15. Datas de ocorrência da primeira e última queda pluviométrica, em cada ano, na cidade da Praia (Cabo Verde), por *R. Reis Cunha.*
16. Variabilidade da precipitação em Santiago (Cabo Verde), por *F. Reis Cunha.*

A Associação Espanhola para o Progresso das Ciências não se poupou a esforços para tornar este congresso um verdadeiro sucesso e conseguiu-o plenamente, organizando várias excursões e visitas. Saliente-se, especialmente, a visita a Córdova.

O próximo congresso realizar-se-á, em 1962, no Porto.

S. R.

Revista de revistas

CÉSAR, Pegado — Afonso de Albuquerque.
— *Temas Ultramarinos.* Centro de Estudos Ultramarinos do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa. Coimbra, 1956. Outubro, n.º 2, págs. 3-41.

Biografia de Afonso de Albuquerque, acompanhada de documentos; larga apreciação da sua acção administrativa, política e guerreira no Oriente.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de — Primeira mudança da capital do Brasil.
— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* 1958. Vol. 241, Outubro-Dezembro, págs. 149-157.

Resumo da conferência em que o autor relata e historia a mudança da capital do Brasil, da Baía para o Rio de Janeiro, no tempo do Marquês de Pombal.

VASCONCELOS, Frazão de — Subsídios para a História da carreira da Índia no tempo dos Filipes. Documentos inéditos.
— *Boletim Geral do Ultramar.* Agência Geral do Ultramar. Lisboa. 1959. Ano XXXV, Abril, n.º 406, págs. 61-65.

Prosseguindo nas suas investigações, o autor dá-nos dois documentos inéditos, de 1620, importantes, sobre as amarrações no Tejo e apresto de naus.

CORRÊA FILHO, Virgílio — Ricardo Franco de Almeida Serra.
— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* 1959. Vol. 243, Abril-Junho, págs. 3-19.

Relação da expedição ao Mato Grosso para aperfeiçoar a carta limítrofe de demarcação deste País, em 1780, sob a chefia do capitão Ricardo

Franco de Almeida Serra, oficial de grande inteligência e bastante conhecedor na matéria.

ELLIS, Myriam — Um documento anónimo dos fins do século XVIII sobre relações comerciais entre o Brasil e Portugal.
— *Revista de História*. S. Paulo — Brasil. 1959, Abril-Junho, n.º 38, págs. 383-418.

Publicando, na íntegra, o documento intitulado, *Epitome das vantagens que Portugal pode tirar das suas colónias do Brasil pela liberdade do comércio do sal naquele continente*, estuda-o e conclui que o seu autor é D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho.

SOUSA, T. O. Marcondes de — A circum-navegação de África na Idade Média.
— *Revista de História*. S. Paulo — Brasil. 1959, Abril-Junho, n.º 38, págs. 363-382.

Prosseguindo nos seus estudos, o autor, transcreve, em tradução portuguesa, o trabalho de Rinaldo Caddeo que atribui a circum-navegação de África a navegadores da Antiguidade e da Idade Média e aos genoveses navegações audazes — aos arquipélagos da Madeira, das Canárias e dos Açores — em épocas anteriores às navegações ibéricas; indigna-se com a deturpação que alguns historiadores fazem dos factos históricos no único desejo de engrandecerem suas Pátrias.

REIS, Artur César Ferreira — Limites e demarcações na Amazónia Brasileira.
— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1959. Vol. 244, Julho-Setembro, págs. 3-103.

O autor versa, em pormenor: a defesa das fronteiras; o tratado de Santo Ildefonso; as demarcações — período Pereira Caldas, período Lobo de Almeida; o crepúsculo da colónia.

CORRÊA FILHO, Virgílio — Portugueses em Mato Grosso.
— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1959. Vol. 245, Outubro-Dezembro, pág. 204.

Síntese histórica, feita no IV Colóquio Internacional de Estudos Brasileiros, do Estado do Mato Grosso, no século XVIII em que é exaltada a obstinação dos portugueses, muitas vezes com sacrifícios, para uma verdadeira integração deste Estado no Brasil.

MOTA, A. Teixeira da — Um luso-africano. Honório Pereira Barreto
— *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 1959. Série 77, Outubro-Dezembro, n.ºs 10-12, págs. 389-416.

Evocação deste português, governador da Guiné, da sua vida e actividade, do seu patriotismo e honestidade, que foi exemplo «de lusitanidade, do humanismo universalista dos portugueses e um dos mais belos produtos da civilização luso-tropical».

VASCONCELOS, Frazão de — Subsídios para a História da carreira da Índia no tempo dos Filipes.
— *Boletim Geral do Ultramar*. Agência Geral do Ultramar. Lisboa. 1960. Ano XXXVI, Janeiro-Fevereiro, n.ºs 415-416, págs. 349-352.

O Regimento da repartição das presas enviado por Afonso Mexia, vedor da Fazenda na Feitoria de Goa, publicado, no presente número, por Frazão de Vasconcelos, vem-nos demonstrar qual a conduta dos portugueses em relação aos povos que civilizaram e revela a disciplina usada pelos capitães dos navios portugueses para com os seus subordinados.

ALBUQUERQUE, Luís Mendonça de — O problema das latitudes na náutica portuguesa do século XV.
— *Revista de História*. S. Paulo — Brasil. 1960, Janeiro-Março, n.º 41, págs. 23-40.

Analizando os vários problemas que comprovam, na sua opinião, o grau de conhecimentos dos mareantes portugueses, o autor conclui afirmando: «Os marinheiros portugueses da época dos descobrimentos não se interessam por complicadas questões teóricas, que lhe eram inúteis, para que não estavam preparados... Eles preocupavam-se apenas com os problemas desse mar navegado em condições sem precedentes, e teimosamente procuravam resolvê-los pelos seus próprios meios ou lançando mão do que até o seu tempo apenas tinha servido às secretas práticas dos astrólogos».

DIAS, Manuel Nunes — O Infante D. Henrique e a sua época.
— *Revista de História*. S. Paulo — Brasil. 1960, Janeiro-Março, n.º 41, págs. 5-22.

Estudo da figura do Infante e das três épocas da sua vida: 1394-1415, 1419-1443, 1449-1460.

NAIA, Alexandre Gaspar da — Quem foi o primeiro descobridor do Rio da Prata e da Argentina?
— *Revista de História*. S. Paulo — Brasil. 1960, Janeiro-Março, n.º 41, págs. 65-83.

Em crítica ao trabalho do espanhol Carlos Seco — *Algunos datos definitivos sobre el viaje Hojeda-Vespecio* — o autor conclui atribuindo ao português Gonçalo Coelho a descoberta do Rio da Prata, pois foi ele o primeiro que, em 1501, capitaneou a primeira viagem de Fernão de Loronha e lamenta que os historiadores portugueses não façam um estudo tão profundo sobre o descobrimento do Brasil como Carlos Seco o fez sobre o presente assunto.

SOUSA, T. O. Marcondes de — A astronomia náutica na época dos descobrimentos marítimos.
— *Revista de História.* S. Paulo — Brasil. 1960, Janeiro-Março, n.º 41, págs. 41-63.

A propósito das conclusões do Colóquio de História Marítima, realizado em Paris em 1956, o autor volta a apreciar as actividades náuticas dos portugueses e as condições em que eram levadas a cabo as suas navegações e, afirmando não estar imbuído de facciosismo, citando constantemente trechos de estudos portugueses, termina afirmando que «os portugueses foram grandes navegadores na época dos descobrimentos marítimos, mas em realidade não se pode precisar a data certa e nem mesmo o ano em que iniciaram a navegação astronómica, *conditio sine qua non* para que possamos dar-lhes a tão almejada prioridade, aliás disputada por outras nações».

AMEAL, João do — O Infante D. Henrique e o século português.
— *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.* Comemorativo do V Centenário da morte do Infante D. Henrique. Porto. 1960, Vol. XXIII, Março-Junho, Fasc. 1-2, págs. 174-194.

Depois de apreciar a acção do Infante e de avaliar o impulso que o levou à maior obra da humanidade, o autor termina afirmando que essa actividade provocou uma revolução geográfica que originou o que se poderia chamar *Século português.*

COUTINHO, Bernardo Xavier — O Infante D. Henrique impulsionador da vocação marítima e ecuménica de Portugal.
— *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.* Comemorativo do V Centenário da morte do Infante D. Henrique. Porto. 1960. Vol. XXIII, Março-Junho, Fasc. 1-2, págs. 111-113.

Esboço biográfico do Infante D. Henrique e apreciação da sua actividade e responsabilidade na expansão ultramarina e no missionarismo cristão do Oriente e África.

PIMPÃO, Costa — Na aurora do Mundo Moderno: O pensamento e a obra do Infante.

— *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.* Comemorativo do V Centenário da morte do Infante D. Henrique. Porto. 1960. Vol. XXIII, Março-Junho, Fasc. 1-2, págs. 140-166.

Apreciação da actividade do Infante D. Henrique, como dirigente dos descobrimentos, seus objectivos — religioso, político e militar — e os resultados da sua iniciativa, quer em Portugal quer na Europa.

NOGUEIRA, Eurico Dias — Epopeia Missionária.
— *Temas Ultramarinos.* Centro de Estudos Ultramarinos do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa. Coimbra. 1960. Abril, n.º 3, págs. 7-39.

O autor estuda o espírito de cruzada dos portugueses desde os primórdios da nacionalidade e encara-os nos seguintes aspectos:

— A actividade missionária na Expansão Ultramarina de Portugal;
— A fundação de dioceses em terras de Além-Mar;
— A acção junto dos cristãos cismáticos (S. Tomé — Etiópia);
— A «Bula da Cruzada»;
— O Padroado dos reis de Portugal;
— A protecção às missões nos tratados com os príncipes infiéis;
— Decadência missionária nos séculos XVII-XIX, causas, dissenções entre a congregação «Propaganda Fide» e o Padroado português;
— Soluções concordatórias de 1857 e 1886;
— Rejuvenescimento prometedor no princípio do século actual;
— Hostilidade do novo regime político português;
— Panorama auspicioso da actualidade.

SILVA, Manuel José de Almeida e — Relações entre Brancos e Negros na Nação portuguesa.
— *Temas Ultramarinos.* Centro de Estudos Ultramarinos do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa. Coimbra, 1960, Abril, n.º 3, págs. 41-91.

Apreciando este problema de tanta actualidade recorda os primeiros contáctos entre portugueses e os indígenas de cor negra, relações durante a fase da escravatura e depois, na abolição desta, estudando as determinantes históricas da adopção da escravatura.

VASCONCELOS, Frazão de — Subsídios para a História da carreira da India no tempo dos Filipes.
— *Boletim Geral do Ultramar.* Agência Geral do Ultramar. Lisboa. 1960. Ano XXXVI, Abril-Maio, n.º 418-419, págs. 213-217.

Frazão de Vasconcelos refere-se a um documento de valor para o esclarecimento de certos aspectos da administração pública, no tempo

dos Filipes, onde é estudada a criação dum posto de Guarda-mor da barra de Goa, no começo do governo do Vice-Rei conde de Linhares.

Transcreve o documento, encontrado nos Papéis avulsos da Índia, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino.

ARNAIZ, P.e Eusébio — En torno al patronato portugués.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. Seminário de S. José. Macau. 1960. Ano e Vol. LVIII, Maio, n.º 673, págs. 539-553.

Continuando o estudo iniciado em números anteriores, analisa a figura do P.e Alexandre de Rhodes, os seus cálculos, a sua originalidade, os primeiros vigários apostólicos e os problemas jurídicos em torno dos missionários.

PIRES, P.e Benjamim Videira — Um herói de Macau na expansão ultramarina de Portugal.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. Seminário de S. José. Macau. 1960. Ano e Vol. LVIII, Maio, n.º 673, págs. 409-417.

Biografia de D. Inácio Sarmento de Carvalho e reconstituição da sua trágica morte, à traição, em 1677, quando era capitão de Chaúl.

TEIXEIRA, P.e Manuel — A Procuratura dos Negócios Sínicos.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. Seminário de S. José. Macau. 1960. Ano e Vol. LVIII, Maio, n.º 673, págs. 430-441.

O autor dá-nos a cronologia dos procuradores sínicos de Macau desde 1583 a 1945.

FERREIRA, Manuel — Subsídios para a bibliografia de Timor.
— *Seara*. Timor. 1960. Ano XII, Maio-Junho, n.º 3, págs. 170-175. Julho-Agosto, n.º 4, págs. 216-219.

Continuação da bibliografia publicada nos números anteriores, prosseguindo na letra D até G.

TEIXEIRA, P.e Manuel — Os missionários portugueses no Vietnão.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. Seminário de S. José. Macau. 1960. Ano e Vol. LVIII, Maio, n.º 673, págs. 395-408. Junho, n.º 674, págs. 524-538. Julho-Agosto, n.º 675-676, págs. 620-644. Setembro, n.º 677, págs. 711-727.

Prosseguindo na crítica à obra do P.e Trong estuda agora a figura de João da Cruz, o Cisma, as relações comerciais com o Vietnão, comércio

dos jesuítas, o perigo holandês, concorrência japonesa, comércio português e reproduz cartas que documentam as suas palavras.

Jesuítas na Ásia
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. Seminário de S. José. Macau. 1960. Ano e Vol. LVIII, Maio, págs. 418-430. Julho-Agosto, n.º 675-767, págs. 608-620, Setembro, n.º 677, págs. 698-710.

Continuação da sumariação dos Códs. 49-V-9, 49-V-10 e 49-V-11.

MOURA, Jacinto José do Nascimento — A expedição portuguesa às Canárias de D. Diogo Silva de Meneses no ano de 1468?
— *Revista Militar*, Lisboa. 1960. Vol. 12.º, 2.º trimestre, Junho, n.º 6, págs. 365-373.

Biografando o herói desta expedição, o autor historia a forma como Diogo da Silva conquistou e perdeu as Canárias, conquista a que foi arrastado por Diogo de Herrera, e comenta as razões que teriam levado Pedro d'Algara, chefe das forças castelhanas, em 1481, a querer entregar as referidas ilhas a Diogo da Silva.

TEIXEIRA, P.e Manuel — O cativeiro de D. Leonardo de Sá.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. Seminário de S. José. Macau. 1960. Junho, n.º 674, págs. 505-523.

Pequeno estudo em que o autor tenta aclarar a data da prisão de D. Leonardo de Sá, o que julga ter sido em 1587 até 1594. Na sua ausência a prelasia foi governada por D. Pedro Martins.

BARATA, Mário — A «Nação judaico-portuguesa» do Surinan e as relações com o Brasil, no século XVIII.
— *Seara Nova*. Lisboa. 1960, Junho-Julho, n.os 1376-77, págs. 174-176.

Refugiados no Brasil, fixados no Surinam, os judeus portugueses mantiveram intactos os laços que os uniam à mãe Pátria que os perseguira e expulsara, conservaram a língua, na qual se exprimiam e escreviam os seus estudos.

Curioso seria fazer o estudo das características deste enraizamento.

MONTEIRO, Félix — O achamento de Cabo Verde.
— *Cabo Verde*. Boletim de Propaganda e Informação. Praia. 1960. Ano XI, Junho, n.º 129, págs. 11-15. Julho, n.º 130, págs. 3-9.

O autor tenta demonstrar que o descobridor do arquipélago de Cabo Verde não foi Cadamosto, baseando-se, para isso, em várias passagens

da Relação da sua viagem, e procura esclarecer a data precisa desse descobrimento citando várias fontes documentais.

MAULE, Michel — La mort absurde de Magellan.
— *Geographia et Histoire. Magazine de la Géographie et de l'Histoire.* Paris. 1960, Agosto, n.º 107, págs. 41-45.

Descrição das condições e razões que teriam provocado a morte de Fernão de Magalhães, nas Filipinas, quando tentava concluir a viagem de circum-navegação, pelo Oeste.

BRÁSIO, P.e António — As missas do Infante.
— *Brotéria.* Revista Contemporânea de Cultura. Lisboa. 1960. Vol. LXXI, Agosto-Setembro, n.os 2-3, págs. 184-194.

Baseado em vários documentos prova como foram cumpridas as últimas vontades do Infante D. Henrique para que fossem rezadas missas, por sua alma, nas várias conquistas portuguesas, especialmente na Mina e em S. Tomé.

CARVALHO, J. Vaz de — A espiritualidade do Infante D. Henrique.
— *Brotéria.* Revista Contemporânea de Cultura. Lisboa. 1960. Vol. LXXI, Agosto-Setembro, n.º 2-3, págs. 129-154.

Análise da personalidade do Infante D. Henrique que o autor afirma ser constituída por um admirável conjunto de qualidades, nas quais reúne as características da sociedade medieval e da Idade Moderna.

Comenta as várias apreciações feitas por escritores portugueses, quase sempre, segundo afirma, eivados de ideias erradas e subjectivas e, baseado em dados históricos, conclui que o Infante, em quem avulta a ideia de Deus, revela uma vocação decidida de cruzado aliada a uma coragem invulgar e a excepcionais dotes de bondade e prudência. A sua vida é orientada num único sentido: Deus e a Pátria.

FELGAS, Hélio Esteves — Um episódio heróico na História de Macau.
— *Revista Militar.* Lisboa. 1960. Vol. 12.º, Agosto-Setembro, n.os 8-9, págs. 541-547.

Descrição das relações entre Portugal e Macau no século XVI e do feito do alferes Vicente Nicolau de Mesquita que, com 37 homens, venceu o forte chinês, guarnecido com 500 homens, contribuindo, assim, para o rápido reconhecimento da soberania portuguesa em Macau.

MARTINS, Abílio — A reconquista das ilhas do Infante.

— *Brotéria.* Revista Contemporânea de Cultura. Lisboa. 1960. Vol. LXXI, Agosto-Setembro, n.os 2-3, págs. 207-217.

O autor estuda as características objectivas da natureza das ilhas da Madeira e Açores tal como as viram e sentiram os seus descobridores e primeiros colonizadores. Três palavras dão a ideia perfeita deste sentir: arvoredo, vulcanismo, feracidade agrícola.

Baseado em vários escritores antigos aprecia o que foi a primeira colonização, aproveitamento das ilhas e suas consequências nos tempos passados, comparando-a com o que é hoje em que «os progressos da economia e da moderna técnica de aproveitamento dos solos agrícolas levaram, em nossos dias... a preconizar um retorno parcial a esse já longínquo ambiente de largo arvoredo verde...».

MAURÍCIO, Domingos — A «Carta do Preste João» das Índias e o seu reflexo nos Descobrimentos do Infante D. Henrique.
— *Brotéria.* Revista Contemporânea de Cultura. Lisboa. 1960. Vol. LXXI, Agosto-Setembro, n.os 2-3, págs. 218-244.

A *Carta do Preste João* é um dos repositórios mais ricos da cultura europeia dos séculos XII, XIII e XIV pelos relatos que faz das viagens de mercadores e missionários através de quem se divulgou, na Europa, a cultura da Índia e a existência do Preste João.

Foi Vsevolod Slessarev quem estudou a interferência da tradição indiana do apostolado de S. Tomé na lenda de um potentado antimaométrico.

Quem foi o autor da carta e qual a sua proveniência é a última parte deste artigo onde se afirma que a lenda do Preste João, em Portugal, só tardiamente se reflecte na literatura e mesmo na historiografia.

RIBEIRO, Orlando — Três imagens do Mundo.
— *Brotéria.* Revista Contemporânea de Cultura. Lisboa. 1960. Vol. LXXI, Agosto-Setembro, n.os 2-3, págs. 170-183.

Analisando as causas que fizeram com que as várias civilizações do mundo, antes das navegações ibéricas, estivessem compartimentadas, sendo o mundo desfavorável a uma generalização de contactos, a uma civilização única, o autor afirma que, a navegação ibérica, no século XV, difundiu no globo uma cultura, uma religião, novos conceitos de vida. «Os Peninsulares integram na sua sociedade elementos locais ou de importação por um amplo processo de mestiçagem, de assimilação religiosa que irmana os homens de todas as raças na crença comum de aceitação ou aproveitamento de técnicas locais, na alimentação e no vestuário, de uma contaminação profunda nos usos da vida quotidiana».

A influência das várias culturas, especialmente a do Ocidente, na

Africa, América, na Asia, criaram uma civilização, com formas diferentes em cada parte do globo, mas servida por uma religião ecuménica, humana, carinhosa.

Três são, segundo o autor, as imagens do Mundo:

O Mundo compartimentado — civilizações isoladas umas das outras com vida social, técnica e conceitos próprios.

A partir do século XV, após as navegações ibéricas, essas civilizações divulgam-se, são importadas e recebem, por outro lado, as influências novas que se vão reflectir na vida social, na alimentação, no vestuário e nas ideias.

A terceira imagem exprime-se pela monotonia, pelo trabalho, produtos e maneira de viver. Esta última imagem mostra como se vai dando um estreitamento dos seres humanos sob o impulso da inundação mecânica que ameaça tudo subverter.

Só um novo humanismo, fiel aos ideais de servir, ditado por nobres aspirações, será capaz de lançar uma esperança sobre o mundo.

GONÇALVES, Júlio — O Infante D. Pedro e a expansão geográfica portuguesa.
— *Ocidente*. Revista Portuguesa Mensal. Lisboa. 1960. Vol. LIX, Setembro, n.º 269, págs. 131-135.

O autor renova, neste artigo, a defesa da influência da participação do Infante D. Pedro na epopeia dos descobrimentos.

Considera três factores principais para a análise do problema: forma como foram efectuadas as «Sete Partidas» e suas consequências; intervenção do Infante D. Pedro junto da corte da Flandres e das Repúblicas Italianas; a sua acção no governo da Nação.

À «facção vitoriosa de Alfarrobeira», afirma, se deve atribuir o silêncio dos cronistas, pois que o Infante D. Pedro foi mais que um *auxiliar* do Infante D. Henrique que apenas «dispunha dos titulares da sua Ordem e dos escudeiros da sua casa, sem nenhuma acção executiva no governo da Nação, necessitando que tudo requeresse e lhe fosse concedido pela Regência», foi quem, com a sua autoridade de Regente, favoreceu e promoveu, com alvarás, leis, etc., a navegação portuguesa.

ROCHA, Leopoldo da — Subsídios para um estudo das confrarias de Goa.
— *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*. Goa. 1960. Série II, Ano XIX, Outubro, n.º 10, págs. 369-376.

O autor estuda como nasceram as confrarias de Goa e, em especial, as confrarias nas primitivas paróquias de Salcete e a natureza delas.

COSTA, António Domingues de Sousa — A Expansão portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique.

— *Brotéria*. Revista Contemporânea de Cultura. Lisboa. 1960. Vol. LXXI, Novembro, n.º 5, págs. 409-421.

Pequeno artigo em que o autor tenta provar que os descobrimentos portugueses, inspirados e levados a cabo pelo Infante D. Henrique e seus sucessores, obedeciam a um único pensamento — o serviço de Deus.

REIS, Artur C. F. — Os açorianos na empresa do Brasil.
— *Ocidente*. Revista Portuguesa Mensal. Lisboa. 1960. Vol. LIX, Novembro, n.º 271, págs. 259-270.

Os portugueses do norte e sul contribuíram muito para o engrandecimento do Brasil, mas mais do que outros foram os açorianos, homens de lavoura, que logo nos primeiros dias da empresa portuguesa do Brasil, e especialmente no séc. XVIII, ali se encontram colaborando na sua colonização, no seu desenvolvimento.

R. C.

REPERTÓRIO DE REVISTAS ANTIGAS

CARVALHO, Manuel de — Apontamentos sobre colonização e colónias.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872) pp. 9-15, 75-79, 185-188, 211-214, 237-239, 261-268.

GAMA, Leopoldo — A aliança dos dois mundos.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 29-32.

GARCIA, Abranches — Apontamentos históricos sobre o estabelecimento da magistratura judicial e administração da justiça em Goa.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872) pp. 43-47, 61-65, 85-89, 115-119, 137-141, 172-181, 196-201, 221-225, 248-255, 275-282, 304-310. 3.ª Série, 3.º Ano (1874), pp. 16-20, 39-43, 64-71, 86-93, 114-120, 138-142, 162-164.

GONÇALVES, Júlio — Afonso de Albuquerque e o canal de Suez.
Pub. in *Insituto Vasco da Gama*, 2.ª Série, 2.º Ano (1873), pp. 291-299.

GONÇALVES, Júlio — Vasco da Gama e a emancipação da Índia.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 4.ª Série, 4.º Ano (1875), pp. 127-133.

GONÇALVES, Júlio — Os primeiros cristãos na Índia.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 2.ª Série, 2.º Ano (1873), pp. 23-26, 41-46, 140-145, 217-222.

GONÇALVES, Luís Manuel Júlio Frederico — Memória sobre a data da passagem da expedição de Vasco da Gama pelo Cabo da Boa Esperança.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 15-18.

MIRANDA, J. C. Barreto — O carácter de D. João de Castro.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 25-29.

MIRANDA, J. C. Barreto — Os portugueses e os seus descobrimentos.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 40-43.

Missão dos padres da Congregação do Oratório de Goa à ilha de S. Lourenço ou Madagascar.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 4.ª Série, 4.º Ano (1875), pp. 117-119, 141-144, 162-166, 189-192, 208-212, 224-229, 249-256, 287-288.

PERES, Joaquim G. A. — Estudos sobre a Índia.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 2.ª Série, 2.º Ano (1873), pp. 47-50, 98-100, 145-150, 172-174. 3.ª Série, 3.º Ano (1874), pp. 72-74, 93-96, 254-256.

PINTO, Cristóvão — Os operários da Civilização.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 16-18.

RIVARA, J. H. da Cunha — Memória histórica.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 25-26.

RIVARA, J. H. da Cunha — Memória sobre D. João de Castro.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 19-24.

RIVARA, J. H. da Cunha — Notícia dos reis de Goa da dinastia Kadamba.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 255-258.

RIVARA, J. H. da Cunha — Padrão português em Melinde.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 3.ª Série, 3.º Ano (1874), p. 26.

RIVARA, J. H. da Cunha — Procuradores da cidade de Goa.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 1.ª Série, 1.º Ano (1872), pp. 57-61, 80-84, 109-114, 129-137, 155-161, 215-221. 4.ª Série, 4.º Ano (1875), pp. 231-238, 273-285.

TALBORT, T. W. H. — Autoridades para a história dos portugueses na Índia.
Pub. in *Instituto Vasco da Gama*, 3.ª Série, 3.º Ano (1874), pp. 107-114, 131-138, 157-161, 184-189.

ALMEIDA, Fortunato — La découverte de l'Amérique.
Pub. in *Revista de História*, II (1913), pp. 65-75.

ALMEIDA, Fortunato — Os franciscanos em Portugal nos fins do século XVII.
Pub. in *Revista de História*, X (1921), pp. 80-96.

ALMEIDA, Fortunato — Padroado português no Ultramar.
Pub. in *Revista de História*, IV (1915), pp. 137-143. V (1916), pp. 161-175, 248-263.

ALVES, Francisco Manuel — Lutas no Brasil em 1637 e 1639.
Pub. in *Revista de História*, IV (1915), pp. 77-79.

AZEREDO, Álvaro de — Um soldado português na Índia — 1564-1578.
Pub. in *Revista de História*, IV (1915), pp. 242-258.

AZEVEDO, J. Lúcio de — América Latina e América Inglesa.
Pub. in *Revista de História*, III (1914), pp. 196-201.

AZEVEDO, Pedro de — Documentos para a História do Brasil. Tomé de Sousa e sua família.
Pub. in *Revista de História*, III (1914), pp. 68-81, 137-158. IV (1915), pp. 64-76, 354-361. IX (1920), pp. 99-104.

AZEVEDO, Pedro de — Documentos sobre Fernão de Albuquerque, 41.º governador da Índia.
Pub. in *Revista de História*, V (1916), pp. 50-55.

AZEVEDO, Pedro de — A entrega de Bombaim e o castigo do vice-rei da Índia.
Pub. in *Revista de História*, I (1912), pp. 16-18.

AZEVEDO, Pedro de — A Inquisição em Mazagão em 1607 e 1609.
Pub. in *Revista de História*, V (1916), pp. 182-185, 282-284, 327-337.

AZEVEDO, Pedro de — Notícias da origem de Mazagão e dos seus primeiros governadores.
Pub. in *Revista de História*, VIII (1919), pp. 49-66.

BAIÃO, António — A Inquisição no Brasil. Extractos de alguns livros de denúncias.
Pub. in *Revista de História*, I (1912), pp. 188-196.

BETTENCOURT, J. A. A. de — João Gonçalves Zarco.
Pub. in *Revista de História*, VI (1917), pp. 69-73.

DORNELAS, Afonso — Recolhimento para as filhas dos cavaleiros de Ceuta.
Pub. in *Revista de História*, IV (1915), pp. 378-383.

LOPES, David — O abandono das praças de Africa.
Pub. in *Revista de História*, XII (1923), pp. 119-125.

MEIRELES, Visconde de — A conquista da Índia.
Pub. in *Revista de História*, III (1914), pp. 300-317.

MENDES, César de Sousa — Subsídios para a História dos portugueses no Japão.
Pub. in *Revista de História*, IX (1920), pp. 20-37.

MOREIRA, Eduardo — Os holandeses no Brasil. 1624-1654 (Quadros de História literária evangélica).
Pub. in *Revista de História*, IV (1915), pp. 165-168.

MOREIRA, Eduardo — Os Ugonotes no Brasil. 1557-1567 (Quadros de História literária evangélica).
Pub. in *Revista de História*, IV (1915), pp. 80-82.

RODRIGUES, Francisco — A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões.
Pub. in *Revista de História*, X (1921), pp. 161-201.

RODRIGUES, Francisco — Matemáticos portugueses na China (1583-1805).
Pub. in *Revista de História*, XII (1923), pp. 81-118.

SALES, P.e Ernesto — Vice-reis e governadores da Índia portuguesa desde 1505 a 1910.
Pub. in *Revista de História*, X (1921), pp. 209-216.

VIEGAS, Artur — Duas tentativas da reconquista de Angola, em 1645.
Pub. in *Revista de História*, XII (1923), pp. 1-23.

R. C.

Bibliografia

Monumenta Missionária Africana, Africa Ocidental, (1631-1642), coligida e anotada pelo Padre António Brásio C. S. Sp. Vol. VIII, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, MCMLX. (XL e 624 pp.).

Há já quatro anos que se não publicava nenhum volume desta monumental colectânea de documentos, em grande parte inéditos, sobre a história das regiões que constituíam as antigas dioceses de S. Tomé e do Congo. Estas dioceses estendiam-se do Rio de Santo André, pouco depois do Cabo das Palmas, mais ou menos na actual fronteira entre a Libéria e a Costa do Marfim, até ao Cabo da Boa Esperança, abrangendo assim uma boa metade da Costa Ocidental da Africa.

Por ter pacientemente recolhido e publicado oito voluminosos tomos desta colectânea, o Senhor Padre António Brásio ocupa já um lugar de indiscutível relevo na Historiografia Africana, lugar que lhe deve ser internacionalmente reconhecido sem regateios de espécie alguma. Todos os que, sem preconceitos e com o fito apenas na investigação da verdade, se dedicam à História da Africa, devem sentir-se profundamente reconhecidos a investigador tão benemérito.

Nestes últimos anos tem havido uma intensa investigação sobre a História do Continente Africano, investigação que decerto irá aumentando, mas às vezes ressentimo-nos por ver que nela a participação de Portugal nessa História é posta de parte por alguns escritores estrangeiros, ou é mal compreendida e caluniada. É este mais um motivo para nos regozijarmos com a publicação destas «*Monumenta*» e para desejarmos que os seus volumes continuem a aparecer com o ritmo, com a seriedade e com o esforço de que o Senhor Padre Brásio tem dado provas cabais.

Continuem-se, portanto, a vencer as dificuldades que se encontrarem neste ímprobo trabalho de investigação, e que as entidades a quem toca prestem, na medida máxima das suas possibilidades, a valiosa ajuda sem a qual uma obra como esta não pode ser publicada.

Trata-se de um grande contributo para o conhecimento pormenorizado da História de Portugal em África, conhecimento cuja divulgação é hoje mais necessária do que nunca. Bem se pode dizer que estas *«Monumenta Missionária Africana»* são como que uma obra nacional, embora não esqueçamos serem elas pacientissimamente recolhidas e publicadas por um só Autor.

Precisamente por a considerarmos uma obra quase nacional, atrevemo-nos a fazer-lhe alguns reparos, reparos que se referem a menudências, se os compararmos com o valor indiscutível desta publicação. Queremos indicar esses reparos antes que alguém do estrangeiro os aponte, dando-lhes talvez importância maior da que realmente tem.

Considerando os oito volumes em conjunto, que se começaram a publicar em 1952 e se referem, como acima dissemos, às regiões compreendidas nas antigas dioceses de S. Tomé e do Congo, parece-nos que esta limitação devia estar indicada no frontispício da obra. A designação *«África Ocidental»* não é suficiente. O Senhor Padre Brásio, é certo, diz na introdução do primeiro volume quais são os territórios a que se referem os documentos que vai publicar, mas seria clarividente, entraria até pelos olhos de quem consultar qualquer dos volumes, se essa indicação estivesse estampada no frontispício desta monumental publicação.

Gostaríamos também de ver, ao fim dos documentos que já tenham sido publicados, estudados ou aproveitados por outrem, a indicação dessa publicação, desse estudo ou desse aproveitamento. Bem sabemos que muitos mais são os documentos absolutamente inéditos do que os já publicados ou conhecidos; não ignoramos também que as anteriores publicações são geralmente deficientes e a edição do Senhor Padre Brásio vem subsanar essas deficiências, com apreciável proveito dos estudiosos.

Quem publicou, contudo, por vez primeira alguns desses documentos, ou quem os estudou, deles se aproveitou e primeiro os deu a conhecer, bem merecia ser lembrado. Fazendo-o assim, além de se praticar um acto de justiça, dava-se às *«Monumenta»* um cunho de erudição que lhe não ficava mal. Nem o trabalho de indicar essas publicações ou estudos seria difícil, pois não são muitos os livros ou artigos de revista que para isso se deviam examinar.

Sobre este volume oitavo das *«Monumenta Missionaria Africana»*, que consta da publicação de 178 documentos, além de três mais editados em apêndice, todos referentes aos anos de 1631 a 1642, também nos apraz fazer algumas pequenas observações.

O documento n.º 49 é indicado como se se referisse a Capuchinhos italianos a enviar para as Missões da Guiné. Nele se fala dos Padres Querubim de Caltagirone e Francisco de Tarento, destinados pela Propaganda Fide em 1633 para os Reinos da África, na parte que se chama *«Negritarum regio»*, isto é, região dos Pretos.

Ora esses dois Padres eram Franciscanos Reformados, o próprio documento os diz *«Reformati»*, e *«Riformati»*, como hoje se escreve em

italiano, é a designação dos Religiosos que em Portugal chamávamos Capuchos e que entre nós já não existem, mas na Itália ainda há pouco os havia e numerosos, apesar de Leão XIII os ter fundido com os Franciscanos Observantes. Esses *«Riformati»* não se devem confundir com os Capuchinhos que constituem Ordem própria e independente.

Há ainda mais. Os Reinos da *«região dos Pretos»*, a que estavam destinados os dois *«Riformati»*, não estavam na Guiné, mas na Núbia, região que se não encontrava muito longe da Abissínia. Por isso os dois frades partiram para o Próximo Oriente, daí passaram para a África Oriental e, por Mogadoxo ou Melinde, tentaram seguir para os tais Reinos que não chegaram a alcançar, por terem sido martirizados pelos muçulmanos.

Sobre esses Padres Querubim e Francisco há no Arquivo da Propaganda diversos documentos e não apenas o publicado nas *«Monumenta»*; podem-se ver indicados na *«Bibliotheca Missionum»*, de Dindinger, volume XVI, nos anos de 1633 em diante. Disto se segue que o documento publicado pelo Senhor Padre Brásio não tinha cabidela entre os que se referem às antigas dioceses de S. Tomé e do Congo.

Também o documento n.º 54 se não refere a estas regiões da África, mas às compreendidas na antiga diocese de Cabo Verde, isto é, à colectânea de que o Senhor Padre Brásio já publicou um volume. Aquele documento é uma carta da Propaganda ao Provincial dos Capuchinhos da Normandia, a dizer-lhe que indicasse quais eram as ilhas e terras da África e da América, para onde queria enviar alguns dos seus frades. O Provincial tinha solicitado da Propaganda licença para isso, a carta publicada nas *«Monumenta»* é a resposta a esse pedido que não especificava bem as regiões, mas não há dúvida serem elas a do Cabo Verde e algumas das Antilhas, pois para aí foram enviados Capuchinhos da Normandia.

A essa mesma Missão do Cabo Verde refere-se o documento n.º 79, que é uma carta escrita pela Propaganda ao Cardial Palotto em 27 de Janeiro de 1635, a pedir-lhe informações sobre os lugares indicados pelo Provincial dos Capuchinhos da Normandia e a perguntar-lhes, se deixando ir para esses lugares frades franceses, surgiriam complicações políticas.

Esmiucemos um pouco este caso. Na reunião do anterior 19 de Janeiro a Propaganda examinou a carta em que o Provincial dos Capuchinhos normandos indicava as regiões para onde queria enviar alguns frades; era esta a resposta à carta da Propaganda de que acima falávamos. No livro das actas das sessões da Propaganda lê-se que essas regiões eram a Ilha de S. Cristóvão, junto à África, o Cabo Verde e o Cabo Norte na própria África. Esta localização está grosseiramente errada, pois a Ilha de S. Cristóvão é uma das Antilhas e o Cabo Norte está no actual Brasil, não muito longe da fronteira com a Guiana Francesa. Não sabemos, porém, se este erro provém do Provincial, ou do Cardial que na sessão referiu a carta do frade, ou do escriturário do livro das actas. Certo é que os conhecimentos geográficos eram então muito

pouco divulgados nem a Propaganda, cuja finalidade era tratar da propagação da Fé Católica nas regiões que a não tinham, se podia considerar forte em tais conhecimentos.

Na referida sessão do 19 de Janeiro, não sabendo os Cardiais se os lugares indicados pelo Provincial Capuchinho eram da navegação dos Espanhóis ou dos Franceses, decidiram pedir informações ao Colector de Portugal e ao Cardial Palotto e perguntar-lhes se o facto de irem frades franceses para aqueles lugares poderia causar complicações.

Esta decisão foi registada no livro das actas das reuniões da Propaganda, com a data de 19 de Janeiro de 1635, e no seguinte dia 27 escreveu-se ao Cardial Palotto o que o Senhor Padre Brásio publica, transcrevendo-o do copiador das cartas da Propaganda. Não pode, portanto, haver dúvida de que o documento se refere à região do Cabo Verde.

O Senhor Padre Brásio diz que essa mesma carta para o Cardial Palotto aparece novamente no copiador com a data de 31 de Março de 1637. Nem admira que assim seja, pois nesse dia foram aprovados pela Propaganda quatro Capuchinhos da Normandia para a Missão do Cabo Verde. Vê-se que nem o Colector de Portugal, nem o Cardial Palotto, tinham respondido à Propaganda e, como subsistiam as mesmas dúvidas, escreveu-se-lhes novamente a carta de dois anos atrás.

O Cardial Palotto tinha sido de 1624 a 1626 Colector em Lisboa e, por isso, a Propaganda julgava-o conhecedor das regiões do Ultramar português. Os frades franceses foram, ou melhor, já tinham ido para a costa do Cabo Verde, surgiram pequenas complicações com as autoridades portuguesas e mais teria havido, se os frades por lá se tivessem demorado, mas a malignidade do clima fê-los abandonar aquela região. Um ficou lá enterrado e os outros três adoeceram gravemente.

Note-se que então Portugal estava unido à coroa do Rei da Espanha e assim não é de estranhar que a Propaganda tivesse perguntado se a navegação na costa do Cabo Verde pertencia aos Espanhóis ou aos Franceses. Ainda hoje sofremos as consequências daquela fatídica união de sessenta anos: as pessoas «cultas» do estrangeiro, repare-se que escrevemos cultas com aspas, frequentemente nos confundem com os Espanhóis. Se isto ainda assim é, apesar da divulgação dos conhecimentos históricos e geográficos, com maior razão o era quando Roma tinha apenas um Colector em Lisboa e o nosso Núncio estava em Madrid, junto do Filipe que era reconhecido como Rei de Portugal.

Os Missionários a que se refere o documento n.º 165 deste volume das «*Monumenta*» também são os do Cabo Verde, pois deles se diz que lhes restituam um lugar que tinham na Martinica; ora eram os Capuchinhos Franceses da Normandia que tinham então Missões no Cabo Verde e nas Antilhas.

Sobre esta Missão dos frades normandos publicámos em tempos um estudo, «*A Primeira Missão dos Capuchinhos em Cabo Verde,* Braga, 1954, e estes três documentos editados pelo Senhor Padre Brásio devem-se

ajuntar aos que então demos a conhecer. Não tem lugar, contudo, nesta colectânea de documentos sobre as antigas dioceses de S. Tomé e do Congo. O último daqueles três documentos foi citado nas pp. 37 e 38 da nossa referida publicação e já então dissemos que erradamente o tinham atribuído aos Capuchinhos da Província da Bretanha, que trabalharam na Costa da Mina, isto é, dentro dos limites da antiga diocese de S. Tomé.

O documento n.º 75 jà tinha sido publicado neste mesmo volume das «*Monumenta*», como apêndice ao documento n.º 70; aqui diz-se que se trata duma resposta da Cúria Geral dos Capuchinhos, afirmação que se não faz ao transcrever o documento n.º 75, mas trata-se de um mesmo documento que, por engano, se publica duas vezes.

Não vemos claramente a razão por que se inclui nesta colectânea o documento n.º 101. Nele fala-se exclusivamente das dificuldades postas pelos Superiores dos Capuchinhos de Castela aos seus frades que quisessem ir para as missões entre infiéis, e não parece haver a mínima alusão à África Ocidental ou ao Conselho de Portugal em Madrid. Em outros documentos dos Capuchinhos castelhanos há essa alusão, mas neste, francamente, não enxergamos onde ela esteja; por isso bem nos parece que a sua publicação nesta colectânea é descabida.

O destinatário da carta publicada como nota ou apêndice ao documento n.º 123 é o Padre Justino de Nantes e não José de Nantes, como se pode ver nos documentos n.º 107 e n.º 121 desta mesma colectânea. Pode ser que essa gralha provenha do copiador das cartas da Propaganda, o que se devia indicar e, no índice onomástico ao fim do volume não pôr dois Capuchinhos, José de Nantes e Justino de Nantes, como se fossem pessoas diferentes.

O documento n.º 130 não pode ter a mesma data do documento n.º 131, isto é, 24 de Novembro de 1640. Naquele documento o Padre José de Milão é proposto à Propaganda como o primeiro duma lista de missionários para o Congo. Ora esse frade, que para isso se tinha oferecido em 2 de Maio de 1640 (vejam-se os documentos n.º 125A e n.º 125B), foi aprovado pela Propaganda no seguinte 25 de Maio (veja-se o documento n.º 126) e a 21 de Fevereiro de 1641 ainda conservava essa nomeação, pois então o Superior pediu que lha tirassem (veja-se o documento n.º 145), decerto por ter adoecido gravemente, como diz o documento n.º 137.

O documento n.º 130, portanto, ou é anterior a 2 de Maio de 1640, e assim seria o primeiro que se conhece sobre esta expedição de Capuchinhos para o Congo, ou é posterior a 21 de Fevereiro de 1641, o que é mais provável, pois assim indicam-se à Propaganda, para uma segunda expedição, missionários que seriam chefiados pelo Padre José de Milão.

As duas notas em roda-pé, postas no documento n.º 135, não nos parecem justificadas. Tristemente é verdade que boa parte do clero de S. Tomé, constituída por pretos e mulatos, não dava muito bom exemplo e os que de ano a ano, ou de anos a anos, iam ao Oere, na actual Nigéria, e poucas semanas depois de lá voltavam no barco negreiro que os levara,

faziam essa viagem muito mais com o fito no negócio do que movidos pela espiritualidade das funções sacerdotais. Bem nos parece que a experiência portuguesa de clero indígena na África Ocidental, do século XVI até princípios do século passado, foi um fracasso, o que é prenúncio do resultado da actual experiência, se se não tomarem ou não se puderem tomar as devidas precauções.

Julgamos, portanto, que se não devem taxar de *«apreciação tìpicamente francesa»* os dizeres do Capuchinho Fr. Colombino de Nantes, referentes ao mau exemplo do clero português que ia até reinos que existiam então na actual Nigéria. Decerto o frade referiu apenas o que ouvira dizer e hoje não temos elementos para o refutar, antes pelo contrário, há indícios que nos levam a aceitar o que afirmou.

Diz também Fr. Colombino que os habitantes do Benim e do Oere já conheciam os Capuchinhos, os amavam e desejavam; o Senhor Padre Brásio em nota afirma que estes dizeres do frade bretão continuam a ser ditados sem preocupações de veracidade. Também isto nos não parece justificado. Fr. Colombino, na primeira viagem que fizera à costa da Guiné em 1633-1634, parece ter visitado o Benim, pois dele fala com bastantes particularidades; em 1640, estando dois meses em S. Tomé, aí decerto se relacionou com pretos do Oere, os que acompanhavam o barco que de ano a ano ia negociar à terra deles, e com eles muito provàvelmente falou sobre o êxito duma missão de frades franceses naquela região da costa da Guiné. O frade, portanto, pôde muito bem escrever que os habitantes do Oere e reinos vizinhos já conheciam os Capuchinhos, os amavam e desejavam, e ajuntar que já sabia noções da língua daqueles pretos e tinha de pessoas amigas a promessa de o ajudarem a ir para aquela terra. Nada disto parece inverosímil, ainda que a sua realização seria muito mais difícil do que Fr. Colombino pensava.

No documento n.º 136, na sétima linha da p. 469, a leitura é ou deve ser: *«frat'Antonio da figliolino suo Padre con tutta la casa lo menò ad habitare à Cremona»*. Isto faz sentido e com facilidade se tira do que foi publicado. *«Figliolino»* em italiano quer dizer criança e não existiu, portanto, um Fr. António da Figliolino, como se indica no índice onomástico ao fim deste volume. O frade chamava-se Frei António da Lugagnano, como se vê em outros documentos desta colectânea; era um leigo, e não sacerdote como, erradamente, se indica no índice final de nomes próprios.

As notas 1 e 3 do documento n.º 141 também nos não parecem justificadas, ainda que os dizeres desse documento, escrito pelo Padre Gil de Loches, não sejam todos exactos. Afirma ele que dois Capuchinhos bretões foram expulsos da Guiné pelos Portugueses e o Senhor Padre Brásio, fundamentando-se na carta do Padre Colombino de Nantes, escrita da França em 26 de Dezembro de 1640, diz que isso é mentira. Verdade é que Fr. Colombino não afirma ter sido expulso; contudo, é muito provável que se tenha dado uma *«suave»* expulsão. O frade esteve no forte português de Axém e aí se encontrava contente com o proveitoso trabalho

de evangelização que fazia entre os indígenas; contudo, depois de catorze meses, *«por muitas e graves considerações»* di-lo ele próprio, teve de se retirar e ir para S. Tomé, donde, após dois meses, embarcou para Lisboa. Entre essas *«muitas e graves considerações»* não estaria a proveniente duma ordem ou insistente pedido, a que se não podia resistir, ordem e pedido que lhe fizeram as autoridades portuguesas para que se retirasse? Bem nos parece que sim. O Capitão de Axém, era-o Pascoal de Almeida, e o Governador de S. Tomé, talvez Lourenço Pires de Távora, decerto disseram a Fr. Colombino que eram ordens do governo de Madrid que tinham de cumprir e, talvez, lhe dessem a entender que, libertando-se Portugal do jugo da Espanha, as circunstâncias seriam outras.

A 12 de Dezembro de 1640 o Conselho de Estado de Madrid analisou uma carta da Princesa Margarida de Parma, Regente de Portugal, sobre dois Capuchinhos franceses que estavam retidos em Lisboa; foi parecer do Conselho que esse assunto pertencia ao Conselho de Guerra, o qual devia ser encarregado de fazer sobre isso uma consulta. Filipe IV aprovou, mas muito duvidamos que se tenha feito a consulta no Conselho de Guerra, pois Portugal separara-se da Espanha naqueles dias e já não valia a pena perder tempo com o caso. A consulta do Conselho de Estado espanhol encontra-se em Simancas, no maço 2664 da Secretaria de Estado, e não nos foi dado topar com outro documento referente a este caso.

Não nos parece poder-se duvidar que aqueles dois Capuchinhos franceses eram Fr. Colombino e o seu companheiro sacerdote; estavam retidos em Lisboa, o Padre Gil de Loches diz mesmo que aí estiveram presos durante oito meses, o seu caso ia ser examinado pelo Conselho de Guerra em Madrid e tudo isto são indicações de que os tinham remetido ou despachado de S. Tomé e de Axém, ou em palavras um pouco mais realísticas, os tinham expulso, aproveitando o primeiro transporte que se fez esperar bastante tempo.

Parece-nos também que o facto de Fr. Colombino não ter dito isso à Propaganda não invalida o que atrás fica escrito. Ao frade não lhe convinha dizê-lo, por ser provável que a Propaganda, sabendo-o, o não deixasse voltar para a Guiné com novos companheiros, como ele pretendia; ajuntava-se a circunstância de Portugal se ter separado da Espanha e manter íntimas relações com a França, o que fazia esperar que a missão na Guiné já não seria impedida.

Isso precisamente o diz o Padre Gil de Loches na carta que o Senhor Padre Brásio publica como o documento n.º 141 das suas *«Monumenta»*. *«Espero que agora se poderão aquietar os ânimos dos Portugueses para com os estrangeiros, pois guerreiam contra o seu Príncipe, o Rei da Espanha»*. Com esta frase Fr. Gil não finge ignorar que Portugal se tornara independente da Espanha, mas precisamente porque isso acontecera, o frade a escreveu.

O documento n.º 162 deve estar datado de 3 de Fevereiro de 1641, pois foi enviado para Roma como anexo da carta que o Provincial dos

Capuchinhos bretões escreveu naquela data. O seu lugar, portanto, é logo a seguir ao documento n.º 142.

Na nota 4 ao documento n.º 152 o Senhor Padre Brásio parece escrever que o Capuchinho João Baptista Mastrilli de Nápoles editou em Lisboa no ano de 1639 a biografia do seu irmão Jesuíta com o título: «*Gloriosa Muerte del Padre Marcello Francesco Martrilli*». Isso não é verdade. Ainda que o Capuchinho Mastrilli tenha escrito a biografia do seu irmão Jesuíta, esta nunca se publicou em Portugal. O livro acima indicado é decerto a «*Historia de la Celestial Vocacion, Missiones Apostolicas, y gloriosa Muerte del Padre* MARCELO FRAN^co^ MASTRILI... *Por el P.e Ignacio Stafford...*» editada em Lisboa pelo impressor António Alvarez em 1639.

O documento n.º 161, que é uma carta de Fr. Boaventura de Taggia escrita do Brasil à Propaganda, não pode ser de 1641; é de 1645, ano em que aquele frade seguiu de Lisboa para a Baía a caminho de Angola. O próximo volume das «*Monumenta*», que oxalá se não faça esperar muito, incluirá vários documentos sobre Fr. Boaventura de Taggia, os quais elucidarão a atitude do governo português para com os Missionários estrangeiros.

Como sequência desta afirmação, bem nos parece que a primeira nota do documento n.º 166 seria exacta, se em vez da palavra: «*apenas*», nela se lesse o termo: «*principalmente*». No documento o Vice-Colector Battaglini diz em princípios de 1642 que quatro Capuchinhos italianos não puderam seguir para Angola, com o pretexto de as leis do Reino não permitirem aos Religiosos estrangeiros a passagem para as Conquistas de Portugal. O Senhor Padre Brásio, em nota, diz que isto não é exacto, pois o governo português opunha-se apenas ao ingresso de Missionários espanhóis ou súbditos da Espanha, por motivos de segurança nacional, então mais que justificados pela guerra que mantínhamos com a nação vizinha.

Verdade é que com aqueles quatro Capuchinhos, todos súbditos da Espanha, esta circunstância muito contribuiu para lhes recusarem a licença pedida; a conquista de Luanda pelos Holandeses veio impossibilitar de todo a pretensão dos frades, que logo depois de o saberem se retiraram para Itália.

Contudo, não se pode negar que de maneira geral o governo de Lisboa não via com bons olhos a passagem de Missionários estrangeiros para o seu Ultramar. Houve muitas excepções, é certo, excepções que quase constituíam uma lei que os deixava passar, mas isso não obstava à desconfiança ou ao receio que geralmente se tinha dos Missionários estrangeiros. Com maior razão isso se dava nos primeiros anos da Restauração, quando ainda se sentiam os efeitos da direcção e do exemplo do governo de Madrid, muito mais rigoroso do que nós na admissão de Missionários estrangeiros.

Assim, em 1644 e 1645, os Capuchinhos genoveses chefiados por

Fr. Boaventura de Taggia, apesar de não serem súbditos da Espanha, encontraram em Lisboa dificuldades, que não provinham apenas do facto de os Holandeses estarem em Angola. Nada nos afiança, portanto, de que a afirmação do Vice-Colector Battaglini em 1642 não seja exacta.

No documento n.º 168 escapou a gralha de «*Montis Felaxi*» em vez de «*Montis Relaxi*», isto é, Morlaix na Bretanha.

Finalmente o documento n.º 178, que não está datado, ficaria melhor se o colocássemos logo depois do documento n.º 166, dando-lhe a data de 12 de Março de 1642, dia em que a Propaganda aprovou o que o Capuchinho navarro Fr. Francisco de Pamplona pedia naquele documento. Assim ficaria claro que entre este Capuchinho espanhol e os italianos, que em 5 de Fevereiro de 1642 ainda estavam em Lisboa, não pôde haver comunicação directa sobre o projecto de seguirem para o Congo pela Espanha. Recentemente tem-se defendido esta teoria, que poucas aparências tem de probabilidade. Para a rejeitar note-se que as comunicações entre Portugal e Navarra eram então pràticamente impossíveis, e ainda que por meio de espiões se tivessem dado, tinham de ser muito demoradas, como demoradas eram as que se fizessem de Navarra para Roma.

Com isto damos por terminados os reparos a este monumental trabalho do Senhor Padre António Brásio. Tais reparos, voltamo-lo a repetir, referem-se a pequeninas particularidades e em nada diminuem o valor inestimável desta obra, verdadeiramente indispensável aos que se dedicam à História da África Ocidental para o Sul do Cabo das Palmas, nos anos abrangidos por cada um dos volumes.

O Senhor Padre Brásio, na introdução deste volume oitavo, diz não conhecer que se tenha publicado um acervo de documentos tão notável como este, em número e qualidade, sobre o período inicial das Missões dos Capuchinhos durante os anos abrangidos por este volume. Isso é absolutamente exacto e quem se dedique à História das Missões daqueles frades deve sentir-se profundamente reconhecido ao benemérito pesquisador e editor de tantos documentos. E não só sobre os Capuchinhos, mas sobre outra qualquer actividade, missionária ou relacionada com as Missões, estas «*Monumenta*» são uma notabilíssima colectânea de documentos, que prestigia quem com tanto trabalho os vai publicando e é claro indício da cultura histórica portuguesa.

FRANCISCO LEITE DE FARIA

AXELSON, Eric — *Portuguese in South-East Africa 1600-1700*. Johannesburg, Witwatersrand University Press, 1960. Vol. de 226 páginas.

O Dr. Eric Axelson é investigador (Research Officer) do Ernest Oppenheimer Institute of Portuguese Studies, fundado pelo falecido Sir Ernest Oppenheimer na universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo. Tem-se dedicado o Dr. Axelson a estudos vários sobre a história da

presença portuguesa no Sudeste africano. Os seus trabalhos, por exemplo, sobre os padrões acreditam-no como verdadeiro especialista na matéria. Ajudado por sua esposa, tem estudado *in loco* os problemas que se lhe levantam no sossego do seu gabinete.

Basta isto para recomendar atenta leitura do volume agora apresentado. Compõem-no 13 capítulos, assim divididos: 1. A África do Sul nos princípios do século XVII; 2. Os cercos de Moçambique; 3. Estêvão de Ataíde; 4. Diogo Simões Madeira; 5. Nuno Alvares Pereira; 6. A revolta de Mombaça; 7. O plano de colonização de 1635; 8. O Sudeste Africano em 1637-1651; 9. O Sudeste Africano em 1652-1671; 10. O plano de colonização de 1677; 11. A queda de Mombaça; 12. O Sudeste Africano em 1681-1700; 13. O Sudeste Africano ao terminar o século XVII. Em apêndice indicam-se os naufrágios registados nesta Costa durante o mesmo período: 1) *Santo Espírito*, em 1608; 2) *S. João Baptista*, em 1622; 3) *S. Gonçalo*, em 1630; 4) *Nossa Senhora de Belém*, em 1635; 5-6) *Sacramento* e *Nossa Senhora da Atalaia*, em 1647; 7) *Nossa Senhora dos Milagres*, em 1686.

O texto é enriquecido por alguns mapas e gravuras, assim como por um glossário, inteiramente necessário em livros desta natureza. As fontes utilizadas pelo Dr. Axelson são quase todas de primeira mão, sobretudo oriundas do Arquivo Histórico do Estado da Índia, do Arquivo Histórico Utramarino e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A bibliografia utilizada é a melhor que se pode consultar.

O século XVII representa, na história do Sudeste Asiático, um passo decisivo no seu desenvolvimento e evolução. Durante todo o século XVI representou apenas, em geral, um ponto de passagem obrigatória para a Índia. Eram excepções: a ilha de Moçambique, os estabelecimentos nos Rios de Cuama e, em menor escala, Melinde, Quiloa e Mombaça. Foi no século XVII, agora em estudo, que os portugueses devotaram mais cuidado à África Oriental. O grande acontecimento do século XVI fora o martírio de D. Gonçalo da Silveira.

Com o século XVII entraram no Índico os holandeses e, mais tarde, os ingleses. Ora isto poderia ser fatal às comunicações com a Índia. Em 1604 apareceu a primeira esquadra holandesa a sondar as defesas da fortaleza de Moçambique. Comandava-a o almirante Steven van der Hagen. Se ele soubesse que havia apenas 60 defensores, não hesitaria em lançar algumas centenas dos seus homens contra a fortaleza. Ignorando-o, contentou-se com alguns actos de guerra e continuou viagem para Goa. Este primeiro cerco foi devidamente considerado em Lisboa como um sinal que se devia tomar como aviso. Em 1607, novo cerco, mais apertado, provou que a fortaleza podia aguentar o embate. O almirante Paulus van Caerden retirou-se, após ter devastado a ilha, mas a fortaleza não se rendeu. No ano seguinte, em 1608, outra esquadra holandesa veio renovar os horrores passados. O capitão, D. Estêvão de Ataíde, cobriu-se novamente de glória.

Daí em diante, os holandeses adaptaram-se à presença dos portugueses em Moçambique. Estes cercos foram as primeiras lutas travadas nas terras da África Oriental entre europeus.

O interior, famoso pelas suas minas de metais preciosos, foi objecto de persistente acção por parte dos portugueses, notabilizando-se principalmente Diogo Simões Madeira e Nuno Alvares Pereira. Após acontecimentos diversos, os portugueses conseguiram impor ao império do Monomotapa um monarca da sua feição, em 1629. O A. estuda, em pormenor, as acções dos principais protagonistas. Nestas regiões, tão afastadas de Lisboa e de Goa, os instintos dominavam muitas vezes a razão, e não faltam documentos a chamar a atenção das autoridades para os muitos abusos que lá se cometiam.

Em 1635, estudou-se em Lisboa um plano de colonização dos Rios de Cuama. Abandonou-se, a fim de se socorrer a Índia.

Mombaça formava, na cadeia das possessões portuguesas da costa oriental da África, um elo importante. Já durante o século XVI, tiveram os portugueses de combater várias revoltas dos seus sultões. No século XVII há a notar a famosa revolta do sultão D. Jerónimo Chingulia, em 1631. Apesar-de educado em Goa, de casado com uma portuguesa, e de gozar, a princípio, de plena simpatia dos portugueses, parece ter dado ouvidos ao que os seus subditos dele diziam e, acreditando que o capitão de Mombaça Pero Leitão de Gamboa pensava em mandá-lo para Goa, a fim de o entregar à Inquisição, revoltou-se abertamente. Só em 1634, após a fuga de Chingulia, puderam os portugueses regressar a Mombaça. Ao terminar este século, quando tudo parecia combinar-se para combater o império português, Mombaça sofreu em 1696 apertado cerco que se prolongaria por muitos e longos meses. Em 1701 seria conquistada pelos árabes. O Dr. Axelson aponta muitos e importantes pormenores deste famoso cerco.

Os restantes capítulos focam os vários acontecimentos ao longo desta costa oriental africana, cada vez mais frequentada por holandeses e ingleses. Os portugueses, ocupados com a decadência na Índia, tinham de se submeter à decadência na África. Ora, quando se cai, não há tempo de reparar nas atitudes que se tomam. E é na decadência que mais se acentuam, por vezes, os defeitos, muito embora, aqui e acolá, as qualidades brilhem com fulgor.

O interior da África, mal seguro para a influência portuguesa, o Monomotapa, por um lado, Changamira por outro, tornaram periclitante a vida dos portugueses que percorriam o interior, de feira em feira. Os Rios de Cuama, ao terminar o século XVII, tinham perdido já, para Portugal, a prístina importância, de que antes gozavam. O porto de Quelimane, meio assoreado, era a sua principal entrada. O centro principal da presença de Portugal nesta costa era a ilha de Moçambique, cuja fortaleza, apesar-de mal defendida, impunha certo respeito aos «inimigos da Europa». Lá para o interior, Sena e Tete representavam, até certo ponto,

a influência portuguesa. O Monomotapa era governado por régulos, mais ou menos afectos a Portugal, mas isto não bastava, pois podiam revoltar-se em qualquer altura. A acção missionária, nestas circunstâncias, pouco podia realizar. Agostinhos, Jesuítas e Dominicanos encontravam tremendas dificuldades no seu apostolado. Sem meios próprios de subsistência, tinham de recorrer ao comércio, como os outros portugueses, e isto não podia deixar de os afectar.

A concluir o seu interessante trabalho, observa o Dr. Axelson:

> «South-east Africa was still the brightest jewel in Portugal's Indian crown; but once tarnished it was to be long before its lustre was restored». (p. 195).

Escrito em estilo sóbrio e elegante, este livro fica sendo uma magnífica contribuição para a história dos Portugueses na Costa Oriental da Africa. Sente-se, aqui e acolá, que o A. teve talvez a preocupação de abreviar a narrativa e, por isso, pode parecer, à primeira vista, algo incompleto. Mas, nem por isso a síntese deixa de ser clara.

Anuncia o Dr. Axelson a possível publicação de mais volumes, tais como *Portugal and the Scramble for Africa* e *Portuguese in South-east Africa, 1488-1600.* O livro, agora apresentado, faz-nos desejar que isto venha a acontecer. Oxalá o *Ernest Oppenheimer Institute of Portuguese Studies,* da Universidade de Witwatersrand, de Joanesburgo, continue a série, agora tão auspiciosamente inaugurada.

S. R.

Generale Missiven van Gouwerneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie. I vol. 1610-1638. Anotadas e editadas pelo Dr. W. Ph. COOLHAAS. Haia, Martinus Nijhoff, 1960.

É com justificado alvoroço que saudamos o aparecimento deste magnífico volume de Cartas Missivas dos Governadores gerais e Conselhos aos 17 Administradores da Companhia das Índias Orientais. Trata-se dum precioso volume de 782 páginas, enriquecido por vários índices: Onomástiso, Geográfico, de Nomes de Navios e Ideográfico. O Dr. Coolhaas escreveu uma notável introdução, fazendo salientar o facto de que, logo no início da expansão holandesa, se pensou na necessidade de registar os factos mais importantes, impondo-se aos governadores-gerais tal obrigação, tendo em vista sobretudo os factos referentes ao comércio, à guerra e a implantação da religião cristã. A bibliografia, criteriosamente escocolhida, indica não só colecções documentais já existentes, mas as principais obras cujo registo é absolutamente necessário.

Nunca é demais salientar a importância destas publicações documentais. Temos, portanto, desde já, a documentação holandesa, da Companhia

das Índias Orientais, referente ao período de 1610 a 1638. Trata-se do período heróico, de expansão e de comércio. Eis a lista dos governadores estudados neste volume: 1. *Pieter Both,* de 19 de Dezembro de 1610 a 6 de Novembro de 1614 — 22 cartas; 2. *Gerard Reynst,* de 6 de Novembro de 1614 a 7 de Dezembro de 1615 — 3 cartas; 3. *Dr. Laurens Reael,* de 16 de Junho de 1616 a 21 de Março de 1619 — 11 cartas; 4. *Jan Pietersz. Coen,* de 21 de Março de 1619 a 1 de Fevereiro de 1623 — 19 cartas; *Pieter de Carpentier,* de 1 de Fevereiro de 1623 a 30 de Setembro de 1627 — 15 cartas; 6. *Jan Pietersz. Coen,* de 30 de Setembro de 1627 a 21 de Setembro de 1629 — 8 cartas; 7. *Jacques Specx,* de 24 de Setembro de 1629 a 7 de Setembro de 1632 — 4 cartas; 8. *Henrick Brouwer,* de 7 de Setembro de 1632 a 1 de Janeiro de 1636 — 13 cartas; 9. *Antonio van Diemen,* de 1 de Janeiro de 1636 a 19 de Abril de 1645 — 6 cartas. Como se disse, o volume alcança o ano de 1638.

Ao todo são 131 interessantíssimas cartas. E para o trabalho se tornar mais atractivo e útil, enriqueceu-as o Dr. Coolhaas com oportunas notas que muito ajudam a compreensão do texto.

Temos, portanto, uma óptima aquisição documental que fará muito boa companhia à conhecida colecção *The English Factories in India,* iniciada em 1906 por William Foster e continuada depois por Sir Chares Fawcett. E assim, mercê também das colecções documentais, já publicadas em Portugal e que o *Centro de Estudos Históricos Ultramarinos* acaba de enriquecer, poderão os historiadores consultar, com calma, nos seus próprios países, a documentação basilar necessária à elaboração dos seus estudos.

É necessário ter-se em mente o especial condicionalismo holandês durante esta época, de 1610 a 1638. Vive-se em regime dualista, isto é, a Holanda pròpriamente dita, reconhecida como independente, e os Países Baixos do Sul, submetidos ainda à Casa de Austria. A Holanda, isto é, os Países Baixos do Norte, atingiu o cume do seu prestígio exactamente durante a sua luta pela independência. Era o país talvez mais rico da Europa. As suas duas Companhias das Índias, Orientais e Ocidentais, auferiam lucros fabulosos. Calcula-se que em 1634, possuiria a Holanda cerca de 35.000 navios. O seu exército, composto quase todo por mercenários oriundos de vários países, impunha-se em toda a parte. Os seus marinheiros, superiormente chefiados por oficiais escolhidos, mantinham abertas as comunicações marítimas. O tratado de Utreque, de 1713, marcaria o ponto culminante do prestígio holandês. A partir daí, outras potências ir-se-iam impondo, por sua vez.

Cornelio Hautman planeara a criação, em 1595, da Companhia das Índias Orientais, dando-se assim início à expansão holandesa. Em 1610, termo *a quo* das *Generale Missiven* agora publicadas, fundou-se *Batávia,* na ilha de Java. Dez anos depois, fixam-se os holandeses nas Molucas. Ao mesmo tempo, em 1621, reacende-se a guerra com a Espanha, e até

ao termo *ad quem* (1638) a sorte favorece quase sempre as armas holandesas.

É, portanto, um período extremamente importante para a história da Holanda.

O Dr. Coolhaas não publica todas as cartas *in extenso,* mas indicando sempre os assuntos, de que se trata. Há até certas cartas, cujo título se apresenta, mas cuja publicação se omite, por não interessarem directamente. Estão neste caso, por exemplo, as três primeiras cartas de Pieter Both. A primeira carta, de que se dão importantes extractos, é a deste mesmo Pieter Both, datada de 18 de Julho de 1611, e escrita no castelo ou fortaleza de Nassau, na ilha de Banda, em que dá interessantes pormenores a respeito da construção do mesmo castelo.

O volume está cheio de referências a Portugal, como não podia deixar de ser: nomes de capitães portugueses, batalhas com navios portugueses, comércio português, notícias de praças portuguesas, movimento de esquadras portuguesas, tentativas portuguesas para impedir o bom entendimento entre potentados indígenas e os holandeses, etc., etc. É por isso que desejamos sinceramente que este volume se divulgue entre nós. E, se nos é lícito exprimir um desejo, é que seja traduzido pelo menos para inglês ou para francês, tornando assim mais acessíveis aos historiadores as importantíssimas contribuições históricas nele contidas.

Resta-nos cumprimentar, muito efusivamente, o Dr. W. Ph. Coolhaas e dizer-lhe com quanto alvoroço esperamos o aparecimento do segundo volume desta importantíssima obra.

S. R.

Dr. Jaime Cortesão

(29 de Abril de 1884 — 14 de Agosto de 1960)

(NOTAS BIO-BIBLIOGRÁFICAS)

Por *JOEL SERRÃO*

Descendente directo do médico e filólogo Dr. António Augusto Cortesão, Jaime Cortesão nasceu em Ançã, nas circunvizinhanças de Coimbra, a 29 de Abril de 1884. Após o curso dos Liceus, aquele que viria a ser o maior historiador português do nosso tempo, matricula-se na Universidade de Coimbra, onde, sucessivamente, se dedicará ao estudo do Grego (um ano), do Direito (dois anos), até decidir-se, definitivamente, pela Medicina que cursará em Coimbra, e Porto, e virá a concluir em Lisboa, com a apresentação da sua tese de licenciatura *A arte e a medicina* (1910). Inicia então uma breve carreira de médico, em S. João do Campo, junto do pai.

Após a implantação da República, Jaime Cortesão candidata-se a deputado por Coimbra, no que fracassa, e em 1912, tendo decidido abandonar a profissão médica, instala-se no Porto, onde exerce o magistério liceal de História e Literatura portuguesa, dedicando-se, simultâneamente, a intensa actuação cultural. É o sócio n.º 1 da *Renascença Portuguesa,* movimento da maior importância na 2.ª década deste nosso século, e um dos professores da Universidade Popular do Porto, então criada, no calor do entusiasmo e no vento de generosidade dos primórdios da República.

Dir-se-ia que o início da idade viril se apresentou em Jaime Cortesão sob o signo da hesitação. Que caminho seguir? Enleado, por uma banda, pela tradição paterna que teria desejado continuar, e, por outra, pelo condicionalismo da vida portuguesa de então, (e, especialmente, pelo condicionalismo cultural do meio portuense, dominado então pela sombra tutelar de Sampaio Bruno (1857-1915), o jovem escritor e professor, divide-se entre a literatura (especialmente a poesia), a lição de História e de Literatura (em última análise, de inspiração cívica), e a política. Mas não há dúvida de que, muito em breve, e polarizado pelos problemas da actualidade portuguesa de então, o jovem escritor encontrará, na multiplicidade de caminhos afins, que foram os seus, a convergência a que aspirava.

A personalidade e a obra de Jaime Cortesão só se nos tornarão claras na medida em que tivermos consciência de que a sua vida e a sua obra se inscrevem numa preocupação permanente, — a consciência de que o *clero* deve intervir nos destinos da *res publica,* projectando-se pela acção (coerente com os ditames da consciência moral), nos destinos da grei. Republicano de longa data, o deflagrar da 1.ª Guerra Mundial torna-o paladino da nossa intervenção, ao lado da Inglaterra e da França, na peleja da qual, — pensavam alguns —, dependeria o futuro imediato não só da liberdade mas também da gente portuguesa. Dirige então o jornal portuense *O Norte,* fundado para levar a efeito a campanha da intervenção de Portugal na 1.ª grande guerra. Nessa mesma campanha se inclui o drama épico *O Infante de Sagres,* levado à cena em Dezembro de 1916, e que é uma das matrizes da sua vivência histórica dos nossos descobrimentos. Mas antes que o sucesso dos palcos tivesse galardoado os seus esforços, a luta por uma ideia que se lhe afigurava justa havia-o conduzido à Junta Revolucionária do Porto, que tomou parte, vitoriosamente, na luta contra a ditadura de Pimenta de Castro, no movimento de 14 de Maio de 1915. «Portuense adoptivo», como escreveu algures (1), é a

(1) «Prefácio a modo de memória», In *O Infante de Sagres,* 4.ª edição.

DOUTOR JAIME CORTESÃO

capital nortenha que o elege, pela primeira vez, deputado em 13 de Junho de 1915.

Instalado em Lisboa, e «não obstante poder aproveitar-se, caso fosse mobilizado, das imunidades parlamentares que lhe davam a faculdade de opção — servir no Parlamento ou servir no Exército — Jaime Cortesão, coerente com a sua prègação patriótica, antecipa-se e oferece-se também como voluntário (2). Segue, pois, para a frente da batalha, na França, como oficial médico miliciano. Ferido, e gaseado, em Março de 1918, é louvado, e condecorado com a *Cruz de Guerra*. Pouco depois de regressar à Pátria, é preso, durante o governo de Sidónio Pais, mas estava já liberto, aquando da escalada republicana de Monsanto, em que tomou parte.

Com a sua nomeação, em 5 de Abril de 1919, para director da Biblioteca Nacional de Lisboa, inicia-se um período de intensa actividade intelectual, e esboça-se a sua vocação de historiador, que o empolgaria nas últimas décadas da sua vida. Evocando esse período, Jaime Cortesão escreveu, pouco tempo antes de falecer: «não se nos afigura excessivo relembrar que da formação e convívio intelectual de *A Renascença Portuguesa* saiu e perdurou na quase década de 1919 a 1927 o chamado *Grupo da Biblioteca* (Nacional de Lisboa). Já ali trabalhavam, quando fomos, naquele ano, nomeado seu director, Raul Proença, que foi o seu Chefe dos Serviços Técnicos, e vieram depois e sucessivamente chamados por nós dois, Álvaro Pinto durante breve tempo, e António Sérgio e Aquilino Ribeiro, que permaneceram até abandonarmos o lugar. No meu gabinete juntava-se às vezes o escol das individualidades e das letras portuguesas de então: Pascoais, sempre que vinha a Lisboa, Raul Brandão (o mais assíduo), Reinaldo dos Santos, Afonso Lopes Vieira, José de Figueiredo, Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, David Lopes, Luciano Pereira da Silva, Agostinho de Campos, Carlos Malheiro Dias, Mário de Azevedo Gomes, Luís da Câmara Reis, etc., etc. Também por ali passaram polí-

(2) Ricardo Saraiva, *Jaime Cortesão — Subsídios para a sua biografia*, p. 24.

ticos de tendências as mais diversas, bastando relembrar os nomes de Álvaro de Castro, do então general Gomes da Costa, de Machado Santos e, por mais estranho que possa parecer, Aires de Ornelas» (3).

De alguns dos componentes do *Grupo da Biblioteca* nasceu a iniciativa do movimento ideológico da *Seara Nova*, cuja revista principiou a publicar-se em 15 de Outubro de 1921, e da qual Jaime Cortesão foi um dos directores.

Aquando da viagem ao Brasil (Agosto de 1922), do Dr. António José de Almeida, fez parte da missão intelectual que acompanhou o Presidente da República, tendo visitado, então, pela primeira vez, a terra onde, a partir de 1940, e por motivo de circunstâncias a que faremos referência, se instalará durante bastante tempo. Data desse mesmo ano o seu primeiro trabalho pròpriamente histórico, *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil;* e em 1924, na revista *Lusitânia* que, dirigida por D. Carolina Michaelis, se pode também considerar originária do *Grupo da Biblioteca,* publica «Do sigilo nacional sobre os descobrimentos», tema esse a que voltaria, no ano do seu falecimento, com a publicação de *A Política de Sigilo nos Descobrimentos.*

Ora, se a sua vocação de historiador havia despertado, lentamente, acalentada pelo seu interesse pela coisa pública, e pelo seu amor pela tradição lusa (de que são marcos iniciais o ensino da História Pátria, *O Infante de Sagres, A Expedição de Pedro Álvares Cabral...*), os anos de exílio (após o fracassado movimento revolucionário de 3 de Fevereiro de 1927 dirigido contra a ditadura militar estabelecida pelo 28 de Maio de 1926), os longos e intérminos anos de exílio condicionaram a direcção predominante, e a convergência, dos seus interesses fundamentais. Vai entregar-se, quase exclusivamente, à história da sua Pátria. Que haveria de fazer o cidadão exilado, saudoso da Pátria distante, e por amor perdida, senão debruçar-se, com revolta mesclada de nostalgia, condicionada pelo seu presente,

(3) «Prefácio a modo de memória», In *O Infante de Sagres,* 4.ª edição.

nas brumas de um passado não só empolgante em si mesmo, mas também lição de energia e de futuro? Ai dele! Estava condenado pelos fados a não ver o termo do seu exílio, — e a sua vivência da saudade haurida, literàriamente na esperança da *Renascença Portuguesa* (então, confessaria, «a vida era cheia de Sol, optimismo, afirmação e fé») tornar-se-á, pela força das circunstâncias nacionais e internacionais, num sentimento de frustração pessoal, que virá a servir, em última análise, de fermento vivificador da portentosa obra de historiador, a que se dedicará. Por Madrid, Paris, Barcelona, Sul da França, Lisboa, Rio de Janeiro, arrastou como pôde, a sua pesada cruz. Felizmente, no deserto do desterro, havia os oásis dos arquivos, plenos de riquezas de interesse português; mas houve, também, em Espanha, a guerra civil e a derrota dos republicanos, e em França, a derrocada de 1940, seguida pela invasão alemã. Vê-se compelido a voltar a Portugal, mas volvidos quatro meses, («é impossível relatar», conta Ricardo Saraiva, «a emoção, a profunda e amargurada tristeza que ele sentia ao ter de se ausentar novamente da Pátria»), parte para o Brasil (20 de Outubro de 1940), donde, só volvidos doze anos, pôde, em missão do governo brasileiro, regressar, temporàriamente, à Pátria.

Tivemos a feliz oportunidade de o conhecer então, e não esqueceremos jamais a ternura ansiosa com que ele tentava reintegrar-se na terra de seus maiores, e da sua juventude. Do alto da Serra da Arrábida, num dia soalheiro de Julho (a um lado, até perder-se de vista, a marinha da foz do Sado, a fímbria amarela da Troia, e cabo de Sines; e a outra, a mancha opalina de Lisboa), Jaime Cortesão, que contava, na época 69 anos, bebia a paisagem, como se desejasse retê-la para além da morte, que viria... quando?

Tivemos, nesse momento, a certeza de que no poeta de inspiração franciscana nenhum outro amor foi tão profundo e constante como o que dedicou à sua terra e à sua gente.

Terminada a sua missão oficial, regressou, patentemente contrafeito, ao Brasil. Mas uma vez, pelo menos, os fados lhe seriam propícios: pôde morrer, como desejava, na terra dos seus maiores e da sua juventude. Aqui se encontrava, com efeito, a partir de 1957 (Agosto), ganhando o duro pão da

velhice, com a redacção de *Os Descobrimentos Portugueses*, obra essa que não teria a felicidade de ver concluída. Morreu, em plena pujança intelectual, a 14 de Agosto de 1960.

* * *

Cremos que no cerne da personalidade de Jaime Cortesão, os valores (morais, estéticos, políticos), as crenças, as aspirações se fundiram e interpenetraram de tal modo que não é legítimo separar os aspectos em que ela se tornou mais relevante, — a cidadania, a poesia, a história. Cidadão (como vimos já); poeta, cujas características deveríamos analisar [4], se o objectivo imediato destas notas frustes não fosse o de evocar, fundamentalmente, o historiador, — tornar-se-ia tentador vislumbrar como na personalidade do grande escritor, que a Nação acaba de perder, as aspirações do homem do seu próprio tempo se encontraram com o tempo da História. Analisada desse ponto de vista, a vasta obra historiográfica de Jaime Cortesão patentear-nos-ia uma comprovação mais de que o sentido da história só se entremostra a quem seja capaz de viver o seu próprio presente. Tal como Sampaio Bruno, no burgo portuense, nos princípios do nosso século, e, mais tarde, um Marc Bloch ou um Lucien Febvre, claramente viram e proclamaram. Tal como também o proclamou pela sua obra e pela sua vida um historiador que se chamou... Alexandre Herculano.

Se não nos enganamos muito, as obras históricas de Jaime Cortesão mais significativas, e que constituem os motivos por que é legítimo considerá-lo um grande historiador, são as seguintes:

«Os factores democráticos na formação de Portugal», que constitui a introdução à obra *História do Regime Republicano em Portugal*; o conjunto dos seus estudos sobre a História dos Descobrimentos publicados quer na *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, quer na *Historia de América y de los pueblos americanos*, volumes III e XVII; *A Carta de Pero Vaz de Caminha e Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.* Nesse conjunto exemplar, se apreendem os sentidos convergentes da sua mundividência histórica: a história do povo português; a história do momento em que esse povo alterou os destinos do Mundo; a história do Brasil, em que o génio português, tal como Jaime Cortesão o concebia, deu as melhores provas de si mesmo.

(4) Carta de Fernando Pessoa e Prefácio de David Mourão-Ferreira a *Poesias Escolhidas*, Arcádia, 1960.

Muitas das suas hipóteses, e até os seus processos metodológicos, e fundamentos culturais de que partia, têm sido discutidos e, necessàriamente, continuarão a sê-lo. São cambiantes as perspectivas segundo as quais as gerações sucessivas entrevêem os tempos idos. «Toda a história escrita», escreveu ele mesmo [5], «tende a tornar-se uma interpretação actual do passado. Por isso se tem dito que cada geração escreve, à sua maneira, a história. Assim é; e assim deve ser». Na verdade, *assim é;* mas, *se assim deve ser* também, saibamos reconhecer, antes de mais, que embora mortais como o próprio tempo em se inscrevem, os historiadores não têm, pelo facto de historiadores, a mesma *estatura*. Ora, olhando para a nossa historiografia, o vulto de Jaime Cortesão ganha nela singular relevo, — o de um dos nossos grandes. E se esse relevo se apreende no contexto da ciência que cultivou, não deixa ele de divisar-se também na própria história do povo português, de que comparticipou quer como cidadão, quer como escritor de alto quilate.

Se outros motivos não houvesse para justificar esta última asserção, — e há —, bastaria lembrar o seu lugar na história da cultura portuguesa dos últimos 50 anos, e não esquecer que, como artista da prosa, na qual, como escrevemos já, a clareza do dizer se alia a um frémito de asas harmoniosas, a nossa língua teve nele, em nossos tempos, um dos seus mais exímios artífices.

* * *

A bibliografia de Jaime Cortesão é enorme, e está, em boa parte, dispersa por revistas, jornais, publicações colectivas (portuguesas e estrangeiras, especialmente, brasileiras). Seria

(5) *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Advertências.

um alto serviço à cultura portuguesa reuni-la sob a rubrica geral de *Obras Completas de Jaime Cortesão*. Para ficar-se com uma ideia geral, embora incompleta do seu vasto labor, transcrevemos a bibliografia que o próprio Jaime Cortesão organizou, e publicou na 4.ª edição do seu *O Infante de Sagres* (6), ressalvando-se que o «autor, ao organizar esta bibliografia, preocupou-se com a enumeração dos trabalhos que têm algum significado no desenvolvimento do seu pensamento e obra».

Ei-la:

POESIA

1 — *A morte da Águia* (poema heróico), Lisboa, 1910.
2 — *Esta história é para os anjos*, Porto, 1912.
3 — *Sinfonia da Tarde*, Porto, 1912.
4 — *Glória Humilde*, Porto, 1914.
5 — *O Infante de Sagres* (drama em 4 actos), Porto, 1916. (Três edições).
6 — *Egas Moniz* (drama em 4 actos, Porto, 1918). (Duas edições).
7 — *Divina Voluptuosidade*, Lisboa, 1922.
8 — *Missa da Meia-Noite*, publicado sob o pseudónimo de António Fróis, Lisboa, 1940.
9 — *Poesias escolhidas*, com uma carta de Fernando Pessoa e um estudo crítico de David Mourão-Ferreira, Lisboa, 1960.

PROSA

10 — *A Arte e a Medicina* (Antero de Quental e Sousa Martins), Lisboa, 1910.
11 — *Daquém e dalém Morte*, contos, Coimbra, 1913.
12 — *Cancioneiro Popular* (antologia precedida dum estudo crítico), Porto, 1914.
13 — *Cantigas do Povo para as escolas* (selecção e prefácio), Porto, 1914.

(6) Porto, Edições Maranus, 1956.

14 — *Cartilha do Povo — 1.º Encontro — Portugal e a guerra; 2.º Encontro — A Inglaterra e a França o que são em relação a nós* (edição de 100 000 exemplares), Porto, Julho de 1916.
15 — *Memórias da Grande Guerra*, Porto, 1919. (Três edições).
16 — *Soror Mariana — Cartas de amor* (nova restituição e esboço crítico), Rio de Janeiro, 1920.
17 — *Adão e Eva*, peça em 3 actos, Lisboa, 1921.
18 — *Itália Azul*, Rio de Janeiro, 1921.
19 — *A Expedição de Pedro Álvares Cabral*, in «História da Colonização do Brasil», sob a direcção de Carlos Malheiros Dias, 2.º vol., Porto. 1922.
20 — *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, 1922.
21 — *Do Sigilo Nacional sobre os Descobrimentos*, in «Lusitânia», n.º 1, 1924.
22 — *Romance das Ilhas Encantadas*, literatura infantil, com ilustrações de Roque Gameiro, Lisboa, 1925; 2.ª edição, com ilustrações de Manuel Lapa (no prelo).
23 — *Le Traité de Tordesillas et la découverte de l'Amerique* (comunicação lida em Roma ao XXII Congresso Internacional dos Americanistas, como delegado do Governo Português e da Academia das Ciências de Lisboa), Lisboa, 1926, e Roma, 1926.
24 — *Aperçu historique* (introdução histórica ao «Guide du Portugal», Hachette), Paris, 1929.
25 — *L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilisation*, Bruxelles, 1930.
26 — *Os factores democráticos na formação de Portugal*, introdução à «História do Regime Republicano em Portugal», sob a direcção de Luís de Montalvor, Lisboa, 1930.
27 — *O Franciscanismo e a mística dos Descobrimentos*, in «Revista de las Españas», Madrid, Janeiro de 1932, e «Seara Nova», Lisboa, Junho de 1932.
28 — *Viagem de Diogo de Teive e Pêro Vasquez de la Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452* (resumo dalgumas lições feitas na Universidade de Sevilha, em 1932) in «Arquivo Histórico da Marinha», n.º 1, Lisboa, 1933.

29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39 — *A Génese da Expansão Portuguesa,* in «História de Portugal», edição monumental, sob a direcção de Damião Peres, tomo III; *O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até a sua morte,* ibidem; *O Império português no Oriente até 1554,* ibidem, tomo IV; *Colonização do Brasil,* ibidem; *Influência dos descobrimentos portugueses na história da civilização,* ibidem; *O Império português no Oriente,* ibidem, tomo V; *Colonização dos portugueses no Brasil (1557-1640),* ibidem; *A expansão dos portugueses em África (1557-1640),* ibidem; *As colónias do Oriente,* ibidem, tomo VI; *A integração do território do Brasil,* ibidem; *Os domínios portugueses em África,* ibidem, num total de 500 páginas, 1931-1934.

40 — *The Pre-columbian Discovery of America,* conferência realizada em 1936 no Centre International de Synthèse Scientifique, em Paris, in «The Geographical Journal», Londres, Janeiro de 1937.

41 — *A Crónica do Condestável de Portugal,* adaptação, Lisboa, 1937.

42 — *A expansão portuguesa no Brasil,* in «História da Expansão Portuguesa do Mundo», sob a direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, tomo III, Lisboa, 1940.

43 — *Teoria geral dos Descobrimentos portugueses e A geografia e a economia da Restauração,* Lisboa, 1940.

44 — *Cartas à Mocidade,* Lisboa, 1940.

45 — *O carácter lusíada do descobrimento do Brasil* (separata do «Ocidente»), vol. XIV, Lisboa, 1940.

46 — *O que o povo canta em Portugal,* Rio de Janeiro, 1942.

47 — *A Carta de Pero Vaz de Caminha,* Rio de Janeiro, 1943.

48 — *Remorso pela morte de Antero* (conferência realizada na Associação Brasileira de Imprensa), in *Glória de Antero,* Lisboa, 1943.

49 — *Introdução* à obra *Diálogos das Grandezas do Brasil,* de Ambrósio Fernandes Brandão, Rio de Janeiro, 1943.

50 — *Recordações de Minas,* prefácio à 2.ª edição de *A Capitania das Minas Gerais,* Rio de Janeiro, 1943.

51 — *Cabral e as origens do Brasil* (ensaio de topografia histórica dos primeiros passos de Pedro Álvares Cabral no litoral brasileiro), edição do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Rio de Janeiro, 1944.

52 — *Mapa-múndi português, chamado de Cantino (1502),* in «Boletim de Documentação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil», Rio de Janeiro, 1944.

53 — *Camões e o descobrimento do Mundo* (conferência realizada na Academia de Letras Brasileira), Lisboa, 1944.

54 — *Elogio histórico de Bernardino Machado* (conferência realizada na Liga da Defesa Nacional), Rio de Janeiro, 1945.

55 — *A história duma história (história da «História da Colonização Portuguesa no Brasil»),* in Sousa Cruz, «Juízos sobre a sua vida e a sua obra», Rio de Janeiro, 1945.

56 — *Los Portugueses (Los descubrimientos precolombinos de los Portugueses),* in «História de América y de los pueblos americanos», tomo III, Barcelona — Buenos Aires, 1947.

57 — *Prefácio-estudo* à obra de André de Resende, *A santa vida e religiosa conversão de Frei Pedro, porteiro do mosteiro de S. Domingos de Évora,* editado, com introdução e notas, pelo Prof. Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, 1947.

58 — *Introdução à história das bandeiras,* série de 64 artigos de rodapé em «O Estado de S. Paulo», 1947-1949.

59 — *Um problema de emigração no século XVII,* in «Revista de Imigração e Colonização», ano X, n.º 1, Rio de Janeiro, 1948.

60 — *Os Portugueses no descobrimento dos Estados Unidos,* Lisboa, 1949.

61 — *Eça de Queirós e a questão social,* Lisboa, 1949.

62 — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (conferência pronunciada no Itamarati, em Setembro de 1949), Lisboa, 1950.

63 — *O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de documentos,* in «Anais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», vol. III: «IV Congresso de História Nacional», Rio de Janeiro, 1950.

64 — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)* — Parte I (biografia de Alexandre de Gusmão), tomo I (1695-1733); tomo II (1735-1753); Parte II, tomo I: *Obras várias* de Alexandre de Gusmão, tomo II: *Documentos biográficos*; Parte III, tomos I e II: *Antecedentes do Tratado de Madrid*; Parte IV, tomos I e II: *Negociações do Tratado de Madrid*; Parte V: *Execução do Tratado*, edição do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1950.

65 — *Manuscritos da Colecção De Angelis*, tomo I: *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1514-1640)*; tomo II: *Jesuítas e bandeirantes no Tapé*; tomo III: *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*; tomo IV: *Jesuítas e bandeirantes no Paraguai*; tomo V: *A Colónia do Sacramento* (acompanhados de introdução e notas), edição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1951-1960.

66 — *Cartografia antiga e geopolítica de Goiás*, in «Revista de Imigração e Colonização», ano XII, n.º 1, primeiro semestre de 1951, Rio de Janeiro, 1952.

67 — *Ensaios camonianos*, in revista *Anhembi*, São Paulo, vol. X, n.º 29, 1953, e vol. XVIII, n.º 52, 1955.

68 — *O território da Colónia de Sacramento e a formação dos Estados platinos*, separata do n.º 17 da «Revista de História», São Paulo, 1954.

69 — *A fundação de São Paulo — capital geográfica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1955.

70 — *O sentido da cultura em Portugal no século XIV* (separata da «Seara Nova»), Lisboa, 1956.

71 — *Brasil* (história do período colonial do Brasil), in «História de América y de los pueblos americanos», tomo XVII, Barcelona — Buenos Aires, 1956.

72 — *Pauliceae Lusitana Monumenta Histórica*, 3 vols. acompanhados de introduções, edição do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956-1960.

73 — *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, edição do Ministério da Educação do Brasil, Rio de Janeiro, 1958.

74 — *A missão dos padres matemáticos no Brasil*, in *Studia*,

revista semestral do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 1, Janeiro de 1958, Lisboa.

75 — *Os Descobrimentos Portugueses*, I volume, Lisboa, 1960.

76 — *A política de sigilo nos Descobrimentos*, Lisboa, 1960.

77 — *História do Brasil nos velhos mapas*, edição do Ministério das Relações Exteriores do Brasil — Instituto do Rio Branco, 2 tomos (no prelo).

78 — *Terras e homens de Portugal, paisagens, costumes, história e arte*, que ficou incompleto, mas será publicado.

Actividade do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos — 1960

1. *Actividade normal.*

O ano de 1960 decorreu normalmente, quanto à actividade do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Continuou a colaboração prestada a diversas entidades e instituições, tanto nacionais como estrangeiras; continuou a microfilmagem em Londres; continuaram as missões de estudo em Simancas e em Roma. Em suma: continuou a vida, cada vez sempre mais activa. É o melhor elogio que se pode prestar a uma instituição.

2. *Publicações.*

Este ano publicaram-se as seguintes obras:

1. *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise* (1434), por Raymond MAUNY.
2. *A fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça,* por Charles R. BOXER e Carlos de AZEVEDO.
3. *A Expansão Portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530,* por Alexandre Marques LOBATO.
4. *The Great Ship from Amacon,* por Charles R. BOXER.

Iniciou-se também este ano a publicação duma colecção especial, a que se deu o nome de GULBENKIANA, em homenagem ao benemérito Calouste GULBENKIAN, patrono da Fundação do seu nome, e dirigida com raro dinamismo pelo Sr. Dr. Azeredo Perdigão. Apareceram este ano dois volumes:

1. *Gavetas da Torre do Tombo* (Gavetas I-II), publicando-se na íntegra todos os documentos não-metropolitanos.
2. *Documentação Ultramarina Portuguesa,* em que se dão, na inte-

gra, dois códices relativos a Portugal Ultramarino e existentes no Museu Britânico.

Apesar-de terem aparecido ainda há poucos dias, chegam-nos os mais rasgados elogios por esta iniciativa do Centro. Trata-se, efectivamente, duma iniciativa de alto alcance, pelos serviços que presta à historiografia nacional.

Publicaram, como de costume, dois números da revista STVDIA e três do *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa.*

3. *O Centro de Estudos Históricos e a questão de Nagar-Aveli.*

Terminou no Tribunal Internacional de Haia a questão de Nagar-Aveli, como vulgarmente se chamou à pendência levantada por Portugal à União Indiana, por esta lhe negar a passagem de Damão para Dadrá e Nagar-Aveli. Terminou, como se sabe, por o Tribunal dar plena razão ao nosso país, muito embora subordinasse a passagem a prévio acordo com a União Indiana. Esta, porém, até hoje nada fez.

O Centro de Estudos Históricos esteve, até certo ponto, envolvido nesta questão, por ter cedido o seu secretário, Dr. Alexandre Marques Lobato, para orientar a parte histórica, em que os advogados nacionais se tiveram de apoiar. Cedeu também a leitora-poleógrafa, D. Filomena Dulce Ribeiro Gonçalves. Cumpriram ambos, com particular zelo e entusiasmo, a missão que lhes coube.

Somos de opinião que a História não deve servir de arma. Neste caso, porém, colocou-se ao serviço da Verdade. Mas pena é que se queira ler a história do passado com os preconceitos da vida presente. Nem Portugal nem a União Indiana necessitam de recorrer a interpretações malévolas. Basta prescrutar as relações passadas para se concluir que é possível, a ambas as partes, a continuação do diálogo iniciado em 1510, com a conquista de Goa a um príncipe muçulmano. Nessa altura, os hindus de Timoja apoiaram Albuquerque contra o inimigo comum. Não terão a União Indiana e Portugal inimigos comuns?

4. *Comemorações Henriquinas.*

O ano de 1960 foi, eminentemente, o ano henriquino. Refere-se este número ao Congresso Internacional dos Descobrimentos noutra parte. Registamos aqui apenas a sessão solene promovida pelo Centro, no dia 12 de Setembro, a fim de associar a tão justa homenagem. Presidiu S. Ex.ª o Ministro do Ultramar, Almirante Vasco Lopes Alves, dignando-se assistir também S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Prof. Dr. Adriano Moreira. Honraram também o Centro com a sua presença os mais altos funcionários do Ministério do Ultramar.

O fundador do Centro, Almirante Sarmento Rodrigues, ocupou lugar especialmente reservado.

Falaram nesta sessão: o presidente do Centro, Prof. Silva Rego; D. Charles-Martial de Witte, O.S.B., em francês; D. Elaine Sanceau, em inglês; e D. Florentino Perez Embid, em espanhol.

Nesta sessão solene foram solenemente admitidos os novos vogais do Centro, a que abaixo se faz particular referência. A seguir serviu-se um delicado lanche a todos os convidados.

5. *Novos Vogais do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.*

Nesta mesma sessão solene de 12 de Setembro proclamaram-se solenemente os novos Vogais do Centro de Estudos Históricos, nomeados por portaria de 7 de Setembro e publicada no «Diário do Governo», II série, N.º 212, de 10 do mesmo mês. Tomaram posse imediata. Eis os seus nomes:

António Alberto Banha de Andrade
António Marques Esparteiro
Artur César Ferreira Reis
Bernhard Josef Wenzel
Carlos de Azevedo
Domingos Maurício Gomes dos Santos
Ferdinand Braudel
Florentino Pérez-Embid
Francis Rogers
Francisco Fernandes Lopes
Francisco Morales Padrón
Francisco Xavier Gomes Catão
Frederic Mauro
Israel Salvator Révah
Jaime Walter
Jean Aubin
João Afonso Corte-Real
Joel Justino Baptista Serrão
Jorge Rodrigues Faro
José António Gonçalves de Melo
Júlio F. Guillen
J. F. Sánchez Cantón
Klaas Ratelband
K. Matsuda
Leo Magnino
Léon Bourbon
Lewis Hanke
Luciano Ribeiro

Luís Ferrand de Almeida
Luís de Matos
Luís Mendonça de Albuquerque
Manuel Hidalgo Nieto
Manuel Nunes Dias
Manuel dos Santos Estevens
Manuel Teixeira
Marcel Bataillon
Mário Augusto Costa
Mário Hernandez-Sanchez Barba
Mathias Kiemen, O. F. M.
W. G. L. Randles

O Centro de Estudos Históricos Ultramarinos honra-se, prestando homenagem a tão ilustres personagens.

6. *Admissão de novas leitoras-paleógrafas.*

Após quase dois anos de espera, venceu-se o obstáculo da admissão de pessoal técnico especializado para o nosso Centro. À semelhança do que se passa na Junta de Investigações do Ultramar e noutros organismos congéneres, passa o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos a poder *contratar* o seu pessoal especializado, mediante aprovação ministerial e disponibilidade orçamental.

Tomaram posse, em Dezembro p. p. as duas novas leitoras-paleógrafas D. Maria Luísa Esteves e D. Maria Luísa Meireles Pinto. Este reforço muito vem valorizar o trabalho que se está a realizar, em virtude, sobretudo, da colaboração que a Fundação Gulbenkian prestou ao Centro.

7. *Agradecimentos.*

Renovamos gostosamente os agradecimentos: à Junta de Investigações e ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

S. R.

Tip. SILVAS, LDA. — Lisboa

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

PORTUGAL

I — Sede do *Centro* — Calçada da Boa Hora, 30 (Palácio da Ega)
Lisboa — Telefone 63.91.87

II — Sede da *Filmoteca Ultramarina Portuguesa* — P. do Príncipe Real, 20
Lisboa — Telefone 20580

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

1 — *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* (Publicação quadrimestral). Dezasseis números publicados. Preço de cada número — 25$00.

2 — STVDIA (Revista semestral) — Preço de cada número — 60$00.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

1 — *Diogo Cão*. Por Damião Peres. — Agência-Geral do Ultramar — Lisboa, 1957.

2 — *Os Irmãos Corte-Real*. Por Francisco Fernandes Lopes. — Agência-Geral do Ultramar. — Lisboa, 1957.

3 — *João Rodrigues Cabrilho*. — Pelo Visconde de Lagoa. — Agência-Geral do Ultramar, 1957.

4 — *Pêro Escobar* — Por Frazão de Vasconcelos — Agência-Geral do Ultramar, 1957.

5 — *O Homem das 32 Perfeições*, Lendas do folclore indiano colhidas pelo P.e Francisco Garcia S. J. (século XVII). Anotadas por Joseph Wicki, S. J. — Preço 45$00.

6 — *L'Image du Sud-Est Africain dans la Littérature Européenne du XVIe siècle*. Par W. G. L. Randles. Preço 50$00.

7 — *A Expansão Portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530*. Vol. III. Por Alexandre Marques Lobato. Preço 60$00.

8 — *The Great Ship from Amaçon*. By C. R. Boxer. Preço 60$00.

9 — *Les Navigations Médiévales sur les Côtes Sahariennes antérieures à la Découverte Portugaise (1434)*. Par Raymond Mauny — Lisboa, 1960. Preço 40$00.

10 — *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*. Por Charles R. Boxer e Carlos de Azevedo — Lisboa, 1960. Preço 40$00.

11 — *As Gavetas da Torre do Tombo I*. (Gav. I-II) — Lisboa, 1960. Preço 100$00.

12 — *Documentação Ultramarina Portuguesa I* (*Mus. Brit.*-Add. 28.461; Eg. 1646) — Lisboa, 1960. Preço 90$00.

Pedidos à

LIVRARIA SÁ DA COSTA
Rua Garret, 100 — Lisboa